

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em História

Marcelo Alves de Paula Lima

**O REGIME MILITAR BRASILEIRO E A REPÚBLICA DA CHINA: Anticomunismo
e Relações Internacionais (1964-1974)**

Belo Horizonte
2023

Marcelo Alves de Paula Lima

**O REGIME MILITAR BRASILEIRO E A REPÚBLICA DA CHINA: Anticomunismo
e Relações Internacionais (1964-1974)**

Versão corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, linha de pesquisa de História e Culturas políticas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Profa. Dra. Priscila Carlos Brandão Antunes

Belo Horizonte
2023

981.063 Lima, Marcelo Alves de Paula.
L732r O regime militar brasileiro e a República da China
2023 [manuscrito] : anticomunismo e relações internacionais
(1964-1974) / Marcelo Alves de Paula Lima. - 2023.
344 f. : il.
Orientadora: Priscila Carlos Brandão Antunes.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1. História – Teses. 2. Ditadura – Brasil – Teses..
3. Brasil – Relações – China - Teses. 4. Relações internacionais – História – Teses. 5. Brasil – História – 1964-1974 - Teses. I. Antunes, Priscila Carlos Brandão . II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

"O Regime Militar Brasileiro e A República da China: Anticomunismo e Relações Internacionais (1964-1974)"

Marcelo Alves de Paula Lima

Tese aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Profa. Dra. Priscila Carlos Brandão - Orientadora
UFMG

Profa. Dra. Miriam Hermeto de Sa Motta
UFMG

Prof. Dr. Alexandre Moreli
USP

Prof. Dr. Guilherme Lopes da Cunha
Escola Superior de Guerra

Prof. Dr. Thiago Henrique Oliveira Prates
Universidade de Hamburgo

Belo Horizonte, 13 de abril de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Carlos Brandao, Subchefe de departamento**, em 13/04/2023, às 15:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Hermeto de Sa Motta, Professora do Magistério Superior**, em 13/04/2023, às 15:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Henrique Oliveira Prates, Usuário Externo**, em 17/04/2023, às 06:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Luís Moreli Rocha, Usuário Externo**, em 18/04/2023, às 10:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Lopes da Cunha, Usuário Externo**, em 10/05/2023, às 01:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2209104** e o código CRC **6165ADB1**.

Dedico este trabalho à memória de Adolpho Justo Bezerra de Menezes, embaixador do Brasil no Paquistão entre 1966 e 1968 e minha constante fonte de inspiração desde o começo de
minha pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me permitir chegar até aqui. A meus pais: Paulo e Selma, e ao meu irmão Flávio, pelo seu constante apoio e auxílio, por me ajudarem a conquistar todos os meus objetivos e por celebrarem cada vitória comigo. À Peralta, minha vira-lata caramelo, por alegrar minha vida e as vidas de todos ao redor. Aos meus tios Bernardino e Maria Eliza, e aos meus primos Cláudia e Rafael, por sua calorosa acolhida em Brasília em julho de 2017, quando fiz minha primeira pesquisa nos arquivos do Itamaraty, dando assim o primeiro passo que me conduziu até aqui. À minha vó Martha, pelo seu carinho e admiração que sempre me motivaram a seguir em frente. À Maria Angélica, minha namorada, por me aturar nos meus piores momentos e por sempre me motivar a seguir adiante. Aos funcionários do arquivo do Itamaraty em Brasília, sempre solícitos e dispostos a ajudar pesquisadores como eu. Ao Bruno Rodrigues e ao Fernando Sousa, pelo valioso auxílio que me prestaram quando eu estava em Brasília tentando o doutorado na UnB. Ao professor Virgílio Caixeta Arraes, por sua valiosa orientação quando me candidatava ao doutorado na UnB. A meus amigos com os quais, nos últimos anos, tenho mais contato online do que pessoal, mas que nem por isso deixam de prestar inestimável apoio, seja revisando meus textos ou apenas trocando memes: Igor Tadeu, Douglas de Freitas, Raziél Miranda, Fernando Garcia, Hugo Rocha, Felipe Malacco, Gabriela Galvão, Júlia Helena, Matheus Abreu, Thales Silva, Warley Alves, Alice Melo, Vinicius Alves, Guilherme Oliveira, Pedro Henrique, Raul Lanari e Thiago Lenine – os dois últimos merecem um agradecimento especial por escreverem cartas de recomendação para minha candidatura à Habib University. Aos funcionários da biblioteca da UNILAVRAS, onde encontrava a paz que eu precisava para me preparar par as seleções de doutorado. A todos aqueles que me prestaram valioso auxílio durante minhas pesquisas na Escola Superior de Guerra: tenente Milhomens, Samuel (bibliotecário), Bruce (bibliotecário), comandante Patrícia e tenente Luiza Gomes. Aos que facilitaram meu acesso ao acervo da Biblioteca 31 de Março, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército: coronel Sérgio Aita, coronel Alexandre Moreira, coronel Carlos Eduardo Franco Azevedo, tenente-coronel Felipe Araújo Barros, tenente Camilla Sobreira e sargento Luiz Henrique.

À minha orientadora, Priscila Carlos Brandão, por escrever minha carta de recomendação para a Habib University, pela disponibilidade em me orientar, por sua presteza em revisar minha tese com comentários edificantes que me ajudaram a aperfeiçoar meu trabalho – apesar de eu assumir completa responsabilidade por quaisquer erros. Ao professor Guilherme Lopes da Cunha, não só por aceitar meu convite para compor a banca, mas também pelas conversas produtivas que tivemos na ESG e pela sua inestimável orientação no sentido de melhorar minha

pesquisa. Ao Thiago Prates, pela amizade e por aceitar compor a banca. Aos professores Rodrigo Motta e Clarice Menezes, por seus valiosos comentários na banca de qualificação. Ao professor Alexandre Moreli e à professora Miriam Hermeto, por aceitarem compor minha banca.

A todos vocês, meu muito obrigado.

ACKNOWLEDGMENTS

When I started working at Habib University back in August 2020, one of the questions that puzzled me all the time was: “How am I supposed to conciliate such a heavy teaching load with the writing of my thesis?!”. Now, as I finalize my work, I ask myself another question: “How could I have written this thesis without all that I learned at Habib?”. Despite spending the last years writing a thesis and working as a full-time faculty member at the same time, now I realize that the courses I taught, the class discussions I had, the assignments I read, and the Core Course main lectures I watched, rather than posing an obstacle to the completion of my Ph.D., were actually a precious light to guide me through my work. Without them, this thesis would have been much poorer.

I would like to thank Habib University for the wonderful opportunity you gave me to do what I love, what I always wanted to do, and for giving me all the support I need to perform well in my work. I thank all my colleagues at the Comparative Humanities program for your constant support, especially to Dr. Muhammad Haris and Kamal Tejani, for your constant guidance in helping me understand how the university works and for always listening to me whenever I faced problems. I also thank the faculty from other programs for the lunch talks, for the friendship, for listening to me ranting about my thesis all the time, and for always motivating me to move on despite all the obstacles. I thank Habib Faculty Support team for helping me settle down in Karachi and for always being there whenever I needed. I also thank Habib Library staff for providing me with some books that were of utmost importance to this thesis.

I thank all my students at Habib University for helping me improve myself as a scholar and as a human being. To those who were my students in Fall 2020 and Spring 2021: thank you for your patience when I was still a beginner, trying to make sense of so many changes happening at the same time: a pandemic, moving to a new country, starting a new job... To those who were my students in Fall 2021: thank you for putting up with me in the most miserable semester of my entire life – though it was also a semester in which I had the most important insights for my thesis while teaching “The Global Post-colony” (including the Spring iteration!), “Military Regimes in South Asia and South America”, and “War, Politics, and Power”. To those who were my students in Spring and Fall 2022: thank you for being a part of such an important moment of my life, when I felt my thesis was finally taking shape. And to those who are currently my students, thank you for listening to my never-ending rants about my thesis. I also apologize in advance for taking a bit longer to grade your papers.

And to all faculty, staff, and students who once heard me say: “Sorry, I can’t, I’m busy with my thesis”: thank you for your understanding. Hopefully you won’t need to hear that again from now on!

Temos muitos traços de aproximação não só étnicos como espirituais com a África e com a Ásia; só as distâncias nos separam, pois os ideais são os mesmos. Somos tão anticolonialistas como qualquer outro país que tenha participado de Bandung, porquanto, ainda que o colonialato português no Brasil tenha sido dos mais brandos e patriarcais em seus aspectos sociais, no lado político e econômico, foi dos mais ríspidos e sufocantes.

- Adolpho Justo Bezerra de Menezes

Resumo

O propósito desta tese foi analisar e compreender os principais aspectos das relações entre o regime militar brasileiro e a República da China (China nacionalista) a fim de discutirmos em que medida o anticomunismo, um valor compartilhado entre ambos os regimes, teria constituído as relações entre ambos. Nosso marco temporal se inicia em 1964, com a ascensão do regime militar no Brasil, e termina em 1974, quando o Brasil, ainda sob o regime militar, decide reconhecer a China comunista. Os principais documentos que utilizamos foram a correspondência enviada pela embaixada brasileira em Taipei e jornais chineses daquela época, ambos disponíveis nos arquivos do Itamaraty em Brasília. Complementamos tais fontes com relatórios anuais do Ministério das Relações Exteriores, relatos de diplomatas brasileiros e estudos produzidos por alunos da Escola Superior de Guerra. Nosso referencial teórico foi a escola construtivista de Relações Internacionais, que enfatiza a importância dos desejos, valores e crenças compartilhados entre os atores internacionais. O construtivismo nos ajudou a entender a importância do anticomunismo, um valor compartilhado entre o regime militar brasileiro e a China nacionalista, no sentido de criar uma identidade entre ambos os países. Por outro lado, o construtivismo também nos permitiu entender como desejos e valores compartilhados entre o regime militar brasileiro e a China comunista ajudaram a aproximar ambos os Estados, culminando com o estabelecimento de relações diplomáticas em 1974. Tais valores eram: a crença na relevância do antagonismo Norte-Sul (bem como o esvaziamento do conflito Leste-Oeste), a recusa a aceitar o congelamento de poder pelas grandes potências, a busca pelo desenvolvimento nacional e por uma política externa autônoma.

Palavras-chave: Regime militar brasileiro. Relações Brasil-China. Política externa brasileira. História das relações internacionais. Construtivismo.

Abstract

The purpose of this thesis was to analyze and understand the main aspects of the relations between the Brazilian military regime and the Republic of China (nationalist China) in order to discuss to which extent anti-communism, a value shared by both regimes, constituted the relations between them. Our timeframe starts in 1964, with the rise of the military regime to power in Brazil, and ends in 1974, when Brazil, still under the military regime, decides to recognize communist China. The main primary sources were the letters sent by the Brazilian embassy in Taipei and the Chinese newspapers of that time, both of which are available in the archives of Itamaraty in Brasília. We complemented those sources with the annual reports of the Ministry of Foreign Affairs, accounts of Brazilian diplomats, and works produced by students of the Brazilian War College. Our theoretical framework was the constructivist scholarship of International Relations, which emphasizes the importance of shared desires, values, and beliefs between international actors. Constructivism helped us understand the importance of anti-communism, a value shared between the Brazilian military regime and nationalist China, in creating an identity between both countries. On the other hand, constructivism also allowed us to understand how desires and values shared between the Brazilian military regime and communist China helped bringing both states together, culminating with the establishment of diplomatic relations in 1974. Such values were: the belief in the relevance of the North-South antagonism (as well as the weakening of the East-West conflict), the refusal to accept the power freeze by the superpowers, the search for national development and for an autonomous foreign policy.

Keywords: Brazilian military regime. Brazilian-Chinese relations. Brazilian foreign policy. History of international relations. Constructivism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Imagem 1** – Selo em comemoração aos 150 anos da Independência com os perfis de Castelo Branco, Costa e Silva e Médici78
- Imagem 2** – Selos chineses em homenagem a Mao Tse-tung e Chiang Kai-shek.....89
- Imagem 3** – Selos americano e soviético em homenagem a Sun Yat-sen.....90
- Imagem 4** – Selos chineses representando a Taiwan e Mongólia exterior como partes da China.....97
- Imagem 5** – Foto do *The China News* com o encarregado de negócios brasileiro em Taipei Milton Telles Ribeiro brindando com o ministro de Relações Exteriores chinês Shen Chang-huan.....193
- Imagem 6** – Notícia do *Diário Central* retratando Milton Telles Ribeiro apresentando suas credenciais a Chiang Kai-shek.....196
- Imagem 7** – Selos chinês e filipino celebrando relações bilaterais.....203
- Imagem 8** – Juracy Magalhães desembarca em Taipei junto com sua comitiva.....228
- Imagem 9** – Wei Tao-Ming e Juracy Magalhães passam em revista as tropas chinesas.....228
- Imagem 10** – Juracy Magalhães e autoridades locais no Santuário dos Mártires.....228
- Imagem 11** – Juracy Magalhães aprendendo sobre a reforma agrária chinesa.....229
- Imagem 12** – Juracy Magalhães em banquete.....229
- Imagem 13** – Embaixador brasileiro em Taipei Milton Telles Ribeiro, o vice-presidente chinês C. K. Yen e Juracy Magalhães.....229

Imagem 14 – Comenda recebida pelo general João Bina Machado do general Lai Ming-tong.....	294
Imagem 15 – Comenda recebida pelo general João Bina Machado do tenente-general Hu Shing.....	294
Imagem 16 – Comenda recebida pelo general João Bina Machado do tenente-general Ho Enting.....	294
Imagem 17 – Vice-presidente Yen Chia-kan cumprimentando o presidente recém-empossado Ernesto Geisel.....	298

Sumário

Introdução	17
O anticomunismo no Brasil e na China	19
Relativizando antagonismos: História e Relações Internacionais	27
Crenças importam: a escola construtivista de Relações Internacionais	31
Objetivos e relevância social	42
Capítulo 1 – O anticomunismo no Brasil	46
1.1. O propósito deste capítulo à luz do construtivismo	46
1.2. O entre guerras: primeira onda anticomunista no Brasil (1935-1937)	47
1.3. O anticomunismo no contexto da Guerra Fria	53
1.4. A Guerra Fria precoce: o anticomunismo sob o governo Dutra (1946-1948)	55
1.5. Ecos de Havana: a segunda onda anticomunista (1961-1964)	60
1.6. O anticomunismo e a política externa do regime militar brasileiro	78
Capítulo 2 – O anticomunismo na República da China	89
2.1. A Revolução Chinesa de 1949	89
2.2. A Revolução Chinesa no contexto da Guerra Fria	98
2.3. A ilha de Taiwan: de colônia japonesa a reduto nacionalista	104
2.4. “Terror branco”: o anticomunismo na República da China em Taiwan	113
2.5. O anticomunismo e a política externa da República da China	125
2.6. Reflexões finais	132
Capítulo 3 – As relações Brasil-China antes de 1964	134
3.1. O propósito deste capítulo	134
3.2. Os impérios do <i>have not</i> : os primórdios das relações Brasil-China	134
3.3. As relações sino-brasileiras entre a Segunda Guerra Mundial e 1960	140
3.4. A questão chinesa em trabalhos da Escola Superior de Guerra (ESG)	146
3.5. As relações sino-brasileiras no âmbito da Política Externa Independente (1961-1963)	159
3.6. Reflexões finais	170
Capítulo 4 – “Sob a liderança Iluminada do presidente Branco”: as relações Brasil-China sob a sombra do golpe (1964-1965)	173

4.1. O propósito deste capítulo	173
4.2. “Os nove corações vermelhos voltados para a pátria”	173
4.3. O golpe militar e a detenção dos nove chineses: repercussão internacional.....	179
4.4. O golpe e a República da China.....	188
4.5. A China comunista e o Sudeste Asiático sob a perspectiva da ESG	206
4.6. Reflexões finais.....	209
Capítulo 5 – As relações entre o regime militar brasileiro e a República da China entre 1966 e 1972.....	211
5.1. O propósito deste capítulo	211
5.2. Entre o <i>wishful thinking</i> nacionalista e os “sínicos missionários” comunistas.....	211
5.3. A Liga Anticomunista Mundial (LAM).....	221
5.4. Juracy Magalhães em Taipei.....	225
5.5. A política externa brasileira entre Taipei e Pequim.....	229
5.6. Reflexões finais.....	240
Capítulo 6 – “O Brasil não é Honduras”: o reconhecimento da China comunista em 1974. 242	
6.1. Dinâmicas paralelas: transcendendo a Guerra Fria.....	242
6.2. Norte X Sul: um antagonismo sempre presente.....	242
6.3. Entre Moscou e Washington: a China e a <i>détente</i>	246
6.4. O regime militar brasileiro e o esvaziamento do conflito Leste X Oeste	253
6.5. O estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a China comunista.....	261
6.6. Entendendo 1974 à luz da escola construtivista	270
6.7. Reflexões finais.....	283
Capítulo 7 – “Um ato de loucura”: os últimos momentos das relações Brasília-Taipei (1973-1974).....	285
7.1. Os novos ventos da Guerra Fria não sopraram sobre Taipei	285
7.2. Salvando os laços Brasília-Taipei	289
7.3. Agosto de 1974 e sua repercussão em Taipei	303
7.4. Reflexões finais.....	312
Considerações finais	315
Fontes.....	316

Referências bibliográficas.....	329
--	------------

INTRODUÇÃO

A proposta desta tese é estudar, à luz da História das Relações Internacionais e da escola construtivista de Relações Internacionais, as relações políticas entre o regime militar brasileiro e a China nacionalista (República da China) entre 1964 e 1974, usando como fontes principais a documentação disponível no arquivo do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Tendo em vista que tanto o regime militar brasileiro instalado em 1964 como o regime nacionalista chinês de Chiang Kai-shek se caracterizavam por serem anticomunistas, nossa proposta é investigar em que medida as crenças anticomunistas compartilhadas entre ambos os regimes pautaram as relações entre eles no referido marco temporal. Teria o anticomunismo criado um sentimento de identidade entre ambos os regimes? Haja vista que ambos os regimes justificavam sua autoridade com base na necessidade de combater o chamado “perigo vermelho”, teria esta afinidade ideológica se manifestado na documentação referente às relações entre eles? Apesar de profunda distância geográfica e cultural a separar Brasil e China, teria o anticomunismo contribuído para aproximar tais regimes de alguma maneira? Estas são algumas questões que motivaram a produção deste trabalho desde o início.

O recorte temporal de nosso trabalho vai de 1964 a 1974, abrangendo os três primeiros governos militares: Castelo Branco, Costa e Silva e Emílio Médici, além da breve junta militar que se estabeleceu em 1969 e o primeiro ano do governo Ernesto Geisel. Optamos por esse marco temporal porque ele se estende do início do regime militar brasileiro até o reconhecimento da República Popular da China pelo Brasil em agosto 1974, quando a República da China rompe relações com o Brasil.

Após ser derrotado em uma longa guerra civil travada com os comunistas liderados por Mao Tse-tung em 1949, Chiang Kai-shek governava a China nacionalista partir da ilha de Taiwan (também conhecida como Formosa), com capital em Taipei, de onde reclamava o reconhecimento como legítimo representante do povo chinês. Chiang Kai-shek, liderança chinesa desde 1927 e que já havia sido membro do Partido Comunista Chinês (PCC), governaria a ilha até sua morte em abril de 1975. Sendo assim, a República da China (também conhecida como China nacionalista) está confinada à ilha de Taiwan desde 1949. Chiang Kai-shek foi reconhecido como legítimo representante da China pela Organização das Nações Unidas (ONU) até 1971, e pelo Brasil até 1974. Em 1971, a República Popular da China (China comunista) foi admitida à ONU, ao passo que a República da China foi excluída¹.

¹ Usamos os termos “República Popular da China”, “China comunista”, “China Popular”, “China continental” e “Pequim” de forma intercambiável para nos referirmos à China de Mao Tse-tung. Para nos referirmos à China de Chiang Kai-shek usaremos “República da China”, “China Nacionalista”, “Taiwan”, “Taipei” e “Formosa”.

Por que optamos justo pela China nacionalista, e não por nenhum outro regime? Para responder a esta pergunta, precisamos entender como a ideia desta pesquisa foi gestada. Essa pesquisa nasceu do desejo de se entender em que medida o anticomunismo teria ajudado a estreitar os laços entre o regime militar brasileiro e demais regimes anticomunistas no terceiro mundo, sobretudo no continente asiático. Elencamos então aqueles países asiáticos que, em algum momento da Guerra Fria, foram governados por regimes alinhados com os Estados Unidos que eventualmente pudessem ser considerados anticomunistas². Entretanto, à medida que estudamos estes regimes, percebemos que, apesar de sua filiação ao bloco ocidental, muitos se alinhavam com Washington não por medo do comunismo, mas para atingir objetivos que pouco tinham a ver com a bipolaridade comunismo-capitalismo³. O regime de Chiang Kai-shek era, dentre os regimes analisados, um dos que mais claramente justificavam sua existência com base na necessidade de combater o comunismo.

O segundo motivo tem a ver com a disponibilidade de fontes. Iniciamos a pesquisa analisando os arquivos do MRE, mas o resultado não foi muito animador. Poucos foram os países cujos documentos apontaram para uma efetiva influência do anticomunismo sobre suas relações com o Brasil. A maioria dos documentos enviados pelas embaixadas brasileiras nestes países era composta de informações burocráticas triviais como contracheques de funcionários, gráficos sobre relações comerciais e informações administrativas. Poucos deles sugeriam a influência de fatores político-ideológicos sobre as relações com o Brasil. Apenas a documentação trocada entre o MRE e a embaixada brasileira em Taipé fornece um corpo robusto de fontes capaz de esclarecer a relevância do anticomunismo para as relações entre ambos os regimes.

Sendo assim, a presente tese está fundamentada no seguinte problema: tanto o regime instaurado no Brasil em 1964 como o regime de Chiang Kai-shek na China nacionalista se pautavam por crenças e ideais anticomunistas. Teria a crença anticomunista, compartilhada pelos regimes brasileiro e nacionalista chinês, gerado algum impacto sobre as relações entre eles? Em caso afirmativo, como isso foi possível?

A fim de abordar este problema, recorreremos a documentos do arquivo do MRE em Brasília, que compreende ofícios e telegramas trocados entre a embaixada brasileira em Taipei e o MRE, além de documentos enviados à embaixada pelo governo nacionalista chinês. O

² Uma lista não-exaustiva incluiu: República da China (Chiang Kai-shek, 1949-1975), Coreia do Sul (Syngman Rhee, 1948-1960; Park Chung-hee, 1961-1979), Filipinas (Ferdinand Marcos, 1965-1986), Indonésia (Suharto, 1966-1998), Paquistão (Ayub Khan, 1958-1969; Zia Ul-haq, 1979-1988), Ceilão/Sri Lanka (John Kotelawala, 1953-1956), Tailândia (Thanom Kittikachorn, 1963-1973) e Vietnã do Sul (Ngo Dinh Diem, 1955-1963).

³ A Tailândia queria proteger-se da China (fosse ela comunista ou não). O Paquistão queria proteger-se da Índia. Turquia, Filipinas, Irã, Iraque e Ceilão (atual Sri Lanka) também eram aliados norte-americanos mais interessados em questões domésticas do que em uma cruzada anticomunista (McMAHON, 2003, p. 109-110).

arquivo do MRE está separado de acordo com países, e os documentos por nós consultados se acham na pasta “Taipé”. Dentro de cada país, os documentos estão divididos tanto temporalmente como de acordo com a autoria: “Recebidos” e “Expedidos”. Ofícios e telegramas “recebidos” são aqueles enviados pela embaixada para o MRE, ao passo que os “Expedidos” são aqueles enviados do MRE para a embaixada. Diferentes ofícios e telegramas enviados da embaixada em Taipei para o MRE eram assinados por diferentes membros do corpo diplomático: o embaixador, o encarregado de negócios e o terceiro secretário. Já aqueles enviados para a embaixada eram frequentemente assinados apenas como “Exteriores”.

Era comum que os signatários dos ofícios enviados pela embaixada anexassem recortes de periódicos chineses noticiando os acontecimentos políticos brasileiros. Estes periódicos também foram utilizados como fontes porque nos fornecem importantes informações sobre como o regime militar brasileiro era visto na República da China. Complementamos tais fontes com relatos de diplomatas e militares brasileiros, relatórios do MRE e trabalhos produzidos por alunos da Escola Superior de Guerra (ESG). As fontes listadas nos fornecem valiosas informações acerca das relações entre o Brasil e a República da China entre 1964 e 1974. Fizemos um incursão nesses documentos em busca de discursos, ideias, crenças, expectativas e sentimentos que sugeriram que o anticomunismo tenha ajudado a forjar laços e identidades entre ambos os regimes.

Os arquivos do MRE foram nosso principal corpo documental, já que o recorte de nossa pesquisa se limita ao âmbito do Estado. Se incluímos periódicos chineses, foi porque a imprensa da República da China estava amplamente dominada pelo *Kuomintang*, sujeita a censura e controle estatal. Dessa maneira, a imprensa na China nacionalista expressava as opiniões do governo de Chiang Kai-shek. Não trabalharemos com periódicos brasileiros por entendermos que, por mais que a censura à imprensa sob o regime militar tenha sido uma realidade⁴, ela não se deu na mesma escala que a promovida pela China nacionalista.

O anticomunismo no Brasil e na China

Luc Van Dongen, Stéphanie Roulin e Giles Scott-Smith destacam que a oposição ao comunismo ao longo do século XX partiu de diferentes frentes. Anarquistas, socialistas, nacionalistas conservadores e movimentos cristãos: cada um imprimiu ao anticomunismo diferentes identidades e motivações, o que tornou o próprio conceito de anticomunismo flexível

⁴ Sobre a censura no regime militar brasileiro, ver: GARCIA, Miliandre. **Ou vocês mudam ou acabam**: teatro e censura na ditadura militar (1964-1985). Tese de Doutorado em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008; KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: jornalistas e censores do AI-5 à constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004. 404p.; FICO, Carlos. “Censura e propaganda: os pilares básicos da repressão”. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves, FERREIRA, Jorge (Orgs). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 167-201.

(SCOTT-SMITH, ROULIN, DONGEN, 2014, p. 2). De forma análoga, Rodrigo Patto Sá Motta observa que a facilidade em definir o conceito de anticomunismo oculta a complexidade por trás do termo: “Anticomunistas são aqueles indivíduos e grupos dedicados a lutar contra o comunismo por meio de palavras ou ações. Sua atitude é baseada em uma rejeição completa e visceral ao projeto comunista⁵” (MOTTA, 2020, p. 1 – tradução nossa). Por outro lado, “dentro do amplo guarda-chuva que cobria o universo anticomunista é possível encontrar projetos tão díspares quanto o fascismo e o socialismo democrático, o catolicismo e o liberalismo⁶” (MOTTA, 2020, p. 1 – tradução nossa).

Abordamos de forma mais aprofundada o fenômeno do anticomunismo no Brasil e na China nos capítulos 1 e 2, respectivamente. Aqui faremos apenas uma breve apresentação do tema. Para introduzir a discussão acerca do anticomunismo no Brasil, recorreremos principalmente à obra *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho*, de Rodrigo Patto Sá Motta.

Podemos identificar três grandes matrizes do anticomunismo no Brasil: o catolicismo, o liberalismo e o nacionalismo. A matriz católica via o comunismo como uma doutrina materialista e ateia, inimiga irreconciliável da Igreja e de toda religião. Muitos intelectuais católicos viam o comunismo como o último estágio de uma série de ataques ao catolicismo que vinham desde o Renascimento, passando pela Reforma Protestante e pelos Iluminismos (MOTTA, 2020, p. 23-24). A matriz nacionalista, por sua vez, enxergava a nação como uma entidade orgânica cuja união deveria estar acima de todos os conflitos de classe. Para garantir tal unidade era preciso assegurar a ordem social. Os comunistas eram vistos como responsáveis por instigar o ódio entre as classes e atentar contra a unidade nacional (MOTTA, 2020, p. 33).

Por fim, a matriz anticomunista liberal repudia o comunismo porque o acusa de reprimir a liberdade de opinião e atentar contra a propriedade privada. Apesar de identificarem liberalismo e democracia de forma quase automática, muitos liberais brasileiros que também eram anticomunistas não tinham qualquer compromisso com a democracia (MOTTA, 2020, p. 40-41). Aliás, a maior parte deles tinha uma mentalidade autoritária e elitista, acreditando que a participação política e a liberdade deveriam ser restritas a pequenas parcelas da sociedade.

No imaginário anticomunista brasileiro, o comunismo frequentemente aparece associado a quatro grandes imagens: o demônio, as doenças, a ameaça estrangeira e uma ameaça aos bons costumes. Moscou era apelidada de “cidade de Satã” e o comunismo era tido como um dos filhos do demônio que, assim como o próprio demônio, seduzia as pessoas com

⁵ No original, em inglês: “Anti-communists are those individuals and groups dedicated to fight communism through words or actions. Their attitude is based on a complete and visceral rejection of the communist Project” (MOTTA, 2020, p. 1).

⁶ No original, em inglês: “within the broad umbrella covering the anti-communist universe we find projects as disparate as fascismo and democratic socialism, Catholicism and liberalism” (MOTTA, 2020, p. 1).

promessas atraentes. Apesar de a demonização do comunismo não ter se restringido aos meios religiosos, ela era mais recorrente entre os intelectuais católicos (MOTTA, 2020, p. 51-53).

O comunismo também era comumente representado por metáforas patológicas como bacilo, veneno, câncer, vírus e praga. Associada à representação do comunismo como uma doença, estava a ideia de “infiltração”: “Tal como uma doença, os comunistas eram denunciados como dedicados a se infiltrar em organismos sociais e debilitá-los por dentro⁷” (MOTTA, 2020, p. 55 – tradução nossa). A associação entre comunismo e agentes patológicos é um exemplo do que Maria Luiza Tucci Carneiro chama de “metáforas roubadas à doença”, isto é, metáforas que se valiam de conceitos, discursos e imagens biológicas e médicas para representar o inimigo. Tais metáforas também eram empregadas no discurso antissemita, que nunca esteve dissociado do discurso anticomunista, já que o judeu era acusado de ser agente da disseminação comunista (CARNEIRO, 2012, p. 251-252).

A representação do comunismo como fruto de uma conspiração judaica é sintomática de outro elemento do imaginário anticomunista: a imagem do inimigo estrangeiro. Ao representar o comunismo como uma doutrina exótica e avessa ao “espírito nacional”, os discursos anticomunistas postulavam que ele só podia ser obra de inimigos estrangeiros: “a ideologia comunista era identificada como mero pretexto, servindo para acobertar o interesse de poderes estrangeiros em dominar o Brasil⁸” (MOTTA, 2020, p. 55 – tradução nossa). Por trás das generosas promessas estaria “escondido o objetivo verdadeiro, porém inconfessável da conquista mundial⁹” (MOTTA, 2020, p. 55 – tradução nossa).

A intensificação da imigração para o Brasil no começo do século XX ajudou a fortalecer a narrativa que associava estrangeiros e comunistas. O nacionalismo racista em voga nos anos 1920 e 1930 representava a imigração como uma faca de dois gumes: ao mesmo tempo em que imigrantes poderiam contribuir para o embranquecimento da população, também poderiam levar à formação de enquistamentos que ameaçavam a segurança nacional (CARNEIRO, 2007, p. 299).

Por fim, a visão do comunismo como um atentado à moral caracterizava o comunismo como uma ameaça à integridade da família e à autoridade da Igreja. Os comunistas eram acusados de corruptos, mentirosos e cínicos, além de bárbaros e selvagens. Os bolcheviques eram comparados às hordas mongóis que assediavam a Europa. A incompatibilidade entre

⁷ No original, em inglês: “Like a disease, the communists were denounced as dedicated to infiltrating social organisms and debilitating them from within” (MOTTA, 2020, p. 55).

⁸ No original, em inglês: “(...) the communist ideology was identified as a mere pretext, serving to cover up the interest of foreign powers in dominating Brazil” (MOTTA, 2020, p. 55).

⁹ No original, em inglês: “(...) was concealed the true but undisclosed goal of world conquest” (MOTTA, 2020, p. 55).

comunismo e valores morais também seria evidenciada pelo seu comportamento sexual. Orgias, estupro, incesto e a socialização das mulheres eram apontados como evidências dessa degradação moral promovida pelo comunismo (MOTTA, 2020, p. 61-63).

Um dos pontos altos do anticomunismo no Brasil foi o golpe militar de 1964, que inaugurou uma ditadura sob a justificativa de proteger o país de uma ameaça comunista. Ao longo do regime militar, o anticomunismo se manifestou não somente internamente, mas também em sua política exterior. O regime militar brasileiro seria sistematicamente acusado de participar dos golpes de Estado na Bolívia (1971) e no Chile (1973), além de ter planos emergenciais de atuação no golpe militar uruguaio (GEHRE, 2008, p. 124).

A política externa do regime militar se caracterizou por um anticomunismo radical e pelo desejo de projeção do Brasil no cenário mundial. O projeto dos militares que tomaram o poder em 1964 era tributário das ideias gestadas na ESG, sobretudo com o general Golbery do Couto e Silva. Para ele, a bipolaridade da Guerra Fria não admitia qualquer caminho para além do Ocidente (associado aos Estados Unidos) e do mundo comunista. Não pertencer a um significava, necessariamente, pertencer ao outro. Assim, acreditava-se que era preciso inserir o Brasil na estratégia de defesa do Ocidente e mostrar aos Estados Unidos a importância do Brasil na luta contra o comunismo (GONÇALVES e MIYAMOTO, 1993, p. 213, 214-215).

Apenas dois anos após o golpe militar, o historiador José Honório Rodrigues avaliava que o Brasil havia sido vítima do mesmo “militarismo liberticida” que se abatera sobre países africanos e asiáticos e criticava a ânsia com que os militares brasileiros buscaram demonstrar sua solidariedade ocidental. O autor compara o Brasil com a Tailândia, “o bastião militarista desacreditado”, onde os partidos e a Constituição haviam sido suprimidos pelos militares (RODRIGUES, 1966, p. 6).

Os militares brasileiros sabiam que, a fim de elevar o prestígio nacional no cenário internacional, o país não poderia estar constantemente subordinado aos Estados Unidos. Assim, sobretudo nos anos 1970, o Brasil buscava novos parceiros na Europa e até no Oriente Médio. Em 1977 o Brasil chega ao ponto de romper o Acordo Militar assinado com os Estados Unidos em 1952. Ainda assim, nos primeiros anos após 1964 prevalecia o anticomunismo e a crença de que a superação da dependência deveria ser perseguida dentro da integração ao capitalismo mundial (GARCIA, 1997, p. 30-31).

Frequentemente, porém, este “ranço ideológico” da política externa do regime militar se chocava com atuações mais pragmáticas – embora nunca tivesse sido eliminado (LUIZ, 2011). Nem mesmo tal ranço impediu uma multilateralização da política externa após 1964, com a busca por novos parceiros e espaços de atuação que muitas vezes violavam

compromissos ideológicos com o bloco ocidental (VIZENTINI, 2004, p. 10). Tal ousadia, contudo, tinha limites. O regime militar não rompeu com os regimes comunistas do Leste Europeu. Porém, no caso de Cuba e da China comunista, cujas políticas externas eram mais militantes, a questão era mais sensível. O Brasil rompeu com Cuba em maio de 1964 e reconheceu a China comunista tardiamente (VIZENTINI, 2004, P. 61).

Já o discurso anticomunista na China acusava o comunismo de ser uma afronta a valores, práticas, tradições e ideias profundamente enraizados na sociedade chinesa na forma do confucionismo. O confucionismo é um conjunto de princípios, valores e crenças que informaram a sociedade chinesa por milhares de anos. Baseado nos ensinamentos de Confúcio (Kong Zi), pensador que viveu entre 551 e 479 a. C., o confucionismo prega o respeito aos mais velhos, às autoridades, às hierarquias e divisões sociais. O sistema confucionista prezava pela estabilidade, rejeitava a mudança e olhava mais para trás do que para frente. Considerava-se o governo dos reis sábios do passado como o governo ideal. Os comunistas, ao contrário, pregavam mudanças. Ao mirar-se em um futuro distante de forma quase messiânica, o comunismo se distinguia do conservadorismo confucionista. Com a disseminação do marxismo na China, a filosofia confucionista foi abalada por outra visão de mundo que convidava a olhar para o futuro (FITZGERALD, 1964, p. 145).

Por mais que os comunistas tenham posteriormente se valido do confucionismo para legitimar sua autoridade, a princípio o confucionismo se chocava não só com o marxismo, mas com a própria ideia de democracia. A democracia entende que a verdade nasce do embate entre diferentes ideias, ao passo que o confucionismo postula que a verdade é objetiva e só pode ser alcançada por meio do estudo árduo, acessível somente a um grupo restrito de pessoas. Diferente da democracia, o confucionismo não valoriza o embate de ideias. Existindo apenas uma verdade, a ideia que não é verdadeira não tem vez no debate:

O confucionismo é essencialmente hierárquico e elitista, enfatizando a lealdade à família, às instituições, e à autoridade. Nenhuma das sociedades que ele influenciou produziu ainda um sistema plural que funcione (Taiwan nos anos 1990 sendo o que chegou mais próximo disto¹⁰) (KISSINGER, 1994, p. 638 – tradução nossa).

O marxismo foi, junto com o cristianismo, um dos dois grandes golpes sobre a tradição confucionista na China. O cristianismo “foi o primeiro a penetrar nas falhas da cidadela confucionista; foi repellido e superado; e nas suas costas o último vencedor, o comunismo,

¹⁰ No original, em inglês: “Confucianism is essentially hierarchical and elitist, emphasizing loyalty to family, institutions, and authority. None of the societies it has influenced has yet produced a functioning pluralistic system (with Taiwan in the 1990s coming the closest)” (KISSINGER, 1994, p. 638).

armou o ataque¹¹” (FITZGERALD, 1964, p. 133 – tradução nossa). Ainda assim, as igrejas católicas estabelecidas na China tornaram-se algumas das poucas organizações não-governamentais a apoiar o *Kuomintang*, o Partido Nacionalista que, conforme veremos, foi um dos baluartes na luta anticomunista na China. Os altos membros da hierarquia católica, tanto chineses como estrangeiros, apoiavam abertamente o *Kuomintang* e se mostravam fortemente anticomunistas. O mesmo pode ser dito sobre grande parte dos missionários católicos que estavam no país (FITZGERALD, 1964, p. 136).

O impacto do comunismo sobre as estruturas tradicionais do pensamento chinês foi tão grande que Mao Tse-tung precisava continuamente sair em defesa de seu regime. Àqueles que acusavam o marxismo de ser um produto russo, estranho à cultura chinesa, Mao respondia que o marxismo era universal, não podendo ser associado a nenhum país em especial (FITZGERALD, 1964, p. 144). Após o triunfo comunista na China continental em 1949, os nacionalistas do *Kuomintang* migraram para Taiwan sob a liderança de Chiang Kai-shek, de onde passaram a se apresentar como preservadores da cultura chinesa, bem como a incorporação do espírito nacional supostamente corrompido pelos comunistas. Não havia, para os nacionalistas, qualquer diferença entre a China e o Partido Nacionalista, de modo que opor-se ao partido era considerado opor-se à China (FELDMAN, 1989, p. 6).

Segundo o *Kuomintang*, a vitória da Revolução Chinesa em 1949 representava apenas mais um capítulo na longa história de humilhações a que o povo chinês havia sido submetido. Desde as invasões bárbaras no período imperial, passando pelas invasões imperialistas no século XIX e pela ocupação japonesa nos anos 1930, e culminando com a Revolução Chinesa em 1949, a China teria lutado contra as mais diversas ameaças externas. Segundo o discurso anticomunista na República da China, portanto, a luta anticomunista se inseria neste quadro histórico mais amplo (HUANG, 2013).

A busca pela unidade política era um aspecto crucial do imaginário do *Kuomintang*, pois entendia-se que a “verdadeira China” fora suplantada e forçada a se refugiar na pequena ilha de Taiwan. Assim como o pai da República Sun Yat-sen, Chiang Kai-shek via no nacionalismo a arma espiritual que permitiria à China sobreviver à agressão comunista, assim como supostamente havia ajudado os chineses a resistir à dinastia Manchu. O nacionalismo devolveria à China sua autoconfiança e seu autorrespeito. A restauração do espírito nacional geraria a unidade interna e o patriotismo necessários à união nacional (CHANG, 1989, p. 56).

¹¹ No original, em inglês: “(...) Christianity stormed first into the breach in the Confucian citadel; it was repelled and overcome; and on its back the ultimate victor, Communism, mounted to the assault” (FITZGERALD, 1964, p. 133).

A acomodação dos nacionalistas em Taiwan, porém, não foi um processo fácil. Uma vez em Taiwan, o *Kuomintang* governou sob severa lei marcial que duraria até 1987 e que acarretaria na perseguição aos inimigos do regime no episódio que ficou conhecido como “terror branco”. Além de tentar silenciar as línguas e culturas locais e de reprimir aqueles que clamavam pela independência de Taiwan, o *Kuomintang* perseguia suspeitos de atividades comunistas. Para tanto, as autoridades nacionalistas instaladas na ilha disseminaram ideias anticomunistas por meio das artes, sobretudo do teatro e do cinema (HUANG, 2013, p. 26): “O governo do *Kuomintang* estabeleceu Taiwan como o último bastião anticomunista onde a herança cultural chinesa fora preservada em oposição à China comunista, onde a tradição chinesa fora destruída¹²” (HUANG, 2013, p. 31 – tradução nossa).

A guerra contra a China comunista era a principal fonte de legitimação do *Kuomintang*, tanto interna como externamente. Por meio da campanha contra Pequim, o regime nacionalista “buscava justificar a necessidade de manutenção da estabilidade doméstica, diante da ameaça do perigo concreto de invasão comunista” (PINTO, 2005, p. 49). Ao longo dos anos 1950 e 1960, a política externa nacionalista também assumiu um tom marcadamente anticomunista, conforme veremos no capítulo 2.

Chiang conjurava outros regimes anticomunistas na região em prol de uma aliança anticomunista, especialmente a Coreia do Sul e as Filipinas. Até o Japão, antigo colonizador, era visto como um aliado. Em 1954 foi fundada, sob a égide de Taipei, a Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos. Em 1966, também em Taiwan, seria fundada a Liga Anticomunista Mundial. Em um momento em que grande parte dos grupos anticoloniais recebiam ajuda chinesa ou soviética (YOUNG, 2005, p. 13), Taiwan mostrava aos países do Terceiro Mundo que a luta anticolonial deveria ser também anticomunista, já que os imperialismos chinês e soviético seriam mais perigosos do que o próprio imperialismo europeu (CHEN, 2020).

O anticomunismo chinês era, portanto, indissociável da política externa do regime nacionalista. Ao tentar forjar alianças com regimes anticomunistas ao redor do mundo – entre eles o regime militar brasileiro, conforme veremos nesta tese – o *Kuomintang*

demonstrava claramente que pretendia vencer a disputa com a RPC [República Popular da China], com o reconhecimento de que seria o centro da cultura chinesa. Verificava-se, então, o esforço permanente de tornar a ilha o polo principal de divulgação da cultura sínica. A cada ano, centenas de jovens “*overseas Chinese*” eram trazidos a Taiwan para fazer cursos de mandarim, caligrafia, instrumentos musicais, pintura e culinária tradicionais (PINTO, 2005, p. 74-75).

¹² No original, em inglês: “The KMT government established Taiwan as the last anti-Communist bastion where Chinese cultural heritage was preserved as opposed to Communist China where Chinese tradition was destroyed” (HUANG, 2013, p. 31).

O advento da Revolução Cultural na China Comunista em 1966 reforçou a identidade do regime nacionalista como o protetor das tradições chinesas. Iniciada por Mao Tse-tung como estratégia para se proteger de seus rivais políticos, a Revolução Cultural deveria, segundo o dirigente comunista, manter acesa a chama da Revolução de 1949 para evitar que a China se degenerasse tal como a União Soviética pós-Stálin. Para tanto, era preciso injetar ânimo e dinamismo na Revolução. Como Mao dizia, os germes nunca roem uma dobradiça porque ela está sempre em movimento. No caso da China, o “germe” a ser evitado era o revisionismo e o burocratismo soviéticos: “A Revolução Cultural é a revolução dentro da revolução e contra ela: contra o que ela, inevitavelmente, tornou-se (institucionalizada) para que volte a ser o que deixou de ser (revolucionária)” (BIANCO, 2010, p. 248).

Ao longo da Revolução Cultural, todas as formas de pensamento consideradas arcaicas e incompatíveis com o espírito revolucionário foram suplantadas. Intelectuais, professores, líderes religiosos, bem como todos aqueles que pudessem lembrar a “velha China” confucionista e monárquica foram perseguidos, muitos assassinados. Os valores confucionistas de respeito à hierarquia social e a todas as formas de autoridade eram considerados valores decadentes a serem superados pelo vigor dos novos valores empunhados pelos jovens da Guarda Vermelha.

Diante destes ataques ao passado, os nacionalistas em Taiwan reforçaram suas representações dos comunistas chineses como selvagens, ao mesmo tempo em que apresentavam a República da China como um refúgio do verdadeiro espírito chinês. Ao fugir para Taiwan, os nacionalistas levaram consigo valiosos tesouros de porcelana das antigas dinastias chinesas. Taipé desde então passou a se esposar como o epicentro de irradiação da cultura chinesa contra o barbarismo comunista representado pelo PCC (PINTO, 2005, p. 75).

Dado o exposto até aqui, podemos ver que o anticomunismo brasileiro conjurava temores de uma tomada de poder pelos comunistas que nunca havia se concretizado, ao passo que na China de Chiang o anticomunismo reagia a um fato consumado. Não se tratava apenas de uma ameaça: a temida revolução comunista já havia acontecido, forçando os nacionalistas a abandonar seu território. O imaginário anticomunista que ajudou a legitimar o governo de Chiang Kai-shek tinha um lastro muito mais forte do que o imaginário anticomunista brasileiro. Ademais, diferente do Brasil, país “Territorialmente satisfeito, com domínio pleno e jurídico reconhecido internacionalmente” (RODRIGUES, 1970, p. 84), a luta anticomunista de Chiang Kai-shek era uma luta pela própria sobrevivência de seu Estado, tendo em vista a tendência crescente de muitos países ao redor do mundo a reconhecer o governo de Pequim. Como

veremos no capítulo 6, estes fatos nos ajudam a entender a decisão brasileira de reconhecer o regime comunista chinês em 1974.

Apesar das diferenças, tanto o regime brasileiro instalado em 1964 como o regime de Chiang Kai-shek eram informados por crenças anticomunistas que representavam o comunismo como responsável por corromper os costumes e atentar contra nação e a ordem social. Conforme veremos ao longo deste trabalho, esta crença compartilhada na periculosidade do comunismo e o desejo comum de combatê-lo criaram uma identidade entre ambos os regimes.

Relativizando antagonismos: História e Relações Internacionais

Desenvolvemos esta tese à luz de diálogos entre a História e as Relações Internacionais. Donald Puchala entende que as Relações Internacionais buscam

identificar e entender o que acontece quando Estados encontram uns aos outros, quando organizações operando através de fronteiras políticas ou culturais encontram umas às outras, quando pessoas, enquanto comunidades culturais, encontram umas às outras, e quando entidades de todas essas variedades encontram todas as outras¹³ (PUCHALA, 2003, p. 223 – tradução nossa).

Ainda segundo Donald Puchala, podemos definir a História das Relações Internacionais como uma disciplina preocupada “com encontros e seus resultados – isto é, encontros entre estados e outras organizações que interagem através de fronteiras e encontros políticos e culturais entre comunidades definidas em termos étnicos, nacionais ou civilizacionais¹⁴” (PUCHALA, 2003, p. 4 – tradução nossa).

As origens da narrativa histórica preocupada com os movimentos internacionais costumam ser atribuídas a Tucídides, pensador grego do século V a. C.. Porém, foi apenas no século XIX que tal narrativa histórica passou a se pautar por preocupações científicas. Contribuíram, nesse sentido, duas importantes transformações. Primeiro, o cenário mundial, com a consolidação dos Estados-nação¹⁵ e de um sistema baseado nas relações entre essas unidades. Segundo, a mudança no próprio campo do saber histórico, que almejava a objetividade e a impessoalidade (CAMARGO, 2013, p. 89).

Ao longo do século XIX e princípios do século XX predominou a História Diplomática, que buscava “fornecer justificativas à figura do Estado e às posturas que seus representantes tomavam frente aos demais governos” (CAMARGO, 2013, p. 90). A História Diplomática seria

¹³ No original, em inglês: “to identify and understand what happens when states encounter one another, when organizations operating across political or cultural boundaries encounter one another, when peoples as cultural communities encounter one another, and when entities of all these varieties encounter all others” (PUCHALA, 2003, p. 223).

¹⁴No original, em inglês: “with encounters and their outcomes – that is, encounters among states and other organizations that interact across political and cultural boundaries and encounters among communities, ethnically, nationally, or civilizationally defined” (PUCHALA, 2003, p. 4).

¹⁵ Os Estados-nação são aparatos políticos distintos tanto dos governantes quanto dos governados, com jurisdição sobre determinado território, monopólio legítimo sobre os meios de repressão e desfrutando de mínima lealdade ou apoio por parte de seus cidadãos ou súditos (HELD, 1992, p. 87).

posteriormente criticada por seu caráter eminentemente institucional, já que ignorava fontes que não fossem produzidas no âmbito do Estado. Ademais, influenciada pela historiografia positivista, a História Diplomática tomava o objeto de estudo como algo dado, esperando ser descoberto pelo pesquisador, e não como algo a ser problematizado. As fontes primárias eram tratadas como repositórios de informações imanentes, cabendo ao pesquisador apenas fazer aqueles documentos falar¹⁶ (GONÇALVES, 2007, p. 18, 21).

À medida que o próprio saber historiográfico se renovava ao longo do século XX, atentando para novos objetos, novas fontes e novas metodologias, os fundamentos da História Diplomática foram progressivamente minados, abrindo caminho para a História das Relações Internacionais. Entendamos brevemente como se deu essa renovação.

O surgimento da Escola dos *Annales* nos anos 1930 teve um papel fundamental na renovação do conhecimento histórico e nas críticas ao positivismo. Um dos pontos fundamentais para se compreender essa renovação foi o estabelecimento de diálogos entre História e Ciências Sociais (NOVAIS e SILVA, 2011). Fernand Braudel (2011) exortava a História a beneficiar-se das contribuições de outras ciências humanas, além de criticar o teor dramático das grandes narrativas, convidando os historiadores a valorizar as estruturas e a longa duração. Ao primar pela longa duração, os *Annales* defendiam uma História menos afeita às rupturas e grandes eventos, e mais atenta às continuidades e permanências.

Jacques Le Goff e Pierre Nora (2011) também enfatizam o caráter interdisciplinar da História e mostram que ela teria se libertado de sua obsessão pelos grandes eventos e por grandes líderes políticos, ao mesmo tempo em que se tornava mais atenta ao cotidiano e às massas. Le Goff (2011) escreve que, com os *Annales*, houve uma ampliação na noção de documento, que deixou de abranger somente relatos escritos oficiais e passou a abarcar outros vestígios como imagens, relatos orais, gráficos e objetos de escavação. Além disso, o autor propõe, mais do que uma nova noção de documento, um novo olhar sobre ele, que deixe de tomá-lo como apenas um objeto aguardando para que um historiador o faça falar, e passe a encará-lo como uma tentativa das sociedades de imporem uma visão de si.

Considerando esse conjunto de propostas, a crítica à historiografia positivista impactou diretamente a História Diplomática. A História das Relações Internacionais se desenvolveu em grande medida a partir das tentativas de superação desta História de cunho positivista.

Apesar de sua relevância, as críticas à História Diplomática muitas vezes redundaram em excessos. A rejeição aos métodos da História Diplomática por vezes acarretou também uma

¹⁶ Sobre as relações entre História das Relações Internacionais e a História diplomática, ver: HABER, Stephen H.; KENNEDY, David M.; KRASNER, Stephen D.. “Brothers Under the Skin: Diplomatic History and International Relations”. In: **International Security**, 22(1):34-43, 1997.

rejeição de seus temas e documentos, isto é: o Estado e os documentos produzidos em seu âmbito. Por mais que busque superar certas debilidades da História Diplomática, a História das Relações Internacionais não negligencia o Estado nem os documentos ditos “oficiais”, mas tenta compreender como variáveis culturais, ideológicas, geográficas, sociais e econômicas condicionam a atuação do Estado (GONÇALVES, 2007, p. 21, 22).

Em sintonia com uma História das Relações Internacionais que busca superar as debilidades da História Diplomática¹⁷, mas que não prescinde da importância do Estado, esta tese navega entre as fontes produzidas no âmbito do Estado, embora analisando-os tais à luz de variáveis ideológicas e culturais associadas ao imaginário anticomunista.

Os diálogos entre a História e as Relações Internacionais nem sempre têm sido amistosos. Historiadores são frequentemente acusados por internacionalistas de se focarem no passado, descuidando do presente e do futuro, além de resumirem-se a um infundável acúmulo de dados factuais desconexos que não permitem generalizações. Teóricos de Relações Internacionais, por sua vez, são acusados pelos historiadores de sintetizar a complexidade dos fatos em modelos ou conceitos excessivamente generalizantes (CAMARGO, 2013, p. 86, 104; TRACHTENBERG, 2006, p. 37).

Por se tratar de uma tese de História, achamos importante responder pelo menos às críticas feitas aos historiadores. À ideia de que o historiador é indiferente ao presente e ao futuro, respondemos, com Jörn Rüsen (1996), que o conhecimento histórico é permeado pela retrospectividade e pela prospectividade. A retrospectividade é a noção de que nossa abordagem do passado é sempre informada por nossas projeções, aspirações e expectativas em relação ao futuro. Se queremos um novo futuro, precisamos de um novo passado! Já a prospectividade é a ideia de que a narrativa histórica está sempre inserida nos problemas práticos do cotidiano do historiador (RÜSEN, 1996, p. 89-90). É na vida social do presente que se constitui toda narrativa histórica, é a ela que toda narrativa histórica se dirige e é nela que a narrativa desempenha papel de orientadora da vida prática (RÜSEN, 1996, p. 93-94).

Ademais, a fim de evitar que sua pesquisa se transforme em uma coleção infundável de fatos desconexos, o historiador pode e deve recorrer às teorias de Relações Internacionais. À medida que o historiador lida com fontes, ele entra em contato com conceitos de Relações Internacionais que mostram que a informação contida nessas fontes “não é apenas um artefato histórico isolado, um jeito de enquadrar a questão específico a este caso particular”, que “algo mais geral está em jogo – que o tipo de dinâmica que os teóricos discutem em um nível mais

¹⁷ Ver: BADEL, Laurence. “Diplomacy and the History of International Relations: Redefining a Conflictual Relationship”, *Diplomatica*, v. 1, 2019, p. 33-39.

abstrato está em andamento neste caso particular¹⁸” (TRACHTENBERG, 2006, p. 138-139 – tradução nossa). Compreender significa enxergar o geral no específico, e é isso que as teorias ajudam o historiador a fazer (TRACHTENBERG, 2006, p. 138-139).

Pierre Renouvin e Jean Baptiste Duroselle, historiadores a quem se costuma atribuir o título de “pais fundadores” da História das Relações Internacionais, observam que a inteligência humana não pode evitar as “classificações, a descoberta dos ‘grandes tipos’, mesmo em se tratando de realidades tão insondáveis como as criaturas humanas, dotadas de consciência e de vontade” (DUROSELLE e RENOUVIN, 1967, p. 301). Para eles, a História não deve servir como mero repositório de elementos de sustentação para teóricos. O que cabe ao historiador é “investigar o passado, a fim de estabelecer as constatações permitidas pelo estudo dos documentos” e apenas eventualmente fornecer materiais para os teóricos (DUROSELLE e RENOUVIN, 1967, p. 8).

A opinião destes historiadores é endossada por cientistas políticos e analistas internacionais. Donald Puchala pensa que teorizar em Relações Internacionais não consiste em achar evidências empiricamente verificáveis, nem em previsões derivadas de deduções rigorosas (PUCHALA, 2003, p. 23-24). O grande dever dos teóricos é pintar para nós seus quadros holísticos, caso contrário nossas visões de mundo ficariam presas ao estágio de lentes de aumento, no qual as partes são fielmente detalhadas, mas o todo é abandonado a uma mão invisível ou interpretado como a mera soma das partes (PUCHALA, 2003, p. 28).

Nessa mesma linha, Marc Trachtenberg afirma que o papel da História não pode se resumir à mera testagem de teorias de Relações Internacionais, pois isso implicaria eliminar todas as diferenças entre o modelo e os fatos observados. Eliminando tal diferença, eliminar-se-ia exatamente aquilo que o modelo teórico propõe: prover uma “conscientização da estrutura¹⁹” que é inexistente na confrontação original com um complexo de fenômenos:

O objetivo [da teoria] é, ao contrário, ir ao cerne da questão – simplificar, focar no que está movendo as coisas, trazer o que era realmente importante no que estava sendo estudado. Teorias, portanto, devem prover um tipo de modelo, uma visão de certa forma estilizada da realidade. E este modelo deve diferir do pedaço da realidade que ela deve te ajudar a entender²⁰ (TRACHTENBERG, 2006, p. 40-41 – tradução nossa).

Thomas W. Smith desconstrói a noção largamente consolidada de que ao historiador competiria descrever o particular, a diferença, o conteúdo e a complexidade, ao passo que aos

¹⁸ No original, em inglês: “is not just an isolated historical artifact, a way of framing the issue specific to this particular case”; “(...) something more general is at work – that the sort of dynamic the theorists have discussed at a more abstract level is at work in this particular case” (TRACHTENBERG, 2006, p. 138-139).

¹⁹ No original, em inglês: “Awareness of structure”.

²⁰ No original, em inglês: “The goal instead is to cut to the core – to simplify, to focus on what is driving things, to bring out what was really important in what is being studied. Theories therefore have to provide a kind of model, a somewhat stylized view of reality. And that model has to differ from the chunk of reality it is supposed to help you understand” (TRACHTENBERG, 2006, p. 40-41).

teóricos de Relações Internacionais caberia a formulação de leis generalizantes que salientassem as regularidades. Nas palavras do autor:

Em ambas as disciplinas, “fatos” não existem simplesmente esperando serem incorporados à pesquisa. Historiadores, bem como teóricos, dependem de generalizações, modelos e conceitos. Eles são indispensáveis para a escrita histórica; sem algum tipo de moldura, evidências e ideias carecem de significado ou coerência. “Fatos podem ser fatos”, escreveu Hugh Stretton, “mas teorias os ordenam e explicações os selecionam”²¹ (SMITH, 1999, p. 24 – tradução nossa).

A própria divisão entre História e Relações Internacionais é meramente artificial. A História não é imune à teoria e os historiadores estariam perdidos sem os modelos e conceitos que conferem coerência às histórias contadas (SMITH, 1999, p. 179). A teoria fornece um modelo, um guia, um mapa ou uma lente sob os quais a História faz sentido. A função da teoria não é brigar com os fatos, mas “iluminar as tendências e tectônicas gerais da política internacional”²² (SMITH, 1999, p. 25 – tradução nossa). Já a História é importante para o teórico não como repositório para testar teorias, mas porque ela o ajuda a desenvolver uma sensibilidade que possibilita o julgamento inteligente. Análises puramente abstratas podem nos levar longe, mas em algum momento a teoria precisa nos ajudar a entender algo sobre o mundo real (TRACHTENBERG, 2006, p. 44).

É preciso, portanto, superar caricaturas simplistas que tendem a representar as Relações Internacionais como uma disciplina a-histórica²³. A História sempre fez parte da disciplina de Relações Internacionais, embora diferentes concepções de História tenham informado diferentes escolas teóricas (HOBSON e LAWSON, 2008, p. 3, 6). Como a História se manifestou de formas múltiplas nas Relações Internacionais (embora nunca se ausentando), não deveria existir estranhamento algum entre as disciplinas: “De fato, a História é, de várias formas, o mínimo denominador comum dos vários paradigmas dentro da disciplina [de Relações Internacionais]²⁴” (HOBSON e LAWSON, 2008, p. 22 – tradução nossa).

Dado que o historiador precisa valer-se das teorias de Relações Internacionais para que seu trabalho se funde em alicerces seguros, optamos aqui pela construtivista.

Crenças importam: a escola construtivista de Relações Internacionais

²¹ No original, em inglês: “In either discipline, ‘facts’ do not simply exist waiting to be incorporated into research. Historians as well as theorists rely on generalizations, models, and concepts. These are indispensable to historical writing; without some sort of framework, evidence and ideas lack meaning or coherence. ‘Facts may be facts’, Hugh Stretton wrote, ‘but theories order them and explanations select them’” (SMITH, 1999, p. 24).

²² No original, em inglês: “to illuminate the general trends or tectonics of international politics” (SMITH, 1999, p. 25).

²³ Sobre as relações entre História e Relações Internacionais, ver: DEVETAK, Richard. “‘The battle is all there is’: philosophy and history in International Relations theory”. In: **International Relations**, 2017, Vol. 31(3) 261–281; GADDIS, John Lewis. “History, Theory, and Common Ground”. In: **International Security**, 22(1): 75-85, 1997.

²⁴ No original, em inglês: “Indeed, history is, in many ways, the lowest common denominator of the various paradigms within the discipline” (LAWSON e HOBSON, 2008, p. 22).

Dentro da disciplina de Relações Internacionais, o construtivismo é uma teoria relativamente nova, tendo se desenvolvido nos anos 1980. Por isso, antes de tratarmos do construtivismo, façamos uma breve incursão pelas teorias que o antecederam.

O liberalismo foi uma das teorias pioneiras das Relações Internacionais, tendo surgido após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Teóricos liberais atribuíam a guerra à mentalidade egoísta de líderes autoritários na Alemanha e no Império Austro-Húngaro. A ausência de instituições democráticas e a concentração de poderes em líderes autocráticos teriam levado a Europa ao abismo da guerra. Apoiando-se no ensaio de Immanuel Kant intitulado *Para a Paz Perpétua*, de 1795, o liberalismo via a guerra como uma ameaça aos interesses coletivos, atendendo a ambições elitistas. Por serem comprometidas com os interesses coletivos, as repúblicas democráticas tornariam a decisão de ir à guerra muito mais difícil. Em regimes autoritários, por outro lado, a decisão de ir à guerra era mais fácil, já que tais regimes contemplavam interesses restritos (MESSARI e NOGUEIRA, 2005, p. 64).

O presidente norte-americano Woodrow Wilson foi um dos expoentes do pensamento liberal. Para ele, encorajar a criação de regimes democráticos era uma das chaves para se evitar novos conflitos. A criação de uma organização internacional que assegurasse a integridade dos Estados seria outro caminho para impedir a eclosão de uma nova guerra (JACKSON e SORENSEN, 2007). Sendo assim, a doutrina proposta pelo presidente Woodrow Wilson “associava um forte componente moral à crença na resolução racional para os conflitos, a partir da difusão do modelo das democracias-liberais e da adesão das nações a princípios como o ‘primado do Direito’” (SOUZA, 2005, p. 38).

Frustrando as expectativas de vários pensadores liberais, o entre guerras foi um período de ascensão de regimes autoritários e de inexpressiva atuação da Liga das Nações, organização fundada seguindo os parâmetros wilsonianos. Esse momento histórico lançou as bases para uma visão mais pessimista das Relações Internacionais: o realismo.

Os realistas referiam-se pejorativamente aos acadêmicos liberais como “utópicos” ou “idealistas”, denunciando seu excessivo otimismo. Segundo o realismo, o ponto de partida do acadêmico de Relações Internacionais não é a existência de pessoas e Estados vivendo em harmonia. Há pessoas e países em melhores condições do que outros, e os primeiros irão lutar para manter o que possuem, ao passo que os segundos irão se empenhar em conquistar o que não têm. Por isso, na ótica realista as Relações Internacionais tratam mais de conflitos do que de cooperação (JACKSON e SORENSEN, 2007). Análises realistas superestimam o Estado como principal ator internacional e relegam outros atores a segundo plano.

Como não existe um governo mundial que organize as relações entre os Estados, os realistas interpretam o sistema internacional como uma anarquia em que Estados competem entre si por poder e influência, tornando o direito internacional irrelevante. O sistema internacional é, para os realistas, análogo ao estado de natureza hobbesiano. Hans Morgenthau, um dos maiores expoentes do pensamento realista, afirma que na base das Relações Internacionais está uma natureza humana egoísta e perversa. Como a natureza humana não muda, a História é uma recorrência cíclica de erros que conduzem a crises²⁵ (MORGENTHAU citado por JACKSON e SORENSEN, 2007).

O pessimismo realista seria confirmado pela eclosão da Segunda Guerra Mundial e pela rivalidade nuclear entre Estados Unidos e União Soviética na Guerra Fria. Entretanto, nos anos 1960-1970 abrem-se algumas fendas no rígido antagonismo Moscou-Washington. A integração europeia, o afrouxamento da rivalidade entre norte-americanos e soviéticos, a intensificação das trocas comerciais, das viagens e dos meios de comunicação geraram terreno propício para o renascimento dos postulados liberais. As Relações Internacionais não eram mais vistas apenas como o domínio do conflito, mas também da cooperação. A ascensão de novos atores internacionais como multinacionais e ONGs desafiava a crença realista no Estado como ator mais relevante (JACKSON e SORENSEN, 2007).

Esse novo cenário engendrou a ascensão da escola neoliberal de Relações Internacionais. Contrapondo-se aos realistas, os neoliberais compartilhavam antigas ideias liberais sobre o primado do Direito e das organizações internacionais para promover a cooperação entre os atores internacionais. Também preservaram a crença de que democracias liberais dificilmente entram em guerra entre si. Por outro lado, os neoliberais tentavam se afastar das acusações de idealismo. Porém, a mais importante inovação neoliberal foi a adoção de métodos científicos behavioristas, isto é, influenciados pelas ciências exatas e naturais (JACKSON e SORENSEN, 2007).

O recrudescimento do conflito Moscou-Washington nos anos 1980 (a “Segunda Guerra Fria”) foi o palco para o desenvolvimento do neorealismo. Diferente dos primeiros realistas, o neorealismo não remetia os conflitos a uma natureza humana perversa, mas à estrutura do sistema internacional. Para Kenneth Waltz, um dos teóricos neorealistas, a estrutura do sistema internacional é anárquica, composta por vários Estados cujas características domésticas são pouco relevantes para explicar as relações entre eles, pois o sistema internacional teria uma

²⁵ A crítica dos realistas ao liberalismo tem sido exagerada. Costuma-se atribuir ao livro *Vinte Anos de Crise* (1939), de E. H. Carr, um papel de proa na crítica ao “idealismo” liberal. Entretanto, seus escritos são muito mais complexos do que isso. Em certos momentos, Carr admite até a impossibilidade de ser um realista por completo, pois acredita que uma conciliação entre utopia e realidade é inevitável (SOUZA, 2005, p. 53, 54).

dinâmica própria. As guerras entre os Estados não seriam fruto de contrastes ideológicos, mas da busca por aumentar o poder relativo em um sistema anárquico. Os neorealistas afirmam que a cooperação é sim possível, mas que mesmo na cooperação os atores envolvidos tentarão maximizar seus ganhos. Assim como o neoliberalismo, o neorealismo também recorreu a métodos das ciências exatas e naturais para conferir às Relações Internacionais um caráter científico (JACKSON e SORENSEN, 2007).

O colapso da União Soviética em 1991 colocou em xeque as teorias tradicionais supracitadas, pois nenhuma delas havia sido capaz de prever a queda do comunismo. O fim abrupto da Guerra Fria evidenciou o anacronismo das teorias tradicionais. Realismo, liberalismo e seus congêneres já não davam mais conta de apreender um mundo que mudava de uma ordem bipolar estável para uma ordem multipolar instável. Tais teorias, “ávidas por criar modelos robustos da realidade, com elementos constantes e estáveis, haviam sido ultrapassadas e deixadas para trás por uma realidade em constante mudança²⁶” (CHWEDCZUK-SZULC, 2019, p. 87-88 – tradução nossa). Foi neste contexto que a teoria construtivista começou a ser gestada²⁷.

Nossa opção pelo construtivismo partiu de uma dupla constatação: a de que as teorias “consagradas” (realismo, liberalismo, neorealismo e neoliberalismo) não se adequavam ao nosso objeto, e a de que a abordagem construtivista fornecia ferramentas úteis para abordar nosso objeto de estudo. A ênfase do realismo no conflito não é adequada a um estudo como este, que constatou justamente um aperfeiçoamento nas relações entre o Brasil e a República da China. O liberalismo e seu elogio às democracias liberais nos pareceram inapropriados para abordar relações entre dois regimes ditatoriais. Ao relevar a segundo plano os aspectos internos dos Estados, o neorealismo também não nos despertou interesse, já que foi um elemento interno ao Brasil e à República da China (a saber, a existência de regimes anticomunistas) que nos motivou a escrever essa tese. Por fim, o neoliberalismo não nos pareceu uma boa opção, já que estamos tratando de relações políticas, e não econômicas.

O construtivismo, por sua vez, entende que “o estudo das relações internacionais deve se focar nas ideias e crenças que informam os atores no cenário internacional, bem como nos

²⁶ No original, em inglês: “aiming at the creation of robust models of reality, with constant and stable elements, were overtaken and left behind by the ever-alternating reality” (CHWEDCZUK-SZULC, 2019, p. 87-88).

²⁷ Emanuel Adler, porém, escreve que o construtivismo foi resultado de uma série de questionamentos e demandas que já vinham abalando a disciplina de Relações Internacionais pelo menos dez anos antes do fim da Guerra Fria. Tais questionamentos se inspiravam na ideia de que a ciência não é independente de seu objeto, mas, pelo contrário, ajuda a construí-lo (ADLER, 2008, p. 98-99). Hartmut Elsenhans relativiza o teor inovador do construtivismo ao alegar que o construtivismo apenas retoma argumentos que já haviam sido desenvolvidos anteriormente por teóricos de diferentes escolas (ELSENHANS, 2019, p. 36-37).

entendimentos compartilhados entre eles” (JACKSON e SORENSEN, 2007, p. 162). A existência de um entendimento compartilhado entre o governo brasileiro e o governo de Chiang Kai-shek de que havia uma ameaça comunista a ser combatida nos mostrou que o construtivismo poderia ser um referencial adequado para nossas fontes. Ademais, o construtivismo entende que o discurso não é um mero instrumento para a ação política, mas sim a própria ação política (MESSARI e NOGUEIRA, 2005, p. 163, 168, 169).

Os debates entre realistas e liberais no entre guerras aos quais nos referimos acima constituem o primeiro grande debate da disciplina de Relações Internacionais. Houve um segundo debate que opôs as abordagens tradicionais (realismo e liberalismo) às abordagens behavioristas (neorrealismo e neoliberalismo). Porém, para entendermos o construtivismo é preciso recorrer ao terceiro debate: aquele que opôs as abordagens *mainstream* (liberalismo, realismo, neorrealismo e neoliberalismo), às abordagens pós-positivistas, entendendo-se como pós-positivistas uma ampla gama de abordagens, dentre as quais está o construtivismo.

Yosef Lapid afirma que o ponto de contato entre as abordagens pós-positivistas reside em seu perspectivismo, isto é, a ideia de que o significado não é intrínseco ao mundo, mas sim constantemente construído, defendido e desafiado. Sua maior preocupação é problematizar respostas, estranhar o familiar e reverter o processo de construção, para revelar o quão problemático é tomar as estruturas como dadas. Outra importante característica das abordagens pós-positivistas é o relativismo. Teorias pós-positivistas desafiam a crença de que os critérios empregados pelas ciências naturais possam ser aplicados às ciências humanas. O relativismo compreende a ciência como polimórfica, e não mais como uma entidade monolítica, valorizando assim o dissenso científico (LAPID, 1989, p. 242, 243).

Yosef Lapid destaca que as abordagens pós-positivistas diversificaram os paradigmas de Relações Internacionais, mostrando como a força da disciplina vem justamente da pluralidade de suas orientações teóricas e da possibilidade do dissenso. A viragem pós-positivista também marcou o início do fim de um dos maiores problemas que afligiam as Relações Internacionais: sua incapacidade de refletir e criticar a si mesmas²⁸ (LAPID, 1989, p. 245, 249-250).

Hannes Peltonen destaca a dificuldade de se dar uma definição fechada e imutável ao construtivismo, enfatizando a pluralidade desta escola e seu constante processo de mutação. Construtivistas estão, eles mesmos, em processo de constante construção e reconstrução. Entretanto, também é possível encontrar pontos em comum. Os primeiros construtivistas se

²⁸ Lapid (1989, 249-250) lamenta que por muitos anos a disciplina de Relações Internacionais tenha sido considerada uma das Ciências Sociais ocidentais menos autorreflexivas.

uniam na crença que o mundo não estava simplesmente lá fora para que nós pudéssemos observá-lo. Pelo contrário: o mundo social é visto pelos construtivistas como em processo de constante construção e reconstrução, como resultado de nossas ações, conceitualizações, percepções, regras e normas. O mundo material certamente está “lá”, mas este “lá” por si só não tem significado, já que nós só acessamos e agimos no mundo por meio de nossas ações e linguagens, que então transmitem significados para outros (PELTONEN, 2017, p. 5).

Desse modo, o construtivismo desnaturaliza o mundo social, mostrando como a realidade é socialmente construída e rejeitando a existência objetiva de um mundo natural. Ainda que os construtivistas não acreditem em uma realidade objetiva, eles não propõem um relativismo absoluto, pois acreditam que tal realidade pode ser comunicada de uma forma intersubjetiva. Intersubjetividade é, para os construtivistas, o mínimo denominador comum que permite a troca de significados (CHWEDCZUK-SZULC, 2019, p. 90).

Kathryn Sikkink e Martha Finnemore elencam três importantes asserções da escola construtivista de Relações Internacionais: A) A crença de que a interação humana é moldada principalmente por fatores ideacionais, não apenas materiais. B) A noção de que as forças ideacionais mais importantes são crenças amplamente compartilhadas ou intersubjetivas, que não se reduzem aos indivíduos. C) A ideia de que tais crenças compartilhadas constroem os interesses e identidades dos atores e orientam suas ações (FINNEMORE e SIKKINK, 2001, p. 393).

Emanuel Adler afirma que o construtivismo é particularmente sensível ao impacto que discursos, narrativas e construções sobre a realidade social exercem sobre as escolhas dos atores. O mundo social, de acordo com os construtivistas, não é feito só de uma realidade física material, mas também de entendimentos intersubjetivos acerca daquela realidade. A partir do momento em que tratamos os fenômenos internacionais como fatos sociais, e não como algo dado, entendemos que tais fenômenos não são alheios à vontade humana, dependendo da atribuição de sentidos coletivos pelos atores sociais. De fato, é apenas na medida em que atribuem entendimentos e significados aos seus contextos que os indivíduos deixam de ser indivíduos se convertem em agentes (ADLER, 2008, p. 100, 103).

Nazya Fiaz identifica o construtivismo como a manifestação de uma das preocupações mais latentes das Relações Internacionais nas últimas décadas: o estudo de como os discursos ajudam a produzir a realidade social (FIAZ, 2014). Já Leandro Enrique Sánchez entende que o construtivismo pode ser definido como a atividade do sujeito que, ao conhecer o seu objeto, ajuda a constituir-lo (SÁNCHEZ, 2012, p. 127). Stefano Guzzini acredita que o construtivismo “não desafia a existência possível dos fenômenos (sobretudo os naturais) independentemente

do pensamento, mas desafia sua observação independente da linguagem²⁹” (GUZZINI, 2000, p. 159 – tradução nossa).

O modo abrupto e inesperado pelo qual a Guerra Fria terminou mostrou, segundo os construtivistas, que o mundo das relações internacionais não é como o mundo natural, pois não existe independente de nossa ação e entendimento. Suas regras são feitas e reproduzidas pelas práticas humanas. Por outro lado, o construtivismo não é um puro voluntarismo que admite que qualquer mundo social pode ser construído apenas se quisermos. Por mais que existam regras e normas a guiar o comportamento humano, tais normas são abordadas pelo construtivismo como sendo intersubjetivas, nunca individuais (GUZZINI, 2000, p. 155). As estruturas, portanto, não passam despercebidas pelos teóricos construtivistas:

Levando a sério as crenças, percepções e estilos de tomadas de decisão dos líderes como um conjunto de variáveis explanatórias e examinando empiricamente como estas características interagem com as estruturas que os líderes confrontam é um importante passo para aguçar nosso poder analítico e obter uma boa percepção dos eventos que definem nossos tempos³⁰ (KELLER e SHANNON, 2007, p. 99 – tradução nossa).

Alexander Wendt é considerado o pai fundador do construtivismo em Relações Internacionais. Contudo, na contramão dos construtivistas que levaram a crítica ao positivismo aos extremos, Wendt acredita que existe uma “realidade lá fora” que pode ser acessada. Também contrastando com construtivistas mais radicais que valorizam outros atores para além do Estado, Wendt ainda considera o Estado como um ator preponderante. A premissa de Wendt é de que, sendo os Estados a forma dominante de subjetividade na política mundial contemporânea, eles devem ser a unidade primária de análise ao se pensar as relações internacionais. Respondendo a críticas de outros construtivistas, Wendt alega que não faz sentido criticar uma teoria de política internacional por ela ser Estado-cêntrica, assim como não faz sentido criticar uma teoria das florestas por ela ser “árvore-cêntrica”! (WENDT, 1999, p. 9). Na mesma linha, Jean Baptiste Duroselle e Pierre Renouvin destacam que os intercâmbios entre povos e indivíduos, a circulação de ideias, os jogos de influências e as manifestações de simpatia ou antipatia raramente podem ser dissociados das relações entre os Estados, já que os governos não deixam livre curso aos contatos entre os povos, colocando-lhes regulamentações e limitações:

Regulamentadas pelos Estados, as relações em questão tornam-se um elemento de negociações ou de contestações entre os governos. Por conseguinte, é a ação dos

²⁹ No original, em inglês: “It does not challenge the possible thought-independent existence of (in particular natural) phenomena, but it challenges their language-independent observation” (GUZZINI, 2000, p. 159).

³⁰ No original, em inglês: “Taking leaders’ beliefs, perceptions, and decision-making styles seriously as a set of explanatory variables, and empirically examining how these characteristics interact with the structures that leaders confront is an important step in sharpening our analytic power and gaining insight into the defining events of our times” (KELLER e SHANNON, 2007, p. 99).

Estados que se acha “no centro das relações internacionais” (DUROSELLE e RENOUVIN, 1967, p. 5).

Por outro lado, Wendt também rompe com abordagens realistas e neorealistas ao interpretar a estrutura internacional como um fenômeno social, mais do que material. Como a base da sociabilidade é o conhecimento compartilhado, a estrutura internacional para Wendt é uma distribuição de conhecimentos, e não de poderes militares ou econômicos, como diziam as teorias *mainstream* (WENDT, 1999, p. 20). Ao enxergar a estrutura internacional como uma distribuição de conhecimentos, Wendt postula que “o caráter da vida internacional é determinado pelas crenças e expectativas que os Estados possuem uns sobre os outros, e estes são amplamente constituídos por estruturas sociais [isto é, formadas por saberes compartilhados], e não materiais³¹” (...) (WENDT, 1999, p. 20 – tradução nossa).

O autor rejeita ainda visões simplistas do construtivismo segundo as quais a ele consiste em “ideias do começo ao fim” (*ideas all the way down*), pois tais ideias são reguladas por uma realidade física independente dos atores, além de poderem sofrer os efeitos de forças materiais (WENDT, 1999, p. 110-111). Entretanto, enquanto os materialistas acreditam que o fato mais fundamental da sociedade é a natureza e a organização das forças materiais (como a natureza humana, os recursos naturais ou as forças de produção), para os idealistas (entre os quais Wendt se inclui), o fato mais fundamental da sociedade é a estrutura da consciência social, isto é, a distribuição de ideias e saberes (WENDT, 1999, p. 23, 24).

Wendt postula que sua teoria é uma teoria constitutiva e não uma teoria causal. Teorias constitutivas não se perguntam como ou por que X produziu Y, mas buscam entender as estruturas que constituem X e Y. Para o construtivismo, os fatores ideacionais (crenças, desejos, valores etc.) não são causa ou consequência dos fatores materiais: eles constituem os fatores materiais (WENDT, 1999, p. 308-309). Escravos não causam senhores, assim como súditos não causam reis, mas as relações escravo-senhor ou súdito-rei são relevantes para a construção de cada um desses atores. Citando o autor:

(...) para entender a diferença que as ideias e as estruturas sociais fazem na política internacional nós precisamos reconhecer a existência de *efeitos* constitutivos. Ideias ou estruturas sociais possuem efeitos constitutivos quando elas criam fenômenos – propriedades, poderes, disposições, significados etc. – que são conceitualmente ou logicamente dependentes daquelas ideias ou estruturas, que existem apenas “em virtude delas³²” (WENDT, 1999, p. 87-88 – tradução nossa).

³¹ No original, em inglês: “the character of international life is determined by the beliefs and expectations that states have about each other, and these are constituted largely by social rather than material structures” (WENDT, 1999, p. 20).

³² No original em inglês: “(...) to understand the difference that ideas and social structures make in international politics we need to recognize the existence of constitutive *effects*. Ideas or social structures have constitutive effects when they create phenomena – properties, powers, dispositions, meanings, etc. – that are conceptually or logically dependent on those ideas or structures, that exist only ‘in virtue of’ them” (WENDT, 1999, p. 87-88).

Dessa forma, poder, interesses e forças materiais, tão valorizados pelos realistas, só são importantes se analisados à luz dos significados construídos ao seu redor. Como explicar, por exemplo, que a existência de 500 ogivas nucleares britânicas seja menos ameaçadora para os Estados Unidos do que a existência de cinco ogivas norte-coreanas? Devido aos diferentes significados que os Estados Unidos atribuem a cada arsenal nuclear, eles se sentem mais ameaçados pelo arsenal norte-coreano, apesar de suas dimensões reduzidas (WENDT, 1999, p. 24-25). Desse modo, não há nada intrínseco às armas nucleares que as torna ameaçadoras por si sós. Armas nucleares (assim como quaisquer outros fatores materiais) só são ameaçadores se os sentidos atribuídos a elas pelos atores assim as entenderem.

De forma análoga, Ted Hopf entende que nenhum Estado busca se defender de outro Estado mais poderoso a menos que o perceba como uma ameaça. Nenhum país da Europa Ocidental buscou proteger-se dos Estados Unidos após 1945, apesar de este ser um país visivelmente mais poderoso e menos debilitado pela guerra do que os soviéticos. Como as identidades estatais do dos Estados Unidos e Europa Ocidental se enraizavam em ambientes socioculturais domésticos distintos do ambiente soviético, elas produziram entendimentos mútuos que se baseavam em diferenças de práticas e identidades (HOPF, 1998, p. 187)

Não é possível estabelecer, a priori, qualquer relação entre forças materiais e ideias. Em certos casos, condições materiais serão decisivas, e em outros casos as ideias serão mais decisivas. Ainda assim, Wendt crê que “na maioria dos casos as ideias é que darão significado para as condições materiais, e não o oposto³³” (WENDT, 1999, p. 256 – tradução nossa). Ademais, se desejarmos dizer “coisas grandes e importantes sobre a política mundial, seria melhor nos focarmos primeiro nas ideias dos Estados e nos interesses que elas constituem, e só então preocupar-nos com quem possui mais armas³⁴” (WENDT, 1999, p. 256 – tradução nossa).

Há quem considere o construtivismo apenas uma meta-teoria, por contribuir com o debate pós-positivista e questionar o próprio conceito de teoria³⁵ (SÁNCHEZ, 2012, p. 118). Por outro lado, há construtivistas como Maja Zehfuss e Karin Fierke que se preocupam em aplicar o construtivismo a pesquisas empíricas, e não apenas a debates teóricos ou metateóricos

³³ No original em inglês: “(...) in most cases it will be ideas that give meaning to material conditions rather than the other way around” (WENDT, 1999, p. 256).

³⁴ No original, em inglês: “(...) if we want to say a small number of big and important things about world politics we would do better to focus first on states’ ideas and the interests they constitute, and only then worry about who has how many guns” (WENDT, 1999, p. 256). A queda da União Soviética é mais bem compreendida se olharmos para o nacionalismo e as identidades que emergiam no Leste Europeu. As *capabilities* militares não tiveram qualquer significado para este episódio, dado que a força do Pacto de Varsóvia não sofreu alterações significativas entre fevereiro de 1989 e fevereiro de 1991 (KOSLOWSKI e KRATOCHWIL, 1994, p. 247).

³⁵ Jeffrey T. Checkel acredita que o construtivismo é apenas um método, cabendo aos seus acadêmicos o desafio de desenvolver uma teoria (CHECKEL, 1998, p. 325).

(MESSARI e NOGUEIRA, 2005, p. 182). Nos últimos anos, diversos trabalhos acadêmicos têm usado o construtivismo para analisar fatos históricos.

Caroline Putri Pratama (2013) usa o construtivismo para analisar o complexo de segurança regional na Ásia Central. Natalia Lizama (2013) emprega o construtivismo para analisar como a Guerra do Pacífico (1879-1883) entre Bolívia e Chile consolidou percepções mútuas entre chilenos e bolivianos que persistiram pelo menos até o começo dos anos 2000, durante os conflitos em torno do gás natural.

Cameron G. Thies usa o construtivismo para mostrar como Israel emergiu como um Estado de identidade judaica em uma região onde predomina a identidade islâmica, tornando seu processo de socialização muito difícil (THIES, 2012, p. 34-35). Em outro artigo, Thies usa o construtivismo para analisar as diferentes identidades assumidas por Israel: de defensor da fé judaica a “*internal developer*”³⁶, embora falhando em assumir a identidade de líder regional (THIES, 2020, p. 1-2). Já o artigo de Jamie Jaafar mostra que o Japão incorporou sua derrota devastadora na Segunda Guerra Mundial e seu papel de única vítima de armas nucleares à sua cultura estratégica de pacifismo e renúncia a aspirações de se tornar uma potência. De modo análogo, a culpa alemã pelos horrores da guerra fez o país pautar sua política exterior pela integração europeia. O autor ainda afirma que a iniciativa russa de formar a União Econômica Eurasiática em 2015 valeu-se de uma identidade eurasiática compartilhada pelos países-membros (JAAFAR, 2018, p. 11-13, 17).

Mahdi Mohammad Nia afirma que qualquer transformação na identidade doméstica de um Estado irá eventualmente afetar a formação de identidade a nível internacional, onde Estados tentarão reformular suas prioridades segundo sua nova identidade. Após a Revolução Islâmica de 1979, o Irã adquiriu uma nova definição de “si” e desenvolveu uma nova identidade por meio de estratégias como a exportação da revolução e o apoio a movimentos revolucionários islâmicos (NIA, 2010, p. 149, 154, 156).

Por fim, em tese de doutorado de 2016, Anthony Teitler utiliza o construtivismo para iluminar a política externa norte-americana no Afeganistão. Para o autor, tal política externa deve ser compreendida à luz da crença que as elites norte-americanas têm de que o país é a força progressiva que lidera o mundo – noção essa que justificaria a política do país no Afeganistão (TEITLER, 2016, p. 10). Teitler também constatou que os diferentes discursos dos Estados Unidos acerca dos *mujahideen* que lutaram no Afeganistão ajudaram Washington a reafirmar sua identidade como um ator benevolente (TEITLER, 2016, p. 55).

³⁶ Um Estado que conseguiu converter uma região desértica em país próspero.

Dado o exposto até o momento, podemos ver que o construtivismo fornece alicerces sólidos para desenvolvermos nossa pesquisa. Ideias, crenças, opiniões, saberes e conhecimentos compartilhados são todas ferramentas caras para o paradigma construtivista e à nossa pesquisa, na medida em que investigaremos o papel do ideário anticomunista nas relações entre o regime militar instalado em 1964 e o regime de Chiang Kai-shek.

Também escolhemos o construtivismo por ser um meio termo entre o materialismo das teorias consagradas e o excessivo idealismo das teorias ditas pós-modernas³⁷. Ao não abandonar as variáveis materiais como o poder e os interesses, ao mesmo tempo em que atentava para os fatores ideacionais por trás delas, o construtivismo consolidou-se como um *middle ground* e acabou ascendendo ao patamar de teoria *mainstream* (MENDES, 2012, p. 110). Em trabalho recente, Karol Chwedczuk-Szulc entrevistou acadêmicos de 20 países e constatou que o construtivismo foi a escola mais utilizada no Brasil, seguido pelo realismo e pelo liberalismo. Nos Estados Unidos, o construtivismo também foi apontado como a teoria mais utilizada, empatando com o liberalismo e superando o realismo. A pesquisa também constatou que o construtivismo superava o liberalismo e o realismo no Reino Unido, Singapura, Argentina e Colômbia³⁸ (CHWEDCZUK-SZULC, 2019, p. 93).

Por fim, também aderimos ao construtivismo por ser a escola teórica mais inclinada a reconhecer a importância da historiografia para as Relações Internacionais. Frente a uma gama de teóricos céticos quanto à capacidade da História de contribuir de forma substantiva para a disciplina de Relações Internacionais, o construtivismo desponta como uma escola teórica que não se envergonha de mostrar a face humana das Relações Internacionais. Donald Puchala afirma que historiadores fornecem insights sobre causas, efeitos e significados nas relações humanas, e lamenta que as Humanidades venham sendo excluídas pelas principais correntes de Relações Internacionais (PUCHALA, 2003, p. 222). De fato, o construtivismo é impensável sem a história, já que os construtivistas buscam entender as mudanças no cenário internacional que só fazem sentido à luz da historicidade (ADLER, 2008, p. 102).

Ao optarmos pelo construtivismo, não estamos sugerindo que ele seja melhor do que as demais teorias, nem que as relações internacionais sejam permeadas apenas por fatores ideacionais³⁹. Optamos pelo construtivismo por ser a teoria mais apropriada para lidar com o

³⁷ Ver: ARKAN, Zeynep. “‘Via Media’ vs. the Critical Path: Constructivism(s) and the Case of EU Identity”. In: **All Azimuth: A Journal of Foreign Policy & Peace**. Ihsan Dogramaci Peace Foundation, Center for Foreign Policy & Peace Research. Jul. 2014, Vol. 3, Issue 2, p. 21-36.

³⁸ Sobre possíveis diálogos entre construtivismo e realismo: BARKIN, Samuel J.. **Realist constructivism: rethinking international relations theory**. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 2010.

³⁹ Para críticas ao construtivismo, ver: DAVIES, Mathew. “ASEAN and human rights norms: constructivism, rational choice, and the action-identity gap”. In: **International Relations of the Asia-Pacific**. May 2013, Vol. 13, Issue 2, p. 207-231; ELSENHANS, Hartmut. “Constructivism: The Political Economy of Political Correctness in

nosso objeto de estudo, a saber: as relações entre dois regimes que compartilhavam valores e crenças. Todas as teorias são parciais. O máximo que se pode exigir de cada uma delas é que elas iluminem os fenômenos que estudamos⁴⁰ (PRICE e REUS-SMIT, 1998, p. 280).

Objetivos e relevância social

O objetivo geral dessa pesquisa foi analisar e compreender os principais aspectos das relações políticas sino-brasileiras de 1964 a 1974. Nossos objetivos específicos foram: a) analisar e compreender o impacto do golpe militar de 1964 no Brasil sobre as relações sino-brasileiras; b) discutir em que medida crenças anticomunistas constituíram as relações sino-brasileiras entre 1964 e 1974; c) Investigar como foi possível o reconhecimento da República Popular da China pelo Brasil em 1974; e d) Refletir sobre os impactos do reconhecimento da República Popular da China pelo Brasil sobre as relações entre Brasília e Taipei.

Em relação ao ponto A, trabalhamos com a hipótese de que a ascensão dos militares ao poder no Brasil, ao dotar o país de uma identidade anticomunista, teria contribuído para a criação de um ambiente favorável às relações sino-brasileiras. Sobre o ponto B, pensamos que a crença compartilhada na existência de uma ameaça comunista e na necessidade de combatê-la foi um elemento constitutivo das relações entre o Brasil e a República da China durante o período abordado. Em relação ao ponto C, nossa premissa é a de que o reconhecimento da China comunista em 1974 teria sido o resultado de crenças dos formuladores de política externa brasileira na predominância do antagonismo “Norte-Sul” sobre o antagonismo “Leste-Oeste”. Por fim, em relação ao ponto D, pensamos que tal reconhecimento teria frustrado as expectativas que o regime de Chiang Kai-shek tinha em relação ao Brasil.

As fontes que nos têm permitido perseguir tais objetivos e verificar essas hipóteses são os ofícios e telegramas enviados pela embaixada do Brasil em Taipei para o MRE. Também usamos como fontes recortes de jornais da República da China que eram enviados pela própria embaixada, anexados aos ofícios.

A metodologia de análise desses documentos se pautou, em primeiro lugar, por um breve recuo no tempo. Analisamos as relações Brasil-China antes de 1964, com ênfase para o período entre 1961 e 1964, momento áureo da Política Externa Independente (PEI), para entender em que medida o advento do regime militar brasileiro afetou tais relações. Em um segundo momento, já dentro de nosso escopo temporal, faremos uma cuidadosa leitura desses

a Constructivist IR Zoo”. *Pakistan Horizon*; Abril 2019, Vol. 72, n 2, p. 19-37, 19p.; TAN, See Seng. “Rescuing constructivism from the constructivists: a critical reading of constructivist interventions in Southeast Asian security”. *Pacific Review*. Junho, 2006, Vol. 19, n. 2, p. 239-260.

⁴⁰ Teorias são como jogos distintos nos quais participam diferentes atletas. Não faz muito sentido comparar um campeão de tênis com um campeão de badminton, já que ambos praticam esportes diferentes (SORENSEN e JACKSON, 2007, p. 95).

documentos para verificar em que medida o anticomunismo ajudou a forjar uma identidade entre os dois regimes. Os trechos mais relevantes dessas fontes foram transcritos e analisados à luz do referencial teórico construtivista.

É possível elencar três aspectos que ressaltam a relevância desta pesquisa. Em primeiro lugar, esta é uma pesquisa que ajuda a “descentralizar” a história das direitas. João Fábio Bertonha e Ernesto Bohoslavsky (2016, p. 9, 10) atentam para a necessidade de abordar os diálogos entre as direitas sob a ótica das relações Sul-Sul. Com isso, poderemos ver como o anticomunismo foi plural, nem sempre associado aos Estados Unidos (SCOTT-SMITH, ROULIN, DONGEN, 2014, p. 3).

Essa pesquisa também aprofunda os estudos sobre as relações sino-brasileiras. A historiografia das relações sino-brasileiras se concentra no período pós-1974, quando o Brasil já havia rompido com a República da China e reconhecia apenas a República Popular da China. São os casos dos trabalhos de André Mattoso Maia Amado (1984) e Sérgio Eduardo Moreira Lima (2016), ambos produzidos no Curso de Altos Estudos do MRE. O artigo de Tomaz Mefano Fares (2016) foi um dos poucos trabalhos que encontramos abarcando o período pré-1974. Sua preocupação, contudo, é compreender as estratégias de aproximação da China comunista com o Brasil. Ciça Guedes e Murilo Fiuza de Melo (2014) e Celiane Costa (2018, 2019) escreveram sobre as relações entre o Brasil e a China comunista antes de 1974, focando-se no caso dos nove cidadãos chineses presos pela ditadura brasileira. O tema também despertou o interesse de estudiosos chineses. Xiangzhong Zhu (2007) analisou a visita do presidente João Goulart à China em 1961, ao passo que Yong Wang (2006), Weizhen Wang e Daoyi Zong (2006) estudaram o caso dos chineses presos pela ditadura brasileira. Logo, nem mesmo os trabalhos voltados ao marco temporal pré-1974 abordam as relações com o regime de Chiang Kai-shek, ressaltando assim a originalidade desse trabalho.

Por fim, a ascensão chinesa ao posto de grande potência, a ponto de certos autores falarem em uma nova ordem “pós-ocidental” (STUENKEL, 2016), torna o estudo da história das relações Brasil-China assunto de grande interesse⁴¹. Como já vimos com Jörn Rüsen (1996), ao narrar o passado o historiador atende a demandas do presente e projeta suas expectativas para o futuro. Desse modo, este trabalho pretende dar uma singela contribuição no sentido de ajudar a sintonizar a historiografia brasileira com um mundo no qual a Ásia tende a recuperar o protagonismo perdido para a Europa⁴². Construtivistas entendem que as Relações

⁴¹ A ascensão chinesa não é um evento inédito, apenas a restauração de uma configuração de forças brevemente interrompida pela ascensão das potências ocidentais há dois séculos (FRANK, 1998, p. 5).

⁴² A História das Relações Internacionais precisa se sintonizar com um mundo no qual o Ocidente perde o protagonismo. Estas novas perspectivas demandam novas abordagens do passado (RINGMAR, 2019, p. 2).

Internacionais descrevem os mundos que os agentes constroem socialmente. Para tanto, é necessário estudar e interpretar os vocabulários desses agentes. Como os mundos dos agentes internacionais são expressos por meio de símbolos, nós acessamos esses mundos interpretando tais símbolos. Essa abordagem requer não um distanciamento do objeto para observá-lo, mas sim uma aproximação, um “viver nesse objeto” (PUCHALA, 2003, p. 221-222).

Se queremos “viver” no mundo das relações Brasília-Taipei entre 1964 e 1974, não conseguimos pensar em um momento mais oportuno para a produção dela do que o atual. Ao longo de 2020, assistimos a uma série de provocações do então chanceler Ernesto Araújo, do presidente Bolsonaro e de seus filhos ao regime chinês, acusando-o de ser o responsável pela disseminação do vírus. 2020 marcou, portanto, um novo capítulo nas relações sino-brasileiras no qual voltaram à baila muitos dos argumentos anticomunistas que analisaremos nessa tese⁴³.

Esta tese está dividida em sete capítulos, além da introdução e conclusão. O primeiro capítulo discorre sobre a história do anticomunismo no Brasil para melhor contextualizar o golpe militar de 1964. No segundo capítulo analisamos a ascensão de Chiang Kai-shek ao poder na China, sua retirada para a ilha de Taiwan e as crenças anticomunistas que informavam seu regime. No segundo capítulo também analisamos o anticomunismo chinês e o anticomunismo brasileiro em perspectiva comparada.

O terceiro capítulo aborda as relações entre o Brasil e a China do final do século XIX (quando ambos os países estabelecem relações diplomáticas) até os momentos que antecederam o golpe de 1964. Foi dada especial ênfase ao período que se estende dos estágios finais da Segunda Guerra Mundial até princípios de 1964, pois neste período já é possível notar o anticomunismo contribuindo para o surgimento de afinidades entre ambos os países. As relações entre os dois países ao longo deste período (1944-1964) também foram analisadas a partir dos documentos encontrados no arquivo do MRE.

O capítulo 4 analisa as relações sino-brasileiras nos anos de 1964 e 1965, a fim de entender o impacto do golpe de 1964. Abordamos o polêmico caso dos nove cidadãos chineses presos pelo regime militar, como o golpe militar brasileiro repercutiu na imprensa chinesa e como o governo de Chiang Kai-shek interpretou este golpe. O capítulo 5 aborda as relações sino-brasileiras após o golpe de 1964. Essa análise nos permite entender em que medida o anticomunismo impactou as relações entre os dois países de 1966 a 1972 analisando os periódicos chineses e os ofícios enviados pela embaixada brasileira para o MRE.

⁴³ Em artigo recente, Maurício Santoro afirma que a recente ascensão da direita no Brasil impactou a diplomacia e ajudou a criar fricções com a China (SANTORO, 2020, p. 267).

O capítulo 6 esclarece como foi possível que o Brasil reconhecesse a China comunista em 1974 apesar de compartilhar valores e crenças anticomunistas com a China nacionalista. Para tanto, analisaremos não só fatores internos à China comunista e ao Brasil, mas também o contexto internacional no qual um número cada vez maior de atores reconhecia o regime de Pequim. Por fim, o capítulo 7 avalia como o reconhecimento brasileiro da China comunista afetou as relações do Brasil com a China nacionalista.

CAPÍTULO 1 – O ANTICOMUNISMO NO BRASIL

1.1. O propósito deste capítulo à luz do construtivismo

Ted Hopf destaca que uma importante promessa da teoria construtivista é trazer às Relações Internacionais o âmbito doméstico, por tanto tempo ignorado pelos internacionalistas. Hopf vê o construtivismo como uma teoria que aborda aspectos fundamentais da sociedade doméstica, da cultura e da política que imprimem identidade ao Estado e ajudam a entender sua ação a nível global (HOPF, 1998, p. 194, 195). Segundo o autor, “Qualquer identidade de um Estado na política mundial é produto parcial das práticas sociais que constituem aquela identidade no nível doméstico⁴⁴” (HOPF, 1998, p. 195 – tradução nossa). Sendo assim, “a política de identidades a nível doméstico constrange e possibilita a identidade, os interesses, e as ações do Estado no plano internacional⁴⁵” (HOPF, 1998, p. 195 – tradução nossa).

Dessa maneira, o construtivismo entende que as continuidades e rupturas das políticas externas dos Estados estão condicionadas pelo peso da identidade de cada Estado sobre as demais variáveis, sejam elas domésticas ou externas. As identidades, em outras palavras, operam como critério ordenador da inserção internacional (DOVAL, 2015, p. 128). Ademais, diferente do neorrealismo, que assume uma homogeneidade de interesses e identidades entre os Estados, o construtivismo nunca aborda identidades e interesses desconectados do contexto histórico em que emergiram:

Em suma, por serem as identidades socialmente construídas, quando analisamos a identidade da política exterior de um Estado determinado, é imprescindível contextualizar o período histórico em que essa política exterior será estudada. Neste sentido, a política exterior, como toda outra política pública, se faz influenciar pelo contexto social, mas também pelo contexto material em que ela está imersa⁴⁶ (DOVAL, 2015, p. 135 – tradução nossa).

Em sintonia com a teoria construtivista de Relações Internacionais e sua preocupação em entender como identidades internas aos Estados explicam sua atuação externa, o propósito dos dois primeiros capítulos desta tese é analisar um importante fator ideacional que imprimia identidade aos regimes instalados no Brasil e na China nacionalista entre 1964 e 1974, a saber: o anticomunismo. O capítulo 1 analisou a história do anticomunismo no Brasil, ao passo que o capítulo 2 discutiu o anticomunismo no contexto chinês.

⁴⁴ No original, em inglês: “Any state identity in world politics is partly the product of the social practices that constitute that identity at home” (HOPF, 1998, p. 195).

⁴⁵ No original, em inglês: “In this way, identity politics at home constrain and enable state identity, interests, and actions abroad” (HOPF, 1998, p. 195).

⁴⁶ No original, em espanhol: “En resumen, al ser las identidades socialmente construidas, al momento de analizar la identidad de la política exterior de un Estado determinado, es imprescindible contextualizar el período histórico en que esa política exterior va a estudiarse. En este sentido, la política exterior, como toda otra política pública, se haya influenciada por el contexto social, pero también por el contexto material en el que se halla inmersa” (DOVAL, 2015, p. 135).

1.2.O entre guerras: primeira onda anticomunista no Brasil (1935-1937)

É impossível entender o século XX sem abordar os conflitos, medos e angústias suscitados pela expansão do comunismo. O triunfo da Revolução de Outubro na Rússia em 1917 representou, para comunistas do mundo inteiro, a promessa de realização dos ideais que a Revolução Francesa não havia realizado. Nas palavras de Eliana Dutra: “Se a mãe, a Revolução Francesa, é a promessa, o filho, outubro de 1917, é o ‘rosto’ da revolução. Daí a revolução socialista se tornar o marco de origem, e, por que não dizer, o começo primordial e absoluto da alteridade social” (DUTRA, 1997, p. 117).

Os embates entre comunistas e anticomunistas permearam grande parte da história política do século XX e intensificaram-se ao longo da Guerra Fria, quando o comunismo transcendeu as fronteiras soviéticas e passou a abarcar não só o Leste Europeu, mas também muitos dos países asiáticos e africanos recém-emancipados (MOTTA, 2020, p 2). O Brasil não ficou imune à difusão de ideias e práticas anticomunistas. Rodrigo Motta (2020) identifica três momentos em que o anticomunismo se manifestou de forma mais marcante no Brasil: o primeiro entre 1935 e 1937, o segundo entre 1946 e 1948, e o terceiro entre 1961 e 1964. Porém, segundo Rodrigo Motta, apenas o primeiro e o terceiro momentos podem ser caracterizados como “ondas anticomunistas”. Ademais, apenas o primeiro e o terceiro momentos culminaram em golpes de Estado que alçaram ao poder regimes anticomunistas.

Analisemos cada um destes três momentos em ordem cronológica.

As primeiras manifestações de anticomunismo no país se dão logo após a vitória da Revolução Bolchevique de 1917, quando o Brasil ainda vivia sob a égide da República Oligárquica. A intensificação do movimento operário brasileiro nos anos 1910 e 1920 por meio de greves e manifestações públicas despertou o temor das classes dominantes. Em um ambiente histórico-social marcado pelos signos do pensamento autoritário e conservador, desde o positivismo até o liberalismo autoritário da Primeira República, a repressão foi a arma mais empregada para reprimir quaisquer indícios de turbulência social. Como dizia o jargão da época, no Brasil “a questão social é caso de polícia” (DUTRA, 1997, p. 375).

Desde os anos 1920, as políticas de segurança adotadas no Brasil eram marcadas pela obsessão com a ordem social e política e pela criminalização dos movimentos sociais. O fim da Primeira Guerra Mundial, os impactos da Revolução Russa e a disseminação de movimentos anarquistas espalharam, entre os países europeus, a ideia de que as polícias nacionais precisavam de treinamento especial para combater a violência revolucionária. Na tentativa de sintonizar o Brasil com as discussões ocorridas na Europa e nos Estados Unidos, foram criados

setores na polícia do Distrito Federal (Rio de Janeiro) incumbidos de desempenhar as atividades de uma polícia política (BRITTO, 2011, p. 82, 83-84).

A Inspetoria de Investigação e Segurança Pública (IISP) “hierarquizava positivamente o setor que exerceria vigilância” sobre a segurança interna e a existência política da República, favorecendo assim a formação e expansão de um corpo policial especializado. A IISP seria substituída pela 4ª Delegacia Auxiliar no final de 1922, no governo Artur Bernardes e sob os efeitos do levante tenentista de julho e da criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ambos os eventos criaram um ambiente no qual a elite dirigente do Estado percebeu a necessidade de um tipo de segurança especializado em reprimir atividades políticas. Tanto o movimento operário como a oposição política figuravam como os principais alvos da Seção de Ordem Social da 4ª Delegacia (BRITTO, 2011, p. 88, 90, 99).

Com o triunfo da Revolução de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, esta tendência se aprofunda e o Estado passa a apresentar-se como “implementador de uma profunda profilaxia social” por meio da repressão policial contra diversos segmentos da população (CANCELLI, 1993, p. 48). O doutor Batista Luzardo, primeiro chefe de polícia do Distrito Federal após 1930, contratou dois técnicos do Departamento de Polícia de Nova York para organizar o serviço especial de repressão ao comunismo no Brasil (CANCELLI, 1993, p. 49). Em outubro de 1936, realizou-se o Congresso Nacional de Autoridades Policiais no Rio de Janeiro com objetivo de unificar o trabalho policial contra ameaças políticas, além de converter a Polícia Civil do Distrito Federal em central de informações e ações policiais para o resto do país (CANCELLI, 1993, p. 64).

A 4ª Delegacia foi extinta em 1933 e substituída pela Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), que era parte da Polícia do Distrito Federal. Somada a uma ampla rede de informantes, 3528 funcionários fixos apenas no Rio de Janeiro, verbas secretas, a colaboração de polícias e convênios internacionais, o serviço de delação e os órgãos paralelos de repressão, a DESPS formava um aparato que garantia ao chefe de polícia “um posto alto na hierarquia, não só pela importância que a polícia passou a ter na ditadura [do Estado Novo] e pela sua ligação com Vargas, mas pela quantidade de informações, pessoal e verbas a seu dispor” (CANCELLI, 1993, p. 53).

Diferente da 4ª Delegacia, que cuidava não apenas dos problemas de ordem política mas também de outros casos como vadiagem, meretrício e homicídios, a DESPS significou uma centralização das ações e uma especialização dos serviços que buscavam manter a ordem política. Em documento de julho de 1932, vemos que a quase totalidade das verbas destinadas à Polícia do Distrito Federal se destinava a ações de caráter político sob a rubrica “verba de

repressão” (CANCELLI, 1993, p. 57, 58). Sob o regime varguista, a Polícia do Distrito Federal também exercia vigilância sobre atividades artísticas, controlava empregados domésticos e reprimia a mendicância. Também era exercido forte controle sobre os estrangeiros e quaisquer outros elementos tidos como nocivos à segurança nacional (CANCELLI, 1993, p. 60-61, 69).

Os anos 1930 no Brasil foram um período de crescente polarização política entre grupos de esquerda (inspirados pela União Soviética) e de direita (inspirados pelas experiências nazista e fascista), configurando-se assim o cenário que desencadeou a primeira onda anticomunista. À esquerda do espectro político estavam não apenas o PCB, fundado em 1922, mas também a Aliança Nacional Libertadora (ANL), fundada em 1935 e reunindo militantes de esquerda de várias vertentes na tentativa de articular uma frente antifascista.

À direita, combatendo a ameaça comunista no país, estava a Ação Integralista Brasileira (AIB). Fundada pelo jornalista Plínio Salgado em outubro de 1932, a AIB se inspirava no fascismo italiano e no nacional-socialismo alemão, bem como no franquismo espanhol e no salazarismo português. Junto com a Igreja Católica, a AIB foi um dos principais vetores de disseminação de ideias anticomunistas no período entre guerras (MOTTA, 2020). A partir de 1934 tornaram-se cada vez mais recorrentes os embates de rua entre militantes da ANL e grupos paramilitares integralistas. O anticomunismo e a simpatia pelos fascismos europeus eram os dois principais motivos que levaram os brasileiros a aderirem ao movimento integralista nos anos 1930 (TRINDADE, 1974, p. 160).

O fracassado levante comunista de 1935 teve um papel crucial para desencadear a primeira grande onda anticomunista no Brasil. Diferente das manifestações operárias das primeiras décadas do século XX, o levante de 1935 não se limitava a reivindicar direitos trabalhistas. Seu objetivo era a tomada do poder. Após 1935,

as fundações de uma sólida tradição anticomunista se estabeleceram na sociedade brasileira, sendo reproduzidas nas décadas seguintes pelas ações do Estado, por organizações sociais e mesmo por indivíduos cujo zelo militante levaram à constituição de um imaginário anticomunista⁴⁷ (MOTTA, 2020, p. 3 – tradução nossa).

Alguns meses antes dos eventos de 1935, o presidente Getúlio Vargas havia colocado a ANL na ilegalidade com base na Lei de Segurança Nacional, acalmando temporariamente os ânimos. Porém, a eclosão do levante voltou a inflamar os grupos conservadores. Popularmente conhecido como Intentona Comunista, o levante de 1935 levantou suspeitas acerca do envolvimento de agentes soviéticos no Brasil. De fato, um dos principais traços do anticomunismo nos anos 1930 era a identificação dos comunistas como lacaios de poderes

⁴⁷ No original, em inglês: “the foundations of a solid anti-communist tradition became established in Brazilian society, reproduced over the following decades through the actions of the State, social organizations and even individuals, whose militant zeal led to the constitution of an anti-communist imaginary (MOTTA, 2020, p. 3).

estrangeiros ávidos por invadir do país. Opunha-se à ameaça comunista um apelo nacionalista que diluía as fronteiras entre o público e o privado, pois via a nação como um lar no qual o cidadão poderia encontrar refúgio, segurança e conforto (DUTRA, 1997, p. 150).

O inimigo estrangeiro desempenhava um papel primordial para o discurso nacionalista e anticomunista. A presença de uma ameaça externa ajudava a instigar discursos patrióticos e a configurar uma identidade nacional. Além disso, o estrangeiro era um alvo fácil para acusações de todas as mazelas pelas quais o país passava, ajudando a legitimar o clamor pela união da nação em prol de um objetivo comum. Por fim, a presença de um inimigo estrangeiro comum fornecia argumentos para diluir as divisões sociais e mitigar as tensões de classe. Todos os “particularismos” de classe deveriam ser colocados de lado em nome da luta contra a ameaça à nação (DUTRA, 1997, p. 152). Os comunistas eram representados como seres apátridas, desprovidos de espírito cívico e de amor à terra natal (DUTRA, 1997, p. 155-156).

Apesar da significativa participação civil, a Intentona foi fruto do alto grau de politização do Exército brasileiro. Muitos dos militares que participaram deste levante estavam presentes nas revoltas tenentistas dos anos 1920 e acreditavam que a Revolução de 1930 havia falhado ao cumprir sua promessa de reerguer e moralizar o país, fazendo-se necessária uma nova revolução para corrigir tais erros (MOTTA, 2020, p. 165, 166). Nem todos os rebeldes de 1935 eram do PCB, mas seu objetivo era claramente instaurar um governo socialista no país. O levante de 1935 foi facilmente sufocado pelas autoridades estaduais e nacionais devido à falta de articulação entre os rebeldes de diferentes partes do país, mas isso não impediu que ele contribuísse de forma significativa para a configuração da primeira onda anticomunista no país. O imaginário da época acusava os revoltosos de instigar violência, covardia, assassinatos e estupros, além de representar uma ameaça à ordem (MOTTA, 1935, p. 170).

Os eventos de 1935 forneceram justificativas para o enrijecimento do governo de Getúlio Vargas e para a posterior instauração da ditadura do Estado Novo em novembro de 1937. No entanto, seria um equívoco afirmar que as autoridades se restringiram a manipular ou a exagerar as dimensões destes eventos a fim de obterem mais poder. A ameaça comunista podia não ser real, mas o temor dela certamente era (MOTTA, 2020, p. 174). O golpe do Estado Novo foi levado a cabo sob a justificativa de proteger o Brasil de uma fictícia conspiração comunista apelidada de “Plano Cohen”. Ao rotular a suposta conspiração comunista com um sobrenome judeu, os golpistas reforçavam o imaginário do estrangeiro comunista e subversivo atentando contra a unidade nacional.

O discurso anticomunista nos anos 1930 frequentemente se pautava pela defesa da soberania e da integridade nacionais. Lutar contra o comunismo era lutar pela família, pela

moral e pela propriedade privada. O comunismo era visto como uma ameaça à ordem e à fé católica (DUTRA, 1997, p. 66). Em discurso de 1937, o governador mineiro Benedito Valadares, um dos maiores aliados de Vargas, apresentava duas ideias de revolução. Por um lado, ele elogiou as revoluções que atendiam a nobres objetivos e serviam ao bem da coletividade. Por outro lado, rejeitou as revoluções que atentavam contra a moral, a família, a religião e os costumes. Entre as revoluções que atentavam contra a ordem e os costumes estava, obviamente, a revolução comunista, acusada de minar a unidade nacional ao instigar a luta de classes (DUTRA, 1997, p. 66-67).

Em livro de 1935 intitulado *A Palavra e o Pensamento Integralista*, Gustavo Barroso (1888-1959), importante ideólogo da AIB, descreve o comunismo como “o mais sério adversário do integralismo, por ser a negação de tudo quanto este afirma, negação de Deus, negação da Pátria, negação da Família”. O comunismo também seria materialista ao propor “uma revolução dos corpos, guiada pela parte menos nobre do corpo, que é a barriga. E a concepção de uma revolução tal só poderia mesmo ser gerada em cérebros de judeus...” (BARROSO, 1935, p. 133). Ainda segundo o autor, em que pesem suas peculiaridades, todos os movimentos fascistas do mundo (incluindo o integralismo) “se unem na mesma força espiritual íntima, que emana do Espírito Eterno que guia e dirige os destinos dos povos” (BARROSO, 1935, p. 133).

Estas passagens são de suma importância, pois recorrem aos jargões e imagens mais comumente mobilizados pelo discurso anticomunista em sua primeira onda. O primeiro deles se refere às raízes católicas do anticomunismo. O comunismo era identificado como uma doutrina materialista, antirreligiosa e anti-espiritualista. Não por acaso, a Igreja Católica foi um dos baluartes da luta anticomunista dos anos 1930. Opunha-se o espiritualismo católico ao materialismo comunista, acusando este último de ser guiado apenas por necessidades biológicas enquanto ignorava as instâncias superiores do ser humano (DUTRA, 1997, p. 71-72).

Outra importante característica dos escritos de Gustavo Barroso é a presença do antissemitismo. Muitos integralistas e demais setores da direita associavam o comunismo a uma conspiração judaica para conquistar o mundo. A ideia de que judaísmo e comunismo eram quase sinônimos foi instigada pela publicação dos *Protocolos dos Sábios de Sião*, obra apócrifa publicada na Rússia em princípios do século XX e logo disseminada pelo mundo. Os *Protocolos* denunciavam um falso plano maligno orquestrado por judeus para subverter a civilização cristã por meio de vários mecanismos como a imoralidade sexual, a corrupção, o alcoolismo e o ódio

de classes⁴⁸. O próprio Gustavo Barroso foi responsável por traduzir os *Protocolos dos Sábios de Sião* para o português em 1936, além de ter sido um de seus maiores propagadores.

Segundo Marilena Chauí, o pensamento integralista se baseava na constatação de quatro grandes crises. A primeira das crises denunciadas pelo integralismo era uma crise de autoridade. Acreditava-se que as revoltas tenentistas dos anos 1920, bem como as revoluções de 1930 e 1932 haviam abalado a unidade do país, cabendo aos integralistas reestruturá-lo. A segunda era uma crise estrutural caracterizada pelo antagonismo entre o Brasil “real” e o Brasil “formal”. O Brasil “real” era associado aos sertões, onde, acreditava-se, residiriam as raízes da brasilidade. Ao Brasil “real” se opunha o Brasil “formal” ou “legal”, representado pelos grandes centros urbanos maculados por ideias estrangeiras (liberalismo, socialismo, democracia, entre outras), e avessas ao “espírito nacional”. Caberia aos integralistas resgatar esta brasilidade e trazê-la de volta às grandes cidades (CHAUÍ, 1985, p. 132-133).

A terceira crise identificada pelos integralistas era uma crise na política mundial. Acreditava-se que a falência da democracia liberal era evidenciada pela sua incapacidade de conter a ascensão comunista. No imaginário integralista, o comunismo nada mais era que uma “consequência final e indireta do próprio liberalismo, no qual a economia predomina sobre a política, diferindo da sociedade liberal apenas porque substitui a relação Estado jurídico–cidadão pela relação Estado econômico–produtor” (CHAUÍ, 1985, p. 141). Por fim, a quarta crise que a AIB alegava combater era uma crise da própria civilização ocidental. Os integralistas denunciavam a permanência de valores materialistas típicos do século XIX em pleno século XX (CHAUÍ, 1985, p. 141).

Podemos identificar três jogos de imagem recorrentes no discurso anticomunista brasileiro dos anos 1930. O primeiro deles era o jogo de sombra e luz, que representava o comunismo como algo maligno e obscuro e os comunistas como pessoas que agiam nas sombras. O segundo opunha o visível ao invisível: o comunista era representado como aquele que age sempre na clandestinidade, raramente sendo percebido. O fato de agir sem ser notado tornaria a atuação comunista ainda mais perigosa. Por fim, o terceiro era aquele que opunha a inteligência à incapacidade. Este é o único atributo positivo dos comunistas segundo o discurso anticomunista: o da inteligência, da sagacidade, da esperteza. Assim como a invisibilidade, a sagacidade tornava os comunistas ainda mais temíveis (DUTRA, 1997, p. 55-62).

Também eram recorrentes metáforas biológicas que associavam o comunismo a uma doença. Os anticomunistas frequentemente representavam a sociedade como um organismo

⁴⁸ Sobre os *Protocolos dos Sábios de Sião* ver: ROSENFELD, Anatol. **Mistificações literárias**: “Os Protocolos dos Sábios de Sião”. São Paulo: Perspectiva, 1976. 64p.

vivo infectado pelo comunismo. Termos como “contágio”, “contaminação”, “infecção”, “cura” e “desintoxicação” eram quase inseparáveis da retórica anticomunista dos anos 1930 (DUTRA, 1997, p. 42, 44-45). Em carta para o ministro Oswaldo Aranha, Getúlio Vargas lamentou que “as toxinas da propaganda subversiva tenham ganhado tanto espaço a ponto de determinar um movimento amplamente articulado e ameaçar seriamente a estabilidade das instituições e da ordem pública⁴⁹” (VARGAS citado por MOTTA, 2020, p. 174 – tradução nossa).

1.3.O anticomunismo no contexto da Guerra Fria

O fim da ditadura do Estado Novo em 1945 e a eleição de Dutra à Presidência em 1946 se seguiram a um refluxo nas atividades anticomunistas entre 1937 e 1945, quando Vargas já detinha o controle da situação. Entretanto, as convicções anticomunistas que levaram Dutra a ser um dos articuladores do golpe de 1937 permaneceram firmes durante o tempo em que ele ocupou o cargo entre 1946 e 1951. Uma vez no poder, Dutra exerceu forte repressão ao movimento sindical, colocou o PCB na ilegalidade, rompeu relações diplomáticas com a União Soviética e tentou alçar o país à posição de aliado privilegiado dos Estados Unidos em um novo contexto internacional: o contexto da Guerra Fria.

A Guerra Fria nasceu da intersecção entre um mundo prostrado por um conflito de escala global e as disputas entre as duas potências vencedoras do conflito para colocar ordem no mundo. Diferente de outras nações no passado, que resolviam suas diferenças por meio de acordos e compromissos, soviéticos e norte-americanos tinham aspirações, necessidades, histórias, instituições de governo e ideologias muito divergentes, o que tornava os compromissos particularmente difíceis. Os norte-americanos nutriam profundo desprezo pela União Soviética desde a Revolução Bolchevique e os soviéticos se ressentiam pela participação norte-americana na guerra civil ao lado dos exércitos brancos que tentaram sufocar a revolução (MCMAHON, 2003, p. 5, 16).

Em 1933, os Estados Unidos reconheceram o governo soviético obedecendo apenas a cálculos comerciais e geopolíticos. Nem mesmo tal reconhecimento foi capaz de aliviar as tensões entre ambos os Estados. Por mais que, no início, o poderio militar soviético não assustasse os Estados Unidos, estes temiam o apelo que a difusão de ideais marxista-leninistas pudesse ter em sua sociedade. A aliança selada pelos dois países na Segunda Guerra Mundial para derrotar o nazifascismo foi somente um “casamento de conveniência” frente a um inimigo comum, permeado por desconfiança e suspeitas mútuas (MCMAHON, 2003, p. 16, 17).

⁴⁹ “No one would have guessed that the toxins from subversive propaganda had gained so Much ground, to the point of determining a movement extensively articulated and seriously threatening to the stability of institutions and public order” (VARGAS citado por MOTTA, 2020, p. 174).

Havia algo na rivalidade entre Moscou e Washington no pós-1945 que não se notava nas rivalidades de outras potências no passado, ou pelo menos não com a mesma intensidade. A ideologia imprimiu aos dois países uma fé messiânica nos papéis que eles acreditavam desempenhar. Em cada lado da Guerra Fria, tanto políticos como cidadãos comuns achavam que seus países lutavam por causas mais nobres do que o mero avanço dos interesses nacionais:

De fato, soviéticos e americanos, cada um via a si mesmo como agindo por motivos nobres – agindo para conduzir a humanidade a uma grande nova era de paz, justiça e ordem. Aliados ao esmagador poderio que cada nação possuía em um momento no qual o mundo se achava prostrado, tais valores ideológicos antagônicos forneceram uma receita segura para o conflito⁵⁰ (MCMAHON, 2003, p. 15 – tradução nossa).

Diferente da União Soviética, os Estados Unidos eram uma democracia, o que significava que todo dirigente norte-americano carregava uma preocupação constante em obter bons resultados nas eleições e em conquistar a opinião pública. Desde o início, os dirigentes norte-americanos perceberam que, para obter bons dividendos eleitorais e angariar a simpatia da opinião pública doméstica, “um anticomunismo apocalíptico era útil, e por isso tentador, até mesmo para políticos que não estavam sinceramente convencidos de sua própria retórica⁵¹” (HOBSBAWM, 1994, p. 234 – tradução nossa).

A existência de um inimigo externo era fundamental para que dirigentes norte-americanos pudessem romper o isolacionismo que imperava em grande parte da opinião pública do país, avessa ao envolvimento de seu país em aventuras militares extra hemisféricas. Se nem os Estados Unidos estavam seguros diante da ameaça comunista, era muito mais fácil convencer o público da importância de um maior engajamento norte-americano para além de suas fronteiras. Ademais, a histeria anticomunista facilitava aos presidentes levantar fundos em uma população tradicionalmente hostil a pagar impostos. Por fim, o anticomunismo se mostrou popular em um país erguido sobre a crença no individualismo e na iniciativa privada; um país que se definia justamente em oposição ao comunismo (HOBSBAWM, 1994, p. 235).

A disseminação de organizações anticomunistas no mundo ocidental após 1945 foi analisada em coletânea organizada por Luc van Dongen, Stéphanie Roulin e Giles Scott-Smith⁵². Os autores dividem a história das organizações anticomunistas nos Estados Unidos e Europa Ocidental no período da Guerra Fria em quatro momentos. O primeiro abrange as décadas de 1940 e 1950, quando os Estados Unidos desempenharam um papel fundamental ao

⁵⁰ No original, em inglês: “Soviets and Americans each, in fact, saw themselves acting out of noble motives – acting to usher humanity into a grand new age of peace, justice, and order. Married to the overwhelming power each nation possessed at a time when much of the world lay prostrate, those mirror-opposite ideological values provided a sure-fire recipe for conflict” (MCMAHON, 2003, p. 15).

⁵¹ No original em inglês: “an apocalyptic anti-communism was useful, and therefore tempting, even for politicians who were not sincerely convinced of their own rhetoric” (HOBSBAWM, 1994, p. 234).

⁵² DONGEN, Luc Van; ROULIN, Stéphanie e SCOTT-SMITH, Giles (orgs.) **Transnational Anti-communism and the Cold War: Agents, Activities, Networks**. New York: Palgrave, 2014.

explorar o medo da subversão comunista na Europa e na Ásia e ao financiar operações anticomunistas. Neste primeiro momento, muitos ex-nazistas e fascistas se incorporaram às organizações anticomunistas em uma tentativa de ganharem algum respeito apesar de seu passado sombrio.

No final dos anos 1950 e ao longo dos anos 1960, com o advento da coexistência pacífica entre soviéticos e norte-americanos, tem início uma nova fase em que muitas das organizações anticomunistas passaram a perseguir um “anticomunismo positivo” que não se limitasse a simplesmente atacar tudo que viesse da União Soviética. Este também foi um momento no qual anticomunistas europeus começaram a questionar em que medida o anticomunismo norte-americano era adequado para a sua realidade. Já as décadas de 1960 e 1970 marcaram a *détente* entre Moscou e Washington, ocasionando diversas rupturas entre os movimentos anticomunistas e levando a um terceiro momento na história dessas organizações. Enquanto muitos denunciavam o apaziguamento das tensões entre Washington e Moscou como apenas um truque comunista para ludibriar o Ocidente, outros viam na *détente* uma oportunidade para promover valores democráticos no mundo comunista e minar a autoridade soviética (DONGEN, ROULIN, SCOTT-SMITH, 2014).

Por fim, a partir do fim dos anos 1980 e sobretudo da dissolução da União Soviética, as organizações anticomunistas começam a diversificar sua mensagem para abranger preocupações humanitárias, éticas, ambientais, entre outras. Em lugar de focarem todo seu arsenal na luta contra o comunismo, muitas dessas entidades se reinventaram e substituíram o slogan anticomunista por mensagens mais abrangentes como “liberdade”, “democracia” e “direitos humanos” (DONGEN, ROULIN, SCOTT-SMITH, 2014).

1.4.A Guerra Fria precoce: o anticomunismo sob o governo Dutra (1946-1948)

Elucidados alguns aspectos fundamentais da Guerra Fria, voltemos ao Brasil. O segundo momento de maior expressão do discurso anticomunista se deu entre 1946 e 1948. Diferente do primeiro (1935-1937) e do terceiro (1961-1964) momentos, esse segundo momento não desencadeou um golpe de Estado. Ainda assim, a força do discurso anticomunista neste período não pode ser subestimada. O fim da Segunda Guerra Mundial e a derrota das forças nazifascistas para os Aliados evidenciaram o paradoxo em que Vargas se encontrava. Por um lado, havia liderado uma ditadura de inspiração fascista. Por outro, seu governo também contribuiu para o esforço de guerra contra o Eixo. Os atritos que indispuseram Vargas com os militares e outros setores da sociedade civil contribuíram para o seu desgaste. Em fins de 1945, uma intervenção militar depôs Getúlio Vargas e reinstaurou a democracia no país, com o marechal Eurico Gaspar Dutra eleito presidente.

As peculiaridades do governo Dutra fizeram a Guerra Fria começar mais cedo no Brasil. Dutra era um velho conhecido no cenário político. Foi o ministro da Guerra do Estado Novo e obteve o apoio público de Vargas em sua campanha política. Quando Vargas desferiu o golpe do Estado Novo em 1937, fechando o Congresso e anunciando uma Constituição autoritária de inspiração fascista, Dutra havia endossado a legitimidade do “Plano Cohen”. O respeito e o prestígio de que Dutra gozava ajudou o jornal *O Estado de São Paulo* a abandonar seu ceticismo inicial e a apoiar abertamente o golpe do Estado Novo (MOTTA, 2020, p. 195).

Também coube a Dutra, junto com o almirante Aristides Guilhen, ministro da Marinha, a tarefa de convencer o Congresso e a nação da iminência de um ataque comunista e da urgência de um regime forte para fazer frente a essa ameaça. A mensagem redigida pelos dois militares previa um cenário de medo e desolação caso o “perigo vermelho” não fosse contido. Além disso, a mensagem justificava a suspensão das eleições previstas para 1938 com o argumento de que o comunismo acabaria com as eleições para sempre:

As instituições estavam sob ameaça, mas as instituições em si constituíam um obstáculo para sua própria salvação. Era urgente acabar com as instituições e suspender seu funcionamento para que elas pudessem ser salvas! A tradicional imagem salvacionista das Forças Armadas está presente, colocando os militares no papel de única força sã e honesta da nação, campeões imaculados do bem e devotados a livrar a pátria do inimigo nefasto⁵³ (MOTTA, 2020, p. 197 – tradução nossa).

Mesmo após 1937, quando o movimento comunista no Brasil já estava praticamente liquidado, Dutra ainda demonstrava preocupação com a possibilidade de uma revolta comunista. Em carta escrita a Vargas em 1943, afirmava que a situação àquele ano era tão perigosa quanto em 1935 (MOTTA, 2020, p. 203).

Rodrigo Motta observa que, enquanto os maiores atritos entre Estados Unidos e União Soviética começaram apenas em 1947 sob a Doutrina Truman⁵⁴, em 1946 Dutra já proibia o PCB e perseguia lideranças sindicais recorrendo a argumentos anticomunistas. Quando Dutra rompeu relações diplomáticas com a União Soviética em 1947, até mesmo os norte-americanos consideraram sua atitude precipitada. Os democratas, que então ocupavam a Presidência dos Estados Unidos, temiam que o recrudescimento do anticomunismo no país pudesse levar a ataques contra a esquerda democrática (MOTTA, 2020, p. 11-12).

Elio Gaspari vai mais longe e afirma que a Guerra Fria no Brasil começou antes mesmo de Dutra assumir o poder. No verão de 1941, antes de ingressarem na guerra, os Estados Unidos

⁵³ No original, em inglês: “The institutions were threatened, but they themselves constituted an obstacle to their own salvation. It was urgent to smash the institutions, suspend their normal functioning, so that they could be saved! The traditional salvationist image of the Armed Forces is presente, placing the military in the role of the nation’s only sane and honest force, immaculate champions of good and devoted to ridding the homeland of the nefarious enemy (MOTTA, 2020, p. 197).

⁵⁴ Doutrina Truman: diretrizes políticas defendidas pelo presidente norte-americano Harry Truman segundo as quais o mundo se dividia em dois “modos de vida”: democracia e autoritarismo (GADDIS, 2006, p. 91).

intensificaram o envio de ajuda militar à União Soviética, pois sabiam que uma derrota nazista era fundamental para a segurança norte-americana. Ao mesmo tempo, a propaganda norte-americana tentou amenizar a imagem negativa de Stalin e seu regime (MCMAHON, 2003, p. 17-18). Este ensaio de aproximação alarmou o governo Vargas. De fato, o Estado Novo lutou contra a Cortina de Ferro bem antes de Winston Churchill sequer percebê-la. Diferente da Europa e dos Estados Unidos, no Brasil o combate ao nazifascismo nunca chegou a aproximar conservadores e comunistas, uma vez que a direita filo-fascista no Brasil permaneceu inabalada durante a Segunda Guerra Mundial (GASPARI, 2003, p. 124). Até os membros da AIB, colocada na ilegalidade por Vargas, receberam propostas de ocuparem ministérios na ditadura varguista: “Na Europa a associação com o Eixo custara à extrema direita a vida (quando foi para as trincheiras), a fortuna (quando a depositou no projeto guerreiro) ou a credibilidade (quando tornou pública a sua posição). No Brasil, nada disso” (GASPARI, 2003, p. 124).

Durante a guerra, a censura do Estado Novo proibiu a exibição de imagens de prisioneiros alemães passando pelo ministro da defesa soviético. Em novembro de 1944, quando a Alemanha poderia ceder a qualquer momento, o chefe do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) informou à embaixada norte-americana que cerca de 300 comunistas seriam presos. Os noticiários cinematográficos também foram proibidos de exibir a visita de Churchill a Moscou em 1942 (GASPARI, 2003, p. 125).

Antes mesmo da Constituinte de 1946, o general Alcio Souto já informava o embaixador norte-americano que o PCB seria cassado e criticava a passividade dos Estados Unidos frente ao comunismo. O chefe do Estado-Maior norte-americano e secretário de Estado George Marshall chegou até mesmo a sugerir ao Brasil que não rompesse relações com os soviéticos. O general Góes Monteiro, um dos líderes do golpe que depôs Getúlio Vargas em 1945, ia ao extremo de defender um ataque nuclear norte-americano em território soviético (GASPARI, 2003, p. 127).

Em que pese o histórico autoritário de Dutra, seu governo foi o primeiro governo democraticamente eleito por voto direto desde meados dos anos 1920, inaugurando um interregno democrático conhecido como a “República Populista”, que seria interrompido pelo regime militar em 1964. Segundo Octavio Ianni, tal interregno foi marcado pela entrada em cena das massas no cenário político em dimensões nunca vistas. Operários, trabalhadores agrícolas e setores médios emergiram como atores cada vez mais relevantes cujas aspirações e expectativas não podiam mais ser ignoradas. É também nesse momento que se multiplicam os grupos de esquerda e a juventude universitária passa a desempenhar um papel político cada vez mais significativo (IANNI, 1975, p. 17).

A ascensão destes grupos no cenário político brasileiro forçou muitas lideranças a adotarem políticas de massa que visavam contemplar suas aspirações. Tais políticas, por sua vez, alimentaram o medo do comunismo. A entrada em cena destes setores, sobretudo por meio de sindicatos agrícolas e urbanos, bem como os direitos que esses grupos reclamavam, mostrou-se incompatível com o desenvolvimento capitalista dependente que havia se consolidado no governo Dutra (ALVES, 1985, p. 5-6), além de se mostrar incompatível com uma noção excludente de cidadania que prevaleceu por tantos anos no Brasil.

Ao suceder Dutra em 1951, Vargas retornava ao poder seis anos depois, desta vez pela via eleitoral. Apesar de o segundo mandato de Vargas não ser geralmente lembrado pelo fervor anticomunista de seu antecessor, em 1951 o presidente participava da Primeira Conferência Nacional de Polícia, que reunia policiais de todas as unidades da federação. A conferência propunha uma centralização que subordinasse a rede de Polícias Políticas e as Forças Públicas diretamente ao Governo Federal. O cerne de sua preocupação era conter o perigo representado pelo comunismo. Um mês antes da conferência, as delegacias estaduais tiveram que responder a um questionário com dez perguntas acerca da organização do movimento comunista em seus respectivos estados (OLIVEIRA, 2013, p. 49-50).

Ao longo do evento, muitos expressaram a crença de que o Brasil, tal como outros países em desenvolvimento, poderia vir a se constituir em vanguarda da ocupação soviética, levando-o à desordem e à subversão. Um delegado presente apontou a Campanha de Defesa do Petróleo como uma tentativa de sabotagem contra o Brasil e seus aliados que eventualmente viessem a se beneficiar de investimentos na extração petrolífera (OLIVEIRA, 2013, p. 52, 53):

Frente a essa nova realidade externa que afetava todos os países do globo, por se tratar de uma guerra silenciosa, eram necessárias medidas extremas, pois o inimigo estava aqui, afirmavam, “filho” e produto da Guerra Fria: o espectro comunista. Dessa maneira, propunha-se a modernização do sistema policial para defender a ordem pública interna e a ordem social (OLIVEIRA, 2013, p. 54).

Delegados de polícia e forças armadas acreditavam que a infiltração comunista desestabilizaria o Estado e precisava ser contida urgentemente. Também se acusavam os poderes Judiciário e Legislativo de dar guarida a esse perigo sob a justificativa de preservar a “legislação democrática”. Apesar do medo que as forças policiais de alguns estados demonstravam de perder sua autonomia, elas concordaram que era necessária uma ação conjunta a nível nacional para barrar a infiltração do PCB. Um dos delegados presentes à Conferência, Dr. Geraldo Starling Soares, apresentou a tese “Associações Propagandistas de Teses Aparentemente Legais”, na qual declarava que partidos ilegais seguiam atuando usando partidos legais como fachada. Já um delegado de São Paulo dizia que as atividades do PCB apenas escondiam o trabalho incessante que vinha sendo exercido pela Internacional Comunista e pelo Cominform no Brasil desde março de 1922 (OLIVEIRA, 2013, p. 55-57).

Igualmente preocupante era a possibilidade de, camuflados pelo direito à liberdade de expressão, intelectuais terem acesso a meios de propaganda que preparassem as massas para a revolução. De fato, uma das respostas ao questionário de dez perguntas propunha uma violenta propaganda anticomunista, nos moldes da própria propaganda comunista, recorrendo a folhetos, jornais semanais para os trabalhadores, boletins e demais materiais destinados às camadas populares. Também se atribui à Carta de 1946 e suas excessivas liberdades a responsabilidade pelo fortalecimento do PCB. Era necessária, portanto, uma legislação repressiva para conter as consequências desses excessos (OLIVEIRA, 2013, p. 61, 64-65).

Essa suposta leniência da justiça para com os elementos de esquerda não é corroborada pelos fatos. Candidatos do Partido Social Trabalhista (PST) em São Paulo foram cassados sob a acusação de propaganda comunista. 49 escritórios eleitorais foram fechados só em São Paulo após essas denúncias. Ademais, mais de 200 prisões e vários autos de flagrantes foram lavrados em diligências policiais, com diversos membros de organizações sociais detidos sob a acusação de comunismo (OLIVEIRA, 2013, p. 69):

Esse aparente conflito entre a Constituição liberal que determinou a vigência do Estado de Direito, e a práxis policial que a nega, estava muito além do que vigiar as movimentações sociais. A prática estava circunscrita na impossibilidade da democracia representativa, fazia parte dos estatutos das Polícias Políticas, pois a vigilância tinha objetivo e endereço definido: reprimir não só os militantes comunistas, mas também as demandas de fundo sociais que reivindicavam melhoria nas condições de existência e participação política (OLIVEIRA, 2013, p. 69).

Os turbulentos anos finais do segundo mandato de Getúlio Vargas (1953-1954) foram marcados por acusações de conluio com os comunistas, sobretudo devido à sua política econômica nacionalista e à sua busca por um desenvolvimento industrial autônomo. A fundação da Petrobras em 1953, resultado de pressões populares pela nacionalização das reservas petrolíferas, desencadeou profunda insatisfação do capital estrangeiro e nacional com o governo. Reagindo aos projetos que visavam consolidar um capitalismo nacional e uma industrialização autônoma, setores burgueses nacionais e estrangeiros (agrários, industriais, financeiros e comerciais) amadureceram suas ideias e projetos políticos ao longo do interregno democrático, vindo a concorrer para o golpe de 1964 (IANNI, 1975, p. 211).

A União Democrática Nacional (UDN) era um dos mais acerbos críticos do presidente Vargas, sobretudo por meio dos discursos inflamados de Carlos Lacerda. A decisão de João Goulart (ministro do Trabalho de Vargas) de conceder um aumento de 100% no salário-mínimo acendeu o alerta entre a oposição, composta sobretudo por empresários, militares e políticos conservadores. Para eles, tudo parecia indicar que o mesmo presidente que havia sufocado o levante de 1935 estava, agora, sob a influência dos comunistas.

O suicídio de Vargas em agosto de 1954 levou seu vice, Café Filho, à presidência por um curto espaço de tempo. O afastamento de Café Filho da Presidência por motivos de saúde

em fins de 1955 engrossou o coro dos descontentes com a eleição de Juscelino Kubitschek e seu vice João Goulart. Um dos insatisfeitos era o presidente da Câmara dos Deputados Carlos Luz, que assumira a Presidência da República com o afastamento de Café Filho. Contudo, em um movimento orquestrado pelo marechal Henrique Teixeira Lott em novembro de 1955, Carlos Luz foi afastado da Presidência e Nereu Ramos, presidente do Senado, assumiu a Presidência da República, permitindo assim que Juscelino Kubitschek tomasse posse em 1956.

Juscelino governaria entre 1956 e 1960, período no qual enfrentaria duas tentativas frustradas de golpe: uma em 1956 e outra em 1959, ambas orquestradas por oficiais da Aeronáutica que o acusavam de querer instaurar uma “república sindicalista” no Brasil. Quando comparado com o turbilhão que antecedeu o suicídio de Vargas e culminou nas aventuras golpistas de fins de 1955, o governo Juscelino Kubitschek transcorreu com relativa tranquilidade. Ele foi, junto com Dutra, o único presidente a completar seu mandato entre 1945 e 1964. Contudo, o cenário voltaria a mudar em 1961.

1.5. Ecos de Havana: a segunda onda anticomunista (1961-1964)

Diante da pouca receptividade dos sucessores de Dutra à campanha anticomunista, Washington recorreu a outros setores da sociedade brasileira, tais como os militares, a polícia, políticos conservadores e grupos religiosos. O golpe militar desferido contra João Goulart em 1964 pode ser considerado, até certo ponto, um resultado destes esforços, já que setores influentes da sociedade foram convencidos de que haveria uma iminente ameaça de “comunização” do país (MOTTA, 2020, p. 12).

O golpe militar de 1964 foi antecedido por uma segunda onda anticomunista entre 1961 e 1964. Tal onda foi alimentada pela disseminação de organizações de esquerda no país e pela Revolução Cubana de 1959, que culminou com a instalação do primeiro regime socialista da América Latina (MOTTA, 2020, p. 206, 207). Igualmente relevante para esta segunda onda foi a proliferação de organizações anticomunistas, impulsionadas não apenas pela Constituição de 1946, que garantia liberdades democráticas, mas também pela presença de governos vistos como coniventes ou mesmo aliados dos comunistas (MOTTA, 2020, p. 111).

O triunfo da Revolução Cubana em 1959 fez com que a América Latina deixasse de ser um ator secundário na Guerra Fria e se tornasse um dos eixos da rivalidade Moscou-Washington. Dois anos depois da Revolução Cubana, um novo acontecimento – desta vez interno – ajudaria a impulsionar a segunda onda anticomunista. Em janeiro de 1961, assumiu a Presidência do Brasil Jânio Quadros, um dos presidentes mais controversos e enigmáticos da história brasileira. O discurso de sua campanha se pautava pelo moralismo político e pela

promessa de “varrer” a corrupção do país. Sua política econômica seguiu um liberalismo ortodoxo bem ao gosto do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Contrastando com esse moralismo caricato que fascinou as classes médias urbanas, a política externa de Jânio causou profunda insatisfação entre setores conservadores. Em seus breves meses no poder (de janeiro a agosto de 1961), Jânio acenou para o terceiro mundo, condenou o colonialismo europeu e criticou a fracassada invasão norte-americana na Baía dos Porcos em Cuba. Ao longo de seu mandato, Jânio lançou as bases para uma política externa autônoma que ajudou a fortalecer os laços do Brasil com o mundo pós-colonial. Tinha início a Política Externa Independente (PEI). Uma das medidas nesse sentido foi a criação do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, que visava promover o intercâmbio acadêmico entre o Brasil e o mundo afro-asiático recém-emancipado (LEITE, 2011, p. 99).

Sob o governo Jânio entrou em vigor a lei 3917, que instaurava ampla reforma na diplomacia brasileira. Uma de suas mudanças foi a criação de divisões geográficas na Secretaria de Estado. Surgiram divisões exclusivas para a Ásia/Oceania, Oriente Médio e Europa Oriental. Somava-se a isso a criação de missões diplomáticas nos novos países asiáticos e africanos (VIANA e ALVES, 2014, p. 692). Em 1961 o Brasil abriu embaixadas no Senegal, Guiné, Nigéria, Costa do Marfim e Etiópia, além de consulados na Rodésia (atual Zimbábue), Congo-Leopoldville (atual República Democrática do Congo) e Quênia. A primeira missão brasileira enviada à África chegou a manter duas reuniões com membros do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), grupo marxista que lutava pela independência da então colônia portuguesa. Os membros do MPLA solicitaram bolsas de estudos para estudantes angolanos e o apoio brasileiro à luta anticolonial (VIZENTINI, 1995, p. 225).

A aproximação com o terceiro mundo e o apoio à descolonização eram vistos pelos grupos mais conservadores como um flerte com o comunismo e uma traição aos laços históricos e culturais que uniam o Brasil a Portugal, país que mantinha diversas colônias e enclaves na África e na Ásia. Um dos objetivos de Jânio com a PEI era afastar-se de Portugal nas votações da ONU relativas à descolonização afro-asiática. O apoio de Jânio a que cada povo pudesse planejar seu processo interno de desenvolvimento “afagava o amor-próprio nacional e obtinha respaldo de larga parcela da opinião identificada com o nacional-desenvolvimentismo” (BUENO e CERVO, 2015, p. 333).

Em um momento no qual franceses e britânicos negociavam as independências de suas colônias, os portugueses estavam, nos dizeres de Oliveira Salazar, “orgulhosamente sós”, isto é, sem qualquer intenção de conceder autonomia ao que eles chamavam de “províncias ultramarinas”. Sendo assim, a PEI foi uma jogada de alto risco, pois implicava uma radical

guinada em relação às decisões diplomáticas do Brasil até então, que sempre se pautaram por apoiar o colonialismo lusitano na África e na Ásia. Não por acaso, mesmo sob a égide da PEI o Brasil seguiu se abstendo ou mesmo apoiando Portugal nas votações da ONU (BUENO e CERVO, 2015, p. 343), mostrando assim como o projeto de uma política externa independente teve dificuldades para sair do discurso para as ações⁵⁵.

Porém, nem mesmo esses limites à PEI foram suficientes para acalmar uma direita cada vez mais indisposta com Jânio. Um dos episódios mais controversos de sua política externa foi a decisão de condecorar Ernesto Che Guevara, um dos líderes da Revolução Cubana, com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Tal decisão causou profunda insatisfação nas forças armadas. Enigmático e imprevisível, Jânio levantava cada vez mais suspeitas entre os setores conservadores, temerosos de uma possível guinada à esquerda em seu governo.

Jânio Quadros era ligado ao Partido Trabalhista Nacional (PTN), agremiação pouco expressiva que se unira em uma coligação com a UDN para lançá-lo candidato nas eleições de 1960. A UDN era um partido de direita composto por amplos setores do empresariado e das camadas médias urbanas, tendo exercido feroz oposição ao governo Vargas nos anos 1950. Seu maior expoente era o jornalista carioca Carlos Lacerda. O vice de Jânio era João Goulart (também conhecido como Jango), candidato da chapa oposta⁵⁶. João Goulart compunha a ala mais à esquerda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e foi um dos responsáveis por aproximá-lo do PCB (MOTTA, 2020, p. 208). Jango tinha fortes laços com o movimento sindical e se envolveu em uma polêmica ao propor um aumento de 100% do salário-mínimo, desencadeando a ira do empresariado nacional, dos militares e da oposição, sobretudo da UDN.

No Brasil dos anos 1950-1960, PTB e UDN eram dois dos mais expressivos partidos políticos, representando posições antagônicas. A UDN tinha um discurso favorável ao empresariado nacional e estrangeiro, era profundamente anticomunista e defendia uma política externa alinhada aos interesses dos Estados Unidos. O PTB, por outro lado, havia sido fundado por Getúlio Vargas em 1945 e reivindicava a defesa dos trabalhadores, bem como o nacionalismo econômico. O PTB tentava manter acesa a chama do legado trabalhista após a morte de Vargas em agosto de 1954, tendo amplo apoio nos meios sindicais.

55 Sobre a PEI, ver: DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. **Política externa independente**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011; VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente 1951-1964**. Petrópolis: Vozes, 1995; MANZUR, Tânia Maria P. G. “A política externa independente (PEI): antecedentes, apogeu e declínio. In: **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, (93), 2014, p.169-199; LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a cooperação sul-sul em três momentos de política externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

⁵⁶ As eleições para presidente e vice-presidente ocorriam separadamente. Portanto, era possível que um presidente governasse tendo como vice o candidato da chapa oposta.

Em agosto de 1961, apenas sete meses após assumir a Presidência, Jânio surpreende o país ao renunciar ao cargo sob circunstâncias até hoje pouco esclarecidas. O sucessor legal de Jânio na presidência era Jango, que na ocasião se encontrava em Singapura após uma visita à República Popular da China. Acusado pelos setores conservadores de “promover a agitação nos meios operários, de ser vinculado aos comunistas e de ser simpático aos países socialistas” (KONRAD e LAMEIRA, 2011, p. 16), Jango retornou ao Brasil ciente de que a lei o tornava presidente, mas também de que muitos fariam o possível para que a lei não fosse cumprida.

Temendo ver um político de esquerda ocupando a Presidência da República, o Exército tentou impedir a posse de Jango, desencadeando forte reação da sociedade civil. A reação mais veemente partiu do Rio Grande do Sul, estado natal de Jango, e foi articulada pelo seu cunhado Leonel Brizola: a Campanha da Legalidade⁵⁷. Diante das tentativas de impedir a posse de Jango, Brizola, governador do Rio Grande do Sul, converteu o estado em foco da resistência legalista. A fim de contornar a censura aos meios de comunicação, o governo estadual organizou a Rádio da Legalidade, que se tornou o principal meio de comunicação entre a resistência. Milhares de cidadãos se alistaram nos batalhões populares – os Comitês da Resistência Democrática – e nas Brigadas da Legalidade (KONRAD e LAMEIRA, 2011, p. 16-17).

Boa parte da sociedade sul-riograndense apoiou a campanha, incluindo-se aí deputados, sindicalistas e estudantes. A Brigada Militar foi posta em prontidão. Já a nível nacional, todas as forças políticas que apoiavam um projeto nacionalista, e mesmo aquelas que apenas defendiam a legalidade, opuseram-se à tentativa de golpe. À frente da articulação golpista estavam os três ministros militares de Jânio: Silvío Heck, da Marinha; Odílio Denys, do Exército; e Grun Moss, da Aeronáutica. Todos contavam com a cumplicidade do presidente da República interino Ranieri Mazzilli (KONRAD e LAMEIRA, 2011, p. 16).

Porém, também havia militares legalistas. O comandante do III Exército, o general Machado Lopes, aderiu ao movimento liderado por Brizola, conferindo ao movimento legalista o maior contingente militar do Brasil. A Campanha da Legalidade foi vitoriosa “em função da grande mobilização popular, pela crença na legalidade, pela decidida liderança de Brizola e pela falta de apoio social aos setores conservadores”, bem como pelo apoio militar do III Exército e de militares que desertaram das regiões fiéis a Odílio Denys (KONRAD e LAMEIRA, 2011, p. 16). Entre a classe política, a maioria das forças assumiu uma postura moderada, com a notável exceção do governador da Guanabara Carlos Lacerda, que “apoiou efusivamente os golpistas,

⁵⁷ Sobre a Campanha da Legalidade, ver: HAMILTON, Duda; MARKUN, Paulo. **1961**: que as armas não falem. São Paulo: Ed. do Senac, 2001.

abrindo uma gigante onda de repressão policial e censura na Guanabara” (KONRAD e LAMEIRA, 2011, p. 16).

A aprovação de um sistema parlamentarista foi o compromisso encontrado para retirar o país da crise sucessória. A solução parlamentar frustrou a resistência, sobretudo Brizola, que exigiam a posse de Jango sob um regime presidencialista. Brizola nem sequer compareceu à posse de Jango, por desaprovar a solução parlamentarista. A oposição, por sua vez, respirou aliviada, pois sabia que Jango teria poderes limitados sob um regime parlamentarista.

O primeiro gabinete parlamentarista buscava conciliar diferentes forças, pois contava com membros de todos os partidos, incluindo a UDN. Entretanto, a Emenda Parlamentar desagradou os aliados de Jango, que passaram a promover manifestações populares exigindo um plebiscito para confirmar o novo sistema de governo. Para Brizola, pouco havia a comemorar. A democracia brasileira estava longe de estar consolidada e o golpismo apenas “hibernara” (KONRAD e LAMEIRA, 2011, p. 17, 18).

Um exemplo disto vinha do próprio Rio Grande do Sul. Em outubro de 1961 o arcebispo metropolitano de Porto Alegre Dom Vicente Scherer acusou elementos do governo sul-riograndense de favorecerem movimentos de fundo comunista no estado, a exemplo dos Centros de Resistência Democrática (fundados durante a crise sucessória) e a Associação de Agricultores Sem Terra. O deputado Paulo Brossard denunciou a existência de mais de mil comunistas no movimento pela legalidade (KONRAD e LAMEIRA, 2011, p. 17-18). Também no Rio Grande do Sul havia o movimento primadista, um obscuro grupo político fundado por volta dos anos 1950 que misturava filosofia, religião e anticomunismo e cujos rituais lembravam a *Ku Klux Klan* norte-americana. Seu braço armado era a Ordem Secreta dos Primadistas, organização de extrema-direita que se voltava contra o governo de Brizola (OLIVEIRA, 2021, p. 161, 163).

Já a nível nacional, o golpe “hibernava” das mais diversas maneiras, amparado sobretudo por organizações da sociedade civil e entidades patronais como o Conselho Superior das Classes Produtoras (CONCLAP), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD⁵⁸), *think-tanks* burocrático-empresariais (a exemplo da Fundação Getúlio Vargas – FGV) e o que René Dreifuss chamada de “anéis burocrático-empresariais” (a exemplo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE) (DREIFUSS, 1981, p. 106-107). Tais entidades compunham o que Dreifuss chamava de “bloco multinacional e associado”, isto é, aqueles setores empresariais da sociedade brasileira associados ao capital

⁵⁸ Falaremos sobre o IBAD mais adiante.

estrangeiro que desempenhariam um papel fundamental na desestabilização do governo Jango e no golpe de 1964 (DREIFUSS, 1981, p. 130).

Ao longo de seu governo, a proximidade de Jango com o PCB lhe renderia uma série de acusações de que havia uma larga infiltração comunista no aparato estatal. Os manuais anticomunistas do período apontavam como essa infiltração teria se dado não só no governo, mas também nos sindicatos, na União Nacional dos Estudantes (UNE) e até mesmo na Igreja Católica. As reformas que Jango tentou levar a cabo (agrária, bancária, universitária e eleitoral) eram vistas pela direita como os primeiros passos para a instauração de um regime comunista no país, ou mesmo como artimanhas para que Jango se perpetuasse no poder (MOTTA, 2020, p. 55). A política externa de Jango não era menos polêmica do que sua política interna. O Brasil restaurou as relações diplomáticas com a União Soviética (rompidas em 1947) às vésperas do aniversário da Intentona de 1935, desencadeando o furor de jornais conservadores e da hierarquia Católica (MOTTA, 2020).

Em discurso na Câmara dos Deputados em 23 de novembro de 1961, o ministro das Relações Exteriores San Tiago Dantas afirmou a importância de reatar laços com Moscou pela relevância política, cultural, econômica e militar da União Soviética. Dantas enfatizou que o Brasil não se reaproximava de Moscou por uma afinidade ideológica ou doutrinária, mas sim por interesses políticos e econômicos. O ministro também chamou a atenção para o fato de que grande parte das democracias ocidentais já trocavam diplomatas com a União Soviética, de modo que a recalcitrância brasileira não se justificava (DANTAS, 2011, p. 54, 70-71).

Aurélio Viana, um dos deputados presentes à sessão, contestou Dantas afirmando que o reatamento de relações diplomáticas com os soviéticos não iria aumentar o intercâmbio comercial, já que as relações comerciais entre os dois países não foram interrompidas com o rompimento de relações diplomáticas. Porém, o deputado elogia a decisão de Dantas por considerá-la prova de independência, maioria e autenticidade da política externa brasileira (VIANA citado em DANTAS, 2011, p. 88). Até mesmo o deputado Menezes Côrtes, da oposição UDN, afirmou que já vinha se manifestando a favor do reatamento com a União Soviética por acreditar que ele evidenciaria a independência e a autonomia do Brasil no cenário internacional. Ao mesmo tempo, porém, o udenista repudiou o comunismo afirmando que ele “subjuga a pessoa humana, lhe esvazia a capacidade de iniciativa, mata-lhe a liberdade de pensar e de agir” (CÔRTEZ citado em DANTAS, 2011, p. 89).

Além da reaproximação com Moscou, a decisão brasileira de preservar as relações com Cuba após a Revolução Cubana fortaleceu as suspeitas acerca da existência de uma infiltração comunista no governo Jango. Em fevereiro de 1962, resistindo às pressões norte-americanas, o

Brasil se posicionou contra a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA) na reunião de chanceleres em Punta del Este. Tal decisão desencadeou um evento organizado pelo Centro Cívico do Brasil e pela União Feminina Anticomunista que reuniu manifestantes em frente ao Teatro Municipal do Rio de Janeiro cantando slogans contra Fidel Castro e San Tiago Dantas (MOTTA, 2020).

Um dos sintomas mais marcantes desta segunda onda anticomunista iniciada em 1961 foi a proliferação de organizações anticomunistas. Tais organizações abarcavam diversos setores da sociedade, tais como membros da Igreja Católica, estudantes, jornalistas, políticos, homens de negócios, representantes do setor agropecuário, operários e trabalhadores rurais. Também era marcante a presença feminina:

A participação de organizações de mulheres na campanha anticomunista tinha um grande impacto já que elas mobilizavam um amplo e influente grupo social. É verdade que seus líderes vinham das classes médias e altas, mas isso não diminuiu a importância do fenômeno. As organizações de mulheres imbuíram a mobilização conservadora com um apelo especial, já que elas fortaleciam a percepção de que a sociedade como um todo estava se levantando contra o comunismo⁵⁹ (MOTTA, 2020, p. 214 – tradução nossa).

A presença feminina nas manifestações anticomunistas possuía um forte significado simbólico, já que as mulheres representavam a figura materna, a dona de casa e a esposa. Em suma: representavam a família. Entre 1962 e 1964 houve uma proliferação de entidades anticomunistas femininas pelo país. No estado da Guanabara foi fundada a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). Em São Paulo havia a União Cívica Feminina (UCF) e o Movimento de Arregimentação Feminina (MAF). Em Minas Gerais foi criada a Liga da Mulher Democrática (LIMDE), ao passo que no Rio Grande do Sul surgiu a Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG) e em Pernambuco foi fundada a Cruzada Democrática Feminina (CDF). Algumas destas organizações tiveram caráter efêmero, estando ativas durante a crise do governo Jango e desaparecendo logo em seguida. Outras, porém, continuaram ativas ao longo do regime militar e engajadas na luta anticomunista (MOTTA, 2020, p. 214).

Entretanto, duas organizações anticomunistas merecem destaque aqui: o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), ambos representando o chamado bloco multinacional e associado. A ascensão de Jango ao poder em 1961 se mostrou inaceitável para este bloco, que então lançou uma campanha para “conseguir um novo arranjo político que expressasse os seus interesses então bloqueados” (DREIFUSS, 1981, p. 37-38). Tal campanha incluiu a maioria das classes dominantes,

⁵⁹ No original, em inglês: “The participation of women’s organisations in the anti-communist campaign had a strong impact since They mobilized a large and influential social group. True, their leaders came from the Middle and upper classes, but this did not diminish the phenomenon’s importance. Women’s organisations imbued conservative mobilization with a special appeal, as they strengthened the perception that society as a whole was rising up against communism” (MOTTA, 2020, p. 214).

incluindo a dita “burguesia nacional” que, ao contrário dos temores do bloco multinacional e associado, acabaria apoiando a queda de Jango (DREIFUSS, 1981, p. 37-38).

O IBAD tinha o objetivo de assegurar maior protagonismo político para os interesses multinacionais e associados que, até então, possuíam somente poder econômico. Há quem diga que o IBAD foi fundado em fins de 1950 a fim de “defender a democracia”. Porém, segundo Dreifuss, o governador da Guanabara Carlos Lacerda afirmava que o IBAD nasceu em 1961, logo após Jango assumir o governo. Naquela ocasião, Lacerda diz ter sido procurado por representantes da Associação Comercial do Rio de Janeiro, da *American Chambers of Commerce*, da Federação das Indústrias do Estado da Guanabara, do Conselho Superior das Classes Produtoras (CONCLAP) e da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), todos eles com o objetivo proclamado de defender a democracia e as instituições. As reuniões do IBAD aconteciam na sede da Confederação Nacional do Comércio (CNC). Inicialmente sua atuação era discreta. Com o tempo, graças aos firmes contatos estabelecidos com a Ação Democrática Parlamentar (ADP), um bloco interpartidário no Congresso que dizia combater a infiltração comunista no país, o IBAD conseguiu um importante canal no Congresso (DREIFUSS, 1981, p. 102).

O IBAD exerceu ampla influência sobre a vida política brasileira, chegando a apoiar alguns sindicatos, promover líderes camponeses e sindicais, apoiar movimentos estudantis e grupos de pressão das classes médias. O IBAD também agia em conjunto com o Movimento Anticomunista (MAC), o Movimento Democrático Brasileiro (MDB – não confundir com o partido de mesmo nome criado em 1966), a Organização Paranaense Anticomunista (OPAC) e a Cruzada Libertadora Militar Democrática (CLMD). O IBAD também era próximo do Centro Dom Vital, organização católica conservadora. Ademais, os amplos contatos do IBAD no meio empresarial lhe permitiram o acesso a programas de rádio, revistas, jornais e canais de televisão em todo o país, bem como financiamento para suas atividades (DREIFUSS, 1981, p. 102-103).

Já o IPES nasceu em 1961, fundado por empresários do Rio de Janeiro e São Paulo temerosos de um avanço comunista e da ascensão de Goulart. O IPES difundia ideais liberais e democráticos, enfatizando as vantagens da livre-iniciativa sobre o comunismo. Seus meios de comunicação eram encartes, publicações e palestras, mas também chegaram a estocar armas para uma conspiração contra Jango (MOTTA, 2020, p. 215-216). Além dos empresários, o IPES também reunia membros do clero, políticos conservadores e militares, sobretudo militares ligados à Escola Superior de Guerra (ESG). Tendo fundado filiais em várias capitais, o IPES promovia filmes, palestras e seminários, além de ter um programa semanal de debates na TV Cultura de São Paulo (PRESOT, 2010, p. 77-78).

Os fundadores do IPES tinham diferentes origens, mas se uniam por terem relações econômicas multinacionais, por serem anticomunistas e por sua ambição de reformular o Estado (DREIFUSS, 1981, p. 162, 163). Em julho de 1962, quando se faziam os preparativos para as eleições parlamentares de outubro, IPES e IBAD estavam praticamente fundidos. Ambos compartilhavam pessoal e fontes financeiras. Dreifuss acredita que o IPES também estava se fundindo com os militares da ESG e com os empresários multinacionais e associados (DREIFUSS, 1981, p. 103-104).

O IPES ajudou a financiar e a divulgar a Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo. Realizada em diversas partes do país, tal marcha foi um dos principais eventos promovidos pelos grupos de oposição a Goulart, vindo a desempenhar um importante papel no desgaste de sua figura. A primeira marcha ocorreu em São Paulo no dia 19 de março de 1964 e reuniu 500 mil pessoas, ao passo que a segunda, no Rio de Janeiro, concentrou 1 milhão. De março a junho foram realizadas 69 marchas contra Jango em todo o país, tanto em capitais como no interior. Mais de 80% das marchas ocorreram após o golpe e buscavam demonstrar a legitimidade popular do novo regime. O IPES também tinha ligações na ADP, formada por deputados como Herbert Levy, Cunha Bueno, Arnaldo Cerdeira, Menezes Cortez, Padre Vidigal, Pedro Aleixo e Eurípedes Cardoso de Menezes⁶⁰ (PRESOT, 2010, p. 79, 83, 84).

Em 1962, como consequência da pregação do IPES, nasceu o Grupo de Atuação Patriótica (GAP), ativo em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Seus membros incluíam principalmente jovens estudantes de 17 a 26 anos, grande parte dos quais de classe média alta. Seus protestos tinham como alvos principais Leonel Brizola e Jango, além de denunciarem a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). O líder do GAP, Aristóteles Drummond, dizia defender a Liberdade e a propriedade e acreditava que tais direitos só poderiam ser garantidos por militares. Aristóteles também compôs a “Rede da Democracia”, atividade de propaganda patrocinada pelo IPES/IBAD em oposição à “Cadeia da Legalidade” organizada por Brizola contra o golpe de 1964. Por meio da Rede, Drummond dizia lutar contra os camponeses de Francisco Julião e atacava o Grupo dos Onze, organização fundada por Brizola em 1963 para resistir à onda conservadora (DREIFUSS, 1981, p. 382-383).

IPES e IBAD eram tão articulados que Dreifuss se refere a eles com o termo “complexo IPES/IBAD”. Tal complexo representaria a fase política dos interesses empresariais. Seus intelectuais passaram a constituir uma força social consciente de que seus próprios interesses

⁶⁰ No capítulo 4 veremos como Herbert Levy fez parte de uma comissão parlamentar que visitou Taiwan em 1964.

transcendiam os limites corporativos, podendo se converter em interesses de outros grupos subordinados (DREIFUSS, 1981, p. 161).

O Presidente João Goulart não foi indiferente a tais manifestações. Aos movimentos católicos que se mobilizavam contra seu governo, Jango respondia reprovando aqueles que exploravam os sentimentos cristãos do povo em prol de uma mistificação anticomunista: “não podem ser levantados os rosários da fé contra o povo, que tem fé numa justiça social mais humana e na dignidade de suas esperanças” (GOULART citado por PRESOT, 2010, p. 76). Tal declaração foi uma das responsáveis por desencadear a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. As mulheres da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) distorceram as palavras de Jango e acusaram-no de ter afirmado que “os terços e a macumba da Zona Sul não teriam poder sobre ele” (PRESOT, 2010, p. 76).

Quando comparamos a segunda onda anticomunista no Brasil (1961-1964) com a primeira (1935-1937), é possível estabelecer tanto continuidades como discontinuidades. Enquanto nos anos 1930 abundavam as denúncias de fuzilamentos e torturas nos países comunistas, na década de 1960 os ataques ao comunismo se concentraram na fragilidade do seu modelo econômico. Além disso, se o anticomunismo nos anos 1930 concentrava seus ataques sobre a União Soviética, nos anos 1960 o discurso anticomunista passa a incluir países como Cuba (cujo regime era acusado de descristianizar o país e fuzilar opositores) e China (acusada de financiar guerrilhas no Brasil). Apesar disso, a segunda onda anticomunista insistia no comunismo como sendo apenas uma ideologia que acobertava o imperialismo soviético sobre o Brasil. As divergências entre os países comunistas – a exemplo da ruptura sino-soviética nos anos 1960 – não eram contempladas pelos anticomunistas, que resumiam o papel de Cuba e da China a meros executores das ordens de Moscou (MOTTA, 2020, p. 216).

O caráter eminentemente católico da propaganda anticomunista nos anos 1930 foi substituído, nos anos 1960, por um ecumenismo que buscava congregiar outras crenças na luta contra o comunismo. Evangélicos, espíritas, judeus e umbandistas foram convidados a se manifestarem contra o inimigo comum. Este caráter ecumênico revestiu o anticomunismo de um universalismo que estivera ausente na primeira onda: “A postura ecumênica fortaleceu a imagem de que o repúdio ao comunismo era um sentimento universal e não o atributo de um único grupo⁶¹” (MOTTA, 2020, p. 218 – tradução nossa).

Outra particularidade do anticomunismo nos anos 1960 é o apelo à democracia. Nos anos 1930 a democracia era vista como uma das responsáveis pela ascensão comunista no

⁶¹ No original, em inglês: “The ecumenical posture strengthened the image that the repudiation of communism was a universal feeling and not an attribute of a single group” (MOTTA, 2020, p. 218).

mundo. Regimes democráticos eram tidos como fracos para deter o avanço comunista, que apenas poderia ser barrado com um governo forte e autoritário. Diferente dos dirigentes autoritários do período entreguerras, que podiam se legitimar recorrendo ao imaginário mobilizador do fascismo e apresentando-se como única solução aos problemas da nação, os dirigentes autoritários do pós-1945 recorriam a práticas ditatoriais no presente ao mesmo tempo em que prometiam liberdade e democracia no futuro (ROLLEMBERG e QUADRAT, 2010, p. 25-26).

Dessa maneira, o imaginário anticomunista dos anos 1960 opunha a democracia ao comunismo e apresentava os anticomunistas como defensores da democracia, ameaçada pelas reformas supostamente comunistas levadas a cabo por Jango. A defesa da democracia era útil não somente por criar uma identidade de valores com o mundo ocidental, mas também por transmitir um ar de neutralidade e por ter um apelo mais amplo. Ao empunhar a democracia como uma de suas bandeiras, a propaganda anticomunista colocava-se como defensora de valores universais que estavam acima de divisões partidárias (MOTTA, 2020).

A falta de compromisso destes grupos com a democracia ficou evidente logo após o golpe, já que o regime então instalado não tinha qualquer apreço por ela. Ademais, o termo “democracia” era, na maioria das vezes, vago e impreciso:

Em grande medida, “democracia” não passava de um rótulo vazio de conteúdo, ou melhor, era apenas um designativo para demarcar o campo anticomunista. No discurso e na concepção dos setores conservadores a palavra tinha um sentido genérico, significando simplesmente o contrário de comunismo. (...) No entanto, seria exagerado dizer que todos os grupos anticomunistas usaram o argumento democrático só como fachada. Muitos se sentiram traídos e ficaram decepcionados com o rumo autoritário tomado após a derrubada de Goulart⁶² (MOTTA, 2020, p. 219-220 – tradução nossa).

Apesar das diferenças, houve uma importante continuidade entre a primeira e a segunda ondas anticomunistas: o clamor pela segurança nacional. Lutar contra o comunismo significava lutar pela defesa da nação contra todos os males que a afligiam. Ademais, em ambas as ondas quaisquer contestações ao regime eram vistas pelas autoridades como frutos de conspirações comunistas. A ideia de que o comunismo seria uma ameaça à família também persistiu nos discursos dos anos 1960, sobretudo nos meios católicos, e impulsionou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. A revolução sexual e cultural nos anos 1960 acentuou o teor

⁶² No original, em inglês: “To a large extent, ‘democracy’ was an empty label, a designation used to demarcate the anti-communist field. The word possessed a generic meaning in the discourses and conceptions of the conservative forces, meaning simply the opposite of communism. Moreover, the lack of commitment to effective democracy was evident in the policies adopted by the political regime that came to power with the 1964 movement. It would be an exaggeration, though, to state all the right-wing groups used the democratic argument merely as a facade. Many felt betrayed and disappointed by the authoritarian course taken following the overthrow of Goulart” (MOTTA, 2020, p. 219-220).

moralista do discurso anticomunista, acusando o comunismo de usar a liberdade sexual e as drogas para degenerar a sociedade e a civilização ocidental (MOTTA, 2020, p. 65-66).

Houve setores mais moderados da direita que tentaram cortejar Jango na esperança de que ele se afastasse de forças mais à esquerda. Em pouco tempo, contudo, os setores moderados perderam a paciência com o presidente, abandonaram a esperança de uma saída moderada para a crise e ajudaram a engrossar o coro dos radicais de direita que nunca haviam abaixado o tom em seus protestos. O fracasso do plano trienal em 1963 (e a consequente deterioração da situação econômica), bem como a radicalização das figuras à esquerda ligadas a Jango (sobretudo Leonel Brizola), que cobravam do presidente um pulso mais firme e reformas mais radicais, tornou a situação do presidente ainda mais insustentável. Em 1963 um surto grevista tomou conta do país, aumentando o pânico anticomunista, tendo em vista que muitos sindicatos eram dirigidos pelo PCB. As greves eram vistas, pela ótica do anticomunismo, como parte de uma conspiração revolucionária para a tomada do poder (MOTTA, 2020, p. 223-225).

Entre fins de 1963 e princípios de 1964, Goulart abandonou sua frágil política pendular de tentar agradar ora seus apoiadores, ora seus opositores, e deu sinais mais claros de reconciliação com a esquerda. O presidente discursou comprometendo-se com reformas e criticando as estruturas arcaicas da sociedade brasileira. Além disso, ele deu seu apoio oficial aos comunistas na disputa pela direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) e assinou um decreto limitando remessas de lucros para o exterior – duas medidas extremamente impopulares entre a direita (MOTTA, 2020, p. 229).

Os discursos de Bilac Pinto são particularmente importantes para entendermos a importância do anticomunismo na derrubada do presidente João Goulart. Bilac Pinto, deputado e presidente da UDN, era um dos mais ardorosos críticos de Goulart. Em seus discursos, o udenista acusava o presidente de ter se tornado uma ferramenta comunista, de oferecer cargos públicos para a esquerda, de tolerar greves e de estar incitando à “guerra revolucionária”. Apesar de admitir que o presidente ainda tinha tempo para corrigir seus erros, Bilac Pinto expressou o espírito belicoso com que a UDN atacava Goulart e a esquerda. Ademais, os discursos do udenista ajudaram a precipitar a formação de milícias anticomunistas, sobretudo entre os latifundiários temerosos da reforma agrária. Por fim, tais discursos são importantes porque evidenciam os fortes laços estabelecidos entre a liderança da UDN e os militares, sobretudo devido ao uso da expressão “guerra revolucionária” (MOTTA, 2020, p. 230-231).

A ascensão dos militares ao poder foi em grande parte guiada pela Doutrina de Segurança Nacional, documento formulado pela ESG. Entre os diversos conceitos mobilizados pela Doutrina estava a noção de “guerra revolucionária” ou “guerra subversiva”. Ao constatar

a existência de uma guerra subversiva em território brasileiro, a Doutrina de Segurança Nacional se baseava na crença de que o país passava por um cenário análogo ao enfrentado pelos franceses na Argélia ou pelos norte-americanos no Vietnã (GARCIA, 1997, p. 25, 26).

A guerra revolucionária era entendida como um conflito interno, materialmente ou psicologicamente estimulado de fora da nação. Ligado ao conceito de guerra revolucionária estava a crença de que o que separava o inimigo comunista da nação brasileira não eram as fronteiras geográficas, mas sim as fronteiras ideológicas. Diferente de uma guerra convencional, na qual o Estado se protege de inimigos de fora, acreditava-se que os inimigos atuavam dentro do território, movidos por ideologias hostis à ordem e à soberania nacional. O general Golbery do Couto e Silva, figura eminente da ESG, acreditava que os países comunistas, para evitar uma guerra direta, utilizavam uma estratégia psicológica de guerra com vistas a minar as vulnerabilidades de uma sociedade democrática (ALVES, 1985, p. 16-17).

Sendo a guerra revolucionária uma guerra não declarada, seus combatentes seriam recrutados entre a população civil do país alvo, fazendo assim com que toda a população representasse inimigos em potencial. *O Manual básico da ESG* postulava que, no terceiro mundo, a União Soviética tinha uma predileção pela guerra revolucionária, em vez da guerra total ou limitada, a fim de levar a cabo seu plano imperialista (ALVES, 1985, p. 16-17).

O medo do inimigo interno foi incorporado à Constituição adotada pelo regime militar em 1967. Enquanto a Constituição de 1946 definia a segurança nacional como a proteção contra agressões externas, a Constituição de 1967 alterou esse entendimento, conformando a Doutrina de Segurança Nacional à noção de guerra psicológica e à ideia de um inimigo interno. Com isso, não apenas a ameaça à segurança nacional passou a ser definida de acordo com as fronteiras ideológicas, mas a defesa da segurança nacional passou a ser atribuição não só das forças armadas, mas de toda pessoa física e jurídica na sociedade civil (ALVES, 1985, p. 77).

O derradeiro capítulo na saga de Jango começou no dia 13 de março de 1964, quando, ao discursar na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, o presidente selou publicamente seu compromisso com as esquerdas. A direita viu nesse discurso a prova inequívoca de que uma revolução comunista estava em curso. Goulart denunciou o arcaísmo da Constituição e pressionou o Congresso a atender as reivindicações populares. Leonel Brizola, mais incisivo, ameaçou o Congresso e defendeu uma Constituinte de caráter popular (MOTTA, 2020, p. 233):

O comício da Central do Brasil resultou na consolidação de mobilizações anticomunistas e anti-Goulart, cuja convergência então se completou. Importantes setores sociais, que até então permaneciam apenas na expectativa, alguns até simpáticos ao discurso reformista, se aliaram à direita radical sob a bandeira do anticomunismo. O processo de formação da “união sagrada” contra o comunismo foi concluído, unindo as elites econômicas, os setores militares, políticos e religiosos e as

classes médias, todos alarmados pelo prospecto de uma suposta ruptura revolucionária⁶³ (MOTTA, 2020, p. 234 – tradução nossa).

Em março de 1964 a oposição a Jango já reunia diversas figuras públicas, tais como os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e Eurico Gaspar Dutra, os governadores de São Paulo (Ademar de Barros) e da Guanabara (Carlos Lacerda), além de empresários das comunicações como Júlio de Mesquita Filho e Assis Chateaubriand. O estopim para a queda de Jango aconteceu nos dias 26 e 27 de março, quando um grupo de marinheiros de esquerda se rebelou e foi preso. A Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais se reuniu em protesto e recebeu o apoio dos fuzileiros navais enviados pelo ministro da Marinha Silvío Mota para reprimi-los. No final foi negociada uma solução favorável aos marinheiros revoltosos, o ministro da Marinha foi afastado e seu substituto era ligado à esquerda (MOTTA, 2020, p. 236, 237).

A reação de Jango à crise na Marinha deixou oficiais das forças armadas profundamente insatisfeitos e tornou a situação do presidente insustentável. Após movimentações de tropas em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, João Goulart deixou Brasília e voou para Porto Alegre na esperança de encontrar apoio para preservar sua autoridade. Contudo, o “espírito de 1961” já havia desvanecido e não havia clima para resistência. A cadeira da Presidência da República foi declarada vaga pelo presidente do Senado Ranieri Mazzilli, que assumiu interinamente a presidência. Os militares logo se assenhorearam da situação e eleições indiretas foram convocadas, das quais saiu vencedor o General Humberto de Alencar Castelo Branco.

Os militares e demais apoiadores do golpe chamaram essa movimentação de “revolução democrática” e alegaram estar salvando o país do perigo comunista. Em 1965, os partidos políticos seriam extintos pelo novo regime, sendo permitida a participação de apenas duas agremiações. Uma delas era a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que reunia sobretudo ex-udenistas simpáticos ao regime instalado. A outra era o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que fazia as vezes de uma oposição moderada ao novo regime. O objetivo desse sistema eleitoral bipartidário era assegurar a cooperação entre os militares, o partido pró-governo (ARENA) e uma “oposição leal” (ALVES, 1985, p. 212), bem como transmitir, interna e externamente, a imagem de que o país vivia uma normalidade democrática.

Uma vez consumado o golpe, ficou claro para muitos dos próprios golpistas que a ameaça comunista fora superestimada. Entretanto, isso não significa que a luta contra o comunismo tenha sido uma mera fachada para manipular a população a apoiar o golpe. Se assim

⁶³ No original, em inglês: “The Central do Brasil rally resulted in the consolidation of anti-communist and anti-Goulart mobilizations, whose convergence was complete. Important social sectors, which until then had remained expectante, some even sympathetic to reformista preaching, aligned themselves with the radical right under the banner of anti-communism. The process of forming the ‘sacred union’ against communism was concluded, bringing together the business elites, the military, political, religious sectors and the Middle classes, all alarmed by the prospect of a supposed revolutionary rupture” (MOTTA, 2020, p. 234).

fosse, como explicar a mobilização anticomunista nas eleições de 1962? Por que gastar tempo e dinheiro com eleições, se o objetivo final fosse, desde o começo, subverter as instituições? (MOTTA, 2020, p. 242) A ameaça comunista fora superestimada, mas a crença na existência dessa ameaça era real. Longe de ser puro oportunismo, a mobilização do argumento anticomunista pelo regime militar brasileiro forneceu um ethos combatente aos militares, à polícia política e aos membros da comunidade de informações, uma razão de ser que justificava sua existência e missão (MOTTA, 2014, p. 207).

Tanto na primeira como na segunda onda, o anticomunismo foi um dos principais – ou talvez o principal – argumento usado para justificar as intervenções autoritárias de 1937 e 1964. No que tange especialmente ao regime militar de 1964, o anticomunismo funcionou como um grande fator amalgamando os diversos grupos de oposição a Jango:

Desta forma, o temor ao comunismo foi o “cimento” da mobilização anti-Goulart, o elemento que propiciou a unificação de setores heterogêneos numa frente favorável à derrubada do Presidente. O objetivo principal não era dar um golpe, mas combater os comunistas. O recurso à solução autoritária era um meio para eliminar a “ameaça comunista” e não um fim. Parcelas mais conservadoras e radicais da “frente anticomunista”, certamente, desejavam o autoritarismo em si, enquanto alguns agentes recusavam qualquer alteração na ordem social e econômica. Outros tinham como principal preocupação colocar fim às políticas nacionalistas e estatistas ensaiadas por Goulart. Porém, suas opiniões não tinham capacidade de obter consenso entre as elites sociais e setores moderados e conservadores. A única posição unânime era a recusa à “comunização”⁶⁴ (MOTTA, 2020, p. 244-245 – tradução nossa).

Apesar de não ser nosso objetivo fazer uma análise exaustiva de toda a historiografia do golpe militar brasileiro⁶⁵, achamos pertinente fazer algumas breves considerações sobre o assunto. Uma historiografia do golpe deve começar com os próprios atores políticos envolvidos. Como vimos, o discurso golpista dizia que o golpe visava a impedir a subversão da ordem, combater a corrupção e proteger o país do bolchevismo. Já a esquerda dizia que o golpe foi arquitetado por Washington para impedir as reformas sociais (informação verbal⁶⁶).

⁶⁴ No original, em inglês: “Thus, fear of communism was the ‘cement’ of the anti-Goulart mobilization, the ingredient that enabled the unification of heterogeneous sectors in a front favourable to the overthrow of the President. The main goal was not to remove Goulart, but to fight the communists, the revolutionary left and radical social movements. The use of the authoritarian solution was a means to eliminate such ‘threats’ and not an end. More conservative and radical sections of the anti-communist front certainly wanted authoritarianism itself, while some agents rejected any change to the social and economic order. Others were primarily concerned to put an end to the nationalist and statist policies defended by Goulart. However, their views were unable to achieve any consensus among social elites or the moderate and conservative sectors. The only unanimous position was a rejection of ‘communization’” (MOTTA, 2020, p. 244-245).

⁶⁵ Para um balanço historiográfico, ver: FICO, Carlos. **Além do Golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

⁶⁶ Fala do professor Rodrigo Patto Sá Motta na disciplina “Ditaduras e luta por democracia no Cone Sul (1960-2000): Argentina, Brasil, Chile e Uruguai”, ministrada Programa de Pós-Graduação em História da UFMG em março de 2020.

Ao longo dos anos 1970, as ciências sociais se dedicaram à tarefa de explicar o golpe. Em seu *The military in politics: changing patterns in Brazil*, Alfred Stepan⁶⁷ afirma que em 1964 os militares brasileiros romperam com sua função moderadora e resolveram ocupar o poder. Além disso, a radicalização em 1964 teria gerado nos militares o medo de ruptura em suas corporações, levando-os assim a expurgarem o sistema político e as forças armadas. Já Octavio Ianni, em *O Colapso do Populismo no Brasil*⁶⁸, e Francisco Weffort em *O Populismo na Política Brasileira*⁶⁹, entendem que o golpe foi resultado do esgotamento do pacto populista que sustentava os governos brasileiros no pós-guerra (informação verbal⁷⁰).

Também nos anos 1970, Luiz Alberto Moniz Bandeira, em *O Governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil (1961-1964)*, descreve o golpe como fruto da ação norte-americana⁷¹. Joseph Comblin, em *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*⁷², enfatiza o treinamento dado pelos Estados Unidos aos militares brasileiros e o papel norte-americano na difusão da Doutrina de Segurança Nacional. Em *Combate nas Trevas*, Jacob Gorender interpreta o golpe como uma contrarrevolução para barrar as mudanças sociais conduzidas pela esquerda⁷³ (informação verbal⁷⁴).

Em 1981, René Dreifuss publicou *1964: A conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe*⁷⁵. Conforme já mostramos acima, o autor ressalta a assimetria entre o poder econômico do bloco multinacional e associado, que se consolidara nos anos Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, e a relativa ausência de poder político do mesmo bloco. Tal situação teria levado o bloco multinacional e associado a tentar dominar o Estado por meio do complexo IPES/IBAD (DREIFUSS, 1981, p. 105). O mérito de Dreifuss foi sublinhar o

⁶⁷ STEPAN, Alfred C.. **The military in politics: changing patterns in Brazil**. Princeton: Princeton University Press, 1971.

⁶⁸ IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. 3ª edição revista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

⁶⁹ WEFFORT, Francisco Corrêa. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

⁷⁰ Fala do professor Rodrigo Patto Sá Motta na disciplina “Ditaduras e luta por democracia no Cone Sul (1960-2000): Argentina, Brasil, Chile e Uruguai”, ministrada Programa de Pós-Graduação em História da UFMG em março de 2020.

⁷¹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

⁷² COMBLIN, Joseph. **A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1978.

⁷³ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1987.

⁷⁴ Fala do professor Rodrigo Patto Sá Motta na disciplina “Ditaduras e luta por democracia no Cone Sul (1960-2000): Argentina, Brasil, Chile e Uruguai”, ministrada Programa de Pós-Graduação em História da UFMG em março de 2020.

⁷⁵ DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe**. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1981.

protagonismo das entidades empresariais no golpe, mas seu trabalho peca por superestimar o teor conspirativo do golpe e por dar pouca atenção aos fatores políticos (informação verbal⁷⁶).

Nos anos 1980 e 1990 a historiografia do golpe reagiu ao “economicismo” das explicações anteriores e muitos cientistas políticos passaram a realçar o peso da dimensão política. Wanderley Guilherme dos Santos, em seu *Sessenta e quatro, anatomia da crise*⁷⁷ afirma que o golpe nasceu de um impasse político: o Congresso não conseguia aprovar leis e o Executivo não conseguia governar, levando assim à imposição da solução militar. Já Argelina C. Figueiredo, em *Democracia ou Reformas?*⁷⁸, critica abordagens estruturalistas e valoriza a autonomia da política ao dizer que o golpe foi uma contingência, e não uma necessidade.

Nos últimos anos, cada vez mais obras vêm enfatizando o estudo das direitas no Brasil como chave para a compreensão do golpe. Plínio Ferreira Guimarães⁷⁹ enfatiza a promoção de programas sociais pelo Exército para afastar a população carente de programas revolucionários. Por meio de ações educacionais, projetos de alfabetização, cursos profissionais para os recrutas que retornassem à vida civil e atividades recreativas infantis, o Exército buscava “se antecipar ou reverter qualquer trabalho feito por revolucionários no sentido de conquistar moradores de áreas onde movimentos de luta armada se instalassem”, além de diminuir “as agruras vividas pelos habitantes e [reduzir], dessa forma, a atratividade que as ideias revolucionárias pudessem exercer sobre tais pessoas” (GUIMARÃES, 2015, p. 162).

Também há uma tendência a valorizar a autonomia da esfera política. Rodrigo Motta, por exemplo, afirma que o movimento de 1964 foi eminentemente político, oriundo do “medo, [d]a insegurança e [d]a reação ao processo de esquerdização ou de ‘comunização’ supostamente em curso no país”. Ainda que a insatisfação econômica existisse, os temores mais intensos tinham fundamentação política, e o único consenso entre os golpistas era a aversão ao comunismo (MOTTA, 2015, p. 38). Igualmente notável na historiografia recente é a atenção à complexidade do regime militar, com seu caráter a um só tempo conservador e modernizante, como demonstra Rodrigo Motta em seu livro *As universidades e o regime militar*⁸⁰. Por fim,

⁷⁶ Fala do professor Rodrigo Patto Sá Motta na disciplina “Ditaduras e luta por democracia no Cone Sul (1960-2000): Argentina, Brasil, Chile e Uruguai”, ministrada Programa de Pós-Graduação em História da UFMG em março de 2020.

⁷⁷ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Sessenta e quatro: anatomia da crise**. São Paulo: Vértice, 1986.

⁷⁸ FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. **Democracia ou reformas?: alternativas democráticas à crise política: 1961-1964**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

⁷⁹ GUIMARÃES, Plínio Ferreira. “Outras armas para enfrentar a ameaça comunista: o Exército brasileiro e a assistência social no combate à guerra revolucionária”. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Ditaduras Militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai**. Belo Horizonte: UFMG, 2015, p. 143-166.

⁸⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. Ver também: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “As políticas universitárias das ditaduras militares do Brasil, da Argentina e do Chile”. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Ditaduras Militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai**. Belo Horizonte: UFMG, 2015, p. 37-60.

trabalhos recentes também têm se dedicado cada vez mais aos debates sobre a memória do regime militar e à dimensão cultural da resistência ao autoritarismo⁸¹.

Além de atentar para a historiografia do regime militar, o estudo deste período também deve levar em conta a importância de evitar simplificações. Um dos equívocos mais comuns quando tratamos de regimes autoritários é a dicotomização entre Estado e sociedade, o que nos leva a representar tais regimes como formas de governo antagônicas à sociedade civil, obscurecendo assim o amplo apoio que muitos destes regimes possuíam entre a população. Samantha Viz Quadrat e Denise Rollemberg observam que é preciso uma história dos regimes autoritários que vá para além das resistências e da violência estatal e retrate também o respaldo que a sociedade deu àqueles regimes (QUADRAT e ROLLEMBERG, 2010, p. 12, 14). Afinal de contas, “uma vez gestadas no interior das sociedades, as ditaduras não lhes são estranhas” (QUADRAT e ROLLEMBERG, 2010, p. 27-28).

Regimes autoritários precisam ser tratados como produtos sociais, o que implica evitar raciocínios simplistas como “vítima X algoz” ou “opressor X oprimido”. Tais dicotomias acabam nos conduzindo a distorções consideráveis do fenômeno que pretendemos estudar. Elas não nos esclarecem, por exemplo, como a ditadura brasileira conseguiu durar vinte e um anos, ou incorrem no erro de atribuir tal longevidade pura e simplesmente à repressão e à censura (QUADRAT e ROLLEMBERG, 2010, p. 11).

Beatriz Kushnir nos mostra que vários órgãos da imprensa compactuaram com a ordem estabelecida em 1964 a ponto de muitos jornalistas corroborarem, em seus escritos, a versão dos fatos sustentada pelo regime militar (KUSHNIR, 2010, p. 284, 285). Lucia Grinberg, por sua vez, analisa as cartas recebidas pelo diretório da ARENA a fim de demonstrar o respaldo que o regime de 1964 tinha na sociedade civil. Em uma das cartas pesquisadas pela autora, um médico carioca se dirigia ao presidente da ARENA reclamando da “tibieza” com que a agremiação defendia os princípios “revolucionários” de 1964 (GRINBERG, 2010, p. 269).

⁸¹ Ver: REIS FILHO, Daniel Aarão. “Ditadura no Brasil entre memória e história”. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Ditaduras Militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai**. Belo Horizonte: UFMG, 2015, p. 237-253; NAPOLITANO, Marcos. “A ‘resistência cultural’ durante o regime militar brasileiro: um novo olhar historiográfico”. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Ditaduras Militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai**. Belo Horizonte: UFMG, 2015, p. 193-211; HERMETO, Miriam. “Os seminários de dramaturgia do Grupo Casa Grande: limites do frentismo de resistência político-cultural na abertura política brasileira”. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Ditaduras Militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai**. Belo Horizonte: UFMG, 2015, p. 213-236; ALONSO, Gustavo. “Ditadura do Sertão: apoio e consenso da ditadura civil-militar na música sertaneja”. In: CORDEIRO, Janaina Martins; LEITE, Isabel Cristina; SILVEIRA, Diego Omar da; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **À Sombra das Ditaduras: Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014, p. 91-110; MAGALHÃES, Livia Gonçalves. “‘Tudo é um só coração?’ Disputas e conflitos de memória na vitória da copa de 1970”. In: CORDEIRO, Janaina Martins; LEITE, Isabel Cristina; SILVEIRA, Diego Omar da; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **À Sombra das Ditaduras: Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014, p. 111-126; CORDEIRO, Janaina Martins. “Entre redenção e reconciliação: a manutenção das homenagens à ditadura e aos ditadores”. In: CORDEIRO, Janaina Martins; LEITE, Isabel Cristina; SILVEIRA, Diego Omar da; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **À Sombra das Ditaduras: Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014, p. 127-142.

Eram comuns, nas cartas endereçadas à ARENA, manifestações contrárias à abertura do regime, inclusive ao restabelecimento de eleições diretas para governadores em 1978. Vê-se, portanto, que apesar de ter sido criada por um decreto com o objetivo de servir como sustentação ao regime militar, a ARENA (assim como o próprio regime militar) possuía um significativo lastro social (GRINBERG, 2010, p. 270, 273).

Alessandra Carvalho contesta a ideia comumente difundida de que políticos e partidos ficaram inertes diante do regime militar. A autora comenta que, diferente de regimes militares em países vizinhos, o regime militar no Brasil foi marcado pela “manutenção da vida partidária, do funcionamento mínimo do Congresso e do calendário eleitoral”, de modo que muitos políticos e membros da ARENA atuaram como canal de mediação entre a sociedade e o regime (CARVALHO, 2010, p. 228).

Elucidados os principais aspectos do anticomunismo no Brasil, entendamos agora em que medida o anticomunismo constituiu a política externa do regime militar brasileiro. Tal debate é necessário porque nos mostra que o anticomunismo não pautou apenas as relações Brasília-Taipei, mas também a política externa do regime militar de forma mais ampla.



Imagem 1: Selo emitido em 1972 em comemoração aos 150 anos da independência brasileira. Ao centro, os perfis dos três primeiros dirigentes do regime militar. Da esquerda para a direita: Castelo Branco, Costa e Silva, e Médici (acervo do autor).

1.6.O anticomunismo e a política externa do regime militar brasileiro

Williams da Silva Gonçalves e Shiguenoli Miyamoto afirmam que os rumos tomados pela política externa nos governos Jânio e Jango ajudaram a inflamar os ânimos anticomunistas e a conduzir o país rumo ao golpe de 1964 (GONÇALVES e MIYAMOTO, 1993, p. 215). De forma análoga, Rodrigo Motta afirma que a PEI iniciada por Jânio e continuada por Goulart foi um dos muitos fatores que ajudaram a desencadear o surto anticomunista de 1961-1964:

O recém-empossado governo de Jânio Quadros lançou uma política externa independente que efetivamente trouxe o país mais perto de nações não-alinhadas com as posições dos Estados Unidos. A escolha de Jânio – uma desagradável surpresa para aqueles que o elegeram na esperança de derrotar a esquerda e o getulismo – provocou indignação. Anticomunistas se mobilizaram contra a nova política externa, reagindo principalmente a rumores de que a diplomacia brasileira estava se dirigindo a um reatamento das relações com Moscou⁸² (MOTTA, 2020, p. 207-208 – tradução nossa).

⁸² No original, em inglês: “The newly sworn-in Jânio Quadros government launched an independent foreign policy that effectively brought the country closer to nations non-aligned with US’s positions. Jânio’s choice – an

Muitos dos militares que lideraram o golpe de 1964 eram oriundos da ESG, a exemplo do primeiro presidente do regime militar, o Marechal Castelo Branco. Os militares da ESG eram favoráveis ao estreitamento de laços com os Estados Unidos e hostis a quaisquer propostas de multilateralização da política externa. Acreditava-se que cabia ao Brasil a posição de aliado privilegiado dos Estados Unidos, tal como no governo Dutra. Vasco Leitão da Cunha, o primeiro chanceler do regime militar, dizia que a política externa da “Revolução de 1964” devotava especial apreço à integração latino-americana, evidenciando assim uma regressão diante da PEI e uma preferência pela integração hemisférica (VIZENTINI, 1995, p. 291, 292).

A influência norte-americana sobre a ESG e sobre a Doutrina de Segurança Nacional, contudo, não pode nos levar ao equívoco de identificar essas instituições como meras cópias das ideias advogadas pelos Estados Unidos. As ideias norte-americanas tiveram uma boa acolhida entre os militares brasileiros somente “porque os militares já concordavam antes com seus pressupostos e puderam, dessa forma, reformulá-las e adequá-las à sua própria percepção dos problemas de desenvolvimento e de segurança do país” (GARCIA, 1997, p. 24).

As linhas mestras da política externa dos primeiros anos do regime militar brasileiro foram ditadas pelos escritos do general Golbery do Couto e Silva. Golbery era o responsável pela formulação da Doutrina de Segurança Nacional, calcada no binômio “segurança e desenvolvimento”. Acreditava-se que somente por meio da segurança, isto é, da proteção contra ameaças externas e internas, o país poderia trilhar o caminho do desenvolvimento econômico. A Doutrina de Segurança Nacional esposava um anticomunismo virulento, em sintonia com o cenário bipolar da Guerra Fria, além de reclamar a filiação inequívoca do Brasil ao bloco capitalista ocidental. Golbery se recusava a enxergar qualquer caminho para além dos blocos capitalista e comunista. Para ele, não pertencer a um significava, necessariamente, pertencer ao outro (GONÇALVES e MIYAMOTO, 1993, p. 214).

Ao colocar os blocos capitalista e comunista como as únicas soluções possíveis, Golbery rechaçava projetos como a Conferência de Bandung (1955) e o Movimento dos Não-Alinhados (MNA), que propunham uma solidariedade entre países do terceiro mundo e enxergavam a clivagem entre países ricos e países pobres como mais importante do que a clivagem entre países comunistas e capitalistas⁸³. Na ótica da ESG, a tentativa do terceiro mundo de forjar uma terceira via à hegemonia de Washington e Moscou apenas escondia uma opção hesitante pelo

unpleasant surprise to those who had voted for him hoping to defeat the left and Getulism – provoked outrage. Anti-communists mobilized against the new foreign policy, reacting mainly to rumours that Brazilian diplomacy was moving towards a reestablishment of relations with Moscow” (MOTTA, 2020, p. 207-208).

⁸³ Sobre Bandung e o MNA, ver: MACKIE, Jamie. **Bandung 1955: Non-alignment and Afro-Asian solidarity**. Singapura: Didier Millet, 2005; YOUNG, Robert. “Postcolonialism: from Bandung to the Tricontinental”, **Historein**, volume 5, 2005, p. 11-21; PHILLIPS, Andrew. “Beyond Bandung: the 1955 Asian-African Conference and its legacies for international order”, **Australian Journal of International Affairs**, 70:4, 2016, p. 329-341.

comunismo. Na mesma linha, em entrevista ao *Diário de Notícias* em julho de 1965, o então embaixador Juracy Magalhães atacava o neutralismo do terceiro mundo e dizia que a política externa brasileira deveria converter o país em uma ponte que ligasse as grandes potências ocidentais aos povos que estavam despertando para a vida internacional (VIZENTINI, 2004, p. 35).

Assim, os militares brasileiros tentavam convencer os Estados Unidos de que era necessário armar o Brasil a fim de que o país cumprisse seu papel na luta contra o comunismo. Os militares brasileiros enfatizavam que o fortalecimento militar (e não medidas econômicas) seria o único caminho para salvaguardar a posição brasileira:

E, como [Golbery] expressou em *O Brasil e a defesa do Ocidente*, não seria com discursos sobre as virtudes do livre-cambismo que as lideranças norte-americanas iriam solucionar nossos principais problemas. Antes de tudo, essas lideranças teriam de admitir a grande importância do Brasil para a estratégia de confronto com o mundo comunista. Admitida essa importância, deveriam os Estados Unidos cooperar no sentido de promover o fortalecimento da economia nacional e, também e principalmente, preencher as enormes carências nacionais de instrumentos de defesa (GONÇALVES e MIYAMOTO, 1993, p. 214).

A política externa do Marechal Castelo Branco (1964-1967), primeiro presidente do regime militar, expressou em grande medida os ideais da ESG e da Doutrina de Segurança Nacional. Castelo Branco exerceu uma política externa pautada pela abertura ao capital estrangeiro, pela ênfase nas relações bilaterais e pela aproximação com os Estados Unidos. Uma vez no poder, o novo presidente teria se esforçado por desmantelar os princípios da PEI e reinserir o Brasil na bipolaridade da Guerra Fria. Enquanto os formuladores da PEI enxergavam o mundo sob a clivagem “Norte X Sul”, ou “países ricos X países pobres”, os ditames da ESG reafirmavam que a principal clivagem no mundo era aquela entre “Leste X Oeste”, ou “comunismo X capitalismo”. Assim, segundo Paulo Vizentini, “A política externa do novo governo posicionava os países subdesenvolvidos dentro do conflito Leste-Oeste, abandonando o enfoque do antagonismo Norte-Sul” (VIZENTINI, 2004, p. 31).

Uma vez consumado o golpe, diplomatas ostensivamente ligados à PEI foram afastados e alguns chefes de missões diplomáticas próximos a Jango apresentaram voluntariamente seus pedidos de exoneração, tais como Nestor Souto de Oliveira (Síria), Lutero Vargas (Nicarágua), Leocádio Antunes (ALALC⁸⁴) e Mário Palmério (Paraguai), todos embaixadores. Em agosto, duas aposentadorias *ex officio* atingiram os diplomatas Hugo Gauthier (que servira na Tailândia em 1959) e Antônio Alves (VIZENTINI, 2004, p. 28)⁸⁵. Ademais, como consequência do novo regime, os escritórios de grupos pro-independência de Moçambique, então colônia portuguesa,

⁸⁴ Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

⁸⁵ Sobre o Itamaraty durante o regime militar, ver: CARMO, Géssica Fernanda do. **Os soldados de terno?** Ruptura, crise e reestruturação da diplomacia brasileira (1964-1969). Dissertação de mestrado em Relações Internacionais. UNICAMP, 2018. 169 p..

foram invadidos no Rio de Janeiro. Os moçambicanos foram presos e extraditados para Portugal salazarista. Em 1975, quando Moçambique se tornou independente de Portugal, nenhum convite oficial foi enviado para autoridades brasileiras comparecerem às celebrações. Somente figuras da esquerda como Miguel Arraes e Luís Carlos Prestes foram convidados. Em encontro com diplomatas brasileiros em 1974, o líder da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) Samora Machel não escondeu sua profunda decepção com a atitude brasileira frente à descolonização africana e disse que esperava mais de um país que também havia sido colonizado por Portugal (LESSA, PENNA FILHO, 2007, p. 16-17).

Outra medida anticomunista tomada pelo regime militar no plano externo foi o rompimento de relações diplomáticas com Cuba em maio de 1964. Em comunicado à imprensa emitido pelo Itamaraty e reproduzido pela *Revista Brasileira de Política Internacional*, acusa-se o regime de Fidel Castro de atentar contra a segurança brasileira ao financiar movimentos rebeldes em território nacional. O Itamaraty também acusava o governo cubano de, paralelamente aos canais diplomáticos, buscar “um inadmissível entendimento com grupos minoritários brasileiros, interessados em um proselitismo incompatível com as tradicionais convicções cristãs e democráticas de nosso povo”, ofendendo assim os “verdadeiros sentimentos nacionais, reafirmados agora pela Revolução vitoriosa” (BRASIL, 1964, p. 339).

O Itamaraty explica que a decisão brasileira de interromper as relações com Havana estava “em perfeita consonância com o seu propósito de não admitir ação comunista no território nacional”, e por mais que o Brasil se comprometesse a não interferir nos assuntos internos de outras nações, também exigia “igual respeito nos nossos negócios, que não admitem a mínima interferência, por mais discreta e sutil que seja” (BRASIL, 1964, p. 338). Ainda de acordo com o comunicado:

Ao identificar-se oficialmente como de tipo marxista-leninista, o Governo de Cuba se excluiu, *ipso facto*, da participação no Sistema Interamericano. O regime de Fidel Castro, longe de manifestar o menor interesse em seu retorno ao convívio das Nações livres da América, foi-se afastando cada vez mais dos países do Continente, aproveitando-se de todas as oportunidades para continuar a exportar suas doutrinas subversivas, através de intensa propaganda ideológica (BRASIL, 1964, p. 338).

Em 1965, em nova expressão de como o ideário anticomunista informava a política externa do novo regime, o Brasil (junto ao Paraguai do General Alfredo Stroessner) acedeu ao pedido norte-americano de envio de tropas para a República Dominicana. O objetivo da missão, organizada no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), era conter as manifestações em favor do presidente de centro-esquerda Juan Bosch, deposto em 1963 com apoio de Washington. Em nota, o Itamaraty acusa elementos externos de financiarem grupos políticos dentro da República Dominicana, gerando assim um quadro de instabilidade que demandava a intervenção internacional: “Já então, estavam claros os indícios de que pessoas

adestradas fora da República Dominicana estavam procurando assumir o controle da rebelião e convertê-la numa insurreição de cunho comunista” (BRASIL, 1966, p. 275). Ainda segundo a nota, “Conhecidos agitadores comunistas, na realidade, haviam conseguido organizar uma força paramilitar dedicada a atos de terrorismo” (BRASIL 1966, p. 275).

Quando o general Hugo Banzer tentou, sem sucesso, tomar o poder na Bolívia em 1970 por meio de um golpe contra um governante de esquerda, um major e seis capitães golpistas se exilaram na embaixada brasileira e depois no Brasil, de onde retornaram clandestinamente ao país. O Serviço Nacional de Informação (SNI) auxiliou os conspiradores ao facilitar o pouso de um avião militar brasileiro com armas para os conspiradores em Santa Cruz. Na época, o embaixador brasileiro na Bolívia era Hugo Bethlem, general da reserva expulso do país pelo presidente Juan José Torres. Após o triunfo do golpe de Banzer em 1971, o coronel José Maria de Toledo Camargo, segundo homem da máquina de propaganda do governo Médici, foi mandado à Bolívia em missão secreta com um passaporte falso para melhorar a imagem do governo (GASPARI, 2003, p. 347).

Quando o governo Banzer começou a dar sinais de instabilidade em 1972, Médici escreveu a Nixon pedindo para incrementar a ajuda enviada aos bolivianos:

A subversão e o caos na Bolívia sem dúvida colocariam em perigo a segurança [do Brasil]... O caos político ou o estabelecimento de um regime marxista-leninista na Bolívia implicaria – eu não hesitaria em dizer – para a América do Sul como um todo consequências muito mais graves, perigosas e explosivas do que o problema cubano, devido à posição geoestratégica do país (MÉDICI citado por SPEKTOR, 2009, p. 54).

Também é conhecido o envolvimento do regime militar brasileiro na política uruguaia. O presidente norte-americano Richard Nixon confessara ao premiê britânico Edward Heath que os brasileiros ajudaram a fraudar a eleição que levou Juan María Bordaberry⁸⁶ ao poder. No momento do golpe, muitos dos veículos militares nas ruas de Montevideo eram brasileiros e foram negociados em uma transação de governo para governo. Ernesto Geisel, então presidente da Petrobras, colocou combustíveis à disposição de Bordaberry (GASPARI, 2003, p. 351).

Em visita ao presidente Richard Nixon em 1971, o general Emílio Garrastazu Médici entendia que “havia uma convergência natural e inelutável entre os dois países [Brasil e Estados Unidos]: ambos queriam varrer ideais e movimentos esquerdistas do continente” (SPEKTOR, 2009, p. 47). Há indícios de que, durante a reunião a portas fechadas no Salão Oval da Casa Branca, Médici tenha relatado ao colega norte-americano detalhes da ingerência brasileira nas eleições uruguaias – eleições que, segundo previsões, poderiam fortalecer de modo significativo

⁸⁶ A partir de 1973, Juan María Bordaberry governou o Uruguai como uma espécie de fantoche dos militares, que fecharam o Congresso e suspenderam as liberdades públicas.

a Frente Ampla, de esquerda⁸⁷. Os militares brasileiros chegaram até a considerar a possibilidade de uma ocupação militar do país vizinho caso a Frente saísse vitoriosa (SPEKTOR, 2009, p. 53).

Por outro lado, as relações com a Europa Oriental não foram interrompidas. O Brasil preservou relações com países do bloco comunista, inclusive com a própria União Soviética, devido a necessidades comerciais e ao próprio fato de Moscou, diferente de Cuba e da China, manter uma diplomacia legalista e não revolucionária (VIZENTINI, 2004, p. 61). Celso Amorim e Luiz Feldman explicam esse aparente paradoxo afirmando que, diferente de Cuba, a União Soviética e demais países do Leste Europeu, dada sua distância geográfica, não eram percebidos pelos militares como uma ameaça iminente ao Brasil (AMORIM e FELDMAN, 2011, p. 281).

Os países do bloco socialista representavam importantes oportunidades de comércio para o Brasil. No final de 1966, uma delegação brasileira partiu para Belgrado, capital da então Iugoslávia, onde participou da reunião da Comissão Mista Brasil-Iugoslávia. Em seguida, tal missão se dirigiu para Moscou para participar da reunião da Comissão Mista Brasil-URSS. Em nota, o Itamaraty afirmou que os representantes da indústria e comércio brasileiros buscavam “conhecer pessoalmente a potencialidade dos mercados socialistas para importações e exportações brasileiras” (BRASIL, 1966, p. 126).

Os relatórios anuais do MRE também nos permitem entender como a política externa dos governos militares foi informada pelo anticomunismo. No primeiro relatório anual do regime militar, redigido no final de 1964, o chanceler Vasco Leitão da Cunha declara a intenção de atuar “decisivamente na preservação da paz no Continente Americano, clara e gravemente ameaçada pela existência do foco de tensão representado pelo atual Governo de Cuba” (CUNHA, 1964, p. 13). Vasco Leitão da Cunha também destaca a ajuda humanitária prestada pelo Brasil ao Vietnã do Sul durante a guerra contra os vietcongs:

O Governo da República do Vietnã pediu, em julho de 1964, através da Embaixada do Brasil em Bangkok, ao Governo brasileiro, que fosse prestada ajuda na sua luta contra a infiltração comunista em seu território, apelo ao qual o Governo brasileiro imediatamente respondeu, solicitando à Cruz Vermelha Brasileira o envio de medicamentos e demais recursos a seu alcance à Cruz Vermelha vietnamita (CUNHA, 1964, p. 66).

No relatório de 1966, o chanceler Juracy Magalhães destacava o papel da Secretaria-Geral-Adjunta para Assuntos da Europa Oriental e Ásia, sob a chefia do Embaixador João Oswaldo de Meira Penna, em auxiliar o Vietnã do Sul

numa demonstração de integral simpatia e apoio moral do Governo brasileiro ao Governo vietnamita, em face da agressão armada que aquele país vem sofrendo por

⁸⁷ Provavelmente este foi o motivo pelo qual nenhum representante do Itamaraty compareceu à reunião, já que a ideia de ingerência nos assuntos de outro Estado não agradaria o corpo diplomático (SPEKTOR, 2009, p. 53).

parte dos regimes comunistas que ameaçam a paz e a segurança do mundo livre (MAGALHÃES, 1966, p. 84).

No mesmo ano o Brasil abriu uma embaixada em Saigon cumulativa com a embaixada em Bangkok. Leonardo Eulálio do Nascimento e Silva, embaixador do Brasil em Bangkok, apresentou suas credenciais ao governo sul-vietnamita em agosto de 1966. O governo sul-vietnamita, em atitude de reciprocidade, também designou seu embaixador no Brasil: Vu Van Thai atuaria como embaixador no Brasil de forma cumulativa com suas funções de embaixador em Washington (MAGALHÃES, 1966, p. 83, 84).

O relatório de 1967, redigido pelo chanceler José de Magalhães Pinto, assumia tom mais moderado em relação ao Vietnã, mas seguia identificando Cuba como uma ameaça, sobretudo devido ao poder de atração que a ilha exercia sobre outros países no mundo pós-colonial:

Outro assunto que continuou a ocupar a atenção do setor competente do Ministério das Relações Exteriores, no ano de 1967, foram as atividades cubanas de caráter subversivo, ligadas à chamada Conferência OLAS, realizada em julho e decorrente da Conferência Tricontinental de Havana, a qual se realizou em janeiro de 1966. Realmente, conforme é sabido, a orientação política castrista tem sido sempre no sentido de “exportar a Revolução”. A OLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade) não foi outra coisa senão uma tentativa de institucionalizar tal exportação, ou seja, formalizá-la com o apoio dos demais países da América Latina (PINTO, 1970, p. 27).

Para Magalhães Pinto, “A posição do Brasil em relação à OLAS é a de total rejeição de seus postulados e de vigilância para contra-atacar seus atos de subversão” (PINTO, 1970, p. 28).

Em 1968, o premiê tailandês marechal Thanom Kittikachorn visitou o Brasil em retribuição à visita de dois dias que Costa e Silva fez a Bangkok em janeiro de 1967, antes de ser empossado na Presidência da República. Segundo o *Bangkok World*, periódico tailandês de língua inglesa, a visita do general Costa e Silva à Tailândia foi agendada de última hora, já que seu plano inicial previa uma visita a Karachi (Paquistão), e não a Bangkok. Tal visita fazia parte de um tour do presidente-eleito pela Ásia. De Bangkok ele seguiria para Hong Kong e depois para o Japão. A imprensa tailandesa destacou o anticomunismo como um valor compartilhado entre o marechal Kittikachorn e o general Costa e Silva:

A visita a Bangkok, substituindo uma parada em Karachi, foi organizada na última hora, mas percebeu-se que o governo tailandês não desperdiçou seu tempo em estender o tapete vermelho para o brasileiro, um convicto anticomunista que compartilha com líderes tailandeses muitas das visões sobre questões internacionais⁸⁸ (BANGKOK WORLD, 08/01/1967 – tradução nossa).

O anticomunismo na política externa brasileira não começou em 1964. Já na década de 1950 é possível ver como o anticomunismo se manifestava em discursos de diplomatas

⁸⁸ No original, em inglês: “The Bangkok visit, replacing a stop-over in Karachi, was arranged at the last minute, but it was learned that the Thai government has wasted no time in rolling out the red carpet for the Brazilian, a staunch anti-Communist who shares many of the views on world issues held by Thai leaders” (BANGKOK WORLD, 08/01/1967).

brasileiros acerca do cenário internacional, inclusive do continente asiático. As Filipinas, ex-colônia espanhola que acabara de se livrar da tutela norte-americana, desempenhavam um papel particularmente interessante para as percepções dos diplomatas brasileiros. O segundo secretário José Osvaldo de Meira Penna, em conferência proferida na ESG em 1950, via neste legado ocidental das Filipinas um escudo a protegê-la da instabilidade social que a assolava. Referindo-se às Filipinas como “o país mais ocidental da Ásia”, Meira Penna escreve:

Através do catolicismo que é a religião da maioria, do espanhol que é a língua da burguesia culta, através do domínio americano liberal e progressista que se lhes sobrepôs, as Filipinas vieram naturalmente se integrar no concerto ocidental. A base naval americana de Manila garante a segurança militar desse arranjo (PENNA, 1950, p. 18).

Curiosamente, a Indonésia também estava em sintonia com a postura pró-ocidental do diplomata brasileiro. Cinco anos antes de sediar a Conferência de Bandung, Sukarno ainda era visto como um “líder republicano de tendências conservadoras” (PENNA, 1950, p. 22), graças a quem a “nova República da Indonésia constitui, para o Ocidente, um motivo de grandes esperanças” (PENNA, 1950, p. 21). Ainda segundo o autor, os Estados Unidos estariam dispostos a auxiliar e fortalecer a Indonésia “com o fim de torná-la, juntamente com a Índia, o Sião [Tailândia] e as Filipinas, o bastião da defesa contra a disseminação do comunismo na Ásia sul-oriental (PENNA, 1950, p. 23).

Nada no relato de Meira Penna nos faz lembrar o Sukarno de 1955, figura de proa do anti-imperialismo e do não-alinhamento.

Meira Penna encerra sua exposição de forma tenebrosa, exortando o Ocidente a ser mais assertivo no continente asiático dada a sua importância estratégica na luta contra os soviéticos. O parágrafo final da conferência contém uma das mais clássicas associações mobilizadas pelo discurso anticomunista, sobretudo nos anos 1920 e 1930 (especialmente pela propaganda nazista): aquela que equipara o comunismo a um “barbarismo oriental”:

Esperemos que os dirigentes das potências ocidentais compreendam o perigo do domínio de toda a Ásia pelo Kremlin. Devemos admitir a correlação, observada por [Oswald] Spengler, entre a “revolução mundial dos povos de cor” e a “revolução mundial dos povos brancos”. Do contrário é lícito acreditarmos nas profecias lamentáveis de um Légendre que temia, para a Europa, a “barbaria comunista, reforçada pelas massas amarelas e negróides”, ou de um Ossendovsky que, assistindo, na Mongólia, em 1921, à guerra civil entre brancos e bolchevistas, teve a visão apocalíptica das tribos mongóis, movidas por um novo impulso místico-militar, surgirem novamente do Gobi, sob a conduta de Moscou, para assolarem a Europa como um novo “flagelo de Deus” (PENNA, 1950, p. 27-28).

As reações da diplomacia brasileira à Conferência de Bandung nos fornecem um bom exemplo da simpatia brasileira pelos regimes anticomunistas no continente asiático. Tais reações foram magistralmente estudadas por Arlindo José Reis de Souza em sua dissertação *O orientalismo no (luso) trópico americano: perspectivas brasileiras sobre a Conferência de Bandung*. Pautada pelos princípios de “não-alinhamento” e “solidariedade afro-asiática”

(MACKIE, 2005), a Conferência de Bandung foi amplamente hostilizada nos meios diplomáticos brasileiros.

Em ofício de 1955, Ildefonso Falcão, embaixador brasileiro na Índia, elogia a fundação da SEATO em 1954. A SEATO (Organização do Tratado do Sudeste Asiático) foi um organismo fundado sob a chancela do Secretário de Estado norte-americano John Foster Dulles com o objetivo de conter a expansão comunista no sul e sudeste da Ásia. Seus membros eram Austrália, Nova Zelândia, França, Reino Unido, Estados Unidos, Tailândia, Filipinas e Paquistão. Para Falcão, a proposta da SEATO era firme e equilibrada, demonstrando o vigor com que os Estados Unidos se propunham a resistir a qualquer tipo de agressão comunista. Diversos embaixadores brasileiros na Ásia viam a participação de membros da SEATO em Bandung “com grande alívio e garantia de que a Conferência de Bandung não será totalmente antiocidental” (SOUZA, 2011, p. 132).

Em seus ofícios, Falcão também criticava a atuação do primeiro-ministro indiano Jawaharlal Nehru na conferência. Nehru foi um dos idealizadores da Conferência de Bandung e um dos grandes líderes neutralistas. Para o diplomata brasileiro, a atuação de Nehru foi catastrófica graças aos membros da SEATO, que o impediram de dominar os debates. Falcão também elogia a postura dos delegados turcos e iraquianos de tentar conter as ambições do primeiro-ministro indiano (SOUZA, 2011, p. 207). Turquia e Iraque eram membros do Pacto de Bagdá (posteriormente rebatizado de Organização do Tratado Central ou CENTO). O Pacto de Bagdá abrangia, além do Reino Unido, a Turquia, o Iraque, o Paquistão e o Irã⁸⁹. Tal como a SEATO no Sudeste Asiático, seu objetivo era frear a expansão comunista no Oriente Médio e sul da Ásia.

Falcão expressava uma expectativa compartilhada por grande parte da diplomacia brasileira à época, qual seja: a de que Bandung não seria hostil ao Ocidente – ao qual, acreditava-se, pertencia o Brasil. Falcão elogia o primeiro-ministro do Ceilão (atual Sri Lanka), Sir John Kotelawala, um dos organizadores da conferência, por sua postura pró-ocidental, descrevendo-o como um estadista de boa mentalidade e fino trato (SOUZA, 2011, p. 130).

Outro exemplo da hostilidade de grande parte da diplomacia brasileira à Conferência de Bandung – bem como de sua simpatia pelos regimes anticomunistas no terceiro mundo – foi o embaixador brasileiro nos Estados Unidos, João Carlos Muniz. O embaixador valorizava a tutela norte-americana sobre os seus aliados que haviam participado da conferência. Para ele, tal tutela era fundamental para proteger aqueles países da expansão comunista e do neutralismo empunhado por Nehru (SOUZA, 2011, p. 213). Roberto Almeida Salgado, o embaixador

⁸⁹ O Iraque se retiraria do Pacto de Bagdá em 1958, momento em que o Pacto foi rebatizado como CENTO.

brasileiro no Irã, descreve o neutralismo de Bandung como uma estratégia soviética para criar um cinturão de Estados neutros ao redor das fronteiras comunistas, protegendo Moscou da SEATO e da OTAN (SOUZA, 2011, p. 215).

Por fim, Oswaldo Trigueiro, embaixador brasileiro na Indonésia, demonstrou alívio após o fim da Conferência de Bandung ao ver que o evento havia sido menos hostil ao Ocidente do que ele imaginava. Tal caráter amistoso era atribuído, pelo diplomata, ao papel desempenhado pelo Paquistão e Ceilão (dois regimes pró-ocidentais) de barrar a influência comunista, bem como pelo fracasso de Nehru ao tentar dominar o evento (SOUZA, 2011, P. 204-205).

As opiniões brasileiras acerca da Conferência de Bandung e da conjuntura asiática demonstram como os interesses norte-americanos eram frequentemente tidos como idênticos aos brasileiros. As impressões formuladas no Brasil acerca de Bandung foram “permeadas pelas cargas ideológicas que circulavam no mundo ‘Ocidental’ da época, do qual o Brasil entendia fazer parte de forma, via de regra, acrítica” (SOUZA, 2011, p. 198). Entre os diplomatas brasileiros, “a tônica das análises e comentários em relação à Conferência de Bandung era de ceticismo e distanciamento”:

Aqueles lá reunidos eram “os outros”, os “Orientais”, os “não cristãos”, os “infiéis”, os (para nossa surpresa) “recalcados” e “mal agradecidos” pela generosa contribuição que os ocidentais prestaram para seus respectivos desenvolvimento e civilizações; os, quando não comunistas, perigosamente próximos destes (SOUZA, 2011, p. 198).

As relações entre o Brasil e a República da China que ora analisamos são um importante capítulo nessa história de afinidades ideológicas entre anticomunistas no Brasil e no continente asiático.

Este capítulo nos deu um panorama da gênese e do desenvolvimento do anticomunismo no Brasil, com ênfase para o golpe militar de 1964 e o regime por ele instalado, já que este é o tema que mais nos interessa aqui. Pudemos ver como a história política brasileira ao longo do século XX foi fortemente marcada pela difusão de ideais anticomunistas, bem como as diferentes formas que este anticomunismo assumiu. Logo em seguida, discutimos como o anticomunismo também constituiu a política externa do regime militar brasileiro. Tal discussão foi importante para nos mostrar que o caso aqui analisado, isto é, as relações Brasília-Taipei, não foi apenas um evento isolado. No capítulo seguinte estudaremos o anticomunismo na China.

CAPÍTULO 2 – O ANTICOMUNISMO NA REPÚBLICA DA CHINA

2.1. A Revolução Chinesa de 1949

No dia 1º de outubro de 1949, os exércitos comunistas de Mao Tse-tung entraram triunfantes em Pequim após derrotarem os exércitos nacionalistas do *Kuomintang* em uma longa guerra civil que se estendia, com algumas interrupções, desde 1927. Tinha início a República Popular da China. Como foi possível que o comunismo triunfasse em um dos maiores e mais populosos países do mundo?



Imagem 2: Esquerda: selo chinês comemorando a vitória da Revolução de 1949 com o rosto de Mao Tse-tung e a bandeira da República Popular da China. Direita: selo chinês com Chiang Kai-shek e a bandeira da China nacionalista. O sol branco sob fundo azul é o símbolo do *Kuomintang*, mostrando assim como partido e Estado se confundiam (acervo do autor).

A civilização chinesa é uma das mais antigas do mundo. Por milênios, a região que hoje conhecemos como China esteve sob o poder de diferentes reinos e serviu de palco para disputas entre as mais diversas dinastias. A última dinastia a governar a China foi a dinastia Qing, de origem Manchu. Os Manchus, originários do norte, foram estigmatizados pela historiografia chinesa como povos bárbaros, já que suas origens, sua cultura e sua língua eram diferentes das dos chineses da etnia Han, que predomina no país. A dinastia Qing não possuía qualquer tipo de identificação com a população local – pelo contrário: era justamente por se sentirem superiores aos Han que os Manchus justificavam sua autoridade (PINTO, 2005, p. 74).

No fim do século XIX intensificou-se o movimento republicano, cujo expoente foi o médico Sun Yat-sen. Em oposição à decadente dinastia Qing, Sun propunha um Estado moderno a ser governado do povo, pelo povo e para o povo, calcado nos seguintes princípios: nacionalismo, democracia e subsistência popular. Sua mensagem inspirou vários jovens chineses a se unirem na luta contra a monarquia (CHANG, 1989, p. 50, 51). A República foi proclamada em 1912, resultando tanto de movimentos políticos capitaneados por intelectuais como o próprio Sun, como de movimentos populares espontâneos.



Imagem 3: Esquerda – selo soviético celebrando o centenário de Sun Yat-sen. Direita – selo norte-americano celebrando os 50 anos da República da China com a imagem de Sun Yat-sen (acervo do autor).

A jovem república chinesa tinha uma frágil autoridade central que muitas vezes era incapaz de se sobrepôr às autoridades dos senhores da guerra. Os senhores da guerra eram líderes locais que tinham suas próprias máquinas militares e diversos subordinados que lhe prestavam lealdade em troca de dinheiro, armas e territórios. Os senhores da guerra organizavam campanhas para extração de recursos, recrutamento militar e negociações para angariar aliados. Os conflitos entre os próprios senhores da guerra também eram frequentes (SKOCPOL, 1979, p. 237-238).

Outro problema que persistiu após 1912 foram as investidas das potências estrangeiras. Apesar de os intelectuais republicanos acreditarem que a adoção do regime republicano ajudaria a fortalecer os laços de amizade da China com o Ocidente, apenas os Estados Unidos se mostraram simpáticos à República, embora seu apoio tenha sido retórico. O Japão também era favorável à República, mas apenas porque acreditava que ela fragilizaria a China e abriria espaço para expandir a influência japonesa na região. Os ingleses esperavam uma modernização do sistema monárquico tal como a ocorrida no Japão. Tal como os franceses e os alemães, os ingleses temiam que a República pudesse trazer desordem à China, prejudicando assim seus negócios. Por fim, a Rússia czarista não via com bons olhos a instalação de um regime democrático em suas fronteiras, ainda que tal democracia fosse apenas nominal (FITZGERALD, 1964, p. 46-47, 49).

Reagindo a este estado deplorável, diversas organizações políticas fundadas por chineses no exílio (inclusive por Sun) se fundiram ao longo dos anos 1910 e deram origem ao Partido Nacionalista, mais conhecido como *Kuomintang*, que tinha Sun Yat-sen como seu principal líder. Já em 1921 foi fundado o Partido Comunista Chinês (PCC). Ambos os partidos se tornariam as duas principais forças políticas da China republicana.

Em meio à cobiça imperialista, os gestos da Rússia recém-conquistada pelos bolcheviques pareceram uma miragem aos chineses. Em 1920, Moscou renunciou aos seus direitos de extraterritorialidade na China e aos privilégios no norte da Manchúria

(FITZGERALD, 1964, p. 55, 56). O apoio russo teve significado especial para Sun Yat-sen, que entre 1921 e 1922 tentara estabelecer um governo popular na província de Guangdong, ao sul, a partir da qual pretendia lançar uma expedição rumo ao norte para unificar o país. Contudo, o senhor da guerra local, que inicialmente apoiara Sun, voltou-se contra ele porque não concordava com sua expedição unificadora. Neste momento, Sun recebeu a visita de Hendricus Josephus Franciscus Marie Sneevliet, mais conhecido como Maring, um agente holandês da Internacional Comunista (Comintern). Para Sun, que falhara em diversas tentativas de angariar apoio internacional, o apoio do Comintern era muito bem-vindo (SPENCE, 2013, p. 301-302).

Outro importante enviado da União Soviética foi o diplomata Adolf Joffe, que se encontrou com Sun em janeiro de 1923, quando ambos emitiram um comunicado conjunto afirmando que o comunismo era inapropriado para um país agrário como a China, sendo a unificação nacional e a completa independência necessidades muito mais urgentes. Em 1923, Sun retorna a Guangdong, onde estabelece um governo militar e passa a se intitular “o grande marechal”, além de receber o apoio soviético a fim de garantir a estabilidade de seu governo. Os soviéticos achavam que, devido ao grande prestígio de que desfrutava, Sun era o mais apto a conduzir a China à unificação nacional (SPENCE, 2013, p. 302-303).

O Comintern também orientou o PCC a colaborar com o *Kuomintang*. Os comunistas seriam autorizados se filiar ao *Kuomintang* ao mesmo tempo em que preservavam sua filiação ao PCC. Tal aliança era necessária para os comunistas, cujos objetivos revolucionários só poderiam ser perseguidos depois que a unificação nacional se consolidasse. Ademais, os comunistas sofriam severa repressão em diferentes partes do país. Em fevereiro de 1923, após uma greve dos ferroviários em Wuhan, o líder sindical foi forçado pelas autoridades a pedir que seus colegas voltassem ao trabalho. Diante de sua recusa, o líder foi decapitado na frente de seus colegas, que logo encerraram a greve. Tal situação extrema convenceu os comunistas de que uma aliança com os nacionalistas se fazia necessária (SPENCE, 2013, p. 303, 305).

Não era incomum achar líderes nacionalistas simpáticos à União Soviética, o que viabilizou a aliança com o PCC. Sun Yat-sen não escondia sua admiração por Lênin, sobretudo quando este introduzia a Nova Política Econômica⁹⁰ (NEP, na sigla em inglês). Outros líderes nacionalistas admiravam o anti-imperialismo de Lênin e acreditavam na sua relevância para o cenário chinês. Alguns chegaram até ao ponto de achar precedentes da ideologia marxista-leninista no pensamento tradicional chinês. Obviamente também houve resistência. Alguns líderes comunistas temiam que a aliança com os nacionalistas pudesse confundir as organizações de classe e comprometer a independência política do PCC. Contudo, também

⁹⁰ Conjunto de reformas que visavam dar maior liberdade para a iniciativa privada e estimular a competição.

havia comunistas que achavam que a aliança seria benéfica no futuro e que o *Kuomintang* poderia se mostrar útil para seus propósitos revolucionários (SPENCE, 2013, p. 303, 305-306).

Para Moscou, a unificação chinesa era de suma importância. Uma China instável era presa fácil do Japão, o maior rival soviético no seu flanco oriental. Maring tentava mostrar aos comunistas chineses que o *Kuomintang* não era um partido burguês, mas sim fruto de uma aliança de classes. Ao fim, a aliança *Kuomintang*-PCC foi viabilizada por Mikhail Gruzenberg, mais conhecido como Borodin, agente do Comintern que convenceu os comunistas de que a aliança com os nacionalistas seria útil no futuro para organizar os trabalhadores rurais e urbanos. Borodin também convenceu Sun Yat-sen de que com esta aliança seria possível livrar seu governo em Guangdong do senhor da guerra local (SPENCE, 2013, p. 303, 306).

A ascensão e fortalecimento do *Kuomintang* também foram favorecidos pela intensa politização dos centros urbanos, sobretudo depois que o Tratado de Versalhes (1919) transferiu as ex-colônias alemãs na baía de Jiaozhou para os japoneses. A presença maciça das potências imperialistas ocupando o país gerava protestos das camadas médias urbanas educadas em universidades (SKOCPOL, 1979, p. 242-243). Sob o amparo de Borodin, Sun Yat-sen tornou-se líder perpétuo do *Kuomintang*, o conceito de centralismo democrático⁹¹ foi introduzido no partido e os três princípios de Sun foram declarados a ideologia oficial do partido: nacionalismo anti-imperialista, democracia e socialismo. Os comunistas até aceitaram trocar a tradicional bandeira de cinco listras chinesa por uma com o símbolo nacionalista⁹² (SPENCE, 2013, p. 307).

Parte da estratégia soviética incluía fortalecer os militares do *Kuomintang*, levando assim à fundação da Academia Militar de Whampoa em 1924. Seu primeiro comandante era Chiang Kai-shek, general do *Kuomintang* que acabara de regressar de Moscou, onde realizou um treinamento militar junto com uma delegação do *Kuomintang*. Apesar de os soviéticos tentarem balancear entre comunistas e nacionalistas em Whampoa, a maioria dos militares daquela instituição não simpatizava com o comunismo. Porém, isso não impediu que os militares de Whampoa fossem fortemente armados com suprimentos soviéticos e conseguissem derrotar senhores da guerra locais. Tais vitórias deram aos militares cada vez mais confiança para uma empreitada a nível nacional (SPENCE, 2013, p. 307-308).

Tal confiança permitiu que em 1926 o *Kuomintang*, sob a liderança do general Chiang Kai-shek e contando com os comunistas, organizasse o Exército Revolucionário Nacional. Tal exército lançou uma expedição saindo de Guangdong rumo ao norte. Sua missão era derrotar

⁹¹ A ideia de que o que fosse decidido pela maioria seria acatado por todos.

⁹² Sobre a união entre nacionalistas e comunistas, ver: SAICH, Anthony James. **The Origins of the First United Front in China: the Role of Sneevliet (Alias Maring)**. Leiden: Brill, 1991.

os senhores da guerra e unificar o país sob a autoridade nacionalista. A expedição foi precipitada em maio de 1925, quando a polícia atirou contra estudantes que protestavam contra a prisão de trabalhadores chineses em uma fábrica japonesa em Shangai (FITZGERALD, 1964, p. 61-62). À medida que o Exército Revolucionário Nacional avançava para o norte, as províncias foram caindo ou aceitando se incorporar a eles. Na primavera de 1927, duas importantes cidades (Shangai e Nanjing) foram capturadas (SKOCPOL, 1979, p. 244).

Em 1928, a China foi oficialmente unificada sob o governo nacionalista de Chiang Kai-shek. No entanto, tal unidade era apenas formal. Sediado na cidade de Nanjing, o governo nacionalista exercia autoridade apenas sobre certas províncias da bacia inferior do Rio Yangtze. O restante do país, governado pelos senhores da guerra, reconhecia a autoridade do *Kuomintang* apenas oficialmente, mas seguia gozando de plena autonomia. Isso sem mencionar a Manchúria (ocupada pelos japoneses em 1931) e, posteriormente, as guerrilhas comunistas espalhadas pelo território (BIANCO, 2010, p. 251).

Após a unificação nacional, a aliança entre nacionalistas e comunistas desvaneceu. Os comunistas e os membros mais à esquerda do *Kuomintang* viam a expedição para o norte como o prelúdio para reformas sociais mais profundas ou mesmo para uma revolução, e prometiam às massas que tais mudanças seriam implementadas. Já a direita do *Kuomintang* enxergava a expedição apenas como um empreendimento para unificar o país, ao mesmo tempo em que desprezava as massas populares e temia o fortalecimento comunista. A intensificação de greves, manifestações e tensões no campo angariou, para a direita do *Kuomintang*, o apoio da burguesia, da aristocracia e de certos oficiais do exército (SKOCPOL, 1979, p. 244, 246).

A ascensão do *Kuomintang* ao poder em 1928 marcou o fim de uma era na qual correntes revolucionárias predominavam no partido, bem como o início de uma série de esforços para fazer ressignificar o conceito de revolução. O *Kuomintang* agora pregava uma revolução que conduzisse a China à renovação de princípios ancestrais confucionistas. Em um congresso do partido em 1924, o empresariado era identificado como um dos inimigos a serem combatidos. Dois anos mais tarde, senhores da guerra, burocratas, chefes locais e a burguesia associada ao capital estrangeiro eram acusados de serem os maiores inimigos. Contudo, em 1929 o discurso sofre uma guinada e os inimigos passam a ser os “agentes do imperialismo vermelho”. Em 1927, o governo nacionalista censurava manifestações pró-Confúcio sob o argumento de que o país era uma república e o confucionismo legitimava o despotismo. Porém, em 1928 Chiang já urgia seus colegas a estudarem os livros de Confúcio. Em 1931 o aniversário de Confúcio se tornou um feriado nacional e proteção especial foi garantida a templos confucionistas (WRIGHT, 1955, p. 515, 520, 521).

Em 26 de março de 1927, Chiang rompeu com os nacionalistas mais à esquerda que ainda se apoiavam nos soviéticos, iniciou um violento expurgo dos comunistas do partido e dos territórios por ele controlados. O levante comunista iniciado pelos trabalhadores de Shangai no mês anterior também foi sufocado. O PCC foi proscrito e os técnicos soviéticos foram mandados embora (FITZGERALD, 1964, p. 67). O *Kuomintang* se afastou da União Soviética e passou a se apoiar cada vez mais nos recursos de empresários chineses. O controle das cidades portuárias também lhe rendeu os ganhos do comércio internacional, ao passo que o auxílio militar vinha das potências estrangeiras que o ajudaram nos expurgos anticomunistas:

Como poderia ser de outra maneira? Desde a sua fundação o movimento nacionalista estava direcionado primordialmente à conquista militar. O apoio e o aconselhamento soviéticos só foram aceitos por Sun Yat-sen porque eles aparentavam oferecer recursos extraordinários na luta contra outros regimes militares. A mobilização de massas, uma especialidade dos quadros comunistas, também constituía um recurso único. Porém, tão logo os trabalhadores em greve ou as associações de camponeses rebeldes começaram a sair do controle, tudo isso começou a parecer um risco para os unificadores militares, passível apenas de alienar os nacionalistas chineses das classes superiores e atrair a intervenção estrangeira contra o *Kuomintang*⁹³ (SKOCPOL, 1979, p. 246 – tradução nossa).

Em sua luta contra os comunistas, os nacionalistas se diziam inspirados pelos líderes militares que ajudaram a monarquia chinesa a derrotar a Rebelião *Taiping*, uma revolta religiosa contra os Qing que eclodiu em meados do século XIX. Entretanto, no ápice de seu fervor revolucionário o *Kuomintang* dizia se identificar justamente como herdeiro da Revolução *Taiping* (WRIGHT, 1955, p. 515). Tal mudança em sua fonte de inspiração – dos rebeldes para a dinastia Qing – é bastante simbólica da virada conservadora que o *Kuomintang* protagonizou após 1927. Chiang e seus aliados atribuíam a vitória da dinastia Qing à moral confucionista, que teria guiado os líderes militares que reprimiram a Revolução *Taiping* (WRIGHT, 1955, p. 517-518).

Apesar de se autoproclamar um governo nacionalista, o *Kuomintang* acabou reproduzindo as velhas práticas dos senhores da guerra a nível nacional. O regime nacionalista preferia importar equipamentos a desenvolver uma indústria nacional. A China do *Kuomintang* permaneceu, em larga medida, um país predominantemente pré-industrial porque o poder permaneceu em grande parte concentrado nas mãos da antiga nobreza (MOORE, 1966, p. 194, 196). Problemas climáticos e o caráter semiárido da Grande Planície do Norte, aliados aos efeitos da Depressão de 1929, tornam a situação chinesa insustentável. A reforma agrária,

⁹³ No original, em inglês: “How could the choice have gone differently? From its inception the Nationalist movement had been aimed primarily at military conquest. Soviet aid and advice had been accepted by Sun Yat-sen only because they seemed to offer extraordinary resources in the struggle against other military regimes. Mass mobilization, the specialty of the Communist cadres, also constituted a unique resource. As soon as striking workers or rebellious peasant associations began to get out of hand, however, it understandably seemed to the military unifiers increasingly a liability, likely only to alienate upper-class Chinese nationalists and draw foreign intervention against the KMT” (SKOCPOL, 1979, p. 246).

preconizada por Sun Yat-sen e tentada na província de Zhejiang, foi abandonada pelos nacionalistas diante da oposição dos proprietários de terra (BIANCO, 2010, p. 252).

Os comunistas, por sua vez, aos poucos percebiam que os apelos soviéticos para concentrarem sua atividade nas cidades eram infrutíferos. Moscou acreditava que primeiro deveria haver uma revolução burguesa para que, do seio das contradições da sociedade burguesa, nascessem as condições para uma revolução socialista. Porém, as tentativas comunistas de capturar os centros urbanos pararam na repressão governamental. Importantes lideranças do PCC como Mao Tse-tung e Chu Teh achavam que o protagonista da revolução deveria ser o campesinato. Seu maior compromisso era a reforma agrária e a guerrilha rural sua defesa, em flagrante contraste com os ensinamentos russos (FITZGERALD, 1964, p. 73).

Este apelo à população rural como força propulsora da revolução tornou a Revolução Chinesa particularmente atraente para partidos comunistas do terceiro mundo, cujas condições lembravam mais a China de 1949 do que a Rússia de 1917. Por outro lado, esse apelo da China comunista no terceiro mundo tornou-a ainda mais ameaçadora aos olhos dos anticomunistas. Mao se destacava entre os demais “profetas” do comunismo por fornecer o modelo a ser seguido por povos que, tal como os chineses, também eram vítimas da opressão imperialista. Em discurso proferido em 1951, Lu Ting-yi, membro do Comitê Central do PCC, afirma que Mao havia feito uma inestimável contribuição para o marxismo-leninismo ao propor um modelo a ser seguido por povos coloniais e semicoloniais (FITZGERALD, 1964, p. 164).

À medida que tentavam angariar apoio no meio rural, os comunistas desenvolveram o Exército Vermelho, com ampla base camponesa. A combinação entre táticas de guerrilha e a orientação político-ideológica fornecida pelo PCC imprimiu vigor ao Exército Vermelho entre o final dos anos 1920 e os anos 1940, impedindo assim que os exércitos camponeses virassem meros bandos armados saqueando a população. Em 1931 os comunistas estabeleceram um soviete em Jiangxi que seria esmagado por Chiang Kai-shek em 1935 com o auxílio de estrategistas nazistas. O colapso do Soviete de Jiangxi precipitou a famosa Longa Marcha, episódio heroicamente narrado pelos comunistas no qual milhares marcharam até o noroeste do país, de onde puderam se reorganizar (SKOCPOL, 1979, p. 252, 255).

Entre os nacionalistas, a situação não estava muito melhor. Assentado em uma frágil união interna, o governo do *Kuomintang* foi incapaz de deter a ocupação japonesa na Manchúria em 1931. Em 1937, os japoneses lançaram nova ofensiva e ocuparam a costa leste do país, onde permaneceriam até 1945. A ocupação japonesa de 1937 forçou comunistas e nacionalistas a se unirem novamente contra um inimigo comum. Chiang Kai-shek, porém, resistia à ideia. O “generalíssimo” (como era conhecido no Ocidente) relutava em empregar suas melhores forças

contra o invasor, pois pensava que era mais importante poupá-las para quando a guerra civil contra os comunistas recomeçasse (SKOCPOL, 1979, p. 251). Por volta de 1944, Chiang passou a acreditar que seu maior inimigo não eram os japoneses – pois pensava que estes seriam derrotados pelos Aliados de qualquer forma –, mas sim o exército de Mao, cuja força havia crescido consideravelmente ao longo da ocupação nipônica (MCMAHON, 2003, p. 40). Assim como no Brasil, portanto, a Guerra Fria na China começou antes de 1945.

Chiang Kai-shek só aceitou unir-se aos comunistas depois que Chiang Hsueh-liang, um senhor da guerra manchu, o deteve e só aceitou libertá-lo depois que ele se comprometesse a selar uma aliança com o PCC. Os comunistas colocaram seus exércitos e bases à disposição do governo e prometeram colocar a luta nacional contra o invasor japonês acima da luta de classes. Em troca, obtiveram apoio financeiro do *Kuomintang* (SKOCPOL, 1979, p. 256). Ainda assim, os nacionalistas temiam que sublevar as massas contra os invasores japoneses traria consequências trágicas a longo prazo que fugiriam ao seu controle. Esta incapacidade do governo de Nanjing de articular suas próprias forças contra o invasor se mostrou crucial para o colapso nacionalista (FITZGERALD, 1964, p. 86).

Uma vez que a Segunda Guerra Mundial chegou ao fim em 1945 e os japoneses foram expulsos da China, os Estados Unidos intermediaram as negociações entre comunistas e nacionalistas a fim de se chegar a um governo de coalizão. Porém, tais negociações falharam e a guerra civil reiniciou. O conflito aprofundou a crise política, econômica e social da qual o país padecia após anos de ocupação japonesa, contribuindo para abalar ainda mais a autoridade nacionalista. A corrupção desenfreada do regime do *Kuomintang* e o enriquecimento de seus líderes em meio à miséria que grassava pelo país retirou dos nacionalistas uma importante base de seu apoio: a intelectualidade. As universidades sofriam com o autoritarismo do regime nacionalista, cuja polícia secreta promovia prisões, desaparecimentos e assassinatos. Estudantes e intelectuais passaram a engrossar as fileiras do PCC (FITZGERALD, 1964, p. 106).

Chiang Kai-shek tinha inimigos não só entre os comunistas, mas também no próprio *Kuomintang*. Em 1948, eleições para o Yuan, o órgão legislativo chinês, deram a vitória a Li Zongren, adversário político de Chiang Kai-shek e mais inclinado a negociar com Mao. O candidato derrotado por Li Zongren era Li Peiji, apoiado por Chiang e convicto anticomunista. Quando Chiang se estabeleceu em Taiwan, sua autoridade era amplamente questionada por muitos dos políticos e militares que outrora lhe foram fiéis (LIN, 2016a, p. 75, 96).

O desfecho da guerra civil veio em outubro de 1949, com a vitória do PCC. O *Kuomintang* estabeleceu-se na ilha de Taiwan, de onde reivindicou o título de representante do povo chinês. À República Popular da China sediada em Pequim passou a se opor a República

da China sediada em Taipé, capital de Taiwan. O *Kuomintang* reivindicava ser o verdadeiro governo da República da China fundada em 1912 (CHEN, 2020, p. 2). Até sua morte em 1975, Chiang proclamou suas ambições de recuperar a China continental e o discurso anticomunista do *Kuomintang* era indissociável da esperança de retomar a terra perdida (HUANG, 2013).



Imagem 4: Selos emitidos pela República da China em Taiwan representando Formosa como parte da China continental. Repare-se ainda que a Mongólia Exterior (atual Mongólia), antiga reivindicação chinesa, também é representada como parte da China (acervo do autor).

Os quadros do *Kuomintang* refugiados em Taiwan eram anticomunistas. Contudo, diferente do que se acreditava nos Estados Unidos, em nada lembravam os exércitos brancos que tentaram restaurar o regime czarista russo. Eles eram apenas revolucionários que não souberam conduzir sua revolução: “homens que tinham a revolução a seus pés e não lhe imprimiram a direção certa, modernizadores que estagnaram e não conseguiram encontrar a cura para os males da sociedade⁹⁴” (FITZGERALD, 1964, p. 226 – tradução nossa).

É possível falar em duas gerações de revolucionários chineses: aqueles que lutaram pela unificação nacional nos anos 1920 e aqueles que lutaram pelo comunismo. Unindo estas duas gerações estava o desejo de vencer o atraso chinês e resistir ao imperialismo estrangeiro. Tão nacionalistas quanto os revolucionários da primeira geração, alguns intelectuais da segunda geração estavam mais familiarizados com os ensinamentos leninistas do que com os escritos de Marx, e supunham que a via leninista conduziria a um país poderoso e próspero: “Com o poder conquistado, precisamente em favor da resistência ao invasor imperialista, no caso o Japão, a tarefa nacional de construção se impôs, portanto, naturalmente” (BIANCO, 2010, p. 243). O fato de o PCC lutar pela libertação nacional “não os impedia de ter interiorizado a vulgata marxista usada para se diferenciar de um ‘antigo regime’ e vencê-lo, regime que se pretendia também revolucionário (o (...) Partido Nacionalista)” (BIANCO, 2010, p. 244). O triunfo da revolução comunista em 1949 apenas fortaleceu o nacionalismo dos intelectuais.

Apesar do contraste entre o marxismo e o pensamento tradicional chinês, o comunismo conseguiu fincar raízes no país porque atendia a demandas que o confucionismo, o budismo e

⁹⁴ No original, em inglês: “men who had the revolution at their feet and did not give it the right direction, modernizers who went stale and failed to find a cure for the evils of society” (FITZGERALD, 1964, p. 226).

o cristianismo não atendiam. O cristianismo trouxe uma mensagem de esperança, mas a indiferença cristã em relação ao mundo terreno não teve boa acolhida em uma sociedade que se preocupava mais com o material do que com o reino dos céus. O confucionismo, por sua vez, reverenciava as tradições e o respeito aos ancestrais, mas não trazia esperanças para o futuro. Diante de um confucionismo indiferente ao futuro e de um cristianismo indiferente ao mundo material, o comunismo ofereceu as respostas pelas quais muitos chineses ansiavam diante de um mundo que parecia desmoronar à sua frente (FITZGERALD, 1964, p. 146-147).

2.2. A Revolução Chinesa no contexto da Guerra Fria

O comunismo chinês inspirava temores nos Estados Unidos diferentes dos temores que emanavam do comunismo soviético. A vasta comunidade chinesa espalhada pelo Sudeste Asiático era vista no Ocidente como uma quinta coluna em potencial que poderia acelerar a expansão comunista na região⁹⁵. Um relatório do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos descrevia os chineses do Sudeste Asiático como uma moléstia que contaminava toda a região. O ódio ao comunismo chinês, portanto, não era fruto apenas dos medos da Guerra Fria, pois era catalisado por um racismo anti-chinês fortemente arraigado no imaginário ocidental sob o rótulo de “perigo amarelo” (NGOEI, 2019, p. 32, 36).

Ademais, em comparação com Moscou, o regime de Mao “parecia bem mais militante, hostil e beligerante⁹⁶” (MCMAHON, 2003, p. 100 – tradução nossa). Suzanne Labin, acadêmica e ativista anticomunista francesa, publicou em 1959 uma antologia de 52 testemunhos que ela colheu em Hong Kong denunciando a China comunista e suas atividades na Ásia e na África. Para ela, o comunismo de Mao era impregnado por certos traços chineses que lhe conferiam uma periculosidade especial⁹⁷ (DARD, 2014, p. 194).

Apesar de especulações iniciais de que o regime de Mao buscava uma posição de equidistância entre Moscou e Washington, o dirigente claramente priorizou as relações com a União Soviética. O relacionamento entre comunistas chineses e soviéticos nem sempre foi harmônico, mas nos primeiros anos após 1949 as crenças e ideias compartilhadas falaram mais alto e ambos os países iniciaram uma ampla cooperação no âmbito econômico, político, militar e tecnológico. Líderes chineses endossaram a visão soviética de que o mundo estava dividido pelo conflito entre os campos capitalista e comunista. Ademais, tanto chineses como soviéticos temiam os Estados Unidos e desejavam a expansão comunista pelo mundo. Ao longo da década

⁹⁵ A ideia da diáspora chinesa atuando como uma quinta coluna no Sudeste Asiático era exagerada pela propaganda norte-americana. Nos anos 1940 e 1950, o PCC estava muito ocupado em se reerguer dos destroços da guerra civil e em lutar na Coreia (NGOEI, 2019, p. 61).

⁹⁶ No original, em inglês: “appeared far the more militant, hostile, and belligerent” (MCMAHON, 2003, p. 100).

⁹⁷ Um dos livros de Suzanne Labin foi traduzido e prefaciado por Carlos Lacerda. Ver: LABIN, Suzanne. **Em cima da hora**. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1963. 157 p.

de 1950, a pedra angular da política exterior chinesa foi sua aliança com os soviéticos. Nenhum outro líder chinês antes de Mao havia ido tão longe no sentido de atrelar os interesses nacionais aos interesses de outro país (BARNETT, 1977, p. 25, 26).

Tal aliança, contudo, não sobreviveu às divergências ideológicas e conflitos fronteiriços que se intensificaram entre chineses e russos sobretudo após 1953, com a morte de Stalin e a campanha de Nikita Khrushchev de desestalinização da União Soviética. A possibilidade de um ataque soviético à China comunista alarmou até os Estados Unidos, pavimentando o caminho para o restabelecimento das relações Pequim-Washington. Em meados de 1969, o presidente Richard Nixon parou de exigir que Pequim renunciasse ao uso da força contra Taiwan e que participasse de negociações para controle de armamentos. Nixon também aprofundou o diálogo com Pequim, onde a aproximação foi muito bem recebida (KISSINGER, 1994, p. 722).

Analisaremos o cisma sino-soviético em mais detalhes no capítulo 6. Por ora, é preciso ter em mente que a aproximação entre a China comunista e os Estados Unidos se mostrou desastrosa para Taiwan, tão dependente do apoio militar e político de Washington. Em julho de 1971, o Secretário de Estado Henry Kissinger fez uma visita secreta a Pequim e em fevereiro de 1972 Richard Nixon visitou Mao Tse-tung. O objetivo de inquietar os soviéticos surtiu efeito e em 1971 o regime nacionalista em Taiwan seria substituído pela China comunista na ONU (GADDIS, 2006, p. 142-145). Em 1979, em nova derrota para a ilha, Jimmy Carter rompeu relações com a República da China e estabeleceu relações com a China comunista. Entretanto, o caminho até a normalização das relações Pequim-Washington foi tortuoso.

A simpatia pela China nacionalista e a hostilidade ao regime maoísta estavam presentes em importantes setores da opinião pública norte-americana. Em livro publicado em 1951 com o nome de *Brainwashing in Red China*, o jornalista Edward Hunter dizia que os chineses tinham uma capacidade surpreendente de manipular as massas. Pesquisadores da *Rand Corporation*, um *think tank* das Forças Armadas norte-americanas, diziam que o ato de ser comunista era, por si só, algo anormal, que só poderia se dar entre indivíduos cujos mecanismos naturais de defesa fossem neutralizados por uma força maior (ROBIN, 2001, p. 167).

Nos anos 1950 e 1960, a revista mensal *Seleções do Reader's Digest* publicou artigos que alertavam para o perigo representado pelos dirigentes chineses comunistas. Um destes acusava o primeiro-ministro Chou En-lai de dissimulador e assassino, além de traficar entorpecentes para cobrir o déficit chinês. A *Seleções* representava os cidadãos da China comunista como fantoches manipulados pelo governo para absorver e difundir ideais comunistas. Acusava-se o regime de Mao de ser uma “máquina de terror” inspirada na União Soviética, “cuja única diferença era a de que os chineses buscavam a máxima publicidade dos

fatos, por meio de julgamentos, condenações e fuzilamentos em praça pública” (PEREIRA, 2006, p. 181).

Alguns artigos também denunciavam a ofensiva chinesa no Sul e Sudeste Asiático por meio de subornos, subversão, ameaças, terror e assassinatos. A Ásia, a África e a América Latina figuravam como os principais alvos do expansionismo comunista chinês, que se valeria de doutrinação cultural, econômica e política. Ao mesmo tempo, porém, os artigos ironizavam as tentativas chinesas de se alçar ao status de potência mundial ao enfatizar a fome e os problemas econômicos que grassavam no país. Outro artigo demonstrava alívio pelo fato de a China comunista não ter conseguido se impor na Conferência de Bandung (1955) graças à resistência dos aliados norte-americanos presentes naquele evento⁹⁸ (PEREIRA, 2006, p. 182).

Em artigo publicado pela *Seleções* de fevereiro de 1955, o autor recomenda aos Estados Unidos manter um posto avançado na ilha de Formosa para evitar um ataque comunista. Acusava-se ainda a China de buscar formar uma grande república popular se estendendo do Paquistão até o Japão. Uma vez derrotada Taiwan, a China comunista teria caminho livre para invadir o Sudeste Asiático (PEREIRA, 2006, p. 253, 255).

Uma temática recorrente nestes artigos da *Seleções* era o ingresso da China comunista na ONU. Em artigo de 1958, Walter Robertson dizia que o regime comunista chinês era uma negação dos princípios da ONU. Para ele, admitir Pequim implicaria excluir Taiwan, afetando assim o “mundo livre”. Em 1959, um artigo de John Strohm, ex-presidente da Associação Americana de Jornalistas Agrícolas, denunciava a propaganda para disseminar o ódio contra os Estados Unidos na China comunista. Para Strohm, os chineses estariam perseguindo um “comunismo puro”, algo em que os soviéticos haviam falhado (PEREIRA, 2006, p. 269, 274).

Menos de um ano depois que os comunistas venceram o *Kuomintang*, eclodiu a Guerra da Coreia (1950-1953), o primeiro choque entre os blocos capitalista e comunista. O conflito na Coreia acelerou a criação de um “estado de segurança nacional” nos Estados Unidos e atraiu o envolvimento militar daquele país na região. Ademais, a Guerra da Coreia teve um papel crucial no processo pelo qual governo e opinião pública nos Estados Unidos “fabricaram” o inimigo comunista. Esta imagem dos comunistas teria papel fundamental na propaganda anticomunista que se disseminou nos Estados Unidos nos anos 1950 (ROBIN, 2001, p. 8, 9).

Em janeiro de 1951, os chefes do Estado-Maior nos Estados Unidos emitiram um comunicado que descrevia a agressão dos comunistas sobre o sul como prova das ambições predatórias soviéticas. O documento afirmava que, diferente dos nazistas, os comunistas eram

⁹⁸ Este ponto de vista também foi expresso por certos diplomatas brasileiros nos anos 1950, conforme tivemos a oportunidade de mostrar no capítulo 1.

um inimigo difícil de localizar, já que sua presença não estava circunscrita a fronteiras definidas. Podendo o inimigo estar em qualquer lugar, era necessária uma guerra psicológica. O complexo industrial-militar norte-americano foi aberto para psicólogos sociais, sociólogos e antropólogos darem sua contribuição à guerra contra o comunismo (ROBIN, 2001, p. 42).

A Coreia foi o primeiro laboratório no qual estas teorias, nascidas da cooperação entre militares e acadêmicos, foram testadas. Em fins de 1950, acadêmicos norte-americanos e cientistas sociais sul-coreanos visitaram as zonas de guerra e produziram relatórios que acusavam o comunismo de promover a emancipação feminina, contaminando as tradições locais e gerando tensões sociais que desestruturaram uma sociedade harmônica (ROBIN, 2001, p. 76-77, 78). Uma pesquisa similar foi conduzida na China comunista por acadêmicos chineses que trabalhavam nos Estados Unidos e liderados por cientistas políticos da Universidade do Sul da Califórnia. Apesar de trazer uma visão alarmista da propaganda comunista na China, o estudo minimizava o impacto desta propaganda sobre a população chinesa, ressaltando a resistência e mesmo a indiferença de muitos cidadãos (ROBIN, 2001, p. 86).

Quando Mao enviou tropas para o conflito na Coreia, o *Far East Command*, sob o general Douglas MacArthur, empregou a guerra psicológica contra os soldados chineses distribuindo panfletos que convenciam-nos de que estavam sendo manipulados pelos soviéticos. Esta propaganda também acusava os soviéticos de quererem desmembrar o território chinês. Segundo Ron Robin, o objetivo desta propaganda não consistia somente em levar os soldados chineses à rendição, mas também em revelar o plano comunista de subjugar a China a Moscou (ROBIN, 2001, p. 102-103).

Mas nem todos os pesquisadores estudando a Guerra da Coreia concordavam em suas análises. Alguns diziam que os soldados norte-coreanos e chineses lutavam porque haviam passado por um profundo processo de doutrinação ideológica. O Exército de Libertação Popular da China era visto por estes pesquisadores como diferente do Exército Vermelho soviético, pois seria um exército meramente ideológico, no qual o treinamento militar era secundário. Outros pesquisadores, no entanto, acreditavam que os soldados chineses e norte-coreanos tinham uma limitada compreensão da doutrina comunista e lutavam movidos mais por interesses pessoais do que por convicções políticas (ROBIN, 2001, p. 149, 150-151).

Outra região que sentiu os efeitos dos eventos da Revolução Chinesa foi o Sudeste Asiático. Um ano antes do triunfo comunista na China, o Reino Unido e seus aliados locais iniciavam uma ampla guerra de contra-insurgência contra o Partido Comunista Malaio, majoritariamente composto por chineses. Era o início da Emergência Malaia, que duraria até 1960. Ademais, cinco anos após a Revolução Chinesa, a França era derrotada em sua antiga

colônia na Indochina pelos Viet Minh, também de orientação marxista. Em discurso de 1953, o presidente norte-americano Dwight D. Eisenhower reconheceu que, uma vez vitoriosos os comunistas na Indochina, a península malaia cairia facilmente, abrindo caminho para o triunfo comunista na Indonésia. No ano seguinte, Eisenhower descreveu os Estados asiáticos como dominós cujos destinos estavam ligados à dinâmica da Guerra Fria: se um sucumbisse ao comunismo, os demais o seguiriam. A presença de chineses étnicos na península malaia e em Singapura tornava os temores ocidentais ainda mais realistas (NGOEI, 2019, p. 2).

As “ansiedades da Guerra Fria” que perturbavam Eisenhower foram amenizadas quando ele percebeu que os antigos colonizadores britânicos, antes de deixarem a península malaia, conseguiram cultivar um nacionalismo malaio anticomunista que ganhou ampla legitimidade e culminou com a emergência da Federação Malaia em agosto de 1957. Em 1963, a Península Malaia se juntou a Singapura, Sarawak e Sabah para formar a Malásia. Roger Hilsman, conselheiro de John Kennedy, viu a Malásia como parte de um amplo arco anticomunista unindo Tailândia e Filipinas (e ao qual a Indonésia se uniria em 1966 sob o general Suharto). Dessa forma, à medida que os colonizadores europeus deixavam a região, estes países se tornavam um “arco de contenção” a cercar a China e o Vietnã do Norte, sustentando assim as esperanças de impedir a difusão comunista na região (NGOEI, 2019, p. 3).

O nacionalismo anticomunista no Sudeste Asiático mesclou-se a uma antipatia local à diáspora chinesa. Graças à habilidade britânica em moldar “um nacionalismo pró-ocidental que era anticomunista por virtude de sua inclinação anti-chinesa⁹⁹”, líderes anticomunistas malaios e singapurianos aliaram-se aos Estados Unidos, tal como já vinha ocorrendo nas Filipinas, na Tailândia e (no fim dos anos 1960) na Indonésia (NGOEI, 2019, p. 5 – tradução nossa):

O desenrolar dos eventos no Sudeste Asiático no fim dos anos 1960 na realidade tinha fortes semelhanças com as tendências políticas e econômicas da Europa Ocidental na década que se seguiu imediatamente à Segunda Guerra Mundial. Como Geir Lundestad argumenta, a Europa Ocidental procurou repelir a agressão soviética e reconstruir suas economias após 1945 atraindo os Estados Unidos como um “império por convite”. Do outro lado do mundo, as elites anticomunistas do Sudeste Asiático fizeram escolhas análogas para antecipar uma potencial hegemonia chinesa com resultados correspondentes¹⁰⁰ (NGOEI, 2019, p. 6 – tradução nossa).

O “arco de contenção” forjado por britânicos e norte-americanos na Tailândia, Malásia, Singapura e Filipinas compensou a derrota dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã. Abarcando a maior parte da população e dos recursos da região, tais governos garantiram que a teoria dos

⁹⁹ No original, em inglês: “a pro-West nationalism that was anticommunist by virtue of its anti-Chinese bent” (NGOEI, 2019, p. 5).

¹⁰⁰ No original, em inglês: “Southeast Asian developments by the late 1960s actually shared striking parallels with Western Europe’s political and economic tendencies in the decade immediately following World War II. As Geir Lundestad argues, Western Europe sought to ward off Soviet aggression and reconstruct its economies after 1945 by drawing a willing United States into an ‘empire by invitation.’ On the other side of the world, Southeast Asia’s anticommunist elites made analogous choices to forestall the potential of Chinese hegemony with corresponding results” (NGOEI, 2019, p. 6).

dominós tomasse o caminho inverso daquele inicialmente temido por Washington – isto é, que os regimes anticomunistas se proliferassem, e não os comunistas (NGOEI, 2019, p. 14). Começando pelo Japão e Taiwan, o arco se estendia pela Coreia e pelas Filipinas, até se voltar para o oeste, passando pela Federação Malaia e terminando no Vietnã do Sul e na Tailândia (NGOEI, 2019, p. 107).

Os Estados Unidos se inspiraram na contra-insurgência malaio-britânica para conter o comunismo em outros países da região (a exemplo das Filipinas e do Vietnã) e mesmo fora do Sudeste Asiático. Em outubro de 1960, o presidente norte-americano Dwight Eisenhower recebeu o premiê malaio Tunku Abdul Rahman, herói da luta contra os comunistas, saudando-o como um dos maiores amigos dos Estados Unidos, um leal defensor da liberdade e um grande aliado na luta anticomunista¹⁰¹ (NGOEI, 2019, p. 82, 83).

Apesar de sua experiência em operações antiguerrilhas na América Central e nas Filipinas no começo do século XX, os Estados Unidos se voltaram para a experiência britânica na Península Malaia porque precisavam preencher um “vácuo doutrinário” em suas estratégias de contra-insurgência. A vitória comunista na China em 1949 evidenciou esse vácuo doutrinário. Washington sabia que uma luta contra a China comunista seria de proporções muito maiores do que as operações de marines no Haiti, Nicarágua ou República Dominicana. Diferente da América Central, a guerrilha chinesa inspirava movimentos ao redor de todo o mundo pós-colonial (NGOEI, 2019, p. 84). Ademais, diferente da Inglaterra, os Estados Unidos pós-1945 não eram uma potência em declínio:

Pelo contrário, com um poder preponderante e encarando revoluções contra seus aliados que se voltavam para as órbitas chinesa ou soviética, formuladores de política dos Estados Unidos não podiam deixar de pensar e operar em escala épica. Os oficiais em Washington imaginavam que a segurança de sua nação – ou a falta dela – estava atrelada a um mundo instável. O império norte-americano não era um império em declínio, mas sim um império que se desdobrava e expandia em um terreno atolado em insurgências comunistas. E os Estados Unidos tinham uma doutrina, um conceito estratégico para todos eles. Carregando o talismã do triunfo britânico na Península Malaia, os Estados Unidos se engajaram globalmente¹⁰² (NGOEI, 2019, p. 105-106 – tradução nossa).

O sucesso anticomunista na Península Malaia iria repercutir em seus vizinhos. O presidente Ramon Magsaysay contou com o apoio norte-americano para derrotar a guerrilha

¹⁰¹ O público norte-americano ficaria surpreso ao ver que o premiê malaio falava um inglês impecável (tal qual os colonizadores ingleses), jogava golfe (tal qual Eisenhower), acordava cedo todos os dias, escrevia peças teatrais em malaio e inglês, plantava orquídeas, pilotava barcos motorizados e era uma agradável companhia para os jantares. Em suma: era o tipo ideal do líder asiático ocidentalizado (NGOEI, 2019, p. 121).

¹⁰² No original, em inglês: “Instead, with a preponderance of power and faced with revolutions against its allies that veered toward the Chinese or Soviet orbits, U.S. policymakers could not but think and operate in epic scale. Washington officials imagined their nation’s security—or lack thereof—was mapped onto an unstable world. The U.S. empire was not one diminishing into points but an unfolding and expanding terrain mired in communist insurgencies. And the United States had a doctrine, a strategic concept, for them all. Bearing the talisman of British triumph in Malaya, the U.S. became engaged globally” (NGOEI, 2019, p. 105-106).

comunista *Hukbalahap* nas Filipinas nos anos 1950. As elites militares tailandesas, também apoiadas pelos Estados Unidos, desmantelaram seus opositoristas civis. A própria formação de uma identidade nacional em países como a Indonésia, a Tailândia e a Malásia se alimentou da hostilidade aos chineses étnicos instalados nessas sociedades (mesmo àqueles já completamente integrados), evidenciando assim um diálogo entre sentimentos anti-chineses preexistentes e nacionalismo anticomunista (NGOEI, 2019, p. 88-89, 91).

Mesmo nos momentos mais críticos da Guerra do Vietnã, quando a opinião pública e a comunidade internacional condenavam as ações norte-americanas, os aliados anticomunistas de Washington no Sudeste Asiático permaneceram leais apoiadores da intervenção norte-americana, recorrendo para isso justamente à teoria dos dominós. Tunku Abdul Rahman dizia que a ausência norte-americana do Vietnã iria trazer pressões chinesas que fariam reviver o Partido Comunista Malaio. Em artigo na revista *Foreign Affairs* de julho de 1965, o premiê malaio demonstrou total apoio às ações de Lyndon Johnson no Vietnã. O marechal Thanom Kittikachorn, dirigente tailandês, acreditava que sem os Estados Unidos no Vietnã não restaria qualquer esperança para o Sudeste Asiático. Já Lee Kuan Yew, premiê de Singapura, conjurava imagens de um Vietnã dilacerado pelos comunistas, seguido pelo Camboja, Tailândia e a Malásia como próximas vítimas. O ditador indonésio Suharto invocava a noção de segurança intercontinental para dizer que, se o regime de Saigon caísse para os comunistas, os dirigentes do Sudeste Asiático (exceto os fiéis indonésios!) buscariam uma acomodação com Pequim (NGOEI, 2019, p. 168-170).

O apoio uníssono do “arco anticomunista” deu aos dirigentes norte-americanos confiança renovada para insistir em sua impopular guerra contra os vietcongs. Ao mostrar que os países na vizinhança do Vietnã (isto é, os próprios “dominós”) aprovavam a guerra, Washington acreditava estar mostrando aos críticos que sua guerra era justa (NGOEI, 2019, p. 170).

2.3. A ilha de Taiwan: de colônia japonesa a reduto nacionalista

Grande parte da história da ilha de Taiwan havia se desenrolado paralelamente à história da China continental. Taiwan era originalmente habitada por populações malaio-polinésias que tinham pouco contato com a China. Em 1633, os holandeses se estabelecem ao sul da ilha e em 1644 cerca de 100 mil chineses lá se refugiaram após a invasão manchu que derrotou a dinastia Ming e deu início ao domínio Qing. Em 1662, sob liderança de Zheng Chenggong, um líder militar leal à dinastia Ming, os ocidentais foram expulsos pelos chineses e pelos nativos. Porém, em 1682 a dinastia Qing incorporou Taiwan ao Império Chinês. Em 1895, após derrota na

Guerra Sino-Japonesa, a China cedeu a ilha aos japoneses, que investiram em sua infraestrutura e agricultura (PINTO, 2005, p. 11).

Com a derrota japonesa na Segunda Guerra Mundial em 1945, Taiwan foi devolvida à República da China. Era a primeira vez na história que o regime nacionalista governava a ilha. Tropas norte-americanas auxiliaram na transição entre o controle colonial japonês e o controle chinês, além de ajudarem os exércitos nacionalistas a cruzarem o estreito. Entre 1945 e 1949, notou-se um enorme afluxo de chineses continentais para a ilha, gerando constantes tensões com a população local. Em 1946, os chineses continentais constituíam somente 0,5% da população local, mas em 1952 já eram 15%. Os três maiores grupos étnicos locais eram os *Hoklo* (71%), os *Hakka* (12%) e povos aborígenes (menos de 2%). Com dialetos, culturas e costumes diferentes, tais povos frequentemente se chocavam com os chineses continentais, enxergando-os como invasores (HUANG, 2013, p. 3, 4).

Antes mesmo da derrota nacionalista, os choques entre a administração nacionalista e a população taiwanesa já se faziam sentir. O ápice destas desavenças veio em fevereiro de 1947, quando uma mulher foi atacada por autoridades nacionalistas. Acusada de portar cigarros ilegais, a mulher protestou e teve os cigarros e o dinheiro confiscados. Tal episódio desencadearia uma onda de violência e protestos denunciando o autoritarismo do *Kuomintang*. Chiang Kai-shek se irritou com a incompetência das autoridades provinciais em conter a instabilidade social, mas também atribuiu os protestos ao fato de os habitantes locais serem estrangeiros dentro da China, dados os anos de “escravização” pelos japoneses. Chiang dizia que os taiwaneses não tinham virtude e acreditava que somente a força poderia manter a ordem na ilha (LIN, 2016a, p. 46, 47). O incidente também alertou os Estados Unidos. Philip D. Sprouse, do Departamento de Estado, temia que o autoritarismo nacionalista fosse um terreno fértil para a insatisfação social e o comunismo (LIN, 2016a, p. 60).

A primeira visita de Chiang à ilha depois de restaurado o controle chinês se deu em outubro de 1946. Apesar de Chiang e sua esposa ficarem impressionados com o desenvolvimento econômico e cultural, ambos ainda viam Formosa como uma região longínqua e estranha. Em banquete oferecido por Chen Yi, o primeiro administrador provincial nacionalista na ilha, Chiang o aconselhou a construir mais escolas, quartéis e prisões, fortalecer as guarnições e afastar o comunismo (LIN, 2016a, p. 43, 45).

A restauração de Formosa ao controle chinês estava de acordo com o que havia sido estipulado em 1943 na Conferência do Cairo, em encontro entre Franklin D. Roosevelt, Chiang Kai-shek e Winston Churchill. Em seu livro *O Destino da China*, escrito entre fins de 1942 e princípios de 1943, Chiang Kai-shek apresenta a história de Formosa como indissociável da

história da China continental. Para ele, a ilha constituía, juntamente com a Manchúria, a Mongólia, o Sinkiang e o Tibete, uma fortaleza natural fundamental para a defesa da China contra agressões externas. Dessa forma, a independência de Taiwan era inaceitável já que “A separação de qualquer dessas regiões do resto do país significa a ruptura das nossas defesas” (CHIANG, s.d., p. 29). Ignorando as origens malaio-polinésias dos primeiros habitantes de Taiwan, Chiang também escreve que Formosa foi primitivamente habitada pelos Hans, tendo sido desde longa data um dos baluartes da China (CHIANG, s.d., p. 32).

Porém, nem todas as palavras de Chiang Kai-shek em *O Destino da China* se materializaram em ações. Na Conferência do Cairo, realizada logo após a publicação do livro, Chiang foi perspicaz o suficiente para não levar o idealismo de seu livro ao pé da letra, pois sabia que deveria ser pragmático para obter o apoio dos Aliados. Seus clamores pelo Tibet, por exemplo, deixavam os ingleses desconfortáveis, dada a proximidade com a Índia e o Nepal. Apesar de a declaração da Conferência do Cairo ter determinado a restauração de Taiwan ao controle chinês, ao embarcar para a conferência o dirigente nacionalista havia riscado a ilha de sua lista de demandas (LIN, 2016a, p. 18, 19).

Ademais, recuperar Taiwan nunca havia sido uma prioridade para a China. A Manchúria, ocupada pelo Japão em 1931, era muito mais relevante. Assim como seu mentor Sun Yat-sen, Chiang também declarava seu desejo de restaurar à autoridade chinesa os territórios perdidos para as potências imperialistas, tais como partes do Vietnã, Birmânia, Nepal e a própria ilha de Formosa. Contudo, ao longo das primeiras décadas da história republicana chinesa, nenhum líder ou governo fez qualquer esforço mais sério de reclamar Taiwan. Nenhuma das constituições chinesas adotadas de 1923 a 1936 contemplava Taiwan como parte do país. Mesmo quando Chiang exortava os chineses a minar o imperialismo japonês atacando suas posições em Taiwan, ele não exortava à anexação da ilha nem esclarecia que tipo de relação ela teria com a China após uma eventual derrota japonesa. Apenas no começo dos anos 1940, após artigos na imprensa norte-americana sugerirem a internacionalização de Formosa sob as Nações Unidas, a ilha despertou maior preocupação entre os nacionalistas (LIN, 2016a, p. 16, 17, 20).

Como os exércitos comunistas não dispunham de forças marítimas e aéreas expressivas, Mao Tse-tung não tentou retomar a ilha dos nacionalistas depois que estes lá se estabeleceram. A crescente insatisfação da população taiwanesa com o governo nacionalista e a crença de que Chiang Kai-shek não conseguiria resistir aos comunistas fez com que muitos em Washington estivessem dispostos a aceitar a autoridade do PCC sobre a ilha na esperança de apaziguar a

China comunista e transformá-la em uma nova Iugoslávia, isto é, um país comunista, porém desvinculado de Moscou e mais disposto a cooperar com os Estados Unidos (LIN, 2016a, p. 5).

O governo Truman não encarou a vitória comunista na China como um evento desastroso, pois pensava que a China não era tão relevante quanto o Japão ou algum país da Europa Ocidental. Truman acreditava que uma China comunista poderia ser um foco de tensões dentro do bloco comunista, e não necessariamente um ameaça. Muitos em Washington previam que dentro em breve Mao precisaria recorrer aos Estados Unidos para solicitar auxílio econômico (MCMAHON, 2003, p. 44). O futuro provaria que tais prognósticos estavam corretos.

Por fim, o caráter corrupto do regime de Chiang Kai-shek era amplamente conhecido em Washington. George H. Kerr, professor da Universidade de Washington, alertou em 1949 que qualquer apoio norte-americano ao governo de Chiang em Formosa faria a população local se voltar para os comunistas. Para ele, um governo composto por líderes locais seria muito mais eficiente para os interesses norte-americanos do que um governo de chineses continentais, que eram odiados pela população insular. Urgia, portanto, derrubar o *Kuomintang* do poder em Taiwan (LIN, 2016a, p. 87). Porém, tal plano nunca se concretizou e, após ser derrotado em 1949, Chiang levaria para Taiwan um sistema corrupto e autoritário. Seu regime penetrava as “estruturas militares, do governo e da sociedade, incluindo os estabelecimentos de ensino e a imprensa. Impôs-se a lei marcial¹⁰³, com a proibição de qualquer manifestação política e o severo tratamento contra opositores” (PINTO, 2005, p. 49).

Mesmo durante a guerra civil, Chiang precisava disputar a liderança da resistência anticomunista com diversos líderes de outras províncias e mesmo dentro de seu partido. O General Sun Liren era uma dessas figuras. Formado pelo Instituto Militar da Virgínia e falando um inglês fluente, Sun era bem relacionado nos altos círculos militares norte-americanos. Sua presença em Taiwan era considerada, entre os chefes da inteligência norte-americana, um sinal de que Taiwan poderia se converter em um importante elo entre as Filipinas e Okinawa, duas regiões que abrigavam bases militares dos Estados Unidos após a guerra (LIN, 2016a, p. 61).

Lu Han, governante da província de Yunnan e antigo aliado do generalíssimo, voltou-se contra Chiang em 1949 e recorreu aos Estados Unidos em busca de apoio para proclamar Yunnan como um Estado soberano. Diante da hesitação norte-americana, Lu Han conclamou governadores vizinhos a capturar Chiang Kai-shek, forçando-o assim a fugir para a ilha de Taiwan em dezembro de 1949, de onde não mais retornaria. Com Yunnan perdida, qualquer resistência no continente se achava destinada ao fracasso (LIN, 2016a, p. 109-118).

¹⁰³ A lei marcial foi imposta em maio de 1949, quando Shanghai estava na iminência de ser tomada pelo PCC.

Quando Chiang chegou em Taiwan, o presidente da República da China Li Zongren estava em tratamento médico nos Estados Unidos. Diante do vácuo no poder, em março de 1950 Chiang e sua esposa se apresentaram na varanda do palácio presidencial, diante do qual uma multidão celebrava o retorno do generalíssimo ao poder. Ainda assim, em janeiro de 1950 o presidente Truman declarava à imprensa sua convicção de que Taiwan era parte da China continental e a recusa norte-americana a enviar apoio aos nacionalistas. No mesmo mês, o Secretário de Estado Dean Acheson afirmou que nem Taiwan nem a Coreia do Sul faziam parte do perímetro de defesa norte-americano. Para os nacionalistas em Taiwan, tais declarações soaram como uma sentença de morte (LIN, 2016a, p. 120-121, 128-129).

A transferência definitiva do *Kuomintang* para a ilha em 1949 exacerbou as tensões entre as autoridades nacionalistas e a população local que já se arrastavam desde 1945. As línguas e culturas locais foram duramente reprimidas pelos nacionalistas. Também foram reprimidos aqueles que clamavam pela independência de Taiwan. Chiang exortava à reestruturação do Exército para retomar o território perdido. Consequentemente, o Exército foi mais valorizado do que as forças aérea e naval, tornando-se o braço armado do *Kuomintang* – assim como o Exército de Libertação Popular era o braço armado do PCC (PINTO, 2005, p. 32, 41).

Dessa maneira, a repressão do *Kuomintang* em Taiwan não se dirigia somente aos comunistas, mas também às culturas locais e a todos aqueles que pudessem ser considerados um entrave para a reconquista da China continental. Houve um esforço maciço por parte das autoridades em impor uma identidade nacional chinesa e em promover assimilação linguística e cultural. Apenas o dialeto Mandarim era permitido e as escolas ensinavam a história chinesa, ignorando a história local (HUANG, 2013, p. 4).

Como explicar, portanto, que o regime do *Kuomintang* em Taipei tenha conseguido afirmar sua autoridade sobre a ilha de Formosa?

É interessante observar que, paralelamente à decisão norte-americana de não fornecer apoio militar para salvaguardar Taiwan, notou-se uma “privatização” da política externa norte-americana para a ilha. O chamado “Lobby Chinês” nos Estados Unidos, composto por políticos, empresários e oficiais militares, tanto da ativa como reformados, impediu que Chiang ficasse desamparado. Um dos membros mais importantes do “Lobby Chinês” era o ex-embaixador norte-americano no Brasil, William Pawley, que em novembro de 1949 sugeriu a Dean Acheson que um pequeno grupo de militares reformados e civis fosse enviado a Taiwan o quanto antes para atuar como conselheiros militares e econômicos (LIN, 2016a, p. 141).

Acheson deu sinal positivo ao pedido de Pawley, mas o plano não se concretizou. Ainda assim, entre novembro de 1948 e janeiro de 1950, uma vasta quantidade de armamentos foi despachada dos Estados Unidos para os nacionalistas em Formosa. Os nacionalistas também adquiriram significativas quantidades de tanques Sherman dos britânicos, munição da Espanha e do Canadá, além de rifles e metralhadoras belgas (LIN, 2016a, p. 142). O “Lobby Chinês” exerceria considerável influência sobre o governo norte-americano até o final do governo Reagan, em 1989 (ABRAMOVICI, 2014, p. 117).

Igualmente valiosa foi a ajuda do Supremo Comando das Forças Aliadas no Japão, que, à revelia do Departamento de Estado norte-americano (e para profunda insatisfação deste), ofereceu a Chiang Kai-shek a instalação de radares na ilha e negociou o fornecimento de aeronaves. Tal ousadia levaria ao afastamento do Major Henry Vanderpuy, um dos oficiais do Supremo Comando das Forças Aliadas que vazou documentos confidenciais da embaixada norte-americana para o dirigente nacionalista (LIN, 2016a, p. 143).

Outro oficial norte-americano que ajudou a “privatizar” a política pró-*Kuomintang* foi Charles M. Cooke, antigo comandante das forças navais no Leste Asiático. Cooke viajou a Taiwan em fevereiro de 1950 autorizado por MacArthur e com o apoio do Supremo Comando das Forças Aliadas no Japão, embora sem o conhecimento do Departamento de Estado e da embaixada em Taipei. Cooke era a favor do estabelecimento de conselheiros norte-americanos na China para se contrapor à influência soviética na Ásia. Nem mesmo a situação vacilante do *Kuomintang* fez Cooke mudar suas inclinações pró-Chiang. Para Chiang, desconfiado de seus subordinados militares e contestado por muitos de seus antigos aliados, Cooke era uma das poucas figuras que inspiravam confiança. Cooke ofereceu significativa cooperação técnica, além ajudar na recuperação das forças militares de Formosa (LIN, 2016a, p. 144-146).

Um dos mais significativos frutos da campanha de Cooke foi convencer o General Douglas MacArthur, até então um crítico do regime de Chiang, a apoiar o líder nacionalista:

Persuadido pela experiência pessoal de Cooke em Taiwan e nas duas ilhas costeiras [Hainan e Zhoushan], MacArthur enviou um memorando aos Chefes do Estado-Maior em 29 de maio [de 1950] em que ele enfatizava que o problema de Taiwan havia se tornado urgente, já que a cooperação sino-soviética na área de Shanghai viera ao seu conhecimento, e que jatos soviéticos haviam sido enviados para a força aérea dos comunistas chineses. Se as forças soviéticas pudessem usar Taiwan, argumentava o general, as linhas de navegação malaio-filipino-japonesas poderiam ser cortadas, deixando o Japão isolado¹⁰⁴ (LIN, 2016a, p. 157 – tradução nossa).

¹⁰⁴ No original, em inglês: “Persuaded by Cooke’s personal experience on Taiwan and the two offshore islands, MacArthur sent a memorandum to the Joint Chiefs of Staff on May 29, in which he emphasized that the problem of Taiwan had become urgent, as Sino- Soviet cooperation in the Shanghai area had come to his attention, and that Soviet jets had been sent to the Chinese Communists’ air force. If Soviet forces could use Taiwan, the general argued, the Malay-Philippine-Japan shipping lanes could be cut, leaving Japan isolated” (LIN, 2016a, p. 157).

Cooke não estava sozinho. Em 1950, Chiang enviou um memorando a Cooke afirmando que cerca de 5 mil cidadãos norte-americanos haviam se apresentado à embaixada da China nacionalista em Washington e outras agências governamentais da República da China oferecendo seus serviços na luta contra os comunistas. Quando o Departamento de Estado norte-americano tomou conhecimento desta cooperação não-oficial entre cidadãos de seu país e o regime nacionalista, nenhuma medida foi tomada (LIN, 2016a, p. 146-147).

Em meados de 1950, o regime nacionalista contabilizou duas grandes derrotas: a perda de Hainan, uma ilha ao sul da China, e a evacuação das Ilhas Zhousan, próximo a Shanghai. Enquanto muitos nos Estados Unidos interpretaram estas derrotas como um sinal de que era inútil seguir apoiando Chiang, Cooke iniciou uma aguerrida campanha junto à opinião pública norte-americana. Ele acusou a embaixada em Taipei de passar um quadro distorcido dos acontecimentos e contactou importantes figuras do governo norte-americano para convencê-las de que, apesar das perdas territoriais, as forças nacionalistas permaneciam intactas. Para Cooke, aquele era o momento de intensificar o apoio à causa nacionalista (LIN, 2016a, p. 155).

A Guerra da Coreia (1950-1953) e o consequente estacionamento da Sétima Frota norte-americana no Estreito de Taiwan foram outros fatores cruciais para a consolidação do Estado nacionalista em Formosa. Ambos revigoraram o outrora decadente e desacreditado governo de Chiang Kai-shek e consolidaram a República da China na ilha de Taiwan:

Seu [nacionalista] regime desanimado e arrasado estava agora revigorado, enquanto um Estado nacionalista chinês virtualmente enraizado nas ilhas de Taiwan e Pescadores também começou a tomar forma permanente. (...) De fato, apesar de Chiang Kai-shek continuar sendo desprezado [pelo governo Truman], seu regime insular foi salvo¹⁰⁵ (LIN, 2016a, p. 9 – tradução nossa).

Em outros termos, a eclosão da Guerra da Coreia serviu ao outrora desmoralizado regime nacionalista como justificativa para introduzir um regime autoritário na ilha, aprofundar a base social do *Kuomintang* e fortalecer sua autoridade. A Guerra da Coreia deixou Taiwan na vanguarda da Guerra Fria, legitimando a retórica de Chiang de retomar o continente, atraindo o auxílio norte-americano e a mantendo o moral nacionalista em alta (LIN, 2016a, p. 9):

À medida que a guerra eclodia na Coreia, MacArthur contemplava usar forças nacionalistas para auxiliar os sul-coreanos. Chiang ficou sabendo disso por meio de Cooke, e viu como uma oportunidade para cimentar uma nova aliança militar entre Estados Unidos e China Nacionalista. Taipei também antecipou que o conflito coreano evoluiria para uma terceira guerra mundial em que os Estados Unidos eventualmente iriam atrair para o seu lado todos os elementos hostis ao comunismo. E, ao participar nesta guerra mundial imaginada, os nacionalistas esperavam um retorno integral do seu prestígio internacional e de sua visibilidade na política mundial¹⁰⁶ (LIN, 2016a, p. 165 – tradução nossa).

¹⁰⁵ No original, em inglês: “Their dispirited and decimated regime was now reinvigorated, while a Nationalist Chinese state virtually rooted on the islands of Taiwan and the Pescadores also began to take permanent shape. (...) Indeed, although Chiang Kai-shek continued to be despised, his island regime was saved (LIN, 2016a, p. 9)”.

¹⁰⁶ No original, em inglês: “As the war erupted in Korea, MacArthur contemplated using Nationalist forces to assist the South Koreans. Chiang first learned about this from Cooke, and viewed it as an opportunity to cement a

Chiang também foi beneficiado pelo apoio do Bloco Anti-Bolchevique de Nações (BAN), fundado na Ucrânia em 1943 por nacionalistas que combatiam tanto os soviéticos como os nazistas. Agentes ucranianos do BAN foram enviados para Taiwan pelos Estados Unidos para treinar a polícia secreta do *Kuomintang* e ajudaram a criar a *Free Asia Radio*, que transmitia conteúdo pró-americano (ABRAMOVICI, 2014, p. 117).

Por fim, há que se ressaltar que o Tratado Sino-Soviético assinado em fevereiro de 1950 sensibilizou até aqueles setores do governo norte-americanos menos inclinados a uma ação militar no Leste Asiático. Em documento de abril de 1950, o Conselho de Segurança Nacional norte-americano representava o comunismo como um movimento coordenado a nível global, de modo que a distinção inicialmente traçada por Washington entre interesses vitais e interesses periféricos perdia o sentido. Apesar de colocar a Europa como o centro das aspirações de Moscou, o Conselho de Segurança alertava que a Ásia era onde os soviéticos tinham as melhores oportunidades. Com a conclusão do Tratado Sino-Soviético, Taiwan tornava-se um fator da maior importância para a política norte-americana na Ásia. Ademais, desvaneceram-se as esperanças de um “titoísmo chinês”, isto é, de que a China de Mao poderia estar disposta a cooperar com os Estados Unidos (LIN, 2016a, p. 170-171).

As bases doutrinárias do *Kuomintang* careciam de contornos mais claros. O único elemento mais concreto de seu programa era o diagnóstico dos males que o imperialismo trazia para o país. Não havia uma discussão mais profunda acerca dos fatores econômicos e sociais que haviam trazido a China ao seu estado de penúria, pois isso poderia lhes custar o apoio das classes dominantes. A ênfase de Chiang era muito mais em reformas morais e psicológicas do que em mudanças sociais (MOORE, 1966, p. 198). Uma vez em Formosa, o *Kuomintang* tentou fazer valer três princípios: obediência à Constituição de 1947, manutenção de um partido único e promoção da democracia – embora sem permitir novos partidos (PINTO, 2005, p. 49).

A redução dos aluguéis, empréstimos a juros moderados para o campesinato, uma política fiscal menos rígida no meio rural e a distribuição de terras, todas medidas reclamadas pelo campesinato, eram negligenciadas pelo governo nacionalista (FITZGERALD, 1964, p. 77). O anticomunismo, um dos traços do *Kuomintang*, se orientava justamente por recusar uma visão de mundo pautada por divisões de classes:

Nas políticas do governo do *Kuomintang*, o termo “anticomunista” representava uma campanha ideológica contra o PCC e sua fé no comunismo, especialmente sua retórica política que celebrava as massas e atacava a burguesia. A retórica pública do governo do *Kuomintang* dizia atender aos anseios de todas as classes, ao mesmo tempo em que

new U.S.- Nationalist Chinese military alliance. Taipei also anticipated that the Korean conflict would develop into a third world war in which the U.S. would eventually welcome all elements hostile to communism to join its side. And, by participating in the imagined world war, the Nationalists expected a full return of their international prestige and visibility in the world politics” (LIN, 2016a, p. 165).

ignorava divisões de classes e tentava eliminar discussões sobre classe¹⁰⁷ (HUANG, 2013, p. 148 – tradução nossa).

O *Kuomintang* opunha a Doutrina *San-Min* (a Doutrina dos Três Princípios) à visão classista do PCC e clamava que apenas a primeira garantia uma vida melhor para todos. Formada por uma amálgama entre confucionismo e direitos à vida e à propriedade, tal doutrina foi formulada por Sun Yat-sen e fornecia o alicerce ideológico sobre o qual o *Kuomintang* fora fundado (CHEN, 2008, p. 189). Os três princípios que a constituíam eram: nacionalismo, democracia e sustento da população. Entretanto, mesmo a defesa de medidas em favor do sustento da população não passava de um vago clamor por melhorias sociais. Não se especificava se essas melhorias sociais implicavam em socialismo, em um estado de bem-estar social ou quaisquer outras medidas mais claras (FITZGERALD, 1964, p. 59):

O caráter autoritário do *Kuomintang*, nem comunista nem fascista, era, de fato, uma nova forma política, metade imitada da Rússia, mas sem a doutrina que emprestou significado ao comunismo russo; metade imitada de um eco do império decaído, mas sem a santidade e a garantia do trono e a ortodoxia confucionista que ele abarcava. Os chineses estavam começando a procurar sua própria solução, mas o desprezo pelo passado e o medo da influência estrangeira prevenia-os de olharem para trás e recorrem à monarquia, ou para frente e aceitar uma ideologia estranha¹⁰⁸ (FITZGERALD, 1964, p. 59 – tradução nossa).

A própria noção de nacionalismo era ainda muito recente para uma região que passara séculos governada por impérios dinásticos sem qualquer identificação com a população. O partido queria ter uma roupagem modernizante de repúdio ao passado, mas ao mesmo tempo tinha inclinações confucionistas (FITZGERALD, 1964, p. 77). Havia ainda um abismo entre a tradição confucionista que o *Kuomintang* queria restaurar e a revolução social e nacional que o próprio partido havia conduzido (WRIGHT, 1955, p. 515).

Os “novos confucionistas” do *Kuomintang* não chegaram a teorizar o confucionismo em mais detalhes. Seu discurso se baseava na crença em princípios imutáveis da natureza, da sociedade e do Estado por meio dos quais seria possível alcançar ordem, disciplina, visão e coragem. Seu principal objetivo era promover disciplina popular e estabilidade social. Quando os exércitos nacionalistas bateram em retirada para Formosa, Chiang urgia seus companheiros a inspirarem-se nos cinco mil anos de cultura chinesa por eles herdados e transformá-los em um guia para o progresso humano (WRIGHT, 1955, p. 525).

¹⁰⁷ No original, em inglês: “In the KMT government’s policies, the term ‘anti-Communist’ represented an ideological campaign against the CCP and its faith in Communism, particularly its political rhetoric that celebrated the masses and attacked the bourgeoisie. The KMT government’s public rhetoric claimed to care for all classes, while simultaneously blurring class divisions and attempting to eliminate discussions about class” (HUANG, 2013, p. 148).

¹⁰⁸ “The authoritarian character of the Kuomintang, not Communist, nor yet Fascist, was really a new political form, half-imitated from Russia, but without the doctrine which gave meaning to Russian Communism; half an echo of the fallen Empire, but without the sanctity and assurance of the throne and its encompassing Confucian orthodoxy. The Chinese were beginning to seek their own solution, but as yet contempt of the past and fear of foreign influence prevented them either from turning back to the monarchy or on to the acceptance of a strange ideology” (FITZGERALD, 1964, p. 59).

Em dois pontos, contudo, Chiang e seus aliados discordavam dos clássicos. Para o líder nacionalista, vestimentas e comida adequadas não eram pré-requisitos para a virtude. Somente depois que as pessoas se tornassem virtuosas elas poderiam ter a força moral para se vestirem e se alimentarem. Ademais, os confucionistas do *Kuomintang* diziam que os valores confucianos também poderiam florescer em sociedades urbanas, além de recusarem a ideia de que a indústria e o comércio abalavam a vida tradicional. Um dos aliados de Chiang certa vez disse que a industrialização poderia usar máquinas, ciência e engenheiros estrangeiros. Contudo, para se educar homens era preciso que tal educação tivesse raízes na cultura ancestral chinesa (WRIGHT, 1955, p. 526).

Por fim, assim como Sun Yat-sen, o generalíssimo acreditava que os chineses gozavam de excessiva liberdade, o que os tornava desarticulados e, conseqüentemente, alvos fáceis para as forças imperialistas. Era preciso unificar o povo chinês em um corpo sólido e coeso. Escrevendo em 1943, Chiang Kai-shek afirma:

Para pôr em termos mais concretos, nós podemos dizer que a China deve desenvolver-se em uma forte unidade de defesa nacional, caso ela deseje a vitória final nesta guerra e no período pós-guerra, junto com as outras nações independentes e livres do mundo, para assegurar a paz mundial permanente e trabalhar para a libertação da humanidade. Logo... excessiva liberdade pessoal... não pode ser permitida nem durante a guerra nem no período pós-guerra¹⁰⁹ (CHIANG citado por MOORE, 1966, p. 200 – tradução nossa).

2.4. “Terror branco”: o anticomunismo na República da China em Taiwan

Chiang Kai-shek governou a República da China até sua morte em 1975. Cerca de 2 milhões de apoiadores do *Kuomintang* também se deslocaram para a ilha. A partir de então, Chiang Kai-shek iniciou uma intensa propaganda anticomunista que exortava os chineses a se unirem para libertar o continente. O autoritarismo do *Kuomintang*, marcado por censura à imprensa e perseguição a oponentes políticos, ficou conhecido como o “terror branco”. As estimativas sobre as vítimas do terror branco chegam aos milhares, entre presos e executados:

(...) havia execuções públicas sistemáticas dos adversários políticos do partido e das elites locais nas margens dos rios de Taiwan, bem como desfiles de prisioneiros com suas mãos atadas por fios. Os corpos, os sons da artilharia e as manchas de sangue nas margens dos rios serviam como um alerta para aqueles que planejassem se revoltar contra o regime do *Kuomintang*¹¹⁰ (CHEN, 2008, p. 192 – tradução nossa).

Um catálogo filatélico emitido pelo serviço postal chinês em Taiwan em março de 1972 nos mostra como a luta anticomunista e a reconquista do continente eram dois imperativos do

¹⁰⁹ No original, em inglês: “Top ut it more concretely, we may say that China must develop herself into strong national defense unit if she is to win final victory in this war, and in the postwar period, together with the other independent and free nations of the world, to safeguard permanente world peace and work for the liberation of mankind. Hence... excessive personal liberty... cannot be allowed to exist either during wartime or in the postwar period” (CHIANG citado por MOORE, 1966, p. 200).

¹¹⁰ No original, em inglês: “there were systematic public executions of the party’s political adversaries and indigenous elites at the banks of major rivers in Taiwan and the parade of prisoners with their hands pierced together by wires. The bodies, the sounds of the gun fire, and the blood soaked river banks all served as warning for those who are planning to revolt against the KMT regime” (CHEN, 2008, p. 192).

regime nacionalista. Segundo o catálogo, os selos emitidos em Formosa “predizem simbolicamente a eventual recuperação do continente chinês pela República da China¹¹¹” (CHINA, 1972, s/p – tradução nossa). O catálogo também afirma que antes mesmo da expedição para o norte os comunistas, sob a direção de Moscou, já haviam se infiltrado na China organizando grupos de bandoleiros, adotando modelos soviéticos de governo e destruindo o país sem misericórdia (CHINA, 1972, p. 16).

O catálogo atribui a derrota nacionalista na guerra civil a dois fatores: o pedido norte-americano para que se formasse um governo de coalisão entre comunistas e nacionalistas, (seguido pelo fim da assistência militar norte-americana aos nacionalistas) e o fornecimento de ajuda militar soviética para os comunistas. Felizmente, contudo, “o presidente Chiang teve a clarividência de preparar Taiwan como uma ilha-fortaleza de onde ele podia continuar sua luta pela liberdade dos chineses¹¹²” (CHINA, 1972, p. 17 – tradução nossa). A derrota comunista é apresentada como um desfecho iminente: “O presidente Chiang e todos os chineses livres veem o colapso maoísta como inevitável e iminente. Todos os 700 milhões de chineses no continente, homens e mulheres, velhos e novos, são implacáveis inimigos de Mao Tse-tung¹¹³” (CHINA, 1972, p. 17 – tradução nossa).

O catálogo também proclama que somente a República da China seria capaz de “liderar o povo na luta comum para eliminar a violência do governo maoísta e restaurar a liberdade para nossos compatriotas¹¹⁴”, um feito que teria consequências cruciais para a luta anticomunista ao redor do mundo: “a vitória de nossa campanha anticomunista significará, de forma análoga, a derrota total das forças da tirania e da escravização na Ásia e ao redor do mundo¹¹⁵” (CHINA, 1972, p. 17 – tradução nossa). O regime nacionalista em Formosa estaria fazendo da República da China um modelo de democracia no leste asiático, mostrando do que uma sociedade livre e democrática seria capaz (CHINA, 1972, p. 18).

Sendo assim, reconquistar o território chinês era, para o *Kuomintang*, uma luta essencialmente anticomunista. Após 1949, a ilha de Kinmen, localizada no estreito de Taiwan, foi inundada de mensagens anticomunistas gravadas em rochas. “Anticomunista e anti-Rússia

¹¹¹ No original, em inglês: “foretell in symbolism the eventual recovery of the Chinese mainland by the Republic of China” (CHINA, 1972, s/p).

¹¹² No original, em inglês: “President Chiang had the foresight to prepare Taiwan as an island-fortress from where he could continue his fight for the freedom of the Chinese” (CHINA, 1972, p. 17).

¹¹³ No original, em inglês: “President Chiang and all free Chinese view the Maoist collapse as inevitable and imminent. All the 700 million Chinese on the mainland, men and women, old and young, are relentless enemies of Mao Tzo-tung [sic]” (CHINA, 1972, p. 17).

¹¹⁴ No original, em inglês: “lead the people of the country in the common struggle to terminate the Maoist rule of violence and restore freedom to our compatriots” (CHINA, 1972, p. 17).

¹¹⁵ No original, em inglês: “the victory of our anti-Communist campaign will mean likewise the total defeat of the forces of tyranny and enslavement in Asia and throughout the world” (CHINA, 1972, p. 17).

Soviética”, “Restauração esperançosa” e “Retornando à nossa terra perdida” eram algumas das mensagens gravadas pelos nacionalistas (HUANG, 2013, p. 97-98):

Também, em sua interminável busca por retornar ao continente, o governo do *Kuomintang* adotou o slogan de *fangong kang'e* (Opor-se aos comunistas chineses e lutar contra a União Soviética), e promoveu um movimento anticomunista em larga escala em Taiwan nos anos 1950. O *Kuomintang* ergueu vários monumentos em Taiwan para declarar sua determinação de retomar a China¹¹⁶ (HUANG, 2013, p. 4-5 – tradução nossa).

Em 1954 foi lançada a Campanha de Saneamento Cultural para eliminar o chamado “veneno vermelho” dos comunistas (HUANG, 2013, p. 5). O regime de Chiang Kai-shek promoveu diversos concursos artísticos e literários que premiavam em dinheiro filmes, peças teatrais, livros, pinturas e canções comprometidos com os valores anticomunistas. Só em 1950, cerca de 1400 obras foram produzidas. De 1950 a 1953, entre 1500 e 2000 participantes se inscreveram nos concursos (em uma população de 8 milhões). Apesar de grande parte dos estudos considerarem que os anos 1950 foram o período de efervescência anticomunista na ilha, Huang Ching-yi afirma que o impacto da propaganda anticomunista ainda era notório nos anos 1960 (HUANG, 2013, p. 6, 12).

Em 1966, em resposta à Revolução Cultural promovida pelos comunistas no continente, Chiang Kai-shek lançou o Movimento pelo Renascimento Cultural Chinês. Seu objetivo era apresentar Taiwan como a “província modelo” da China, bem como preservar os valores tradicionais que, segundo o *Kuomintang*, haviam sido corrompidos pelos comunistas. O fim de todas essas políticas era sempre o mesmo: retomar a China continental (HUANG, 2013, p. 6).

A arte e a literatura anticomunistas também foram usadas como armas para impor uma identidade chinesa sobre os habitantes locais e reforçar a autoridade do *Kuomintang*. Os nacionalistas promoveram atividades culturais para familiarizar a população local com Chiang Kai-shek e seus ideais anticomunistas. Apesar do desprezo de grande parte da população taiwanesa, que acusava os nacionalistas de silenciarem as vozes locais, tais obras de arte tiveram ampla acolhida em certos setores da sociedade (HUANG, 2013, p. 9).

Sob a ótica do regime nacionalista, tais obras de arte expressavam as ansiedades políticas, sociais e psicológicas de um governo desalojado para uma terra na qual tinha poucas raízes, além de externalizar as ansiedades de grande parte da comunidade chinesa em Taiwan (HUANG, 2013, p. 10). Ademais, todas elas possuem uma característica em comum: “Elas apresentam estereótipos similares de personagens comunistas e retratam uma nostalgia

¹¹⁶ No original, em inglês: “Also, in its unending quest to return to the Mainland, the KMT government adopted the slogan of ‘fangong kang’e (Opposing the Chinese Communists and fighting against the Soviet Union), and promoted a large-scale anti-Communist movement in Taiwan beginning in the 1950’s. The KMT erected many monuments in Taiwan to declare their determination to reclaim China” (HUANG, 2013, p. 4-5).

compartilhada entre os chineses continentais pela China continental¹¹⁷” (HUANG, 2013, p. 13 – tradução nossa). A China continental era representada como um paraíso perdido, usurpado e brutalizado pelo comunismo. Além dos comunistas, tais obras denunciavam a deslealdade de certos membros do *Kuomintang* e desprezava os taiwaneses nativos, a classe operária e até mulheres consideradas lascivas (HUANG, 2013, p. 13). Nas palavras de Huang Ching-yi:

A fim de efetivamente estabelecer um forte Estado chinês em Taiwan que pudesse lutar contra o PCC e reconquistar o continente, o governo do *Kuomintang* ofereceu uma visão de uma China unificada que invocava a nostalgia dos artistas e cidadãos continentais pela China e angariava a sua participação em campanhas políticas anticomunistas. O *Kuomintang* também usou essa projeção para educar outros cidadãos acerca de sua identificação com a China¹¹⁸ (HUANG, 2013, p. 20 – tradução nossa).

Essa “China ausente” pela qual os chineses continentais em Taiwan clamavam desde a derrota de 1949 era uma idealização nacionalista. Ademais, ela era totalmente estranha à realidade dos taiwaneses. As manifestações artísticas incentivadas pelo *Kuomintang* na ilha visavam a representar esta “China ausente”, ao mesmo tempo em que silenciavam as manifestações artísticas locais (HUANG, 2013, p. 20). Tais idealizações eram muito comuns na literatura anticomunista produzida na ilha. Além de idealizarem uma China pré-comunista que pouco correspondia aos fatos históricos, muitos escritores anticomunistas também “inventavam” a própria China comunista sem maiores preocupações de se ater à realidade:

A maioria dos chineses continentais acreditava que eles não precisavam viver sob o regime comunista para entender a brutalidade do PCC. Pelo contrário, eles poderiam “deduzir, imaginar e aplicar” suas experiências chinesas passadas como uma forma de fabricar produtos culturais anticomunistas tão realistas quanto os eventos históricos¹¹⁹ (HUANG, 2013, p. 204 – tradução nossa).

Assim como o anticomunismo brasileiro, o anticomunismo chinês se assentava sobre a ideia de um inimigo interno a ser combatido. Entretanto, diferente da segunda onda anticomunista no Brasil (e similar à primeira onda nos anos 1930), o anticomunismo propagado pelo *Kuomintang* em Taiwan tinha contornos étnicos. Os taiwaneses nativos (como os *Hakka* e *Hoklo*) eram frequentemente identificados como comunistas subversivos unicamente por questionarem certas medidas nacionalistas. Entre 1951 e 1952 houve um grande expurgo contra os taiwaneses que culminou em execuções das elites locais sob a acusação de serem comunistas (HUANG, 2013, p. 26).

¹¹⁷ No original, em inglês: “They present similar stereotypes of Communist characters and portray shared nostalgia of the mainlanders for China” (HUANG, 2013, p. 13).

¹¹⁸ No original, em inglês: “In order to effectively establish a strong Chinese state in Taiwan that could fight against the CCP and regain the Mainland, the KMT government offered a vision of a unified China that invoked the mainland artists’ and citizens’ nostalgia for China, and elicited their participation in anti-Communist political campaigns. The KMT also used this projection to educate other citizens about their identification with China” (HUANG, 2013, p. 20).

¹¹⁹ No original, em inglês: “Most mainland writers believed that they did not have to live under Communist rule in order to understand the brutality of the CCP. Rather, they could ‘deduce, imagine, and apply’ past Chinese experiences as a way to produce anti-Communist cultural productions that were as realistic as actual historical events” (HUANG, 2013, p. 204).

Sendo assim, em um curioso contraste com o anticomunismo brasileiro, que visava a salvaguardar a nação do inimigo, o anticomunismo do *Kuomintang* após 1949 era produzido em terreno hostil. Os chineses continentais refugiados em Taiwan após 1949 uniam-se em sua nostalgia de uma China pré-comunista. Quanto mais eles se uniam, mais eles se distanciavam da população taiwanesa, e mais eles se sentiam estranhos naquele ambiente. Muitos chineses continentais aceitavam, e até abraçavam, essa exclusão nos anos 1950 e 1960, pois ela os fazia se sentirem diferentes e mesmo superiores aos taiwaneses (HUANG, 2013, p. 204).

Esta particularidade do anticomunismo chinês, somada ao fato de que na China a ameaça comunista de fato se concretizou, nos mostra que os anticomunistas do *Kuomintang* lutavam contra o comunismo em uma situação muito mais desconfortável do que os anticomunistas no Brasil. O *Kuomintang* se achava em terra estranha, na qual carecia de bases populares e tentava obter respaldo de uma população que em larga medida não se identificava com aquele regime. O regime militar brasileiro, por sua vez, preservou uma parte relevante das elites políticas do período pré-1964, além de contar com a presença dos arenistas atuando como canal de mediação entre a sociedade e o regime (CARVALHO, 2010, p. 228).

Os contornos étnicos que o anticomunismo chinês assumia também emanavam das representações nacionalistas dos conflitos entre *Kuomintang* e PCC. Inspirando-se nas frequentes invasões bárbaras ao longo da história chinesa, os nacionalistas retratavam o conflito entre *Kuomintang* e PCC como um conflito entre chineses civilizados e invasores bárbaros. Tal recurso era fundamental diante de um cenário no qual os comunistas controlavam a vasta maioria da população e do território chineses, ao passo que os nacionalistas estavam restritos a uma pequena ilha, e ambos competiam pelo título de legítimos representantes da China¹²⁰. Assim como a ética confucionista traçava uma clara distinção entre os chineses (tidos como civilizados) e os povos bárbaros que os cercavam, o *Kuomintang* apresentava os nacionalistas como aqueles que haviam destronado os “bárbaros” da dinastia Qing (de origem manchu), restaurado o controle da etnia Han sobre o país e instalado a primeira forma moderna de governo no país em 1912: a República (HUANG, 2013, p. 113).

Em meio à Revolução Cultural e aos ataques empreendidos pelo PCC contra as tradições chinesas, o governo da República da China se dizia o guardião da cultura chinesa, sobretudo do confucionismo. Os comunistas eram associados à bestialidade e à selvageria, o que os colocava no mesmo nível dos Manchus. Os nacionalistas, por sua vez, seriam os protetores da herança Han e, portanto, os verdadeiros chineses (HUANG, 2013, p. 113-114):

Os nacionalistas comparavam os bandidos comunistas com outras forças bárbaras invasoras, tais como os manchus, japoneses e russos soviéticos. Por meio desta

¹²⁰ Quando os manchus conquistaram a China, muitos membros da dinastia Ming se refugiaram em Formosa.

comparação, os nacionalistas negavam a identidade Han chinesa aos comunistas e os classificavam como “outros”¹²¹ (HUANG, 2013, p. 115 – tradução nossa).

Um filme lançado em 1956 expressa as tentativas do governo nacionalista de canalizar toda a produção cultural para a missão anticomunista. O Sob o título de *Onde Não Há Mulheres*, o filme satiriza os artistas que não se importam com a realidade política ao seu redor. A mensagem do filme é clara: aqueles estabelecidos em Taiwan precisam estar constantemente pensando na China continental, mesmo em seus momentos de lazer. Era preciso deixar sua “torre de marfim”, isto é, a ilha de Taiwan, para lutar pela China usando suas técnicas artísticas como ferramentas ideológicas. O filme termina com vários artistas partindo para o front para defender as ilhas Kinmen de ataques comunistas (HUANG, 2013, p. 48-49).

Apresentações teatrais também foram empregadas a fim de transmitir mensagens anticomunistas. Tais peças mostravam o *Kuomintang* como o partido que lideraria os taiwaneses para uma vida próspera, lutando contra a crueldade do PCC e retornando à China continental. No início dos anos 1950 eram frequentes as peças representando embates entre o *Kuomintang* e o PCC. Posteriormente, tornaram-se comuns as temáticas relacionadas a ações anticomunistas no cotidiano da ilha, tais como a denúncia de espões (HUANG, 2013, p. 54).

Uma peça em especial merece atenção por mostrar como o anticomunismo era mais um estilo de vida do que exatamente um slogan. O nome da peça era *Uma Bênção Conjugal Perfeita*, de 1956, e retrata as vidas de dois casais. Um desses casais queria uma cerimônia de casamento simples, ao passo que o outro queria uma grande festa. Porém, o segundo casal acaba punido por sua extravagância porque foi forçado a vender sua casa a fim de pagar as dívidas contraídas ao preparar sua cerimônia. No final da peça, ambos os casais decidem se casar juntos em uma cerimônia simples para que o dinheiro economizado fosse destinado à defesa nacional. A mensagem da peça era clara: as necessidades da nação eram mais importantes do que extravagâncias pessoais. Uma simples decisão pessoal de economizar em um casamento assume um significado político: “Se pudermos exterminar os comunistas, recuperar a China e retornar para o nosso velho e pacífico estilo de vida, vocês jovens podem fazer o que quiserem para seus casamentos¹²²” (ZHAO citado por HUANG, 2013, p. 58 – tradução nossa).

A propaganda política promovida pelo *Kuomintang* nos anos 1950 e 1960 também era marcada pela exaltação da figura de Chiang Kai-shek. Longe de ser considerado um derrotado na guerra civil, o generalíssimo era representado como um guerreiro da causa anticomunista e louvado como símbolo nacional insubstituível para os chineses dos dois lados do estreito. Fotos

¹²¹ No original, em inglês: “The Nationalists compared the Communist bandits to other invading barbarian forces, such as Manchus, Japanese and Soviet Russians. By means of this comparison, the Nationalist erased the Han-Chinese identity of the Communist and cast them as ‘others’” (HUANG, 2013, p. 115).

¹²² No original, em inglês: “If we could exterminate the Communists, retrieve China, and return to our old, peaceful way of life, you young people can do whatever you like for your weddings” (HUANG, 2013, p. 58).

e monumentos em sua homenagem foram espalhados por todos os cantos da ilha (HUANG, 2013, p. 62, 63). A distribuição de suas imagens, a nomeação de ruas em sua homenagem, a celebração de sua vida por meio de livros e eventos públicos e, em certos momentos, a atribuição de poderes e sabedoria sobre-humanos eram todos aspectos marcantes do culto a Chiang (TAYLOR, 2006, p. 97). Muitas peças teatrais representavam-no como o líder que triunfaria sobre o comunismo, uniria os chineses e os guiaria de volta para a China continental. Chiang não aparecia como um personagem específico, mas sim como uma ideia ou uma figura que transcendia o tempo e o espaço (HUANG, 2013, p. 78-79, 81).

Também eram comuns os paralelos entre Chiang e Zheng Chenggong, o líder militar que expulsou os holandeses de Taiwan no século XVII. Quando a autoridade dos Ming começou a ser ameaçada pelos Qing, Zheng Chenggong estabeleceu-se em Taiwan na tentativa de recuperar a China dos invasores Manchus. Sendo assim, peças teatrais e poemas representavam Chiang Kai-shek e sua tentativa de libertar a China dos comunistas como uma continuidade da luta de Zheng Chenggong para libertar a China dos Manchus. Zheng Chenggong não foi bem-sucedido ao reconquistar a China, mas a propaganda nacionalista e os livros de história omitiam a sua derrota para manter acesa a esperança de retomar o continente (HUANG, 2013, p. 84).

O culto à personalidade de Chiang já era promovido na China continental desde a ascensão do *Kuomintang* ao poder, no fim dos anos 1920. Uma das organizações responsáveis pelo culto era a Associação para Esforço Moral dos Oficiais (AEMO), fundada por graduados da Academia Militar de Whampoa em 1929. Além de proporcionar aos membros das forças armadas serviços de educação e entretenimento, a AEMO também produzia a propaganda política de Chiang Kai-shek e de sua esposa Soong May-ling. A propaganda nacionalista reverenciava Chiang como herói nas lutas contra os senhores da guerra e contra os japoneses. Antes mesmo que os nacionalistas fugissem do continente, seu nome era utilizado para nomear parques, escolas e vias públicas na ilha de Taiwan. Durante os anos em que governou a China continental (1927-1937), Chiang tentou legitimar sua liderança apresentando-se como líder de uma revolução republicana, bem como a personificação da história e cultura chinesas. Usando os preceitos confucionistas de lealdade, respeito à hierarquia e às autoridades, Chiang se colocava como o pai da nação chinesa e discípulo de Sun Yat-sen (TAYLOR, 2006, p. 98).

Uma vez estabelecido o regime nacionalista em Taiwan, um traço marcante do culto à personalidade de Chiang Kai-shek era o uso do termo *lingxiu* (líder) para se referir a ele. Tal uso não foi fruto de qualquer imposição oficial, tendo sido introduzido pelo *Lixingshe*, agremiação política que estimulava a lealdade a Chiang (TAYLOR, 2006, p. 99). Por mais que

o culto à personalidade fosse promovido pelo governo central e pelo próprio líder, foram organizações semioficiais as maiores responsáveis pela produção de seus textos escritos, visuais e monumentais, muitas delas de forma independente (TAYLOR, 2006, p. 96, 97).

O culto a Chiang Kai-shek na ilha não foi mera repetição do culto que já era feito no continente, pois na ilha os interesses eram diferentes. Era imperativo remover todo resquício de propaganda japonesa e dirigir a lealdade da população ao novo líder (TAYLOR, 2006, p. 100, 101). Não havia nenhuma agência em Taiwan exclusivamente responsável por promover a exaltação ao líder. No entanto, havia certas seções no Estado, no partido e no aparato militar que encorajavam demonstrações públicas de veneração. Apesar de governar em terreno hostil, o culto à personalidade de Chiang Kai-shek em Taiwan era real: “As muitas mãos envolvidas na criação deste culto compartilhavam o objetivo de elevar Chiang acima dos demais e fazer seu governo parecer permanente e inalterável¹²³” (TAYLOR, 2006, p. 98 – tradução nossa).

Entre os órgãos que ajudaram a produzir o culto a Chiang Kai-shek na ilha estava o Departamento Geral de Política, fundado sob os auspícios de seu filho Chiang Ching-kuo em 1950. O Departamento inspirava-se em instituições similares na União Soviética e produziu muitos dos textos usados na promoção do culto. Havia ainda um Departamento de Belas Artes que serviu de abrigo institucional a membros da antiga AEMO. Por meio dele, muitas técnicas de propaganda foram transmitidas para outros funcionários. As obras de arte cultuando o generalíssimo eram vistas ornando prédios públicos, ao passo que suas ideias eram publicadas em textos distribuídos entre os membros das forças armadas (TAYLOR, 2006, p. 103).

Em 1952 foi fundado, sob a tutela do filho de Chiang, o *China Youth Corps*, cujo objetivo era promover a fidelidade ao líder entre as crianças nas escolas e organizar manifestações públicas de patriotismo. O órgão também patrocinou viagens de jovens intelectuais para o exterior para aprender técnicas de adoração ao líder em outras sociedades autoritárias. Robert Liang, um dos mais celebrados pintores de retratos de Chiang Kai-shek, foi um dos agraciados por estas bolsas. Liang esteve na Espanha franquista nos anos 1960, onde aprendeu a arte de pintar ditadores e suas famílias e ainda teve a honra de pintar um retrato de Bina Franco, esposa do general Franco (TAYLOR, 2006, p. 103).

A busca pela “China ausente” que, como já vimos, era recorrente na produção cultural patrocinada pelo *Kuomintang*, também fazia parte do culto à personalidade do generalíssimo:

Poderia ser argumentado que a ausência do território físico da China se traduziu em modos específicos de veneração em Taiwan no pós-guerra, tais como a ideia de que Chiang era um líder que havia sido infundido com as qualidades topográficas da própria China. Se o povo de Taiwan não podia tocar fisicamente o território perdido

¹²³ No original, em inglês: “The many hands involved in the creation of this cult shared a common goal of raising Chiang above the level of others, and making his rule appear permanent and unalterable” (TAYLOR, 2006, p. 98).

para o comunismo, pelo menos eles poderiam adorar o homem que o simbolizava¹²⁴ (TAYLOR, 2006, p. 105 – tradução nossa).

Chiang Kai-shek, portanto, emergia como a personificação da nação: ele e a paisagem chinesa se tornavam apenas um (TAYLOR, 2006, p. 105).

O aniversário de Chiang Kai-shek em 31 de outubro era um dos mais importantes feriados da ilha. Apesar de o dirigente preferir passar seu aniversário em isolamento nas montanhas, a data era marcada por diversas manifestações públicas de veneração. A ausência do líder nessas celebrações servia para santificar a sua figura. Poetas, jornalistas, grupos de dança e performances teatrais tomavam conta da ilha para celebrar o aniversário do generalíssimo. Um documentário sobre a vida de Chiang Kai-shek produzido pelo Departamento Militar foi exibido em cinemas estatais e até mesmo filmes sem ambições políticas inseriam propaganda nacionalista. Em um de seus aniversários nos anos 1950, um trem com uma grande fotografia de Chiang pendurada percorreu várias cidades do interior de Taiwan difundindo mensagens anticomunistas (HUANG, 2013, p. 71-73).

Até que ponto podemos dizer que o culto ao líder chinês foi imposto e até que ponto ele obteve uma acolhida entre a população?

Muitos, de fato, não tinham escolha e eram obrigados a participar de tais cultos, a exemplo dos militares e dos estudantes nas escolas. Entretanto, muitos optaram por participar das cerimônias públicas de veneração. Em muitos casos, o desejo de venerar Chiang era ideológico e expressava uma crença arraigada na importância de um forte líder nacional. Muitos escultores competiam entre si na produção das estátuas de Chiang a fim de aperfeiçoarem suas carreiras e conseguirem contratos com o governo. Parte significativa das estátuas não era encomendada pelo governo, mas estimulada por concursos divulgados pelo jornal *Central Daily News*. Por mais que os prédios públicos fossem obrigados a exibir propaganda do regime, também era comum ver pessoas adquirindo tais peças de arte para adornarem suas casas (TAYLOR, 2006, p. 108). O culto à personalidade de Chiang “é um lembrete de que a longevidade do governo nacionalista era tão dependente de atores não-estatais e de instituições financiadas pelo Estado – embora independentes – quanto era de repressão¹²⁵ (TAYLOR, 2006, p. 110 – tradução nossa).

¹²⁴ No original, em inglês: “Yet it could well be argued that the absence of China’s physical territory translated into specific modes of veneration in post-war Taiwan, such as the idea that Chiang was a leader who had been infused with the topographical qualities of China itself. If the people of Taiwan could not physically touch the territory lost to communism, they could at least adore the man who symbolized it” (TAYLOR, 2006, p. 105).

¹²⁵ No original, em inglês: “is a reminder that the longevity of Nationalist rule was just as reliant on non-state actors, as well as state-funded but largely independent institutions, as it was on repression” (TAYLOR, 2006, p. 110).

Apesar de depender da repressão, é digno de nota que o *Kuomintang* conseguiu governar a ilha de Taiwan por mais de cinquenta anos sem enfrentar qualquer tentativa mais ousada de golpe ou revolução por parte da oposição. Tal sucesso se deveu a uma eficaz combinação entre coerção, educação, reestruturação do status social e criação de uma identidade pró-chinesa, em oposição à identidade regional taiwanesa (CHEN, 2008, p. 187-188).

As considerações acima sobre o culto à personalidade nos mostram duas outras importantes peculiaridades do anticomunismo do *Kuomintang* quando comparado com o anticomunismo do regime militar brasileiro: o personalismo e a nostalgia. Personalismo porque a propaganda anticomunista era indissociável do culto à personalidade do líder nacionalista. Além disso, Chiang influenciava diretamente a formulação da propaganda anticomunista:

A influência de Chiang orientou em grande medida o conteúdo dos slogans anticomunistas apresentados em publicações promocionais. Nas políticas anticomunistas do *Kuomintang*, Chiang era o último tomador de decisões acerca do que deveria ser publicado. Em outras palavras: não foi apenas a política anticomunista do governo do *Kuomintang* que moldou a representação pública de Chiang Kai-shek. Também foi a imagem de Chiang Kai-shek que ajudou a moldar a missão nacionalista de unificar uma China dividida¹²⁶ (HUANG, 2013, p. 65 – tradução nossa).

Diferente dos militares brasileiros, que tentaram evitar que a “Revolução de 1964” fosse identificada por qualquer liderança específica, o anticomunismo do *Kuomintang* era fortemente identificado com a figura de Chiang Kai-shek. Além disso, em cada expressão do anticomunismo nacionalista chinês aflorava uma nostalgia da pátria perdida, o desejo do retorno, a busca por um passado mítico consubstanciado na figura de Chiang Kai-shek:

Portanto, é difícil traçar uma linha clara entre o desejo nostálgico do chinês continental de voltar para casa e a ideologia anticomunista do governo do *Kuomintang* que se baseava em recuperar a China. Durante duas décadas, a nostalgia pela China em Taiwan do pós-guerra teve um importante papel nas produções culturais anticomunistas do governo¹²⁷ (HUANG, 2013, p. 202 – tradução nossa).

O termo chinês que definia “anticomunismo” era *fangon*, que quase sempre vinha acompanhado pelo termo *fuguo*, isto é, restauração do Estado perdido (HUANG, 2013, p. 214).

Havia, contudo, uma importante similaridade entre os discursos anticomunistas brasileiro e chinês nacionalista: a valorização do papel feminino na luta contra o comunismo. Tal como os grupos anticomunistas brasileiros, que retratavam a mulher como o sustentáculo da família, em Taiwan as políticas anticomunistas do *Kuomintang* enfatizavam o papel da mulher como a educadora da família. A mulher seria a responsável por transmitir aos filhos o

¹²⁶ No original, em inglês: “Chiang’s influence largely directed the content of anti-Communist slogans presented in promotional publications. In the KMT government’s anti-Communist policies, Chiang was the ultimate decision maker about what was made public. In other words, it was not only the KMT government’s anti-Communist policy that shaped Chiang Kai-shek’s public representation. It was also the image of Chiang Kai-shek that helped to shape the nationalist mission to unify a divided China” (HUANG, 2013, p. 65).

¹²⁷ No original, em inglês: “It is therefore hard to draw a distinct line between the mainlander individual’s nostalgic desire to go home and the KMT government’s anti-Communist ideology that hinged on recovering China. During two decades in post-war Taiwan, nostalgia for China played a significant role in the KMT government’s anti-Communist cultural productions” (HUANG, 2013, p. 202).

patriotismo e os valores confucionistas de piedade filial, respeito à hierarquia, reverência aos mais velhos e obediência à autoridade. Ao mesmo tempo em que ressaltava o papel feminino na família, a propaganda nacionalista também relegava as mulheres a um papel marginal na política, confinando-as ao ambiente doméstico. A obediência das mulheres aos homens, tão valorizada pelos preceitos confucionistas, era análoga à lealdade que o cidadão deveria demonstrar à nação. Ademais, as “virtuosas mulheres” da “China livre” eram contrastadas com as “imorais mulheres comunistas” (HUANG, 2013, p. 103-104):

Em contraste com as mulheres virtuosas que o *Kuomintang* honra, as mulheres do PCC eram marcadas pela sexualidade selvagem, por um comportamento animalístico indomado. Dois extremos opostos da virtude física das mulheres representam dois padrões morais diferentes dos partidos opostos, o nacionalista e o comunista. (...) Os corpos das mulheres são transformados em uma metáfora para a dignidade nacional¹²⁸ (HUANG, 2013, p. 111 – tradução nossa).

Soong May-ling, a esposa de Chiang Kai-shek, era retratada como o exemplo de esposa leal, virtuosa e dedicada em quem as mulheres da ilha deveriam se mirar. Em 1950 ela fundou a Liga Anti-Agressão das Mulheres Chinesas, cujo objetivo era mobilizar as mulheres para serviços sociais na luta anticomunista. Segundo a primeira-dama, competia às mulheres serem esposas e mães diligentes a fim de criar filhos que trabalhassem para o futuro da nação. O papel das mulheres na luta anticomunista, portanto, permanecia em larga medida restrito ao ambiente doméstico (HUANG, 2013, p. 124).

De fato, grande parte das peças teatrais anticomunistas apresentadas na República da China se passava no ambiente doméstico. As donas de casa eram retratadas como pessoas que garantiriam que suas casas permanecessem aconchegantes para seus maridos repousarem após o trabalho. A família saudável e intacta, amparada pelo amor materno, deveria servir de alicerce para a construção da nação em Taiwan (HUANG, 2013, p. 127, 131). Representações artísticas e literárias mostravam o comunismo desestruturando as famílias por meio da ganância, do desprezo pelas tradições e do desrespeito às hierarquias. O declínio da família frente ao comunismo apenas precedia o declínio do governo (HUANG, 2013, p. 109).

Em 1950 foi publicada em um periódico de Taiwan uma novela anticomunista intitulada *Mulher Bandida*. Seu sucesso foi tão grande que as vendas do periódico que a publicava aumentaram significativamente. *Mulher Bandida* narra a história de uma mulher convencida pelo seu parceiro a romper com sua família e ingressar no PCC. Porém, a direção do PCC proíbe-a de casar-se com seu parceiro. Em seguida ela é aprisionada e violentada, apreendendo

¹²⁸ No original, em inglês: “In contrast to the virtuous women that the KMT honors, the women in the CCP are marked by wild sexuality, an untamed animalistic behavior. Two opposing extremes of women’s physical virtue represent two different moral standards of the opposing parties, the Nationalist and the Communist. This play illustrates that the Nationalists are committed to maintaining the purity of women’s bodies, while the Communists are committed to polluting women’s bodies and corrupting their minds. Women’s bodies are transformed into a metaphor for the national dignity” (HUANG, 2013, p. 111).

assim a verdadeira essência do comunismo. Seu pai, acusado de ser capitalista, é torturado até a morte. A triste saga termina com a protagonista se prostituindo para o Exército Vermelho e contraindo sífilis. *Mulher Bandida* seria convertida em filme e peças teatrais faladas nas línguas locais para educar a população acerca dos males do comunismo (HUANG, 2013, p. 105, 106):

Assim como *Nüfeigan* (*Mulher Bandida*), o teatro e o cinema anticomunista, junto com outras artes visuais, fizeram destas mulheres fisicamente brutalizadas figuras centrais para o discurso público. Por exemplo, a maioria das peças anticomunistas geralmente envolvia o sacrifício de uma mulher. Mulheres em peças anticomunistas geralmente testemunhavam a brutalidade nas mãos do detestável PCC e descreviam suas experiências de violência sexual pelos comunistas. A maioria das tramas oferecia variações desta história¹²⁹ (HUANG, 2013, p. 108 – tradução nossa).

Apesar de algumas peças serem falas nos idiomas locais, o discurso anticomunista em Taiwan permaneceu largamente direcionado aos chineses continentais estabelecidos na ilha. Como grande parte dos filmes e peças era escrito e falado em mandarim, eles eram inacessíveis aos falantes das línguas locais. Ademais, até 1950 os personagens destas obras também refletiam estilos de vida tipicamente urbanos das camadas médias chinesas que em nada lembravam o estilo de vida rural de grande parte da população taiwanesa. Personagens representando trabalhadores, camponeses e taiwaneses eram raros. Até mesmo os pintores evitavam representar elementos das classes trabalhadoras em suas telas, temendo que isso pudesse gerar punição do governo (HUANG, 2013, p. 171-172).

O cenário muda nos anos 1960, quando muitos nacionalistas começaram a aceitar que sua estadia na ilha seria permanente. À medida que as esperanças de um retorno ao continente se esvaíam, tornava-se necessário ressaltar a integração étnica e social na ilha para garantir a ordem e a autoridade do *Kuomintang*. Os roteiristas passaram a dar mais atenção aos taiwaneses das camadas populares, embora evitando temas que sugerissem conflitos de classe. Exploravam-se histórias de camponeses que prosperavam por meio do trabalho árduo e de chineses continentais e taiwaneses vivendo em harmonia (HUANG, 2013, p. 174-175).

Dado o exposto até aqui, é possível dizer que, diferente do anticomunismo do regime militar brasileiro, o anticomunismo propagado pelos nacionalistas chineses reagia a uma ameaça já concretizada, além de ser formulado em terreno hostil em que o *Kuomintang* carecia de apoio sólido. Esse anticomunismo tinha um aspecto étnico, além de ser personalista e nostálgico, pois estava intimamente ligado ao culto à personalidade de Chiang e à retomada da China continental. Havia, no entanto, similaridades. Em ambos os países a figura feminina foi mobilizada como um dos sustentáculos na luta contra o comunismo e em ambos os países os

¹²⁹ No original, em inglês: “Like *Nüfeigan* (Female Bandit), anti-Communist theatre and film, along with other visual presentations, made these physically brutalized women central to the public discourse. For example, the majority of anti-Communist plays usually required the sacrifice of a woman. Women in anti-Communist plays regularly testified to brutality at the hands of the despicable CCP and described their being sexually violated by the Communists. Most plots offered variations on a basic story” (HUANG, 2013, p. 108).

comunistas eram representados como violentos e autoritários, beirando o barbarismo. Tanto no imaginário anticomunista brasileiro como no imaginário anticomunista chinês, o comunismo era um fermento de desagregação que atentava contra a família e a nação.

2.5. O anticomunismo e a política externa da República da China

A política externa de Chiang Kai-shek em Formosa baseou-se em um desejo e uma crença: o desejo de reconquistar a China dos comunistas e a crença de que a República da China (e não a República Popular da China) era a China verdadeira. Como a República Popular da China não admitia estabelecer relações diplomáticas com Estados que reconhecessem a República da China, Chiang iniciou uma cruzada para preservar seus aliados na ONU e impedir que outros Estados rompessem com Taipei.

Tanto o desejo de reconquistar o continente como a crença de que a República da China era a China legítima eram constituídos por ideias anticomunistas. Portanto, o anticomunismo foi um aspecto constitutivo da política externa de Chiang Kai-shek, conforme demonstrado quando da eclosão da Guerra da Coreia em 1950. Os Estados Unidos recusaram a proposta de Chiang Kai-shek de enviar 33 mil soldados para combater os comunistas na Coreia. Contudo, a entrada da China comunista no conflito em fins de 1950 salientou a importância geopolítica de Taiwan e o Pentágono voltou a considerar a possibilidade de contar com as tropas nacionalistas. Chiang acreditava que ataques aéreos ou navais à costa chinesa poderiam ser uma importante contribuição de guerra dos nacionalistas (LIN, 2016a, p. 197-198).

O Pentágono temia que o envolvimento de tropas nacionalistas no teatro de operações coreano fosse inflamar a militância da China comunista e transformar a guerra na península em um conflito global. Ainda assim, a ideia de uma contraofensiva chinesa nacionalista para recuperar a China continental foi levada a sério e amplamente discutida em Washington (LIN, 2016a, p. 199-200). Um relatório produzido pela alta cúpula militar norte-americana em janeiro de 1951 enfatizava que um ataque terrestre nacionalista auxiliado por forças norte-americanas “incutiria esperança em milhões de chineses não comunistas no continente e simpatizantes não comunistas pela Ásia¹³⁰” (LIN, 2016a, p. 200 – tradução nossa). Ainda segundo o relatório, uma ação bem-sucedida das forças de Chiang na China Popular traria diversos benefícios, tais como “banir a ameaça de agressão armada em outras partes da Ásia; reduzir a eficácia das forças militares comunistas chinesas; e conter o mito da invencibilidade comunista pelo mundo¹³¹” (LIN, 2016a, p. 201 – tradução nossa).

¹³⁰ No original, em inglês: “would inspire hope among millions of non- Communist Chinese on the mainland and non- Communist sympathizers throughout Asia” (LIN, 2016a, p. 200).

¹³¹ No original, em inglês: “banish the threat of armed aggression in other parts of Asia; reduce the effectiveness of Communist Chinese military forces; and counter the myth of communist invincibility throughout the world” (LIN, 2016a, p. 201).

Contudo, o próprio Chiang se mostrava relutante em aceitar a proposta norte-americana. Ele sentia que um ataque à China comunista dependia de uma melhor organização do poder central na ilha – organização essa comprometida pelas constantes desavenças entre diferentes grupos. Além disso, ele sabia que os Estados Unidos tinham uma predileção por seu rival, Su Liren, para comandar este ataque. Assim, aceitar a proposta norte-americana significava dar maior poder a seu adversário (LIN, 2016a, p. 200-201).

Isso não impediu, porém, que entre 1951 e 1953 dezenas de operações militares apoiadas pela CIA tenham sido conduzidas pelos nacionalistas contra a costa chinesa. Os ataques esporádicos à costa mantinham acesa a chama da retomada do continente, embora deixando em aberto ou mesmo adiando a resposta para a pergunta de como e quando uma ofensiva de ampla escala seria levada a cabo. Seu efeito foi muito mais propagandístico do que exatamente prático (LIN, 2016a, p. 208-209).

O profundo envolvimento da China comunista na Conferência de Bandung levou o *Kuomintang* a adotar uma postura crítica ao neutralismo e ao não-alinhamento. Desde 1953, o Ministério das Relações Exteriores em Taiwan procurava traços de envolvimento comunista no movimento afro-asiático. A Conferência de Colombo, precursora de Bandung, excluiu o Vietnã do Sul, a Coreia do Sul¹³² e a própria República da China, aumentando assim as suspeitas de Taipei. Diversas vezes o premiê comunista Chou En-lai discursou em Bandung acusando Taiwan de ser um laçao dos Estados Unidos (CHEN, 2020, p. 6, 7):

Para o *Kuomintang*, parecia que o PCC havia se apresentado como política e culturalmente integrado ao dito movimento de Bandung. Logo, se Taipei mostrasse seu apoio ao movimento que nasceu de Bandung, isso teria implicado que o *Kuomintang* também aquiescia, ou mesmo reconhecia, a “legitimidade representativa” do PCC no seio deste movimento. Tal reconhecimento teria sido um suicídio para a própria “legitimidade representativa” da República da China¹³³ (CHEN, 2020, p. 7).

O governo nacionalista em Taiwan fazia duras críticas ao neutralismo. Segundo autoridades e a imprensa da ilha, as tentativas de Bandung de se alçar como uma terceira força não poderiam prescindir da presença da República da China. O *China Times*, periódico pró-*Kuomintang*, aliava anticomunismo e anticolonialismo ao alegar que as próprias potências coloniais europeias eram as responsáveis pela ameaça comunista que pairava sobre a Ásia, dado que canalizaram toda a atenção dos Estados asiáticos para a luta anticolonial e desviaram sua

¹³² Entretanto, a Coreia do Norte também não foi convidada.

¹³³ No original, em inglês: “To the KMT, it seemed that the CCP had made themselves politically and culturally integral to the so-called Bandung movement. Hence, if Taipei showed its support for the movement that grew out of Bandung, it would have implied that the KMT also acquiesced to, if not acknowledged, the CCP’s ‘representational legitimacy’ within this movement. Such recognition would have been suicidal for the ROC’s own ‘representational legitimacy’” (CHEN, 2020, p. 7).

atenção das ameaças mais iminentes representadas por soviéticos e chineses comunistas (CHEN, 2020, p. 7).

Após 1949, o *Kuomintang* tentava convencer os taiwaneses, ressentidos pelos anos de humilhação japonesa, de que era a China republicana (e não a China comunista), liderada por Sun Yat-sen, a verdadeira responsável por livrar a ilha dos japoneses. O PCC sob a liderança de Mao Tse-tung era apresentado como nada mais que um usurpador do poder na China republicana¹³⁴ (HUANG, 2013, 86). Ao longo da Conferência de Bandung o governo nacionalista enviou lobistas para convencer participantes de países não-comunistas (como o Egito, o Iraque e a Tailândia) a fazerem acusações de subversão contra a China comunista a fim de abalar o andamento da Conferência. Zhao Xueyuan, oficial do Ministério das Relações Exteriores, acreditava que a prosperidade das nações pós-coloniais na Ásia era incompatível com um maior envolvimento da China comunista na região (CHEN, 2020, p. 8).

Chiang Kai-shek frequentemente se voltava para outros regimes anticomunistas no continente Asiático em busca de aliados, especialmente a Coreia do Sul e as Filipinas. Em 1949 ele visitou Syngman Rhee, ditador anticomunista sul-coreano e aliado dos Estados Unidos. Mais tarde ele também visitaria o presidente filipino Elpidio Rivera Quirino, quando propôs uma ampla aliança anticomunista: a “União do Extremo Oriente”. Tanto Seul como Manila responderam favoravelmente à proposta. Chiang Kai-shek acreditava que a luta internacional contra o comunismo tinha como objetivo preservar a liberdade da humanidade e libertar as nações oprimidas (CHEN, 2020, p. 2-3).

Ao propor esta aliança anticomunista, os dirigentes destes três países cobravam maior envolvimento militar e econômico norte-americano para protegê-los contra eventuais agressões de Pequim. Apesar de um comunicado conjunto entre Chiang Kai-shek e Syngman Rhee em julho de 1949, a maioria dos países asiáticos permaneceu indiferente à “União do Extremo Oriente”, pois temiam que ela poderia ser uma nova forma de dominação ocidental. Ademais, muitas ex-colônias britânicas na Ásia como a Índia, o Paquistão, o Ceilão e a Birmânia seguiram os passos de seu antigo colonizador ao romperem com Taipei e reconhecerem a República Popular da China já no início da década de 1950 (CHEN, 2020, p. 3, 4).

Nem mesmo os Estados Unidos pareciam inicialmente inclinados a apoiar uma aliança anticomunista na região. Lewis Clark, conselheiro norte-americano na China, observou que a

¹³⁴ A identificação entre colonialismo e comunismo também estava presente nos documentos do Conselho Nacional de Segurança norte-americano. O Secretário de Defesa Paul Nitze acusava o comunismo de combinar todos os males do colonialismo ao escravizar os povos para “oligarquia do Kremlin”. Tal noção também era reproduzida pelo premiê malaio Tunku Abdul Rahman, para quem a invasão soviética da Hungria e a anexação chinesa do Tibet evidenciavam como o comunismo era um colonialismo ainda mais sinistro (NGOEI, 2019, p. 122).

aliança anticomunista proposta por Chiang era apenas uma tentativa de romper seu isolamento no *Kuomintang* e retornar à arena política. Outros diplomatas acreditavam que a dita aliança era um canal para que Chiang pressionasse os Estados Unidos por mais auxílio. Para a CIA, a aliança Chiang-Quirino era uma forma de o líder nacionalista regularizar o obscuro status legal de Taiwan ao reafirmar seu não pertencimento à China comunista (LIN, 2016a, p. 101-102).

Entretanto, a Guerra da Coreia (1950-1953) e a independência do Vietnã da França (1954), seguidas pelo estabelecimento de um regime comunista no Vietnã do Norte reavivaram as esperanças de Chiang Kai-shek de forjar uma aliança anticomunista no continente asiático. As discussões com os regimes filipino e sul-coreano reiniciaram, incluindo desta vez o regime pró-americano estabelecido no Vietnã do Sul. Em novembro de 1953, quando Syngman Rhee visitava Chiang Kai-shek, o chanceler chinês lançou as diretrizes para a futura cooperação entre Taipei e Seul. Elas se baseavam na proteção da segurança nacional, no envolvimento norte-americano e na ideologia anticomunista (CHEN, 2020, p. 4).

A participação norte-americana nos planos de Chiang, porém, era dificultada pelo desejo de Washington de criar sua própria instituição multilateral de defesa. Sendo assim, em 1954 foi criada a Organização do Tratado do Sudeste Asiático (SEATO), que fornecia apoio econômico e militar a aliados norte-americanos na Ásia. A SEATO incluía, além dos Estados Unidos e do Reino Unido, o Paquistão, a Tailândia, as Filipinas, a Austrália e a Nova Zelândia. Entretanto, longe de trazer mais segurança a Taipei, a SEATO trouxe uma sensação de segurança apenas para os norte-americanos. Por outro lado, a República da China, a Coreia do Sul e o Vietnã do Sul viam a SEATO como um órgão que retirava a sua agência na luta anticomunista, pois colocava os Estados Unidos como protagonistas nesta luta (CHEN, 2020, p. 4, 5).

Foi neste cenário que nasceu a Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos¹³⁵ (LAPA), fruto da cooperação entre Taipei e Seul, calcada nas crenças compartilhadas de que o comunismo era uma ameaça à região e de que uma aliança anticomunista não poderia prescindir da participação dos Estados locais. A LAPA serviu à República da China como uma avenida para perseguir sua legitimidade político-ideológica. O primeiro encontro da LAPA ocorreu na Coreia do Sul em junho de 1954, quando ficou decidido que ela teria uma organização central temporariamente estabelecida naquele país (CHEN, 2020, p. 4, 5, 6). Por meio da LAPA, Taipei também oferecia uma alternativa anticomunista à Conferência de Bandung:

Reconhecendo a ameaça representada pelos ganhos República Popular da China na conferência [de Bandung], a República da China/Taiwan desempenhou um importante papel ao converter a LAPA em uma instituição alternativa que respondia à mesma agenda de descolonização, mas que resistia a Bandung e pregava uma

¹³⁵ Sobre a LAPA, ver: HSU, Victor Wei Chung. **Pacific Destinies: The Asian People's Anti-Communist League (1953-1962) and the Anti-Communist Struggle in Asia Pacific.** Dissertação de mestrado em História Internacional e História Mundial. Columbia University – London School of Economics. Nova York, 2016.

mensagem do anticomunismo como o único caminho legítimo para a emancipação pós-imperial¹³⁶ (CHEN, 2020, p. 2 – tradução nossa).

A LAPA mostraria uma instituição crucial para que Taipei pudesse seguir desafiando a suposta manipulação de Pequim sobre o movimento de Bandung. O Japão, que há pouco tempo era uma potência imperialista e ainda era visto como tal por muitos dos povos asiáticos, passou a ser identificado pela diplomacia taiwanesa não mais como um opressor, mas como um aliado anticomunista. Os nacionalistas acreditavam que ao trazer o Japão para o seio da LAPA seria possível transferir o centro de gravidade da política asiática de Pequim para Tóquio, além de superar a marginalização a que Taiwan fora relegada desde 1949 (CHEN, 2020, p. 8, 9).

Na segunda conferência oficial da LAPA em 1956, quando a Conferência de Bandung já havia sido realizada, Gu Zheng-gang tentou eliminar todas as esperanças das nações pós-coloniais de permanecerem neutras frente a Moscou e Washington. Gu Zheng-gang era um dos mais devotos seguidores de Chiang Kai-shek, sendo popularmente conhecido como o “homem de ferro anticomunista”. Ele acusou os comunistas de usarem Bandung para explorar sentimentos anticoloniais e apresentou a LAPA como uma organização igualmente comprometida com a luta anti-imperialista e anticolonial. Entretanto, o imperialismo a ser combatido era o comunismo, que havia se aproveitado do vazio de poder deixado pelo imperialismo europeu. Segundo o discurso nacionalista chinês, Estados anticoloniais só poderiam se emancipar se resistissem ao comunismo (CHEN, 2020, p. 5, 12).

Na segunda conferência da LAPA, o *Kuomintang* também propôs estratégias de propaganda para conter o comunismo. Com isso, a Liga transcendia seus propósitos militares iniciais e focava-se também em ideias e expressões culturais:

Devido aos esforços dos nacionalistas, a conferência da LAPA havia então transcendido seu propósito original de uma rede militar defensiva inspirada pela OTAN. Ela passou a integrar dimensões ideológicas, culturais, políticas, jornalísticas e até artísticas da produção de conhecimento e da circulação de informações para o simples propósito de promover a causa anticomunista¹³⁷ (CHEN, 2020, p. 12 – tradução nossa).

A segunda conferência foi marcada por diversas oficinas para discutir estratégias e metodologias anticomunistas. Em tais oficinas era possível ver o uso de expressões consagradas em Bandung (“libertação nacional”, “autodeterminação” e “direitos humanos universais”) ressignificadas para servir a um discurso anticomunista (CHEN, 2020, p. 12).

¹³⁶ No original, em inglês: “Recognizing the threat posed by the PRC’s diplomatic gains at the conference, the ROC/Taiwan played a significant role in turning the APACL into an alternative institution that addressed the same agenda of decolonization, but which resisted Bandung and preached a message of anti-Communism as the sole legitimate route to post-imperial emancipation” (CHEN, 2020, p. 2).

¹³⁷ No original, em inglês: “Due to the efforts of the Nationalists, the APACL had thus transcended its original purpose as a military defensive network modeled on NATO. It had come to integrate ideological, cultural, political, journalistic and even artistic dimensions of knowledge production and information circulation for the sole purpose of promoting the cause of anti-Communism” (CHEN, 2020, p. 12).

Para a terceira conferência da LAPA em março de 1957, a República da China tentou convidar o máximo de políticos anticomunistas das nações que haviam participado da Conferência de Bandung. Foram enviados convites para políticos no Camboja, Laos, Afeganistão, Nepal, Ceilão, Indonésia e Índia. Diferente da SEATO, a LAPA buscava ir além das relações entre governos e incluir também atores não-governamentais (CHEN, 2020, p. 13).

No mesmo ano de 1957, Gu Zheng-gang participou da conferência da Liga Anticomunista Latino-americana (LALA) em Lima, no Peru. Uma vez em Lima, o delegado chinês fez contatos com representantes de mais de vinte países latino-americanos, alimentando as esperanças de um trabalho conjunto entre a LAPA e a LALA que promovesse o anticomunismo no mundo pós-colonial. A estadia de Gu Zheng-gang no Peru rendeu bons frutos. O conselho da LAPA declarou seu apoio formal à LALA e autorizou Gu a ser o representante da LAPA em todas as comunicações com seus colegas na América Latina:

Quando a reunião do conselho terminou, a conferência da LAPA não era mais uma frouxa constelação regional, mas uma organização madura com uma estrutura estável baseada em uma sólida ideologia. (...) O capítulo [da LAPA] da República da China, que havia estrategicamente orquestrado este desenvolvimento, havia colhido consideráveis benefícios dele. Em 1957, graças à conferência da LAPA, os nacionalistas começaram a sentir que sua posição como os *legítimos* representantes da China estava se tornando mais segura, apesar de eles controlarem apenas Taiwan¹³⁸ (CHEN, 2020, p. 14 – tradução nossa, grifo no original).

Em suma: a LAPA tentou dotar a luta anticolonial de uma coloração anticomunista. Por meio da LAPA, o *Kuomintang* disseminou crenças anticomunistas na esperança de que os Estados recém-emancipados da Ásia passassem a ver, na luta contra o comunismo, a única possibilidade de libertação nacional.

Outra figura fundamental para a cruzada anticomunista promovida pela República da China (além do já mencionado Gu Zheng-gang) foi Wang Sheng, amigo próximo de Chiang Ching-kuo, filho de Chiang Kai-shek. Wang havia ingressado no *Kuomintang* em 1939 e entre os anos 1950 e 1960 ajudou os Chiangs a treinar quadros políticos do exército e difundir o anticomunismo entre militares nacionalistas (LIN, 2016b).

Wang Sheng ajudou a exportar as estratégias anticomunistas chinesas para o Vietnã do Sul a pedido do presidente sul-vietnamita Ngo Dinh Diem. No início de 1961, Wang liderou uma missão de sete oficiais nacionalistas na condução de programas de treinamento anticomunista para o exército sul-vietnamita. Taipei também fornecia material militar e munições a Saigon, além de ajudar a reformar a educação militar, treinamento, inteligência,

¹³⁸ No original, em inglês: “By the time the Council meeting was over, the APACL was no longer a loose regional constellation but a mature organization with stable structure based on a solid ideology. (...) The ROC Chapter, who had strategically orchestrated this development, had reaped considerable benefits from it. In 1957, thanks to the APACL, the Nationalists began to feel that their position as the legitimate representative of China was becoming more secure, despite the fact that they only effectively controlled Taiwan” (CHEN, 2020, p. 14).

propaganda e a guerra psicológica. Todas essas iniciativas eram parte do que Chiang Kai-shek descrevia como uma aliança anticomunista interdependente entre Taiwan e o Vietnã do Sul. Quando Saigon foi capturada pelos Vietcongs em 1975, a China nacionalista era o único país que ainda possuía assessores militares não-oficiais no país (LIN, 2016b).

Quando o general Lon Nol derrubou a monarquia do príncipe Norodom Sihanouk no Camboja e estabeleceu um regime anticomunista em março de 1970, Wang Sheng foi enviado ao país para reforçar os laços com o novo governo. A medida foi celebrada por Lon Nol, que demonstrou grande entusiasmo com a possibilidade de estreitar os laços com Taipei e se colocou favorável à cooperação mesmo se ela contrariasse os Estados Unidos (LIN, 2016b):

Em setembro de 1972, o grupo de Wang começou a penetrar no Camboja a fim de iniciar um programa de treinamento de guerra psicológica e política às custas do governo de Taiwan. Tal cooperação logo se expandiu para diversos outros campos como inteligência, mobilização em massa, sabotagem, ataques e infiltração¹³⁹ (LIN, 2016b, n.p. – tradução nossa).

Tal como em Saigon, a China nacionalista foi o último país a evacuar sua missão militar em Phnom Penh em 1975, pouco antes de o Khmer Vermelho tomar o poder (LIN, 2016b).

Além da LAPA, outra organização anticomunista que merece destaque no âmbito asiático é o *International Council of Christian Churches* (ICCC), fundado em 1948. O ICCC congregava igrejas em diversas partes do mundo e chegou a reunir 55 milhões de membros. Apesar de ter representantes nas Américas e Europa, apenas na Ásia o ICCC contava com figuras de proa no governo. O ditador sul-coreano Syngman Rhee era amigo de um importante oficial do ICCC. Ademais, diversos representantes do ICCC eram próximos de Chiang Ching-kuo (RUOTSILA, 2014, p. 235, 240-241).

No início da década de 1960, o ICCC foi chamado pelo governo nacionalista para oferecer instrução religiosa anticomunista aos militares da República da China. O presidente da ICCC, o pastor norte-americano Carl McIntire, fazia parte do lobby chinês nos Estados Unidos que tentava persuadir o governo a tomar medidas pro-Chiang Kai-shek. Em abril de 1948, McIntire discursou no Senado norte-americano exortando ao uso de armas nucleares contra a União Soviética. Ao longo dos anos 1960, o *American Council of Christian Churches* (ACCC), seção norte-americana do ICCC, defendeu que as ilhas de Kinmen e Matsu fossem utilizadas como trampolim para uma retomada nacionalista da China continental, embora tal proposta tenha sido rejeitada pela ICCC (RUOTSILA, 2014, p. 240-241, 242-243).

¹³⁹ No original, em inglês: “Beginning in September 1972, Wang’s personnel began streaming into Cambodia to kick-start a psychological and political warfare training program, at the expense of Taiwan’s government budget. That cooperation soon expanded to several other fields such as intelligence gathering, mass mobilization, sabotage, raids, and infiltration” (LIN, 2016b, s/p).

2.6. Reflexões finais

A “guerra ideológica” declarada a Pequim pelo regime nacionalista em Formosa e seus insistentes esforços em disseminar propaganda anticomunista entre seus vizinhos ressaltam o papel desempenhado pelas estruturas ideacionais na constituição das relações internacionais. Elas nos mostram como interações entre os Estados são moldadas também por fatores ideacionais, e não apenas fatores materiais ou militares. Entre tais fatores estão crenças intersubjetivas ou compartilhadas que constituem os interesses e identidades dos atores (FINNEMORE e SIKKINK, 2001, p. 393). Dessa maneira, a materialidade não pode ser tratada como sinônimo de objetividade, pois fenômenos culturais são tão objetivos e capazes de impor constrangimentos quanto o dito “poder real” (WENDT, 1999, p. 136).

O objetivo dos dois últimos capítulos (1 e 2) foi justamente o de nos aprofundarmos nesta dimensão ideacional tão cara para o estudo das relações entre atores internacionais. Ambos os capítulos nos mostraram que o anticomunismo era um fator ideacional que informava como o *Kuomintang* em Taiwan e o regime militar brasileiro viam a si mesmos.

Os conceitos de “desejo”, “interesse”, “crença” e “identidade” nos permitem entender melhor como os fatores ideacionais operam nas relações internacionais.

Ao discutir o significado de identidades e interesses, Alexander Wendt afirma que identidades se referem a quem ou o que os atores são, e designam tipos sociais ou estados de ser. Interesses, por sua vez, se referem ao que atores querem. Sem interesses, identidades não possuem força motivacional, e sem identidades os interesses não possuem direção (WENDT, 1999, p. 231). Longe de identificar interesses como causa ou consequência das ideias, Emanuel Adler afirma que interesses são, eles mesmos, ideias, isto é: eles são ontologicamente intersubjetivos e ao mesmo tempo interpretações epistemologicamente objetivas sobre e para o mundo material (ADLER, 2008, p. 102). Enquanto os interesses remetem aos desejos dos Estados, as identidades remetem às crenças de tais Estados, de modo que interesses e identidades são igualmente relevantes. Qualquer explicação sobre interesses sempre terá assunções implícitas sobre identidades. De forma análoga, quando falamos de identidade, sempre estaremos falando de interesses. Sem recorrer às identidades e aos interesses em conjunto, é quase impossível entender a ação dos atores internacionais, pois a ação nasce da conjugação entre o desejo (de cujo domínio faz parte o interesse) e a crença (de cujo domínio faz parte a identidade) (WENDT, 1999, p. 231).

Conforme os dois últimos capítulos nos mostraram, tanto o regime de Chiang Kai-shek como o regime militar brasileiro se identificavam como regimes anticomunistas por acreditarem que o comunismo era nocivo à família, à sociedade, e à nação como um todo. Ambos

proclamavam, entre seus interesses nacionais, o desejo de derrotar a ameaça comunista. A crença no caráter maligno do comunismo e o desejo de proteger-se dele explicarão, conforme veremos nos próximos capítulos, os laços de amizade e solidariedade que se desenvolveram entre Brasília e Taipei entre 1964 e 1974.

Entre aqueles que apoiaram e orquestraram o golpe de 1964 existia não só uma crença genuína de que o comunismo era uma doutrina ameaçadora, mas também um desejo legítimo de derrotá-lo. Segundo Rodrigo Motta, o anticomunismo no Brasil não era fruto de mero oportunismo nem fachada para intenções malignas:

Havia grupos e indivíduos (não necessariamente fanáticos) que sinceramente acreditavam na existência de um risco real. Eles se mobilizavam e lutavam por medo de que os comunistas tomariam o poder. Ademais, tais medos não eram absurdos: em certas situações eles eram justificados ou tinham algum fundamento na medida em que os comunistas tivessem uma força política que os tornasse inimigos temíveis¹⁴⁰ (MOTTA, 2020, p. 4-5 – tradução nossa).

A crença de que o comunismo era uma ameaça e o desejo de combatê-lo eram igualmente genuínos na ilha de Taiwan sob controle do *Kuomintang*, sobretudo tendo em vista a ameaça representada pela China comunista. Ademais, o regime nacionalista estava tão comprometido com a luta anticomunista que até convidou o Japão, seu antigo colonizador, a se juntar a esta luta – o que gerou alguns atritos com a Coreia do Sul, ressentida pelos anos de dominação nipônica (CHEN, 2020).

¹⁴⁰ No original, em inglês: “There were groups and individuals (not necessarily fanatics) who sincerely believed in the existence of a real risk. They mobilized and fought out of fear that the communists would seize power. Moreover, such fears were not absurd: in some situations, they were justified or had some foundation, insofar as the communists possessed a political force that made them fearsome enemies” (MOTTA, 2020, p. 4-5).

CAPÍTULO 3 – AS RELAÇÕES BRASIL-CHINA ANTES DE 1964

3.1. O propósito deste capítulo

Este capítulo tem como objetivo investigar, à luz da perspectiva construtivista das Relações Internacionais, as relações sino-brasileiras no período pré-1964, ou seja, antes de nosso marco temporal. Esse recuo nos permitirá situar as relações entre o regime militar brasileiro e o regime de Chiang Kai-shek em uma perspectiva histórica mais ampla. Começamos tratando dos primórdios das relações sino-brasileiras no final do século XIX, quando ambos os países ainda eram monarquias. Em seguida, analisamos as relações sino-brasileiras do final da Segunda Guerra Mundial, quando a luta contra um inimigo comum ajudou a criar uma identidade entre ambos, até os anos 1950. A próxima seção foi dedicada à análise de trabalhos produzidos por alunos da ESG nos anos 1950, a fim de entendermos como a questão chinesa era vista por alunos daquela instituição e compreender o pensamento estratégico implicado nessas relações. Por fim, estudamos as relações entre Brasil e República da China no interregno 1961-1964, quando se deu o primeiro momento da PEI e os primeiros ensaios de aproximação entre Jango e a República Popular da China.

3.2. Os impérios do *have not*: os primórdios das relações Brasil-China

Antes mesmo de Brasil e China se constituírem em Estados modernos já havia interações socioculturais entre suas sociedades, muitas das quais mediadas por Portugal, a grande potência colonial do início do período moderno (CUNHA, 2017, p. 55). É José Honório Rodrigues, em *Interesse Nacional e Política Externa*, quem nos fornece importantes reflexões sobre os primórdios das relações sino-brasileiras. Endossando a tese de Gilberto Freyre em *Sobrados e Mocambos*, José Honório Rodrigues afirma que entre meados do século XVIII e princípios do século XIX havia uma intensa comunicação entre a América Portuguesa e o continente asiático. Graças a esses intercâmbios, até princípios do século XIX, eram comuns os traços orientais nos costumes, na paisagem e nas vestimentas brasileiras (RODRIGUES, 1966).

Diversos frutos e plantas oriundos da Índia, da China e de outras partes da Ásia foram introduzidos no Brasil naquele período. A palmeira, o coqueiro, a jaqueira, a canela, a mangueira, o tamarindo, a carambola, o jambo, a pimenta: cada um a seu modo ajudou a forjar este “Brasil oriental” de que nos fala Gilberto Freyre. A influência oriental também estava nos costumes, como podemos ver no uso do chapéu-de-sol, do palanquim, do leque, da bengala, da colcha de seda, das telhas ao estilo sino-japonês, dos telhados caídos pelos lados e recurvados nas pontas. A incorporação de elementos orientais ao dia a dia seria perturbada apenas em 1808, com a súbita chegada da Família Real portuguesa fugindo dos exércitos de Napoleão. A instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro deu início à “europeização” do Brasil,

revertendo em grande parte os intercâmbios estabelecidos com o Oriente no século anterior (RODRIGUES, 1966, p. 111). Sendo assim,

O Brasil consistia (...) em um entreposto basilar no percurso entre Portugal e a Ásia. Embora o Exclusivo Metropolitano, também conhecido como Pacto Colonial, buscase restringir, com maior ou menor sucesso, o acesso direto dos estrangeiros às colônias portuguesas, um intercâmbio sociocultural aconteceu. Conquanto seja difícil a verificação sobre a existência de brasileiros na China, além das autoridades lusas nos empreendimentos coloniais entre os séculos XVI e XX, por outro lado, o fluxo de bens e de pessoas provenientes da China no Brasil constituiu dinâmica que ajudou sobremaneira na construção sociocultural do Brasil Colônia (CUNHA, 2017, p. 57).

Os contatos com a China no começo do século XIX eram tímidos, mas não inexistentes.

Durante a estadia da Família Real portuguesa, diversos chineses vieram ao Brasil para plantar árvores e ervas para a produção de chá. Quando era governador de Macau, o escritor Lucas José d'Alvarenga, nascido em Sabará, ajudou a repelir ataques de piratas chineses no começo do século XIX (BUENO, 2022). Em 1828, quando a Câmara dos Deputados discutia um projeto que reduzia em 2% os direitos de baldeação e reexportação das mercadorias vindas da Ásia, os deputados demonstravam grande apreço pelas vantagens que esperavam auferir do comércio com a China. Certamente foi neste período que nasceu a expressão “negócio da China” como sinônimo de negócios lucrativos (RODRIGUES, 1966, p. 114, 115).

Por um lado, os hábitos, vestimentas, frutos e plantas do Oriente foram incorporados ao cotidiano brasileiro sem maiores problemas. As promessas de bons negócios foram igualmente bem recebidas. Por outro lado, no entanto, o imaginário brasileiro do século XIX representava os chineses de forma predominantemente negativa. O adjetivo “asiático” era frequentemente associado a medidas retrógradas e opressoras. Apesar da mestiçagem característica da sociedade brasileira, diversos “preconceitos racistas da elite” vinham à tona quando o assunto era a China. Um dos mais frequentes era “a ideia de que os chineses constituíam uma raça feia e desprezível” (RODRIGUES, 1966, p. 115). As elites latino-americanas viam a si mesmas como culturalmente europeias e, ao incorporarem o entusiasmo europeu pelo progresso como um valor que atendia a seus próprios interesses (SBERT, 2010, p. 214), acabaram também reproduzindo discursos racistas que desprezavam asiáticos e africanos.

Segundo André da Silva Bueno, ao longo do século XIX o conhecimento mútuo entre ambos os países era muito limitado, além de ser eivado por preconceitos raciais. Fala-se até mesmo em um “orientalismo crioulo” por meio do qual os chineses eram representados de forma tão depreciativa como no continente europeu:

De fato, o imaginário brasileiro era tocado por uma forma própria de Orientalismo – uma alternância entre o fascínio pelo outro (o asiático) e a necessidade de submetê-lo a uma hierarquia excludente de culturas, que privilegiava uma visão eurocêntrica de mundo. No geral, se as pessoas detestavam ou tinham curiosidade pelos chineses, ninguém sabia exatamente por quê: e as ideias que se alinhavam em nossa imaginação eram baseadas em estereótipos e fantasias. Isso ocorria porque o Brasil imperial

construía um orientalismo de matizes nativas, denominado como “Orientalismo crioulo” (BUENO, 2022, n.p.).

O racismo brasileiro em relação aos asiáticos se acentuou na segunda metade do século XIX, quando parlamentares debatiam a possibilidade de trazer trabalhadores chineses para o país – os chamados *coolies* – a fim de substituir a mão de obra escrava negra, cuja extinção já se encaminhava. Países como o Peru, a Austrália, Cuba e Estados Unidos já faziam uso da mão de obra dos *coolies* naquele período. Joaquim Nabuco, um dos parlamentares que se posicionaram contra essa medida, alegou que trazer trabalhadores chineses nada mais seria do que perpetuar a escravidão de forma disfarçada. Seus argumentos, porém, “além de inseguros e discriminatórios, revelam toda a brancura europeizante de suas ideias” (RODRIGUES, 1966, p. 122). Em 1878, o intelectual e cientista brasileiro Francisco Almeida fez uma rápida passagem pela China e demais países asiáticos. Almeida apreciou o Japão por sua decisão de “ocidentalizar”, mas demonstrou sua repulsa aos chineses por se recusarem a aceitar as “benesses” da civilização europeia e por sua suposta hostilidade ao cristianismo. Com isso, o intelectual se posicionava contra a imigração chinesa (BUENO, 2022).

Já o secretário da primeira missão brasileira na China, o diplomata Henrique Carlos Ribeiro Lisboa, em seu livro *A China e os Chins: Recordações de Viagem*, publicado em 1888, narra algumas de suas impressões sobre o país e afirma que “nas instituições, no caráter e nos costumes, os chineses têm muito que aprender com as raças do ocidente, para alcançarem o aperfeiçoamento a que almeja a sua civilização” (LISBOA, 2016, p. 16). Reagindo aos preconceitos que José Honório Rodrigues apontou, o diplomata brasileiro afirma que, por meio de sua obra, ele pretende prestar seu “fraco concurso para a destruição do preconceito orgulhoso de todas as raças e em todas as épocas, que induz cada uma a atribuir à sua civilização especial o suprássumo das aspirações humanas” (LISBOA, 2016, p. 16).

Henrique Carlos Ribeiro Lisboa apoiava a utilização dos trabalhadores chineses no Brasil. Diferente de muitos parlamentares, ele acreditava que a presença chinesa, longe de corromper, apenas engrandeceria o Brasil, já que os chineses teriam muito a nos ensinar. Na introdução de seu livro, o diplomata descreve a importância de sua obra para dissipar a imagem predominantemente negativa que existia no Brasil acerca dos chineses:

O lavrador encontrará sucintos mas preciosos dados relativos ao esmerado cultivo da terra e à produção inextinguível em quantidade e qualidade de muitos artigos comuns à China e ao Brasil. A leitura do que resumidamente refiro sobre a preparação da seda, da porcelana etc., poderá talvez excitar o industrial a estudar mais minuciosamente antigos porém incomparáveis processos e a utilizar o inteligente braço chinês para o desenvolvimento no Brasil de tão rendosas indústrias. (...) e ao próprio moralista, de boa-fé temeroso de contato de uma civilização que supõe carregada de vícios, poderá convir a leitura do que refiro sobre religião, moral, educação e alguns respeitáveis, embora originais, costumes chineses (LISBOA, 2016, p. 17).

Outros entusiastas da contratação dos chineses entendiam que estes trabalhadores poderiam desempenhar um importante papel na transição entre o trabalho escravo e o assalariado, sem que para isso precisassem imigrar de forma definitiva. Muitos destacavam que os chineses eram laboriosos e incansáveis, podendo assim contribuir para o engrandecimento do Brasil. Salvador de Mendonça, cônsul brasileiro nos Estados Unidos, deu parecer favorável à imigração em seu estudo sobre trabalhadores chineses na América do Norte (BUENO, 2022).

Por outro lado, havia aqueles que viam a imigração chinesa como uma escravidão disfarçada, regida por contratos humilhantes e um tratamento desumano. Também havia a preocupação com o “contágio racial” que a vinda dos chineses poderia ocasionar em vista dos hábitos e costumes estranhos que eles poderiam introduzir no país. O que todas as opiniões tinham em comum era o fato de se basearem em relatórios, notícias e relatos de viagens, já que o Brasil nunca havia enviado uma missão para a China até então¹⁴¹ (BUENO, 2022). Apesar de a migração de trabalhadores chineses ao Brasil não ter vingado, houve ondas de migração chinesa em 1854, 1882 e 1893 (CUNHA, 2017, p. 60).

A importância da missão brasileira de 1878 na China consistiu justamente em desvendar um país até então desconhecido de grande parte dos brasileiros¹⁴². A ideia de se enviar uma missão à China nasceu depois dos Congressos Agrícolas de 1878, nos quais a possibilidade de incentivar a imigração chinesa foi aventada. Eduardo Callado e Artur Silveira da Mota foram nomeados plenipotenciários para negociar um acordo com o Império Chinês. Desembarcando em terras chinesas em 1880 a bordo da corveta Vital de Oliveira, os plenipotenciários ressaltam a dificuldade em se negociar um acordo vantajoso com o vice-rei Li Hongzhang. Tratava-se de um encontro entre “dois grandes impérios, um querendo tantos privilégios quanto as potências europeias, outro querendo afastar os estrangeiros” (BUENO, 2022, s.p.). O vice-rei, contudo, insistia na milenaridade de seu império e na defesa de sua sociedade e costumes. Apesar dos percalços, a missão abriu caminho para todos os chineses que quisessem imigrar para o Brasil (BUENO, 2022).

Por sua vez, Carlos Henrique Ribeiro Lisboa, que se juntara à missão quando a corveta aportou na França, se dedicou com afinco ao estudo e compreensão da cultura e sociedade chinesas. Deste empenho originou-se seu livro citado acima. Na contramão do imaginário popular da época, *A China e os Chins* “conseguiu superar o orientalismo brasileiro, desfazendo

¹⁴¹ Sobre a vinda dos *coolies*, ver: CZEPULA, Kamila Rosa. **Os Indesejáveis “Chins”**: Um debate sobre a imigração chinesa no Brasil Império (1879-1879). Dissertação de Mestrado em História. UNESP – Assis, 2017.

¹⁴² Sobre a missão brasileira na China imperial, ver: DANTAS, Fábio Lafaiete. **Origens das relações entre o Brasil e a China**: A missão especial de 1879. Dissertação de Mestrado em História. Universidade de Brasília, 1986; FRANCO, Jeff; SCOMAZZON, Marli Cristina. **Primeira Circum-navegação Brasileira e Primeira Missão do Brasil à China (1879)**. Florianópolis: Dois Por Quatro, 2020.

preconceitos e estereótipos, alcançando enfim uma visão positiva sobre os chineses” (BUENO, 2022, n.p.). Evitando tanto o “fascínio ingênuo” como a “aversão recalcitrante”, Lisboa produziu a primeira obra sinológica brasileira (BUENO, 2022).

A missão brasileira na China terminou em 1882 e foi a responsável pela assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre os dois países em 1881. Ricardo Pereira de Azevedo acredita que por meio do tratado de 1881 o Brasil tentava, assim como os europeus, impor cláusulas desvantajosas aos chineses, marcando assim a “busca de um maior protagonismo da ação externa do Império” (AZEVEDO, 2016, p. 9). Já Guilherme Lopes da Cunha enfatiza que tal tratado “demonstra tanto um grau de simetria entre os dois Estados, como um todo” (CUNHA, 2017, p. 63).

Brasil e China se inseriram no sistema de Estados modernos em momentos distintos. No Brasil, tal inserção teve início já no século XVI, ao longo da colonização portuguesa, ao passo que a China começa a se inserir em tal sistema após sua derrota para a Inglaterra na Guerra do Ópio em 1842 (CUNHA, 2017, p. 63). Tanto o Brasil como a China, porém, ocupavam uma posição subalterna no cenário internacional. No ápice do imperialismo europeu, Brasil e China eram “países do *have not*”, isto é, ocupavam a periferia do mundo vitoriano¹⁴³ e “sofriam em grau variado as agressões das potências imperialistas ocidentais” (RODRIGUES, 1966, p. 133). Diferente dos chineses, porém, os brasileiros, se consideravam parte da civilização ocidental. A China, governada desde o século XVII pela dinastia Qing, via sua soberania ameaçada pelas investidas ocidentais e japonesas. Ao longo do século XIX, os Qing se viram forçados a aumentar seus gastos militares e a abandonar suas tradicionais políticas de segurança alimentar que incluíam a estocagem de grãos para tempos de seca e a construção de projetos hidráulicos. Tal decisão se mostraria catastrófica para o abastecimento da população, ocasionando fomes generalizadas e revoltas populares em tempos de colheitas escassas. Os crescentes gastos militares para reprimir revoltas locais e repelir as potências estrangeiras apenas aumentariam o drama chinês na segunda metade do século XIX (DAVIS, 2001, p. 291, 302).

Os ingleses ainda forçaram a China a ceder-lhes o controle sobre seu sistema tributário. Por volta de 1884, o déficit comercial chinês, agravado pela derrota nas guerras do ópio¹⁴⁴, se tornaria insuportável. Os Qing ficaram cada vez mais dependentes de remessas de dinheiro vindas dos milhões de chineses no Sudeste Asiático, Oceania, Peru, Caribe e Estados Unidos.

¹⁴³ Era Vitoriana: período entre 1837 e 1901, quando a Rainha Vitória reinou sobre o Reino Unido e o colonialismo britânico atingiu seu ápice.

¹⁴⁴ Guerras do Ópio: série de conflitos entre a China e o Reino Unido / França em meados do século XIX em torno do comércio do ópio.

Apesar de enojados com o comércio dos *coolies*, os Qing não tiveram outra opção senão incentivá-lo a fim de aliviar seu déficit (DAVIS, 2001, p. 301).

De forma análoga, o controle das finanças britânicas sobre a dívida externa brasileira e sobre a oferta de dinheiro no país ajuda a explicar o fracasso do Brasil em lançar projetos de irrigação para conter as secas no Nordeste. Os dramas enfrentados por Brasil e China entre fins do século XIX e princípios do século XX eram, portanto, similares, frutos da posição periférica e subalterna em que ambos os países se encontravam. Comparando a situação do Brasil no período com a situação chinesa e indiana, Mike Davis escreve:

Em comum com Índia e China, a incapacidade de regular politicamente a interação com o mercado mundial no exato momento em que a subsistência em massa dependia de direitos alimentares adquiridos no comércio internacional tornou-se um silogismo sinistro para a fome. Ademais, nos três casos do Decan [Índia], da bacia do Rio Amarelo [China] e do Nordeste [Brasil], antigos “centros” dos sistemas de poder subcontinentais no século XIX foram sucessivamente transformados em periferias famintas de uma economia mundial centrada em Londres¹⁴⁵ (DAVIS, 2001, p. 291 – tradução nossa).

Em um mundo cada vez mais dominado pelo imperialismo europeu, Brasil e China compartilhavam a mesma posição periférica e subordinada. No entanto, este drama compartilhado por chineses e brasileiros não impediu que os segundos seguissem se referindo aos primeiros a partir de preconceitos europeus e até apoiassem a dominação imperialista que flagelava os chineses (RODRIGUES, 1966, p. 133).

Em 1913, o Brasil tornou-se o primeiro país a reconhecer formalmente a República da China (CUNHA, 2017, p. 63). Porém, o imaginário racista dos anos 1930 contribuiria de forma ainda mais significativa para perpetuar a imagem da China – e do Oriente em geral – como um inimigo. Influenciadas pelo ideário fascista e antissemita em voga na Europa, as elites políticas brasileiras defendiam o branqueamento da população por meio de incentivos à imigração europeia. Por outro lado, a imigração de povos considerados indesejáveis era fortemente criticada nos debates políticos e intelectuais. Entre os imigrantes considerados indesejáveis figuravam não apenas judeus, negros e eslavos, mas também orientais (CARNEIRO, 2007).

Por serem considerados portadores de valores e crenças estranhos à sociedade brasileira, os “indesejáveis” eram vistos como focos de tensão, desagregação social e instabilidade. Temia-se que sua miscigenação com os brasileiros geraria descendentes física e moralmente degenerados. Por outro lado, também se temia que esses povos, uma vez encerrados em suas

¹⁴⁵ No original, em inglês: “In common with the India and China, the inability to politically regulate interaction with the world market at the very time when mass subsistence increasingly depended upon food entitlements acquired in international trade became a sinister syllogism for famine. Moreover in the three cases of the Deccan, the Yellow River basin and the Nordeste, former ‘core’ regions of eighteenth-century subcontinental power systems were successively transformed into famished peripheries of a London-centered world economy” (DAVIS, 2001, p. 291).

próprias comunidades, constituiriam uma ameaça à integridade e à segurança nacionais (CARNEIRO, 2007).

A hostilidade aos orientais envolvia simplificações grosseiras que ignoravam por completo as nuances dos países asiáticos. De fato, em sua obra *Orientalismo*, o teórico Edward W. Said afirma que uma das características mais marcantes das representações ocidentais acerca do “Oriente” é o recurso a generalizações simplistas. Lorde Cromer, governante inglês no Egito e no Subcontinente Indiano, dizia que conhecer os “orientais” era uma tarefa simples, pois eles eram iguais em toda a parte (SAID, 1978, p. 37-38).

Tal incapacidade de discernimento também afetou intelectuais brasileiros. A fim de justificar as medidas restritivas à imigração de povos considerados “indesejáveis”, o intelectual e político baiano Geraldo Rocha, em livro de 1935, interpretava o imperialismo japonês na Ásia como mais ameaçador para o Ocidente do que para as próprias vítimas da expansão nipônica. Ignorando as tribulações que o Japão trazia a chineses e coreanos, Geraldo Rocha temia que “enquadrados, armados e disciplinados pelos japoneses, os povos amarelos se desloquem e que o mundo ocidental seja de novo esmagado pelos descendentes de Gengis Khan e Tamerlan¹⁴⁶” (ROCHA, 1935, p. 26). Na visão de Geraldo Rocha, os “povos amarelos”, longe de serem vítimas, eram aliados dos japoneses em seus planos de conquista.

Vê-se, portanto, que entre fins do século XIX e princípios do século XX as relações entre Brasil e China careciam de conhecimentos mútuos. Apesar da missão comercial chefiada por Carlos Henrique Oliveira Lisboa e de sua tentativa de tornar a China conhecida no Brasil, as relações entre ambos os países ainda eram marcadas pelo estranhamento e hostilidade.

3.3. As relações sino-brasileiras entre a Segunda Guerra Mundial e 1960

Com o advento da Segunda Guerra Mundial, Brasil e República da China se viram lutando no mesmo lado do conflito contra as forças do Eixo. Tal episódio ajudou a enriquecer o cabedal de saberes que constituíam as relações sino-brasileiras, além de contribuir para a reconfiguração dos sentidos que um país atribuía ao outro. Esse foi um momento propício para a criação de um sentimento de afinidade e amizade entre o Brasil e a China: o primeiro governado por Getúlio Vargas desde 1930, e a segunda governada oficialmente pelo general Chiang Kai-shek (embora amplamente ocupada pelos japoneses desde os anos 1930).

A julgar por telegrama de maio de 1944 redigido por Joaquim Eulálio do Nascimento e Silva, embaixador brasileiro na China, o Brasil foi um dos primeiros países do mundo – e o primeiro da América Latina – a dispor de um embaixador no país asiático. Joaquim Eulálio

¹⁴⁶ Sobre o medo da imigração japonesa no Brasil, ver: TAKEUCHI, Marcia Yumi. **O Perigo Amarelo: Imagens do Mito, Realidade do Preconceito (1920-1945)**. Dissertação de mestrado (História Social). Universidade de São Paulo, 2004.

destacou que havia sido recebido pelo ministro dos Negócios Estrangeiros da China, que “expressou a particular satisfação do governo chinês em receber o primeiro embaixador brasileiro aqui, na realidade o primeiro da América Latina, e prometeu-me obter brevemente a audiência para apresentação de credenciais” (SILVA, 1944, telegrama nº 2). Diante da iminente visita do vice-presidente dos Estados Unidos à China, o diplomata brasileiro afirma que “a presença do Embaixador do Brasil ganha significação, pois, na realidade, apesar de numerosa a lista diplomática, são apenas cinco os outros Embaixadores presentes neste momento” (SILVA, 1944, telegrama nº 2).

Na cerimônia de apresentação de credenciais de Joaquim Eulálio, o presidente Chiang Kai-shek demonstrou um apreço pelo Brasil que se tornaria frequente nos anos subsequentes. Segundo telegrama do embaixador brasileiro, após a entrega de credenciais o “Generalíssimo Chiang, depois de pedir notícias do Presidente Getúlio Vargas, repetiu o que já havia dito no discurso em resposta ao meu”:

(...) que a China não esquece ter sido o Brasil o primeiro país que, em 1911, reconheceu a jovem República da China e é muito reconhecido ao tratamento liberal e hospitaleiro dispensado aos chineses aí estabelecidos. Terminada a cerimônia, o Generalíssimo que prometeu receber-me em sua residência particular, fez-se fotografar conosco (SILVA, 1944, telegrama nº 9).

Joaquim Eulálio encerra seu telegrama lembrando que havia partido para a China há exatamente um ano (junho de 1943). Nesses 12 meses “deixei em bom pé as relações do Brasil com a Pérsia e as restabeleci com a China em condições particularmente difíceis” (SILVA, 1944, telegrama nº 9) – embora não especifique quais dificuldades teriam sido essas.

O acontecimento mais significativo das relações sino-brasileiras nos anos 1940 se deu em 1944, quando a esposa de Chiang Kai-shek, Soong May-ling (mais conhecida como madame Chiang Kai-shek) passou alguns dias no estado do Rio de Janeiro para tratar problemas de saúde. Este evento ajudou a enriquecer o inventário de saberes que regiam as relações entre China e Brasil, contribuindo assim para difundir uma imagem positiva do Brasil entre as autoridades chinesas, bem como uma imagem positiva da China entre autoridades brasileiras.

A visita de Soong May-ling ao Brasil foi discutida em jantar oferecido ao embaixador brasileiro por Chiang Kai-shek em sua residência de verão. Segundo o embaixador, a viagem ao Brasil seria, para a primeira-dama chinesa, “a realização de um desejo concebido como sonho durante leituras da mocidade” (SILVA, 1944, telegrama nº 17). Soong May-ling pediu que os primeiros dias fossem mais reservados, pois precisava se tratar de uma urticária nervosa:

Essa é a razão pela qual deseja solidão nos primeiros tempos, até libertar-se da urticária, aceitando depois certas diversões inclusive óperas, concertos mas sempre alheia a manifestações de ordem política. (...) Após algum tempo e nova hesitação, disse-me que tencionava fazer longa temporada no Brasil, constringendo-lhe a ideia de abusar da generosa hospitalidade, todo esse tempo. Consultou-me se não poderia, após algum tempo, declinar da hospedagem oficial. Respondi que o Governo aí encontraria

oportunamente melhor modalidade para satisfazer todos os seus desejos (SILVA, 1944, telegrama nº 17).

O diplomata brasileiro também comunicou que a primeira-dama estava particularmente entusiasmada com o relato que ouvira da cidade de Petrópolis. Após a conversa, Soong May-ling “Serviu-nos café brasileiro e disse-me que quase todas as suas bolsas vieram do Brasil, feitas de pele de lagarto, jacaré e cobra”, e comunicou que estava apenas aguardando as autoridades militares norte-americanas lhe disponibilizarem um avião para poder partir (SILVA, 1944, telegrama nº 17). A primeira-dama partiu para o Brasil no dia 10 de julho, acompanhada de sua irmã (senhora Kung, esposa do vice-presidente), duas filhas da senhora Kung, um secretário, duas damas de companhia, dois criados e um cozinheiro. Levava uma carta de Chiang Kai-shek para o presidente Getúlio Vargas (SILVA, 1944, telegrama nº 18).

Soong May-ling deixou o Brasil no dia 9 de setembro após passar dez dias na Ilha de Brocoió (Rio de Janeiro) como hóspede do prefeito Henrique Dodsworth e o resto dos dias na Gávea Pequena. Durante sua estadia ela esteve sob os cuidados de dois médicos: Aloysio de Castro e Armínio Fraga, além de ter sido recebida por Getúlio Vargas e sua esposa, bem como pelo prefeito do Distrito Federal e esposa. Antes de sua partida, ela e as mulheres que a acompanhavam foram presenteadas com uma água marinha (VELOSO, 1944, telegrama nº 23).

A estadia da primeira-dama chinesa no Brasil rendeu bons frutos para as relações entre ambos os países. Em dezembro de 1944, o embaixador brasileiro comunicava que o dirigente chinês pediu-lhe “para transmitir ao Presidente Getúlio Vargas (...) o seu profundo reconhecimento pela maneira pela qual o Governo e o povo do Brasil receberam a Senhora Chiang Kai-shek, a qual escreveu nada ter visto comparável à beleza do Brasil” (SILVA, 1944, telegrama nº 39). O embaixador também comunicou que Chiang Kai-shek havia conferido ao presidente Vargas a condecoração do “Grande Cordão das Nuvens Propícias”, cujas insígnias haviam sido enviadas à embaixada chinesa no Rio de Janeiro (SILVA, 1944, telegrama nº 40).

Outro episódio que contribuiu para uma maior afinidade entre Brasil e China se deu por ocasião das eleições para o Conselho de Segurança da ONU em 1946. Em telegrama de janeiro daquele ano, o embaixador brasileiro afirmou que “O Ministério dos Negócios Estrangeiros [da China] informa que já enviou instruções para votar no Brasil”, além de ressaltar que parece “conveniente que nossa Delegação [deva] aproximar-se da Delegação chinesa” (SILVA, 1946, telegrama nº 5). O voto chinês ajudou o Brasil a ingressar no Conselho de Segurança.

Em meados de 1945, porém, é possível entrever uma pequena animosidade entre o governo chinês e o Brasil. Em telegrama enviado em 26 de julho, a Secretaria de Estado das Relações Exteriores no Brasil questiona o motivo de o ministro Renato Lacerda Lago e os secretários João Ruy Barbosa, Frederico Chermont Lisboa e Manuel Bento Casado, que haviam

servido na China, não haverem sido agraciados pelo governo chinês com comendas, tal como era de praxe entre os demais diplomatas que lá serviam (VELOSO, 1945, telegrama nº 27). O embaixador Joaquim Eulálio atribuiu o fato à recusa da embaixada brasileira em transferir suas instalações de Pequim para Nanquim em 1928, quando Chiang Kai-shek chegou ao poder e ali estabeleceu sua capital¹⁴⁷. Joaquim Eulálio não dá maiores detalhes, limitando-se apenas a dizer que o governo chinês “não oculta queixa contra todas aquelas missões que se deixaram ficar entre a amenidade de Pequim, em vez de prestigiá-lo estabelecendo junto dele em Nanquim” (SILVA, 1945, telegrama nº 21). Ele inclui entre os diplomatas o ministro Renato de Lacerda Lago, que “deixou, como seu predecessor, a mesma impressão, mas trata-se de uma atitude geral, que nada implica contra a missão brasileira” (SILVA, 1945, telegrama nº 21).

O telegrama, porém, causou o furor do ministro das Relações Exteriores, o embaixador Pedro Leão Veloso, pois na década de 1930 ele também havia servido na China:

O seu telegrama (...) pode impressionar a quem quer que seja menos a mim que passei cerca de cinco anos na China e conheço o país como também a sua gente. Por curiosidade verifique quais eram em 1935 as missões diplomáticas estabelecidas permanentemente em Nanjing. Então a escolha era, para empregar a expressão usada por Vossa Excelência, entre as “amenidades” de Pequim ou Shanghai, conforme o gosto. Prefiro Pequim, como muito bem fez depois de mim, pelas mesmas razões, o meu sucessor Embaixador Renato de Lacerda Lago. Esta explicação é para Vossa Excelência apenas, pois não posso atribuir a esse Governo, que ademais me condecorou espontaneamente quando fui transferido em 1935, a impertinência que se contém em seu telegrama (VELOSO, 1945, telegrama nº 29).

Joaquim Eulálio respondeu alguns dias depois alegando que não quis faltar com respeito ao chanceler brasileiro. Porém, reiterou que havia sim muitas missões diplomáticas instaladas em Nanquim naquele período e fez uma pequena defesa do governo nacionalista: “independentemente do grau de conhecimento direto das coisas da China, a simples história da revolução chinesa, cuja fase final foi caracterizada pelas expedições do Governo de Nanquim contra os rebeldes do norte, basta para esclarecer o sentimento daquela época contra Pequim” (SILVA, 1945, telegrama nº 27).

Em 1948, em meio à retomada da guerra civil entre comunistas e nacionalistas, o novo embaixador Gastão Paranhos do Rio Branco (sobrinho do barão do Rio Branco) demonstrava preocupação com o fortalecimento dos primeiros. Em telegrama de novembro, o diplomata escreve que o governo nacionalista “está sem reservas, enquanto que os comunistas recebem, constantemente, reforços da Manchúria” (RIO BRANCO, 1948, telegrama nº 18). Ele também lamenta o desinteresse dos Estados Unidos pelo destino dos nacionalistas: “Tenho a impressão

¹⁴⁷ A mudança da capital para Nanquim era um sonho republicano. Com a Proclamação da República em 1912, os republicanos tentaram transferir a capital para Nanquim, sendo rechaçados pelo Marechal Yuan Shi-kai e pelas missões diplomáticas (FITZGERALD, 1964, p. 46).

de que os norte-americanos não se importam sobremaneira com o destino de Chiang Kai-shek” (RIO BRANCO, 1948, telegrama nº 16).

Rio Branco desempenhou um importante papel para o aprimoramento da imagem da República da China, contribuindo assim para o inventário de opiniões positivas do Brasil sobre aquele país. O embaixador nunca escondeu sua simpatia pelo general Chiang Kai-shek e sua aversão à ascensão comunista na Ásia. Em carta de dezembro de 1948, o embaixador brasileiro alega que a única boa notícia que se tinha, “além da irredutibilidade de Chiang Kai-shek, o qual não perde oportunidade para declarar que se baterá até o fim” eram as declarações do primeiro-ministro Sun Fo que, “depois de um mês de tentativas, conseguiu formar um Gabinete de guerra, com membros de todas as tendências políticas do *Kuomintang*” (RIO BRANCO, 1948, telegrama nº 51):

Contra isso, porém, se levantam os maiores comunistas e os esquerdistas “liberais” também inimigos da atual situação, com residência em Hong-Kong, afirmando de que só se poderá falar em coalizão depois da queda de Chiang Kai-shek, rendição incondicional do exército nacionalista e dissolução do atual *Kuomintang*. Como se vê, o impasse existente entre as duas facções é grande e a luta continua para a infelicidade do povo chinês (RIO BRANCO, 1948, telegrama nº 51).

Rio Branco reconhece, contudo, que “As reservas dos nacionalistas esgotam-se” e que “A impopularidade do Governo é imensa e a grande maioria do povo deseja a paz” (RIO BRANCO, 1948, telegrama nº 51).

O Brasil não reconheceu o governo comunista instalado em 1949. Uma vez vitoriosa a Revolução Chinesa, os funcionários da embaixada brasileira foram transferidos para o Japão. Em telegrama de 23 de novembro daquele ano, quando os comunistas já haviam triunfado sobre o *Kuomintang*, Rio Branco afirma melancolicamente: “Está tudo preparado para partirmos a 24 do corrente pelo ‘General Gordon’. Telegrafarei de Tokyo” (RIO BRANCO, 1949, telegrama nº 45A). Na época, Labienno Salgado dos Santos, primeiro embaixador brasileiro na China, afirmava que não era necessário transferir a embaixada para a ilha de Taiwan e sugeria que a embaixada em Taipei poderia ser cumulativa com a de Tóquio. Entretanto, o Brasil acabou optando por transferir sua embaixada para a ilha de Taiwan, tornando-se assim o primeiro país latino-americano a ter um embaixador no local. Em 1954, Brasil, Estados Unidos, Japão e Coreia do Sul eram os únicos países com embaixadores em Taipei (FARES, 2016, p. 29).

A vitória dos comunistas na China e a mudança do regime nacionalista para Taiwan inaugurou um período de disputas entre os dois regimes em prol do reconhecimento internacional. Para o governo de Chiang Kai-shek era fundamental estreitar os laços com outros regimes anticomunistas no mundo a fim de não se isolar no cenário internacional. O próprio Rio Branco o reconhecia em carta-telegrama de fevereiro de 1953, ao comentar a assinatura de

um tratado de amizade entre a República da China e a Espanha franquista em Madri, bem como a iminente visita do ministro das Relações Exteriores espanhol à ilha:

Declarações oficiais dizem que a assinatura do tratado seguida de perto por essa visita [do ministro espanhol] depois do reatamento das relações diplomáticas entre os dois países contribuirão grandemente para consolidar os laços de amizade e cooperação entre os dois grandes anticomunistas povos e governos (RIO BRANCO, 1953, nº 7).

A passagem acima é de especial importância para essa pesquisa porque aponta que o diplomata brasileiro reconhecia o anticomunismo como um importante fator constitutivo da identidade da República da China. Antes mesmo da ascensão do regime militar ao poder no Brasil, o anticomunismo já despontava como uma crença compartilhada que criava afinidades entre a República da China e a diplomacia brasileira.

Em março de 1953, o ministro das Relações Exteriores da Espanha franquista don Alberto Martín Artajo visitou Taiwan. Quando a delegação espanhola deixou o país, Rio Branco escreveu que o ministro espanhol, em sua despedida, demonstrou

a excelente impressão que havia recebido de tudo que havia visto, principalmente com relação a atividade dos preparativos bélicos para reassumir a ofensiva contra os comunistas, colocando este país entre os mais ativos na luta contra a ideologia nefasta que tenta dominar o mundo (RIO BRANCO, 1953, telegrama nº 9).

Em 1953, seu último ano na embaixada em Taipei, Rio Branco denunciava as ambições comunistas sobre a Ásia por se travestirem de um discurso pacifista: “A Ofensiva da Paz desencadeada contra o mundo livre pelos novos dirigentes soviéticos, com a recente agressão comunista contra o reinado do Laos, ficou provada não ter outro significado além da propaganda de quererem parecer um ‘regime devotado à paz mundial’” (RIO BRANCO, 1953, telegrama nº 12). Ao final do mesmo documento ele cita a guerra em curso na Coreia, onde “as negociações de Armistício continuam com os costumeiros ‘impasses’ criados pelos comunistas, dando uma exata ideia da má fé com que continua agir a nova atuação de Moscou querendo apregoar o seu interesse pela paz mundial” (RIO BRANCO, 1953, telegrama nº 12).

Mas nem todos na diplomacia brasileira admiravam Chiang Kai-shek. Em 1954, o encarregado de negócios Raul Henrique Castro e Silva de Vincenzi denunciava, em carta-telegrama, o autoritarismo do regime nacionalista. O diplomata brasileiro descrevia a República da China como um “país de língua exótica e regime ditatorial” cujo povo “vive dominado pelo medo do poderoso e inclemente serviço secreto e é iludido por intensa propaganda oficial”. Ainda de acordo com o encarregado de negócios, os taiwaneses, “cujo descontentamento com o Governo central tem raízes profundas, não vêem com bons olhos os desmandos da camarilha que cerca o Generalíssimo” (VINCENZI, 1954, carta-telegrama nº 11).

A defesa brasileira de uma pluralização da ONU também gerou um pequeno foco de tensão entre Brasília e Taipei. Em 1955, o embaixador Leonardo Eulálio do Nascimento e Silva comunicou o descontentamento do governo de Chiang Kai-shek com a decisão brasileira de

aprovar o ingresso da Mongólia (país comunista) na ONU. O diplomata afirmou que o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da China “compreende muito bem a situação do Governo Brasileiro”, mas reiterou os motivos que levaram Taipei a vetar a admissão da Mongólia, quais sejam, o “caráter agressivo da Mongólia, cujas tropas lutaram na Coreia contra a ONU, à semelhança dos comunistas chineses” (SILVA, 1955, telegrama nº 8). A Secretaria de Estado das Relações Exteriores justificou seu voto favorável à Mongólia afirmando que, apesar de tomar “na devida consideração o pedido do Embaixador da China aqui, com relação à admissão à ONU da Mongólia Exterior”, ateu-se a um compromisso anterior “em favor da admissão conjunta dos dezoito candidatos” dado o efeito que essa admissão teria para “a universalização da ONU” (SOARES, 1955, n.p.).

Um último aspecto que gostaríamos de destacar nestes documentos é a riqueza da correspondência diplomática produzida pela embaixada brasileira em Taipei. Em 1968 foi constituído o “Brasil Ano 2000”, grupo de trabalhos organizado pelo futuro chanceler Azeredo da Silveira e seus assistentes para discutir mudanças na política exterior brasileira. O “Brasil Ano 2000” notava, com pesar, que “[o]s telegramas redigidos por embaixadores em vários postos no exterior eram excessivamente administrativos, continham pouca análise política e terminavam dando poucos insumos a Brasília para a tomada de decisões” (SPEKTOR, 2009, p. 74). Diferente, portanto, dos ofícios e telegramas de outras embaixadas, os ofícios e telegramas produzidos em Taipei não eram meros documentos burocráticos, mas continham análises e opiniões políticas sem as quais esta pesquisa seria impensável. Como veremos ao longo desta tese, essa foi uma tendência que se preservou durante o período aqui estudado (1964-1974).

3.4. A questão chinesa em trabalhos da Escola Superior de Guerra (ESG)

Em fins de 1948 foi criada no Rio de Janeiro a Escola Superior de Guerra (ESG), instituição que se submetia à Presidência da República por meio do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e se inspirava nos *war colleges* dos Estados Unidos. Seus idealizadores, como o general Cordeiro de Freitas e o tenente-coronel Idílio Sardenberg, buscavam criar um instituto de estudos, ensino e pesquisa voltado para temas relativos à segurança e desenvolvimento, entendendo-se estes dois termos como indissociáveis. Desde o princípio, a ESG buscava transcender o âmbito militar e se abrir também aos civis, promovendo diálogos entre as elites intelectuais brasileiras. O impacto do conhecimento produzido na ESG sobre as diretrizes ideológicas do regime militar foi bastante significativo. Conforme demonstrado no capítulo 1, os militares tomaram o poder no Brasil em 1964 prometendo segurança e desenvolvimento (MANSAN, 2017, p. 831-832).

O primeiro curso oferecido pela ESG era o Curso Superior de Guerra, cujo objetivo era introduzir civis e militares à Doutrina de Segurança Nacional. Em 1950, o Curso Superior de Guerra, que durava quarenta semanas, já havia formado mais de 70 estagiários civis e militares. Em 1985, seu nome mudou para Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia. Igualmente relevante na trajetória da ESG foi o Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas, iniciado em 1953. Esse curso visava a habilitar oficiais das Forças Armadas a exercer funções de comando, chefia e Estado-maior de organizações e forças combinadas e aliadas, além de cooperar na experimentação e no desenvolvimento da doutrina brasileira de comando e Estado-maior combinado. Atualmente o curso é ministrado com o nome de Curso de Estado-Maior Conjunto (MANSAN, 2017, p. 833).

Em seguida, analisaremos alguns trabalhos produzidos na ESG nos anos 1950 que tinham a China ou a Ásia como tema. Nossa pesquisa no repositório da ESG consistiu em procurar trabalhos usando as seguintes palavras-chave: “China”, “chinês”, “chinesa”, “Oriente”, “oriental”, “Ásia”, “asiático” e “asiática”.

Em conferência realizada na ESG em 1951 intitulada “Problemas do Extremo Oriente¹⁴⁸”, o futuro chanceler Francisco Clementino de San Tiago Dantas expressou sua descrença na República da China. Dois anos depois da ascensão de Mao ao poder, San Tiago Dantas via o estabelecimento do comunismo na China como um processo irreversível e minimizava a relevância do regime nacionalista em Taipei, afirmando que ele servia apenas para satisfazer aqueles países que insistiam em ignorar a nova realidade chinesa:

O governo nacionalista de Chiang, demolido pela corrupção política e pela derrota militar, refugiou-se em Formosa. Sua importância no panorama internacional advém, em particular, da necessidade que experimentam as nações democráticas, especialmente os Estados Unidos, de não considerarem o poder político da China, definitivamente conquistado pelo partido comunista (DANTAS, 2014, p. 49).

Conforme veremos adiante, San Tiago Dantas desempenharia um papel fundamental na implementação e aperfeiçoamento da Política Externa Independente (PEI), por meio da qual o Brasil se aproximaria dos países africanos e asiáticos.

Em 1950, o segundo secretário de embaixada, José Osvaldo de Meira Penna, um dos expoentes do conservadorismo brasileiro e funcionário em missões diplomáticas na China e Índia Britânica, proferiu uma conferência na ESG também intitulada “Problemas do Extremo-Oriente”. O diplomata começou afirmando que “o centro de inquietação mundial está se deslocando para o Oriente” (PENNA, 1950, p. 1). Apesar de estas inquietações não ameaçarem os “centros vitais do mundo cristão, não se deve perder de vista que [elas] afeta[m] diretamente a metade da população do planeta” (PENNA, 1950, p. 1):

¹⁴⁸ Agradeço ao tenente Milhomens por ter me presenteado, durante minha pesquisa na ESG, com um exemplar do livro que contém o discurso de San Tiago Dantas aqui analisado.

O que nos interessa aqui é o problema político imediato, isto é, o perigo iminente que, para a segurança e a própria sobrevivência do mundo ocidental, está criando o expansionismo soviético na Ásia. É na China, exatamente no ano passado, que a derrocada do regime de Chiang Kai-Chek e a assinatura do tratado sino-soviético vieram transformar radicalmente a situação, fazendo pender a balança de poder para o lado da URSS. O triunfo comunista na China foi o acontecimento mais momentoso de 1949 e só agora a opinião pública ocidental parece perceber as suas trágicas proporções (PENNA, 1950, p. 1-2).

Meira Penna não explica quais seriam essas “trágicas proporções”, preferindo se ater a uma exposição mais objetiva dos fatos no restante da conferência. Ademais, ele não acreditava na possibilidade de um triunfo nacionalista:

É de crer que o Generalíssimo [Chiang Kai-shek] espere manter indefinidamente a resistência, como uma espécie de “Senhor da Guerra” independente, aguardando o desenvolvimento da situação internacional e a ocasião propícia para efetuar uma espécie de “volta da ilha de Elba” (PENNA, 1950, p. 4).

O uso do termo “senhor da guerra” para se referir ao líder nacionalista sugere certo desdém, já que, conforme vimos no capítulo 2, Chiang se notabilizou justamente por liderar a luta contra os senhores da guerra. A analogia com o exílio napoleônico em Elba também parece apontar para um ceticismo quanto à capacidade nacionalista de retomar a China continental em definitivo. Como se sabe, o governo de Napoleão após seu exílio em Elba foi efêmero.

Em sua conferência, José Osvaldo de Meira Penna também ressalta o caráter “indígena” da Revolução de 1949 e rejeita vê-la como um mero desdobramento da Revolução Bolchevique, tal como alardeado por muitos anticomunistas. Para ele, “seria um erro colocar o problema da revolução comunista chinesa em fórmulas fixas e compará-las, sem mais, ao que se passa por trás da Cortina de Ferro, nos outros Satélites da Rússia” (PENNA, 1950, p. 7).

O diplomata ressalta a “habilidade dos dirigentes chineses de manobrar e tirar vantagens da rivalidade e hostilidade entre a Rússia e os Estados Unidos da América”, ao mesmo tempo em que destaca a inabilidade soviética de “explorar a má vontade e a desconfiança dos comunistas chineses contra os americanos” e a inabilidade norte-americana de criar, “contra a URSS, um ‘titoísmo¹⁴⁹ chinês” (PENNA, 1950, p. 7). Por fim, Penna também sustenta que “os dirigentes comunistas chineses, quer ou não estejam completamente sob as ordens de Moscou, estão seguindo a linha moscovita em política internacional, mas segui-la-ão enquanto assim julgarem útil aos seus planos” (PENNA, 1950, p. 8).

Tais observações mostram como, em pleno ano de 1950, já se desenhava no Brasil uma percepção da Guerra Fria como um fenômeno para além do eixo Moscou-Washington.

Outro trabalho produzido no âmbito da ESG, desta vez pelo coronel e estagiário¹⁵⁰ Frederico Augusto Rondon, em 1954, intitulava-se *China e Satélites Comunistas na Ásia*. O

¹⁴⁹ Referência a Josip Broz Tito, dirigente comunista iugoslavo que se recusou a alinhar-se com a União Soviética, postura que lhe rendeu uma série de embates com o regime de Moscou.

¹⁵⁰ “Estagiário” era o nome dado aos alunos da ESG (MANSAN, 2017, p. 836).

trabalho fazia parte de uma atividade proposta em sala de aula que se assentava na seguinte hipótese de guerra: a “participação efetiva do Brasil, num conflito mundial entre as Nações do Ocidente e o bloco soviético, aí incluída a ocorrência de ações subversivas, pela violência, desencadeadas pelo comunismo dentro do País” (RONDON, 1954, p. 1). Rondon buscava, por meio de seu trabalho, avaliar os pontos fortes e fracos da China e de seus satélites asiáticos dentro da referida hipótese. Buscava também analisar as “linhas mestras da estratégia que vem sendo adotada pela China e pelo comunismo internacional, através da política chinesa, seus fundamentos, instrumentos de ação e técnica respectivos”, além de estimar “suas [da China] possibilidades iniciais de ação contra o continente americano e, em particular, o Brasil, tanto em agressão de ultramar como pela subversão interna” (RONDON, 1954, p. 1).

Citando a conferência proferida por Meira Penna em 1950, Rondon descreve a Revolução Chinesa como “a maior tragédia de todos os tempos” e atribui-lhe uma “significação mais profunda” do que a implantação da república em 1911: “a colisão entre o Ocidente capitalista e o Oriente feudal, cujo entrechoque havia produzido a proletarização de toda a China” (RONDON, 1954, p. 15). Por outro lado, Rondon se recusava a ver os comunistas chineses como meros fantoches soviéticos ao afirmar, baseando-se em Meira Penna, que “a vitória comunista na China não pode absolutamente ser imputada à suposta ajuda russa dada aos vermelhos chineses, depois que a guerra civil foi desencadeada”, já que “os vermelhos chineses ganharam a guerra civil no decurso da guerra japonesa” (RONDON, 1954, p. 18).

Concordando com Meira Penna, o coronel Frederico Augusto Rondon escreve que a “independência ideológica do comunismo chinês é uma de suas peculiaridades mais acentuadas”, de modo que os soviéticos deveriam evitar

qualquer pressão sobre o comunismo chinês que possa destruir o apelo cosmopolita e ao mesmo tempo patriótico da doutrina de Mao Tse Tung, bem como o sadio idealismo da juventude chinesa, que se considera participante de um movimento universal em que a China é cooperadora valiosa e autossuficiente e não simplesmente aprendiz ou satélite (RONDON, 1954, p. 27).

Rondon concorda com John K. Fairbank quando ele diz que, apesar de terem laços ideológicos com os soviéticos, os comunistas chineses “alcançaram um maior grau de amparo popular do que seus antagonistas [i.e. os nacionalistas] puderam fazê-lo, mesmo com a mais generosa ajuda militar e econômica da América” (FAIRBANK citado por RONDON, 1954, p. 36). Rondon também endossa a visão do estudioso norte-americano quando este afirma que a vitória comunista na China deve ser vista como “um caso de autodeterminação, e não como agressão externa”, de modo que uma invasão norte-americana na China “para livrar o povo chinês de seus perigosos laços ideológicos com a Rússia, encontrará hoje a grande maioria dos patriotas chineses unidos contra nós...” (FAIRBANK citado por RONDON, 1954, p. 36).

O coronel Rondon também reclamava o direito da China comunista a

esperar das democracias ocidentais o acatamento à sua livre determinação, na escolha do regime político e na solução de seus problemas internos, a exemplo, aliás, do procedimento daquelas democracias, em face de outras potências socialistas, cuja presença nos conselhos da ONU constitui flagrante contradição com aquela intransigência da política americana no Extremo Oriente (RONDON, 1954, p. 38).

Ao fim de cada capítulo de seu trabalho, o coronel Rondon elencava os aspectos positivos e negativos da China comunista de acordo com os critérios tratados naquele capítulo. Entre os aspectos positivos o autor elenca “O insucesso da experiência totalitária do regime nacionalista como movimento perturbador do ritmo de renovação democrática, produzindo a eclosão do comunismo, em 1927” (RONDON, 1954, p. 39). Apesar dos “nossos melindres ocidentais e cristãos”, o regime comunista é considerado pelo autor “‘o melhor regime político que a China já conhecera’, no consenso do povo chinês, indício incontestável de solidez e estabilidade” (RONDON, 1954, p. 40).

Igualmente louvável no cenário político chinês, segundo o autor, era a “derrogação do tratado das concessões portuárias pelas potências ocidentais, afastando-se previamente do cenário político interno, em proveito da soberania chinesa” (RONDON, 1954, p. 40). Apesar de se referir à Revolução Chinesa como uma “tragédia”, o coronel Rondon não esconde sua admiração pelo fato de os comunistas chineses terem não só garantido o respeito à sua soberania após um século de humilhação estrangeira, mas também o papel da China Popular nas “incontestáveis vitórias militares alcançadas nos teatros da guerra coreana e indochinesa [i.e. vietnamita], sobre os Estados-Nações vanguardeiros das democracias ocidentais, no Extremo Oriente” (RONDON, 1954, p. 40).

O coronel Rondon também elogia o fato de a China comunista ter assegurado a posse da região da Manchúria apesar das investidas soviéticas, além de condenar o assédio russo a regiões como o Sinkiang (noroeste) e a própria Manchúria (RONDON, 1954, p. 40-41). Entre os aspectos negativos da situação chinesa, o autor elenca o “apoio econômico, político e militar dos Estados Unidos ao governo de Formosa, no conflito entre o comunismo e o nacionalismo chinês”, bem como a presença de forças norte-americanas no estreito de Formosa e a “inclusão das forças armadas nacionalistas na linha de defesa democrática do Extremo Oriente” (RONDON, 1954, p. 41).

Por fim, Rondon também achava que um ataque chinês à América em geral ou ao Brasil em particular era bastante improvável. Apesar de admitir a possibilidade de um ataque soviético, o autor acreditava que seus aliados asiáticos jamais sairiam em seu apoio. Por outro lado, ele admitia a possibilidade de uma “quinta coluna”:

Não nos parece, igualmente, provável uma atuação da China comunista e de seus satélites, na ação subversiva interna, a desencadear-se nos países americanos, particularmente, no Brasil, achando-se aquela ação confiada às dissidências internas, às “quintas colunas” engrossadas por elementos indígenas e conduzidas por agentes especiais de procedência europeia (RONDON, 1954, p. 76).

Para os propósitos deste trabalho, o aspecto mais notável do trabalho do Coronel Rondon consiste em abordar a questão chinesa mais sob o antagonismo Norte-Sul (países desenvolvidos X países em desenvolvimento) do que sob o antagonismo Leste-Oeste (países comunistas X países capitalistas). Longe de enfatizar a China comunista como uma ameaça iminente, o autor gasta mais linhas ressaltando o caráter indígena da Revolução de 1949 e denunciando possíveis abusos de poder por parte dos soviéticos dentro do mundo comunista.

O coronel Milton Cezimbra submeteu um trabalho respondendo ao mesmo enunciado do trabalho do coronel Rondon. Cezimbra enfatiza que, apesar da distância geográfica, o Brasil não poderia ficar alheio ao desenrolar dos fatos na Ásia: “Uma guerra em que os Estados Unidos se empenhem é uma guerra que nos afeta diretamente (...)” (CEZIMBRA, 1954, p. 23). Assim como a costa chilena foi palco de confrontos navais entre britânicos e alemães na Primeira Guerra, e assim como Chile e Argentina não romperam com o Eixo na Segunda Guerra, o Brasil não estava indiferente à geopolítica asiática:

Desta vez, com a pressão interna dos comunistas, e todos os demais fatores econômicos, políticos e psicossociais de dissociação, a guerra se travará, na hipótese considerada, dentro de cada país, em escala continental, sob diversas formas, abertas, dissimuladas ou frustradas, mas sempre de algum modo sangrentas (CEZIMBRA, 1954, p. 23).

O coronel Cezimbra acreditava que os acordos de segurança coletiva que os Estados Unidos tentavam costurar no terceiro mundo esbarravam em agendas que valorizavam as lutas nacionalistas e o desenvolvimento econômico em detrimento da luta anticomunista:

No que se refere à América Latina e, de um modo ainda mais agudo, à Ásia, as tendências nacionalistas, que se traduzem pela hostilidade aos países mais poderosos, e especialmente aos Estados Unidos, são outros tantos elementos de embaraço da efetividade prática dos acordos de segurança coletiva. O mesmo se pode dizer de outras regiões, especialmente, do mundo árabe, cujas entidades políticas, mesmo sem estarem juridicamente incluídas no Bloco Ocidental, são estrategicamente necessárias à ação das potências democráticas, na hipótese em exame (CEZIMBRA, 1954, p. 4-5).

Escrevendo em uma instituição que proclamava o pertencimento brasileiro ao bloco ocidental, o autor ressalta como a fragilidade de tal bloco frente a “velhas rivalidades nacionais e imperialistas, reminiscências de outros conflitos, de outras correlações de forças, concorrem também para emperrar as articulações do sistema ocidental, pondo-as em perigo de ruptura” (CEZIMBRA, 1954, p. 5). Apesar de dizer que, “a rigor, os Estados Unidos só podem contar realmente, daqui a três anos, consigo próprios e com o Canadá”, Cezimbra esperava que os norte-americanos “possam contar mais firmemente com o Brasil, daqui a três anos, do que o podiam, há três anos”, sobretudo “depois da última transformação política por que o nosso país acaba de passar” (CEZIMBRA, 1954, p. 6). O autor não especifica qual transformação foi esta, mas pensamos que seja o suicídio do presidente Getúlio Vargas em agosto de 1954.

O coronel Cezimbra tece duras críticas ao dirigente nacionalista Chiang Kai-shek, comparando-o com o ditador sul-coreano Syngman Rhee:

[Syngman Rhee] Faz parte, como Chiang Kai-shek, desse tipo de homens, muito frequente em todas as crises, sempre dispostos, embora ocupando posições subalternas, a pôr fogo ao mundo para satisfazer os seus desejos, e que, portanto, são verdadeiros focos de perigo (CEZIMBRA, 1954, p. 18-19).

O autor lamenta a decisão brasileira de não participar da Guerra da Coreia (1950-1953), não porque acreditasse na necessidade de derrotar o comunismo, mas porque tal participação traria benefícios para o Brasil: “a segurança econômica, psicossocial, política e até militar do Brasil estaria mais solidamente estruturada, hoje, se houvésemos participado da guerra da Coreia, do mesmo modo por que se fortaleceu com a nossa participação na campanha da Itália¹⁵¹” (CEZIMBRA, 1954, p. 21). Para ele, uma nação como o Brasil, de “poder limitado”, deveria ter como preocupação primordial no campo da segurança a “autoridade política e moral” (CEZIMBRA, 1954, p. 21, 22). Uma vez assegurada tal autoridade, poderia o Brasil transmitir “às grandes potências (...) a noção de que devem contar conosco, em um sentido ou em outro” (CEZIMBRA, 1954, p. 22):

Estes princípios naturalmente não se aplicam a muitos países latino-americanos, porque são demasiado fracos, ou demasiado imaturos para desempenhar qualquer papel de destaque. Mas são princípios vitais para o Brasil. Pelo seu território, pela sua população, pela sua posição geográfica, pelo volume dos seus recursos em estado de desenvolvimento ou em estado potencial, o Brasil tem a escolha entre participar ativamente do destino do mundo, ajudando, em grau crescente, a determiná-lo, ou desaparecer como fator político distinguível, até desaparecer pura e simplesmente como nação (CEZIMBRA, 1954, p. 22).

Em 1955 o oficial do registro civil José Alves Linhares submeteu o trabalho intitulado *China: Comunista e Nacionalista*. Assim como os trabalhos anteriormente citados, o trabalho de José Alves Linhares era voltado para a compreensão da conjuntura chinesa, bem como para fazer previsões acerca do futuro da China. Em seu trabalho, Linhares observa que estava em curso uma renovação da sociedade e das forças armadas chinesas que poderia levar, a longo prazo, ao fim das pulsões nacionalistas por retomar o território continental. Com os casamentos entre refugiados continentais e a população taiwanesa (que, lembremos, era composta em grande parte por grupos étnicos não-chineses), haveria uma absorção progressiva dos primeiros na sociedade taiwanesa. Ao mesmo tempo, notava-se um envelhecimento nas tropas de Chiang Kai-shek que o forçava a incorporar soldados locais:

(...) a 15 de fevereiro deste ano foram chamados 75 mil rapazes [taiwaneses] para os “serviços auxiliares e, em abril, mais 15 mil. A previsão é de que serão induzidos a formar nas tropas regulares e, com o natural desligamento dos antigos elementos chineses, dentro em breve o “exército nacionalista” contará com alta predominância de taiwaneses. Surgirá um grave problema: este exército assim constituído continuará

¹⁵¹ Sobre os debates acerca da participação – ou não – nessas duas guerras, ver: ALVES, Vágner Camilo. **Da Itália à Coreia: Decisões sobre ir ou não à guerra**. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: UFMG, IUPERJ, 2007. 268 p..

com a mística de “voltar” para o continente¹⁵²? (LINHARES, 1955, p. 61 – grifo no original).

O trabalho de Linhares estava em sintonia com a noção amplamente utilizada vinte e um anos mais tarde, em 1974, para justificar o estabelecimento de laços diplomáticos com Pequim: a do anacronismo dos laços com Taipei. Linhares conclui um dos capítulos de seu trabalho citando W. R. McAuliffe, para quem

Formosa, como Chiang Kai Shek, é um anacronismo e anacronismos não podem ser mantidos indefinidamente mesmo por um infindável fluxo de dólares-ouro. A República de Formosa, a menos que invada a China Vermelha, deve ter uma limitada probabilidade de vida; mas se invadir a China Vermelha ou cometerá suicídio imediato ou precipitará um segundo conflito entre os Estados Unidos e os Comunistas na Ásia (MCAULIFFE citado por LINHARES, 1955, p. 68).

O autor não acreditava na possibilidade de o regime de Chiang Kai-shek triunfar:

[É] impraticável o “retorno” de Chiang Kai-shek: invadindo a China provocará um conflito de âmbito mundial, pela série de tratados que ligam ambos os campos; por outro lado, ainda está na lembrança de todos a má condução de Chiang nos negócios internos (...), não existindo no continente anseios de “libertação” pelo *Kuomintang* (LINHARES, 1955, p. 89).

Ao mesmo tempo, o autor conclui seu trabalho prevendo que a China Popular em breve se alçará como uma grande potência e lança uma importante questão:

Somos levados a crer que a China, dispoñdo de uma população de mais de 600 milhões e tradicionalmente coesa, com um regime político estável (...) marchará no sentido de sua independência e autodeterminação. Dominando a técnica, solucionando o seu problema agrário, será uma Grande Potência e jamais se sujeitará a ser “estado satélite”, subordinado às diretrizes de qualquer país estrangeiro. A partir desse momento, procurará restaurar na Ásia o seu antigo prestígio de centro irradiador de civilização? (LINHARES, 1955, p. 90).

Linhares acentua a truculência do *Kuomintang*, afirmando que “os jornais locais estão submetidos ao controle governamental (...), não há liberdade de pensamento” e “as infrações [são] punidas com longas suspensões, o que determina praticamente o desaparecimento do transgressor” (LINHARES, 1955, p. 62). Destaca-se o papel do filho de Chiang Kai-shek, Chiang Ching Kuo, no controle da polícia política e de uma milícia juvenil anticomunista, “cuja missão é a de doutrinar politicamente a juventude taiwanesa” (LINHARES, 1955, p. 62).

Linhares observa que os Estados Unidos geralmente “levam em maior consideração as questões de princípio do que, em geral, costuma ocorrer alhures”, o que era visto por certos observadores como “ingenuidade política” ou mesmo como “hipocrisia anglo-saxônica”. O autor acrescenta que a “gravidade do caso reside justamente na possibilidade de uma consideração de ‘princípio’ colidir com imposições mais prementes de realismo político” (LINHARES, 1955, p. 72).

Ao discutir a admissão da China Popular à ONU, Linhares especula – sem afirmar com certeza – que a presença do país na ONU “não possui grande valor prático”, pois que “o poder

¹⁵² Em 1991, as autoridades taiwanesas renunciaram às ambições sobre a China continental e às suas pretensões de representar todo o povo chinês, e passaram a reclamar apenas a soberania sobre Taiwan e pequenas ilhas ao redor (PINTO, 2005, p. 20).

de veto de que goza a URSS naquele órgão já é por si só algo absoluto” (LINHARES, 1955, p. 72). Ademais, Linhares menciona como certos observadores enxergam a ONU como um fórum que ressaltaria não a solidez dos laços Pequim-Moscou, mas antes seus conflitos: “Certos observadores insinuam que as Nações Unidas seriam um cenário em que se poderia tornar patente não a solidez do eixo Moscou-Pekim mas, pelo contrário, as divergências de interesses entre os dois parceiros” (LINHARES, 1955, p. 72).

Ao tratar da possibilidade de se estabelecer relações comerciais com a China continental, Linhares pinta um quadro desesperançoso para o Brasil: “Os quadros anexos (1 a 4) são suficientes para nos informar que irregulares e reduzidas têm sido as nossas transações comerciais com a [República Popular da] China”, haja vista que, “com uma estrutura econômica de base agrária e predominando na sua exportação produtos primários vegetais, a China praticamente possui economia concorrente à brasileira” (LINHARES, 1955, p. 78). O Brasil se limitaria a suprir a China com algodão, ao passo que a China venderia apenas agulhas especiais de tricô e roupas e bordados em linho” (LINHARES, 1955, p. 78).

As perspectivas comerciais com a ilha de Taiwan eram igualmente diminutas: “Nenhum elemento informativo (favorável ou contrário) poderíamos oferecer quanto às nossas possibilidades potenciais” (LINHARES, 1955, p. 79). Porém, por dedução, “estando hoje Taiwan sob a administração do *Kuomintang* – dependente economicamente dos Estados Unidos – poderemos concluir que é impraticável um comércio com a ilha” (LINHARES, 1955, p. 79).

Ao Brasil restariam apenas duas opções: “apoio franco e leal às diretrizes norteamericanas”, independente de “determinadas características do regime do *Kuomintang*”, em troca de vantagens econômicas e políticas para o Brasil (LINHARES, 1955, p. 87), ou “oposição firme à orientação dos Estados Unidos”, porém sem esperar quaisquer vantagens do bloco soviético (LINHARES, 1955, p. 87). Diferente de outros trabalhos produzidos na ESG analisados até aqui, Linhares se mostra bastante cético quanto a uma política externa independente ou não-alinhada:

Deixamos de considerar a chamada “terceira posição” por ser utopia imaginar que o Brasil, no presente momento, tenha estrutura econômico-social capaz de assumir um papel intermédio entre as correntes antagônicas em choque no mundo (LINHARES, 1955, p. 87).

Os trabalhos acima citados nos mostram que já se notava, entre acadêmicos da ESG, a percepção da importância do antagonismo Norte-Sul para as relações internacionais. É notável, nestes trabalhos, uma hostilidade ao regime de Chiang Kai-shek, bem como o reconhecimento de sua incapacidade de retomar a China continental. De fato, quando alguns destes trabalhos estavam sendo produzidos (mais precisamente em 1953), o *Kuomintang* havia perdido o seu último reduto militar no continente. Em 1953, tropas nacionalistas que se achavam no Vietnã e

na Birmânia foram repatriadas após sucessivas tentativas de desestabilizar o regime comunista (LIN, 2016a, p. 215).

Igualmente notável é ver como estes trabalhos são perpassados pela crença de que não poderíamos nos dar ao luxo de ignorar a presença da China comunista. Sendo assim, a mesma instituição que produziu o arcabouço ideológico para o golpe militar de 1964 também produziu trabalhos que ajudaram a justificar o a decisão brasileira de reconhecer o regime do PCC em 1974, conforme veremos no capítulo 6. Também no capítulo 6 mostraremos que foi justamente sob a presidência do general Ernesto Geisel, um dos presidentes ligados à ESG, que o Brasil decidiu reconhecer a República Popular da China como a legítima China, amparando-se em muitos argumentos empregados nos trabalhos acima citados.

Em nossa pesquisa na ESG conseguimos achar apenas um trabalho com uma postura inequivocamente contrária a Pequim e pró-*Kuomintang*. Em seu trabalho *China Nacionalista e Comunista: aspectos psicossociais, políticos, econômicos e militares*, submetido no ano de 1957, o médico veterinário João Brito Jorge insiste no pertencimento brasileiro ao mundo ocidental e defende que tal pertencimento implicava a preservação dos laços com Taipei. Dada a assertividade com que o autor advoga a aliança do Brasil com a República da China, iremos nos deter neste trabalho mais longamente.

Jorge descreve Taiwan como “sede do governo nacionalista chinês e baluarte contra a difusão do comunismo internacional na Ásia” (JORGE, 1957, p. 18), cujo regime, “sob a liderança do Presidente Chiang Kai-shek, é reconhecido internacionalmente como representante da tradicional e gloriosa República da China” (JORGE, 1957, p. 19). Segundo o autor, Formosa “tornou-se o bastião da China Livre sob a liderança do Presidente Chiang Kai-shek, um dos fundadores das Nações Unidas” (JORGE, 1957, p. 30). Além disso, o autor tenta desconstruir a crença, muito difundida nos meios anticomunistas, de que o bloco afro-asiático constituía um bloco comunista travestido: “A China Nacionalista, outrossim, faz parte do grupo afro-asiático da ONU, formando ao lado das nações democráticas no constante conflito com o bloco comunista” (JORGE, 1957, p. 30 – grifo no original). Conforme vimos no capítulo 2, esta crença estava em sintonia com a identidade que o *Kuomintang* reclamava para a China: uma identidade a um só tempo anticomunista e solidária com o terceiro mundo.

Ao contrário de outros trabalhos produzidos na ESG, que pintavam um quadro aterrador de Formosa, Jorge descreve a obra de Chiang Kai-shek na ilha em tons profundamente elogiosos. Segundo o autor, a reforma agrária na ilha rendeu bons resultados, permitindo “uma produção aumentada de lavouras, um meio de vida melhorado e ordem social em comunidades rurais” (JORGE, 1957, p. 20). Diferente da reforma agrária na China continental, Jorge observa

que “A reforma agrária, preconizada pelo Pai da República, Dr. Sun Yat-sen, foi feita em Taiwan de forma equitativa, pacífica e gradual, em vez de violenta e radical”, além de ter sido “fruto do progresso social e não o resultado de uma revolução com derramamento de sangue” (JORGE, 1957, p. 40).

Ao tratar da reforma agrária em Taiwan, Jorge aproveita para ressaltar sua crença na viabilidade de uma reconquista nacionalista do continente: “O cumprimento pacífico desse programa agrário de máxima importância, segundo determinações constitucionais, servirá como padrão a ser seguido quando forem recuperadas as províncias continentais” (JORGE, 1957, p. 40). Além disso, ao discutir a possibilidade de uma imigração de chineses em Taiwan para o Brasil, o autor ressalta que “Não há, na realidade, possibilidades para uma emigração por parte da China Nacionalista que necessita de todos os seus recursos humanos, procurando reunir o maior número possível de chineses em torno de um plano patriótico de voltar ao continente e unir a China” (JORGE, 1957, p. 31).

Mais adiante, ao comentar os aspectos militares da China nacionalista, Jorge rasga elogios ao generalíssimo e seu esforço de reconquistar o território perdido em 1949:

Construindo uma força poderosa de constante ofensiva para a eventual recuperação do continente chinês, o Presidente Chiang Kai-shek e os comandantes das forças armadas têm incessantemente envidado esforços no sentido de fortalecer a defesa de Taiwan e dos postos avançados da ilha e incrementar a eficácia dos serviços armados. Muitos oficiais americanos de altas patentes têm notado, após inspeção e revista em treinos e manobras chinesas, o elevado moral e adiantamento na capacidade combativa das Forças Armadas da China Livre (JORGE, 1957, p. 53).

Inspirados pela tarefa de retomada do continente estariam cerca de 600 mil soldados que poderiam ser “prontamente aumentados pela constante formação de reservas adestradas com a entusiástica motivação de unir a sua Pátria e preservar as suas tradições milenares” (JORGE, 1957, p. 54). Ignorando as crescentes tensões entre os chineses continentais e as populações locais em Taiwan, Jorge escreve que “chineses, nativos, descendentes de japoneses e demais imigrantes, consolidam uma sociedade comum” (JORGE, 1957, p. 21). Ainda segundo o autor: “Com os mesmos direitos dos chineses, os Taiwaneses possuem iguais privilégios, o que não acontecia durante o domínio japonês, porque são eles naturais de uma das províncias da Pátria comum – a China” (JORGE, 1957, p. 21).

Para além dos avanços econômicos e sociais, Jorge descreve Chiang Kai-shek como um líder extremamente popular. Não há, em seu relato, qualquer menção ao autoritarismo do governante nacionalista. Segundo Jorge, a luta pela democracia e contra o comunismo uniria toda a população local em torno do líder nacionalista:

Quanto ao Moral Nacional, que pode ser definido com o grau de determinação com que o povo apoia a ação governamental nos diversos campos, principalmente a política externa do governo, na paz e na guerra, tendo em vista as diretrizes de solidariedade à democracia e combate ao comunismo internacional, é comprovado

pelo entusiasmo na construção de uma força poderosa de constante ofensiva para a eventual recuperação do continente chinês, motivação que bem caracteriza o sentimento de patriotismo que é exaltado em todos os chineses (JORGE, 1957, p. 23).

Após explicar o significado dos símbolos e cores da bandeira da China nacionalista, Jorge escreve: “Um povo que tem por símbolo nacional – igualdade, justiça, fraternidade, franqueza, liberdade e sacrifício – é idealista e exprime um alto conceito moral” (JORGE, 1957, p. 24). O autor também endossa o apoio brasileiro à decisão norte-americana de não reconhecer o regime de Mao, afirmando que a posição de Washington “representa o pensamento do Bloco Ocidental que combate o comunismo e que considerou a China Comunista como agressora, em denúncia oficial, e o Brasil é inteiramente solidário com essa diretriz” (JORGE, 1957, p. 34).

O autor escreve que o Brasil não possuía relações diplomáticas ou comerciais com a China Popular porque seguiu “a orientação dos seus aliados na ONU e no Bloco Ocidental, na defesa dos ideais democráticos que representam uma das principais características do nosso povo” (JORGE, 1957, p. 34). Jorge reafirma sua convicção na proeminência do antagonismo entre o “mundo livre” e o mundo comunista, enfatizando o pertencimento brasileiro ao primeiro:

A bipolarização militar e ideológica do mundo, obriga-nos, pela nossa formação democrática tradicional, a uma solidariedade com o Bloco Ocidental e a colaborar com as Nações Unidas em suas medidas de longo alcance que visam, em última análise, a paz e a segurança do mundo. Assim, a orientação da diplomacia brasileira demonstra uma grande acuidade política e um idealismo sincero e construtivo (JORGE, 1957, p. 34).

Ao fim de seu trabalho, o autor se referiria ao neutralismo como “um pequeno número de Neutros de vida utópica em sua coexistência pacífica” (JORGE, 1957, p. 61).

Tal como seus colegas esguianos, Jorge entende que as possibilidades de um intercâmbio comercial lucrativo com Taiwan eram praticamente inexistentes. Porém, o autor coloca os compromissos ideológicos acima de preocupações materiais para defender, de forma assertiva, a preservação dos laços com a China nacionalista. Ele admite que “a distância, os fretes, os produtos de exportação semelhantes aos nossos” (JORGE, 1957, p. 44) eram um obstáculo às possibilidades de comércio entre Brasil e Taiwan. Admite também que o valor das importações brasileiras da ilha foi reduzido a zero em 1953 e 1954. Porém, proclama:

De qualquer forma, devemos estimular esse comércio com a China Livre, como contribuição do Brasil ao mundo democrático. No atual sistema de defesa coletiva, todos os aliados devem estar unidos num interesse comum de proteção contra o comunismo internacional. O auxílio que pudermos prestar ao povo chinês será uma contribuição expressiva que irá caracterizar os nossos sentimentos de solidariedade a todos os povos em luta contra a opressão comunista, fortalecendo o Bloco Ocidental (JORGE, 1957, p. 44 – grifo no original).

O autor acredita que “as vantagens políticas irão compensar as restrições econômicas do momento, apesar de estar assegurado um futuro promissor às atividades agrícolas e industriais da China Livre” (JORGE, 1957, p. 44). Caberia ao Brasil esquecer os ganhos materiais imediatos e somar esforços para ajudar a China nacionalista a se manter de pé:

As exigências militares de Taiwan, dada a sua posição estratégica como fronteira do mundo democrático, dependem da economia do país e, conseqüentemente, do intercâmbio comercial e industrial dos seus aliados. Essa é, portanto, a missão do Brasil! (JORGE, 1957, p. 44 – grifo no original).

Ao tratar do comércio com a China comunista, Jorge nem sequer admite a existência de vantagens econômicas a serem aferidas, pois os compromissos com o bloco ocidental seriam mais importantes: “Estamos vinculados economicamente aos Estados Unidos, que adquirem 50% das nossas exportações, além de mantermos os mesmos ideais democráticos que são uma tradição histórica do nosso país” (JORGE, 1957, p. 51). Ainda segundo o autor:

É um mercado fora das possibilidades brasileiras o intercâmbio comercial com a China Comunista. No quadro geral da conjuntura internacional e dentro do sistema de segurança coletiva devemos estar solidários com os Estados Unidos e com o Bloco Ocidental do qual fazemos parte. Estamos intimamente ligados à política do nosso continente, exercendo até uma situação de liderança justa pelas nossas tradições diplomáticas (JORGE, 1957, p. 51).

Criticando um trabalho da ESG que sugeria uma aproximação comercial com a China comunista sem estreitamento de laços políticos, o autor escreve: “é curioso que os maiores entusiastas dessa política sejam, justamente, personagens simpatizantes da doutrina soviética” (JORGE, 1957, p. 52). Ele também censura aqueles que, aludindo à Inglaterra e Itália, países que já reconheciam a China comunista, reclamavam uma postura semelhante para o Brasil:

A situação estratégica do nosso país, entretanto, é completamente diferente. Toda a nossa economia está intimamente ligada aos EE.UU., cujos empréstimos e investimentos, auxílio econômico e financeiro, assistência técnica em geral, motivam um intercâmbio sólido entre os dois maiores países do continente, unidos por laços de uma tradicional amizade visando, cada vez mais, a confraternização dos dois povos irmãos (JORGE, 1957, p. 52).

O autor destaca “os interesses comuns que nos ligam a Taiwan – baluarte da democracia na própria China – fronteira do mundo democrático, o nosso mundo, na Ásia gigantesca” (JORGE, 1957, p. 52). Ao Brasil caberia, portanto, “uma cooperação e auxílio à China Nacionalista – fronteira do mundo democrático na Ásia” (JORGE, 1957, p. 57). As próprias relações diplomáticas entre o Brasil e a República da China, segundo Jorge, “asseguram uma amizade cada vez mais íntima, num intercâmbio político e cultural expressivo, que muito enobrece os dois povos ligados espiritualmente pelos mesmos sentimentos de liberdade e democracia” (JORGE, 1957, p. 57).

Apesar de acreditar que o Brasil estava seguro diante do Tratado Sino-Soviético “em virtude do sistema de segurança coletiva do qual o Brasil faz parte” e devido ao fato de não manter relações diplomáticas com nenhum dos dois Estados¹⁵³, Jorge faz uma pequena ressalva:

De qualquer forma é nosso dever cooperar para o fortalecimento do Bloco Democrático ou Ocidental, evitando os perigos de um mundo sob o controle do comunismo, contrário a todas as nossas tradições liberais, religiosas e democráticas (JORGE, 1957, p. 61).

¹⁵³ As relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética estavam rompidas desde 1947 e só seriam restabelecidas em 1961.

O trabalho de João Brito Jorge elenca as crenças e valores mais comumente mobilizados no Brasil e na República da China para ressaltar a identidade entre os dois países: a filiação ao bloco ocidental, a defesa do “mundo livre”, o compromisso com valores democráticos e a luta contra o comunismo. Porém, seu trabalho era uma exceção, pois a maior parte dos trabalhos acerca da China ou da Ásia produzidos por alunos da ESG àquele momento eram profundamente críticos ao *Kuomintang* e céticos quanto à sua capacidade de recuperar o continente. Também notamos, em alguns destes trabalhos, a crença de que o regime comunista chinês se encaminhava para uma colisão com os soviéticos, bem como a noção de que a China comunista era mais bem compreendida sob a ótica Norte-Sul do que sob uma perspectiva Leste-Oeste. Longe de um mero fantoche soviético, o regime de Pequim era visto como uma inspiração para o terceiro mundo, além de potencial vítima dos próprios soviéticos. Por fim, esses trabalhos também identificam como agendas externas ao conflito Moscou-Washington também interferiam na questão chinesa, tais como o nacionalismo, a tentativa de superar o atraso e a luta anticolonial.

Estas últimas considerações serão de suma importância para entendermos o capítulo 6, no qual estudamos o estabelecimento de laços diplomáticos entre Brasília e Pequim.

3.5. As relações sino-brasileiras no âmbito da Política Externa Independente (1961-1963)

Em outubro de 1957, a embaixada brasileira em Taipei recebeu do MRE uma carta-telegrama reproduzindo o discurso que o ministro das Relações Exteriores José Carlos de Macedo Soares proferiu em visita ao Chile. O discurso de Macedo Soares é de extrema importância, pois analisa o papel do Brasil em um mundo em descolonização, além de exortar a diplomacia brasileira a sair de sua zona de conforto ocidental e estabelecer contatos com o mundo asiático e africano. Macedo Soares invoca o passado colonial que unia latino-americanos, africanos e asiáticos para legitimar uma política externa brasileira mais engajada no terceiro mundo: “povos da Ásia e da África vêm obtendo seu lugar no seio das nações livres, num volume e com uma autenticidade mui idênticos às conquistas que nós, deste continente, obtivemos há mais de cem anos” (SOARES, 1957, nº 6).

As palavras de Macedo Soares anunciam um movimento de multilateralização da política externa brasileira que tomava forma nos anos 1950. Tal movimento se concretizaria em 1961 durante a curta presidência de Jânio Quadros, quando teve início a Política Externa Independente (PEI), episódio fundamental para a compreensão das relações do Brasil com a China. Apesar de oriundos de coligações distintas, tanto o presidente Jânio Quadros como seu vice João Goulart tinham posições similares quanto à condução da política externa. A PEI foi uma tentativa do governo brasileiro de praticar uma política exterior mais ousada, fugindo do

tradicional alinhamento com os Estados Unidos. Em um contexto de descolonização afro-asiática e surgimento de novos Estados independentes, os formuladores da PEI exortavam o Brasil a olhar para o terceiro mundo em busca de novos parceiros comerciais, sobretudo entre as nações recém-emancipadas na África e na Ásia. Não havia, na PEI, qualquer intenção de desafiar a liderança norte-americana na região. Buscava-se apenas conferir maior autonomia para o Brasil no cenário internacional.

Iniciada sob o governo de Jânio Quadros, na gestão do chanceler Afonso Arinos, a PEI seria desenvolvida e fortalecida sob o governo de João Goulart com os ministros Francisco Clementino de San Tiago Dantas e Araújo Castro. Segundo San Tiago Dantas, a adoção da PEI não foi antecedida por qualquer elaboração teórica mais consistente: “Os fatos precederam as ideias. As atividades, depois de assumidas em face das situações concretas que se depararam à Chancelaria, patentearam uma coerência interna, que permitiu a sua unificação em torno de um pensamento central do governo” (DANTAS, 2011, p. 9). Por outro lado, San Tiago Dantas nega que ela tenha sido puramente empírica ou casual. Sua aspiração maior era conduzir o Brasil rumo ao desenvolvimento e à emancipação econômica, bem como conciliar um regime democrático representativo com uma reforma que suprimisse a opressão da classe proprietária sobre os trabalhadores (DANTAS, 2011, p. 9).

Paulo Vizentini elenca cinco princípios que formam o núcleo básico da PEI, conferindo-lhe continuidade e coerência: A) A busca pela ampliação do mercado externo para os produtos brasileiros a fim de fomentar o desenvolvimento industrial e a intensificação de relações comerciais com todas as nações; B) A formulação autônoma de planos de desenvolvimento econômico e aceitação de ajuda internacional; C) Coexistência pacífica e desarmamento geral e progressivo; D) Não-intervenção em assuntos internos, autodeterminação dos povos e primado do direito internacional; e E) Emancipação completa das colônias (VIZENTINI, 1995, p. 195-196).

Entre os aspectos internos que ajudam a entender a emergência da PEI no começo dos anos 1960 podemos elencar a emergência das massas urbanas no cenário político e as necessidades engendradas pelo processo de industrialização. A emergência das massas como importante ator político após o fim do Estado Novo em 1945 e a articulação entre essas massas e o projeto de desenvolvimento nacionalista ajudaram a obscurecer temporariamente o caráter do Estado como instrumento de dominação. Esse processo aplacou temporariamente as contradições sociais na medida em que aliava a burguesia ao operariado em um projeto comum. No tocante à industrialização, a PEI buscava assegurar divisas para importar bens de capital, além de atrair investimentos e tecnologias estrangeiras e garantir novos mercados para a

exportação de produtos primários (VIZENTINI, 1995, p. 183-184): “Ter colocado a diplomacia brasileira a serviço do desenvolvimento econômico com reformas estruturais e preocupação social é, sem dúvida, um dos eixos-mestres da política externa independente” (MOREIRA, 2011, p. 366).

Externamente, os fatores que viabilizaram a PEI foram a desestalinização da União Soviética, seguida pela ascensão de Nikita Khrushchev em 1956 e sua busca por uma coexistência pacífica com o mundo ocidental. Aos poucos o bloco socialista deixou de ser visto como um campo antagônico para ser considerado como mais um elemento que conferia complexidade ao cenário internacional. O reconhecimento, pelas nações ocidentais, da hegemonia soviética no Leste Europeu e da legitimidade dos regimes socialistas ali instalados afastava o temor de um confronto direto entre soviéticos e norte-americanos. Este processo gerou cisões no próprio bloco capitalista à medida que Moscou oferecia possibilidades de cooperação comercial, tecnológica e financeira com o terceiro mundo e com os próprios países capitalistas (VIZENTINI, 1995, p. 186). Em novembro de 1961, já sob a presidência de Jango, o Brasil restabeleceu relações diplomáticas com a União Soviética 14 anos após seu rompimento por Dutra em 1947.

Também no âmbito externo a descolonização afro-asiática gerou um novo cenário político no qual o Brasil poderia se projetar até mesmo enquanto liderança terceiro-mundista. A descolonização fragilizava a bipolaridade da Guerra Fria e opunha, ao antagonismo Leste-Oeste (Moscou-Washington), o antagonismo Norte-Sul (países pobres-países ricos). Ao se destacar internacionalmente como país de relevo do terceiro mundo, o Brasil vislumbrava fugir à submissão aos Estados Unidos e barganhar uma posição mais vantajosa no cenário internacional (VIZENTINI, 1995, p. 205). O historiador José Honório Rodrigues interpretava a PEI como um marco na história do país, quase como uma segunda independência do Brasil:

O Brasil, desde Quadros, não se conforma mais, não aceita, refuga o papel secundário, uma espécie de Vice-Reinado que lhe destinou a política norte-americana, convencida que era imperativo para os Estados Unidos isolar o hemisfério ocidental americano das demais nações e mantê-lo subordinado à Metrópole real localizada em Washington (RODRIGUES, 1966, p. 71).

Uma pesquisa realizada em 1961 pelo Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (INESE), um centro de pesquisas que trabalhava com o IPES, mostrou que a PEI tinha ampla popularidade entre os parlamentares. Dos 100 membros do Congresso Nacional entrevistados, 80% eram a favor do restabelecimento de relações com a União Soviética, 83% favoreciam uma intensificação do comércio com a China comunista e 74% desejavam o estabelecimento de relações diplomáticas com ela (DREIFUSS, 1981, p. 150-151).

O fator mais relevante da PEI para o propósito deste trabalho diz respeito à aproximação do Brasil com países afro-asiáticos. Nos anos 1950, o país já dava mostras dessa tendência com

Getúlio Vargas (1951-1954), embora ainda de forma ambígua. Se no começo de seu mandato Vargas criticava o radicalismo das lutas anticoloniais no Marrocos e na Tunísia, em 1953, diante das crescentes pressões norte-americanas sobre seu governo, o tom muda. Em mensagem ao Congresso naquele ano, Vargas citou a luta pela independência tunisiana e marroquina como exemplos da combatividade e da vitalidade do mundo árabe. O presidente também exaltou os movimentos nacionalistas no terceiro mundo e criticou o imperialismo e o colonialismo, acusando-os de se enriquecerem às custas das nações periféricas (VIZENTINI, 1995, p. 98).

Juscelino Kubitschek (1956-1960) também vinha ensaiando uma aproximação com o continente asiático nos estágios finais de seu governo, embora sempre tomando o cuidado de não contrariar as potências coloniais. O Brasil se limitava a reconhecer apenas aquelas independências que já eram reconhecidas pelas metrópoles. Entre 1958 e 1960, o Brasil abriu diversas embaixadas e representações diplomáticas em países como o Ceilão (atual Sri Lanka), Coreia do Sul, Tailândia, Malásia, Filipinas, Vietnã do Sul e Gana, além das colônias de Angola e Moçambique e algumas missões de observação na Ásia (VIZENTINI, 1995, p. 162).

Estes “ensaios” de desobediência não constituíram, porém, manifestações de anti-imperialismo. Eles eram apenas expressões da chamada “barganha nacionalista”, termo que Paulo Vinentini empregou para descrever o oportunismo com que a política exterior brasileira tentou assegurar o apoio norte-americano para projetos de desenvolvimento. Sempre que o apoio norte-americano falhava, os dirigentes brasileiros ensaiavam um discurso anti-imperialista de solidariedade com o terceiro mundo a fim de atrair a atenção de Washington. Curiosamente, portanto, o imperialismo só era denunciado quando os países desenvolvidos abandonavam os subdesenvolvidos (VIZENTINI, 1995, p. 114). Sendo assim, ao elogiar os movimentos de libertação na África, Vargas não pretendia “extravasar os limites da dimensão regional para a mundial” da política externa brasileira, mas sim “aprofundar a barganha diplomática, devido às novas dificuldades” (VIZENTINI, 1995, p. 98).

Por outro lado, a PEI, em que pesem todos os seus desafios e percalços, era mais ambiciosa e levava mais a sério o projeto de aumentar a influência brasileira no restante do mundo e de romper com a dependência em relação aos Estados Unidos. Em vez de barganhar com o mundo capitalista por maior apoio, o Brasil procurava, por meio da PEI, obter maior autonomia para o desenvolvimento nacional e para as decisões diplomáticas. Ambas – barganha nacionalista e PEI – constituíram importante capítulo na história da política externa brasileira:

A barganha nacionalista dos governos Vargas e Kubitschek e a Política Externa Independente de Quadros e Goulart significaram a passagem da política exterior brasileira, de sua face voltada predominantemente às relações com os EUA e à inserção no contexto hemisférico, para uma fase nova, mais complexa, onde a multilateralização passa a ser buscada como parâmetro das relações internacionais brasileiras (VIZENTINI, 1995, p. 307).

A PEI teve três grandes momentos: de 1961 a 1964 (sob Jânio Quadros e João Goulart), de 1974 a 1979 (com Ernesto Geisel) e de 2003 a 2010 (sob a liderança de Lula) (LEITE, 2011). O surgimento e consolidação da PEI tiveram consequências sobre as relações do Brasil com Taipei, já que a nova orientação da política externa brasileira acarretou uma aproximação com a República Popular da China. Menos de um mês após sua posse, Jânio instruiu o MRE a dar um voto favorável à inclusão, no grupo de trabalhos da ONU, da discussão sobre o ingresso da China comunista no órgão. Entretanto, na Assembleia Geral da ONU de 1961 o Brasil acabou votando a favor da resolução norte-americana segundo a qual a discussão do ingresso chinês na ONU só poderia ser incluída na pauta se aprovada por dois terços dos votos, e não por maioria simples. Por fim, o Brasil também votou contra o projeto soviético que mandava substituir a China nacionalista pela China comunista em todos os órgãos da ONU (GUEDES e MELO, 2014, p. 37-38; RODRIGUES, 1966).

Sendo assim, entre 1951 e 1960 o Brasil se opôs à discussão sobre o ingresso da China continental na ONU. Uma carta-telegrama de 1955 assinada pelo encarregado de negócios Leonardo Eulálio do Nascimento e Silva transmitia a “apreciação do Governo chinês pelo apoio que o Brasil houve por bem dar à sua causa na X Sessão Regular da Assembleia Geral das Nações Unidas quando foi rejeitada a proposta (...) no sentido de ser excluída a Representação da República da China em favor dos Comunistas chineses” (SILVA, 1955, carta-telegrama nº 16). Entre 1961 e 1963, apesar de se mostrar favorável à discussão sobre a inclusão da China continental, o Brasil sempre acabou por votar contra o ingresso comunista nas Nações Unidas (RODRIGUES, 1966, p. 147, 148, 149, 150), evidenciando assim os limites da PEI.

No entanto, a inexistência de laços diplomáticos entre Brasília e Pequim não impediu que os dois países mantivessem contatos comerciais e culturais. Para Mao Tse-tung, a América Latina e os países asiáticos e africanos formavam uma zona intermediária entre o imperialismo e o anti-imperialismo: não eram nem socialistas nem imperialistas, mas nacionalistas. Em comum entre eles e a China estaria a busca pela independência e pelo desenvolvimento econômico (FARES, 2016, p. 31).

Pequim tentava se aproximar dos países latino-americanos explorando as contradições entre o imperialismo e os governos daqueles países: “Seu foco seria angariar apoio dos governos através de uma agenda comum de desenvolvimento, a começar com a ampliação da troca cultural e econômica dos dois lados” (FARES, 2016, p. 31). Em 1960, a Rádio Pequim começou a transmitir programas em português voltados para o Brasil e demais países lusófonos. As transmissões, que duravam cerca de 10,5 horas em 1960, passaram a durar 28 horas em 1966, contando ainda com a colaboração de diversos profissionais brasileiros. Em 1959,

representantes da *Hsinhua*, agência de notícias chinesa, estiveram em vários países latino-americanos sondando a possibilidade de estabelecerem um escritório (FARES, 2016, p. 32-33).

Tais manobras eram fundamentais para a China comunista tentar romper seu isolamento internacional. Pequim buscava angariar o apoio de cada vez mais atores em um momento no qual a maioria dos países reconhecia apenas a República da China como a legítima China. Várias associações culturais e de amizade foram fundadas pela China popular em países latino-americanos. Uma dessas associações foi fundada no Rio de Janeiro em 1953 sob a presidência do Barão de Itararé, e em 1954 fundou-se outra em São Paulo. Tais associações buscavam promover o intercâmbio cultural, visitas de delegações e bolsas de estudos (FARES, 2016, p. 33).

Também contribuíram para incrementar as relações sino-brasileiras as frequentes visitas de parlamentares brasileiros à China nos anos 1950 e na primeira metade dos anos 1960, além de uma missão do PCB chefiada por Diógenes Arruda e outra por Luiz Carlos Prestes em 1959. Desse modo, “A China mantinha diálogo exclusivo com o PC brasileiro, mas distinguia com rigor a relação de partido para partido com a relação de Estado para Estado” (FARES, 2016, p. 33, 34). Em 1964, a Sociedade Cultural Sino-Brasileira iniciou uma campanha em prol do estabelecimento de relações diplomáticas com Pequim. O presidente da Associação, deputado Adão Pereira Nunes, escreveu ao presidente Jango solicitando o reconhecimento do país comunista (FARES, 2016, p. 37-38).

Fora dos círculos comunistas também havia apoio ao reconhecimento do regime de Pequim. Adolpho Justo Bezerra de Menezes¹⁵⁴ (1910-2006), diplomata e intelectual que se destacou como um dos grandes defensores de um maior engajamento diplomático brasileiro no mundo afro-asiático, demonstrava em seus escritos uma tensão entre a hostilidade ao regime de Pequim e a confissão de que era necessário admiti-lo à comunidade internacional. Segundo Bezerra de Menezes, isolar o regime de Mao iria apenas fortalecê-lo. O diplomata afirma que desde os anos 1950 já se mostrava incrédulo quanto às pretensões nacionalistas de representar o povo chinês. No começo de sua carreira diplomática em meados dos anos 1950, Bezerra de Menezes teve de escolher entre três embaixadas para servir: Karachi (Paquistão), Jakarta (Indonésia) e Taipei. O autor rejeitou o posto em Taipei por acreditar que “Formosa não era a China, era uma ficção de país” (MENEZES, 1997, p. 3).

¹⁵⁴ Sobre Bezerra de Menezes, ver: LIMA, Marcelo Alves de Paula. “Brazilian Foreign Policy from Lisbon to Bandung”. **CONTEXTO INTERNACIONAL** (ON-LINE), v. 44, p. 1-23, 2022; LIMA, Marcelo Alves de Paula. “History and Engagement in the Work of Bezerra de Menezes”. **CONTEXTO INTERNACIONAL** (PUCRJ. IMPRESSO), v. 42, p. 103-124, 2020; MAPA, Dhiego M.. “O significado das relações sul-sul para a diplomacia brasileira: a obra de Adolpho Justo Bezerra de Menezes e o pensamento brasileiro sobre o sul global”. In: **Revista Perspectivas do Desenvolvimento**: um enfoque multidimensional. Volume 04, Número 05, Agosto 2016.

Em seu livro *Ásia, África e a Política Independente do Brasil*, de 1961, Bezerra de Menezes defendia que a China comunista fosse admitida à ONU, pois acreditava que o isolamento de Pequim estaria contribuindo para perpetuar a situação de mártir de que o PCC se alimentava para angariar apoio de sua população (MENEZES, 1961, p. 131). Além disso, por ser o maior país católico do mundo, o Brasil teria a obrigação de levar à Ásia, especialmente à China continental, a mensagem ecumênica cristã. A aproximação com Pequim deveria ter em vista não só interesses comerciais de curto e longo prazo, mas também religiosos, repetindo o gesto de São Francisco Xavier. Longe de representar uma concessão aos comunistas ou uma traição aos valores cristãos ocidentais, a aproximação com Pequim estaria em sintonia com a identidade católica que o diplomata atribuía ao Brasil:

A este nosso cadinho racial, donde, certamente, emergirá o homem cósmico do século XXI, incumbe, mesmo, a tarefa de fazer alguma coisa pelo cristianismo em áreas como a China, onde os próprios mentores de nossa religião são, infelizmente, obrigados a adotar atitudes por demasiado omissas e de estéril oposição à distância (MENEZES, 1961, p. 132).

Em agosto de 1960, quando ainda era vice de Juscelino Kubitschek, Jango já havia sido convidado para visitar a China comunista pelo vice-presidente do PCC Tung-Pi-Wu. Em 1961 uma missão comercial da China comunista visitou o Brasil a convite de Jânio, tendo permanecido por um mês, visitado vários estados, conversado com políticos e empresários de vários setores. Jânio também anunciou que uma missão brasileira seria enviada à China para sondar as possibilidades de intercâmbio comercial entre os dois países (GUEDES e MELO, 2014, p. 32). Em dezembro de 1961, dois jornalistas chineses se estabeleceram no Brasil com a missão de instalar um escritório da *Hsinhua*, agência chinesa de notícias. Os jornalistas eram Wang Weizhen e Ju Qingdong. Em 1964, ambos protagonizaram, junto com sete compatriotas, a primeira crise internacional do regime militar brasileiro, como veremos no capítulo 4.

A visita do então vice-presidente João Goulart à República Popular da China em agosto de 1961 foi um dos mais significativos e polêmicos episódios da história da PEI. Dado que o Brasil não reconhecia a República Popular da China, Jango não visitou o país em caráter oficial, mas na qualidade de líder do PTB. Mesmo assim, durante sua visita foram firmados acordos para a troca anual de delegações comerciais entre os dois países, além de se ter encaminhado um acordo entre o Banco do Brasil e o Banco Popular da China (FARES, 2016, p. 36-37). Ademais, o fato de a missão brasileira ser liderada pelo vice-presidente indica que Jânio Quadros desejava “organizar uma Missão notória, de reconhecida importância” (COSTA, 2018, p. 12). Por sua vez, o Itamaraty se empenhava em preservar o caráter estritamente comercial da missão, dado que o Brasil tinha relações diplomáticas com Taipei (COSTA, 2018, p. 32).

O ministro-conselheiro da embaixada brasileira no Japão, João Augusto de Araújo Castro, nomeado subchefe da missão brasileira, temia que a missão assumisse caráter político.

Para ele, “o caso chinês era ainda mais complicado que o soviético, pois, para além da questão ideológica, o Brasil reconhecia Taiwan, e não a República Popular da China, como legítimo governo da China” (GUEDES e MELO, 2014, p. 37). Porém, os pedidos de prudência e cautela de Araújo Castro de pouco adiantaram. Em discurso no Palácio do Povo, Jango, embora ressaltando falar como presidente do PTB, defendeu a admissão da China comunista à ONU, além de ter reafirmado tal convicção em entrevista coletiva (GUEDES e MELO, 2014, p. 41).

Araújo Castro também relata momentos de tensão durante a visita. Enquanto o diplomata recebera do MRE somente as instruções para assinar os acordos interbancário e comercial, o vice primeiro-ministro de comércio exterior Lu Hsu-chang alegou que Jango e Chou En-lai haviam firmado um acordo mais amplo, de governo a governo – ao que Araújo Castro não se conformou, preocupado em ameaçar as relações com Taiwan. Ao saber da preocupação de Araújo Castro, Jango admitiu que deu aval para os acordos sem conhecê-los em detalhes. Após reunir-se com o ministro da Fazenda chinês, o vice-presidente conseguiu voltar atrás e garantir a assinatura apenas do acordo de comércio e pagamentos entre o Banco do Brasil e o Banco Popular da China. Também foi firmado um acordo que previa a troca anual de delegações comerciais (GUEDES e MELO, 2014, p. 42-43, 44).

Durante a visita, o premiê chinês Chou En-lai tentou convencer o governo Jânio a defender os interesses da China comunista em obter um assento na ONU. Em encontro com Jango, o premiê pediu que o Brasil votasse contra ou pelo menos se abstinhasse de qualquer manobra norte-americana contra a China comunista na ONU (GUEDES e MELO, 2014, p. 37). O reconhecimento brasileiro da República Popular da China veio apenas em 1974, mas até meados da década de 1960 o fluxo comercial entre ambos já era superior às relações comerciais com a ilha de Formosa (FARES, 2016, p. 35).

As tentativas do governo Mao de se aproximar do Brasil não passaram despercebidas em Taipei. Em telegrama de fevereiro de 1961, o diplomata João Baptista Pereira afirma ter sido chamado pelo ministro dos negócios estrangeiros nacionalista para esclarecer uma notícia publicada pelo *Jornal do Brasil* (e retransmitida pela *Agence France Press*) segundo a qual Jânio Quadros pretendia reconhecer a China comunista:

Manifestou-me Sua Excelência a profunda apreensão deste Governo, com relação ao assunto, pois esse intento da maior República da América do Sul, se concretizado, viria não só acarretar a cisão do bloco latino-americano, mas poderia, também, ter decisiva influência sobre os países do sudeste asiático e até mesmo no Continente africano. Roga-me o Ministro dos Negócios Estrangeiros solicitar de Vossa Excelência uma palavra tranquilizadora a esse respeito (PEREIRA, 1961, nº 2).

A embaixada chinesa no Brasil também não ficou indiferente às interações cada vez mais frequentes entre Brasília e Pequim:

Desde o final de 1961, os diplomatas de Taiwan assediavam o governo brasileiro, na tentativa de impedir a aproximação com a China Comunista. A primeira ação dos

chineses nacionalistas aconteceu pouco antes da concessão dos vistos para os dois jornalistas, Wang Weizhen e Ju Qingdong, que desembarcaram no Rio em dezembro daquele ano, como relatou o então secretário-adjunto do Ministério das Relações Exteriores, ministro Paulo Leão de Moura (GUEDES e MELO, 2014, p. 96-97).

Até a embaixada brasileira no Peru reconheceu esta mudança de atitude do Brasil. Uma carta telegráfica enviada pelo MRE à embaixada brasileira em Taipei em abril de 1961 reproduzia, a título informativo, uma carta da embaixada brasileira em Lima que dizia que uma visita do presidente peruano à China nacionalista era iminente e aventava a possibilidade de tal visita ser uma sugestão do Departamento de Estado norte-americano para “revigorá-la’ [a República da China] no plano internacional e suavizar, conseqüentemente, os possíveis efeitos que venha a ter, entre os países latino-americanos, a nova orientação do Brasil nesse particular” (RIBEIRO citado por FRANCO, 1961, carta-telegrama nº 9).

De fato, quando o presidente peruano visitou Formosa em junho de 1961, o encarregado de negócios brasileiro em Taipei, Hygas Chagas Pereira, corroborou essa versão e endossou o medo das autoridades nacionalistas chinesas de uma infiltração comunista na América Latina. Segundo Hygas, a aparatosa recepção oferecida ao chefe de Estado peruano

tinha por fim evitar que atingisse maiores proporções a proposta feita, já há algum tempo, pelo Presidente Jânio Quadros, para que seja incluída na Agenda da Assembleia Geral das Nações Unidas de setembro próximo, a discussão da admissão da China Comunista por aquela Organização Internacional. A China Nacionalista que até então havia contado com o inteiro apoio dos países americanos no sentido de continuar se antepondo às pretensões da China vermelha viu naquela manifestação perigosa ideia, capaz de alterar a situação até agora defendida pela maioria dos países da ONU. Daí os sucessivos convites a personalidades latino-americanas para visitarem este país, com o fim de continuarem a manter tão estreitos quanto possível, os laços de simpatia e apoio do continente americano à *sua justa causa* (PEREIRA, 1961, carta-telegrama nº 16 – grifo nosso).

A possibilidade de uma intervenção da China comunista na América Latina suscitou o temor do governo brasileiro antes mesmo de abril de 1964. Uma carta telegrama de março de 1960 enviada à embaixada em Taipei pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores reproduzia uma carta telegráfica enviada pela embaixada brasileira no México. O referido documento comunicava que o jornal *Excelsior* noticiava a presença de uma delegação da China comunista no México com o objetivo de cortar as relações daquele país com Taipei e ao mesmo tempo fortalecer o regime de Fidel Castro (LAFER, 1960, carta-telegrama nº 5).

Um mês mais tarde, nova carta telegrama expedida pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores solicitava da embaixada em Taipei maiores informações sobre a “Escola de comunismo para a América Latina” que teria sido fundada na capital da China continental “para instruir e preparar os comunistas latino-americanos na tática da subversão, e foi mencionada em despacho do jornalista Wendell S. Merick, transmitido de Hong-Kong” (LAFER, 1960, carta-telegrama nº 8).

Em julho de 1960, o encarregado de negócios interino em Taipei Roberto Jorge dos Guimarães Bastos informava que os jornais locais publicavam, “com grande destaque, notícias referentes à propaganda e infiltração da China comunista na América Latina”, dando especial ênfase a uma recusa do governo mexicano a permitir a entrada de uma companhia de teatro da China comunista. Segundo a imprensa na ilha, a decisão mexicana de barrar os cidadãos chineses foi motivada por um episódio recentemente ocorrido na Colômbia quando autoridades aduaneiras descobriram farto material de propaganda comunista na bagagem de artistas da Ópera de Pequim (BASTOS, 1960, carta-telegrama nº 12). Em seu ofício, Bastos endossa o alerta anticomunista da imprensa nacionalista:

É óbvio que os comunistas da China Popular desejam não só envenenar a opinião pública dos latino-americanos, como converter às suas ideias os chineses residentes no Novo Mundo. Afirma-se ainda que essas atividades fazem parte do programa estabelecido pela “Escola de Comunismo de Pequim” para o treinamento dos comunistas latino-americanos na arte da subversão (BASTOS, 1960, carta-telegrama nº 12).

A suposta infiltração comunista na América Latina com patrocínio chinês voltaria a ser tema de uma carta-telegrama enviada por Roberto Jorge em agosto de 1960. O encarregado de negócios brasileiro atenta para a repercussão do discurso do secretário de Estado assistente dos Estados Unidos Andrew H. Berding, que acusava Pequim de estimular atividades subversivas na América Latina:

Comenta-se que o número de visitantes latino-americanos à China Popular triplicou neste ano, tendo-se em conta 1958 e 1959; as Associações de Amizade financiadas pelo Governo de Pequim foram agora estabelecidas na Colômbia, Bolívia, Venezuela e Uruguai, em adição às já existentes no Brasil, Chile, Argentina, México e Cuba. Afirma-se, ainda, que as transmissões de programas de rádio em idioma espanhol para a América Latina foram aumentadas para um total de 21 horas semanais (BASTOS, 1960, carta-telegrama nº 28).

Em julho de 1960, Roberto Jorge recebeu o jornalista João Portella Ribeiro Dantas, diretor do *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro. Dantas já havia visitado a China comunista em 1959 a convite das autoridades locais. Sua visita à República da China também ocorria a convite do presidente Chiang Kai-shek. Em sua estadia na ilha o jornalista visitou a ilha de Kinmen, ponto de atrito entre as duas Chinas que estava sob maciço bombardeio. Dantas também foi recebido por Chiang Kai-shek, com quem teve “animada palestra”. No encontro foram discutidas “as amistosas relações sino-brasileiras, bem como (...) a possibilidade, aventada pelo jornalista brasileiro, de ser incrementado o nosso intercâmbio comercial” com a finalidade de “serem cimentadas nossas relações oficiais, ultimamente abaladas com a ofensiva da China Popular nos campos econômico, político e cultural” (BASTOS, 1960, carta-telegrama nº 15). Questionado por Chiang sobre suas impressões sobre a República Popular da China, “Esquivou-se muito bem o Sr. Dantas ao responder que suas impressões poderiam não ter maior

valor” já que “somente lhe foi mostrado, em dias festivos (comemorações de outubro), o que era do interesse dos comunistas exibirem” (BASTOS, 1960, carta-telegrama nº 15).

Dado o exposto até aqui, podemos ressaltar dois aspectos fundamentais das relações sino-brasileiras antes de 1964. O primeiro deles era a constante preocupação do regime de Chiang Kai-shek de cortejar os países latino-americanos em geral e o Brasil em particular. A possibilidade de tais países votarem a favor da admissão da China comunista à ONU assombrava constantemente as autoridades nacionalistas, pois isso colocava em risco a própria existência de seu país. Em outros termos: lutar contra o comunismo significava, para Chiang Kai-shek, lutar pela sobrevivência da República da China.

O segundo aspecto marcante destes documentos é uma presença cada vez mais significativa do anticomunismo como fator ideacional que contribuiu para o *pool of knowledge* que vinha sendo construído entre ambos os países desde o século XIX. Diplomatas brasileiros em Taipei não só atribuíam ao regime de Chiang Kai-shek uma identidade anticomunista, como também demonstravam apreço e solidariedade com sua cruzada anticomunista. Apesar de o Brasil não ser governado por um regime anticomunista neste momento, muitos diplomatas brasileiros deixavam suas crenças anticomunistas transparecer em seus escritos. Como demonstra Celiane Ferreira da Costa em sua pesquisa sobre as relações entre o Brasil e a China comunista entre 1961 e 1965, havia muita divergência no seio do Itamaraty, sobretudo nos anos da PEI:

Ora, tanto Jânio Quadros como João Goulart admitiam uma postura simpática à China [Comunista], mas isso, via de regra, não se aplicava a todo o corpo diplomático. Claro que os altos postos do Itamaraty eram ocupados por pessoas que compactuavam, ainda que parcialmente, com as ideias dos presidentes, mas isso não impediu que houvesse resistência no cumprimento de algumas medidas (COSTA, 2019, p. 142).

Tais divergências no seio do Itamaraty nos mostram quão problemática é a abordagem realista, pois ignora todas as nuances e divergências que podem surgir no seio do Estado. Ao tratar o Estado como uma “caixa preta” ou uma “bola de bilhar” impenetrável, o realismo tende a representá-lo equivocadamente como “um ator unitário e racional, o que significa que o Estado age de maneira uniforme e homogênea e em defesa do *interesse nacional*” (MESSARI e NOGUEIRA, 2005, p. 25 – itálico no original).

Por fim, o capítulo também mostrou, por meio da análise dos trabalhos produzidos na ESG, que pelo menos desde os anos 1950 havia pessoas criticando a fidelidade brasileira ao regime nacionalista chinês, bem como relativizando a importância do antagonismo Moscou-Washington em benefício do antagonismo Norte-Sul. Para muitos destes autores, à medida que o segundo antagonismo se impunha sobre o primeiro, era de se esperar que o Brasil se aproximasse da China continental e se afastasse de Taiwan.

3.6. Reflexões finais

O princípio fundamental da teoria construtivista de Relações Internacionais consiste em entender que os atores sociais agem em relação a outros atores sociais baseando-se em significados ou sentidos atribuídos mutuamente. Segundo Alexander Wendt, “Estados agem de forma diferente em relação a inimigos quando comparados com amigos porque inimigos são uma ameaça e os amigos não¹⁵⁵” (WENDT, 1992, p. 396-397 – tradução nossa).

A anarquia do sistema internacional e a distribuição de poder, tão valorizadas pelos realistas, são insuficientes para nos dizer quem são os amigos e quem são os inimigos, pois elas não nos dizem nada sobre os sentidos que cada ator atribui ao outro. Os construtivistas não negam que a distribuição de poder afete os cálculos dos Estados, tal como ressaltam os realistas. Porém, eles entendem que a distribuição de poder afeta os cálculos dos Estados por meio das expectativas e entendimentos intersubjetivos que os atores possuem de si e dos outros. Se quisermos entender como as relações entre atores internacionais se desenvolvem, precisamos olhar para a “distribuição de conhecimentos” entre esses atores (WENDT, 1992, p. 396-397).

Quando os realistas afirmam que Estados são intrinsecamente egoístas, eles ignoram que tal egoísmo (assim como qualquer outra identidade e comportamento) só pode ser desenvolvido durante interações com outros Estados, e nunca aprioristicamente. Antes de interagir com outros atores, nenhum ator possui uma experiência sobre a qual basear sua identidade e sua percepção acerca dos demais atores: “Qualquer afirmação em contrário implicaria atribuir aos Estados no estado de natureza qualidade que eles só podem possuir em sociedade¹⁵⁶” (WENDT, 1992, p. 402 – tradução nossa).

Wendt explica que o primeiro ato social estabelecido por um ator A frente a um ator B cria expectativas em ambos acerca do comportamento futuro do outro ator. Baseado no primeiro ato de A, o ator B faz um novo gesto que é respondido por A, contribuindo assim para a constituição *pool of knowledge*, isto é, do inventário de saberes que um ator tem sobre o outro. A interação entre atores recompensa-os por terem certas ideias sobre o outro e desencoraja-os a terem outras ideias. Repetidas suficientemente, tais interações criarão conceitos relativamente estáveis de si e do outro ao longo do tempo (WENDT, 1992, p. 405).

Caso os Estados não soubessem nada a respeito dos demais Estados, seria razoável que cada Estado visse os outros Estados como uma ameaça em potencial. Porém, esse tipo de comportamento só é esperado em interações entre Estados que se encontram pela primeira vez,

¹⁵⁵ No original, em inglês: “States act differently toward enemies than they do toward friends because enemies are threatening and friends are not” (WENDT, 1992, p. 396-397).

¹⁵⁶ No original, em inglês: “To assume otherwise is to attribute to states in the state of nature qualities that they can only possess in Society” (WENDT, 1992, p. 402).

algo inimaginável quando tratamos das relações internacionais no mundo moderno. Os Estados contemporâneos têm interagido entre si por dezenas e até centenas de anos, tempo o suficiente para que acumulassem significativo conhecimento acerca dos outros. Apesar de esse conhecimento nunca ser completo, ele também não é irrelevante (WENDT, 1999, p. 108): “ao longo de suas interações, os Estados fizeram políticas com base nas inferências sobre as intenções (pessimistas ou otimistas) uns dos outros, que eram então testadas e revisadas de acordo com a realidade de tais intenções¹⁵⁷” (WENDT, 1999, p. 108 – tradução nossa).

Ameaças, amizades, simpatias e hostilidades, portanto, são socialmente construídas, e não fenômenos naturais.

Ted Hopf, outro teórico construtivista, nos dá um bom exemplo de como os sentidos atribuídos pelos atores internacionais a outros atores são indispensáveis para compreender as relações de poder entre eles. Como o poder tem aspectos não só materiais, mas também discursivos, é razoável dizer que Estados não reagem a poderes militares em si, mas sim a ameaças. Assim, apesar de o poderio militar norte-americano ser maior do que o soviético, os governos da Europa Ocidental no pós-1945 viam a União Soviética como uma ameaça maior do que os Estados Unidos (HOPF, 1998, p. 187).

Dessa maneira, este capítulo demonstrou como o inventário de saberes que constituíam as relações sino-brasileiras foi progressivamente enriquecido entre meados do século XIX, quando Brasil e China possuíam vagas e imprecisas percepções um do outro, até meados do século XX, quando o anticomunismo se tornou um fator ideacional que aproximou o regime nacionalista chinês da diplomacia brasileira. Quando o regime militar chegou ao poder no Brasil em 1964, nenhum dos Estados era estranho um ao outro. Considerando que os construtivistas “não estão interessados em como as coisas *são*, mas em como elas *se tornaram* o que são” (ADLER, 2008, p. 101), a retrospectiva que fizemos neste capítulo foi fundamental para o propósito maior desta tese.

Ademais, construtivistas entendem que as práticas sociais dos atores são fundamentais para reafirmar suas identidades. Ao invadir o Vietnã, por exemplo, os Estados Unidos reafirmaram uma série de identidades, tais como a identidade de uma grande potência, a identidade de uma nação imperialista, a identidade de um inimigo (para o Vietnã do Norte), a identidade de aliado (para o Vietnã do Sul), entre outras. O grande poder das práticas sociais consiste em “produzir previsibilidade e, portanto, ordem”, uma vez que elas “reduzem em grande medida a incerteza entre atores em uma comunidade socialmente estruturada,

¹⁵⁷ No original, em inglês: “over the course of their interactions states have made policies on the basis of inferences about each other’s intentions (pessimistic or optimistic), which were then tested and revised against the reality of what those intentions really were” (WENDT, 1999, p. 108).

aumentando assim a confiança de que as ações tomadas por um serão seguidas por certas consequências e respostas do outro¹⁵⁸” (HOPF, 1998, p. 178 – tradução nossa).

Um dos componentes que ajudou a engendrar esta previsibilidade nas relações sino-brasileiras foi o anticomunismo. Antes mesmo de abril de 1964, o anticomunismo já era um fator ideacional a constituir as relações entre o Brasil e a República da China. Mesmo que o Brasil não fosse ainda regido por um governo que se proclamava investido da missão de lutar contra o comunismo, muitos diplomatas brasileiros se identificavam com o discurso anticomunista do regime de Chiang Kai-shek, enriquecendo assim o cabedal de saberes que um país possuía do outro e, mais importante ainda, ajudando a forjar uma afinidade entre os dois Estados. Porém, como veremos no capítulo 6, à medida que os valores e crenças reproduzidos nos trabalhos da ESG começaram a moldar a política externa do regime militar brasileiro, levando-o ao reconhecimento da China comunista em 1974, a previsibilidade e a estabilidade das relações com o regime nacionalista foram fortemente abaladas.

¹⁵⁸ No original, em inglês: “to produce predictability and so, order (...) greatly reduce uncertainty among actors within a socially structured community, thereby increasing confidence that what actions one takes will be followed by certain consequences and responses from other” (HOPF, 1998, p. 178).

CAPÍTULO 4 – “SOB A LIDERANÇA ILUMINADA DO PRESIDENTE BRANCO”: AS RELAÇÕES BRASIL-CHINA SOB A SOMBRA DO GOLPE (1964-1965)

4.1. O propósito deste capítulo

O presente capítulo analisou as relações entre o Brasil e a República da China entre abril de 1964 e dezembro de 1965, a partir dos documentos no arquivo do MRE. Este recorte temporal foi escolhido porque o propósito deste capítulo foi discutir o impacto imediato que o golpe de 1964 teve sobre as relações entre os dois Estados – impacto este que se mostrou mais evidente nos anos de 1964 e 1965. Sob as lentes da teoria construtivista, refletimos em que medida os ideais anticomunistas que justificaram a instauração do regime militar no Brasil constituíram as relações entre Brasília e Taipei de abril de 1964 a dezembro de 1965.

Iniciamos o capítulo analisando o “caso dos nove chineses”, não só porque se tratou de um dos primeiros incidentes diplomáticos do regime militar brasileiro, mas também devido ao impacto que ele teve sobre as relações com a China nacionalista. A análise do caso dos nove chineses foi seguida por um estudo sobre a repercussão do golpe de 1964 no mundo afro-asiático, o que nos permitiu ver como o golpe de 1964 ajudou a dotar o Brasil de uma identidade anticomunista aos olhos da comunidade internacional. O caso dos nove chineses foi abordado antes porque grande parte da repercussão internacional do golpe de 1964 tinha a ver com a prisão dos nove chineses. Uma vez abordada a repercussão internacional do golpe, analisamos as relações Brasil-China nacionalista no referido marco temporal.

4.2. “Os nove corações vermelhos voltados para a pátria”

Na madrugada do dia 2 para o dia 3 de abril de 1964, policiais fortemente armados e sem mandado judicial invadiram um apartamento na rua Senador Vergueiro 200, no Flamengo, arrombaram a porta e prenderam 4 cidadãos da China comunista. Outros cinco chineses seriam presos na Rua Almirante Tamandaré, 53, no Catete, a cinco minutos dali. A detenção dos nove chineses foi o primeiro escândalo internacional do regime militar brasileiro e um dos primeiros Inquéritos Policial-Militares (IPM) expedidos pelo novo governo. Por muitos anos esse episódio não recebeu muita atenção dos pesquisadores. Poucos são os trabalhos a ele dedicados, a exemplo do livro *O Caso dos Nove Chineses*, de Ciça Guedes e Murilo Fiuza de Melo, e da dissertação de mestrado de Celiane Ferreira da Costa *Entre aproximações e afastamentos: as relações políticas sino-brasileiras – da Política Externa Independente à Política Externa Interdependente (1961-1965)*. Recorremos a seguir a estes dois trabalhos, dado que são trabalhos de fôlego amparados em fontes confiáveis.

A presença dos cidadãos chineses no Brasil era resquício dos anos da Política Externa Independente, especialmente da visita de João Goulart à China continental em 1961:

Identificados como perigosos agentes internacionais a serviço da República Popular da China, para disseminar a revolução comunista no Brasil, ao lado das principais lideranças do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), os nove chineses estavam legalmente no Brasil, com passaportes e vistos concedidos pelo Itamaraty, sem restrições. Eram “filhos” da Política Externa Independente, lançada pelo presidente Jânio Quadros, em 1961, no auge da Guerra Fria, numa tentativa de ampliar o comércio do Brasil com todas as nações do mundo – em especial, as socialistas (GUEDES e MELO, 2014, p. 25).

Dois dos chineses presos eram jornalistas: Wang Weizhen e Ju Qingdong (este último aprendera português no Brasil e era um dos únicos entre os chineses que falava português). Eles estavam no Brasil desde dezembro de 1961 com a missão de instalar um escritório da *Hsinhua*, agência chinesa de notícias. O credenciamento destes jornalistas foi um problema, já que tais documentos só eram concedidos a jornalistas apresentados pelas embaixadas de seus países. Inexistindo uma embaixada da República Popular da China no Brasil, oficialmente estes jornalistas não poderiam ser credenciados.

Dario de Castro Alves, assessor de imprensa do Itamaraty, lembrou que um correspondente soviético havia conseguido uma credencial antes do restabelecimento de relações entre Brasília e Moscou. Os chineses esperavam que este caso abrisse um precedente positivo, mas o ministro Paulo Leão de Moura, secretário geral adjunto para Assuntos de Europa Oriental e Ásia, foi contra as credenciais. O ministro acreditava que ela seria o primeiro passo para o estabelecimento da *Hsinhua* no Brasil, trazendo consequências políticas indesejáveis ao Brasil e às suas relações com o governo nacionalista chinês (COSTA, 2019, p. 104). Decidiu-se, por fim, negar as credenciais, mas autorizar a permanência dos jornalistas no Brasil:

O Ministro do MRE, San Tiago Dantas, concordou em não conceder as credenciais aos jornalistas, para evitar imbrólios com a China Nacionalista. A presença dos jornalistas chineses passa a ser monitorada pelo Conselho de Segurança Nacional, conforme sugeriu Celso Diniz, chefe da DAO [Divisão de Ásia e Oceania do Itamaraty], em memorando do dia 7 de agosto de 1962 (COSTA, 2019, p. 105).

Outros quatro chineses presos estavam no país participando de uma exposição comercial. Eram eles Su Ziping, Hou Fazeng (antigo membro do Exército de Libertação Nacional), Wang Zhi e Zhang Baosheng (que falava português fluentemente e era o intérprete da equipe). Eles traziam produtos chineses para serem comercializados, como chá e agulhas de acupuntura. Os outros três chineses compunham uma missão comercial para comprar algodão e chegaram ao Brasil em janeiro de 1964: Wang Yaoting, Ma Yaozeng (que participara da Longa Marcha e lutara contra os nacionalistas) e Song Guibao (GUEDES e MELO, 2014, p. 13, 25).

Su Ziping, Hou Fazeng, Wang Zhi e Zhang Baosheng procuravam organizar uma feira comercial no Brasil para apresentar os produtos e a cultura chinesa. Porém, os ministros das relações exteriores San Tiago Dantas e Hermes Lima, bem como o próprio presidente João Goulart temiam que a autorização para a exposição comercial inflamasse a polarização

ideológica e o clima de radicalização política, já que pairavam sobre o governo acusações de simpatia com o comunismo. Sendo assim, João Goulart vetou a realização da exposição tanto na Guanabara como em São Paulo, dois estados governados por políticos ferrenhamente anticomunistas: Carlos Lacerda e Ademar de Barros, respectivamente. Consentiu, porém, na sua realização em Belo Horizonte e Niterói (GUEDES e MELO, 2014, p. 61-62, 63-64).

A autorização dada por Jango para que o evento ocorresse em Belo Horizonte e Niterói não passou despercebida pela diplomacia norte-americana. Em aerograma remetido pela embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro em 7 de março de 1964, lemos que a decisão do governo brasileiro revertia uma decisão anterior de rejeitar o pedido dos chineses para realizar o evento. Ademais, tal decisão teria vindo em um momento no qual se dava muita publicidade ao possível estabelecimento de um escritório da China comunista no Brasil (ESTADOS UNIDOS, 07/03/1964¹⁵⁹). Antes que as exposições pudessem ser realizadas, contudo, veio o golpe militar.

A polícia política de Carlos Lacerda já vinha monitorando os passos dos chineses desde 1961, recebendo para isso a valiosa ajuda do consulado da República da China. Em 15 de julho de 1963, Carlos Lacerda havia criado a Seção de Atividades Antidemocráticas, subordinada ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e objetivando reprimir ideias e organizações consideradas nocivas ao regime democrático. O órgão tinha uma ampla rede de colaboradores anônimos que se infiltrava em meios artísticos, culturais, estudantis, políticos e operários. O vice-cônsul chinês Pingchao Su enviava informações para o DOPS afirmando que Pequim financiava uma rede para engajar o Brasil em relações diplomáticas com países comunistas asiáticos, sendo os nove chineses parte desta rede. Após a prisão dos nove chineses, um agente secreto nacionalista foi enviado para interrogá-los (GUEDES e MELO, 2014, p. 70, 71, 73-74).

Um documento do Departamento de Estado Norte-Americano de junho de 1964 atesta que o diretor da rádio *Voice of Free China*, S. F. Lee, desempenhou importante papel na investigação dos nove chineses presos a mando de Carlos Lacerda. Lee, que estaria apenas visitando a América do Sul quando os chineses foram detidos, foi orientado pelas autoridades nacionalistas a ir ao Brasil e persuadir os chineses detidos a desertarem para o lado nacionalista. O documento afirma que a forma pela qual Lee operava sugeria que ele provavelmente tinha alguma experiência prévia em assuntos de inteligência. O embaixador da China no Brasil, Hsu Shao-chang, foi chamado por Carlos Lacerda para auxiliar as autoridades brasileiras quando os prisioneiros chineses declararam greve de fome (ESTADOS UNIDOS, 09/06/1964).

¹⁵⁹ Este e muitos outros documentos do *National Archives and Records Administration* (NARA) podem ser acessados no site do Laboratório de História do Tempo Presente da Universidade Federal de Minas Gerais: <http://www.fafich.ufmg.br/lhnp/nara/>. Agradeço ao professor Rodrigo Patto Sá Motta pela recomendação.

A prisão dos cidadãos chineses logo após deflagrado o golpe foi comemorada pelo secretário de segurança da Guanabara, o coronel-aviador Gustavo Borges, cujo auxiliar era Cecil Borer, diretor do DOPS e um dos responsáveis pela repressão ao levante comunista de 1935 (GUEDES e MELO, 2014, p. 20-21). Em coletiva à imprensa, Gustavo Borges afirmou que os chineses tinham agulhas envenenadas (que na verdade eram agulhas de acupuntura), comprimidos letais e pipas teleguiadas com bombas (que nada mais eram que o desenho de um antigo foguete chinês). As vítimas dos chineses seriam, segundo Gustavo Borges, o governador Carlos Lacerda, o general Amauri Kruehl e o presidente Castelo Branco (COSTA, 2019, p. 11).

As autoridades não foram as únicas responsáveis pela narrativa de que os chineses eram espiões subversivos. Jornais como *O Globo*, *O Jornal* e o *Diário de Notícias* também propagaram a ideia de que se tratava de elementos perigosos. *O Globo* noticiava: “Personalidades brasileiras estavam marcadas para morrer”. *O Jornal* proclamava: “Presos nove agentes comunistas chineses que vieram matar Carlos Lacerda”. Já o *Diário de Notícias* publicava: “Mao Tsé mandou matar à chinesa” (GUEDES e MELO, 2014, p. 92).

A imprensa repercutiu o caso sem qualquer questionamento crítico, seja por simpatia ao novo regime, seja porque o enredo policialesco estava rendendo ótimas vendas. Com o tempo, porém, os jornais perceberam todos os furos que o processo tinha e se convenceram dos argumentos da defesa. Primeiro os articulistas, e depois os próprios editorialistas dos jornais denunciaram as falhas do processo e o forjamento de provas. Autores como Antonio Callado, Rubem Braga e Augusto Frederico Schmidt teceram, na imprensa, duras críticas ao processo (GUEDES e MELO, 2014, p. 111-113).

A prisão dos chineses também sensibilizou a comunidade internacional. Uma vez anunciada a data do julgamento (21 de dezembro de 1964), advogados de várias partes do mundo vieram ao Brasil para acompanhar o caso como observadores. O chefe de Divisão Jurídica do Itamaraty, Roque da Motta, aconselhou autorizar a entrada dos advogados, a fim de passar ao mundo uma imagem de transparência. Entretanto, no dia 12 de dezembro de 1964, a Secretaria de Estado das Relações Exteriores enviou um telegrama às missões diplomáticas brasileiras orientando-as a recusar a concessão de vistos a advogados que compunham a Associação Internacional de Juristas Democráticos (COSTA, 2019, p. 131).

Em entrevista transmitida pela TV Rio e pela Rádio Roquette Pinto, Carlos Lacerda disse que fazia questão ver os chineses julgados e seus planos expostos ao público:

Não tenho interesse nenhum na pessoa deles, não falo a língua deles, se olhar são todos iguais. Não tenho nada a ver com eles. O que eu tenho que ver é com esses oito [sic] homens que entraram aqui com memorandos para vistos dados pelo gabinete do ministro do Exterior (LACERDA citado por GUEDES e MELO, 2014, p. 96).

No DOPS, os chineses foram torturados e espancados pelos homens de Cecil Borer e Gustavo Borges. A polícia política de Lacerda sabia da histórica rivalidade entre Taiwan e a China comunista, sabia que o governo de Taiwan vigiava os chineses desde o seu desembarque e por isso contou com a colaboração explícita de um agente enviado pela China nacionalista para interrogar e fazer propostas provocadoras aos chineses (GUEDES e MELO, 2014, p. 96).

Os chineses ficaram mais de um ano presos, sendo extraditados apenas em 17 de abril de 1965. Foram meses difíceis nos quais eles sofreram com torturas e interrogatórios. Em entrevista concedida em 2013, Ju Qingdong narra os momentos de agonia no DOPS: “Durante a detenção e interrogatórios ilegais, ninguém da polícia falava em inglês conosco, gritavam somente em português ou através de um intérprete de Taiwan. Em conluio com agentes do *Kuomintang*, faziam os interrogatórios secretos por turnos” (JU citado por GUEDES e MELO, 2014, p. 25). O jornalista também relata que os agentes que os prenderam afirmaram que iriam enviá-los a Taiwan: “Isso demonstrava que as autoridades brasileiras do golpe militar estavam em conluio com agentes secretos do *Kuomintang* e maquinavam, com pressa, o nosso sequestro” (JU citado por GUEDES e MELO, 2014, p. 229). O intérprete a auxiliar os oficiais brasileiros era o espião Zhang Xing Zhi, despachado por Taiwan. Ao ouvirem que seriam mandados para Taiwan, os presos responderam com uma greve de fome até receberem a garantia de que tal deportação não ocorreria (GUEDES e MELO, 2014, p. 99).

As relações entre o corpo diplomático nacionalista chinês e as autoridades brasileiras vinham de antes de 1964. Já em 1961 o encarregado de negócios de Taiwan alertava as autoridades brasileiras que os representantes da *Hsinhua* aproveitariam para agitar a comunidade chinesa no Brasil. Em 1962, quando os jornalistas pediram a prorrogação do visto para novembro de 1963, as investidas de Taiwan se intensificaram. Os diplomatas nacionalistas enviaram um documento informal sugerindo ao MRE que não prorrogasse os vistos. O documento foi entregue ao secretário-geral do Itamaraty, Carlos Alfredo Bernardes, em 27 de julho de 1962, pelo embaixador da República da China Ti-Tsun Li. Dizia o documento que os jornalistas distorceriam a realidade dos fatos brasileiros (assim como faziam em toda democracia) e solicitava-se a não renovação dos vistos em nome dos interesses do Brasil e do “mundo livre” (GUEDES e MELO, 2014, p. 97, 98).

O documento não foi bem recebido pelas autoridades brasileiras. Aluysio Regis Bittencourt, secretário-adjunto do MRE, considerou o pedido chinês descortês. Celso Diniz, chefe da Divisão de Ásia e Oceania do MRE, acusou os chineses de se intrometerem em assuntos que eram da alçada apenas do governo brasileiro. Nas palavras de Celso Diniz:

Não é esta, aliás, a primeira vez que a Embaixada da China, seja verbalmente, seja por meio de documentos escritos, se dá ao desplante de procurar opinar sobre assuntos da

exclusiva competência da autoridade brasileira, ou de “fiscalizar”, numa “colaboração” não solicitada com os órgãos de Segurança Nacional, os passos de alienígenas que entraram no Brasil com plena autorização e responsabilidade da administração (DINIZ citado por GUEDES e MELO, 2014, p. 98).

Falhando na esfera federal, os diplomatas da China Nacionalista voltaram-se para a Guanabara de Carlos Lacerda, onde tiveram boa acolhida. Os diplomatas cooperaram com o DOPS e passaram detalhes de todos os passos dos cidadãos chineses para a Seção de Atividades Antidemocráticas criada por Gustavo Borges (GUEDES e MELO, 2014, p. 98).

A defesa dos cidadãos chineses veio do advogado mais improvável: Heráclito Fontoura Sobral Pinto, apoiador do golpe militar e anticomunista ferrenho. Como a China comunista não tinha embaixada no Brasil, coube à embaixada de Cuba¹⁶⁰ solicitar os serviços de Sobral Pinto. Os cubanos conversaram por duas horas com Sobral Pinto, que atacou duramente o regime cubano, mas no fim acatou o pedido. Não recebeu um centavo pela defesa porque se recusava a receber dinheiro de comunistas e ainda recusou o convite de Mao para visitar o país. Em 17 de abril de 1965, os chineses foram expulsos do Brasil sem serem oficialmente absolvidos. Sobral Pinto lutou pela absolvição dos réus, mas em outubro de 1965 viu seu recurso negado pelo Superior Tribunal Militar (GUEDES e MELO, 2014, p. 84-86).

Um telegrama expedido pela embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro para a Secretaria de Estado Norte-Americana informava que, entre os condenados pela justiça brasileira no caso dos chineses estavam não apenas os próprios chineses, mas também três brasileiros: o ex-deputado federal exilado Adão Pereira Nunes, Amarílio Vasconcelos e a antiga secretária da Sociedade Cultural Brasil-China Raquel Cossoy. O telegrama ainda dizia que a justiça brasileira baseou seu veredicto no fato de os chineses possuírem uma carta de conteúdo incriminador, além de acusarem-nos de não levarem a cabo qualquer tipo de atividade comercial no Brasil. O telegrama conclui afirmando que a maioria dos jornais cariocas buscaram dar um tratamento imparcial à condenação, com exceção do *Última Hora* e do *Correio* (ESTADOS UNIDOS, 22/12/1964).

No dia seguinte ao julgamento, o *Diário de Notícias* informava que era desejo do governo expulsar os chineses para evitar polêmicas internacionais. Entretanto, “a ânsia em provar o complô comunista para tomar o controle do país falou mais alto e assim a ‘revolução’ de 1964 manchou a sua reputação internacional” (COSTA, 2019, p. 135). Além de prejudicar a imagem do Brasil no exterior, o episódio selou o afastamento de Sobral Pinto do regime de 1964 que ele havia apoiado (COSTA, 2019, p. 135).

No começo do processo, um telegrama da embaixada norte-americana no Rio de Janeiro comunicava que o Departamento de Estado recebera a sugestão de trocar os chineses detidos

¹⁶⁰ O Brasil só romperia com Cuba em maio de 1964.

por prisioneiros norte-americanos na China comunista e/ou por dois oficiais norte-americanos da ONU presos na Coreia do Norte. A proposta, contudo, foi rejeitada pelos Estados Unidos não somente porque eles temiam mexer com assuntos domésticos brasileiros, mas também porque, se levada a cabo, tal proposta provaria justamente o argumento de Pequim: de que o regime militar brasileiro estaria agindo em conluio com Washington. Além disso, o Departamento de Estado acreditava que era oportuno prosseguir com o julgamento dos chineses, pois se fosse provado que se tratava de espíões, isso teria um impacto negativo sobre a imagem da China comunista na opinião pública internacional. A possibilidade de trocar os prisioneiros chineses por norte-americanos apenas parecia interessante aos Estados Unidos se as atividades de espionagem dos chineses fossem comprovadas – e se as autoridades brasileiras concordassem (ESTADOS UNIDOS, 29/04/1964).

Os nove chineses foram recebidos como heróis por uma multidão na Praça da Paz Celestial, além de se encontrarem com Mao Tse-tung e Chou En-lai. Muitos deles ocupariam elevados cargos no governo. Eles entraram para a história da China como as “Nove Estrelas” ou “Nove Corações Vermelhos Voltados para a Pátria” (GUEDES e MELO, 2014, p. 179, 180).

4.3. O golpe militar e a detenção dos nove chineses: repercussão internacional

A detenção dos nove chineses no Brasil teve repercussões em outro país asiático além da China: a Indonésia, então governada por Sukarno, um dos organizadores da Conferência de Bandung. Em ofício de setembro de 1965, o encarregado de negócios brasileiro em Jacarta Raul José de Sá Barbosa afirma que desde abril do ano anterior a embaixada brasileira recebia “um enxurro de protestos da maior insolência” contra a detenção dos chineses e contra o regime militar (BARBOSA, 1965, ofício nº 218). Em ofício de 14 de abril de 1964, a embaixada brasileira em Jacarta enviou ao MRE uma declaração da Associação Ásio-Africana de Jornalistas (AAAJ) sediada em Jacarta na qual se tecem duras críticas ao governo militar e à sua decisão de deter os jornalistas chineses:

As autoridades brasileiras do golpe de Estado se recusaram a libertá-los, informar o mundo sobre suas condições atuais ou dar quaisquer razões para a sua prisão. O Secretariado da AAAJ afirma enfaticamente que isso é uma óbvia violação da lei internacional, dos direitos civis e do princípio de liberdade de imprensa. Nós exortamos urgentemente as autoridades brasileiras, no interesse da justiça e da solidariedade entre Jornalistas Afro-Asiáticos e Jornalistas brasileiros, a libertar Wang Wei Chen e Chu Ching Tung imediatamente e a garantir sua segurança pessoal¹⁶¹ (DECLARAÇÃO, 1964 – tradução nossa).

¹⁶¹ No original, em inglês: “The Brazilian coup d’etat authorities have refused to release them, make known to the world their present conditions, or give any reasons as to why they have been arrested. The Secretariat of the A.A.J.A. emphatically asserts that this is a gross violation of international law, civil rights and principle of freedom of the Press. We urgently request the Brazilian authorities, in the interests of justice and Afro-Asian Journalists and Brazilian Journalists solidarity to release Wang Wei Chen and Chu Ching Tung immediately and protect their personal safety” (DECLARAÇÃO, 1964).

A declaração da AAAJ termina com um chamado para que seus membros se unam para condenar esta “ação desnecessária, que só pode servir aos interesses dos imperialistas e prejudicar a solidariedade dos jornalistas afro-asiáticos e brasileiros¹⁶²” (DECLARAÇÃO, 1964 – tradução nossa).

Em ofício de 17 de abril, a embaixada em Jacarta remeteu, em anexo, um telegrama do conjunto de canto e dança *Gembira* condenando “o terror desencadeado pelo Governo brasileiro contra a mocidade do país, que luta patrioticamente e revolucionariamente, e exige a pronta libertação dos presos políticos” (SUTIJOSO, 1964). No mesmo mês, a embaixada receberia notas de protesto de diferentes organizações trabalhistas. Uma delas era o SBPU, sindicato controlado pelo Partido Comunista Indonésio (PKI). Outra vinha do *Barisan Tani Indonesia* (BTI), partido político representando o movimento camponês. A nota do SBPU iguala os jornalistas chineses e os trabalhadores brasileiros como vítimas do regime militar:

As prisões e o terror desencadeado contra os líderes dos movimentos de trabalhadores, organizações de massa e jornalistas da Hsinhua pelo regime do General Branco provocam a ira de todos os operários indonésios de construção e de obras públicas. O regime Branco age visivelmente contra o interesse nacional brasileiro e em benefício do imperialismo americano. Favor submeter este protesto do SBPU ao regime fascista de Branco. Continuamos com o governo legal de Goulart. Libertem os presos. a) PSBPU (SBPU, 1964).

A nota do BTI também denunciava o caráter imperialista e as arbitrariedades do regime militar:

Com referência às prisões, detenções, assassinatos contra operários patriotas e contra o povo do Brasil e a violação dos direitos humanos pelo governo brasileiro, o BTI exprime seu protesto e urge – por seu intermédio – o Governo brasileiro, dirigido pelos imperialistas norte-americanos, a cessar imediatamente tais atividades e a libertar os trabalhadores presos e os populares que heroicamente lutam pela independência nacional e pela paz. O BTI expressa sua solidariedade para com eles, convencido do sucesso final deles e da sua habilidade em destruir qualquer esforço da reação. a) DPP BTI (DPP BTI, 1964).

Em outra nota enviada à embaixada brasileira pelo BTI, lê-se que “patrióticos líderes trabalhistas” e “nove funcionários do escritório comercial chinês e jornalistas” foram vítimas das “autoridades do golpe de estado militarista que, agora, em conluio com a clique de Chiang Kai-shek, se preparam para raptá-los para Taiwan sem qualquer consideração pelos direitos da pessoa humana ou pelo direito internacional” (BTI, 1964). Ademais, “Os camponeses indonésios apoiam a luta justa do povo brasileiro e expressam sua simpatia para com os chineses e sua ira contra a falta de humanidade e a arbitrariedade do grupo militar que deu o golpe de estado no Brasil” (BTI, 1964). A nota conclui condenando não somente a detenção dos chineses, mas também dos demais prisioneiros e o próprio regime militar brasileiro:

¹⁶² No original, em inglês: “this uncalled for action, which can only serve the interests of the imperialists and impair Afro-Asian Brazilian Journalists solidarity, and to demand the immediate release of the two journalists” (DECLARAÇÃO, 1964).

A chefia do movimento camponês indonésio protesta energicamente e em nome dos seus 7 milhões de membros condena o golpe militar do Brasil, desumano e arbitrário e urge a libertação imediata dos presos políticos, populares e trabalhadores e também funcionários do escritório comercial chinês e jornalistas (BTI, 1964).

O corpo diplomático brasileiro em Jacarta reconhecia, em ofício ao MRE, que a “China comunista é muito popular na Indonésia, e a detenção dos chineses teve péssima repercussão aqui” (BARBOSA, 1964, ofício nº 79). No mesmo ofício, Barbosa anexou um protesto emitido pelo porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China comunista dirigido à junta militar brasileira. O protesto foi emitido no dia 14 de abril e afirmava que “a junta militar Brasileira, sob a manipulação ardilosa do imperialismo dos Estados Unidos, está em conluio com a gangue de Chiang Kai-shek e planejando levar os presos chineses para Taiwan¹⁶³” (CHINA, 1964, p. 1 – tradução nossa). A proximidade entre o embaixador nacionalista no Brasil e as autoridades da Guanabara, bem como o envio de um agente de Chiang Kai-shek para interrogar os presos, são invocados pelo documento para evidenciar como a prisão estaria sendo tramada pelo imperialismo norte-americano e executada pela junta militar brasileira (CHINA, 1964, p. 2).

O Movimento da Juventude da Cidade de Jacarta também enviou uma nota à embaixada na qual, em nome de seus 22 mil membros, acusava o governo brasileiro de “prender, oprimir, castigar e aterrorizar estudantes e populares, violando os direitos da juventude e do povo do Brasil”, além de pedir a “cessação de tais atos e a libertação dos presos políticos” (MOVIMENTO DA JUVENTUDE DA CIDADE DE JACARTA, 1964). Já uma nota do conselho diretor da *Maguna*, organização que reunia empresas nacionais, denuncia a detenção e tortura de Wang Ya Ting “pela junta militar do Brasil apoiada pelo imperialismo americano”, acusando-a de ser um “ato fascista e que aberra a humanidade” (MAGUNA, 1964). Ademais,

Essa ação a la Hitler pela junta militar brasileira revolucionária contra Wang Ya Ting e seus colegas é uma severa violação dos direitos humanos, dos princípios do direito internacional, da liberdade de imprensa e de acordo estabelecido entre o Governo do Brasil e o da China para a ida de uma missão de boa vontade com o fim de desenvolver mútua compreensão e amizade e para promover relações de comércio entre os dois países (MAGUNA, 1964).

A *Maguna* define o esforço de Wang Ya Ting e seus colegas em promover as relações econômicas com o Brasil como fruto “do espírito de Bandung e de decisões do Conselho e dos povos da Ásia e da África”. Tal esforço teria sido bem acolhido “pela massa e pelos empresários progressistas”, embora tenha sido “sabotado pelos imperialistas e pela ‘gang’ dos empresários reacionários, que agem sob pressão e de acordo com seus patrões imperialistas, mesmo se isso ofende os interesses do povo” (MAGUNA, 1964).

¹⁶³ No original, em inglês: “It is especially noteworthy that according to reports the Brazilian military junta, under the scheming manipulation of U.S. imperialism, is colluding with the Chiang Kai-shek gang and planning to take the arrested Chinese to Brazil” (CHINESE FOREIGN MINISTRY SOPKESMAN LODGES STRONG PROTEST WITH BRAZILIAN MILITARY JUNTA, 1964, p. 1).

Em ofício de 27 de abril, Barbosa informa ao MRE que os protestos iriam continuar: “Dadas as características do regime, toda gente aqui é altamente politizada. É de esperar, por isso, que a protestação continue” (BARBOSA, 1964, ofício nº 85). Anexado a este ofício estava um protesto da Associação dos Pequenos Comerciantes de Jacarta:

- 1 – condenamos a ação fascista do governo brasileiro, que investiga e detém e tortura, sem respeito pela humanidade, pelo direito das gentes e pela liberdade de imprensa;
- 2 – protestamos contra as intrigas do governo brasileiro com os imperialistas dos Estados Unidos e a gang Kuomintang/Chiang Kai-shek para o retorno forçado dos ditos chineses para Taiwan;
- 3 – qualificamos as ações do seu governo como prova de pânico e como atos desumanos semelhantes aos que eram cometidos pelo regime fascista de Hitler no seu tempo, desde então condenados pela humanidade; e como uma violação dos princípios da Carta das Nações Unidas (SJAHABUDDIN, 1964).

Um novo protesto viria em maio, assinado por Kuntjahjo, presidente do SEPDA, a União Regional de Trabalhadores. Afirmando representar 108 mil trabalhadores indonésios, a nota acusa o governo brasileiro de manter presos “milhares de trabalhadores e de populares que lutam contra o regime atual, reacionário e dirigido pelo imperialismo americano”, urge dito governo a libertar os presos e afirma: “Nossa simpatia está com o povo do Brasil em luta contra imperialismo e neo-colonialismo e contra reacionários brasileiros. A simpatia do povo do mundo será a tempestade que expulsará e destruirá a reação” (KUNTJAHJO, 1964).

O impacto do golpe de 1964 sobre a Indonésia foi tão significativo que se formou até mesmo um Comitê de Solidariedade às Vítimas da Contrarrevolução no Brasil (*Rapat Umum Solidaritas untuk Pembebasan Korban-Korban Kontra Revolusi di Brasilis*). Segundo Barbosa em ofício de maio de 1964, o governador de Jacarta, Dr. Sumarno, foi convidado a comparecer a um dos encontros do Comitê de Solidariedade, mas recusou o convite. Barbosa afirma ter se reunido com o Dr. Sumarno para explicar “os verdadeiros objetivos do movimento” e elogia o fato de o governador ter sido “extremamente amável”, prometendo tratar do assunto com seus colegas de governo (BARBOSA, 1964, ofício nº 103).

Barbosa também visitou a Sra. Hidajat, esposa do ministro dos transportes e presidente do Comitê, com quem tratou dos assuntos brasileiros, além de ter recebido o próprio Comitê e de ter estado no Ministério do Exterior três vezes. O caso dos nove chineses era o assunto principal em todos esses eventos, e o diplomata lamenta não ter recebido mais informações do MRE “a fim de poder refutar a versão corrente” (BARBOSA, 1964, ofício nº 103). Em seu encontro com Comitê de Solidariedade, um representante estudantil questionou a prisão de estudantes de Angola, Guiné e “outros estranhos lugares” – casos estes que Barbosa dizia desconhecer (BARBOSA, 1964, ofício nº 103).

Barbosa afirmou ter enviado um texto para diversas embaixadas respondendo às críticas que recebera, mas ainda assim o governo indonésio havia se mantido discreto sobre o assunto

(BARBOSA, 1964, ofício nº 103). No mesmo ofício, o encarregado de negócios reproduziu uma resolução aprovada em sessão pública do Comitê de Solidariedade na qual este expressa “seu mais veemente protesto contra a prisão e perseguição de patriotas no Brasil”, especialmente os membros da missão chinesa (RESOLUÇÃO, 1964). A resolução classifica os atos do regime militar como “não-civilizados e arbitrários”, bem como um “desafio aos sentimentos de justiça e de solidariedade entre os povos da Ásia, da África e da América Latina” (RESOLUÇÃO, 1964). A resolução também invoca os princípios de Bandung e afirma que a detenção dos chineses transcendia os interesses brasileiros e chineses:

Não se trata por isso de uma questão do povo brasileiro, ou do povo chinês ou do povo da América Latina. Trata-se de uma questão que passa a interessar todo o mundo, que afeta os povos amantes da paz, da independência, da liberdade, que desejam construir sua vida nacional livre de dominação ou pressão estrangeira e que preferem estabelecer relações de amizade entre nações em bases de igualdade e respeito recíproco, em conformidade com os 10 Princípios de Bandung e com o item III do Manifesto Político, para chegar à paz mundial (RESOLUÇÃO, 1964).

Após exortar à libertação dos presos chineses, a resolução conclui convocando seus signatários a “insistir junto ao Governo indonésio para que tome todas as medidas a seu alcance e faça todos os esforços para a libertação das vítimas da revolução, digo, contrarrevolução brasileira”. Tal ação seria de grande valia “à luta geral contra o imperialismo e à consolidação de AAA (África, Ásia, América Latina) e das NEFO (Novas Forças Emergentes), inseparáveis da execução da *Dwikora* para o esmagamento do projeto neo-colonialista da Malásia” (RESOLUÇÃO, 1964). Dessa forma, tanto a prisão dos chineses pelo regime militar brasileiro como a formação da Malásia em 1963¹⁶⁴ são identificados pelo Comitê de Solidariedade como partes de um mesmo projeto imperialista.

Em junho, a embaixada remeteu ao Brasil uma nota circular enviada pela embaixada da China comunista em Jacarta referente ao caso dos nove chineses. A nota tecia duras críticas à detenção dos cidadãos, ressaltava a ausência de provas e acusava as autoridades brasileiras de fabricar evidências. A nota intitulava-se “Mais sobre a ‘prova’ preparada pelos agentes dos EUA e de Chiang para a armação brasileira¹⁶⁵” (CHINA, 1964 – tradução nossa).

Apesar de observar a discricção do governo indonésio frente aos eventos políticos no Brasil, em 1965 Barbosa enviaria um ofício lamentando a ausência das autoridades locais em uma exposição de gravuras brasileiras. Atribui-se tal ausência à “revolução” de 1964:

Dei um cocktail para a inauguração e a ele compareceram diplomatas e artistas – mas nem uma só autoridade indonésia, quer do Ministério do Exterior, quer do Departamento da Educação Básica e Cultura, que concordara, muito amavelmente, em patrocinar a mostra (anexo IV). O Brasil já não goza, desde a revolução, das simpatias oficiais, como antigamente (BARBOSA, 1965, ofício nº 167).

¹⁶⁴ Conforme vimos no capítulo 2, a Malásia era peça fundamental no “arco anticomunista” formado no Sudeste Asiático (NGOEI, 2019).

¹⁶⁵ No original, em inglês: “More on ‘evidence’ prepared by U.S. Chiang agentes for Brazilian frame-up” (CHINA, 1964).

Em fevereiro de 1965, a embaixada recebeu nova nota de protesto de um sindicato local atribuindo o incidente com os nove chineses a um conluio imperialista e anticomunista:

Baseado no falso testemunho do regime de Taiwan e na malícia do imperialismo americano, o processo [contra os nove chineses] faz lembrar ao mundo processos semelhantes do tempo dos governos bestiais de Hitler e de Mussolini – embora o mundo tenha mudado e seja agora um mundo de jovens nações emergentes, em luta contra o imperialismo e pela liberdade, as quais não estão dispostas a tolerar o fascismo. Os aspectos ilegais do julgamento tocaram a consciência do mundo. Estamos seguros de que medidas serão tomadas para corrigir as consequências dele (NOTA DE PROTESTO, 1965).

Em comum entre a maioria das mensagens enviadas por diversos setores da sociedade civil indonésia à embaixada brasileira estavam denúncias ao governo brasileiro, acusado de violar leis internacionais, atentar contra os direitos humanos, ser uma ferramenta do imperialismo internacional e agir em conluio com os Estados Unidos e o *Kuomintang*/Chiang Kai-shek. Também exortavam as autoridades brasileiras a libertar os presos políticos, fossem eles chineses ou brasileiros.

Mas o regime militar brasileiro também despertou simpatia na Indonésia. Em ofício de janeiro de 1967, quando Sukarno já havia sido derrubado pelo general Suharto, Barbosa reproduz o seguinte editorial do *Angkatan Bersendjata*, jornal das Forças Armadas da Indonésia:

Nos anos de 1962, 1963 e 1964 o Brasil tinha um presidente cujo nome era João Goulart, um criptocomunista ávido por estabelecer uma “ditadura dos trabalhadores”. No nosso editorial de anteontem nós destacamos a mesma situação em Gana, Indonésia e Brasil e o plano geral utilizado pelos comunistas para ganhar poder por meio de ações de massa e ações legais, bem como por instituições já infiltradas para o plano geral [que era] a deterioração da educação, o empobrecimento do povo, agitação, guerra psicológica e falta de escrúpulos¹⁶⁶ (ANGKATAN BERSENDJATA, 1967 – tradução nossa).

O editorial cita o general Argemiro Assis Brasil, o antropólogo Darcy Ribeiro e o chefe de imprensa de Jango, Raul Ryff, como provas de que o presidente brasileiro estaria cercado por comunistas. O primeiro-ministro de Jango (cujo nome não é citado¹⁶⁷) é chamado de “socialista pró-Castro” e Leonel Brizola é identificado como um agitador com amplo controle sobre a mídia. Ao fim de 1963, o cenário brasileiro seria desalentador. O ministério mais afetado seria o da educação: professores estariam sendo substituídos por “revolucionários progressistas” e a UNE estaria se orientando pela cartilha comunista em conluio com o ministro da educação e o presidente Goulart (ANGKATAN BERSENDJATA, 1967).

¹⁶⁶ No original, em inglês: “In the years of 1962, 1963 and 1964 Brazil had a President whose name was João Goulart, a crypto-communist who was eager to establish a ‘workers dictatorship’. In our editorial the day before yesterday we pointed out about the same situation in Ghana, Indonesia and Brazil and about the general plan used by the communists to gain power, through mass-actions and legal actions and through institutions already infiltrated to the general plan was the deterioration of the education, the impoverishment of the people, agitation psy-war and unscrupulousness” (ANGKATAN BERSENDJATA, 1967).

¹⁶⁷ Durante o interregno parlamentarista (setembro de 1961 a janeiro de 1963), Jango teve três primeiros-ministros.

Ainda segundo o periódico, Jango adotara uma política econômica desastrosa ao imprimir papel-moeda em massa e inibir investimentos estrangeiros. Seu governo teria sido marcado pela corrupção, prostituição e criminalidade, e a insatisfação popular teria sido capitaneada pelos comunistas. Graças à reação do general Castelo Branco, Jango teria sido impedido de transformar o Congresso em uma “Assembleia Popular de Trabalhadores, Camponeses e Soldados” inspirada em Lênin (ANGKATAN BERSENDJATA, 1967).

O editorial conclui exaltando o papel dos militares brasileiros: “A tradição das Forças Armadas do Brasil coloca-se como defensora da Constituição. A maioria dos oficiais são não-comunistas são filhos [sic] da classe média e baixa da população e representam a voz do povo¹⁶⁸” (ANGKATAN BERSENDJATA, 1967 – tradução nossa). Ademais, o Brasil é identificado como um país que destoa dos seus vizinhos por nunca ter tido uma ditadura puramente militar, já que os militares apenas interviriam para evitar crises políticas e rapidamente reconduzir o país à normalidade constitucional (ANGKATAN BERSENDJATA, 1967).

Outro país asiático no qual os eventos de março-abril de 1964 tiveram importante repercussão foi a Índia. Em ofício enviado pela embaixada brasileira em Nova Délhi ao MRE no dia 9 de abril de 1964, acha-se anexada uma notícia do *The Times of India* de 4 de abril com duras críticas à deposição do presidente Jango. O artigo destaca que Jango, constitucionalmente eleito e vitorioso no plebiscito que restaurou o presidencialismo, foi derrubado por um golpe militar de direita supostamente em defesa da democracia, mostrando assim “quão suja a palavra ‘democracia’ pode se tornar¹⁶⁹” (THE TIMES OF INDIA, 04/04/1964 – tradução nossa).

O artigo, que não tem autoria, minimiza a força dos comunistas brasileiros e o teor revolucionário das medidas de Jango, afirmando que elas eram necessárias em um país com ampla concentração agrária: “os rebeldes do exército descreveram a derrubada do presidente Goulart como uma derrota para a União Soviética e para o Dr. Castro”, mas na verdade “o golpe no Brasil é um claro retrocesso para a democracia¹⁷⁰” (THE TIMES OF INDIA, 04/04/1964 – tradução nossa). O segundo secretário da embaixada brasileira em Nova Délhi, José Leal Ferreira Jr., enviou uma carta ao *The Times of India* contestando as informações do artigo, carta esta publicada pelo próprio jornal em 9 de abril de 1964 (FERREIRA JR., 1964).

¹⁶⁸ No original, em inglês: “The tradition of the Armed Forces of Brazil places itself in the defence of the Constitution. Most of the officers are non-communists are sons of [sic] the Middle and lower class of the population and represent the public voice” (ANGKATAN BERSENDJATA, 1967).

¹⁶⁹ No original, em inglês: “what a Dirty word ‘democracy’ can often become” (THE TIMES OF INDIA, 04/04/1964).

¹⁷⁰ No original, em inglês: “The army rebels have described the ouster of President Goulart as a defeat for the Soviet Union and Dr. Castro”; “the coup in Brazil is a clear setback to democracy” (THE TIMES OF INDIA, 04/04/1964).

Em julho, Ferreira Jr. enviou um ofício ao qual anexava outro artigo hostil ao golpe militar, desta vez publicado pelo *New Age*, porta-voz do Partido Comunista Indiano. Intitulada “Revolução de Canibais” (termo utilizado por comentaristas norte-americanos) e assinada por Lajpat Rai, a matéria cita diversos outros veículos de comunicação dos Estados Unidos para afirmar que a “revolução” brasileira começava a devorar seus filhos, isto é, seus apoiadores (RAI, 1964, p. 16). Lajpat Rai conclui seu artigo afirmando que os generais brasileiros ignoravam os profundos problemas econômicos que afligiam o país, pois estariam mais preocupados em perseguir opositores em nome da luta contra o comunismo:

É certo, contudo, que estes generais em breve serão derrubados do poder pelo povo cujos inumeráveis problemas eles não podem entender nem resolver. O apressado elogio do presidente [Lyndon] Johnson à “revolução” no Brasil em abril foi a primeira risada, a última risada será do povo do Brasil¹⁷¹ (RAI, 1964, p. 16 – tradução nossa).

No Líbano, as reações ao golpe foram variadas. Jornais ligados aos comunistas e nacionalistas árabes acusaram a CIA e os Estados Unidos de estarem por trás do golpe, opinião esta compartilhada pela maioria dos libaneses. Já os jornais nacionalistas libaneses elogiaram o golpe por ser uma derrota para o castroísmo, sendo tal visão popular entre os cristãos com parentes no Brasil (ESTADOS UNIDOS, 02/04/1964). No Iraque, o *Al-Jumhuriya*, agência de notícias oficial, interpretava o golpe como um capítulo da luta entre direita e esquerda. Após reconhecer que Goulart desfrutava de considerável apoio popular, o *Al-Jumhuriya* afirma que grande parte da intelectualidade e dos militares brasileiros viam no *American Way of Life* um exemplo digno de emulação (LAKELAND, 1964).

Os protestos também vieram da África. Reunidos em Dar es Salaam, na Tanzânia, oficiais do Congresso Nacional Africano, um partido sul-africano de esquerda, protestaram contra a prisão dos chineses no Brasil afirmando que eles estavam no pleno gozo de seus direitos. A embaixada dos Estados Unidos em Dar es Salaam afirma que, diante do cisma sino-soviético, o Congresso Nacional Africano se manteve fiel a Moscou, de maneira que o protesto contra a detenção dos chineses poderia ter sido pago pelo governo de Pequim (GORDON, 1964). Na República Democrática do Congo, a Associação Congolesa para a Amizade entre os Povos, de orientação comunista, acusou a detenção dos chineses de ser uma manobra imperialista norte-americana para ameaçar a paz mundial e exortou o Brasil a libertá-los. Segundo a embaixada dos Estados Unidos em Brazzaville, o presidente da referida associação havia visitado a China comunista em 1964 (ESTADOS UNIDOS, 07/01/1965).

¹⁷¹ No original, em inglês: “It is, however, certain that these generals will soon be ousted from power by the people whose innumerable problems they can neither understand nor solve. President Johnson’s hasty hailing of the ‘revolution’ in Brazil in April was the first laugh, the last laugh will be from the people of Brazil” (RAI, 1964, p. 16).

Em janeiro de 1965, a Organização dos Povos do Sudoeste Africano (SWAPO, na sigla inglesa) condenou a prisão dos chineses pelas “ditas autoridades brasileiras¹⁷²”. Segundo a embaixada norte-americana em Dar Es Salaam, a SWAPO geralmente não demonstrava maior interesse por eventos fora do continente africano, exceto quando se relacionavam com imperialismo e colonialismo, ou com preconceitos raciais em países ocidentais. Assim, a embaixada especula, mais uma vez, a possibilidade de este protesto estar relacionado a algum auxílio financeiro de Pequim (GORDON, 1965).

No Marrocos, apenas um dos jornais foi além do mero relato factual para noticiar o golpe de 1964. O *Maroc Informations* afirmou que os Estados Unidos tiveram papel preponderante no golpe brasileiro, sendo este um claro sinal de que a política de John F. Kennedy de evitar “caças às bruxas” estaria sendo substituída por uma postura mais agressiva. A embaixada norte-americana em Rabat pondera que essa visão negativa do golpe poderia ser uma consequência do prestígio que o jornal francês *Le Monde* possuía no país africano. Também o *Le Monde* acreditava que o golpe de 1964 fora resultado da intervenção norte-americana nos assuntos brasileiros (ESTADOS UNIDOS, 10/04/1964).

Curiosamente, a reação imediata da imprensa soviética ao golpe militar não foi significativa. Apesar de o *Pravda* e o *Izvestiya* condenarem o golpe e alertarem para o recrudescimento do anticomunismo, a maior parte da imprensa local não denunciou a cumplicidade de Washington com o golpe, contrastando assim com a imprensa indonésia. A maioria dos jornais apenas se restringiu a acusar a conivência dos monopólios norte-americanos com a ascensão dos militares brasileiros. A embaixada norte-americana em Moscou dizia que este comedimento expressava a esperança soviética de preservar a cooperação com o novo governo brasileiro (STOESSEL, 1964).

Já na Iugoslávia, país comunista ativo no Movimento dos Não-Alinhados, a condenação do golpe foi mais explícita. A imprensa iugoslava enfatizou a insatisfação norte-americana com o governo Goulart, bem como o terror policial do novo regime e o teor anticomunista de sua política exterior. As mesmas forças reacionárias responsáveis pela queda de Vargas e Quadros eram acusadas de orquestrarem o golpe. A derrota de Jango seria uma vitória das oligarquias agrárias, da burguesia conservadora e dos altos setores da Igreja Católica. As tentativas do presidente deposto de prover um melhor futuro aos brasileiros teriam trazido a insatisfação das direitas, dos capitalistas estrangeiros e dos grandes proprietários (EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS EM BELGRADO, 07/04/1964).

¹⁷² No original, em inglês: “so-called Brazilian authorities” (GORDON, 1965).

4.4. O golpe e a República da China

Algumas semanas após deflagrado o golpe de 1964, em 17 de abril, um telegrama enviado pela embaixada brasileira em Taipei à Secretaria de Estado das Relações Exteriores comunicava a partida da Missão Econômica e de Boa Vontade da China nacionalista que visitaria a América Latina, passando pelo Brasil entre os dias 21 e 31 de maio. O telegrama é assinado pelo encarregado de negócios Milton Telles Ribeiro, que assumiu o posto em 10 de janeiro de 1964 e seria elevado à categoria de embaixador em outubro do mesmo ano. Assim como todos os demais ofícios e telegramas aqui analisados, ele era endereçado à Secretaria de Estado das Relações Exteriores do Brasil.

O telegrama dizia que a missão, “Além da finalidade precípua de incrementar o intercâmbio comercial entre a República da China e os supracitados países latino-americanos”, também tem a incumbência de “estreitar os laços de amizade que ligam a República da China à América Latina” (RIBEIRO, 1964, CT nº 5). A missão também era portadora de uma carta que Chiang Kai-shek enviou a todos os presidentes dos países visitados.

No dia 5 de maio, um ofício enviado pela embaixada brasileira em Taipei comunicava que estava enviando, em sobrecarta anexa e “a título documental”, cinco exemplares de publicação intitulada “*Charts Concerning Chinese Communists on the Mainland*”¹⁷³, organizada pela ‘Liga de Povos Asiáticos Anticomunistas’, em quadros sinóticos que encerram um estudo tão completo quanto possível em trabalho desta natureza, sobre o conflito ideológico entre Moscou e Pequim” (RIBEIRO, 1964, ofício nº 105). Em outubro de 1965, Milton Telles Ribeiro enviaria um exemplar da 15ª série da mesma publicação (RIBEIRO, 1965, ofício nº 243). Embora o diplomata se abstenha de fazer maiores comentários sobre a publicação, este foi o primeiro indício de como o anticomunismo foi um fator constitutivo das relações sino-brasileiras após o golpe. Os exemplares não foram encontrados no arquivo, mas podem ser achados na biblioteca do Itamaraty.

Nove dias depois, outro ofício daria sinais mais claros de como o anticomunismo constituiria um elemento fundamental para a constituição de uma identificação entre o regime militar brasileiro e o regime de Chiang Kai-shek. Em 14 de maio a embaixada em Taipei remeteu, anexado ao ofício número 109, um recorte do hebdomadário *Free China Weekly* de 10 de maio do mesmo ano, anunciando a detenção dos nove chineses. O episódio foi efusivamente celebrado pelo *Free China Weekly*, que estampou, em matéria de capa: “Jornalistas’ de Pequim no exterior não passam de espiões”¹⁷⁴ (HO, 1964, p. 1 – tradução

¹⁷³ Gráficos Relativos aos Comunistas Chineses no Continente.

¹⁷⁴ No original, em inglês: “Peiping’s ‘Newsmen’ Overseas Nothing But Spies” (HO, 1964, p. 1).

nossa). Ainda segundo o jornal, “A polícia brasileira possui evidências contra nove agentes da China vermelha¹⁷⁵” (HO, 1964, p. 1 – tradução nossa). Assinada por Wellington Ho, da equipe de redação, a matéria afirma que o golpe de Estado em Zanzibar¹⁷⁶ e o “esmagamento da conspiração comunista no Brasil provaram para além de qualquer dúvida que os chamados ‘jornalistas’ chineses comunistas e ‘representantes comerciais’ enviados para o exterior são realmente espiões e agitadores truculentos da subversão¹⁷⁷” (HO, 1964, p. 1 – tradução nossa). Ainda segundo a matéria, “O Brasil prendeu nove chineses vermelhos [sic] depois de sua revolução anticomunista em primeiro de abril¹⁷⁸” (HO, 1964, p. 1 – tradução nossa).

Vê-se, portanto, que a imprensa de Formosa compartilhava, com os militares brasileiros, a crença de que o golpe de 1964 era uma revolução para impedir a ascensão do comunismo. Ao dizer que os chineses detidos acusaram o governo brasileiro de torturá-los, o autor da matéria cita fontes da “China livre” (isto é, a China nacionalista) que afirmam, ironicamente, que essa “é a típica tática de Pequim de ‘um bandido gritar ‘pega ladrão’!¹⁷⁹” (HO, 1964, p. 1 – tradução nossa). Os chineses detidos teriam sido acusados de desenvolver atividades subversivas e de conspirar com um partido político ilegal – o PCB. A notícia cita uma agência noticiosa de Taipei estabelecida em São Paulo e ligada à *Catholic Social Welfare*, para a qual um destes chineses teria se fantasiado de padre para se encontrar com outros comunistas (HO, 1964).

Ainda de acordo com a reportagem, os chineses detidos possuíam, além de vultuosa soma em dinheiro (100 mil dólares e 3 mil libras), material de propaganda comunista e dossiês sobre proeminentes brasileiros. A matéria cita o secretário do Departamento de Segurança da Guanabara Gustavo Borges e diz que os chineses possuíam uma lista de nomes de brasileiros que eles pretendiam assassinar, entre os quais estariam o presidente Castelo Branco, Amaury Kruel e Carlos Lacerda (HO, 1964).

A decisão do regime militar brasileiro de romper relações com Cuba em maio de 1964 muito agradou as autoridades da China nacionalista. Em ofício de 3 de junho, lê-se que o “Ministério dos Negócios Estrangeiros manifestou o sentimento de respeito do povo e do Governo Nacionalista Chinês pela sábia resolução do Governo Brasileiro ao romper relações

¹⁷⁵ No original, em inglês: “Brazilian Security Police Possess Evidence Against Nine Red Chinese Agents” (HO, 1964, p. 1).

¹⁷⁶ O jornalista holandês Sal Tas escrevia que graças à atuação de russos, chineses e alemães orientais, Zanzibar havia se tornado um centro da propaganda comunista na África Oriental desde sua independência em dezembro de 1963. A união da ilha de Zanzibar e Tanganyika para a formação da Tanzânia em 1964 teria representado, para Tas, uma vitória dos africanos sobre os comunistas (VRIES, 2014, p. 75).

¹⁷⁷ No original, em inglês: “crushing of the Communist conspiracy in Brazil have proved beyond doubt that the so-called Chinese Communist ‘newsmen’ and ‘trade representatives’ sent abroad are really spies and truculent agitators of subversion” (HO, 1964, p. 1).

¹⁷⁸ No original, em inglês: “Brazil arrested nine Red Chinese after its anti-Communist revolution April 1. Ever since, the Chinese Communists have been clamoring for their release” (HO, 1964, p. 1).

¹⁷⁹ No original, em inglês: “This is typical Peiping tactic of ‘a thief shouting ‘thief!’” (HO, 1964, p. 1).

com a República de Cuba” (RIBEIRO, 1964, ofício nº 129). Anexado ao ofício estava, traduzida para o português, a nota verbal da declaração emitida pelo Ministério dos Negócios estrangeiros chinês sobre o rompimento com Cuba: “O Governo e o povo da China respeitam esta sábia resolução do Governo brasileiro a quem o Ministério pede à Embaixada encaminhar seu sentimento de respeito” (CHINA, 1964).

Curiosamente, desde 1959, quando Cuba e a República da China romperam relações, a embaixada do Brasil ficara responsável pela guarda dos bens da missão diplomática cubana em Taipei. Quando o Brasil rompeu com Cuba, Milton Telles Ribeiro enviou um telegrama afirmando que estava aguardando instruções do ministro das Relações Exteriores brasileiro sobre como proceder em relação a esses bens (RIBEIRO, 1964, CT 9).

De 9 a 14 de junho de 1964, um grupo de deputados federais brasileiros de diversos partidos e estados visitou a ilha de Formosa. Anexado a um ofício do dia 15 do mesmo mês se encontra um recorte do *China Post*, jornal local de língua inglesa, noticiando a visita dos deputados em uma pequena nota sem assinatura. A nota trazia uma foto dos quatorze deputados brasileiros (alguns acompanhados das esposas) e um pequeno relato acerca das declarações de Herbert Levy, deputado da UDN de São Paulo. Segundo a nota, Herbert Levy afirmou que “Os comunistas chineses estão se esforçando para subverter o governo brasileiro¹⁸⁰”. Ademais, “Ele disse que seu governo recentemente pegou nove chineses vermelhos em flagrante pela sua aparente intenção de subverter o governo brasileiro¹⁸¹”. Ainda segundo a nota, “O grupo está aqui para promover laços amistosos e relações comerciais entre os dois países. Noventa e cinco por cento dos brasileiros são anticomunistas. Recentemente o Brasil cortou relações diplomáticas com Cuba vermelha¹⁸²” (CHINA POST, 10/06/1964).

Novamente, portanto, vemos a crença na necessidade de se combater a ameaça comunista como fator constituinte das relações entre os dois países. Ao dizer que a visita objetivava promover laços de amizade entre os dois países e logo em seguida afirmar que 95% dos brasileiros são anticomunistas, o redator claramente tentava dotar as relações entre Brasil e República da China de um conteúdo anticomunista.

Herbert Levy, deputado citado pelo *China Post*, foi um dos fundadores da UDN em 1945. No ano de 1961, elegeu-se presidente do diretório nacional da UDN, substituindo o mineiro José de Magalhães Pinto. Em sua campanha para as eleições parlamentares de 1962,

¹⁸⁰ No original, em inglês: “The Chinese Communists are trying hard to subvert the Brazilian Government” (CHINA POST, 10/06/1964).

¹⁸¹ No original, em inglês: “He said his government recently nabbed nine Chinese Reds for their apparent intention to subvert the Brazilian Government” (CHINA POST, 10/06/1964).

¹⁸² No original, em inglês: “The group is here to promote friendly ties and trade relations between the two countries. Ninety-five per cent of Brazilians are anti-Communist. Brazil recently severed diplomatic relations with Red Cuba” (CHINA POST, 10/06/1964).

Levy recebeu o apoio da organização católica Aliança Eleitoral pela Família (ALEF), comprometendo-se com a defesa da propriedade privada, o combate ao divórcio e a proteção da família. O deputado também fez parte da Ação Democrática Parlamentar, sendo um entusiástico opositor de João Goulart, membro do IPES (para o qual colaborou financeiramente) e do Movimento Sindical Democrático (organização trabalhista organizada pelo IPES e pelo IBAD). O jornal diário *Notícias Populares* foi fundado por ele em São Paulo em 1963, para concorrer com o jornal *Última Hora*, de orientação janguista. Herbert Levy teve participação ativa nas manifestações anti-Janguistas que se seguiram ao comício da Central do Brasil e juntou-se à ARENA após a instituição do bipartidarismo em 1965 (PRESOT, 2010, p. 79).

A visita dos deputados foi muito celebrada em um ofício expedido depois que os parlamentares brasileiros haviam deixado o país. Entre os vários pontos da programação da visita, os parlamentares brasileiros se encontraram com o presidente Chiang Kai-shek, que “fez questão de ser fotografado com cada um dos visitantes brasileiros, presenteando-os, mais tarde, com as respectivas fotografias” (RIBEIRO, 1964, ofício nº 138). A agenda incluiu até mesmo uma arriscada visita à ilha de Kinmen, centro de constantes atritos entre a China nacionalista e a China comunista. Milton Telles Ribeiro tentou dissuadir os deputados da visita, pois além dos bombardeios chineses à ilha, ela “poderia constituir um trunfo para os comunistas chineses se acontecesse a hipótese do apresamento do avião dos deputados brasileiros” (RIBEIRO, 1964, ofício nº 138). Mesmo assim, a visita a Kinmen transcorreu sem maiores problemas.

Em conferência com a imprensa local, as perguntas mais frequentemente formuladas aos deputados brasileiros “se referiram à situação política brasileira, ao comunismo no Brasil e às possibilidades de emigração de chineses nacionalistas para o Brasil”, tendo se esclarecido ainda “a situação dos nove chineses comunistas detidos no Brasil” (RIBEIRO, 1964, ofício nº 138). A missão dos parlamentares brasileiros foi acompanhada de perto pelo encarregado de negócios Milton Telles Ribeiro, para quem o saldo geral foi bastante positivo:

(...) a visita dos deputados brasileiros à China Nacionalista muito contribuiu para estreitar os laços de amizade sino-brasileira; serviu, outrossim, para que o grupo parlamentar averiguasse o enorme progresso alcançado por Formosa quer no campo da agricultura – após a execução de modelar reforma agrária – quer nas demais atividades econômicas, o que permitiu ao Governo dos Estados Unidos da América suspender, a partir do corrente exercício, a ajuda que tanto contribuiu para o soerguimento da República da China (RIBEIRO, 1964, ofício nº 138).

É digno de nota o destaque dado à reforma agrária realizada na ilha. Apesar de a reforma agrária proposta por João Goulart ter sido um dos fatores de atrito entre o presidente e a oposição, isso não significava que a direita brasileira fosse contrária à execução de tal reforma. O IPES e o IBAD eram favoráveis à reforma agrária, pois acreditavam que a distribuição de terras poderia minar a posição dos comunistas no meio rural. A mobilização anti-Goulart nasceu menos de uma oposição intransigente às reformas do que do medo das estratégias que o

presidente poderia empregar para concretizar tais reformas, sobretudo se tais estratégias incluíssem alianças com os comunistas (MOTTA, 2020). Até mesmo a Constituição de 1967, que legitimou o regime de 1964, previa a desapropriação de terrenos rurais com indenização.

A reforma agrária que começou a ser realizada pelos nacionalistas em Formosa em fevereiro de 1949 consistia em se apropriar das terras locais e redistribuí-las entre os cidadãos da China continental recém-chegados. Os latifúndios foram divididos em 6 milhões de áreas que deveriam pagar aluguel ao Estado todo o mês. O dinheiro seria usado para financiar a “libertação” da China dos comunistas. Também foram tomadas medidas para impedir que os taiwaneses recuperassem suas terras. Proprietários de terra foram persuadidos pelo governo a alugar suas terras, tal como o governo já fazia. Em 1953, o governo solicitou que tais proprietários vendessem as terras para os locatários (CHEN, 2008, p. 198-199).

Entre as consequências da reforma agrária na ilha estavam o aumento na arrecadação do governo e a realocação de 2 milhões de chineses em todo o território, penetrando cada vez mais e se misturando com a população taiwanesa (CHEN, 2008, p. 199). Também como fruto da reforma agrária foram criadas vilas militares em toda a ilha para acomodar os soldados chineses e suas famílias. O poder dos proprietários locais foi reduzido significativamente, consolidando assim a autoridade do *Kuomintang*. Por mais que o *Kuomintang* se vanglorie de ter libertado os camponeses com a sua reforma, permitindo que vários deles migrassem para as cidades, tudo o que se fez foi transferir a propriedade das terras dos grandes latifundiários para o Estado: “A política de reforma agrária deve ser considerada como uma das implementações políticas mais significativas que alteraram fundamentalmente a constituição das sociedades taiwanesas¹⁸³” (CHEN, 2008, p. 200 – tradução nossa).

Aproveitando as comemorações do Dia da Independência do Brasil, diversos periódicos chineses publicaram notícias exaltando o país e algumas de suas figuras. Os recortes de tais periódicos foram enviados por Milton Telles Ribeiro em ofício de 8 de setembro de 1964. O *The China News* de 7 de setembro estampou um pequeno artigo de opinião sem assinatura intitulado “Novo presidente do Brasil é um eminente intelectual”. O artigo cita Gilberto Freyre para descrever o marechal Castelo Branco como “um soldado da cabeça aos pés, um militar sem a arrogância prussiana, e um dos maiores intelectuais brasileiros não só nas Forças Armadas, mas em toda a nação” (FREYRE citado por THE CHINA NEWS, 07/09/1964).

O artigo destaca a atuação de Castelo Branco na Itália durante a Segunda Guerra Mundial e descreve-o como alguém com “profunda consciência social sobre os problemas que

¹⁸³ No original, em inglês: “The *land reform policy* should be deemed as one of the most significant policy implementations that fundamentally changed the make up of Taiwanese societies” (CHEN, 2008, p. 200).

incomodam o Brasil”, sendo que grande parte de sua carreira se deu “no Nordeste assolado pela seca, a região brasileira com o pior padrão de vida” (THE CHINA NEWS, 07/09/1964). Castelo Branco também é descrito como um “moderado político” para quem a “revolução não significa a instalação de um governo reacionário” (THE CHINA NEWS, 07/09/1964). No mesmo dia, outro artigo do *The China News* trazia um breve relato biográfico de Vasco Leitão da Cunha, primeiro ministro das Relações Exteriores do regime militar, embora sem fazer maiores comentários (THE CHINA NEWS, 07/09/1964).

Na edição do dia 8 de setembro foi publicada uma foto de Milton Telles Ribeiro brindando com o ministro das relações exteriores chinês Shen Chang-huan na embaixada brasileira durante as celebrações do Dia da Independência (imagem 5). Também no dia 8 um artigo do *China Post* comunicava que Milton Telles Ribeiro, ainda encarregado de negócios, se preparava para apresentar suas credenciais ao presidente Chiang Kai-shek antes do dia 10 de outubro, já que havia acabado de ser nomeado embaixador (CHINA POST, 08/09/1964).



Imagem 5: Encarregado de negócios brasileiro em Taipei Milton Telles Ribeiro (direita) brindando com o ministro de Relações Exteriores chinês Shen Chang-huan durante celebração do 7 de setembro na embaixada brasileira em 1964 (Arquivo do Itamaraty).

Passada a efusividade das celebrações do 7 de setembro, especulações acerca da visita de um militar chinês à Argentina despertaram o interesse da embaixada brasileira. Após uma notícia do *The China News* comunicar que o general Peng Meng-chi visitaria a Argentina para retribuir uma visita feita em junho pelo general Juan Carlos Onganía, a embaixada brasileira buscou saber, “junto às autoridades militares chinesas e ao Chefe da Missão Diplomática argentina em Taipé, da procedência daquela informação, a fim de manter as Forças Armadas Brasileiras informadas a respeito do assunto” (RIBEIRO, 1964, ofício nº 210). Porém, tanto as autoridades chinesas como a embaixada argentina negaram a veracidade da notícia, embora admitissem que futuramente tal visita poderia ocorrer.

A nota do *The China News* que comunicava a visita de Peng Meng-chi à Argentina dizia que, ao visitar Formosa em junho de 1964, Onganía, então comandante-em-chefe do exército

argentino, ficou “profundamente impressionado pelo alto moral e valentia das forças armadas chinesas, e pelo progresso geral de Taiwan sob a liderança do presidente Chiang Kai-shek” (THE CHINA NEWS, 09/09/1964). Dois anos mais tarde, Onganía orquestraria um golpe militar que instaurou uma ditadura que duraria até 1973, embora o próprio Onganía tenha governado apenas até 1970. Seu governo foi marcado por dura repressão à esquerda argentina. Por sua vez, Peng Meng-chi ficou conhecido como o “carneiro de Kaohsiung” devido à violência com que ele reprimiu, em 1947, um levante de taiwaneses que protestavam contra os abusos do governo nacionalista.

Em meados de setembro, o assunto da detenção dos chineses no Brasil novamente veio à tona nos escritórios. Atendendo às recomendações da Secretaria de Estado das Relações Internacionais do Brasil, Milton Telles Ribeiro esclareceu a imprensa local sobre o tratamento recebido pelos chineses. Tais esclarecimentos repercutiram na imprensa local em notas que foram remetidas anexadas ao escritório. Segundo uma pequena nota do *The China News*, a embaixada brasileira havia afirmado que as esposas de três chineses detidos no Brasil foram autorizadas a visitá-los, juntamente com um representante da Cruz Vermelha da China comunista, para verificar as condições em que eles se achavam. Ainda segundo a nota, a embaixada afirmara que as esposas escreveram cartas ao presidente brasileiro agradecendo a acolhida das autoridades brasileiras (THE CHINA NEWS, 12/09/1964).

O jornal de língua chinesa¹⁸⁴ *Hsin Sheng Pao* também destacou a insistência da embaixada brasileira em frisar que os chineses detidos se achavam em boas condições: “O Ministro Ribeiro declarou que a notícia de que estes chineses comunistas são mal tratados é um rumor sem fundamento. O Brasil é um Estado constitucional e civilizado, que sempre trata os prisioneiros de acordo com os princípios humanitários” (HSIN SHENG PAO, 12/09/1964).

O empenho da imprensa chinesa em Taiwan em explorar politicamente o incidente com os nove chineses detidos era tamanho que uma pequena nota do *Free China Weekly*, enviada em anexo a um escritório de janeiro de 1965, relatava que os nove “agentes comunistas chineses” presos no Brasil não desejavam regressar à China. Citando um promotor brasileiro cujo nome não é mencionado, o semanário afirma que os prisioneiros não queriam ser anistiados porque, se mandados de volta à China, seriam executados (FREE CHINA WEEKLY, 10/01/1965).

A preocupação da embaixada brasileira em zelar pela imagem do país fica patente em ofício intitulado “Plano de reajustamento da imagem do Brasil no exterior e a ‘U.S. Armed Forces Radio Taiwan’”. O ofício enviava, anexado, o texto de um programa sobre o Brasil

¹⁸⁴ As notícias jornais de língua chinesa eram traduzidas de forma resumida por Nora Chen, auxiliar contratada pela embaixada.

transmitido em Taiwan pela rádio das forças armadas dos Estados Unidos. Segundo o encarregado de negócios, “A Embaixada não poupou esforços para obter o texto do referido programa que – se pudesse ser repetido dentro da orientação seguida pelo plano de reajustamento da imagem do Brasil no exterior – muito contribuiria para o maior êxito dessa iniciativa” (RIBEIRO, 1964, ofício nº 221).

Segundo o programa de rádio transmitido pelas forças armadas dos Estados Unidos, o governo Castelo Branco assumiu o país em meio a profundo caos político, econômico e social. Descrevendo a derrubada de João Goulart como obra de opositores civis e militares, o programa afirmou que um dos motivos que levaram à queda do presidente brasileiro foi sua “crescente tendência a voltar-se para o comunismo como solução para as doenças da nação” (BRAZIL’S PROGRESS REPORT, 1964). Em seguida, são descritos como bem-sucedidos os esforços despendidos pelo governo Castelo Branco na superação dos problemas econômicos do país, embora a inflação seja identificada como um problema persistente.

Em outubro de 1964, Milton Telles Ribeiro virou embaixador e apresentou suas credenciais ao presidente Chiang Kai-shek. Em ofício enviado para comunicar a Secretaria de Estado das Relações Exteriores sobre a apresentação de credenciais, Milton Telles Ribeiro escreveu que Chiang Kai-shek salientou o papel da “Nação Brasileira, sob a liderança do preclaro Presidente da República, no impedimento da expansão comunista na América Latina, o que servirá de fonte de inspiração aos povos amantes da liberdade” (RIBEIRO, 1964, ofício nº 243). Ao fim de seu ofício, o embaixador manifestou o quão honrado se sentia “ao ser comissionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco na qualidade de Embaixador do Brasil” e reafirmou “que tudo farei neste posto para ficar à altura da confiança em mim depositada” (RIBEIRO, 1964, ofício nº 243).

Anexo ao mesmo ofício também se encontra o discurso de Chiang Kai-shek durante a cerimônia de apresentação de credenciais, no qual o presidente chinês afirmou que “A República da China e os Estados Unidos do Brasil estão ligados por uma longa tradição de amizade e cooperação¹⁸⁵” (CHIANG, 1964 – tradução nossa). Ainda segundo Chiang Kai-shek,

O importante papel desempenhado pelo Governo e pelo povo do Brasil em impedir a expansão comunista na América Latina, sob a liderança iluminada de Sua Excelência Presidente Branco, sempre serão uma fonte de inspiração para os povos amantes da liberdade. Estou convencido, portanto, de que com nossos esforços determinados, seremos capazes de deter a agressão comunista para assegurar a paz mundial¹⁸⁶ (CHIANG, 1964 – tradução nossa).

¹⁸⁵ No original, em inglês: “The Republic of China and the United States of Brazil are bound by a long tradition of amity and cooperation” (CHIANG, 1964).

¹⁸⁶ No original, em inglês: “The important part played by the Government and people of Brazil in thwarting communist expansion in Latin America, under the enlightened leadership of His Excellency President Branco, shall always be a source of inspiration to the freedom-loving people. I am convinced, therefore, that with our

Vê-se, portanto, como Chaing Kai-shek admirava os ideais anticomunistas que moviam o regime militar brasileiro e, mais importante ainda, como ele considerava o Brasil um importante aliado em sua cruzada anticomunista.

Milton Telles Ribeiro também anexou a este ofício diversos recortes de jornais locais comunicando sua elevação ao cargo de embaixador. O *Central Daily News*, de língua chinesa, demonstrava grande apreço pelo diplomata brasileiro. Em edição de 4 de setembro, um artigo no referido jornal trazia notícias sobre sua vida pessoal:

Nestes dois dias, há duas coisas que causam ao Senhor Milton Telles Ribeiro, Encarregado de Negócios a.i. do Brasil, grande alegria: uma é que ele vai ser designado Embaixador do Brasil na República da China e a outra é que Edgard Telles Ribeiro, seu primogênito, chegou ontem a Formosa. O Senhor Ribeiro tem 50 anos de idade, tendo-se dedicado ao serviço diplomático do Brasil há 24 anos. Tem grande admiração pela China e gosta muito da comida chinesa (CENTRAL DAILY NEWS, 04/09/1964).



Imagem 6: Notícia do *Central Daily News* de 07 de outubro de 1964 retratando Milton Telles Ribeiro (esquerda) apresentando suas credenciais ao presidente da República da China Chiang Kai-shek (direita) (Arquivo do Itamaraty).

A imprensa local, portanto, nutria profunda admiração pela embaixada brasileira e especialmente por Milton Telles Ribeiro. Tal afeição era potencializada pelo ideário anticomunista que guiava o governo estabelecido no Brasil em abril de 1964.

A conferência da Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos (LAPA) em Taipei em 23 de novembro não passou despercebida pela embaixada brasileira. Anexado a um ofício do final de novembro, Milton Telles Ribeiro enviava três recortes de jornais locais com artigos referentes àquela conferência, que contou com a presença de Chiang Kai-shek. Segundo o diplomata brasileiro, os chefes de missões acreditados em Taipei não só foram convidados como também

determined efforts, we will be able to deter communist aggression in order to ensure world peace” (CHIANG, 1964).

compareceram ao evento. Milton Telles Ribeiro afirmou que, em seu discurso na conferência da LAPA, Chiang Kai-shek reiterou o pedido ao governo norte-americano para desobrigar Taipei do compromisso de não retomar o continente, “deixando-lhe as mãos livres, na guerra anticomunista, para a qual não solicita o sacrifício do soldado americano mas apenas – se possível – o apoio moral e material dos Estados Unidos da América” (RIBEIRO, 1964, ofício nº 296).

O embaixador não deixa claro sua opinião sobre a realização da conferência, mas o simples fato de escolher relatar o evento para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores já demonstra que lhe atribuía alguma importância. Ao fim do ofício ele destacou o trecho de um artigo publicado pelo *China Post* (enviado em anexo) no qual se lê que “os comunistas chineses não hesitam em precipitar o mundo em um holocausto nuclear caso eles consigam desenvolver um sistema de armas nucleares”, sendo que a única maneira de o prevenir era “a destruição do regime de Pequim por meio de uma contraofensiva sobre o continente a partir de Taiwan” (CHINA POST citado por RIBEIRO, 1964, ofício nº 296).

Em março de 1965, Milton Telles Ribeiro enviou um ofício no qual, diferente dos ofícios anteriores, abandonava sua postura mais moderada e expressava suas opiniões de forma mais aberta. O ofício alertava o MRE sobre a iminência de Pequim redirecionar toda a atenção de sua política externa para o terceiro mundo, inclusive a América Latina:

Assumindo as roupagens de Iago no Vietnã e no imbróglia do Congo, arvorando-se em oriental Bayard na petulante atitude da Camboja [sic] em relação aos Estados Unidos da América; da Albânia, em relação à União Soviética; da Indonésia, em relação à Grã-Bretanha e à Organização das Nações Unidas; do Paquistão face à Índia na questão do Kashmir; a China comunista vai cevando suas ânsias de afirmação como grande potência e reunindo títulos que justifiquem suas pretensões de converter-se em grande campeã das “forças emergentes” (RIBEIRO, 1965, ofício nº 75 – grifo no original).

Os países subdesenvolvidos representariam para a China comunista terras de vastas oportunidades no plano político, assim como já haviam sido terras de oportunidades econômicas para os países capitalistas:

É nesse mundo fluido, irisado, onde a velha ordem política e as antigas alianças se vão desgastando e esfarelado, minadas por seculares recalques e jovens ambições, que a China comunista encontra campo fértil para perseguir os seus propósitos (RIBEIRO, 1965, ofício nº 75).

Apresentando-se ao terceiro mundo como um forte contraponto ao status quo, “Pequim se lança na campanha de proselitismo, na esperança de reservar para si, como paladino dos menos aquinhoados, o direito de repartir o bolo e conservar a maior fatia” (RIBEIRO, 1965, ofício nº 75). Ao contrário da União Soviética, “cada vez mais disposta a deixar as coisas tal qual estão”, a China “não se limita (...) a esperar que amadureçam as condições favoráveis à revolução comunista. Antes busca criá-las, fomentá-las e precipitá-las. A China comunista quer

a suposta reforma agora e não se conformará em esperar aleatórios acontecimentos” (RIBEIRO, 1965, ofício nº 75 – grifo no original).

O diplomata afirma que a República Popular da China tenta alcançar seus objetivos políticos em três planos: o oficial (de governo a governo), o oficioso (de povo a povo, incluindo aí “a troca de jornalistas, de delegações culturais e missões comerciais”), e o anti-oficial (apoiando movimentos de libertação) (RIBEIRO, 1965, ofício nº 75). Entre os elementos ideacionais explorados por Pequim para angariar simpatias entre os povos do terceiro mundo estavam o anti-imperialismo e o antirracismo. A diplomacia chinesa exploraria “os receios de nova dominação estrangeira, [trabalhando] os recalques e [incentivando] os paroxismos nacionalistas desses países”, além de

misturar na mesma poção escravatura, discriminação racial e imperialismo norte-americano, declarando que a discriminação racial era um fenômeno de classe e conclamando todos os povos, de todas as cores e matizes, a se unirem contra os Estados Unidos da América (RIBEIRO, 1965, ofício nº 75).

Tal como discutimos no capítulo 2 ao compararmos o anticomunismo no Brasil e na China, Milton Telles Ribeiro observa que a América Latina estava menos vulnerável à ameaça comunista chinesa. Ainda assim, ele ressalta que “o engodo do comércio vai, entretanto, colhendo um que outro raquítico resultado” (RIBEIRO, 1965, ofício nº 75). O diplomata antecipava o que aconteceria nove anos mais tarde, conforme veremos no capítulo 6: a importância dos laços comerciais na decisão brasileira de reconhecer Pequim. Aludindo aos nove chineses presos em abril de 1964, Milton Telles Ribeiro completa: “No plano anti-oficial, a China faz o que pode, como a experiência brasileira o provou, para aproveitar-se das situações” (RIBEIRO, 1965, ofício nº 75 – grifo no original).

O aceno da República Popular da China aos países asiáticos e africanos a que o diplomata alude está relacionado às transformações no bloco socialista nos anos 1960. Após alguns anos de relações amistosas que se seguiram à Revolução Chinesa de 1949, a ascensão de Nikita Krushev à direção do Partido Comunista da União Soviética despertou, entre os chineses, acusações de revisionismo. À medida em que o novo líder soviético denunciava os crimes e o culto à personalidade de Stalin, além de perseguir uma coexistência pacífica com os Estados Unidos, a China comunista denunciava uma suposta perda de fôlego revolucionário entre os soviéticos, desafiando a hegemonia de Moscou no mundo comunista. Ao apresentar-se como um país que também já havia sofrido com a agressão imperialista, a China conseguia um importante trunfo ideológico para atrair à sua órbita os países do terceiro mundo.

Sendo assim, a década de 1960 não foi marcada apenas pela ruptura sino-soviética. Ela também marcou o desgaste da imagem da União Soviética entre as esquerdas mundiais e o conseqüente fascínio pela experiência comunista chinesa, que parecia mais em sintonia com a

realidade dos países periféricos. Nos anos 1960, a União Soviética passava por uma transição de estado de escassez para estado de abundância. O fervor revolucionário arrefecia e as massas soviéticas estavam mais interessadas em desfrutar da abundância do que em lançar-se em cruzadas ideológicas (BARRACLOUGH, 1966, p. 216).

As esquerdas brasileiras não ficaram indiferentes ao apelo que a Revolução Chinesa exerceu no terceiro mundo. Em seu livro *Em Busca do Povo Brasileiro*, Marcelo Ridenti enfatiza que as utopias românticas apropriadas por setores das esquerdas brasileiras nos anos 1960 beberam do “terceiro-mundismo” em voga naquele momento. O comunismo soviético, cada vez mais percebido como tendo se burocratizado e acomodado à bipolaridade da Guerra Fria, já não tinha entre as esquerdas brasileiras o mesmo apelo que a Conferência de Bandung, as revoluções cubana e chinesa ou as lutas anticoloniais na África e na Ásia. O “terceiro-mundismo” prometia levantar bandeiras que a União Soviética já teria abandonado, como a luta contra o imperialismo e a busca por um socialismo mais humanizado. O maoísmo seduzia a juventude ocidental nos anos 1960 por seu combate ao burocratismo soviético, pela sua aproximação com o terceiro mundo, pela sua ênfase na ação espontânea das massas, pela superação da divisão entre cidade e campo e pelo apelo à juventude (RIDENTI, 2000).

Um dos grupos armados de resistência à ditadura militar, a Ação Popular (AP), de orientação católica e maoísta, fazia muitos de seus militantes deslocarem-se para as indústrias a fim de reduzir a distância entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Identificando-se com o maoísmo graças à defesa do despojamento cristão, do resgate das comunidades perdidas e da valorização da simplicidade do homem do campo, a AP encontrou no maoísmo também uma legitimação científica. O maoísmo fornecia à AP uma formulação teórica que rejeitava o idealismo e propunha a passagem da ideologia para a ciência (RIDENTI, 2000).

De volta a Formosa, o primeiro aniversário do golpe militar brasileiro ajudou a fortalecer a identificação entre a China de Chiang Kai-shek e o Brasil dos militares. Em ofício de 5 de abril de 1965, Milton Telles Ribeiro informava que a embaixada brasileira, atendendo a solicitação do MRE, havia levado a efeito junto à imprensa local uma campanha de promoção da imagem do Brasil em razão do primeiro aniversário do movimento de 31 de março (RIBEIRO, 1965, nº 97). Anexados ao ofício estavam: recortes de cinco jornais locais, uma carta do chefe do protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da China Konsin C. Shah e o relatório escrito pelo encarregado de negócios Murillo Gurgel Valente que foi distribuído à imprensa local.

A edição de 30 de março do *The China News* trouxe uma matéria com o título “Sob o presidente Branco – Brasil marca primeiro ano de governo verdadeiramente democrático¹⁸⁷” (THE CHINA NEWS, 30/03/1965 – tradução nossa). Segundo a matéria, o Brasil estaria prestes a comemorar “o primeiro aniversário do movimento nacional que restaurou o país ao caminho da verdadeira democracia e do governo responsável¹⁸⁸” (THE CHINA NEWS, 30/03/1965 – tradução nossa). Citando Milton Telles Ribeiro, a matéria afirma que o movimento que derrubou Jango e elegeu Castelo Branco foi um marco na história republicana brasileira:

O embaixador disse que o movimento nacional começou naquele dia, como resultado de insatisfação pública disseminada e extrema revolta contra o curso que havia sido forçado ao país, destinado a restabelecer um governo verdadeiramente democrático, assegurando práticas administrativas sólidas e responsáveis, recuperando as finanças domésticas e restaurando o crédito internacional do Brasil¹⁸⁹ (THE CHINA NEWS, 30/03/1965 – tradução nossa).

A matéria destaca que, após cuidar da “ameaça comunista”, Castelo Branco se voltou para os problemas econômicos do país, como o déficit na balança internacional de pagamentos, o comércio internacional, a construção de rodovias e ferrovias, o aumento da oferta de energia, o aumento da produção industrial e a revisão da lei de remessa de lucros. A matéria encerra com trechos da declaração do presidente Castelo Branco sobre a política externa na Ásia e na África em que o presidente demonstrava interesse em manter uma cooperação amistosa com países que acabaram de conquistar a independência (THE CHINA NEWS, 30/03/1965).

Por mais que a matéria elogiosa ao regime militar brasileiro tenha se baseado em texto fornecido pela própria embaixada, ela não deixa de expressar a visão do *The China News*, já que este jornal dificilmente teria concordado em reproduzir a mensagem da embaixada brasileira se discordasse dela. O simples fato de o *The China News* ter aceitado colaborar com o corpo diplomático brasileiro já aponta para a afinidade entre aquele órgão de imprensa e o regime de 1964. Mais ainda: aponta para a identificação entre o regime nacionalista chinês e o regime militar brasileiro. Como o encarregado de negócios Paulo Guilherme Vilas-Boas Castro afirmaria em telegrama em 1969, a imprensa em Taiwan, “cumprir repetir, em assuntos de política internacional só se manifesta de acordo com o Governo Nacionalista” (CASTRO, 1969, CT nº 6, caixa nº 112). Já em 1953, o encarregado de negócios interino Raul Henrique Castro e Silva de Vincenzi apontava a forte censura estatal sobre a imprensa na ilha e a quase inexistência de periódicos de oposição: “Neste país, de regime francamente policial e imprensa

¹⁸⁷ No original, em inglês: “Under President Branco – Brazil Marks First Year of True Democratic Gov’t” (THE CHINA NEWS, 30/03/1965).

¹⁸⁸ No original, em inglês: “the first anniversary of the national movement which restored the country to the path of true democracy and responsible government” (THE CHINA NEWS, 30/03/1965).

¹⁸⁹ No original, em inglês: “The ambassador said the national movement started on that day, as a result of widespread public dissatisfaction and ultimate revolt against the course which had been forced upon the country, aimed at reestablishing true democratic government, assuring sound and responsible administrative practices, recovering domestic finances and restoring the international credit of Brazil” (THE CHINA NEWS, 30/03/1965).

rigidamente controladas, as fontes oficiais de informações merecem pouca confiança e as demais são praticamente inexistentes” (VINCENZI, 1953, carta-telegrama nº 28).

Tendo em vista que as principais estruturas do sistema de Estados não são materiais, e sim subjetivas, e que as identidades e interesses dos Estados são, em larga medida, construídas por essas estruturas sociais subjetivas, podemos concluir que “Estados não são estruturalmente ou exógenamente dados, mas construídos por interações historicamente contingentes¹⁹⁰” (WENDT, 1994, p. 385 – tradução nossa). Dessa maneira, o golpe de 1964 foi um momento histórico relevante nas interações entre o Brasil e a República da China, pois alçou ao poder um regime que compartilhava crenças e ideais anticomunistas com o regime de Chiang Kai-shek. A partir de abril de 1964, o anticomunismo, que já constituía as estruturas subjetivas do Estado chinês nacionalista, também se tornou um fator primordial das estruturas subjetivas do Estado brasileiro, contribuindo assim para forjar uma identidade entre Brasília e Taipei. As fontes aqui analisadas nos permitem justamente identificar e compreender esta subjetividade que, segundo os construtivistas, constitui as estruturas internacionais.

A carta do chefe do protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros da China Konsin C. Shah é ainda mais significativa no sentido de apontar de como o anticomunismo constituiu as relações sino-brasileiras logo após o golpe. Endereçada a Milton Telles Ribeiro, a carta não mede palavras para exaltar a ascensão dos militares ao poder:

O movimento popular de 31 de março de 1964 que restaurou o governo democrático dos Estados Unidos do Brasil foi um marco na história da dignidade e do progresso humano. Ele provou como o povo, com um forte desejo por liberdade, democracia e estabilidade, pode alcançar sua vitória final. O povo brasileiro, especialmente as bravas mulheres de seu nobre estado, deveriam ser parabenizados pela sua coragem na restauração de um governo de seu desejo. Nesta ocasião do primeiro aniversário da restauração da ordem democrática nos Estados Unidos do Brasil, eu tenho grande prazer em estender a você, caro senhor embaixador, e ao governo e ao povo do Brasil, minhas mais sinceras congratulações e admirações pessoais¹⁹¹ (SHAH, 31/03/1965 – tradução nossa).

Konsin C. Shah foi um aviador veterano na guerra contra os japoneses. Depois da guerra, serviu como piloto do presidente Chiang Kai-shek. Ao citar “as bravas mulheres de seu nobre estado” (Milton Telles Ribeiro era carioca), Konsin C. Shah provavelmente se referia aos vários movimentos de mulheres católicas que participaram das marchas contra João Goulart, conforme discutido no capítulo 1.

¹⁹⁰ No original, em inglês: “states are not structurally or exogenously given but constructed by historically contingent interactions” (WENDT, 1994, p. 385).

¹⁹¹ No original, em inglês: “The popular movement of March 31, 1964 which restored the democratic government of the United States of Brazil marked a milestone in the history of human dignity and progress. It proved how the people, with a strong desire for liberty, democracy, and stability, can win their ultimately victory. The Brazilian people especially the brave women of your noble state should be congratulated for their courage in the restoration of a government of their desire. On this occasion of the first anniversary of the restoration of democratic rule in the United States of Brazil, I take great pleasure in extending to you, dear Mr. Ambassador, and the Government and people of Brazil my personal heartfelt congratulations and admirations” (SHAH, 31/03/1965).

Apesar de desfrutar das simpatias locais, em suas cartas ao MRE o embaixador Milton Telles Ribeiro era muito mais contido. Ele se mostrava céptico quanto à capacidade do anticomunismo de unir as nações da Ásia. Em ofício de 20 de abril, o embaixador comenta a proposta feita por Chiang Kai-shek ao governo norte-americano de se formar uma ação coordenada entre os aliados norte-americanos na região (Formosa, Coreia do Sul, Vietnã do Sul, Filipinas, Japão e Tailândia) para barrar a expansão comunista no continente: “De todas as regiões do mundo, é talvez a Ásia a que mais longe se encontre de um sadio internacionalismo”. Entre as nações que pudessem se unir nesse tipo de concerto, o único denominador comum era o anticomunismo: “É de perguntar se esse isolado ponto de concordância conseguirá contrabalançar os inúmeros pontos de atrito, gerados por preconceitos raciais arraigados, por ódios históricos e por interesses econômicos e políticos colidentes” (RIBEIRO, 1965, nº 107).

O diplomata brasileiro mostra estar atento a uma tendência que observaremos em mais detalhes no capítulo 6: a interferência de assuntos externos ao conflito Leste-Oeste sobre a agenda da Guerra Fria. De fato, em visita à Coreia do Sul e ao Japão, o secretário geral da presidência da China nacionalista, general Chang Chun, viu frustradas suas tentativas de formar uma aliança anticomunista. Segundo o embaixador brasileiro, “Nas conversações que realizou em Tóquio e Seul, segundo se comentou, o enviado chinês tentou vender a ideia aos seus interlocutores, sem qualquer êxito aparente” (RIBEIRO, 1965, ofício nº 107).

Milton Telles Ribeiro também era cauteloso o suficiente para não se envolver nos assuntos políticos locais. Após a realização da Conferência da LAPA em fins de 1964, o embaixador filipino Narciso Ramos endossou a ideia de Chiang Kai-shek de criação de um bloco regional anticomunista que substituísse a política norte-americana de contenção periférica. O embaixador filipino também propôs a realização de um jantar em solidariedade a Chiang Kai-shek no qual todos os chefes de missões diplomáticas em Taipei declarariam seu apoio ao governo nacionalista na luta contra o regime comunista chinês. A proposta filipina, contudo, foi rejeitada pelo embaixador brasileiro:

Nessa ocasião, o Embaixador do Brasil¹⁹², secundado pelo Internúncio Apostólico, manifestou que comparecia com satisfação a um jantar “em homenagem” ao Chefe de Estado, mas ponderou que a moção de solidariedade proposta pelo Decano [embaixador filipino] equivaleria a uma tomada de posição do Corpo Diplomático num problema que diz respeito exclusivamente à China. Tal natureza seria incompatível com a própria natureza da atividade diplomática. Através de marchas e contra-marchas, provocadas pela inabilidade do Decano e pelo seu afã de agradecer ao Presidente, venceu, por fim, o ponto de vista sustentado pelo Embaixador do Brasil e pelo Internúncio Apostólico (RIBEIRO, 1965, ofício nº 112).

¹⁹² Milton Telles Ribeiro frequentemente referia a si mesmo na terceira pessoa.

Apesar de todas as crenças compartilhadas entre ambos os regimes, o embaixador brasileiro preferiu se abster de apoiar publicamente a luta de Chiang Kai-shek contra a China comunista por entender que tal apoio contrariava a própria atividade diplomática.

Como observa Paulo Vizontini, as relações entre o regime militar brasileiro e a China nacionalista constituíam mais uma tentativa do governo brasileiro de se manter fiel às fronteiras ideológicas do que propriamente um compromisso em agir na região. Para ele, as relações de Brasília com Taipei, “tal como o conflito vietnamita, eram enfocadas pelo Brasil como parte da diplomacia calcada nas fronteiras ideológicas do novo governo, carecendo de significado regional propriamente dito” (VIZENTINI, 2004, p. 67). O caso vietnamita ilustra bem a ambiguidade brasileira, pois por um lado o Brasil se recusou a atender aos pedidos dos Estados Unidos de mandar tropas para a Guerra do Vietnã, mas por outro ele abriu uma embaixada em Saigon (capital do Vietnã do Sul) e enviou ajuda humanitária na forma de medicamentos e café para os sul-vietnamitas. Com isso, o Brasil marcava sua posição no conflito “Leste-Oeste” sem se envolver concretamente. A exoneração do embaixador brasileiro na Tailândia após afirmar que o Brasil mandaria tropas para o Vietnã é sintomática desta estratégia brasileira de “posição marcada sem envolvimento concreto” (VIZENTINI, 2004, p. 68).

Como bem observa Cameron G. Thies, a socialização de um Estado dentro de um subsistema regional eventualmente pode vir a conflitar com a socialização no sistema internacional, pois papéis apropriados em um sistema podem não sê-lo em outros (THIES, 2012, p. 35). Assim se pode entender a disposição brasileira a apoiar regimes militares sul-americanos (conforme mostramos no primeiro capítulo), mas sua timidez ao sair em defesa do regime de Chiang Kai-shek de maneira explícita, tal como solicitado pelo diplomata filipino.

A recusa de Milton Telles Ribeiro em atender ao apelo filipino também nos mostra que, a nível de Estado, havia muito mais limites para um anticomunismo militante do que em organizações da sociedade civil¹⁹³.



¹⁹³ Em 1975, Kissinger orientou Gerald Ford a não receber o dissidente soviético Alexander Solzhenitsyn, pois temia a reação soviética (GADDIS, 2006, p. 181). Outro exemplo de como os constrangimentos atingiam a propaganda anticomunista a nível oficial é o fato de a OTAN buscar desvencilhar-se de grupos anticomunistas da sociedade civil por temer que isso poderia minar sua legitimidade. A falta de compromisso da OTAN levou grupos privados a tentar preencher seu espaço (VAN DONGEN, ROULIN, SCOTT-SMITH, 2014, p. 5).

Imagem 7: Esquerda: selo chinês de 1967 comemorativo das relações entre a China nacionalista e as Filipinas, duas peças do “arco anticomunista” asiático. Direita: selo filipino de 1967 estampando os rostos do dirigente filipino Ferdinand Marcos e do general Chiang Kai-shek (acervo do autor).

Milton Telles Ribeiro também se mostrava cético quanto à propaganda nacionalista. O embaixador contrastava a pujança da China comunista com “o processo de caquexia, aparentemente irreversível, em que se consome o regime nacionalista chinês” (RIBEIRO, 1965, ofício nº 113). 1964 foi, para o embaixador, um ano triunfante para Pequim, para tal contribuindo dois fatores: a “vitória do seu taciturno campeão Mao Tse-tung sobre seu rubicundo adversário Nikita Krushev, na justa ideológica que cindiu o movimento comunista internacional”, e o fato de ter sido 1964 o ano em que a China continental “arrombou as portas do clube nuclear com a explosão do Sinkiang e se inscreveu ex-officio entre os eleitores do átomo” (RIBEIRO, 1965, ofício nº 113 – grifo no original). Após discorrer sobre os avanços econômicos e estruturais da China comunista nos últimos anos e voltar a falar sobre as ofensivas da política externa de Mao no mundo periférico, o embaixador conclui: “Essas, Senhor Ministro, tão acuradamente quanto podem ser vistas à distância, as duas faces da China, nesta hora que parece ser a do seu tão temido despertar” (RIBEIRO, 1965, ofício nº 113).

Tal como nos trabalhos da ESG, notamos aqui uma oscilação entre a hostilidade à China comunista e o reconhecimento de sua superioridade frente à República da China. Por mais que admitisse o crescimento da China Popular, o diplomata não deixava de reconhecer a ameaça por ela representada, sobretudo no terceiro mundo. Em um ofício de agosto de 1965, Milton Telles Ribeiro elenca, entre os objetivos cardeais da China comunista no mundo ocidental,

Fomentar as relações econômicas e culturais com os países que mantêm relações diplomáticas com Taipé, de modo a criar movimentos internos de opinião que levem à ruptura com a China Nacionalista e ao reconhecimento do Governo de Pequim;
Fomentar os movimentos revolucionários na América Latina e explorar-lhe os ressentimentos contra os Estados Unidos da América;
Desacreditar os Estados Unidos da América aos olhos dos seus aliados, denunciando-lhe as intervenções na Ásia e na América Latina e desmentindo-lhe os propósitos democráticos e pacíficos; (RIBEIRO, 1965, ofício nº 212).

Em seguida, o embaixador ironiza o primeiro-ministro da China comunista Chou En-lai afirmando que ele “tem desenvolvido ativa diplomacia pessoal, percorrendo o mundo afro-asiático em intrincados itinerários que lhe poderiam bem valer, houvesse coluna social no ‘Diário do Povo’ de Pequim, o título de ‘o homem mais viajado do ano’” (RIBEIRO, 1965, ofício nº 212). Segundo o embaixador, “as peregrinações do Senhor Chou En-lai pelos poeirentos aeroportos da Ásia e da África” buscavam “tecer uma teia ao redor do nacionalismo asiático e africano, sobra a qual possam, depois, tráfegar outros agentes, menos conspícuos, porém não menos eficazes na tarefa de subversão mundial a que Pequim se lançou” (RIBEIRO, 1965, ofício nº 212).

Referindo-se de forma jocosa a Chou En-lai como “o sínico missionário¹⁹⁴”, o embaixador ressalta não só suas ambições, mas também os fracassos de suas viagens, sempre com refinada ironia:

[De Rangoon, na Birmânia] passou a Rawalpindi [Paquistão], onde, acenando com eventual auxílio chinês na pendência do Paquistão com a Índia, tentou conseguir do Presidente Ayub Khan apoio numa campanha anti-Estados Unidos da América, na questão do Vietnã. Aparentemente, o anfitrião não mordeu a isca. Do Paquistão, deslocou-se o Senhor Chou para a África. Em Tanzânia, falando *ex-cathedra*, doutrinou que “prevalecem condições muito favoráveis à revolução, não apenas na África, mas também na Ásia e na América Latina”. O *lapsus linguae* ressoou pelo Continente. Embora traumatizados ainda pela recente experiência colonial, os jovens governantes da África não ignoram que seriam eles os alvos da revolução pregada pela China (RIBEIRO, 1965, ofício nº 212 – grifos no original).

A frase final deste trecho é de particular interesse, pois o embaixador brasileiro traça um paralelo entre a opressão colonial e a opressão comunista. Tal como analisamos no capítulo 2, a representação do comunismo como uma continuidade do colonialismo também era frequente nos discursos da política externa do regime nacionalista chinês.

Em contraste com o ofício 113, no qual se ressaltaram os triunfos da China comunista no plano militar e econômico, o embaixador encerra seu ofício ressaltando que a empreitada diplomática de Chou En-lai na África teria sido um fracasso:

De mãos vazias voltou o peregrino ao eremitério. Os ecos de sua indiscrição africana continuam a reboar pelo Continente. A estratégia chinesa na África ficou a descoberto. Seus métodos solertes – suborno de Ministros, tráfico de armas, infiltração das instituições, fomento de ódios raciais – tornaram-se transparentes. Os líderes das jovens e irrequietas nações africanas tudo viram – e de nada parecem haver gostado (RIBEIRO, 1965, ofício nº 212).

No dia 10 de outubro de 1965, quando se celebra a Proclamação da República Chinesa, Milton Telles Ribeiro – assim como diversos outros chefes de missão em Taipei – publicou uma mensagem no *China Post* em homenagem à data. Em sua mensagem, o embaixador brasileiro agradeceu o governo chinês pela “inestimável cooperação na empreitada comum de promover a boa vontade e o entendimento cordial entre nossos dois povos¹⁹⁵” (RIBEIRO, 10/10/1965 – tradução nossa), especialmente ao presidente Chiang Kai-shek

por suas generosas alusões – em todas as oportunidades em que tive a honra de estar com Sua Excelência – ao governo do presidente Castelo Branco, ao progresso da nação brasileira e ao povo do Brasil que tão amavelmente recebeu a Madame Chiang Kai-shek quando a primeira-dama da República da China visitou o Brasil anos atrás¹⁹⁶ (RIBEIRO, 10/10/1965 – tradução nossa).

¹⁹⁴ Sínico: relativo à China.

¹⁹⁵ No original, em inglês: “invaluable cooperation in the common endeavour to foster the goodwill and cordial understanding between our two peoples” (RIBEIRO, 10/10/1965).

¹⁹⁶ No original, em inglês: “for his kind references – in all the opportunities in which I have had the honour to be with His Excellency – to the Government of President Castello Branco, to the progress of the Brazilian Nation and to the people of Brazil who so warmly welcomed Madame Chiang Kai-shek when the First Lady of the Republic of China visited Brazil years ago” (RIBEIRO, 10/10/1965).

A mensagem de felicitação do embaixador guatemalteco¹⁹⁷ Ramiro Gereda Asturias, publicada no mesmo caderno, é significativa de como muitos países identificavam a República da China como um bastião na luta anticomunista. O embaixador acredita que “o 10 de outubro de 1965 vai trazê-los [aos chineses] felicidade, progresso e pronta libertação da ameaça da ditadura comunista ao recuperar o ‘continente’¹⁹⁸” (ASTURIAS, 10/10/1965 – tradução nossa). Ainda segundo Ramiro:

O mundo livre está com a República da China e celebra o 10 de outubro de 1965, mas nós precisamos de ajudar de forma mais realista não apenas para merecer nossa liberdade, mas também para garantir a nossos filhos uma vida livre da tirania comunista¹⁹⁹ (ASTURIAS, 10/10/1965 – tradução nossa).

Elogia-se também “o unânime desejo de libertar a maioria de seu território para a tranquilidade do mundo”. Por isso, “nós estamos no mesmo front, Guatemala e China, lutando fraternalmente por nossa liberdade e trabalhando tenazmente para o progresso e bem-estar de nossos povos²⁰⁰” (ASTURIAS, 10/10/1965 – tradução nossa).

Ao findar o ano de 1965, o chanceler Juracy Magalhães, em relatório anual do MRE referente àquele ano, comenta brevemente a posição da delegação brasileira acerca da representação da China comunista na ONU. O Brasil foi um dos países que, junto com os Estados Unidos, apresentaram um projeto que exigia que a admissão de Pequim ao órgão só poderia se dar com a aprovação de no mínimo dois terços dos membros. Tal projeto foi aprovado por 56 votos contra 49. Ainda de acordo com o chanceler,

Os adversários da admissão da China Popular denunciaram a incompatibilidade da política agressiva e truculenta do Governo daquele país com os objetivos da Carta das Nações Unidas, citando diversas declarações recentes de dirigentes comunistas chineses atacando violentamente as Nações Unidas (MAGALHÃES, 1965, p. 117).

O chanceler também reprovava a atuação chinesa no Tibet, região no sudoeste da China ocupada pelo exército chinês em 1959:

Contra as alegações dos países socialistas e alguns africanos, no sentido de que as provas citadas não passam de “invenções e calúnias dos inimigos da China” e de que os tibetanos vivem em paz e prosperidade, a Assembleia Geral aprovou resolução condenatória do regime de Pequim, que proclama o direito do povo tibetano à sua liberdade e aos seus direitos fundamentais (MAGALHÃES, 1965, p. 117).

4.5. A China comunista e o Sudeste Asiático sob a perspectiva da ESG

Antes de concluirmos este capítulo, gostaríamos de chamar a atenção para um trabalho produzido na ESG no ano de 1965 que reproduz muitos dos medos que a China de Mao

¹⁹⁷ Hoje a Guatemala é um dos poucos países que ainda mantêm relações diplomáticas com Taiwan.

¹⁹⁸ No original, em inglês: “the 10th of October of 1965 will bring them happiness, progress and prompt liberation of the menace of the communist dictatorship on recovering their ‘Mainland’” (ASTURIAS, 10/10/1965).

¹⁹⁹ No original, em inglês: “The free world is with the Republic of China and celebrates the 10th of October of 1965, but we must help more realistically so that not only to preserve our freedom but also to assure our sons a life free of the communist tyranny” (ASTURIAS, 10/10/1965).

²⁰⁰ No original, em inglês: “the unanimous desire of liberating its majority land for tranquility of the world”; “we are in the same front, Guatemala and China, fighting fraternally for our freedom and working tenaciously for the progress and well-being of our peoples” (ASTURIAS, 10/10/1965).

inspirava no Brasil e no mundo. De autoria do coronel Mário de Souza Pinto, *A China Continental e o SE da Ásia* descreve o povo chinês em linhas estoicas, ressaltando como ele estaria profundamente habituado a ser curvar à natureza e à autoridade: “Havia, e há na China, uma sujeição completa e total do homem ao homem e do homem à natureza” (PINTO, 1965, p. 2). Por milênios os chineses teriam sido dominados por “alguns privilegiados” que lhes negaram toda a ciência, “concedendo um pouco de comércio, uma pequena indústria primária e não permitindo a expansão da classe média”, de modo que “uns poucos privilegiados controlaram, no absolutismo, a quase totalidade da população chinesa” (PINTO, 1965, p. 2).

Ainda segundo o autor, o chinês era um ser gregário: “O chinês (...) jamais esteve só; três gerações (10 a 15 pessoas) habitavam a única peça da casa, dormiam ombro a ombro, em um mesmo conjunto de leitos, e trabalhavam no campo como uma equipe”, de maneira que “o chinês nunca foi um egoísta como o ocidental, sendo possuidor de um espírito de ajuda mútua e de um senso de solidariedade” (PINTO, 1965, p. 3). Diante destes aspectos, o autor conclui que “o nível cultural do chinês é quase nulo, devido às suas condições de vida”, e o pouco que ele aprendeu “foi por receber de seus antepassados, através da palavra oral, os princípios filosóficos e religiosos que pautaram a sua conduta e seu modo de viver” (PINTO, 1965, p. 6).

Curiosamente, Mário de Souza Pinto aponta ninguém menos que Chiang Kai-shek como o responsável pelo triunfo comunista na China. Segundo ele, Chiang Kai-shek, “apesar de sua notória ligação com Moscou, tornar-se-ia no mais feroz inimigo do comunismo”, mas por causa de “sua desmedida ambição, mediocridade, falta de senso de responsabilidade e, algumas vezes, de patriotismo, desempenhou o papel de grande inconsciente que favoreceu a vitória do comunismo na China” (PINTO, 1965, p. 11). O autor ainda destaca as tensões sino-soviéticas ao afirmar que os chineses se julgam “os reais detentores da doutrina marxista e acham que os russos estão afrouxando na aplicação das teorias de Marx, Engels e Lenin” (PINTO, 1965, p. 18). Além disso, os chineses pensariam “saber o que seja o verdadeiro marxismo e que, nos países não industrializados, devem substituir os russos na implantação do comunismo”, uma vez que acreditam que a “revolução sangrenta é o único meio de comunizar os países subdesenvolvidos” (PINTO, 1965, p. 18).

O coronel acredita que a organização da China em comunas “significa a privação do operário, ou do camponês, dos frutos de seu trabalho”, além de representar “uma hábil manobra para submeter o habitante da cidade ao conformismo e a cortar os vínculos que ligaram o camponês à terra” (PINTO, 1965, p. 20). Mao Tse-tung estaria tentando criar o “homem comunal completo”, que, segundo o coronel, seria “uma espécie divorciada do resto da humanidade e vinculada, unicamente, à Massa, impessoal e amorfa” (PINTO, 1965, p. 20).

A despeito das dissidências na cúpula do PCC, da renovação na liderança chinesa, da resistência camponesa à comunização e da possibilidade de Mao se retirar da liderança, o autor concebe que os dirigentes chineses possuíam chances de contornar estes problemas. Caso o PCC conseguisse contornar tais tendências, “a larga sombra da China comunista será lançada, inicialmente, sobre a Ásia e, posteriormente, sobre o resto do mundo” (PINTO, 1965, p. 24). Tal projeção seria mais sensível no terceiro mundo, onde “os comunistas mais radicais começaram a descobrir na China uma nova fonte de moral e possivelmente, de ajuda material para seus fins subversivos” e onde o regime de Pequim representava “uma fonte fresca de experiência revolucionária para os países subdesenvolvidos, pelas condições de similitude com a China” (PINTO, 1965, p. 25). Uma das estratégias da penetração chinesa no terceiro mundo (incluindo o Brasil) era a “criação de um clima de interesse e simpatia para com a China, através de convites judiciosamente distribuídos [a] influentes líderes intelectuais, profissionais e da vida pública, para visitarem, sem despesa, um país suficientemente remoto e exótico” (PINTO, 1965, p. 25).

O autor conclui seu trabalho identificando a China continental como “uma força com a qual tanto o mundo comunista como o não-comunista terá de se haver no futuro, e por muito tempo” (PINTO, 1965, p. 36). O regime maoísta seria “um dos elementos mais inquietantes do cenário mundial” (PINTO, 1965, p. 36) e haveria

poucas razões para se acreditar que ele se tornará mais tranquilizador no futuro e que não se transformará em palco de uma guerra racial e ideológica, onde os brancos terão que se unir para enfrentar os amarelos, cuja frustração intensa pode ser a causa de uma agressividade sem precedentes na história (PINTO, 1965, p. 36).

A despeito do quadro profundamente negativo que o autor apresenta ao falar da China comunista, ao comentar alguns aspectos da atualidade política na China Popular ele destaca a relevância demográfica e militar do país, além de apresentar o regime maoísta como o legítimo representante do povo chinês:

Tem a China, hoje, uma população de 700 milhões de habitantes, prevendo-se que daqui a 15 anos atinja a enorme cifra de 1 bilhão, ou seja, a metade da população do mundo.

Além deste fator populacional, deve-se levar em conta que a China já possui o maior Exército do mundo, tem uma Força Aérea colocada em 3º lugar e uma Marinha em franco crescimento, particularmente no que tange à arma submarina (PINTO, 1965, p. 17).

Em seguida, o coronel escreve que a China é um dos membros do “Clube Nuclear”, o que lhe deixa “em condições de pleitear um ‘lugar ao sol’ no seio das grandes potências e exigir o seu reconhecimento pelo resto do mundo, inclusive pela ONU” (PINTO, 1965, p. 17). Também ressalta que “Não há resistência, por parte dos chineses, ao atual sistema de governo, pois os dirigentes souberam, habilmente, tomar o lugar da religião (...) e garantir o prato de arroz, juntamente com um pouco de vegetais e uma cota semanal de carne” (PINTO, 1965, p.

18). O governo comunista não representaria um incremento no controle sobre a vida do povo porque “na China, nunca houve tradição de liberdade devido à extrema penúria que ali sempre reinou” (PINTO, 1965, p. 18).

O trabalho de Mário Souza Pinto e diversas passagens dos ofícios de Milton Telles Ribeiro são interessantes porque apontam para uma tensão constante entre os formuladores de política externa ao longo do regime militar no Brasil: uma tensão entre desejos e crenças – tensão essa que estava presente em outros trabalhos da ESG, conforme analisado no capítulo 3. Por um lado, ao reprovar a Revolução Chinesa e as transformações trazidas pelo comunismo, muitos destes formuladores mostravam que desejavam, implícita ou explicitamente, que os comunistas não tivessem tomado o poder. Por outro lado, ao enfatizar o poderio militar, econômico e populacional do regime de Pequim e a debilidade dos nacionalistas, ressaltava-se a crença de que, por mais execrável que aquele regime fosse, não era mais possível ignorá-lo, sendo, portanto, necessário achar maneiras de lidar com ele.

4.6. Reflexões finais

Levando-se em conta as informações apresentadas neste capítulo e considerando que a identificação “é um *continuum* do negativo ao positivo – de conceber o outro como um anátema de si a conceber o outro como uma extensão de si²⁰¹” (WENDT, 1994, p. 386 – tradução nossa), o golpe de 1964, ao esposar ideais anticomunistas, foi um marco no processo ao longo do qual o Brasil passou de um antagonista a uma extensão da China. Tal processo teve três grandes momentos. O primeiro se deu no final do século XIX e princípios do XX, quando as relações entre ambos os países eram permeadas por um misto de indiferença e hostilidade. O segundo momento foi o pós-1945, quando muitos diplomatas brasileiros compartilhavam das crenças anticomunistas do regime nacionalista, ajudando assim a afastar o Brasil da posição de antagonista e aproximá-lo da posição de uma extensão da China. Por fim, o terceiro grande momento se dá a partir de 1964, quando o anticomunismo passa a informar o próprio regime político que governava o Brasil. Tais ideais anticomunistas constituíram as interações entre o regime militar brasileiro e o regime de Chiang Kai-shek nos primeiros momentos depois do golpe, desempenhando assim um papel crucial na maneira como Brasil e China representavam um ao outro.

Este capítulo nos mostrou que o anticomunismo foi um fator ideacional que pautou as interações entre o Brasil e a República da China após abril de 1964. O movimento de 1964 colocou no comando do Brasil atores cuja crença na necessidade de combater o comunismo era

²⁰¹ No original, em inglês: “Identification is a continuum from negative to positive – from conceiving the other as anathema to the self to conceiving it as an extension of the self” (WENDT, 1994, p. 386).

compartilhada com o regime de Chiang Kai-shek na ilha de Taiwan. Esta crença compartilhada na existência de uma ameaça comunista a ser derrotada ajudou a construir a identidade e os interesses de Brasil e China nacionalista, levando-os a se relacionarem de forma mais amistosa. Ao construírem um mundo no qual o comunismo era uma grande ameaça, Brasil e República da China construíram pontes entre si.

Intrínseco ao anticomunismo compartilhado entre ambos os regimes estava a hostilidade à China comunista, que também era compartilhada entre o Brasil e a República da China. A prisão, tortura e posterior expulsão dos nove cidadãos chineses entre abril de 1964 e abril de 1965 geraram, na República da China, sentimentos de alta estima pelo novo governo brasileiro. A luta anticomunista que o regime de Chiang Kai-shek e o regime militar brasileiro diziam levar a cabo tinha, na China comunista, um de seus maiores e mais temidos rivais. O episódio dos nove chineses ajudou a reforçar essa hostilidade compartilhada ao comunismo e, em especial, à China de Mao.

O construtivismo tem uma maneira particular de formular perguntas. Construtivistas estão mais interessados em perguntas do tipo “como é possível?” do que em perguntas do tipo “como?” ou “por que?” (WENDT, 1999, p. 78). Sendo assim, quando nos perguntamos como foi possível que o anticomunismo pautasse as relações sino-brasileiras ou como foi possível que as relações entre os dois países melhorassem tanto após o golpe, salta à vista o papel da diplomacia brasileira em Taipei e sua cooperação com agentes locais. A embaixada brasileira em Taipei propagandeou as “conquistas” da “revolução”, tendo contado para isso com a cooperação da imprensa e com a simpatia das autoridades locais. Mantendo relações profundamente amistosas com a imprensa e com o governo nacionalista, a embaixada brasileira assegurou que a identidade de interesses e ideias entre ambos os regimes se traduzisse em relações amigáveis.

Por outro lado, este capítulo também nos mostrou que, a despeito da profunda simpatia que unia o regime nacionalista chinês ao regime militar brasileiro, havia vozes na diplomacia brasileira em Taipei e na ESG que, ao mesmo tempo em que criticavam a China comunista, demonstravam certo ceticismo frente à China nacionalista, pois ressaltavam sua fragilidade militar e econômica.

CAPÍTULO 5 – AS RELAÇÕES ENTRE O REGIME MILITAR BRASILEIRO E A REPÚBLICA DA CHINA ENTRE 1966 E 1972

5.1. O propósito deste capítulo

Neste capítulo analisamos os principais aspectos das relações Brasília-Taipei entre 1966 e 1972. Apesar de cobrir longos seis anos, o interregno entre 1966 e 1972 pode ser abordado em apenas um capítulo porque foi um período no qual o número de fontes relevantes para esta tese declinou, sobretudo quando comparado com o período 1964-1965 (período da euforia inicial do golpe) e com o período 1973-1974 (quando o Brasil reconhece a China comunista). Ainda assim, este foi um período importante porque testemunhou a visita do chanceler brasileiro Juracy Magalhães a Taiwan em 1967, ocasião em que ambos os países renovaram suas crenças compartilhadas no caráter nefasto da ideologia comunista, sobretudo na China.

Por outro lado, é também neste período que o cenário internacional começa a se mostrar mais favorável ao regime de Pequim. À medida que o reconhecimento internacional do regime comunista chinês parecia se tornar uma tendência irreversível, os planos do *Kuomintang* de reconquistar o continente soavam cada vez mais irrealistas. Tal tendência não era estranha à diplomacia brasileira, que, no entanto, seguiu firme em sua disposição de criticar as ambições da China comunista no terceiro mundo. Mesmo após a admissão da China comunista à ONU em outubro de 1971, o Brasil seguiu fiel a Taipei.

5.2. Entre o “*wishful thinking*” nacionalista e os “síncicos missionários” comunistas

A América Latina desempenhava um papel fundamental para a China nacionalista em sua luta por reconhecimento internacional. Após a vitória da Revolução Chinesa em 1949, Taipei se empenhou em cultivar aliados na América Latina na esperança de contar com os seus votos nas discussões sobre a representação da China na ONU. A busca por se aproximar dos países latino-americanos muitas vezes resultava em convites a delegações para visitar a ilha, tais como a delegação parlamentar brasileira que visitou o país em 1964. Em 1966, nova delegação brasileira visitaria a ilha.

Uma notícia do *The China News* de princípios de abril de 1966 anunciava que no dia 21 do mesmo mês um grupo de treze senadores brasileiros (oito dos quais acompanhados de suas esposas) visitaria Taiwan a convite do governo chinês. A notícia expressa que o governo chinês há muito vinha considerando a possibilidade de convidar os parlamentares brasileiros, mas seus planos foram dificultados pela distância geográfica entre os dois países. Porém, como os senadores brasileiros estavam participando do encontro da União Parlamentar (*Parliamentary Union*) em Canberra, na Austrália, a ocasião se mostrou oportuna para o convite.

Apesar de apontar o desequilíbrio comercial entre os dois países, com a balança comercial sendo muito mais favorável aos brasileiros do que aos chineses, a notícia ressalta a importância do encontro para discutir a infiltração da China comunista na América Latina:

É sabido que o presidente Chiang Kai-shek irá receber os senadores brasileiros durante sua estadia em Taipei. Eles também chamarão o premiê e vice-presidente eleito C. K. Yen e o ministro das relações exteriores Shen Chang-huan para trocar ideias sobre uma cooperação Sino-Brasileira mais estreita nos campos econômico e cultural. Os visitantes também encontrarão outros líderes do governo chinês. Suas conversas irão abranger a propaganda do regime de Pequim e conspirações subversivas na América Latina, conforme é sabido²⁰² (THE CHINA NEWS, 03/04/1966 – tradução nossa).

Em 1966, Chiang Kai-shek havia sido eleito presidente da República da China pela quarta vez consecutiva, embora sem nenhum concorrente. O Brasil foi o único país latino-americano a enviar uma missão especial para sua posse. Além do Brasil, entre os latino-americanos, apenas a Venezuela e o Chile enviaram representantes para a cerimônia de posse, embora se tratasse de encarregados de negócios, cargo inferior na hierarquia diplomática. O representante brasileiro na solenidade, por outro lado, não foi o embaixador Milton Telles Ribeiro, mas sim um enviado especial: o embaixador brasileiro no Japão, Álvaro Teixeira Soares, acompanhado pelo capitão-de-mar-e-guerra Geraldo Duprat Ribeiro, adido naval, militar e aeronáutico no Japão, Coreia do Sul e República da China (VALENTE, 1966, ofício nº 121).

Durante sua audiência com o embaixador Teixeira Soares, o presidente Chiang Kai-shek “foi cordialíssimo, acentuando a cada momento o respeito e amizade da República da China pelo Brasil e seu profundo agradecimento a Sua Excelência o Senhor Presidente da República por se ter feito representar nas solenidades de sua posse”. O generalíssimo também manifestou “sua gratidão pelo apoio constante que o Brasil tem prestado ao seu país, no campo internacional, salientando que não esquece o fato de ter sido o Governo brasileiro o primeiro a dar reconhecimento diplomático à República da China²⁰³” (VALENTE, 1966, ofício nº 121).

Os ofícios trocados entre a embaixada brasileira e o MRE apontam para o crescente interesse do governo brasileiro em entender melhor a expansão comunista na China. Era comum que o MRE solicitasse ao corpo diplomático brasileiro o envio de estudos sobre o comunismo naquele país. Alguns estudos eram elaborados por organizações anticomunistas como a Liga

²⁰² No original, em inglês: “It is learned that President Chiang Kai-shek will receive the Brazilian Senators during their Taipei sojourn. They will also call on Premier and Vice President-elect C. K. Yen and Foreign Minister Shen Chang-huan for an Exchange of views on closer Sino-Brazilian cooperation in economic and cultural Fields. The visitors will also meet other Chinese government Leaders. Their talks will touch on the Peiping regime’s propaganda drive and subversive plots in Latin America, it is learned” (THE CHINA NEWS, 03/04/1966).

²⁰³ Lembremo-nos que a República foi proclamada na China em 1912. Apesar desta declaração do dirigente chinês, ao longo de nossa pesquisa não encontramos qualquer trabalho que discutisse o reconhecimento da República da China pelo Brasil.

Mundial Anticomunista, conforme veremos adiante. Outros, porém, eram elaborados pela própria embaixada e expressavam crenças e opiniões anticomunistas.

Em julho de 1966, a embaixada brasileira remetia à Secretaria de Estado das Relações Exteriores um estudo de autoria própria com 19 páginas sobre o Partido Comunista Chinês “a fim de fornecer à Secretaria de Estado elementos de juízo sobre os importantes acontecimentos políticos que se desenrolam, atualmente, na China continental” (VALENTE, 1966, ofício nº 161). O estudo identifica a gênese da Revolução Chinesa em três grandes fatores: “o movimento de ocidentalização da China”, “a invasão japonesa” e “a desorientação da política exterior dos Estados Unidos da América no imediato após-guerra” (BRASIL, 1966, p. 1). De acordo com o estudo, diferente do Japão, onde a Revolução Industrial fortaleceu a monarquia, as ideias ocidentais na China tiveram um efeito deletério:

(...) a ocidentalização da China significou a derrocada do secular Império do Meio e a implantação da primeira república asiática. O sistema legal chinês, comparável ao próprio direito romano, foi abandonado. A República empreendeu uma campanha, de âmbito nacional, contra o confucionismo, código tradicional de ética e de costumes. Antes mesmo que moldes educacionais novos fossem introduzidos, a estrutura escolar saltou dos trilhos clássicos. Estudantes universitários, conduzidos por jovens professores que regressavam das academias ocidentais contaminados pela pregação revolucionária, lançaram-se em busca de uma ideologia que substituísse os cânones abandonados (BRASIL, 1966, p. 1-2).

Dessa maneira, quando comparado com o Japão, “o impacto das ideias ocidentais teve efeitos muito mais revolucionários e radicais na China, logrando romper-lhe quase que inteiramente a tradição cristalizada através dos seus 40 séculos de história” (BRASIL, 1966, p. 1). Atento ao impacto da Revolução Chinesa sobre a América Latina, o estudo elaborado pela missão diplomática brasileira afirma que a cisão sino-soviética teria nascido do desejo de Pequim de fundar uma nova internacional comunista liderada pela China “para dirigir os movimentos ‘nacional-democráticos’ na Ásia, África e América Latina”. Ademais, “O esquema da guerra do povo está a exigir a adoção de uma rígida linha marxista-leninista, na qual não cabe concessão alguma ao humanismo, à liberalização e à chamada ‘convivência pacífica’” (BRASIL, 1966, p. 7 – grifo no original).

O estudo sobre o Partido Comunista da China também traz algumas críticas da diplomacia brasileira ao otimismo com que o regime nacionalista interpretava os acontecimentos na China continental, sobretudo após o início da Revolução Cultural na China comunista em 1966. Caracterizada por uma tentativa de varrer do país valores tradicionais (sobretudo confucionistas) e quaisquer influências ocidentais, a Revolução Cultural foi incentivada por Mao a fim de conter seus inimigos políticos e deixar a sua marca pessoal na revolução. A Revolução Cultural, portanto, foi “a revolução dentro da revolução e contra ela: contra o que ela, inevitavelmente, tornou-se (institucionalizada) para que volte a ser o que

deixou de ser (revolucionária)” (BIANCO, 2010, p. 248). Mao dizia estar freando a degeneração da Revolução de 1949 antes que ela fosse acometida pelo revisionismo, tal como na União Soviética de Kruschev²⁰⁴ (BIANCO, 2010, p. 249).

O início da Revolução Cultural levou certos membros do regime nacionalista a acreditarem que aquele era o momento oportuno para retomar o continente. A embaixada brasileira, porém, não acreditava que a Revolução Cultural sinalizava o enfraquecimento do regime comunista chinês:

Com o “wishful thinking” característico, muitos são (entre eles o próprio Vice-Presidente e Primeiro Ministro C. K. Yen) os que, aqui, vêm nas perturbações políticas que sacodem a China comunista, o momento azado para o início da contra-ofensiva nacionalista. Observadores menos emotivos e mais imparciais, entretanto, identificam na “revolução cultural socialista” uma séria crise no regime, mas uma crise de cúpula e não perturbações na base popular. O Partido Comunista continua como amo e senhor de toda a China, não havendo indicações de que sua autoridade se encontre ameaçada, ou esteja sendo sequer discutida, em qualquer parte do território nacional (BRASIL, 1966, p. 16 – grifo no original).

O “*wishful thinking*” da República da China volta a ser mencionado em ofício de agosto de 1966, em que o encarregado de negócios Murillo Gurgel Valente afirma que não resta ao regime nacionalista “outra alternativa senão aguardar os acontecimentos”, pois “mais vale esperar com otimismo que esperar desesperando”. Entretanto, o encarregado de negócios também observa que, diferente da Assembleia Geral da ONU de 1965, quando a votação da questão chinesa inspirou temores em Taiwan, a Assembleia Geral de 1966 dava “indicações de que a confiança de Taipei num resultado satisfatório no corrente ano é justificado” (VALENTE, 1966, ofício nº 169).

A esperança do *Kuomintang*, porém, não estaria mais nos Estados Unidos, já que o presidente Lyndon Johnson abandonara a defesa intransigente de Taipei adotada por seus antecessores. De acordo com o encarregado de negócios brasileiro, a esperança da República da China de permanecer na ONU se baseava não apenas na “própria atitude de violenta oposição à ONU assumida pela China comunista”, mas também nos países do terceiro mundo – incluindo os latino-americanos, onde apenas Cuba votaria a favor do regime comunista, embora o Chile estivesse “sendo ativamente cortejado, por via do comércio, pelo regime de Pequim” (VALENTE, 1966, ofício nº 169).

Em agosto de 1966, a embaixada brasileira envia um novo estudo de 19 páginas sobre as depurações políticas na China comunista. O motivo do estudo era o mesmo do estudo anteriormente enviado sobre o Partido Comunista da China: “fornecer à Secretaria de Estado

²⁰⁴ Lênin foi de estrategista para tático da conquista do poder para depois gestor. Mao não concluiu essa metamorfose, “sonhando sem parar com novas tomadas de poder que resolveriam, como por milagre, as dificuldades da gestão”. Mao forjou uma expressão para o que acreditava: revolução ininterrupta, evitando o mote trotskista de revolução permanente, mas que no final era quase a mesma coisa (BIANCO, 2010, p. 249).

elementos atualizados de juízo, que a permitam analisar os importantes acontecimentos políticos que ora agitam a República Popular da China” (VALENTE, 1966, ofício nº 171). Tal como o estudo sobre o Partido Comunista Chinês, a autoria deste estudo não é atribuída a ninguém em especial, apenas à embaixada.

Intitulado “As ‘depurações’ políticas na China comunista”, este estudo expressa crenças anticomunistas de maneira ainda mais enfática do que o primeiro. Logo nas primeiras linhas do estudo, lê-se: “Dedicado a promover a revolução socialista, na China e no mundo, o Partido Comunista chinês cultiva o ódio como instrumento para a consecução do fim a que se propõe” (BRASIL, 1966, p. 1). Ademais,

O processo de escolha dos “elementos positivos” e expurgo dos “elementos negativos”, de modo a preservar a “pureza revolucionária”, é, assim, constante no organismo político da China comunista. A preocupação higiênica é verdadeiramente felina, obsessiva. A catarse é endêmica e cíclica (BRASIL, 1966, p. 1).

Esse fenômeno catártico é sintetizado pela expressão “luta de classes”, caracterizada, segundo a diplomacia brasileira, por sua total imprecisão:

No jargão comunista, a palavra classe assume semântica quase mística. O grupo a ser combatido não corresponde a uma secção definida da sociedade, a uma “coterie”, nem se distingue pela afluência ou pela propriedade, nem mesmo é determinado pela origem social burguesa ou proletária.

(...)

Trata-se, pois, de um inimigo invisível, com um rótulo vago de classe. A marca distintiva se esconde nas profundezas da mente individual. O pensamento de cada qual indica a classe a que pertence (BRASIL, 1966, p. 1, 2 – grifos no original).

Sendo assim, a embaixada brasileira entende que o regime comunista chinês era dominado “pela preocupação obsessiva de localizar e desmascarar o inimigo potencial que mora na mente do cidadão”, de modo que “os que relutam em sacrificar sua personalidade no altar do Estado, são os possessos que cumpre exorcismar” (BRASIL, 1966, p. 2). O estudo afirma que os inimigos do comunismo chinês eram tratados pelo governo como seres possuídos por algum espírito maligno:

O mecanismo para esconjurar o demônio oculto na mente dos possessos é complexo. Cada indivíduo está incluído, desde que entra na escola primária, numa organização. Cada organização se subdivide em grupos menores, submetidos à tutela de um líder. Todas as organizações dependem de comitês do Partido. Quando se inicia uma campanha de erradicação de indesejáveis, os líderes dos grupos procedem ao exame, faceta por faceta, da família, das atividades, da vida privada de cada membro de sua célula (AS DEPURAÇÕES POLÍTICAS NA CHINA COMUNISTA, 1966, p. 2).

Ainda de acordo com o estudo, a China comunista carecia de um Estado policial na acepção clássica do termo, pois o controle dos cidadãos não era centralizado em um órgão do Estado, mas pulverizado na sociedade, tornando-se assim irresistível:

A fiscalização é muito mais minuciosa e inescapável. Sua ubiquidade é total. Cada cidadão fiscaliza o outro, numa cadeia infinita de delação que o Partido incentiva, assimilando-a aos nobres ideais do patriotismo. Nas reuniões dos grupos, cada indivíduo é chamado a revelar suas conversas privadas, as coisas que viu e ouviu, e a confessar suas impurezas. Através dessa gigantesca máquina de terapia de grupo, o Partido trata de preservar a virgindade ideológica da revolução socialista (AS DEPURAÇÕES POLÍTICAS NA CHINA COMUNISTA, 1966, p. 2).

O estudo chama tais processos de “filosofia das depurações” e diz que muitas vezes elas não possuem caráter ideológico, servindo somente para “encobrir crises na cúpula da hierarquia comunista” (BRASIL, 1966, p. 2).

O estudo sobre os expurgos na China continental reafirma o que já havia sido mencionado no primeiro estudo sobre o Partido Comunista Chinês: que a Revolução Cultural então em curso não poderia ser interpretada como um sinal de fraqueza do regime de Pequim, tal como o “*wishful thinking*” nacionalista desejava. A diplomacia brasileira acreditava que Pequim era muito mais forte do que Taipei e lamentava o fato de os nacionalistas seguirem se pautando por um otimismo ingênuo, confiantes que eram na viabilidade de uma quixotesca guerra de reconquista:

(...) o observador frio e imparcial não pode chegar à conclusão extrema de que o regime de Pequim está à beira da desagregação. Apenas o Governo de Taipei, cuja própria sobrevivência depende diretamente da ruína do regime comunista instalado no continente, toma ao pé da letra, num esforço de autoconvencimento, admissões como a citada acima. Para Taipei, a luta de vida ou morte que se estaria travando na China é real e significa o início do fim do Governo de Pequim (BRASIL, 1966, p. 13).

Tem-se, portanto, mais um interessante contraste entre o anticomunismo do regime militar brasileiro e o anticomunismo da República da China, complementando assim a discussão do capítulo 2. O fato de as crenças anticomunistas na China nacionalista estarem calcadas em uma ameaça já concretizada conduzia a dois caminhos paradoxais. Por um lado, ao voltar-se contra um inimigo comunista muito mais poderoso, o anticomunismo chinês era um fator ideacional muito mais caro ao regime nacionalista do que ao regime militar brasileiro, que nunca teve que lutar contra um inimigo das proporções da República Popular da China. Por outro lado, justamente porque o *Kuomintang* lutava pela sobrevivência de seu regime e de seu país, frequentemente seu anticomunismo precisava minimizar a ameaça representada pela China continental a fim de preservar as expectativas de um triunfo contra Pequim – expectativas estas sem as quais o regime nacionalista perdia sua própria razão de ser.

Em suma: o anticomunismo chinês, por estar em uma situação de clara desvantagem, precisou se nutrir de um otimismo do qual o anticomunismo brasileiro podia se dar ao luxo de prescindir. Tal otimismo soava absurdo para a diplomacia brasileira, que encarava a China comunista de forma muito mais realista.

Estudos recentes, contudo, nos mostram que o otimismo nacionalista era mais uma ferramenta de propaganda do que algo em que o próprio *Kuomintang* acreditava. Apesar de muitos de seus contemporâneos denunciarem sua ingenuidade em insistir na reconquista do continente, é preciso desconstruir a imagem de Chiang Kai-shek como um líder delirante e desconectado da realidade. Em livro de 2016, Hsiao Ting-lin analisa os diários de Chiang e nos mostra uma face muito mais sombria do dirigente chinês que contrasta com o otimismo da

propaganda política nacionalista. Apesar da retórica cruzadista, Chiang demonstra, em seus escritos pessoais, um projeto bem mais modesto. Longe de perseguir uma contraofensiva massiva, o líder nacionalista priorizava fazer de Taiwan uma base e porto seguro para a “China Livre” (LIN, 2016a, p. 215).

Em 1954, Chiang alcançou uma grande vitória ao firmar uma aliança de defesa mútua com os Estados Unidos. Porém, o texto da aliança, longe de prometer uma contraofensiva, apenas reafirmava que a jurisdição nacionalista se limitava às ilhas de Taiwan e Pescadores, sepultando assim quaisquer esperanças de recuperar o território perdido. Os Estados Unidos jamais poderiam se comprometer com um texto que sugerisse qualquer possibilidade de uma guerra contra o regime comunista chinês. Para Washington, um regime nacionalista restrito a Formosa e protegido contra incursões comunistas era a melhor opção, dadas as circunstâncias do momento (LIN, 2016a, p. 234, 236).

O próprio envolvimento norte-americano na questão chinesa foi uma faca de dois gumes para Chiang. Por um lado, os nacionalistas se sentiam seguros quanto a qualquer possibilidade de um ataque comunista. Por outro lado, ao aceitar o amparo norte-americano os nacionalistas também admitiam que sua capacidade militar seria puramente defensiva, com parca possibilidade de extrapolar o seu território (LIN, 2016a, p. 237).

Entretanto, a descrença de Chiang na possibilidade de uma contraofensiva militar anticomunista não o impedia de seguir atacando o regime de Pequim nos órgãos internacionais, de buscar aliados para a sua causa e de insistir em apresentar seu governo como o da “legítima China”. Em outras palavras: aceitando que teria poucas chances de vitória em uma guerra militar, Chiang recorreu a uma guerra ideológica que urgia os chineses a preservar todos os “valores culturais, sociais, econômicos e educacionais de Taiwan, no que posteriormente ficaria conhecido como ‘soft power’, a ser utilizado um dia para derrubar o regime comunista no continente, em vez da força militar²⁰⁵” (LIN, 2016a, p. 235 – tradução nossa). À medida que Chiang percebia que o preço de uma aliança defensiva com os norte-americanos seria a permanência da “China Livre” em seu pequeno reduto insular, ele começou a apresentar este “reduto insular como o novo centro para a preservação da civilização tradicional chinesa e o modelo da governança nacionalista em Taiwan como o guia de ação para o futuro do continente²⁰⁶” (LIN, 2016a, p. 235 – tradução nossa).

²⁰⁵ No original, em inglês: “the necessity of cultivating Taiwan’s cultural, social, economic, and educational assets, in what would later become known as ‘soft power,’ to be used one day instead of military force to overthrow the Communist regime on the mainland” (LIN, 2016a, p. 235).

²⁰⁶ No original, em inglês: “promoting the island redoubt as the new center for the preservation of traditional Chinese civilization, and the model of Nationalist governance in Taiwan as the blueprint for the mainland’s future” (LIN, 2016a, p. 235).

Os dois estudos enviados pela embaixada brasileira em Taipei à Secretaria de Estado das Relações Exteriores expressam não só o recorrente interesse do MRE pela conjuntura política na China comunista, mas também a crença da embaixada brasileira no caráter tirânico e barbárico do regime maoísta. Indissociável desta hostilidade ao regime maoísta, contudo, estava a crença cada vez mais forte na pujança e na longevidade do regime comunista, bem como uma descrença na possibilidade de uma reconquista do continente pelo *Kuomintang*. Conforme vimos no capítulo 3, esta era uma visão recorrente nos trabalhos produzidos na ESG.

Isso não impediu, porém, que a embaixada brasileira reconhecesse e celebrasse – às vezes com fina ironia – os fracassos das investidas dos comunistas chineses no terceiro mundo, tal como também tivemos a oportunidade de analisar em alguns ofícios de 1964 a 1965. Em ofício do começo de novembro de 1966, Milton Telles Ribeiro escreve que o fracasso da diplomacia de Pequim na Ásia e na África seria o responsável pela deflagração da Revolução Cultural no continente. Referindo-se à diplomacia da China comunista como “síncos missionários” (tal como já o fizera em 1964), o embaixador escreve:

O que está fora de dúvida, entretanto, é o evidente embaraço da Chancelaria de Pequim ante os reveses sofridos nestes últimos tempos pelos apóstolos da revolução mundial entre os gentios da Ásia e da África. O simbolismo do regime buscou logo a fórmula para ressaltar as aparências, identificando o marxismo como uma “gaiivota voando num[a] tempestade”. (...)

O esforço filosófico dos propagandistas do regime diz bem do quanto estão repercutindo na cúpula os catastróficos efeitos da campanha de catequese dos síncos missionários em terras asiáticas e africanas (RIBEIRO, 1966, ofício nº 259).

Como se não bastasse a Indonésia (outrora aliada da China) estar sob domínio do general anticomunista Suharto, a África se mostrava um teste de fogo para a diplomacia de Chou En-lai. O Daomé (atual Benin), após romper com Taipei e reconhecer Pequim, voltara atrás e restabelecera contatos com Taipei depois da ascensão ao poder do General Soglo, amigo de Chiang. Em janeiro de 1966, o embaixador da China comunista no Daomé foi intimado a deixar o país. Os ventos também eram desfavoráveis a Pequim em outras partes da África

O golpe de Estado na República Centro-Africana – não dissera Chou En-lai que a “África estava madura para a revolução”? – ocorrido em janeiro, foi ainda mais deletério para os interesses de Pequim, posto que foi o único que se caracterizou abertamente como anticomunista. (...) O vitorioso Coronel Bokassa, justificando sua ordem de expulsão dos diplomatas, jornalistas e técnicos comunistas, teria declarado em Paris, em 7 de julho: “para que se tenha paz, cumpre não admitir no país os chineses, porque esses se dedicam a fomentar a subversão... a República Centro-Africana tinha instalados em seu território uma escola para a subversão e um campo de treinamento militar” (RIBEIRO, 1966, ofício nº 259).

O golpe contra o presidente Kwame Nkrumah, de Gana, consolidava o fracasso da ofensiva da República Popular da China no terceiro mundo:

O clímax desses desastrosos sucessos ocorreu em fevereiro, com a deposição do Presidente Nkrumah, no momento mesmo em que este viajava de Rangum a Pequim, para fazer suas reverências a Mao Tsé-tung. Embora o golpe de Estado ganês não houvesse revestido características anticomunistas ou antichinesas, o General Ankrah revelou a existência de campos de treinamento militar nas florestas de Konongo e em

outras áreas do país, nos quais instrutores chineses formavam técnicos locais em sabotagem (RIBEIRO, 1966, ofício nº 259).

Ainda segundo o embaixador brasileiro, tais medidas não foram fruto da “revolução em si”, mas sim da “suspeita de que a China comunista estava despachando armas para a Guiné, como ajuda aos contrarrevolucionários que pretendiam restabelecer à presidência o exilado Nkrumah” (RIBEIRO, 1966, ofício nº 259).

No caso de Nkrumah, eminente político e intelectual anticolonial, saltam à vista as semelhanças com João Goulart, que também estava em viagem à China comunista quando Jânio renunciou e quase foi impedido de tomar posse pelos militares brasileiros. O embaixador não faz qualquer relação explícita entre a atuação chinesa na África e no Brasil. Entretanto, é difícil imaginar que, ao relatar à Secretaria de Estado das Relações Exteriores os diversos casos de subversão chinesa em países africanos, Milton Telles Ribeiro não tivesse a intenção de alertar o governo brasileiro sobre a possibilidade de o mesmo ocorrer no Brasil. Como vimos nos capítulos 3 e 4, a embaixada brasileira em Taipei já suspeitava das ambições da China comunista na América Latina antes mesmo de 1964. A América Latina, junto com a África, faria parte da mesma estratégia dos comunistas chineses de ampliar sua influência no terceiro mundo recorrendo a argumentos anti-imperialistas.

Ribeiro também cita o caso do Quênia, onde “a China comunista vai sendo atingida pela campanha anti-subversiva que se desenrola no país”. Quando o Quênia aprovou uma moção que demandava a ruptura de relações com qualquer país envolvido em “atividades de subversão” no continente africano, o regime de Mao, “aceitando a carapuça (...) desastrosamente protestou contra moção, em 17 de março”. Ademais, em junho o Ministro do Interior queniano “acusou os chineses e os soviéticos de estarem financiando o partido de oposição, a ‘União do Povo de Quênia’” (RIBEIRO, 1966, ofício nº 259).

Ribeiro conclui seu ofício afirmando a insatisfação geral dos estadistas africanos com a ingerência da diplomacia de Pequim no continente:

Além dos monótonos estribilhos das acusações chinesas à União Soviética, o que mais tem contribuído para irritar os africanos são indícios de que a China comunista está efetivamente auxiliando os movimentos subversivos do continente. No que se refere ao treinamento de guerrilheiros e sabotadores para a agitação no território ultramarino de Portugal, na Rodésia e na África do Sul, o apoio da África aos esforços de Pequim é unânime. Mas quando se trata da própria pele, da subversão nos países emergentes, então o aplauso se transforma em careta e, não raro, em improperios e retaliações (RIBEIRO, 1966, ofício nº 259).

Dessa maneira, utilizando a política externa da China comunista na África como exemplo do nível ao qual as ambições do PCC podem chegar, a embaixada brasileira dava mostras de tentar alertar o MRE. Em outro ofício, ao comentar os expurgos levados a cabo pela Revolução Cultural contra os “revisionistas”, Milton Telles Ribeiro é assertivo ao identificar a República Popular da China como uma ameaça: “Mas o certo, entretanto, é que uma China

revisionista e aliada à União Soviética encerra, a longo termo, tanto ou maior perigo para o mundo ocidental quanto uma China militarista, belicosa e nacionalista” (RIBEIRO, 1966, ofício nº 264).

Em ofício de 1967, Milton Telles Ribeiro reafirmaria a crença no enfraquecimento progressivo da China comunista no terceiro mundo ao escrever que a República da China estava substituindo, “na África, na Ásia e na América Latina a influência do regime de Pequim através de um programa inteligente de ajuda econômica e técnica, principalmente no campo da agricultura” (RIBEIRO, 1967, ofício nº 362). O Vietnã, em plena guerra contra os Estados Unidos, seria um dos palcos para a rivalidade Pequim-Taipei em que os nacionalistas desfrutavam de clara vantagem:

Há algum tempo, Pequim vem tentando, sem êxito, manter seu prestígio em Cholon, a cidade-gêmea de Saigon e uma das maiores “Chinatowns” do mundo. Perder um Cholon significaria mais outra irremediável derrota a ser somada à longa lista de reveses sofridos por Pequim no mundo subdesenvolvido, neste e no ano passado. Os inimigos que ali enfrenta são formidáveis: a polícia secreta sul-vietnamita; os agentes de Chiang Kai-shek, e o próprio Vietcong, que se infiltrou constantemente naquela “cidade” e procura obter o controle dos grupos comunistas chineses (RIBEIRO, 1967, ofício nº 362).

A política externa de Pequim na África não foi, contudo, tão desastrosa quanto os ofícios da embaixada em Taipei sugerem. Pequim se arvorava como campeã da luta anticolonial, líder da resistência aos imperialismos de Washington e Moscou e defensora dos povos do terceiro mundo. À medida que as divergências ideológicas e geopolíticas aprofundavam a cisão sino-soviética nos anos 1960, a China comunista se engajava em forjar alianças na África:

É importante assinalar que o continente africano adquiriu importância na medida em que a China se separava da visão pró-soviética, a qual havia marcado os primeiros anos da existência da República Popular. (...) Assim, enquanto as relações com a União Soviética se deterioravam, a China reclamou a liderança do Terceiro Mundo, colocando-se no primeiro plano do apoio ideológico e militar dos regimes revolucionários e das lutas anticoloniais²⁰⁷ (DELGADO, 2013, p. 128 – tradução nossa).

De 1956, quando estabelece relações com o Egito, a 1970, 20 países africanos estabeleceram relações com a China comunista – e conseqüentemente romperam com a China nacionalista. Tais laços eram fundamentais para Pequim, pois ajudavam a isolar Taiwan. Ademais, eles representavam uma pressão para que esses países externalizassem seu apoio à admissão da República Popular da China à ONU. Ao apoiar movimentos revolucionários anticoloniais, a China contestava a União Soviética e se mostrava como modelo autêntico de socialismo a ser seguido (DELGADO, 2013, p. 131). Quando a China comunista foi

²⁰⁷ No original, em espanhol: “Es importante señalar que el continente africano adquirió importancia en la medida en que China se separaba de la visión pro-soviética, la cual había marcado los primeros años de la existencia de la República Popular. (...) Así, mientras que las relaciones con la Unión Soviética se deterioraban, China reclamó el liderazgo del Tercer Mundo, colocándose en primer plano del apoyo ideológico y militar de los regímenes revolucionarios y las luchas anticoloniales” (DELGADO, 2013, p. 128).

incorporada à ONU em outubro de 1971, mais de um terço dos 76 votos favoráveis à sua admissão veio de países africanos (DELGADO, 2013, p. 134).

Em ofício de outubro de 1966, Milton Telles Ribeiro, atendendo a pedido feito pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores, envia anexado um “material sobre o barbarismo comunista na China” a ser utilizado em uma exposição. Para isso, a embaixada contou com o apoio da LAPA e demais órgãos, embora o embaixador lamente a escassez do material:

Apesar das insistentes gestões da Embaixada junto à Liga Anticomunista dos Povos da Ásia, junto a outros órgãos do Governo chinês e junto ao Serviço de Informações da Embaixada dos Estados Unidos da América em Taipei, nada mais foi possível obter além do escasso material anexo. A Embaixada continuará a desenvolver esforços no sentido de obter outros elementos, sobretudo fotografias, que sirvam para as propostas exposições (RIBEIRO, 1966, ofício nº 225).

Infelizmente, ao longo de nossa pesquisa não encontramos o referido material anexado ao ofício.

Em 1967, a fim de melhor esclarecer o governo brasileiro acerca da Revolução Cultural no continente, Milton Telles Ribeiro enviou outro estudo intitulado “Gráficos acerca dos comunistas chineses no continente” (“Charts concerning Chinese Communists on the Mainland”). O material também foi editado pela LAPA “em quadros sinóticos que encerram um estudo tão completo quanto possível – em trabalho desta natureza – sobre a ‘Revolução Cultural’ na República Popular da China” (RIBEIRO, 1967, ofício nº 217). O fato de a embaixada em Taipei repassar material editado pela LAPA para o governo brasileiro aponta não apenas para a confiança que o corpo diplomático brasileiro depositava naquelas informações, mas também para a existência de um trânsito de ideias anticomunistas entre a República da China e o MRE, com o corpo diplomático brasileiro desempenhando um importante papel de intermediário.

Durante a 12ª Conferência da Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos em Seul, na Coreia do Sul, nasceria a Liga Anticomunista Mundial (LAM). A LAM era composta pela Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos e outras organizações e ligas anticomunistas na Ásia, América do Norte, América do Sul, Oriente Médio, África e Europa. Dada a importância desta organização para o anticomunismo na Ásia, bem como o fato de ela ter figurado na correspondência diplomática entre a embaixada brasileira e o MRE, discorreremos brevemente sobre ela na próxima seção.

5.3. A Liga Anticomunista Mundial (LAM)

Conforme vimos no capítulo 2, nos anos 1950 foi fundada, a partir da cooperação entre os regimes de Taipei e Seul, a Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos (LAPA). A partir da LAPA foi desenvolvida a Liga Anticomunista Mundial (LAM). Segundo Pierre Abramovici (2014), a LAM começou a ser gestada no Rio de Janeiro em 1955, após a realização do Segundo

Congresso Americano contra a Intervenção Soviética na América Latina. Este congresso contou com a presença de Gu Zheng-gang, que, como vimos no capítulo 2, teve um papel fundamental na política externa anticomunista de Chiang Kai-shek. Zheng-gang exortou à criação de uma liga anticomunista a nível mundial porque acreditava que era preciso fortalecer os laços entre anticomunistas latino-americanos e asiáticos. A LAM foi oficialmente estabelecida em 1966, durante a conferência anual da LAPA em Seul, e sua primeira conferência ocorreu em Taipei em 1967, com 170 delegados de 60 países, a maioria asiáticos (ABRAMOVICI, 2014, p. 119, 120). A LAM foi bastante ativa na América Latina, tendo iniciado suas atividades no Cone Sul na década de 1970, onde se mostrou particularmente ativa no Paraguai e abrigou elementos importantes da intelligentsia nazifascista no pós-guerra (RIBEIRO, 2018, p. 123).

Apesar de ter unido anticomunistas em diversas partes do mundo, a LAM também trouxe problemas. Um deles se relacionava à definição do inimigo. Enquanto os grupos “atlânticos” da LAM (europeus) se preocupavam mais com os soviéticos, norte-americanos e asiáticos achavam que a China era uma ameaça maior (ABRAMOVICI, 2014, p. 117-118). Quando Nixon ensaiou uma aproximação com o regime de Mao no começo dos anos 1970, Taipei tentou mobilizar a LAPA e a LAM para conter esta aproximação. A LAPA insistia na correlação entre a luta anticomunista asiática e a luta antissoviética na Europa. Em 1975, em meio à *détente*, Gu Zheng-gang exortou os ramos anti-soviéticos e anti-chineses a se unirem, contando para tal com a valiosa ajuda dos latino-americanos (ABRAMOVICI, 2014, p. 117-118, 122, 123-124).

Apesar de a LAM ter sido oficialmente fundada durante a conferência da LAPA em Seul em 1966, Marcos Vinicius Ribeiro acredita que suas origens remontam a um longo processo iniciado no ano de 1946, quando agentes anticomunistas de diversas organizações fascistas na Europa, sobretudo no Leste Europeu, se uniram no Bloco Antibolchevique de Nações “com o intuito de agir no campo da vigilância militar e produzir inteligência em relação às ações de cunho opositoras à iniciativa do bloco capitalista no início da Guerra Fria” (RIBEIRO, 2018, p. 123). Ainda segundo o autor:

A LAM surgiu da APACL [Liga Anticomunista dos Povos Asiáticos] e carregou a experiência do anticomunismo asiático. Por outro lado, ao abrigar criminosos de guerra entre seus sócios e conselheiros, podemos dizer que também carregou (como experiência) o legado militarista do fascismo e do nazismo, que foi escondido (e até perseguido) no pós 2ª guerra. Parece-nos claro que este legado foi subsumido pela LAM (RIBEIRO, 2018, p. 131).

No contexto da Guerra Fria, a atuação da CIA foi fundamental para organizar não só os grupos anticomunistas no Leste Europeu – com destaque para os nacionalistas ucranianos liderados por Yroslav Stetsko –, mas também no continente asiático. Entidades patrocinadas pelos Estados Unidos, tais como a Organização do Tratado do Sudeste Asiático (SEATO) foram

fundamentais para colocar em contato lideranças anticomunistas em diferentes partes da Ásia. Desde 1958, o líder nacionalista ucraniano Yaroslav Stetsko, presidente do Bloco Antibolchevique de Nações, participava das conferências anuais da LAPA. Junto com o agente da CIA Ray S. Cline, Yaroslav Stetsko ajudou a treinar os quadros do regime de Chiang Kai-shek para a repressão anticomunista (RIBEIRO, 2018, p. 124-126).

Os objetivos da LAM incluíam “unir os povos amantes da paz e da liberdade do mundo para deter e contra-atacar as atividades agressivas e de subversão dos comunistas”, desenvolver “uma férrea unidade anticomunista entre os povos”, fornecer apoio “espiritual e material às lutas anticomunistas que libertem os povos” e a todos os movimentos que busquem “a liberação dos povos escravizados”, além de “estabelecer uma frente anticomunista que abarque o mundo inteiro, com o objetivo de pôr a termo a agressão comunista e salvaguardar a liberdade da espécie humana em defesa da paz mundial” (citado por RIBEIRO, 2018, p. 131).

Marcos Vinicius Ribeiro faz explica que a LAM surgiu na Ásia (e não nos Estados Unidos) porque foi justamente na Ásia que os movimentos comunistas tiveram vitórias mais expressivas:

(...) a experiência asiática permitiu à LAM, no período de sua fundação, atuar a partir do epicentro da luta de classes, baseada na violência como forma de conceber a luta contra o comunismo aplicando os conceitos da *realpolitik*, pois a Ásia apresentou ao capital-imperialismo seus piores reveses no campo de batalhas. A guerra da Indochina francesa (1945-1954), que envolveu o Laos, Camboja e Vietnã contra a França – e resultou na descolonização franco-nipônica e consequente emancipação dos países asiáticos e divisão do Vietnã entre norte e sul –, e do Vietnã contra os EUA, são indícios de que a esquerda avançou significativamente no continente, conquistando vitórias nos fronts de batalha sobre os países do epicentro capitalista (RIBEIRO, 2018, p. 127).

Na América Latina, o capitalismo nunca sofreu reveses nas mesmas dimensões que na Ásia. Os avanços da esquerda na América Latina também nunca se igualaram àqueles notados no continente asiático. Tais constatações reafirmam o que já discutimos no capítulo 2, a saber: que, quando comparado com o anticomunismo brasileiro, o imaginário anticomunista chinês se assentava em um substrato real em que o comunismo era muito mais ameaçador.

Isso não impediu que em 1972, durante a assembleia anual da LAM no México, fosse fundada a Confederação Anticomunista Latino-americana (CAL), reunindo membros das forças de segurança, serviços de inteligência, militares, paramilitares e esquadrões da morte²⁰⁸ (ABRAMOVICI, 2014). Apadrinhada pela LAPA, a CAL foi fundada em ocasião da primeira conferência da LAM realizada na América Latina (RIBEIRO, 2018, p. 133):

A sexta conferência (sediada em 1972 na Cidade do México) também nos chama a atenção pelo fato de ser a primeira realizada fora da Ásia. Trata-se, precisamente, do momento em que houve a transcontinentalização da LAM e a América Latina foi o cenário escolhido. Doravante, a LAM ganhou um importante aliado para o

²⁰⁸ O assassinato do diplomata chileno Orlando Letelier em 1976 foi “sub-contratado” pela CAL e contou com a ajuda de serviços de segurança argentinos (ABRAMOVICI, 2014, p. 123-124).

aprofundamento de suas atividades. A CAL seria uma de suas ramificações mais ativas, e proporcionou a ampliação desejada aos gestores de violência que se agruparam em torno da LAM (RIBEIRO, 2018, p. 133).

Entre os quadros da CAL (e consequentemente da LAM) estavam intelectuais, professores, jornalistas, empresários e padres. No mesmo ano de 1972 foi realizado o primeiro congresso da CAL na Argentina e sua reunião geral no México. A existência de ditaduras militares anticomunistas em diversos países latino-americanos naquele período “foi um importante aspecto de sustentação e crescimento da CAL, já que constava no seu estatuto a intenção de ‘apoiar governos anticomunistas’” (RIBEIRO, 2018, p. 15). Tanto a LAM como a CAL perseguiram a total eliminação do comunismo, sem quaisquer concessões ao inimigo. Diversos telegramas e circulares das duas entidades criticavam as propostas de conciliação e os projetos de formar governos de coalização na Ásia, seja no conflito entre Vietnã do Norte e Vietnã do Sul, seja no conflito entre Pequim e Taipei²⁰⁹ (RIBEIRO, 2018, p. 186-188).

A importância dispensada pela LAM à sua seção latino-americana ressalta mais uma vez como a América Latina ocupava um papel fundamental na política externa anticomunista de Taipei. Mais do que isso: ela nos mostra como Taipei tentou, a todo momento, estreitar laços com atores latino-americanos recorrendo a valores anticomunistas por eles compartilhados. O apreço que o regime de Chiang Kai-shek tinha pelo regime militar brasileiro era apenas um capítulo de uma ampla estratégia de aproximação entre a República da China e a América Latina usando o anticomunismo como fator ideacional de aproximação.

A primeira conferência da LAM em Taipei entre os dias 25 e 29 de setembro de 1967 contou com a presença da embaixatriz brasileira Esther de Proença Lago, esposa do embaixador Renato de Lacerda Lago. Esther Proença Lago participou da Conferência como representante da Campanha da Mulher Pela Democracia (CAMDE), grupo anticomunista feminino que, como vimos no capítulo 1, teve um importante papel nas manifestações que levaram à renúncia de Jango e à ascensão dos militares ao poder. A presença da embaixatriz foi informada por Milton Telles Ribeiro em carta-telegrama à Secretaria de Estado das Relações Internacionais:

A visita de Dna. Esther de Proença Lago muito agradeu ao Governo da República da China onde o Generalíssimo e a Senhora Chiang Kai-shek – que conversaram longamente com a Embaixatriz – demonstraram jamais haver esquecido o saudoso Embaixador Renato de Lacerda Lago que, de 1936 a 1942, chefiou a Legação do Brasil na China (RIBEIRO, 1967, CT nº 41).

²⁰⁹ No mesmo ano em que o Rio de Janeiro sediou o 2º congresso da CAL, uma série de eventos marcaram a cooperação das ditaduras militar brasileira e paraguaia. Médici, no final de seu mandato, recebeu o ditador paraguaio Alfredo Stroessner para assinar um tratado de princípios internacionais. No ano anterior, os dois líderes assinaram o tratado de cooperação que deu início à construção da Usina de Itaipu. O Paraguai se tornaria, após o congresso do Rio de Janeiro, o epicentro da CAL, que passou a contar “com os aparatos repressivos daquele país, bem como com quadros da repressão e empresários na composição e organização da entidade” (RIBEIRO, 2018, p. 16). Em 1977, o Paraguai sediaria o terceiro congresso da CAL e em 1979 o 12º congresso da LAM, ambos contando com a presença do dirigente paraguaio Alfredo Stroessner (RIBEIRO, 2018, p. 16).

É digno de nota que a viagem de Esther Lago foi patrocinada pelo governo brasileiro, mostrando assim o compromisso do regime militar com os valores e crenças anticomunistas a nível internacional. Em telegrama do dia 9 de setembro de 1967, a Secretaria de Estado das Relações Exteriores autorizava a embaixada brasileira a “sacar importância de US\$ 500,00 (quinhentos dólares) em favor de Esther Lago que viaja em missão de difusão cultural” (BRASIL, 1967, telegrama sem número). Três dias depois, a Secretaria enviaria novo telegrama à embaixada brasileira em Taipei comunicando a chegada da embaixatriz “que representará a CAMDE no Congresso Anticomunista. Agradeceria prestar proporcionar-lhe [sic] assistência” (BRASIL, 1967, telegrama sem número).

A CAMDE também enviaria duas representantes para a segunda conferência da LAM em Saigon, no Vietnã do Sul, em fins de 1968²¹⁰. Como as duas representantes planejavam passar por Taipei após a conferência, o MRE enviou um telegrama urgente à embaixada solicitando que as assistisse:

Deverão chegar a Taipé a 21 do corrente, procedentes de Hong Kong, as Senhoras Maria Helena Câmara e Mavi Harman, respectivamente Presidente e Vice-Presidente da CAMDE, e que participaram em Saigon de uma reunião da Liga Mundial Anticomunista. Rogo prestar-lhes a necessária assistência (BRASIL, 1968, livro 3404, telegrama sem número).

5.4. Juracy Magalhães em Taipei

O ano de 1967 foi significativo para as relações entre a China nacionalista e o Brasil, pois foi o ano em que o chanceler Juracy Magalhães visitou a ilha. A visita foi curta: do dia 27 ao dia 29 de janeiro. Porém, quando analisada à luz dos postulados construtivistas, ela nos permite ver o papel das crenças, desejos e expectativas compartilhados entre os dois Estados na criação de uma identidade entre eles.

Entre os membros da delegação do chanceler estava ninguém menos que o diplomata José Oswaldo de Meira Penna, diretor do Departamento de Assuntos do Leste Europeu, Ásia e Oceania do MRE, autor da palestra “Problemas do Extremo Oriente” na ESG em 1950, conforme analisado no capítulo 3. As discussões entre o chanceler brasileiro e as autoridades locais incluíam o incremento das relações comerciais entre os dois países, a intensificação da imigração chinesa para o Brasil e a concessão de bolsas de estudos a jovens chineses interessados em estudar no Brasil. Entretanto, a pauta política também esteve presente.

A visita do diplomata brasileiro a Taiwan foi amplamente noticiada pela imprensa local, conforme podemos ver em recortes de jornais enviados pela embaixada brasileira. Um dos artigos que noticiaram a visita das autoridades brasileiras foi publicado pelo *China Post* de 30

²¹⁰ A organização católica Tradição Família Propriedade (TFP) também esteve presente à reunião da LAM em Manila, nas Filipinas, em 1971 (MOTTA, 2020, p. 113).

de janeiro e trazia o título “Brasil considera Pequim ameaça para a paz mundial²¹¹” (CHINA POST, 30/01/1967 – tradução nossa). Ainda segundo o artigo: “Magalhães disse em um comunicado conjunto com o Ministro do Exterior Wei Tao-ming: ‘... as atividades agressivas e subversivas dos comunistas chineses constituem uma séria ameaça à paz e segurança mundiais²¹²’” (CHINA POST, 30/01/1967 – tradução nossa).

No comunicado conjunto emitido por Juracy Magalhães e Wei Tao-ming é possível identificar como ambos os atores internacionais compartilhavam valores anticomunistas, bem como a crença no caráter ameaçador da República Popular da China. O comunicado foi reproduzido em um telegrama endereçado à Secretaria de Estado das Relações Exteriores:

Dois ministros exterior expuseram seus pontos-vista sobre situação no Sudeste Asiático em geral e na China continental em particular. Concordaram em que atividades subversivas e agressivas comunistas chineses constituem séria ameaça paz e segurança universal. Ministro Wei Tao-ming expressou, nome governo e povo chineses, sincero reconhecimento pelo apoio moral e cooperação governo brasileiro tem consistentemente emprestado República China²¹³ (MAGALHÃES e MING, 1967, telegrama nº 15).

Um mês depois desta visita, Taiwan ofereceria meio milhão de dólares para ajudar programas de desenvolvimento agrícolas brasileiros (VIZENTINI, 2004, p. 67)

O comunicado conjunto entre os chanceleres chinês e brasileiro nos mostra como os regimes políticos estabelecidos em ambos os países compartilhavam conhecimentos comuns que representavam o comunismo – sobretudo o comunismo chinês – como uma ameaça a ser combatida. Segundo o cientista político Harold Lasswell, quando dois atores dirigem sua atenção a objetos similares, os símbolos em torno destes objetos despertam, nos atores envolvidos, impulsos afetivos positivos ou negativos. Os atores que interpretam aquele objeto seguindo os mesmos impulsos afetivos eventualmente podem compartilhar também sentimentos comuns. Lasswell cita o exemplo da violência perpetrada pela Espanha contra os cubanos durante a guerra de independência no final do século XIX e a reação norte-americana. Inicialmente, argumentou-se que os norte-americanos nada tinham com isso, mas o enredamento emocional foi tanto que a demanda por libertação de Cuba com auxílio norte-

²¹¹ No original, em inglês: “Brazil considers Peiping threat to world peace” (CHINA POST, 30/01/1967).

²¹² No original, em inglês: “Magalhães said in a joint comunique with Foreign Minister Wei Tao-ming: ‘...the aggressive and subversive activities of the Chinese Communists constitute a serious threat to world peace and security’” (CHINA POST, 30/01/1967).

²¹³ Em 1968, o Secretário de Estado das Relações Exteriores da República Dominicana Fernando A. Amiama Tió foi recebido pelo ministro Wei Tao-ming e ambos emitiram um comunicado conjunto similar, como o próprio Milton Telles Ribeiro informa: “Os dois chanceleres declararam ter examinado a situação do Sudeste Asiático, particularmente da China Comunista, e manifestaram concordar em que a belicosidade e as atividades subversivas do regime de Pequim prejudicam a paz e a segurança universais, concluindo pela necessidade de a República Dominicana e a República da China trabalharem em estreita colaboração, nas Nações Unidas e em outras organizações internacionais, contra a expansão comunista no mundo” (RIBEIRO, 1968, CT nº 10).

americano cresceu significativamente e o colonialismo espanhol atraiu a repulsa e a indignação da opinião pública nos Estados Unidos (LASSWELL, 1965, p. 141, 142).

De forma análoga, ao compartilharem impulsos afetivos negativos acerca do comunismo, o regime militar brasileiro e a República da China também mostraram possuir sentimentos anticomunistas comuns.

Quando a embaixada brasileira precisou sair em defesa do governo brasileiro diante de notícias veiculadas por agências internacionais, o regime nacionalista se mostrou solícito. Quando o *China Post* de 21 de outubro reproduziu uma pequena notícia da *United Press International* (agência de notícias internacional) comunicando que o Congresso brasileiro havia sido dissolvido pelo presidente Castelo Branco, a Secretaria de Estado enviou uma circular à embaixada solicitando que os fatos fossem esclarecidos, no que foi prontamente atendida. Em ofício, Milton Telles Ribeiro afirma que solicitou à agência estatal chinesa *Central News Agency* que transmitisse um comunicado de imprensa contestando a notícia, que fora publicada não só pelo *China Post*, mas também por outros periódicos de língua inglesa em Taipei. O comunicado foi publicado no dia 23 de outubro de 1966 sob o título “Embaixada Brasileira nega dissolução do Congresso”:

A Embaixada Brasileira em Taipei desmentiu ontem uma notícia de jornal segundo a qual o Congresso Brasileiro foi dissolvido. “Não foi dissolvido de forma alguma”, disse a embaixada. A explicação da embaixada foi publicada após jornais locais publicarem, na sexta, notícias de serviços telegráficos estrangeiros de que um “Congresso desafiador foi dissolvido no Brasil”. “O Presidente Humberto Castelo Branco agiu completamente dentro dos limites da legislação existente que permite ao poder Executivo decretar o recesso do congresso sob circunstâncias extraordinárias, tais como a presente²¹⁴” (CENTRAL NEWS AGENCY, 23/10/1966 – tradução nossa).

Vemos aqui novamente como os valores compartilhados entre o regime nacionalista chinês e o regime militar brasileiro agiram no sentido de aproximá-los. A afeição que o regime nacionalista sentia pelo regime militar brasileiro garantiu à embaixada brasileira acesso à agência oficial de notícias chinesa, por meio da qual a embaixada pôde defender o governo Castelo Branco das notícias negativas que circulavam pela imprensa internacional.

²¹⁴ No original, em inglês: “The Brazilian Embassy in Taipei denied Yesterday a newspaper report that the Brazilian Congress was dissolved. ‘It is not dissolved at all’, the embassy said. The embassy’s clarification released after the local newspapers published reports of foreign wire service that ‘defiant Congress was dissolved in Brazil’ Friday. ‘President Humberto Castello Branco acted entirely within the bounds of the existing legislation which enables the executive power to decree the recess of congress under extraordinary circumstances as the present one’ (CENTRAL NEWS AGENCY, 23/10/1966).



Imagem 8: Juracy Magalhães desembarca em Taipei junto com sua comitiva. Da esquerda para direita: José Oswaldo de Meira Pena (?), Lavínia Magalhães (esposa de Juracy); Juracy Magalhães, a esposa do ministro da relações exteriores chinês Wei Tao-Ming e o próprio Wei Tao-Ming (de perfil) (acervo CPDOC-FGV²¹⁵).



Imagem 9: No jipe: o ministro das relações exteriores da República da China Wei Tao-Ming (à esquerda) e Juracy Magalhães (à direita) passam em revista as tropas chinesas (acervo CPDOC-FGV).



Imagem 10: Da esquerda à direita, ao centro: major general Tso Ying-Ching, Juracy Magalhães e o vice-ministro das relações exteriores Sampson Shen saindo do Santuário dos Mártires, um templo que homenageia os soldados chineses mortos nas guerras pela Proclamação da República, contra o Japão e os comunistas (acervo CPDOC-FGV).

²¹⁵ As fotos do CPDOC-FGV foram extraídas do seguinte site: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/arquivo-pessoal/JM/audiovisual/visita-oficial-de-juraci-magalhaes-chanceler-brasileiro-a-taiwan>



Imagem 11: Juracy Magalhães (de costas, ao centro) aprendendo sobre a reforma agrária em Taiwan (acervo CPDOC-FGV).



Imagem 12: da esquerda para a direita: esposa de Wei Tao-Ming, Juracy Magalhães e o ministro das relações exteriores da China nacionalista Wei Tao-Ming em banquete oferecido à delegação brasileira (acervo CPDOC-FGV).



Imagem 13: Da esquerda para a direita: o embaixador brasileiro em Taipei Milton Telles Ribeiro, o vice-presidente chinês C. K. Yen, não identificado, Juracy Magalhães (acervo CPDOC-FGV).

5.5.A política externa brasileira entre Taipei e Pequim

No início de 1967, quando o marechal Castelo Branco era sucedido pelo general Arthur da Costa e Silva, Juracy Magalhães foi substituído no cargo de chanceler pelo deputado mineiro José de Magalhães Pinto. Ex-governador de Minas Gerais e um dos articuladores do golpe de 1964, Magalhães Pinto foi o responsável por redigir o relatório anual do MRE referente a 1967. Em seu relatório, o ministro cita apenas a importância técnica e econômica da visita da delegação brasileira à República da China, sem se ater ao seu significado político e sem

mencionar o comunicado conjunto emitido pelos chanceleres dos dois países (PINTO, 1970, p. 108).

Por outro lado, Magalhães Pinto deu uma declaração à imprensa brasileira em maio de 1967 que teve uma boa acolhida na República da China. Tal como a visita de Juracy Magalhães em janeiro, as declarações de Magalhães Pinto ajudaram a aliviar, ainda que momentaneamente, o medo de Taipei de perder um de seus mais valiosos aliados na América Latina. As declarações de Magalhães Pinto foram noticiadas pela agência internacional *United Press* e reproduzidas pelo jornal de língua chinesa *Union Daily News*, de Taipei, sob o título “‘Não fazemos negócios com os comunistas chineses’, declara o ministro das Relações Exteriores do Brasil”. Em seu relato, Magalhães Pinto acredita que os ganhos econômicos que poderiam advir do estabelecimento de relações com o mundo comunista esbarram no fato de que os próprios países comunistas são uma ameaça ao progresso de outros países:

O ministro Magalhães Pinto, das Relações Exteriores do Brasil, disse que uma vez que os comunistas chineses e cubanos prosseguem em suas atividades subversivas, o Brasil não fará negócios com eles. Quando entrevistado pelo jornalista do “Jornal do Brasil”, o Ministro Magalhães Pinto disse que mesmo que os comunistas chineses e cubanos tentassem seduzir o Brasil com seus mercados, o Brasil não poderia fazer negócios com eles. “É muito importante um mercado de quase oitocentos milhões de pessoas para os países que desejam promover negócios internacionais. Mas não tencionamos fazer negócios com Pequim e Havana, porque eles tentaram interromper o progresso de outros países”, disse (UNION DAILY NEWS, 18/05/1967).

As declarações do ministro Magalhães Pinto corroboram o argumento principal deste trabalho de que o anticomunismo foi um aspecto ideacional que pautou as relações entre o regime de Chiang Kai-shek e o regime militar brasileiro. Se não pelo anticomunismo, como explicar que o Brasil seguisse mantendo relações diplomáticas com Taipei, em vez de estabelecê-las com a China comunista, mesmo quando esta última parecia mais promissora do ponto de vista econômico (como o próprio chanceler brasileiro reconhece acima), e mesmo quando o mundo parecia caminhar para o reconhecimento da República Popular da China?

Paralelamente ao discurso de Magalhães Pinto, contudo, começava a se esboçar uma nova tendência na política externa brasileira, em grande parte motivada pelo progressivo reconhecimento internacional do regime de Pequim. Em 1968, a República Popular da China já era oficialmente reconhecida como a legítima China por diversos países como Reino Unido, Noruega, Suécia, Suíça, Finlândia, Dinamarca, Índia, Holanda e França. Em 1959, o cientista política norte-americano Robert Scalapino, especialista em China, já percebia que qualquer tentativa de isolar a China comunista seria contraproducente:

A mim parecia que a China comunista estava destinada a sobreviver e aumentar sua influência, tanto na Ásia como no mundo. Portanto, um esforço para conter a China por meio do isolamento estava fadado ao fracasso e iria separar gradualmente os

Estados Unidos de seus principais aliados²¹⁶ (SCALAPINO, 1989, p. 244 – tradução nossa).

De forma análoga, uma carta-telegrama enviada pelo MRE à embaixada em Taipei em 1968 mostra que o governo brasileiro também começava a perceber que o isolamento de Pequim não poderia durar para sempre. Nesta carta, a Secretaria de Estado das Relações Exteriores transmitia informação recebida da embaixada brasileira em Washington a respeito dos recentes discursos do candidato republicano à Presidência Richard Nixon. Segundo o telegrama,

Nixon declarou que, a curto prazo, não se deve premiar a presente tática chinesa [comunista] com ofertas de comércio e de reconhecimento, mas que, a longo prazo, “simplesmente não podemos nos dar o luxo de deixar a China [comunista] para sempre fora da família das nações, entregue à tarefa de alimentar suas fantasias, acalantar seus ódios e ameaçar seus vizinhos” (BRASIL, 1968, telegrama nº 41).

Ao longo de 1969, o MRE enviou uma série de telegramas para a embaixada brasileira em Taipei retransmitindo mensagens que havia recebido de outras embaixadas do Brasil ao redor do mundo acerca das discussões sobre o reconhecimento da China comunista. Os telegramas indicavam que o estabelecimento de laços com Pequim era iminente para os governos canadense e italiano. Um dos telegramas também comunicava que a Embaixada Brasileira em Washington havia dito que o senador norte-americano Edward Kennedy era favorável à admissão da China comunista ao Conselho de Segurança da ONU, bem como à expulsão da República da China (BRASIL, 1969, telegramas nº 7, 11, 24, 49, 81).

Em 1971 também foram frequentes os ofícios do MRE para a embaixada brasileira em Taipei comunicando as vantagens econômicas aferidas pelos países que comerciavam com a China comunista. Embora se abstendo de fazer comentários, a Secretaria de Estado das Relações Exteriores enfatizava diversos pontos positivos que o comércio com Pequim proporcionava a países como o Japão e a Itália. No caso do Japão, as transações com a China continental em 1970 apresentaram um aumento de 31,6%. Em setembro de 1972, os japoneses reconheceriam o regime de Mao (BRASIL, 1971, ofício sem número).

Em relação à Itália, o ofício destacava a visita de uma missão italiana à China comunista que parecia “representar passo concreto de uma ação progressiva e rápida para maior aproximação econômico-comercial entre os dois países”. Também se aventava a possibilidade da assinatura de um acordo de comércio e pagamentos entre chineses e italianos que possibilitasse a dinamização do intercâmbio comercial “com realização de mostras e exposições e o envio recíproco de missões especializadas e de delegações comerciais” (BRASIL, 1971, ofício sem número).

²¹⁶ No original, em inglês: “It seemed to me that Communist China was destined to survive and increase its influence, both in Asia and in the world. An effort, therefore, to contain China by isolation was doomed to failure, and would gradually separate the United States from its principal allies” (SCALAPINO, 1989, p. 244).

Os ofícios remetidos pela embaixada em Taipei também apontavam para o progressivo isolamento de Formosa. O embaixador Lauro Müller Neto, que substituíra Milton Telles Ribeiro em fevereiro de 1969²¹⁷, comunicou, no começo de 1971, que o governo recém-empossado de Salvador Allende no Chile havia reconhecido o governo de Pequim. Em resposta, o governo chinês nacionalista enviou um texto ao corpo diplomático chileno em que “reafirma solene e enfaticamente sua inalterável política de automático rompimento de relações com qualquer país que reconheça o regime de Pequim como legítimo Governo da China”. A mensagem aparentemente se dirigia a potências “como os Estados Unidos e o Japão, [que] se acham empenhadas em uma séria reavaliação de suas posições quanto à questão chinesa”. Ao fim do ofício, o embaixador afirma acreditar que em breve, Bolívia, Peru e México seguiriam caminho similar ao chileno (NETO, 1971, ofício nº 3).

O MRE também admitia as limitadas possibilidades de ganhos comerciais que as relações com Taipei proporcionavam. Em telegrama enviado à missão diplomática brasileira em abril de 1968, a Secretaria de Estado indaga sobre a possível visita de Li Kwoh-ting ao Brasil. Li Kwoh-ting foi um político e economista a quem se atribui o título de “pai do milagre taiwanês”. O desenvolvimento econômico da ilha entre 1950 e 1980 foi, de fato, quase sem paralelo no mundo. Ao longo destas décadas, a República da China passou por uma bem-sucedida transição de país agrário para país industrial. Diferente dos “milagres” alemão e austríaco no pós-guerra, o “milagre” de Taiwan começou do zero, pois se deu em um país que sequer era industrializado antes da guerra (FISCHER, 1989, p. 144-145).

O MRE, porém, não demonstrou grande entusiasmo pela sua visita:

Agradeceria a Vossa Excelência informar-me se o Senhor K. T. Li visitará o Brasil independentemente de convite oficial ou se apenas manifestou interesse em ser convidado. ~~Tendo em vista~~ [Peço levar em conta também] acúmulo de visitas oficiais durante o presente ano, e, por outro lado, as pequenas oportunidades que se oferecem à expansão das relações comerciais entre o Brasil e Taiwan, dificultadas, ademais, pelos [recentes] acordos entre a China e os Estados Unidos da América (...) a referida visita não apresentaria, à primeira vista, um interesse ~~concreto~~ [imediato] (BRASIL, 1968, telegrama nº 15 – rasuras e anotações no original).

Já em 1971, a Secretaria de Estado enviou um ofício relativo à recente visita de técnicos chineses ao Brasil interessados em adquirir artefatos para a produção de energia nuclear. No ofício, a Secretaria de Estado afirmava que o interesse pelo intercâmbio na área de tecnologia nuclear havia partido somente dos chineses e que a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) dizia que “o Brasil não teria condições, em termos de quantidades produzidas, de atender às necessidades apontadas pelos chineses”. Ao fim do ofício, o autor pede confidencialidade e relata o pouco interesse brasileiro nos negócios:

²¹⁷ Ribeiro deixou Taipei para assumir a embaixada em Seul, na Coreia do Sul.

Para conhecimento exclusivo de Vossa Excelência, posso informá-lo, entretanto, de que não parece haver, por parte da CENEN, maior interesse quanto a qualquer uma das duas propostas apresentadas pelos chineses (BRASIL, 1971, ofício sem número).

Conforme veremos no capítulo seguinte, a tecnologia nuclear foi justamente um dos campos nos quais a cooperação entre Brasil e República Popular da China se mostrou mais promissora.

Paralelamente aos ganhos pouco promissores representados pelas relações com Taipei, a China comunista despontava como um parceiro cada vez mais atraente. O fim dos anos 1960 encontrou ambos – Brasil e China comunista – em situações análogas. Passados o radicalismo inicial da Revolução Cultural e o fervor anticomunista da Doutrina de Segurança Nacional, começaram a surgir condições para uma aproximação entre Brasília e Pequim. Em janeiro de 1969, Miguel Osório de Almeida, côsul-geral brasileiro em Hong Kong, produziu um relatório de mais de 400 páginas, isento de paixões ideológicas, relatando a situação política, econômica, social e militar da China comunista. O relatório avaliava que o momento era propício para o estabelecimento de relações da República Popular da China com vários países, e que Pequim não mais desejava financiar movimentos revolucionários ao redor do mundo (GUEDES e MELO, 2014, p. 182).

Em 1971, mesmo ano em que Pequim seria admitida à ONU, uma fraca safra em Cuba fez surgir a oportunidade para o Brasil atender à demanda da China comunista por açúcar. Ao comunicar o presidente Médici que o Brasil tinha capacidade de atender à demanda de Pequim, o ministro da Indústria e Comércio da época, Marcus Vinícius Pratini de Moraes, afirma que o presidente demonstrou certo receio. Moraes então disse: “Presidente, mercadoria não tem ideologia”, em uma tentativa de demonstrar que relações comerciais não tinham implicações político-ideológicas. Médici então concordou com a transação e a venda foi realizada. No mesmo ano, Horácio Sabino Coimbra, presidente da Companhia Cacique de Café Solúvel, viajou para a China continental para visitar a Feira de Cantão, embora não fosse autorizado pelo governo a representar o Brasil oficialmente. Um diplomata brasileiro disfarçado o acompanhou em sua viagem: o côsul-geral em Hong Kong Geraldo Cavalcanti de Holanda, que era muito conhecido dos chineses, embora sempre se apresentasse como assessor do empresário. A visita do empresário brasileiro recendeu bons frutos. Em 1972, Coimbra vendeu um milhão de dólares em café solúvel para a China comunista (GUEDES e MELO, 2014, p. 183).

Em 1972, o Itamaraty já se mostrara favorável a um acordo de fretes entre a China comunista e Brasil na esperança de que ele permitisse a navios brasileiros atracarem nos portos chineses e vice-versa. Tal medida, além de poupar os intermediários de outros países que geralmente levavam as mercadorias entre um país e outro, ainda abriam a oportunidade para que companhias brasileiras de navegação distribuíssem produtos da República Popular da

China em países na sua rota como a África do Sul, a Índia e a Malásia. Porém, o regime de Pequim só assinava o acordo de fretes após os estabelecimentos de relações diplomáticas, ao passo que o Brasil seguia comprometido com Taipei (GUEDES e MELO, 2014, p. 184).

Em outubro de 1972, um ano após a admissão da China comunista à ONU e a consequente expulsão da China nacionalista, Giulite Coutinho, presidente da Associação dos Exportadores do Brasil, liderou a primeira missão empresarial brasileira à China continental acompanhado por empresários de companhias como a Metal Leve, do grupo Matarazzo. Os empresários visitaram a feira de Cantão, não fecharam contrato, mas Coutinho retornaria em abril de 1974 com representantes do Ministério da Indústria e Comércio, da Secretaria de Planejamento e com o diplomata Carlos Antonio Bettencourt Bueno, chefe da Divisão de Ásia e Oceania do MRE e portador de um convite para que uma missão chinesa visitasse o Brasil a fim de discutir, além de questões comerciais, o estabelecimento de relações diplomáticas. Em março de 1974, os chineses já haviam demonstrado interesse em conversar com o Brasil durante um jantar na embaixada grega em Moscou (GUEDES e MELO, 2014, p. 185).

Dessa maneira, o MRE não estava alheio aos ganhos econômicos que o reconhecimento da China comunista poderia trazer. Também não lhe era estranha a tendência internacional cada vez mais forte de reconhecimento do regime comunista chinês. Porém, a aproximação comercial entre Brasília e Pequim caminhou a passos muito mais largos do que a aproximação política. A percepção dos promissores ganhos comerciais que poderiam advir da China comunista não foi suficiente para que o Brasil rompesse seus laços com Taipei. Na 23ª Assembleia Geral da ONU, realizada em fins de 1968, a delegação do Brasil se colocou ao lado de países como os Estados Unidos, as Filipinas, a Tailândia, o Japão e a Austrália ao defender que a vaga da República da China na ONU só poderia ser transferida à República Popular da China após a aprovação de pelo menos dois terços dos membros, e não por maioria simples (BRASIL, 1968, telegrama nº 42). Em 1971, ano em que Pequim foi admitida à ONU, o Brasil adotou uma postura ambivalente. Rompendo com a postura adotada até então, o país deixou de apoiar a proposta norte-americana que impedia a votação do ingresso da China de Mao na ONU. Porém, na hora da votação, o Brasil se manifestou contra a admissão do novo membro (PINHEIRO, 1993, p. 252).

Ademais, ao mesmo tempo em que a missão de Giulite Coutinho visitava a China continental, representantes das forças armadas brasileiras visitavam Taiwan em uma missão liderada pelo chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Apesar de setores do empresariado e do próprio governo brasileiro ensaiarem uma aproximação comercial com a China Popular, “aspectos ligados à ideologia de segurança nacional e ao combate ao comunismo ainda

persistiam na definição dos interesses nacionais a ponto de impedir o restabelecimento de relações diplomáticas com a RPC [República Popular da China]” (PINHEIRO, 1993, p. 253).

Ademais, o MRE instruía os diplomatas na ilha a não darem quaisquer mostras de que o Brasil estaria inclinado a reconhecer a China comunista. Segundo o MRE,

(...) não havendo o Governo brasileiro firmado posição quanto à questão da soberania sobre a ilha de Formosa – deve ser evitada qualquer expressão que atribua àquele território a qualidade de província da República da China, utilizando-se a expressão “país” ou “Estado” (BRASIL, 1968, caixa 79, carta telegrama nº 36).

O MRE também orientava seus diplomatas a não emitirem suas opiniões pessoais em ofícios. É o que vemos na seguinte carta-telegrama classificada como “secreta”:

Rogo sua atenção para os termos em que está redigida a nota s/n, datada de 9 de julho de 1968 e dirigida ao Chefe do Departamento de Protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da China (anexa por cópia ao seu ofício nº 261, de 9 de agosto do corrente ano). A praxe seguida pelo Itamaraty é a de evitar alusões e comentários pessoais em correspondência oficial e diplomática (BRASIL, 1968, caixa 79, carta telegrama nº 36).

À medida que a República da China percebia que o cenário internacional se tornava desfavorável, seu governo tentava reverter o quadro. Uma das medidas incluía mudar seu embaixador no Brasil, conforme informou o encarregado de negócios brasileiro em Taipei Paulo Dyrceu Pinheiro em ofício de 1970. Segundo o diplomata brasileiro, o governo chinês estava sondando nomes que pudessem substituir o então embaixador chinês no Brasil, Shen-yi, prestes a se aposentar:

A referida movimentação enquadrar-se-ia na nova ofensiva diplomática articulada pela República da China para reforçar sua posição internacional ameaçada pela ascensão política do regime de Pequim. A América Latina e a África são áreas consideradas como prioritárias no quadro da mencionada ofensiva diplomática e, conforme destaque do artigo em questão, o Brasil, a Argentina e o México constituem os três países chave para a adequada salvaguarda da posição de prestígio mantida por este Governo na área latino-americana (PINHEIRO, 1970, ofício nº 312).

Em 1971, a República da China organizou uma missão econômica à América Latina que tinha o Brasil como um de seus destinos. Seu líder era o ministro das finanças Li Kwoh Ting, a quem já aludimos acima. Apesar de ter objetivos meramente econômicos e comerciais, a missão, segundo Lauro Müller Neto, “não deixa de ter uma conotação política neste momento crucial para o Governo de Taipei, inscrevendo-se necessariamente na chamada ‘contraofensiva diplomática’ que, um pouco tardiamente, as autoridades deste país pretendem haver desencadeado” (NETO, 1971, ofício nº 184). O embaixador brasileiro, contudo, garante que “conhecendo (...) a mentalidade essencialmente pragmática” do ministro, pode afirmar que “uma missão por ele chefiada não se limitará a um esforço de manutenção do apoio diplomático que Taipei tem recebido por parte da América Latina, mas visará sobretudo a um real incremento das relações comerciais” (NETO, 1971, ofício nº 184).

No mesmo ano de 1971, a medida do presidente Emílio Garrastazu Médici de ampliar as águas territoriais brasileiras em 200 milhas marítimas gerou uma reação negativa do

periódico chinês *China News*, que, segundo Lauro Müller Neto, representava a opinião do governo nacionalista. O *China News* considerava “excessiva a extensão das águas territoriais adotadas pelo Brasil e outros países latino-americanos, aduzindo que o assunto deveria ser discutido em negociações multilaterais”. Na ocasião, um pescueiro com a bandeira da China nacionalista foi apreendido pela Marinha brasileira, mas o embaixador afirma que o ocorrido não repercutiu na mídia local (NETO, 1971, ofício nº 159).

Apesar da falta de repercussão, olhando em retrospecto é possível ver que o incidente com o pescueiro foi bastante simbólico. Os ofícios que consultamos não mostram, mas a ampliação das águas territoriais defendida pelo regime militar brasileiro também era um interesse do governo da República Popular da China. A polêmica decisão tomada por Médici de ampliar as águas territoriais é um importante episódio no processo de convergência de interesses entre Brasília e Pequim que nos ajuda a entender por que, a despeito do anticomunismo compartilhado entre o regime militar e a China nacionalista, o Brasil acabou por reconhecer o regime comunista chinês.

Segundo Paulo Fagundes Vizentini, no começo dos anos 1970, Pequim e Brasília convergiam em uma série de interesses, tais como a defesa de uma ordem econômica internacional terceiro-mundista, a recusa ao Tratado de Não-proliferação Nuclear, a associação entre pobreza e degradação ambiental (conforme expresso na Conferência de Estocolmo em 1972) e o direito ao mar territorial de 200 milhas. Ambos os países também criticavam as resoluções da ONU em defesa dos direitos humanos, acusando-as de promoverem a ingerência de países ricos nos assuntos internos dos Estados em desenvolvimento (VIZENTINI, 2004, p. 257-258).

Desse modo, o fato de um pescueiro da China nacionalista ter sido apreendido pelo Brasil sob a justificativa da ampliação do mar territorial, uma política advogada pela China comunista, é sintomático de como estava se esboçando uma convergência de interesses entre Brasília e Pequim. Tal convergência será analisada em mais detalhes no capítulo 6, no qual investigamos o estabelecimento de relações entre o Brasil e a República Popular da China.

Paralelamente à aproximação comercial ensaiada e aos interesses compartilhados que emergiam entre Brasil e China comunista, algumas tensões despontavam no horizonte das relações Brasília-Taipei. Em maio de 1971, um ofício secreto enviado à Secretaria de Estado das Relações Exteriores pelo embaixador Lauro Müller Neto descreve certo desgaste entre o regime nacionalista e o corpo diplomático brasileiro que pouco lembra os “anos dourados” que se seguiram ao golpe de 1964. Convocado pelo novo chanceler chinês Chow Shu-kai para

discutir as relações com o Brasil, o embaixador afirma em ofício que reclamou da pouca acessibilidade ao *Waichiaopu*, o Ministério das Relações Exteriores de Taiwan:

Disse-lhe [ao chanceler chinês] que não obstante a bondosa hospitalidade dispensada à representação brasileira, a incumbência desta de assessorar o Governo do Brasil na formulação de uma política chinesa via-se prejudicada pela falta de ressonância nos meios oficiais dos repetidos esforços nossos no sentido de conquistar a confiança e a cooperação útil do *Waichiaopu* (NETO, 1971, ofício nº 122).

Segundo o embaixador brasileiro, o chanceler chinês demonstrou “estar altamente interessado em reforçar de maneira substancial a política latino-americana do Governo de Taipei”, motivo pelo qual haviam sido designados como embaixadores em Brasília e Buenos Aires “duas das principais figuras da diplomacia nacionalista” (NETO, 1971, ofício nº 122). Ainda segundo o embaixador, o chanceler chinês invocou a identidade de interesses entre os dois países para justificar o apoio brasileiro à China nacionalista, embora sem especificar que interesses seriam esses:

Prosseguindo, disse-me o Ministro que considera o Brasil nação-chave no contexto da política latino-americana do seu Governo e espera que, dada a identidade de interesses entre os dois países, possa o Brasil eventualmente exercer na área uma influência favorável à posição da República da China (NETO, 1971, ofício nº 122).

Lauro Müller Neto respondeu que ainda não havia recebido, do governo brasileiro, orientação específica sobre como proceder neste âmbito, mas garantiu que “só poderia ser do desejo do Governo brasileiro ficasse assegurada a permanência da República da China como membro das Nações Unidas” (NETO, 1971, ofício nº 122).

Chow Shun-kai também teria informado ao embaixador brasileiro que estavam sendo realizados estudos na ilha sobre uma solução para a questão chinesa na ONU. Fórmulas como a das “duas Chinas” ou da “dupla representação” chinesa estavam sendo levadas em conta e, uma vez tomada a decisão, o ministro chinês assegurou que o governo brasileiro seria um dos primeiros a serem informados. O embaixador brasileiro demonstrava a esperança de que, com a ascensão de uma nova geração de políticos, liderados pelo filho de Chiang Kai-shek, Chiang Ching-kuo, o governo nacionalista se mostraria menos intransigente e mais flexível, em contraste com a “velha guarda do *Kuomintang*” que “continua sendo de intransigência e de reivindicação ao ‘mainland’” (NETO, 1971, ofício nº 122).

Infelizmente, Lauro Müller Neto não viveria para ver o desfecho das transformações políticas na ilha. No final de 1971, o embaixador brasileiro desapareceu em um acidente aéreo com uma aeronave da China Airlines.

No fim dos anos 1960 e começo dos 1970, a euforia anticomunista que marcara as relações Brasília-Taipei parecia apenas uma lembrança distante. Aos poucos o regime militar brasileiro perdia o interesse na China nacionalista e as relações com a China Popular se mostravam mais promissoras. Diante disso, era de suma importância para a República da China

insistir no anticomunismo para seguir cortejando o apoio brasileiro em sua empreitada diplomática na ONU.

Antes de Milton Telles Ribeiro deixar Taiwan no início de 1969, o general Chiang Kai-shek lhe ofereceu um chá de despedida. Ao longo do encontro, Chiang Kai-shek demonstrou “um profundo interesse pela situação política do Brasil” além de manifestar “grande interesse pela obra do Governo Brasileiro” e pedir que transmitisse “ao Excelentíssimo Senhor Presidente Arthur da Costa e Silva sua gratidão pelo apoio do Brasil à República da China todas as vezes em que foi discutido o problema da representação da China na ONU” (RIBEIRO, 1969, CT nº 1). Chiang Kai-shek também aproveitou a despedida de Milton Telles Ribeiro para demonstrar total apoio ao Ato Institucional nº 5 (AI-5), adotado em dezembro de 1968 e responsável por endurecer ainda mais o regime militar brasileiro:

O Presidente Chiang Kai-shek disse-me considerar o Ato Institucional nº 5 um “Ato de coragem do Governo brasileiro, em um momento crítico para o destino da maior nação latino-americana” e pediu-me que transmitisse ao Senhor Presidente Arthur da Costa e Silva os votos de que – das medidas tomadas pelo Presidente da República – decorra a almejada paz interna da nação brasileira, que terá enorme repercussão na América Latina e concorrerá para a feliz solução dos problemas internacionais (RIBEIRO, 1969, CT nº 1).

Mas nem todos na ilha se mostravam satisfeitos com o curso dos acontecimentos no Brasil. Um telegrama confidencial enviado por Milton Telles Ribeiro ainda em 1968 informava que o fato de Carlos Lacerda ter sido um dos atingidos pelo AI-5 teve uma repercussão negativa na imprensa chinesa. Muitos não entendiam o motivo pelo qual o governo brasileiro decidira cassar Carlos Lacerda, figura muito respeitada na China nacionalista desde que visitara a ilha em 1960. Nas palavras do embaixador:

Reina certa perplexidade neste país diante da notícia veiculada por uma daquelas agências de notícias segundo a qual porta voz oficial do Governo brasileiro havia declarado ter sido o Presidente da República obrigado a tomar medidas excepcionais para evitar golpe de extrema esquerda isto porque foi igualmente e amplamente noticiada a detenção do Senhor Carlos Lacerda, que visitou a República da China em 1960 e é aqui considerado líder anticomunista (RIBEIRO, 1968, ofício confidencial nº 31).

Ribeiro acrescenta que o Ministério dos Negócios Estrangeiros local se recusava a exprimir publicamente sua opinião sobre a situação política no Brasil por não desejar interferir em seus negócios internos. Entretanto, nem mesmo a cassação de Carlos Lacerda parece ter abalado de forma significativa o apreço do regime chinês nacionalista pelo regime militar brasileiro, já que Ribeiro escrevia, no mesmo ofício: “segundo soube de boa fonte alto funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao exprimir sua ‘opinião pessoal’ manifestou-se da seguinte maneira: ‘Em tempos anormais medidas excepcionais são tomadas’” (RIBEIRO, 1968, ofício confidencial nº 31).

Em outubro de 1971, a China comunista foi finalmente admitida à ONU e Taipei expulsa. Apesar do desgaste acima apontado nas relações Brasília-Taipei, no relatório anual do

MRE referente ao ano de 1971, o ministro das relações exteriores Mario Gibson Barboza reafirmava a posição brasileira de opor-se ao ingresso da República Popular da China na ONU. A delegação brasileira nas Nações Unidas votou contra a proposta da Albânia de expulsar a República da China e admitir a China Popular por entender que qualquer projeto nesse sentido deveria ser “objeto de votação por parte da assembleia deliberativa de cada uma, de acordo com a sua constituição”. Sendo assim, em todos os foros da ONU “foi o Brasil fiel à manutenção dos representantes da República da China” (BARBOZA, 1974, p. 78).

Ainda mais contundente foi o discurso do chanceler Mario Gibson Barboza na abertura do debate geral da 26ª Assembleia Geral da ONU em 1971. Em seu discurso, Mario Gibson Barboza teceu duras críticas ao “realismo” político que levou à admissão de Pequim às Nações Unidas, além de identificar aquele país como uma ameaça à paz no mundo:

Somos solicitados, nesta Assembleia, a encarar com esse suposto realismo o acesso de mais uma grande potência à nossa Organização. O espírito realista seria a tradução contemporânea da Realpolitik, termo que evoca, aliás, um passado de nem sempre feliz memória. Preferiria, em verdade, que este espírito realista fosse utilizado, ao invés, no reconhecimento pelas Nações Unidas do que não mais se pode adiar: a concretização, em fatos, do dever moral e da obrigação política que têm os países ricos de efetivamente contribuir para o desenvolvimento das Nações menos favorecidas ou, pelo menos, de não criar obstáculos a esse desenvolvimento (BARBOZA, 1971).

Ainda segundo o chanceler brasileiro:

(...) a Realpolitik que nos pedem aplicar é a do reconhecimento do fato de que uma potência com centenas de milhões de habitantes e possuidora da arma nuclear, cuja proliferação, aliás, se pretende proscrever, não poderia deixar de ter, entre nós, posição compatível com a sua força. O que ocorre é, portanto, mais um episódio da política do poder. Não me aprece seja este um critério apropriado para que se organize uma sociedade internacional fundada na paz, na justiça e na igualdade entre os Estados (BARBOZA, 1971).

O chanceler acreditava que o programa nuclear chinês, que culminou com a explosão de sua primeira bomba atômica em 1964, representava uma ameaça a toda a humanidade. Para ele, a novidade não era a “descoberta da existência de mais uma estrela na constelação das grandes potências”, pois a existência de tal estrela já havia sido evidenciada desde que “demonstrou possuir a técnica e os meios de pôr em perigo a sobrevivência da humanidade; desde que provou, em outras palavras, possuir a arma atômica” (BARBOZA, 1971):

A novidade (...) que agora altera fundamentalmente a perspectiva da composição da ONU, é o fato – e isto me parece indiscutível – de que uma superpotência haja decidido haver chegado o tempo de se reconhecer a existência de mais uma grande potência. O candidato ao ingresso passa, conseqüentemente, a existir, desde o momento em que os diretores do clube do poder o decidem (BARBOZA, 1971).

Em que pesem todas as incertezas e hesitações acerca da manutenção dos laços com Taipei, a postura oficial brasileira ainda era, ostensivamente, hostil à China Popular. Ainda assim, é impossível não notar certa ambiguidade no discurso de Mário Gibson Barboza. O ministro evitou se manifestar diretamente sobre a admissão da China à ONU, concentrando suas críticas no programa nuclear chinês. Ele sequer menciona a China nominalmente, preferindo

referir-se a ela poeticamente como uma “estrela”. Apesar de ter sido “veemente ao criticar o processo decisório que havia conduzido àquele desfecho”, ele não deixa claro se o Brasil era favorável ou contrário ao ingresso de Pequim no órgão (CORRÊA, 2007, p. 268). Ademais, critica-se a China comunista apenas por causa de seu programa nuclear e pela ameaça que ele representa à paz mundial. Não são feitas referências ao regime comunista.

Poucos meses antes de morrer, ao pronunciar palestra na Confederação Nacional do Comércio no Rio de Janeiro em maio de 2007, Mario Gibson Barboza pintou a China com traços muito mais suaves. Apesar de dizer que o futuro político chinês era cheio de incertezas “em consequência de recentes décadas de mais implacável e estrita ditadura, a ponto de fazer Stalin ter inveja do poder de Mao Tsé-tung” (BARBOZA, 2020, p. 454), o diplomata aposentado diz acreditar que a China deveria ser uma prioridade da política externa brasileira. Ele também afirma não acreditar em um imperialismo chinês:

Não acredito num “imperialismo chinês”. Posso estar enganado, mas vejo a China como uma inevitável superpotência do futuro, porém sem o “ânimo” imperialista, não por bons sentimentos ou generosidade e sim porque o Império do Meio, a China, eu a vejo simbolizada pela Grande Muralha. Isto é, uma nação que aspira a ser a superpotência do futuro, mas que em vez de pretender conquistar terras e países prefere recolher-se a um isolamento autossuficiente, profundamente consciente de sua superioridade. Posso estar equivocado, é claro, mas é assim que eu a vejo hoje. Quem viver verá... (BARBOZA, 2020, p. 452-453).

5.6. Reflexões finais

Este capítulo apontou para o fato de que o anticomunismo continuou pautando as relações entre o regime militar brasileiro e a República da China mesmo após a euforia inicial do golpe de 1964, ainda que em menor intensidade. A visita do chanceler Juracy Magalhães à ilha no começo de 1967 e o comunicado conjunto emitido com as autoridades locais representaram o ponto alto do anticomunismo enquanto fator ideacional a guiar as relações Brasília-Taipei.

Para além desta visita, também vimos outros episódios que atestam como os valores compartilhados entre os militares brasileiros e o *Kuomintang* foram de suma importância: a embaixada expressando claramente sua aversão à diplomacia de Pequim na Ásia e na África, comemorando e ironizando seus reveses, pois sabia que tal diplomacia fazia parte de uma estratégia maior abarcando todo o terceiro mundo, incluindo o Brasil; os ofícios comunicando as ações deletérias do regime comunista chinês tanto internamente como externamente (sobretudo na África), ao mesmo tempo em que silenciavam sobre a brutalidade do regime de Chiang Kai-shek; os discursos da chancelaria brasileira na ONU identificando a China Popular como uma ameaça global; a imprensa estatal chinesa oferecendo espaço para que a embaixada

brasileira contestasse notícias internacionais consideradas prejudiciais ao governo Castelo Branco.

O capítulo também nos mostrou como havia um trânsito de ideias anticomunistas entre a República da China e o MRE para o qual a embaixada em Taipei contribuiu de maneira significativa – seja repassando materiais editados pela Liga Anticomunista Mundial, seja emitindo suas próprias opiniões por meio de estudos e ofícios. Tudo aponta, portanto, para o papel fundamental desempenhado pelas ideias, crenças e valores anticomunista na constituição das relações entre ambos os regimes.

Alexander Wendt afirma que o conhecimento compartilhado entre os atores internacionais não pode ser considerado apenas um fenômeno subjetivo – por estar na imaginação dos atores –, mas também um fenômeno intersubjetivo, na medida em que compreende crenças corretas a respeito das crenças de outros atores. De fato, há autores construtivistas que preferem o termo “entendimentos intersubjetivos” em vez de “conhecimento comum” (WENDT, 1999, p. 160). Portanto, de nada adiantaria que a China nacionalista e o Brasil compartilhassem a crença de que a China comunista em especial e o comunismo em geral eram uma ameaça ao mundo se eles não acreditassem que essa crença era mútua. Este capítulo mostrou que tanto o Brasil acreditava no anticomunismo do regime nacionalista como a República da China acreditava no anticomunismo do regime militar brasileiro. Sendo assim, o conhecimento compartilhado, enquanto fenômeno intersubjetivo, confronta os atores como um fato social objetivo que não pode ser simplesmente eliminado.

Por outro lado, este capítulo também nos mostrou que essa crença mútua entre Brasil e China nacionalista começou a dar sinais de fraqueza partir do fim dos anos 1960, à medida que o estabelecimento de relações com a China comunista era aventado pelo Brasil. Contribuiu para tal a possibilidade de ganhos comerciais. No capítulo seguinte entenderemos como se deu o estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a República Popular da China.

CAPÍTULO 6 – “O BRASIL NÃO É HONDURAS”: O RECONHECIMENTO DA CHINA COMUNISTA EM 1974

6.1. Dinâmicas paralelas: transcendendo a Guerra Fria

Ao fim do capítulo 2 discutimos como, a partir da década de 1950, a China nacionalista tentou forjar uma grande aliança anticomunista para se contrapor à China de Mao. Porém, algo que não discutimos em maior detalhe foi o quanto a Coreia do Sul se opôs às tentativas chinesas de atrair o Japão para esta esfera anticomunista. Isso porque o nacionalismo coreano era fortemente calcado em um sentimento anti-japonês. Para os coreanos, que haviam sido colônia japonesa entre 1910 e 1945, derrotar o comunismo era indissociável da luta pela descolonização, fazendo assim a presença do Japão na LAPA um contrassenso (CHEN, 2020, p. 9). Os atritos entre Taipei e Seul em torno da admissão do Japão ameaçaram a própria existência da LAPA. A República da China queria expandir a Liga, mas sempre esbarrava no sentimento anti-nipônico coreano (CHEN, 2020, p. 13).

A resistência coreana à admissão do Japão em uma aliança anticomunista aponta para um fenômeno de suma importância para a compreensão do sistema internacional no pós-Segunda Guerra. Ela nos mostra que as relações internacionais no pós-1945 nunca se esgotaram na Guerra Fria. Por mais que o antagonismo Leste-Oeste (comunismo-capitalismo) tenha sido relevante, em certos momentos e lugares as disputas da Guerra Fria sofreram a interferência de dinâmicas paralelas, cujas origens não se relacionavam à agenda bipolar, mas que acabaram abalando aquela agenda. Uma dessas dinâmicas é o antagonismo Norte-Sul, isto é, os embates entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

A vitalidade da dinâmica Norte-Sul explica a resistência sul-coreana a fazer parte da mesma aliança que o Japão, apesar de compartilharem de valores anticomunistas. Mais importante do que isso, ela explica o estabelecimento de relações diplomáticas entre o regime militar brasileiro e a China de Mao em 1974, conforme demonstraremos neste capítulo.

6.2. Norte X Sul: um antagonismo sempre presente

A ideia comumente veiculada acerca da Guerra Fria postula que este foi um período de tensões crescentes entre duas potências rivais, cada uma com projetos políticos radicalmente antagônicos: de um lado os Estados Unidos, liderando o bloco capitalista, e de outro a União Soviética, à frente do bloco comunista. Tal percepção está tão fortemente enraizada no senso comum que subestimamos os pontos de convergência entre os dois projetos da Guerra Fria:

Ambos, Estados Unidos e União Soviética, nasceram em revoluções. Ambos abraçaram ideologias com aspirações globais: o que funcionou para eles em casa, presumiram os líderes, funcionaria para o resto do mundo. Ambos, estados continentais, avançaram por extensas fronteiras e, naquele momento, eram o primeiro e o terceiro maiores países do mundo (GADDIS, 2006, p. 6-7).

John Lewis Gaddis, porém, afirma que as semelhanças paravam por aí. Para o propósito deste capítulo é preciso compreender em mais detalhes os pontos que uniam Moscou e Washington. Em *The Global Cold War*, Odd Arne Westad (2005) nos fornece subsídios para pensar a bipolaridade da Guerra Fria não como um embate entre projetos radicalmente antagônicos, mas sim como um sistema internacional baseado em duas versões antagônicas do mesmo pensamento modernista europeu:

Encerrados no conflito acerca do próprio conceito de modernidade Europeia – do qual ambos os Estados se diziam sucessores – Washington e Moscou precisavam mudar o mundo a fim de provar a aplicabilidade universal de suas ideologias²¹⁸ (...) (WESTAD, 2005, p. 4 – tradução nossa).

Tanto a Revolução Americana de 1776 quanto a Revolução Bolchevique de 1917 se inserem no que Walter Mignolo chama de revoluções por emancipação (a exemplo da Revolução Francesa), contrastando com as revoluções por descolonização (caso da Revolução Haitiana e das lutas anticoloniais afro-asiáticas). Apesar de sua retórica, a revolução conduzida pelos bolcheviques respondia à mesma lógica da modernidade que as revoluções burguesas, embora com um conteúdo novo (marxismo, luta de classes, etc.). Consequentemente, nenhuma das revoluções por emancipação demonstra um compromisso com a descolonização nem contempla sujeitos colonizados (MIGNOLO, 2007, p. 455).

Dessa maneira, tanto o projeto de mundo capitaneado por Washington como aquele advogado por Moscou tinha raízes comuns. Não é de surpreender, portanto, que a Guerra Fria na Ásia, África e América Latina guardasse semelhanças perturbadoras com os projetos coloniais, podendo ser interpretada como um estágio final da dominação global europeia:

Os meios e motivações imediatos das intervenções da Guerra Fria eram notavelmente similares àqueles do “novo imperialismo” da era colonial tardia, quando administradores europeus se colocavam a salvar os nativos da ignorância, sujeira, e das consequências de suas próprias ações. Tanto no começo como no fim do século XX, o raciocínio ideológico europeu era o de que o caminho para o futuro havia sido descoberto por eles e que eles tinham o dever de ajudar os povos do terceiro mundo nesta caminhada²¹⁹ (WESTAD, 2005, p. 5 – tradução nossa).

Dessa forma, em que pesem as peculiaridades de cada lado, o confronto entre soviéticos e norte-americanos se inseria na *longue durée* da dominação ocidental sobre o resto do mundo (WESTAD, 2005, p. 396). Soviéticos e norte-americanos compartilhavam entre si o fascínio pelo progresso, por verdades absolutas, por uma produção de conhecimento padronizada. Ambos buscavam impor aos países pós-coloniais programas de governo tecnocráticos,

²¹⁸ No original, em inglês: “Locked in conflict over the very concept of European modernity – to which both states regarded themselves as successors – Washington and Moscow needed to change the world in order to prove the universal applicability of their ideologies (...)” (WESTAD, 2005, p. 4).

²¹⁹ No original, em inglês: “The means and the immediate motivations of Cold War interventions were remarkably similar to those of the ‘new imperialism’ of the late colonial era, when European administrators set out to save the natives from ignorance, filth, and the consequences of their own actions. In both the early and the late twentieth century the European ideological rationale was that the path toward the future had been discovered by them and that they had a duty to help Third World peoples along that road” (WESTAD, 2005, p. 5).

positivistas, conduzidos por uma vanguarda de artistas, técnicos, engenheiros e planejadores. Ambos se achavam no direito de levar um “‘processo de modernização’ benevolente e progressivo para um Terceiro Mundo atrasado”²²⁰ (HARVEY citado por WESTAD, 2005, p. 397 – tradução nossa). A própria noção de progresso tem raízes coloniais e pressupõe o direito do homem branco a exterminar indígenas, negros, asiáticos, e quaisquer povos que representem um obstáculo às suas ambições (EHRENREICH, 2019). A mensagem messiânica que emanava da crença inabalável no progresso permaneceu tão firme na União Soviética quanto nos Estados Unidos (SBERT, 2010, p. 212). Ao não problematizarem esta busca desenfreada pelo progresso, soviéticos e norte-americanos reproduziram a mesma mentalidade colonialista.

Não surpreendentemente, a União Soviética muitas vezes demonstrava uma compreensão distorcida do terceiro mundo. Quando os comunistas governavam o Afeganistão no fim dos anos 1970, seus objetivos incluíam a abolição de relações feudais, promoção da igualdade de gênero, universalização do acesso à educação e à saúde e eliminação do desemprego e analfabetismo. Contudo, “Acreditar nisto como uma agenda realista para mudança naquele que era o país mais pobre da Ásia, com uma taxa de alfabetização de 24 por cento e uma expectativa de vida de 42 anos requer uma extrema força de vontade²²¹” (WESTAD, 2005, p. 399 – tradução nossa).

O congresso da Internacional Socialista realizado em Stuttgart em 1907, considerado por Lenin como o melhor congresso da Internacional, testemunhou a proposta de uma resolução que autorizava um país socialista a manter colônias, por acreditar que o socialismo exerceria uma influência civilizadora (RAMOS, 2014, p. 468). Van Kol, representante holandês em Stuttgart, desprezou o anticolonialismo de certos delegados e destacou as contribuições positivas que o colonialismo holandês havia trazido aos povos colonizados:

Esses confortáveis socialistas europeus de 1907 não se compadeciam dos indígenas ao extremo de colocar em perigo seus chalés com teto de ardósia, seu bom licor da Guiné, as suas chaminés fumegantes e seus abrigos felpudos. Van Kol (...) persuadiu numerosos representantes de que realmente “não poderiam prescindir dos recursos naturais necessitados pelos seus povos” (RAMOS, 2014, p. 469).

Eduard David, representante alemão em Stuttgart, lembrou aos delegados que parlamentares socialistas haviam manifestado sua crença de que povos de civilização supostamente superior tinham o direito de prover educação aos povos considerados atrasados. Também alegou que a Europa precisava de suas colônias, caso contrário seria comparável à

²²⁰ No original, em inglês: “benevolent and progressive ‘modernization process’ to a backward Third World” (HARVEY citado por WESTAD, 2005, p. 397).

²²¹ No original, em inglês: “To believe in this as a realistic agenda for change in what was Asia’s poorest country, with a literacy rate of 24 percent and an average life expectancy of 42 years, took a rather extreme effort of will” (WESTAD, 2005, p. 399).

China. A proposta colonialista foi rejeitada, mas por uma estreita margem: 128 foram contra e 108 – a grande maioria europeus – deram parecer favorável (RAMOS, 2014, p. 470).

Manuel Ugarte, delegado argentino em Stuttgart, não se surpreendeu com as inclinações colonialistas de seus colegas europeus. Ugarte, assim como Lenin, entendia que o mundo era repartido por uma clivagem que opunha as potências imperialistas aos países coloniais ou semicoloniais. Dessa forma, muito antes de os sucessores de Lenin lerem o mundo como dividido entre comunistas e capitalistas, o antagonismo entre potências imperialistas e países coloniais já era percebido pelos marxistas. O mesmo se deu na China de Mao Tse-tung, onde os chineses categorizavam o confronto entre países do terceiro mundo e potências imperialistas como mais relevante do que a luta entre Leste e Oeste (RAMOS, 2014, p. 472).

O marxismo mudou muito entre 1907 e o período do qual nos ocupamos. Trotsky reconheceu o caráter duplamente progressista da luta por independência entre os países oprimidos, pois entendia que ela “prepara condições favoráveis para o desenvolvimento em proveito próprio” e “assesta rudes golpes no imperialismo” (TROTSKY citado por RAMOS, 2014, p. 474). Stalin entendia que a luta da pequena-burguesia egípcia por independência era mais revolucionária do que as políticas do governo trabalhista inglês, que tentava manter o Egito sob seu domínio (STALIN citado por RAMOS, 2014, p. 474). No entanto, as inclinações colonialistas de Stuttgart não se desvaneceram por completo.

Como bem observa Jorge Abelardo Ramos, a União Soviética, uma grande potência militar, não poderia, “apesar dos seus ‘postulados de internacionalismo proletário’, ocultar a invasão militar à Hungria, Tchecoslováquia e Afeganistão, nem a pressão militar e política sobre a Polônia” (RAMOS, 2014, p. 473). A enérgica resposta soviética à Primavera de Praga em 1968 teve um impacto negativo sobre os chineses, que temiam serem as próximas vítimas da “Doutrina Brejnev”. Tal doutrina garantia ao Exército Vermelho o direito e o dever de interferir em qualquer país onde o Kremlin entendesse que as conquistas socialistas estivessem sob ameaça (RUPING e XIANG, 2015, p. 533-534).

A invasão soviética no Afeganistão em 1979 também desnuda o caráter colonialista da política externa soviética, sobretudo tendo em vista que tal invasão seguia os próprios planos norte-americanos de conduzir o Exército Vermelho rumo a um “novo Vietnã”. Com a derrota soviética em 1989, soviéticos e norte-americanos abandonam o país, deixando-o à beira de uma guerra civil que culminaria com a ascensão do Talibã em 1996 (GREGORY, 2004, p. 35-37). Da mesma forma que a recente ocupação norte-americana no Iraque abriu caminho para a ascensão de grupos como o Estado Islâmico, a ocupação soviética no Afeganistão criou terreno fértil para a militância islâmica no país (GREGORY, 2004, p. 235).

Se a União Soviética tinha problemas em entender e lidar com o mundo colonial ou semicolonial, os Estados Unidos não eram muito diferentes. Apesar de verem o colonialismo como uma instituição antiquada, os norte-americanos não podiam se dar ao luxo de se desligarem de seus aliados ingleses, franceses, holandeses e portugueses, todos eles potências coloniais (GADDIS, 2006, p. 117). Como bem observa Robert Young, à medida que norte-americanos apoiavam as potências coloniais, e soviéticos e chineses forneciam recursos militares e financeiros para movimentos de libertação na África e na Ásia, a luta anticolonial se confundia cada vez mais com uma luta anticapitalista (YOUNG, 2005, p. 14-15).

Em suma, a Guerra Fria nunca foi imune aos antagonismos entre potências coloniais e países periféricos – antagonismos estes mais antigos do que aquele entre comunistas e capitalistas. Quando nos atentamos a tais dinâmicas paralelas, a decisão de Brasília e Pequim de estabelecerem laços diplomáticos se torna menos surpreendente e até compreensível.

6.3. Entre Moscou e Washington: a China e a *détente*

O triunfo comunista na China continental em 1949 inaugurou a era de ouro da amizade sino-soviética. Ambos os países iniciaram uma ampla cooperação técnica, econômica e militar, impulsionados por suas afinidades ideológicas. Entretanto, tal amizade não duraria muito tempo, pois já na década de 1960 anunciava-se a ruptura sino-soviética. Apesar de unidos pelo ideário comunista, ambos os Estados encontravam-se em lados distintos da clivagem Norte-Sul. As revoluções de 1917 e 1949 não foram suficientes para silenciar os ecos da dominação imperialista da Rússia czarista sobre a China. Por sua vez, os comunistas chineses herdaram um país ainda maculado pelo “século da humilhação”, nome dado ao período entre fins do século XIX e princípios do século XX, quando a China sofreu constantes intervenções de potências imperialistas.

Os soviéticos se recusavam a reconhecer que os tratados assinados entre a Rússia czarista e a China dos Qing eram desiguais. Ainda que Pequim não reclamasse os territórios anexados pelos czares, os chineses denunciavam a Rússia por haver tomado mais territórios do que o permitido pelos antigos tratados. As regiões mais delicadas eram as fronteiras sino-soviéticas na Manchúria e Sinkiang (nordeste e noroeste da China, respectivamente). A explosão do primeiro artefato nuclear chinês em 1964 acirrou ainda mais as tensões e levou os soviéticos a incrementar seu poderio bélico (BARNETT, 1977, 73, 74, 75).

A polêmica decisão soviética de mandar tanques para ocupar Praga em 1968, além de não ter ocorrido como o Kremlin planejava, suscitou duros protestos de chineses, romenos e iugoslavos (GADDIS, 2006, p. 146). As ambições expansionistas soviéticas nos mostram que

a criação de um Estado socialista, fundado na propriedade estatal dos meios de produção, não coloca um ponto final às suas aspirações territoriais (RAMOS, 2014, p. 473).

O rompimento sino-soviético nos anos 1960 não foi um indício de que a Guerra Fria estava se tornando menos ideológica. As disputas ideológicas eram tão importantes para os desentendimentos entre Moscou e Pequim quanto as ambições imperialistas soviéticas. Desde 1919, os russos se viam como o único centro de autoridade no mundo comunista. Apesar de inicialmente reconhecerem a autoridade soviética, a partir dos anos 1930 os chineses começaram a reclamar autonomia. Quando o PCC tomou o poder, sentiu-se ainda mais encorajado a desafiar a liderança soviética. Após a morte de Stalin em 1953 e sobretudo nos anos 1960, Pequim passou a apresentar a si mesma como a maior autoridade no mundo comunista (BARNETT, 1977, p. 55-56).

Diferente da União Soviética, a China tinha um passado de vítima do imperialismo, de modo que sua revolução tinha um conteúdo anti-imperialista. Impor o modelo soviético para a China (tal como queria Moscou) implicaria colocar a descolonização a serviço da emancipação, e como observa Walter Mignolo, a “emancipação não pode ser a luz que guia a libertação/decolonialidade, mas sim o contrário: libertação/decolonialidade inclui e remapeia o ‘conceito racional de emancipação²²²’” (MIGNOLO, 2007, p. 458 – tradução nossa).

Para além da disputa sobre a legítima autoridade dentro do mundo comunista, também havia divergências de interpretação da doutrina marxista. Desde a morte de Stalin e o processo de desestalinização iniciado por Nikita Krushev, Mao “acusava Moscou de amolecer diante do capitalismo, forçando assim o pacífico Krushev a uma posição pública mais inflexível em relação ao Ocidente” (HOBSBAWM, 2009, p. 240). A desestalinização era vista com receio por Mao, que temia ser vítima de uma campanha de denúncia ao culto à personalidade similar àquela que acontecia no país vizinho (BARNETT, p. 54-55, 64).

Moscou e Pequim também tinham visões conflitantes acerca dos inimigos a serem combatidos e dos aliados em quem se poderia confiar. Não havia um consenso sobre a inevitabilidade da guerra com o bloco capitalista, a coexistência pacífica, o tipo de apoio que deveria ser dado aos movimentos anticoloniais e aos regimes nacionalistas burgueses no terceiro mundo, a possibilidade de um acordo de controle de armas com países capitalistas e a viabilidade de se perseguir uma estratégia revolucionária (BARNETT, 1977, p. 54). Tudo isso nos mostra que a Guerra Fria estava longe de se tornar menos ideológica: “a ideologia tem sido claramente um fator divisor nas relações sino-soviéticas e uma causa de intensa hostilidade

²²² No original, em inglês: “emancipation cannot be the guiding light for liberation/de-coloniality but the other way round: liberation/de-coloniality includes and re-maps the ‘rational concept of emancipation’” (MIGNOLO, 2007, p. 458).

mútua, em parte porque líderes em cada país reagiram de forma emotiva à suposta heresia do outro²²³” (BARNETT, 1977, p. 53-54 – tradução nossa):

Tal como verdadeiros crentes em geral, líderes em Moscou e Pequim tendem a ser mais hostis aos apóstatas do que aos pagãos ou agnósticos. A convicção de cada grupo de que o outro traiu a fé ajudou a intensificar a competição ideológica²²⁴ (BARNETT, 1977, p. 54 – tradução nossa).

Sendo assim, a ideologia foi uma causa real do conflito sino-soviético, e não mera ferramenta para racionalizar posições em questões não-ideológicas (BARNETT, 1977, p. 56). Mao pensava que os soviéticos estavam traindo o marxismo-leninismo e dismantelando a revolução mundial em nome de interesses nacionais. Já os soviéticos viam os “desvios” chineses como manobras utópicas e populistas, frutos de um “messianismo revolucionário” que ameaçava a unidade do mundo comunista (BARNETT, 1977, p. 56-57).

As tensões sino-soviéticas fazem parte da distensão ou *détente*, um importante capítulo da história da Guerra Fria que se estende, grosso modo, de 1968 a 1979. Com o trauma da Crise dos Mísseis Cubanos²²⁵ (1962) ainda em mente e com a União Soviética praticamente igualando o poderio nuclear dos Estados Unidos no final dos anos 1960, Washington se empenhou em restringir o crescimento armamentista russo por meio de negociações. Com isso, os Estados Unidos esperavam reduzir os custos da competição com os soviéticos, bem como as chances de um conflito direto (MCMAHON, 2003, p. 125).

A *détente* constituiu “um sistema internacional relativamente estabilizado, e um acordo tácito das duas superpotências para não assustar uma à outra e ao mundo, simbolizado pela instalação da ‘linha quente’ telefônica que (...) passou a ligar a Casa Branca com o Kremlin” (HOBSBAWM, 2009, p. 240). Também foi um período no qual os Estados Unidos aquiesceram com a existência de uma Cuba comunista a poucos quilômetros de sua costa, ao mesmo tempo em que norte-americanos e soviéticos tentavam controlar e limitar as armas nucleares por meio de tratados como o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), em 1968. O comércio entre os dois países, até então estagnado, também começou a florescer (HOBSBAWM, 2009, p. 240).

O “arco anticomunista” de que nos fala Ngoei Wen-qing, que por anos funcionou como um baluarte contra a difusão comunista no Sudeste Asiático, havia assegurado aos Estados Unidos uma hegemonia na região que nem mesmo a derrota no Vietnã conseguiu abalar (NGOEI, 2019, p. 115). Apesar de perdido o Vietnã, os Estados Unidos preservaram

²²³ No original, em inglês: “ideology has clearly been a divisive factor in the Sino-Soviet relationship and a causa of intense mutual hostility, in part because leader in each country have reacted emotionally to the presumed heresy of the other” (BARNETT, 1977, p. 53-54).

²²⁴ No original, em inglês: “Like true believers generally, leaders in Moscow and Peking tend to be more hostile toward apostates than toward heathens or agnostics. Each group’s conviction that the other has betrayed the faith has helped to intensify the ideological competition” (BARNETT, 1977, p. 54).

²²⁵ Incidente diplomático entre Moscou e Washington em outubro de 1962, quando a administração Kennedy descobriu que os russos estavam implantando mísseis nucleares em Cuba.

importantes aliados anticomunistas na Malásia (cuja população era composta por 40% de chineses), Singapura (ponto estratégico para o controle do Sudeste Asiático), Indonésia (país mais populoso da região), Filipinas e Tailândia. Tal posição confortável permitiu ao presidente Richard Nixon anunciar sua nova política para a Ásia durante uma visita a Guam em julho de 1969. Batizada por jornalistas de “Doutrina Nixon”, tal política previa não só a retirada norte-americana do Vietnã, mas também o encerramento de sua política de contenção ao comunismo na área, sobretudo porque entendiam que tal política não era mais necessária. O arco anticomunista forjado ao longo dos anos 1950 e 1960 no Sudeste Asiático já estava suficientemente consolidado (NGOEI, 2019, p. 10).

O arco anticomunista ajudou Nixon a se distanciar da imagem de John F. Kennedy, a quem acusava de arrastar os Estados Unidos para o atoleiro vietnamita. Junto com seu secretário de Estado Henry Kissinger, Nixon buscava delegar a luta anticomunista para seus aliados regionais, levando-o assim a substituir o tradicional engajamento direto norte-americano por “um ‘engajamento político-militar ativo’ com países-chave do Terceiro Mundo” (SPEKTOR, 2009, p. 20).

Se o medo norte-americano de um efeito dominó na Ásia foi aplacado, os temores chineses de uma ofensiva norte-americana também arrefeciam. Em documento secreto de abril de 1973, o departamento político do exército chinês classificava o revisionismo soviético como um inimigo mais perigoso do que os Estados Unidos, dada sua proximidade geográfica. Diferente dos soviéticos, cuja expansão se tornava cada vez mais ameaçadora, os Estados Unidos haviam encontrado uma série de obstáculos em seu caminho. Ao aproximar-se dos Estados Unidos, os chineses esperavam golpear o revisionismo soviético, além de quebrarem os laços que uniam Washington e o *Kuomintang* (BARNETT, 1977, p. 204).

Nesse novo cenário, Pequim passou a figurar para os Estados Unidos como um aliado promissor, pois que suas relações com os soviéticos já se haviam deteriorado de forma significativa ao longo dos anos 1960. A ideia de transformar a China de Mao em um baluarte antissoviético não era nova. Ela já havia sido aventada no começo dos anos 1950, logo após a Revolução Chinesa. O próprio Mao sabia que, em Washington, havia pessoas dispostas a cultivar boas relações com seu regime, na esperança de que ele se tornasse um “Tito chinês”, mas preferiu confiar na aliança com Moscou (LIN, 2016a, p. 9). Anos depois, contudo, tal aliança começava a dar sinais de fraqueza.

Em dezembro de 1970, durante uma entrevista com um jornalista norte-americano, Mao convidou Nixon a visitar a China, mas a mensagem não chegou até Washington. Em julho do ano seguinte, o Paquistão atuou como pivô na aproximação entre Estados Unidos e China, pois

vislumbrava-os como importantes aliados em suas contendas com a Índia e em sua luta por impedir a secessão do Paquistão Oriental (atual Bangladesh). A atitude paquistanesa foi fundamental para preparar a visita secreta que Kissinger faria à China em julho de 1971. Em Pequim, Kissinger demonstrou estar extremamente satisfeito com os líderes com quem dialogou. Quando o próprio Nixon visitou a China em fevereiro de 1972, Mao teria lhe dito que Taiwan era um problema menor, que o mundo era um problema mais importante e garantiu que não atacaria a ilha. Os chineses deixaram claro que esperavam que Washington não colaboraria com o Kremlin na Doutrina Brejnev. Por sua vez, os norte-americanos contariam com o apoio chinês para conter a ofensiva soviética. Nenhum dos dois lados se decepcionou (KISSINGER, 1994, p. 726-727).

Nixon e Mao assinaram então o Comunicado de Shanghai, que previa a normalização das relações, a redução das chances de um conflito internacional e firme oposição a quaisquer países (leia-se: União Soviética) que tentassem impor sua hegemonia sobre a Ásia. Em outros termos, “a China nada faria para exacerbar a situação na Indochina ou na Coreia, nem a China nem os Estados Unidos cooperariam com o bloco soviético, e ambos se oporiam a qualquer tentativa de qualquer país de dominar a Ásia²²⁶” (KISSINGER, 1994, p. 728 – tradução nossa).

As atitudes de Nixon no início dos anos 1970 pavimentaram o caminho para os Estados Unidos reconhecerem a China comunista em 1979, sob o governo de Jimmy Carter – embora o regime de Mao já tivesse sido admitido à ONU em outubro de 1971, substituindo a República da China e tomando-lhe seu lugar no Conselho de Segurança. Nem mesmo a eleição de Ronald Reagan para presidente dos Estados Unidos em 1980 reverteu este quadro. A administração Reagan prometeu aperfeiçoar a cooperação militar com Taiwan, mas voltou atrás ao perceber os problemas geopolíticos que ela acarretaria. Em seus dois mandatos, Reagan insistiu na importância de construir relações estratégicas com a China comunista. Tal insistência mostraria aos nacionalistas que o presidente norte-americano “temperava” seu anticomunismo com preocupações geopolíticas (YU, 1989, p. 167-168, 170-171).

Se as tendências norte-americanas a demonizar o regime de Mao iam se dissipando nos anos 1970, na Europa Ocidental e em partes da Ásia a imagem da China comunista como uma ameaça nunca foi tão forte. Para o governo britânico, que estabeleceu relações com Pequim já em 1950, a identificação de interesses entre chineses e soviéticos não significava necessariamente que o regime chinês era um inimigo. Acreditava-se que a amizade sino-soviética poderia ser passageira. Entre os líderes da Europa Ocidental não havia nenhum

²²⁶ No original, em inglês: “(...) China would do nothing to exacerbate the situation in Indochina or Korea, that neither China nor the United States would cooperate with the Soviet bloc, and that both would oppose any attempt by any country to achieve domination of Asia” (KISSINGER, 1994, p. 728).

disposto a apoiar Chiang Kai-shek ou que acreditasse na sua vitória (FITZGERALD, 1964, p. 208-209). Em livro de 1964, Charles Patrick Fitzgerald afirma:

Tanto os Estados europeus como os asiáticos não comunistas querem uma solução real do problema chinês e sabem que tal solução deve reconhecer o que Mao Tse-tung tem chamado de “realidade das condições que nós vemos à nossa frente”. Entre tais realidades está o fato de que é o governo em Pequim, não em Taipei, que controla a China²²⁷ (FITZGERALD, 1964, p. 258 – tradução nossa).

O anticomunismo na Europa Ocidental nunca assumiu o tom apocalíptico que ele possuía nos Estados Unidos. Todos os governos da Europa Ocidental no pós-1945 eram anticomunistas e temerosos de uma invasão soviética. Ainda assim, a ideia de uma conspiração comunista mundial não era um componente relevante na política interna de nenhum destes países. Entre as democracias ocidentais, os Estados Unidos eram os únicos nos quais um presidente era eleito em nome da luta anticomunista, como a eleição de John F. Kennedy em 1960 nos mostra. Por mais que europeus e norte-americanos desejassem conter o comunismo, apenas os segundos desejavam destruí-lo²²⁸ (HOBSBAWM, 1994, p. 237).

Já entre os países asiáticos, a ideia de uma luta entre o comunismo totalitário e o mundo livre democrático não possuía um apelo tão grande quanto os Estados Unidos lhe emprestavam. Para países como Paquistão, Índia e Birmânia (atual Myanmar), a divisão entre países livres e países subjugados pelo colonialismo era mais relevante do que a clivagem entre comunistas e capitalistas. A China comunista era vista por muitos de seus vizinhos mais como um baluarte da luta anticolonial ou como um símbolo da autodeterminação dos povos do que exatamente como uma ameaça ideológica. Afrontas à China eram interpretadas como afrontas a todos os povos asiáticos, permitindo assim ao PCC angariar aliados entre seus vizinhos não comunistas (FITZGERALD, 1964, p. 209, 258).

O Paquistão oferece um caso interessante para nosso argumento. Governado de 1958 a 1969 pelo general Ayub Khan, que inicialmente era um aliado norte-americano, o Paquistão desfrutava de ótimas relações com o regime de Pequim, reconhecendo-o já em 1950. Ayub Khan chegou mesmo a contemplar maoístas paquistaneses com cargos diplomáticos na China (ALI, 1983, p. 78). O dirigente paquistanês afirmava que seu país não poderia se dar ao luxo de se envolver nos projetos anticomunistas norte-americanos, pois eles não contemplavam o principal interesse paquistanês, que era proteger-se da Índia. O general não compartilhava da

²²⁷ No original, em inglês: “Both the European and the non-Communist Asian states want a real settlement of the Chinese problem, and know that such a settlement must recognize what Mao Tse-tung has called the ‘reality of the conditions we see before us’. Among those realities is the fact that it is the government in Peking, not in Taipeh, which controls China” (FITZGERALD, 1964, p. 258).

²²⁸ O Conselho Protestante Internacional de Igrejas Cristãs, organização anticomunista que reunia igrejas europeias e norte-americanas, fornece um bom exemplo destas nuances do mundo ocidental. Enquanto o setor norte-americano defendia o uso de armas nucleares contra soviéticos e chineses como medida preventiva, o setor europeu considerava tal medida muito precipitada (DONGEN, ROULIN, SCOTT-SMITH, 2014, p. 12).

crença de Washington de que a China era uma ameaça à estabilidade regional. À medida que as tensões sino-indianas cresciam nos anos 1960, Washington armava a Índia e gerava profundo desconforto no governo paquistanês, que, ao ver os norte-americanos favorecerem seu rival, voltou-se para o regime de Pequim²²⁹ (KHAN, 1967, p. 139, 158-159).

Refletindo sobre as relações Paquistão-Estados Unidos, Ayub Khan escreveu: “Pessoas em países em desenvolvimento procuram assistência, mas com base no respeito mútuo; elas querem ter amigos, não mestres²³⁰” (KHAN, 1967, p. 159 – tradução nossa). Este é, de fato, o título de sua autobiografia política: *Friends, not Masters*.

Igualmente relevante é o caso das Filipinas, importante peça no “arco de contenção” anticomunista montado pelos Estados Unidos no Sudeste Asiático, conforme vimos no capítulo 2. Em discurso proferido em 1968, o ditador filipino Ferdinand Marcos acusou o comunismo de ser uma ameaça ainda maior do que o imperialismo ocidental: “Hoje, manobras e jogos de poder do comunismo nos pressionam de forma ainda mais implacável do que as potências ocidentais que ele desalojou²³¹” (MARCOS citado por RESOS, 2013, p. 2 – tradução nossa). Porém, à medida que os Estados Unidos se desengajavam no Sudeste Asiático e o comunismo se consolidava no Laos, no Camboja e no próprio Vietnã, Marcos percebeu a urgência de se estabelecer laços diplomáticos com países comunistas, incluindo a China, a fim de evitar antagonizá-los. A decisão do dirigente filipino foi suscitada não só pela busca pelo desenvolvimento econômico de seu país, mas também por uma nova realidade global em que a bipolaridade cedia espaço a um mundo multipolar (RESOS, 2013, p. 3).

Diante da emergência de novos centros de poder nos anos 1970 (como a União Europeia, o Japão, os países árabes produtores de petróleo e a China comunista), o mundo não mais orbitava em torno de Moscou e Washington. Com isso, Marcos reorientou sua política externa, tal como se nota em seu discurso de 1975: “Nós procuramos ampliar nossas relações com qualquer país independente de ideologia para promover desenvolvimento e progresso para benefícios mútuos e ao mesmo tempo incrementar nossa segurança física²³²” (MARCOS citado por RESOS, 2013, p. 2 – tradução nossa).

²²⁹ Quando os nove cidadãos chineses foram detidos no Brasil em 1964, coube ao embaixador paquistanês verificar as condições em que eles estavam sendo mantidos (GUEDES e MELO, 2014, p. 169).

²³⁰ No original, em inglês: “People in developing countries seek assistance, but on the basis of mutual respect; they want to have friends not masters” (KHAN, 1967, p. 159).

²³¹ No original em inglês: “Today, communism’s maneuvers and power plays press upon us, with even greater relentlessness than those of the western powers it has displaced (MARCOS citado por RESOS, 2013, p. 2).

²³² No original em inglês: “We seek to widen our relations with any country regardless of ideology to promote development and progress for mutual benefit, and the same time enhance our physical security” (MARCOS citado por RESOS, 2013, p. 2).

6.4. O regime militar brasileiro e o esvaziamento do conflito Leste X Oeste

Quando subiu ao poder em 1974, dez anos após a dita “revolução democrática”, o presidente Ernesto Geisel presidia uma ditadura de direita, pró-Israel, pró-Portugal (na questão colonial) e pró-África do Sul (na questão racial). Quando Geisel deixou a presidência em 1979, o Brasil havia manifestado seu apoio à causa palestina na ONU, reconhecido a autoridade de regimes marxistas em ex-colônias portuguesas na África e estabelecido laços diplomáticos com a China Popular. Junto a seu chanceler, Azeredo da Silveira, Geisel deu início à “reviravolta diplomática que representaria o pico histórico do ativismo brasileiro no mundo” e inaugurou um período em que “as ambições internacionais do Brasil cresceram mais que em qualquer período anterior” (SPEKTOR, 2009, p. 63). Analisemos os anos que antecederam a presidência de Ernesto Geisel não só para entendermos como esta “reviravolta” foi possível, mas também para entendermos em que medida ela foi mesmo uma reviravolta.

Se Pequim estava às voltas com os soviéticos, os militares que governavam o Brasil não tinham menos razões para se indisporem com os Estados Unidos. Conforme vimos no capítulo 1, a política externa do governo Castelo Branco (1964-1967) tem sido frequentemente identificada como “um passo fora da cadência” ou uma “frustrada ‘correção de rumos’” (BUENO e CERVO, 2015, p. 393). Duas premissas que ajudaram a orientar a política externa de Castelo Branco foram a atuação em conformidade com a bipolaridade da Guerra Fria e o desenvolvimento associado dependente dos Estados Unidos, embora seu governo não tenha mantido uma fidelidade perfeita a nenhuma dessas diretrizes (BUENO e CERVO, 2015, p. 400).

À medida que o interregno Castelo Branco se aproximava do fim, reinava uma sensação de insatisfação com os resultados dessa “correção de rumos”, tornando-se claro que os frutos colhidos com a aliança norte-americana haviam sido bastante escassos (LUIZ, 2011). Percebeu-se que “Era inócuo, para um país como o Brasil, de limitado poder, contextualizar sua política externa pelo confronto bipolar, quando o sistema internacional presenciava sua erosão” (BUENO e CERVO, 2015, p. 397). Diante da tendência ao esvaziamento do conflito Leste-Oeste ao longo dos anos 1960, os próprios blocos capitalista e comunista começaram a sofrer rupturas internas e o anacronismo da política externa de Castelo Branco tornou-se evidente (BUENO e CERVO, 2015, p. 399).

Diante desse quadro de fragmentação tanto no bloco comunista como no mundo capitalista, Costa e Silva (1967-1969) assume dando prioridade às questões relativas ao desenvolvimento. O binômio “segurança e desenvolvimento”, que havia legitimado a ascensão dos militares ao poder em 1964, foi invertido para “desenvolvimento e segurança”, de modo

que a segurança passava a ser vista como produto do desenvolvimento e não mais o contrário (GONÇALVES e MIYAMOTO, 1993, P. 221). Com Costa e Silva, o regime militar retomou a tendência em voga nos anos Jânio e Jango e passou a converter as demandas internas de desenvolvimento em vetor da política exterior (BUENO e CERVO, 2015, p. 393).

Dentre os principais obstáculos ao desenvolvimento nacional identificados pela diplomacia brasileira no começo do governo Costa e Silva estavam: as pretensões das grandes potências a monopolizarem tecnologias de ponta (com destaque para a energia nuclear), a estrutura do comércio internacional cada vez mais desfavorável ao mundo subdesenvolvido, as pressões internacionais para a adoção de políticas de controle de natalidade em países subdesenvolvidos, as tentativas das grandes potências de monopolizar a exploração do espaço e do fundo dos oceanos, as ambições das multinacionais a dominar os mercados latino-americanos e a expansão do comunismo (GONÇALVES e MIYAMOTO, 1993, p. 222).

Somente um dos obstáculos, portanto, chamava a atenção para o comunismo. O fosso de poder entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento se mostrava uma preocupação muito mais premente. Dessa forma, “a crescente descaracterização do conflito Leste-Oeste fez assomar na elite dirigente brasileira a clivagem entre o Norte desenvolvido e o Sul subdesenvolvido como o mais forte entrave para o robustecimento do poder nacional” (GONÇALVES e MIYAMOTO, 1993, p. 222). Em 1967, o chanceler Magalhães Pinto escreveu, no relatório anual do MRE:

Paralelamente a essa progressiva dissolução de universo bipolar que se constituíra no pós-guerra, tem-se verificado uma divisão cada vez mais marcada no mundo, em termos econômicos. Ao Norte desenvolvido opõe-se, como realidade penosa e incômoda, o Sul subdesenvolvido. A acentuação, tanto em termos relativos quanto absolutos, das diferenças de nível econômico e social entre os dois grupos de nações, agravadas por condições de comércio e sistemas de pagamento desfavoráveis aos países subdesenvolvidos, tem levado estes, independente de suas ideologias ou regimes políticos, a se unirem em torno de reivindicações tendentes a reestruturar as normas que atualmente regem as relações econômicas internacionais (PINTO, 1970, p. 6).

Neste novo cenário, “o interesse material dos Estados e o bem-estar de suas populações, mais do que as posições ideológicas, têm tendido a prevalecer na definição de suas políticas, mesmo que essa atitude resulte, eventualmente, em prejuízo dos aliados tradicionais” (PINTO, 1970, p. 6). Tais palavras, vindas do mesmo chanceler que, como vimos no capítulo 5, rejeitou estabelecer relações com Havana e Pequim, nos mostram como o anticomunismo era apenas um dos fatores ideacionais a constituir as relações exteriores do regime militar brasileiro, precisando eventualmente negociar com outros fatores ideacionais, tais como a crença na prevalência da clivagem Norte-Sul.

O governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) não demonstrou o mesmo entusiasmo com as relações Sul-Sul, tendo abandonado a solidariedade terceiro-mundista,

priorizado o relacionamento com os Estados Unidos e considerando o conflito Norte-Sul como uma estratégia quixotesca e contraproducente. Longe de desafiar o imperialismo, Médici e seu chanceler Mário Gibson Barboza buscavam melhorar a posição do Brasil dentro do imperialismo, configurando assim a chamada “autonomia na dependência”. Esperava-se, com isso, alçar o Brasil à posição de grande potência (VIZENTINI, 2004, p. 137, 139).

Entretanto, até mesmo Gibson Barboza cobrou maior compromisso dos países desenvolvidos (inclusive dos socialistas) em remover obstáculos para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento. Em seu relatório anual referente a 1971, é possível ler:

cabe à comunidade internacional – e fundamentalmente aos países desenvolvidos, sejam eles de economia de mercado ou socialistas – despender esforços para não entravar o processo de desenvolvimento dos países em desenvolvimento; a estes cabe, como sempre defendeu o Brasil, a parcela maior, pois o desenvolvimento é resultado do esforço nacional de cada um: mas cabe a todos a responsabilidade de não criar entraves externos a esses esforços (BARBOZA, 1974, p. 98).

Nesse sentido, não podemos subestimar as continuidades entre a política externa pré- e pós-1964. Após 1964, a atuação brasileira no terceiro mundo sofreu um revigoramento e não um refluxo. Na Segunda Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) realizada na Índia em 1968, o Brasil se destacaria ao reafirmar a doutrina de segurança econômica coletiva. Diante da convicção de que as relações Norte-Sul alcançavam os interesses vitais do Estado brasileiro, o Brasil teve uma postura na ONU ainda mais marcadamente favorável ao terceiro mundo do que as posturas anteriores (VIANA, 2013, p. 104). A partir de 1967, o Brasil seria escolhido para presidir o Grupo dos 77, que reunia países em desenvolvimento exigindo regras mais justas para o comércio internacional. O advento do regime militar não afetou a participação brasileira neste grupo – pelo contrário: “o que se verificou foi a manutenção das diretrizes que vinham sendo implementadas no governo anterior [Jango] e um ímpeto no sentido de tornar ainda mais ativa a atuação do Brasil neste foro” (ALVES e VIANA, 2014, p. 699).

Com a ascensão de Ernesto Geisel (1974-1979) ao poder em 1974, a política externa brasileira consolida sua opção pelo terceiro mundo, inaugurando o segundo momento da PEI (LEITE, 2011). Com o diplomata Antônio Francisco Azeredo da Silveira na chancelaria, a política externa de Geisel entrou para a história como a fase do “pragmatismo ecumênico e responsável”. Era um pragmatismo “ecumênico” porque preenchia os “vazios diplomáticos” até então, na medida em que valorizava “um relacionamento diplomático aberto a todos os países do mundo, sem tabus ideológicos, respeitados apenas os interesses nacionais das partes” (MAIOR, 2018, p. 244). Era um pragmatismo “responsável” porque os formuladores e condutores da política exterior não podiam subitamente abraçar uma política externa em flagrante contraste com a política externa que lhe antecedeu (MAIOR, 2018, p. 212).

Por fim, era uma política externa “pragmática” por entender que “as prioridades internacionais do país, em seguida ao golpe de 1964, eram excessivamente estreitas para o mundo de 1974 e chegara a hora de guiar-se mais firmemente pelo ‘interesse nacional’” (SPEKTOR, 2009, p. 76). Era necessário “resgatar preocupações mais antigas, profundas e adequadas com o desenvolvimento nacional”, sendo que tais preocupações, “e não a natureza do regime, definiriam as amizades e as associações do país” (SPEKTOR, 2009, p. 77):

Geisel decidiu que o novo governo, ainda no primeiro dia, emitiria uma circular anunciando o abandono da postura pró-Israel em favor de uma aproximação com os países árabes. O presidente também decidiu afastar-se da ditadura fragilizada de Portugal e aproximar-se da África negra, além de abandonar Taiwan em prol da abertura de canais com a China comunista. Geisel queria uma mudança clara e rápida, um fato consumado que se impusesse diante do regime (SPEKTOR, 2009, p. 65).

O governo Geisel acreditou que o antagonismo Norte-Sul era mais importante do que o embate Leste-Oeste, de modo que pautar a política externa com base no conflito entre países ricos e pobres estava na base da política externa de Azeredo da Silveira (VIZENTINI, 2004, p. 266):

Em síntese, as condições objetivas do país colocavam os seus governantes diante do dilema de se definirem entre qual dos dois grandes conflitos mundiais era mais relevante para a atuação político-diplomática brasileira – o confronto político, ideológico e militar entre os blocos capitalista e socialista ou o choque de interesses criado pelo hiato econômico entre países ricos e países pobres. A decisão de dar primazia a este último está na raiz das mudanças que caracterizaram a política externa do governo Geisel (MAIOR, 2018, p. 215).

Tanto a conjuntura econômica quanto o ambiente intelectual tornavam cada vez mais urgente superar o relativo isolamento diplomático do país e aproximar-se da agenda do terceiro mundo. Quanto mais o Brasil se empenhava nesta tarefa, mais evidente se tornava o anacronismo da política externa praticada até então. Entre estas decisões estavam a posição de equidistância entre países árabes e Israel na questão palestina, o apoio dado à Portugal na preservação de seu império colonial e a manutenção de relações com a República da China (FONSECA JR., 2018, p. 270). No caso da questão palestina, Eduardo Uziel e Norma Breda Santos vão além e dizem que nem mesmo a noção de equidistância pode ser usada para descrever a estratégia brasileira antes de 1974, dado que não existia uma política externa brasileira para o Oriente Médio propriamente dita, mas sim uma diplomacia reativa pautada somente por interesses imediatos (UZIEL e SANTOS, 2019, p. 195).

Geisel deu a seu chanceler relativa autonomia na condução da política exterior. Com exceção dos ministros da Fazenda e de Minas e Energia, Azeredo da Silveira não enfrentou competição com qualquer ministro ou assessor do presidente (SPEKTOR, 2018, p. 370). A implementação da política externa era restrita ao gabinete de Azeredo da Silveira, sem reuniões gerais ou consultas a outros diplomatas. Mesmo o Conselho de Segurança Nacional (CSN), um

dos núcleos mais hostis à China comunista, tinha um papel de mera “ritualização de decisões tomadas previamente pelo chefe de Estado” (SPEKTOR, 2018, p. 373).

Da mesma forma que as relações Pequim-Moscou vinham se deteriorando, o Brasil ensaiava uma desobediência aos Estados Unidos. As tensões entre Brasil e Estados Unidos nunca chegaram no nível do cisma sino-soviético, em que Pequim desafiava abertamente a preponderância soviética no bloco comunista e ambos os países estiveram à beira de um conflito. Ainda assim, tanto as tensões entre Brasília e Washington como a escalada do conflito sino-soviético apontam para dois regimes que compartilhavam a crença de que o antagonismo entre Leste e Oeste perdia sentido²³³.

Em mensagem proferida em outubro de 1975 na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, Azeredo da Silveira afirmava que “o problema das relações Leste-Oeste foi-se desprendendo de sua característica maniqueísta fundamental, apresentando-se, hoje, de forma infinitamente mais complexa” (SILVEIRA, 1975, p. 11). O próprio conceito de “Occidental” teria perdido seu sentido inicial, deixando de abarcar todo o mundo não-comunista para abarcar apenas as “democracias industriais”, isto é, “um número reduzido e selecionado de países do hemisfério Norte”, relegando a um “limbo político mundial os países que não se enquadrem nas categorias implicitamente reconhecidas: ‘democracias industriais’, países comunistas, países não-alinhados” (SILVEIRA, 1975, p. 11-12).

O novo cenário também expressaria “a superimposição do conflito Norte-Sul sobre o conflito Leste-Oeste” e uma insistência na polaridade Leste-Oeste equivaleria a “negar a amplitude que o universo econômico ocidental realmente tem” (SILVEIRA, 1975, p. 12). Na visão de Azeredo da Silveira, a bipolaridade da Guerra Fria apenas exacerbava o poder das duas grandes potências sobre os países em desenvolvimento. Por meio dele, Moscou e Washington exerceriam uma “suserania política ou econômica” sobre Estados em situação de “dependência ou vassalagem” (SILVEIRA, 1975, p. 12-13).

Antes mesmo de sua posse, Geisel compartilhava de muitas das ideias de Azeredo da Silveira. Ambos defendiam que a autonomia na defesa dos interesses nacionais era um meio para promover o desenvolvimento econômico e a superação do atraso. A batalha contra o subdesenvolvimento não era só econômica, mas também psicológica:

Segundo Silveira, o subdesenvolvimento deve ser combatido em primeiro lugar na mente das pessoas que têm complexos e se acostumam com atitudes subalternas e com horizontes por elas próprias limitados. Superada essa barreira inicial, haveria que criar condições para a promoção do conhecimento e de avanços tecnológicos, por vezes, dificultados pelo exercício do poder hegemônico ou pelo alinhamento automático. O

²³³ Em livro de 1977, Arthur Doak Barnett escreve que a China comunista defendia que já não existia mais um “campo comunista” no mundo (BARNETT, 1977, p. 56).

mundo mudava e o Brasil tinha que se ajustar a essas mudanças, aproveitar os desafios e transformá-los em oportunidades (LIMA, 2018, p. 17-18).

O estabelecimento de relações com a China comunista era visto por Azeredo da Silveira como um dos mais importantes objetivos de sua política externa. Acreditava-se que ele possibilitaria o estreitamento de laços com outros países asiáticos e a abertura de novos mercados. Outros objetivos relevantes incluíam a aproximação econômica com os países socialistas da Europa Oriental e o estreitamento de laços com os países árabes e africanos (LIMA, 2018, p. 19).

Dessa forma, Geisel instruiu a delegação brasileira a apoiar a causa palestina na ONU, além de reconhecer a independência de colônias portuguesas na África, rompendo assim “em definitivo a ideia de comunhão espiritual com Portugal” (LEITE, 2011, p. 147). O processo não foi isento de contratempos. Ao declarar apoio ao governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), Azeredo da Silveira ignorava o envolvimento de tropas cubanas auxiliando o MPLA. Quando este envolvimento foi revelado pelo secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger em novembro de 1975, o chanceler brasileiro ficou perplexo. Ressentido pelo fato de Kissinger não tê-lo informado sobre a participação cubana em Angola com antecedência, Silveira percebeu que sua política demonstrava uma constrangedora cumplicidade com o regime cubano (SPEKTOR, 2009, p. 120).

Durante a discussão da Resolução 3379 na ONU, que considerava o sionismo uma forma de racismo, a delegação brasileira seguiu a orientação de Geisel. O presidente achava que, na votação a nível de comitê, a maioria dos países latino-americanos apoiaria a Resolução e instruiu o Brasil a fazer o mesmo. Diferente, porém, do que Geisel esperava, o Brasil foi um dos poucos países latino-americanos que apoiaram a Resolução 3379, junto com Cuba, México, Guiana e Chile. Geisel se deu conta do erro que havia cometido e propôs que, uma vez que a Resolução estivesse em pauta no plenário da ONU, o Brasil deveria se abster (tal como quisera Silveira). Porém, Geisel se sentiu tão ultrajado com a enérgica reação norte-americana²³⁴ à decisão brasileira de apoiar a Resolução no comitê que decidiu manter o voto condenatório ao sionismo também no plenário (SPEKTOR, 2009, p. 123-124).

A mudança de rumos operada por Azeredo da Silveira foi uma resposta a diversos fenômenos. Entre eles estavam os atritos com os Estados Unidos decorrentes de dois eventos: o acordo nuclear celebrado entre o Brasil e a Alemanha Ocidental e uma crescente preocupação norte-americana com os direitos humanos na América Latina. Também havia uma percepção

²³⁴ O Departamento de Estado norte-americano, sem consultar Kissinger, enviou protestos formais aos líderes de Chile, México, Guiana e Brasil solicitando que eles modificassem seus votos. Tais protestos chegaram às chancelarias e à imprensa ao mesmo tempo: “Poucos gestos poderiam ter ferido mais os sentimentos brasileiros do que um pedido de Washington não negociado, amplamente difundido, que formulava uma expectativa daquela ordem em uma linguagem formal” (SPEKTOR, 2009, p. 123).

de que, em um mundo dominado pelo antagonismo “Norte-Sul”, ao tomar atitudes em grande medida contrárias à da maioria dos países em desenvolvimento, o Brasil arriscava se isolar nos foros multilaterais (CORRÊA, 2018, p. 43).

Por fim, há que se mencionar a crise do petróleo de 1973, que induziu o Brasil a se aproximar do mundo árabe. Além de autorizar a abertura de um escritório da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) em Brasília, o governo brasileiro cooperou com potências regionais como Argélia, Líbia, Iraque e Arábia Saudita, formando *joint-ventures* para prospecção de petróleo por meio da Braspetro e desenvolvendo tecnologia industrial-militar²³⁵ (VIZENTINI, 1998-1999, n.p.). Porém, a aproximação brasileira do mundo árabe ao votar a favor da Resolução 3379 não pode ser explicada unicamente pelo interesse em assegurar o fornecimento de petróleo. Tal voto tinha a ver com a “mítica autoimagem do Brasil como uma democracia racial e seu papel autoproclamado de liderança na África²³⁶” (KARAM, 2016, p. 27 – tradução nossa). Sendo assim, o voto do Brasil na ONU em 1975

deve ser visto em termos de seu próprio plano de crescente influência global por meio de laços mais estreitos não só com o mundo árabe, mas também com Estados Africanos, que estavam conectados em um crescente Movimento Não-Alinhado²³⁷ (KARAM, 2016, p. 27 – tradução nossa).

A ousadia de Geisel e Azeredo da Silveira na formulação de sua política externa foi muito útil para gerar consenso interno em um momento no qual a abertura política do regime militar dava seus primeiros – ainda que tímidos – passos. Por um lado, ao adotar um tom terceiro-mundista e desafiar os Estados Unidos, o governo acenava para setores de esquerda. Por outro lado, a recusa a se submeter a padrões internacionais de direitos humanos e preservação ambiental agradava os militares e a indústria (SPEKTOR, 2018, p. 367-368).

O pragmatismo responsável também criou consenso entre os parlamentares em um momento no qual o presidente norte-americano Jimmy Carter denunciava violações aos direitos humanos entre regimes militares sul-americanos. O Relatório Linowitz, patrocinado pelo *Council on Foreign Relations* em 1974, urgia Washington a retirar seu apoio aos regimes militares na América Latina e a se aliar a causas progressistas em favor dos direitos humanos (SPEKTOR, 2009, p. 103). Tal orientação da política externa norte-americana criou um clima

²³⁵ Sobre a cooperação militar entre o Brasil e países do Oriente Médio, ver: LOPES, Roberto. **Rede de Intrigas: os bastidores do fracasso da indústria bélica no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1994. 360 p.. Sobre a cooperação Brasil-Iraque, ver: ANDRIOTTI, L. S.; MATTOS, F. P.; SALEH, A. A.; SPOHR, A.. “Relações Brasil/Iraque: desenvolvimento nacional e projeto de potência (1973-1985)”. *Fronteira* (PUCMG), v. 9, n. 18 p. 7-25, 2010.

²³⁶ No original, em inglês: “Brazil’s mythic self-image as a racial democracy and self-proclaimed leadership role for Africa” (KARAM, 2016, p. 27).

²³⁷ No original, em inglês: “must be viewed in terms of its own plan for ever-widening global clout through closer ties with not only the Arab world but also African states, which were connected in a growing Non-Alignment Movement” (KARAM, 2016, p. 27).

internacional propício para que a oposição brasileira reclamasse uma aceleração no retorno ao estado de direito no Brasil (GONÇALVES e MIYAMOTO, 1993, p. 234).

Entretanto, uma pesquisa realizada em 1975 mostrava que a política externa de Geisel tinha ampla aprovação na ARENA e partes do MDB. Em 1976, o senador do MDB Franco Montoro afirmou que ARENA e MDB estavam unidos em torno das principais questões pertinentes à política externa. No ano seguinte, em meio à insatisfação norte-americana com violações aos direitos humanos e com o programa de cooperação nuclear com a Alemanha Ocidental, o secretário geral do MDB Thales Ramalho anunciou seu apoio a Geisel em um momento no qual a soberania do país estava em risco (HURRELL, 2018, p. 394).

Isso nos mostra, como bem observa Pierre Milza, que em tempos de crise a política externa pode ser uma poderosa ferramenta para a fabricação do consenso dentro de um país, bem como para preservar a ordem social e proteger o governo contra as investidas de seus adversários (MILZA, 2003, p. 378-379).

6.5. O estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a China comunista

O reconhecimento diplomático da China comunista em agosto de 1974 foi o coroamento dessa nova fase das relações internacionais brasileiras iniciada com Geisel, calcada em uma percepção do mundo que enfatizava a clivagem entre países ricos e países pobres ao mesmo tempo que minimizava ou mesmo se desligava da clivagem entre comunismo e capitalismo. Não é nosso objetivo fazer uma análise exaustiva das circunstâncias que levaram à aproximação da China comunista com o Brasil, tema este que já foi abordado por outros trabalhos²³⁸. Buscamos apenas preparar o leitor para entender como tal aproximação afetou as relações entre o Brasil e a República da China, o que será abordado no capítulo 7.

Quando ainda era presidente da Petrobras, Geisel teve acesso a um texto da palestra proferida pelo diplomata Carlos Bueno na ESG em junho de 1973. Intitulado “O Brasil e o Extremo Oriente” e publicado pela *Revista do Clube Militar*, o artigo de Carlos Bueno destacava a importância do comércio com a China comunista para manter o ritmo de

²³⁸ Ver: AMADO, André Mattoso Maia. **O Reconhecimento Diplomático da República Popular da China**. Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco; VIII Curso de Altos Estudos – 1984; BECARD, Danielly Silva Ramos. **O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 2006; FARES, Tomaz M.. “A Diplomacia Chinesa e as Relações com o Brasil (1949-1974)”. *Século XXI – Revista de Relações Internacionais*, ESPM, V. 7, no 1: p. 27-46, Jan/Jun 2016; HUANG, Zhiliang. **Relato do Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre China e América Latina**. Editora Shanghai Cishu, 2007; LIMA, Sérgio Eduardo Moreira. **Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas: análise de documentos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2016; PINHEIRO, Leticia. “Restabelecimento de relações diplomáticas com a RPC: uma análise do processo de tomada de decisão”. In: **Estudos Históricos – Globalização**. Volume 12. Rio de Janeiro: FGV, 1993; SIMAS, Daniele de Almeida. **O Lugar da China na Visão dos Formuladores da Política Externa Brasileira: uma comparação entre a política externa independente (1961-1964) e a do pragmatismo responsável e ecumênico (1974-1979)**. Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

crescimento brasileiro em 10% ao ano. Carlos Bueno dizia que a importância chinesa no tabuleiro do jogo de poder mundial tenderia a crescer cada vez mais. À medida que o poder nacional brasileiro aumentasse, a China comunista não poderia mais ser ignorada na formulação de sua política exterior (GUEDES e MELO, 2014, p. 186).

A possibilidade de estabelecer relações com a China continental começou a ser ventilada ainda no governo Médici, em 1973, embora de forma não-oficial. No interregno 1964-1974, as trocas comerciais com a China comunista eram quase irrelevantes. Em 1973, o comércio brasileiro com Taiwan era de 80 milhões de dólares, 7 vezes maior do que com a China continental e com saldo extremamente favorável aos brasileiros (FARES, 2016, p. 42-43). Contudo, já entre 1969 e 1971 as percepções brasileiras começaram a mudar com os chamados “Relatórios de Hong Kong”, redigidos pelo cônsul brasileiro adjunto em Hong Kong Geraldo Holanda Cavalcanti (VIZENTINI, 2004, p. 256).

Em seu relatório, Holanda Cavalcanti destacava o crescimento da economia da China comunista, bem como a importância daquele país como um mercado alternativo em meio à crise financeira capitalista. O cônsul ainda alertava que se o Brasil demorasse a estabelecer relações com Pequim poderia ser ultrapassado por concorrentes e comprometer sua reputação aos olhos do país asiático. Em julho de 1972, por meio de nota, o Itamaraty orientava o governo Médici a não impedir, mas a não patrocinar contatos entre empresários brasileiros e a República Popular da China. A crise mundial do petróleo ocasionada pela Guerra do *Yom Kippur* (1973) e a exaustão do “Milagre Brasileiro” no mesmo período tornavam cada vez mais premente a necessidade de angariar novos parceiros comerciais. Nesse contexto, a China de Mao despontava como um dos mais promissores parceiros (FARES, 2016, p. 42).

Apesar de o terreno das relações comerciais com Pequim se mostrar promissor desde fins da década de 1960, conforme vimos no capítulo 5, com o tempo a China comunista demonstrou o desejo de ir além das trocas comerciais. Em março de 1974, durante uma festa na embaixada grega em Moscou, o representante comunista chinês abordou o colega brasileiro para expressar, pela primeira vez, o desejo de seu país de ampliar as relações com o Brasil para além do âmbito econômico. Em resposta, o governo brasileiro autorizou a missão comercial dirigida por Giulite Coutinho em abril de 1974 (PINHEIRO, 1993, p. 256-257). Coutinho, que já havia estado no país em outubro de 1972, então retornou com representantes do Ministério da Indústria e Comércio, da Secretaria de Planejamento e o diplomata Carlos Bueno, o chefe da Divisão de Ásia e Oceania do MRE. Este levava o convite do governo brasileiro para que uma missão chinesa visitasse o Brasil para discutir, além de questões comerciais, o estabelecimento de relações diplomáticas (GUEDES e MELO, 2014, p. 185).

Carlos Bueno fora instruído pelo Itamaraty a ressaltar que sua visita deveria ser entendida como parte do esforço brasileiro de criar condições necessárias ao restabelecimento das relações diplomáticas entre ambos os países, ao que o governo chinês respondeu de forma positiva. Pequim, fiel ao seu desejo de normalizar as relações com a comunidade internacional, manifestava seu interesse em selar laços diplomáticos com Brasília, mas em troca exigia que o Brasil deixasse de reconhecer o governo nacionalista como o representante do povo chinês (PINHEIRO, 1993, p. 257).

Carlos Bueno enfrentou algumas saias justas em sua visita. No terceiro dia de sua visita, as autoridades chinesas mencionaram, muito contrariadas, o caso dos nove chineses detidos em 1964, e Bueno cogitou a possibilidade de ir embora. No dia seguinte, porém, Bueno assegurou que poderia levar ao governo brasileiro os protestos e perguntou qual era a contrapartida que eles esperavam. A resposta chinesa, porém, foi amena: o episódio de 1964 não poderia impedir a aproximação dos dois países. Ao fim de sua viagem, Bueno descobriria que seu intérprete ao longo de toda a viagem era ninguém menos que Zhang Baosheng, um dos nove chineses presos em 1964! Zhang também amenizou a situação e disse que era necessário olhar para frente (GUEDES e MELO, 2014, p. 186-187).

Em outubro de 1974, Azeredo da Silveira informou Geisel que o ministro Chen Chieh não demandava uma resposta satisfatória do Brasil no caso dos nove chineses, mas deixava implícito que a não resolução poderia gerar situações embaraçosas. Geisel ignorou, mas Azeredo da Silveira perseverou. O chanceler propunha o indulto seguido da revogação da expulsão, ou a revogação pura e simples. Ele também tentou reaver o dinheiro dos chineses. Todas as tentativas, porém, foram em vão (GUEDES e MELO, 2014, p. 194-195)²³⁹.

Em documento secreto enviado ao presidente Geisel, Azeredo da Silveira interpreta a discrição com que os chineses trataram a questão dos nove chineses, o tratamento especial dispensado aos brasileiros pelas autoridades locais e o fato de a missão brasileira ter sido recebida por uma autoridade de alto nível hierárquico (o vice-primeiro-ministro Li Sien-nien) como provas da disposição chinesa a normalizar as relações. O encontro de Bueno com Li Sien-nien ocorreu no Palácio do Povo, contando com autoridades chinesas e com toda a delegação brasileira, inclusive membros da Associação dos Exportadores Brasileiros (GUEDES e MELO, 2014, p. 188-189). O comunicado conjunto emitido por China e Brasil no dia 15 de agosto de 1974 era inequívoco:

²³⁹ Em dezembro de 2014, o governo brasileiro finalmente reconheceria o erro cometido cinquenta anos atrás. No ano seguinte, em 2015, o Ministério da Justiça revogou, por meio de uma portaria, o decreto de março de 1965 que expulsava os chineses do país. Em agosto do mesmo ano, os nove chineses injustamente presos e condenados foram condecorados com a medalha da Ordem do Cruzeiro do Sul (COSTA, 2018, p. 25).

O Governo da República Federativa do Brasil reconhece que o Governo da República Popular da China é o único Governo legal da China. O Governo chinês reafirma que Taiwan é parte inalienável do território da República Popular da China. O Governo brasileiro toma nota dessa posição do Governo chinês (COMUNICADO, 2014, p. 269).

Quando o Brasil reconhece a China comunista em agosto de 1974, a crença de que o regime de Mao era o legítimo representante da China já estava amplamente disseminada no sistema internacional:

Não resta dúvida, portanto, de que a mudança da política norte-americana com relação à RPC e o reingresso desta na ONU contribuíram significativamente para dar legitimidade ao governo de Pequim frente ao resto do mundo, donde o fluxo de países que a seguir reconheceu Pequim em detrimento de Taipei. Desta forma, também o governo brasileiro foi fortemente influenciado pela conjuntura internacional e, portanto, a decisão de reconhecer a RPC deve necessariamente levar em conta este aspecto (PINHEIRO, 1993, p. 254).

Três meses antes da assinatura do comunicado, Azeredo da Silveira fez um discurso na ESG no qual previa que a China comunista desempenharia duas grandes tarefas no futuro. Uma seria aproximar os Estados Unidos da União Soviética. A outra, mais relevante para nosso trabalho, seria exigir a disseminação dos centros de poder mundiais, atendendo assim a interesses de potências de segunda grandeza como o Brasil. Nas palavras do chanceler:

Da mesma forma é inevitável que a República Popular da China procure corroer essa estrutura de blocos em torno dos dois polos, defendendo a disseminação dos centros de poder, uma postulação que interessa às nações de segunda grandeza e que permitirá diversas sortes de aproximação táticas com a China por parte das mesmas (SILVEIRA, 2018, p. 150).

O chanceler esperava, portanto, que o Brasil poderia colher os dividendos geopolíticos (e não só econômicos) de uma aproximação com a China de Mao. Ser um parceiro da China comunista era algo fundamental para um país como o Brasil que ensaiava voos mais altos, já que a China, além de populosa, era o único país do terceiro mundo que se achava no centro de poder mundial, pois desde outubro de 1971 ocupava um dos cinco assentos permanentes do Conselho de Segurança da ONU – e desde 1964 detinha armas nucleares. Acreditava-se que um parceiro como este aumentaria a capacidade brasileira de barganha internacional:

Tratava-se da cooperação entre potências médias do Terceiro Mundo, que não envolviam laços de subordinação ou de dominação. Além disso, a progressiva abertura econômica do gigante asiático criava novas possibilidades de cooperação comercial (VIZENTINI, 2004, p. 262).

Tendo em vista que Geisel e seu chanceler advogavam uma política externa mais pautada pela lógica Norte-Sul do que Leste-Oeste, a China comunista, comprometida com um sistema internacional mais favorável aos países do terceiro mundo, figurava como um parceiro mais atraente do que o regime nacionalista chinês. O mundo mudava e as percepções do regime militar também mudavam, de modo que a preservação de relações com o regime do *Kuomintang* soava como resquícios anacrônicos de uma fase já caduca da Guerra Fria: “Persistir em tal orientação seria incoerente tanto com o discurso diplomático e com os interesses econômicos

brasileiros, quanto com a tendência de quase todos os países a aceitarem o óbvio – que a China era a RPC [República Popular da China] e não Formosa” (MAIOR, 2018, p. 241-242).

Em 20 de setembro de 1978, em nova conferência na ESG, já ao fim do mandato de Geisel, Azeredo da Silveira alegou que a aproximação com Pequim baseava-se nos princípios de respeito à soberania e integridade territorial, não-agressão, não-intervenção nos assuntos de outros países, vantagens mútuas e coexistência pacífica. Por meio deste gesto, o governo teria evidenciado “sua capacidade de traduzir em atos concretos a disposição de conduzir uma política externa de natureza ecumênica” (SILVEIRA, 2018, p. 175). O chanceler também rebateu os céticos e pessimistas: “superada a primeira fase de desconhecimento recíproco, nossas relações com a China caminham para níveis normais e mutuamente satisfatórios, com a exploração consistente das áreas de interesse mútuo” (SILVEIRA, 2018, p. 175). Destacam-se contatos no setor cultural, tecnológico e esportivo, bem como “perspectivas promissoras para a ampliação do comércio exterior brasileiro” após a celebração de um acordo comercial em janeiro de 1978 (SILVEIRA, 2018, p. 175).

O acordo comercial ao qual Azeredo da Silveira alude previa a venda de ferro gusa brasileiro à China comunista e foi uma resposta aos obstáculos que o Mercado Comum Europeu colocava às exportações brasileiras (VIZENTINI, 2004, p. 260). Após a assinatura deste acordo, o comércio entre ambos os países começou a se intensificar gradualmente, subindo de US\$ 19,4 milhões em 1974 para US\$ 202 milhões em 1979. Algodão, açúcar e farelo de soja eram 50% das exportações brasileiras ao país asiático. 67% das exportações chinesas para o Brasil abarcava produtos químicos e farmacêuticos. Em 1978, o petróleo representava mais de 95% das importações brasileiras vindas da China. Em 1980, o comércio entre os dois países atingiria a marca de US\$ 1 bilhão. A China se converteu no segundo maior mercado asiático para o Brasil, atrás apenas do Japão (BECARD, 2011, p. 33, 34).

O aprofundamento das relações sino-brasileiras nas áreas técnica e científica nos anos 1980 coroou de vez as ambições que ambos os Estados tinham de desafiar a rigidez da ordem bipolar. Ao longo dos anos 1980, Brasil e China assinaram mais de 20 atos bilaterais, incluindo acordos nas áreas de ciência e tecnologia, energia nuclear, cooperação cultural e educacional (BECARD, 2011, p. 33). Um dos mais significativos frutos desta cooperação científica foi o CBERS, um satélite sino-brasileiro de recursos terrestres cujo desenvolvimento expressava, de forma inequívoca, “a autonomia que o Brasil desejava manter frente aos países desenvolvidos”, bem como o desejo chinês de “contrabalançar as restrições à aquisição de tecnologia avançada imposta pelos países desenvolvidos” (BECARD, 2011, p. 34). Segundo o diplomata Luiz Felipe Lampreia, a China Popular dava sinais, desde os anos 1980, “de que dava uma importância

grande ao Brasil” em um momento em que o país asiático “estava se reencontrando com o mundo, com o pragmatismo de Deng Xiaoping”. O presidente Deng Xiaoping teria dito pessoalmente ao presidente José Sarney que “a China atribuía grande importância à parceria com o Brasil, que o Brasil devia ser um parceiro estratégico da China²⁴⁰” (LAMPREIA, 2010, p. 177).

Brasil e China comunista também desenvolveriam uma cooperação nuclear que ajudou a neutralizar as investidas norte-americanas. Em 1973, os Estados Unidos suspenderam um acordo de cooperação nuclear firmado entre a norte-americana Westinghouse e o governo brasileiro, além de pressionarem a França a cancelar um programa de cooperação nuclear assinado com o Brasil. Uma vez no MRE, Azeredo da Silveira costurou um ousado acordo nuclear com a Alemanha Ocidental que incluía exploração e enriquecimento de urânio, fabricação de combustível e construção de oito usinas. Ao ser anunciado em junho de 1975, o acordo chocou os norte-americanos. Aos olhos de Washington, o regime militar brasileiro era um regime “autoritário com crescentes aspirações de poder internacional” que se recusara a assinar o TNP em 1968, levantando suspeitas em torno das intenções por trás de seu programa nuclear (SPEKTOR, 2009, p. 109, 110).

Os Estados Unidos não tardariam a pressionar (com sucesso) a Alemanha Ocidental para que reduzisse a transferência de tecnologia nuclear para o Brasil. Kissinger conseguiu intervir em favor do Brasil e fazer com que a delegação de seu país na Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) votasse a favor do acordo com a Alemanha Ocidental. Entretanto, Jimmy Carter lograria minar o infame acordo nuclear Brasil-Alemanha antes mesmo de assumir a presidência em 1977 (SPEKTOR, 2009, p. 138-139, 155). Ainda durante a corrida eleitoral, Carter fez duras críticas ao Brasil: “O Brasil não tem um governo democrático. É uma ditadura militar. (...) Nosso governo deve corresponder ao caráter e aos princípios morais do povo americano, e nossa política externa não pode contorná-los em troca de vantagens temporárias” (CARTER citado por SPEKTOR, 2009, p. 153).

Nesse cenário de castrações nucleares, a China comunista despontou com um parceiro promissor²⁴¹. Anos mais tarde, quando o presidente José Sarney anunciou, em 1987, que o

²⁴⁰ Sobre os aspectos científicos, tecnológicos e econômicos das relações Brasil-China comunista, ver: CAICHILOLO, Carlos Ricardo. **Relações Brasil-China**: do período quente da Guerra Fria à abertura da China ao Ocidente. Doutorado em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 2001; CUNHA, G. L.. **As relações Brasil - China**: Ciência, Tecnologia e Inovação no século XX. Tese de doutorado em Economia Política Internacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017; DERENZE, L. F.. **As relações Brasil-China na Guerra Fria, 1974-1979**. Monografia de conclusão de curso, Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, 2021.

²⁴¹ Em 1994, o embaixador Bezerra de Menezes defendia que Índia e China deveriam prover um guarda-chuva nuclear para o Brasil a fim de dissuadir qualquer ataque norte-americano (MENEZES, 1997, p. 102).

Brasil havia conseguido controlar todo o ciclo do urânio, muitos acreditaram que tal conquista era fruto de tecnologia brasileira. Contudo, pesquisas recentes conduzidas pela Fundação Getúlio Vargas têm mostrado que o Brasil tentou contornar obstáculos legais e políticos à aquisição de tecnologia nuclear recorrendo a países como a China, que havia se tornado, nos anos 1970 e 1980, um grande fornecedor de assistência nuclear a países em desenvolvimento para fins civis e militares. Entre os beneficiados estavam a Argentina, o Irã, a Líbia, a Coreia do Norte e o Paquistão, além do próprio Brasil (NEDAL, s/d). Em outubro de 1985, um telegrama da embaixada argentina em Brasília informava que o MRE e a embaixada da China em Brasília vieram a público para rebater acusações do senador norte-americano Alan Cranston de que a China estaria proliferando tecnologia nuclear para o Brasil, Paquistão e África do Sul (VAZQUEZ, 1985).

Em dezembro de 1982, o presidente da CENEN Rex Nazaré liderou uma missão à China continental para adquirir urânio enriquecido. Em despacho ao presidente João Baptista Figueiredo de abril de 1984, o então chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro destaca que a cooperação nuclear com a China traria muitos ganhos para o Brasil no campo comercial. Porém, era justamente no campo dos valores compartilhados que esta cooperação se mostraria ainda mais promissora. Nas palavras de Guerreiro:

A condição específica da RPC de país não membro do TNP, que mantém no plano internacional uma postura própria, independente dos conhecidos esquema políticos internacionais de controle no campo nuclear, é evidentemente um outro aspecto, talvez o primordial, a ser levado em consideração com vistas a uma intensificação das relações bilaterais no campo nuclear (GUERREIRO, 1984, p. 1-2).

Dessa maneira, “Foram considerados subsídios de peso na decisão adotada por Geisel perante a China, tanto o prestígio internacional adquirido por este país quanto a convergência de interesses e posições políticas internacionais (...) entre os novos parceiros” (BECARD, 2011, p. 32). Assim como o Brasil, a China comunista se recusara a assinar o TNP sob o argumento de que este acordo apenas congelava a estrutura de poder mundial ao beneficiar os detentores de artefatos nucleares sem permitir que novos atores adquirissem seus próprios artefatos (PINHEIRO, 1993, p. 255). Também em 1982 o presidente Figueiredo visitou a China e assinou um acordo de cooperação nuclear para fins pacíficos, mas que possuía cláusulas secretas. Ambos eram otimistas quanto ao futuro de sua cooperação nuclear, embora até o momento não se tenha encontrado mais evidências de atividades conjuntas entre eles (NEDAL, s/d).

Enquanto o empresariado e parcela do governo brasileiro eram favoráveis ao estabelecimento de relações com Pequim, militares mais aferrados à Doutrina de Segurança Nacional e grupos comprometidos com a luta anticomunista permaneciam avessos à decisão de Geisel (VIZENTINI, 2004, p. 256). A promessa de vantagens econômicas foi o argumento mais comumente mobilizado a fim de vencer tais resistências:

As maiores resistências – dentro do ministério – estavam nas pastas militares e, naturalmente, nos grupos por elas representados. Mas até mesmo essas foram sendo vencidas, mesmo que pela via da imposição direta. O empresariado fazia grande pressão a favor do restabelecimento de relações com a RPC, e o Itamaraty fomentou e orientou essa tendência, esclarecendo e persuadindo os círculos mais conservadores, explicando – por meio de palestras na ESG e de artigos na Revista do Clube Militar – a nova posição da RPC no cenário internacional (VIZENTINI, 2004, p. 258).

Uma das reações mais enérgicas partiu do General Sylvio Frota, chefe do Estado Maior do Exército. Em seu livro *Ideais Traídos*, Frota afirma que tomou conhecimento do desejo de Geisel de se aproximar da China comunista em abril de 1974, por meio de documento submetido ao CSN. Rebatendo aqueles que defendiam os ganhos econômicos que poderiam ser auferidos nas relações com a China comunista, Frota chamava a atenção para o fato de os Estados socialistas estarem “sempre interessados em negociar de governo a governo”, em uma “fórmula já desmascarada de infiltrar agentes de espionagem” (FROTA, 2006, p. 89). Ao avaliar o pedido de Geisel, Frota levou em consideração alguns fatores:

O choque de valores culturais entre as duas nações, a ingerência chinesa, mais ou menos velada, de acordo com a conjuntura internacional, na política de outros países e a obstinada e impertinente exigência do rompimento com a China Nacionalista, provocando um problema com Formosa, com quem mantínhamos excelentes relações – comerciais e políticas – mereceram especial atenção (FROTA, 2006, p. 89).

O general escreve que o “sectarismo” chinês “repelia até a própria Rússia, como tolerante revisionista dos puros princípios de Marx” (FROTA, 2006, p. 90), e alerta para o expansionismo do PCC, sempre “carreando para áreas cobiçadas da África negra, e, talvez, da América do Sul, o marxismo, transformado em fanática religião maoísta” (FROTA, 2006, p. 89). Em nome da segurança interna, fazia-se necessário preservar as missões diplomáticas da República da China no Brasil, “que atuavam – em virtude de seu antagonismo ideológico com os chineses de Pequim – como rigorosos vigilantes do comportamento destes últimos” (FROTA, 2006, p. 89). Ao exigir o rompimento com Taipei como uma das condições para o estabelecimento de relações diplomáticas, Pequim atentaria à soberania brasileira. O fato de os comunistas chineses desejarem excluir Taipei apenas evidenciaria como sua política externa destoava do “ecumenismo” que o próprio Geisel propunha (FROTA, 2006, p. 90).

Em parecer enviado ao presidente Geisel, Frota afirma que “Não parece, salvo melhor juízo, consultar aos interesses da Revolução Democrática Brasileira o atendimento à imposição de romper com uma CHINA para reconhecer a outra” (FROTA, 1974, p. 2). Uma embaixada da China Popular no Brasil levaria à “infiltração de pessoal, material de propaganda e de outras espécies, enfim, de ideias contrárias à nossa formação cristã e democrática”, bem como à “transgressão cultural e ideológica, não só ao Brasil, como também a países sul-americanos limítrofes (...) os quais, por sua situação geopolítica, teriam que estar na rota do expansionismo vermelho, como etapas importantes para o domínio mundial” (FROTA, 1974, p. 2, 3).

Inicialmente, todos os ministros militares votaram contra a decisão de reatar os laços com a China comunista. Diante disso, Geisel recorreu a um emissário (provavelmente Hugo Abreu, chefe do Gabinete Militar e Secretário-Geral do CSN) para tentar convencê-los (PINHEIRO, 1993, p. 259). Geisel conseguiu reverter 5 dos 7 votos no Conselho de Segurança Nacional contrários à aproximação com Pequim (GUEDES e MELO, 2014, p. 194). Frota, porém, permanecia irredutível. Em seu livro, Frota diz que o parecer que ele havia emitido reprovando a aproximação com Pequim foi considerado por Hugo Abreu “por demais incisivo na manifestação contrária ao estabelecimento das relações diplomáticas com o governo de Pequim” (FROTA, 2006, p. 91). Hugo Abreu também teria dito que Frota, uma vez promovido a ministro do Exército por Geisel, “pertencia agora à equipe de governo do presidente e não poderia, portanto, contrariá-lo desta forma” (FROTA, 2006, p. 91), além de tentar convencê-lo a quebrar, “ao menos, a rigidez da parte final do [documento] existente, apondo-lhe uma frase – uma ‘janelinha’, para ser fiel ao diálogo – por onde pudesse o presidente sair” (FROTA, 2006, p. 91).

Existem diferentes versões de como se deu o incidente entre Hugo Abreu e Sylvio Frota. Todas elas, porém, têm em comum o fato de apontarem que “o que estava em pauta não era uma consulta ou uma avaliação da posição dos membros do CSN, mas pura e simplesmente o endosso de uma decisão tomada tempos atrás” (PINHEIRO, 1993, p. 259). Quando Geisel determinou a criação de um grupo interministerial para apreciar o caso chinês, tal grupo “tinha como real objetivo fornecer elementos para uma decisão anteriormente tomada” (PINHEIRO, 1993, p. 258).

Uma vez celebrados os laços com a China Popular em agosto de 1974, teria se intensificado o que Frota chamou de “penetração amarela no Brasil” (FROTA, 2006, p. 92). Exalando uma xenofobia e um anticomunismo que muito lembravam o ambiente intelectual dos anos 1930, o autor escreve:

Soube, mais tarde, pelo meu serviço de informações, que uma corrente imigratória clandestina, constituída de asiáticos orientais, fluía para o Brasil, mais particularmente para São Paulo, através da fronteira de uma nação amiga, no sul do continente. Tratava-se de uma organização internacional, especializada em ações deste tipo, que, com agentes, colocados no território do país amigo e no nosso, conduziam com êxito a penetração e fixação destes elementos (FROTA, 2006, p. 92).

Por sua vez, o General Hugo Abreu²⁴² em seu livro *O Outro Lado do Poder*, de 1979, descreve o rompimento com Formosa e o estabelecimento de relações com a China comunista como “uma das mais importantes e mais acertadas decisões do Governo Geisel no campo da

²⁴² A indicação de Hugo Abreu para o governo Geisel fora sugestão do irmão de Ernesto, Orlando Geisel. Muitos foram contrários, mas ele acabou sendo nomeado chefe do Gabinete Militar, pois Ernesto Geisel não queria contrariar o irmão (GASPARI, 2003, p. 421).

política internacional” (ABREU, 1979, p. 41), bem como uma demonstração de maturidade que teve efeitos benéficos para as relações do Brasil com outros países do mundo: “Era decisão que não podia mais ser adiada” (ABREU, 1979, p. 41). Diferente do colega Sylvio Frota, Hugo Abreu acreditava que era um “disparate” o Brasil reconhecer Taiwan como legítimo representante da China. Para ele, Chiang Kai-shek já não tinha mais controle sobre a China continental e Taiwan não passava de uma fantasia mantida pelo governo norte-americano. A fim de aumentar sua projeção internacional e manter-se fiel ao pragmatismo responsável de Geisel, era mister que o Brasil reconhecesse a China comunista. Hugo Abreu atribui o reconhecimento tardio da China comunista ao que ele chama de “macartismo²⁴³ caboclo”, que tendia a representar Cuba e China Popular como “verdadeiros ‘bichos-papões’”. Os anticomunistas temiam que tal manobra desencadeasse uma avalanche de propaganda comunista, algo que, segundo ele, nunca chegou a acontecer (ABREU, 1979, p. 39).

As críticas à política externa de Geisel também partiam da própria base de apoio do regime militar, a exemplo da ARENA. Muitos arenistas não viam a “Revolução de 1964” como um simples movimento militar, mas sim como expressão da vontade popular da qual os militares eram somente um instrumento. Sendo assim, os filiados à ARENA se sentiam no direito de cobrar dos líderes sempre que eles se desviassem da “Revolução” (GRINBERG, 2010, p. 267). O “pragmatismo responsável e ecumênico” de Geisel deu vazão a estas críticas. Em carta enviada ao presidente da ARENA em 1976, um médico carioca escreve:

Ora, não se pode compreender isso, pois nós estamos ainda em pleno processo revolucionário. Vejamos: a Revolução Russa tem a minha idade – 59 anos – e ainda continua; a Revolução Chinesa tem 27 anos (início 1949); a Revolução Cubana, 20 anos (1956). A nossa, que não é comunista e que adota outros métodos, ainda vai fazer 12 anos e já estamos pensando em “distensão” quando os resultados da *détente* mundial ainda são incertos, ou melhor, na visão dos chineses, os russos é que estão levando as melhores vantagens (Angola!). Ora, a nossa política interna tem naturalmente que sofrer os reflexos da política externa e da crise mundial de guerras revolucionárias (citado por GRINBERG, 2010, p. 269).

Geisel reagia a muitas das críticas com ironia. Quando os militares disseram que não se podia estabelecer relações com a China por ser um país comunista, Geisel respondeu que, para manter a coerência, então seria necessário romper com a União Soviética e se tornar uma colônia norte-americana de vez. A visita de Nixon à China em fevereiro de 1972 apenas ressaltava a excentricidade da insistência brasileira em seguir fiel ao regime de Taipei (GUEDES e MELO, 2014, p. 194). Tal excentricidade também foi ressaltada em entrevista concedida entre 2008 e 2009 pelo diplomata Luiz Felipe Lampreia, assistente de Geisel:

O [Azeredo da] Silveira disse que não tinha mais sentido nenhum o Brasil ficar ainda com relações com Taiwan. E não tinha mesmo, não é? Até o Nixon já tinha ido lá. Era uma coisa ridícula. Mas havia um *lobby* militar forte contra a China, não é? O [Sylvio]

²⁴³ Referência irônica ao senador norte-americano Joseph McCarthy, que nos anos 1950 liderou uma virulenta campanha anticomunista nos Estados Unidos conhecida como “macartismo”.

Frota, quando saiu atirando lá, a China foi uma das coisas que ele... O pessoal da linha dura achava que reconhecer a China era... Isso é uma coisa impressionante, não é? (LAMPREIA, 2010, p. 59).

As reticências de Lampreia dizem mais que mil palavras!

O entrevistador então pergunta: “Então, o Brasil, era sair daquele canto que ele estava e ir para o jogo global”, ao que ele responde “Exato” e, mais adiante, acrescenta: “Sair daquele cantinho mais ou menos preservado e ir para o jogo. O que significa levar pedra também, para todo lado” (LAMPREIA, 2010, p. 60). Ainda de acordo com Lampreia, Azeredo da Silveira acreditava que “o Brasil era grande demais para ficar encolhido dentro do seu cantinho regional e que tinha que ter uma presença mais assertiva mundial e tinha que se inserir mais nesse *mainstream* internacional, não é?” (LAMPREIA, 2010, p. 60).

Ao ser perguntado por que o chanceler brasileiro achava que o país ainda não tinha perseguido uma presença internacional mais assertiva, Lampreia explica: “Porque o Brasil era provinciano, era pequeno e tudo e tinha ficado muito preso naquela coisa de ou ser cem por cento pró-americano ou ser antiamericano” (LAMPREIA, 2010, p. 60). Lampreia completa:

Claro que os Estados Unidos eram e são e vão continuar a ser muito tempo uma presença muito forte no cenário internacional, mas o Brasil não tinha porque também só pensar em termos de Estados Unidos. O Brasil não é um país pequenininho da... O Silveira sempre dizia isso. O Brasil não é Honduras, não é? O Brasil não é Honduras, para ficar... Um “paiseco” centro-americano que não tem como ter luz própria, jogo próprio. O Brasil tem que ter jogo próprio. A posição dele era essa. Quer dizer, tem que se inserir aí no... Nadar aí no meio do oceano, não é?²⁴⁴ (LAMPREIA, 2010, p. 60).

Diferente do relacionamento com o bloco socialista europeu, as relações com a China comunista tiveram uma acolhida mais favorável na imprensa, ainda que o teor crítico também tenha se manifestado. Em abril de 1977, o *Jornal do Brasil* lamentava que o cargo de embaixador em Pequim era meramente decorativo e que as relações com a China comunista não haviam avançado, contrastando com os sedutores números que se havia prometido. No ano seguinte, contudo, o mesmo *Jornal do Brasil* destacou a importância de o Brasil, enquanto potência emergente do Ocidente, estabelecer relações com uma potência emergente do Oriente como a China comunista (VIZENTINI, 2004, p. 209, 259).

6.6. Entendendo 1974 à luz da escola construtivista

Seria o estabelecimento de relações diplomáticas entre o regime militar brasileiro e a China de Mao um indício de que valores e crenças compartilhados perderam a relevância para as relações internacionais? De forma alguma. Nosso estudo até aqui nos mostrou que tanto o Brasil como a China Popular possuíam afinidades ideológicas na medida em que compartilhavam de importantes entendimentos: a crença na predominância do antagonismo

²⁴⁴ A analogia com Honduras foi feita por Azeredo da Silveira durante seu encontro com o recém-empossado presidente norte-americano Gerald R. Ford, em setembro de 1974 (SPEKTOR, 2009, p. 93).

entre países ricos e países pobres, o desejo de contestar a ordem bipolar da Guerra Fria desafiando a hegemonia do Kremlin e da Casa Branca, bem como a busca por alçar seus países ao nível de potências mundiais. Tanto a China de Mao como o Brasil de Geisel entendiam o antagonismo Moscou-Washington como uma via por meio da qual as duas potências buscavam, nos dizeres de Odd Arne Westad, impor suas respectivas versões da modernidade europeia sobre países do terceiro mundo (WESTAD, 2005, p. 397). Conforme escreve Jorge Abelardo Ramos:

Em todo caso, se depreende da história contemporânea que, enquanto russos e norte-americanos procuram um equilíbrio que preserve seu respectivo poder e áreas de influência, para os povos do Terceiro Mundo e da América Latina o objetivo supremo não é o equilíbrio, mas a ruptura do equilíbrio. Nisto reside a sua própria salvação (RAMOS, 2014, p. 473).

Ao Brasil de Geisel interessava uma política externa que estreitasse as relações com o terceiro mundo e reduzisse a dependência frente ao primeiro mundo. Não se tratava, porém, de uma política externa terceiro-mundista, já que o estreitamento dos laços com o terceiro mundo tinha como objetivo justamente fortalecer a posição brasileira nos diálogos com o Norte global (PINHEIRO, 1993, p. 255). A China Popular possuía uma ambiguidade que atraiu o Brasil. Por um lado, o país asiático, após distanciar-se da União Soviética, perseguiu uma posição de equidistância entre as duas potências “que terminava por colocá-la em linha com as reivindicações dos países menos desenvolvidos, desde que assim fosse considerado produtivo pela cúpula chinesa” (PINHEIRO, 1993, p. 255). Por outro lado, a China Popular não era apenas um entre vários países do terceiro mundo, pois possuía um grande papel político-estratégico no sistema internacional, levando o governo brasileiro a vislumbrar nela um aliado de peso em debates cruciais para o Brasil, a saber: a questão nuclear, o direito do mar, direitos humanos e questões ambientais (PINHEIRO, 1993, p. 255).

Brasil e China Popular lutavam pela ampliação do mar territorial para 200 milhas, esbarrando na resistência das grandes potências mundiais²⁴⁵. Documentos apreendidos pelos militares entre membros do PCdoB mostram que o governo da China comunista estava mais interessado nas decisões de Médiçi de aumentar o mar territorial para 200 milhas náuticas do que exatamente na guerrilha do Araguaia (GUEDES e MELO, 2014, p. 69).

Outro assunto que colocava Brasil e China em rota de colisão com o Norte global era referente às questões ambientais. Na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, sediada em Estocolmo em junho de 1972, delegados brasileiros e chineses convergiam no apoio à tese de que “os problemas ambientais dos países em desenvolvimento se originavam basicamente das condições de subdesenvolvimento econômico”, além de se

²⁴⁵ Quando Médiçi visitou Nixon em 1971, Mário Gibson Barboza teria pedido a Médiçi que não mencionasse a palavra “mar”, temendo que o tema da ampliação do mar territorial viesse à tona (SPEKTOR, 2009, p. 49).

oporem à posição dos países desenvolvidos de que “o crescimento populacional por si só seria uma causa da degradação ambiental” (PINHEIRO, 1993, p. 255).

Durante a VI Sessão Especial da Assembleia geral da ONU em 1974, os representantes chineses votaram a favor das resoluções propostas pelos países em desenvolvimento em prol da redistribuição global de recursos econômicos, apoiaram uma maior articulação entre os países do terceiro mundo na comercialização de produtos primários e demonstraram apoio às seguintes demandas daqueles países: nacionalização ou restrição das corporações multinacionais, políticas de estabilização dos preços dos produtos do terceiro mundo e oportunidades para renegociação das dívidas externas (PINHEIRO, 1993, p. 256).

Discussões sobre os direitos humanos em foros internacionais também desnudaram os entendimentos compartilhados entre brasileiros e chineses. Como o regime chinês era frequentemente acusado de violações aos direitos humanos, e como Pequim queria preservar seus laços com o governo Pinochet, os chineses se recusavam a apoiar resoluções da ONU em prol dos direitos humanos no Chile. Esta postura chinesa beneficiava o Brasil indiretamente justo em um momento no qual as violações aos direitos humanos faziam do regime militar brasileiro um alvo da comunidade internacional (PINHEIRO, 1993, p. 255-256).

Sendo assim, o reconhecimento da China comunista pelo Brasil não se deu apesar dos fatores ideacionais que pautavam a “Revolução de 1964”. Pelo contrário: a crença na necessidade de um regime autoritário e centralizador, que esteve na raiz do golpe de 1964, foi justamente um aspecto que viabilizou a adoção de uma política externa ousada. Não fosse o estilo autoritário e centralizador de Geisel na tomada de decisões, dificilmente ele teria conseguido manter Azeredo da Silveira na chancelaria, já que o ministro era hostilizado por muitos nas forças armadas. Também durante a gestão de Geisel se nota uma significativa perda de influência do CSN e do SNI, em benefício do MRE, na tomada de decisões em política externa, sendo aqueles os dois principais loci de resistência ao “pragmatismo responsável e ecumênico” (PINHEIRO, 1993, p. 261).

O regime militar não era imune à opinião pública ou a grupos de pressão. Porém, por se tratar de um regime autoritário que se sentia menos pressionado pela opinião pública do que o regime derrubado há dez anos, Geisel teve maior liberdade de ação nesta fase da PEI do que Jânio e Jango (PINHEIRO, 1993, p. 247-248). Geisel já se decidira pelo reconhecimento de Pequim em maio de 1974. Uma vez decidido, ele e Azeredo da Silveira empreenderam um “minucioso trabalho de convencimento dos militares quanto à conveniência do reatamento, muito embora este já estivesse há muito decidido” (PINHEIRO, 1993, p. 259).

Nem mesmo o anticomunismo foi abalado pelo gesto de Geisel. Conforme tivemos a oportunidade de constatar, a imagem da China como a grande financiadora de guerrilhas comunistas na Ásia, África e América Latina era um temor constante da diplomacia brasileira. Entre 1964 e 1968, a República Popular da China havia oferecido dezoito vagas em cursos de capacitação militar para o PCdoB. Desde 1969, contudo, as relações entre PCdoB e China haviam se esfriado (GASPARI, 2002, p. 408-409). No início da década de 1970, na tentativa de impedir seu isolamento internacional, Pequim tenta se aproximar do terceiro mundo valendo-se de um discurso nacionalista em vez de empregar o tradicional discurso socialista, abandonando assim uma de suas posturas mais polêmicas, a saber: o apoio aos movimentos revolucionários no terceiro mundo (PINHEIRO, 1993, p. 256):

(...) a China diminuiu seu apoio aos movimentos revolucionários na América Latina (considerados inaceitáveis pelo regime militar brasileiro) e buscou desenvolver uma diplomacia estratégica de governo a governo – prometendo respeitar o princípio de não intervenção em assuntos internos (também adotado pela diplomacia brasileira) (BECARD, 2011, p. 32).

Os “Relatórios de Hong Kong” de Geraldo Holanda Cavalcanti esclareciam que apesar do radicalismo ideológico da Revolução Cultural Chinesa, “o governo chinês não mais visava incentivar os movimentos revolucionários ao redor do mundo” (PINHEIRO, 1993, p. 252). Eles também mostram como a aproximação com Pequim se deu apenas depois de resguardados os princípios ideológicos sobre os quais o regime brasileiro se fundava. Por mais ávidos que estivessem por angariar novos parceiros, os formuladores de política exterior brasileiros seguiam ciosos dos princípios anticomunistas que legitimaram os eventos de 1964. O fato de o reconhecimento da China comunista ter ocorrido justo no ano em que a Guerrilha do Araguaia era exterminada nos mostra que o país se sentia suficientemente seguro de que o comunismo já não mais constituía uma ameaça à segurança nacional tão significativa quanto há dez anos, permitindo assim uma política externa mais ousada no tocante à questão chinesa:

É claro que o regime continuava sendo uma ditadura conservadora, nacionalista, anticomunista e antiliberal. As escolhas de Geisel em diplomacia nada revelam de suas convicções ideológicas mais profundas – apenas mostram que ele buscou instrumentalizar a política externa em causa própria. Nunca deixou de acreditar no valor intrínseco de eliminar a esquerda do cenário político nacional. Geisel lutou a Guerra Fria tanto quanto seus antecessores. Apesar de comandar o processo de liberalização política, era parte da engrenagem de autoritarismo, assassinatos, torturas e desaparecimentos que marcou a passagem dos militares pelo governo (SPEKTOR, 2009, p. 79-80).

O fato de o Brasil só ter aceitado se aproximar da China comunista depois que esta deixara de ser vista como um “farol revolucionário” para o terceiro mundo mostra como o anticomunismo seguia sendo um fator ideacional relevante para as políticas interna e externa do regime militar. De forma análoga, como vimos acima, a China comunista só aceitou se aproximar dos Estados Unidos na medida em que estes se comprometiam a não minar a autoridade do PCC por meio de ajuda militar e financeira aos nacionalistas.

A luta anticomunista não era, porém, o único projeto que movia os militares brasileiros. Uma vez no poder, os militares também queriam transformar o Brasil em uma potência. Almejava-se, para o Brasil, uma posição mais ativa no cenário internacional, em sintonia com suas dimensões continentais, fazendo com que o país tivesse voz no concerto das nações:

A “construção da potência” (...) passou a ser preocupação constante no pensamento dos militares, na expectativa de que a ascensão do Brasil a níveis superiores da hierarquia internacional de poder tivesse como corolário a ampliação das atribuições do poder militar na defesa de interesses nacionais além-fronteiras (GARCIA, 1997, p. 29-30).

A fim de que um país periférico pudesse ter voz ativa na política mundial, os militares acreditavam na necessidade de instrumentalizar os meios (inclusive militares) para participar nas relações internacionais de forma mais ativa (GARCIA, 1997, p. 33).

Todos os governos militares compartilhavam o objetivo de aumentar a projeção internacional brasileira e alçar o país ao status de potência. Para os primeiros dirigentes militares, a luta anticomunista coincidia com o projeto de Brasil-potência. Contudo, “As mudanças internas e aquelas por que passou o sistema internacional (...) determinaram que o governo Geisel rompesse com a estratégia aplicada desde o governo Castelo Branco” (MIYAMOTO e GONÇALVES, 1993, p. 242) e passasse a vislumbrar, na cooperação com um país comunista, um meio para concretizar o projeto de Brasil-potência. Um país que aspirasse à potência nos anos 1970 não podia se dar ao luxo de ignorar o país mais populoso do mundo, membro do Conselho de Segurança da ONU e detentor de armas nucleares.

Quando situamos o regime militar brasileiro na longa duração é possível ver as continuidades que uniam a política externa do regime militar não apenas à PEI dos anos 1960, mas a todo um projeto de país que datava da primeira metade do século XX:

A política externa do período [militar], salvo o hiato de Castelo Branco, apresenta-se como um instrumento de apoio ao desenvolvimento econômico industrial e da construção do *status de potência média*, representando o ponto alto de uma estratégia iniciada com Vargas, mas cujas origens mais remotas encontram-se na ideologia tenentista (VIZENTINI, 2004, p. 362 – grifo no original).

Como bem observa Alexander Wendt, todo governo, por mais inovador e revolucionário que se apresente, é vulnerável às regularidades que regem os Estados na longa duração. Por mais que os indivíduos com suas crenças e valores sejam a “vanguarda” da ação estatal, na medida em que regularidades a nível macro são percebidas por tais indivíduos, cria-se uma situação em que não se pode entender as ações dos governos separando-as das estruturas mais profundas dos Estados (WENDT, 1999, p. 217).

E o que dizer da China comunista? Teria sua aproximação com o Brasil (e com o Ocidente) representado um enfraquecimento do ideário que triunfou em 1949? Em seu último discurso antes de morrer, em janeiro de 1975, Chou En-lai enfatizou a importância de a China adotar um programa de ampla modernização em quatro áreas: agricultura, indústria, defesa

nacional, e ciência e tecnologia (RODZINSKI, 1988, p. 192). As “quatro modernizações” demandavam uma ampliação das relações exteriores para além da pequena Albânia – país comunista que, tal como a China, desafiava a supremacia soviética (PINHEIRO, 1993, p. 254).

A necessidade chinesa de alargar seus parceiros internacionais ficaria evidenciada mais tarde, em 1981, no início do governo Ronald Reagan, quando uma ruptura nas relações entre Pequim e Washington parecia iminente. Em artigo de abril de 1982, o periódico comunista chinês *Red Flag* defendeu a aproximação chinesa com outros países para garantir que os chineses superassem quatro condições históricas que entravavam sua modernização: tecnologia e *know-how* defasados, escassez de capital, recursos abundantes inexplorados e superpopulação. O artigo também afirmava que as relações econômicas do país não deveriam se pautar somente por considerações políticas (YU, 1989, p. 183).

Longe de indicar um enfraquecimento do compromisso ideológico de Pequim com os valores comunistas, a aproximação com o Ocidente era um passo fundamental para a manutenção das conquistas revolucionárias. O isolamento internacional passou a ser visto, pelo PCC, como um golpe mais duro na Revolução Chinesa do que a normalização de laços com os países capitalistas (NGOEI, 2019, p. 172). Ao romper seu isolamento internacional, Pequim buscava reafirmar um dos mais significativos princípios ideológicos da Revolução Chinesa: a crença de que o PCC (e não o *Kuomintang*) era o legítimo representante de todo o povo chinês: “Interessava à China encerrar o isolamento de Pequim no sistema internacional, aumentar sua legitimidade internacional e angariar apoio e reconhecimento, inclusive perante atitudes independentistas de Taiwan” (BECARD, 2011, p. 32).

Igualmente relevante ao romper seu isolamento era contrapor-se ao “revisionismo soviético”. Ao aproximar-se do Ocidente, a China comunista obteve “mais segurança frente à URSS, maior inserção no mundo dos negócios ocidental e mais chances de alcançar suas ambições político-econômicas” (BECARD, 2011, p. 32). O crescente temor chinês de seus rivais russos “tornou uma reaproximação com os outrora odiados norte-americanos palatável para Mao e seus principais estrategistas²⁴⁶” (MCMAHON, 2003, p. 127 – tradução nossa). Ao encerrar anos de hostilidade com Washington, Mao tinha em mente que “a abertura para os Estados Unidos era uma estratégia unificada para lidar com a União Soviética, que a China agora considerava seu principal inimigo²⁴⁷” (BARNETT, 1977, p. 204 – tradução nossa).

²⁴⁶ No original, em inglês: “(...) made a rapprochement with the once-hated Americans palatable to Mao and his top strategists” (MCMAHON, 2003, p. 127).

²⁴⁷ No original, em inglês: “the opening to the United States was a united-front approach to dealing with the Soviet Union, which China now considered to be its primary enemy” (BARNETT, 1977, p. 204).

Alguns eventos históricos ajudam a jogar luz sobre este debate. O Pacto Ribbentrop-Molotov assinado por Hitler e Stalin é comumente identificado como exemplo de como as relações internacionais não são influenciadas por contornos ideológicos. Assinado por líderes de regimes cujos princípios ideológicos eram radicalmente conflitantes, tal pacto evidenciaria o primado do pragmatismo sobre a ideologia nas relações entre Estados. Entretanto, Raymond Aron mostra que o Pacto Ribbentrop-Molotov atesta justamente o contrário, isto é, a influência que os regimes políticos exercem sobre as relações internacionais.

No século XX, poucos regimes ao redor do mundo ainda tinham a capacidade de conduzir suas diplomacias com o cinismo com que Hitler e Stalin conduziam as suas. Regimes que necessitam persuadir a opinião pública mantêm objetivos diplomáticos mais modestos, pois quanto mais inverossímeis ou irrealistas estes objetivos são, mais difícil é convencer o público (ARON, 2003, p. 281-282). Por outro lado, apenas regimes cujos líderes possuem significativa liberdade frente à opinião pública “podem, de uma hora para a outra, execrar o que outrora adoraram, adorar o que outrora execraram, sem que as pessoas fiquem profundamente atordoadas²⁴⁸” (ARON, 2003, p. 282 – tradução nossa).

Seguindo este raciocínio, Aron propõe que as “táticas diplomáticas são tanto mais flexíveis quanto mais autoritários são os regimes, isto é, quanto menos os líderes estão sujeitos às pressões dos grupos ou da opinião pública”. Ademais, “os objetivos das diplomacias variam com os regimes e são tanto mais rigorosamente determinados quanto mais ideológicos são os regimes²⁴⁹” (ARON, 2003, p. 282 – tradução nossa). Desse modo, o caráter autoritário dos regimes de Mao e Geisel conferiu a ambos táticas diplomáticas bastante flexíveis, permitindo assim entender a aproximação entre os dois regimes. Por outro lado, o caráter profundamente ideológico de seus regimes (um fundado em uma revolução comunista e outro fundado em uma “revolução anticomunista”), tornou estas táticas palatáveis, afinal de contas, tudo era permitido quando o objetivo em jogo era o de salvar suas “revoluções”²⁵⁰.

Outro episódio (desta vez no século XVIII) é ainda mais esclarecedor. Durante a Revolução Haitiana, Toussaint L’Ouverture, após conseguir a abolição da escravidão em Saint Domingue, ajudou a sabotar uma sublevação escrava na Jamaica. Isso se deu porque Toussaint havia assinado um acordo de paz com a Inglaterra por meio do qual se comprometia a não permitir que sublevações ocorressem nas colônias britânicas. Se descumprisse o acordo,

²⁴⁸ No original, em inglês: “(...) can, from one moment to the next, bum what they once adored, adore what they once burned, without the people being profoundly disturbed” (ARON, 2003, p. 282).

²⁴⁹ No original, em inglês: “diplomatic tactics are more flexible as regimes are more authoritarian, that is, the leaders less subject to the pressures of groups or of public opinion; further, the objectives of diplomacies vary with regimes and are more rigorously determined as the regime is more ideological” (ARON, 2003, p. 282).

²⁵⁰ Para uma discussão similar, ver Pierre Milza (2003, p. 378-379).

Toussaint atrairia contra si a ira inglesa, colocando a perder todas as conquistas da Revolução Haitiana – sobretudo a abolição da escravidão (GIRARD, 2009).

Ao inibir rebeliões escravas externamente, Toussaint buscava justamente preservar os ganhos da sua própria revolução – assim como Hitler e Stalin ao assinar o Pacto Ribbentrop-Molotov; assim como a China comunista e o Brasil ao estabelecerem laços diplomáticos.

Como bem observa Raymond Aron, todo Estado possui, em tese, um dos seguintes objetivos: expandir o território, submeter pessoas ou assegurar o triunfo de uma ideia, “religiosa ou social, proclamada verdade universal e objeto de uma missão” (ARON, 2002, p. 131). Na prática, porém, é difícil separar cada um destes objetivos. O triunfo de determinada ideia nunca constituiu o objetivo único de nenhum Estado. Mesmo o Estado mais fiel a seus ideais – o Estado “profeta”, como diz Aron – nunca descuida dos aspectos materiais (território, população, economia, forças militares etc.), pois estes são fundamentais justamente para a consecução daqueles ideais: “A não ser que a conversão opere-se exclusivamente pela força do proselitismo, o profeta não despreza o governo das populações, antes de administrar a salvação das almas” (ARON, 2002, p. 131). Apenas profetas sem armas sonham com a conversão pura, mas acabam perecendo. Em agosto de 1974, portanto, os governos brasileiro e chinês salvaram as “armas” para que pudessem seguir convertendo as “almas”.

Acima de tudo, é importante que evitemos tratar ideologias políticas como meras camuflagens para interesses escusos ou invólucros para um oportunismo grosseiro:

Não que as ideias sejam instrumento ou justificativa da vontade de conquistar territórios ou populações. Na consciência dos chefes religiosos ou ideológicos, o triunfo da fé e a difusão das ideias podem ser concebidos sinceramente como o objetivo verdadeiro da ação; mas, aos olhos dos incrédulos, esse objetivo parece um disfarce do imperialismo. Historiadores e teóricos – também incrédulos – inclinam-se facilmente em favor desta interpretação cínica (ARON, 2002, p. 131-132).

Pensamos, como Raymond Aron, que afirmar a não-relevância do regime político-ideológico do Estado para a política internacional acarreta uma concepção a-histórica e até animalésca das relações internacionais. É quase como dizer que a política internacional é guiada por princípios eternos e imutáveis: “Só uma estranha forma de cegueira pode transformar o esquema da diplomacia de uma época num modelo eternamente válido” (ARON, 2002, p. 373).

Ao fim e ao cabo, a aproximação entre o regime militar brasileiro e o regime comunista chinês endossa – em vez de desafiar – quão fundamentais são, para as relações internacionais, os valores e crenças compartilhados entre os Estados, bem como os princípios ideológicos que informam o regime político destes Estados. Em primeiro lugar, China comunista e Brasil compartilhavam de certos valores e desejos, como a busca pela modernização econômica e tecnológica, a crença na proeminência do antagonismo Norte-Sul, a extensão do mar territorial, a defesa de uma ordem internacional multipolar e a disposição a desafiar as duas grandes

potências. Em segundo lugar, o autoritarismo, um dos aspectos ideológicos mais marcantes de ambos os regimes, conferiu maior flexibilidade às suas políticas externas sem a qual suas ousadas políticas externas seriam impensáveis. Em terceiro lugar, cada regime via, nesta aproximação, um importante passo para perseguir os ideais sobre os quais se assentavam. Por fim, a aproximação só foi possível na medida em que os princípios ideológicos de cada regime fossem resguardados.

O pragmatismo ecumênico e responsável não constituiu, portanto, um mero expediente para prover soluções imediatas a problemas que afligiam o país. Em outras palavras, ele nunca representou o triunfo do pragmatismo sobre a ideologia. Suas raízes eram bem mais profundas, sendo fruto do que Matias Spektor chama de “o passado e sua sombra” (SPEKTOR, 2009, p. 71). O ativismo da política externa brasileira que se manifestou a partir de 1974 já vinha sendo gestado pelo menos vinte anos antes de Geisel assumir a presidência. Noções como “universalização”, “ecumenismo” e “diversificação das parcerias” já circulavam entre os formuladores de política externa pelo menos desde os anos 1950, todas elas sugerindo a “ampliação do leque de atividades brasileiras no exterior” bem como “um modo de operação ativista” (SPEKTOR, 2009, p. 71).

Não havia uma agenda comum entre os ativistas, mas todos eles exortavam a uma ampliação da atuação brasileira no cenário internacional. Araújo Castro, por exemplo, lamentava que o Brasil ainda estivesse preso a ideias e práticas semicoloniais e que seu crescimento econômico não tenha se traduzido em maior dinamismo diplomático. De forma análoga, Azeredo da Silveira lutava contra a introspecção da diplomacia brasileira e criticava a falta de interesse de muitos de seus colegas por política internacional. Ele não acreditava que o crescimento econômico por si só tornaria o Brasil mais ativo nas relações internacionais, pois acreditava que também se fazia necessário “um novo desenho conceitual para a diplomacia”, sem o qual “o descompasso entre o tamanho da economia e a influência do país no mundo apenas tendia a crescer” (SPEKTOR, 2009, p. 73).

Se o pragmatismo responsável e ecumênico tinha raízes profundas, o mesmo pode ser dito da postura brasileira quanto à China continental. Ao olhar para a República Popular da China sob o prisma Norte-Sul, e não mais segundo a ótica Leste-Oeste, Geisel e Azeredo da Silveira não estavam fazendo nada de radicalmente novo. Em sua já citada conferência na ESG em 1950, o diplomata José Osvaldo de Meira Penna, o mesmo que acompanhou Juracy Magalhães em Taiwan em 1967, declara que o futuro da Ásia não seria nem norte-americano nem russo, mas tão somente asiático (PENNA, 1950, p. 17). De forma análoga, em livro de 1961 intitulado *Ásia, África e a Política independente do Brasil*, o diplomata Bezerra de

Menezes escreveu que “O chavão de que a luta eventual será travada entre aqueles que defendem um mundo livre e os direitos humanos contra um adversário materialista e opressor da liberdade não ecoa em ouvidos orientais, negros ou árabes” (MENEZES, 1961, p. 61).

Em sua conferência de 1951 na ESG²⁵¹, San Tiago Dantas faz algumas interessantes considerações acerca da China comunista. Para ele, o antagonismo entre capitalismo e comunismo não podia ser observado na China nem em povos que, sob inspiração nacionalista e visando fomentar o desenvolvimento nacional, se levantaram contra a dominação ocidental. Nestes países, a luta nacionalista contra a opressão estrangeira tinha um papel muito mais relevante do que os antagonismos entre comunismo e capitalismo. Para Dantas, o comunismo de Mao nada mais era do que uma “projeção estremada do nacionalismo republicano” (DANTAS, 2014, p. 45). Ele também antevê rupturas no bloco comunista ao sublinhar que “a expansão soviética no Oriente reserva para a China um papel subordinado, que muitas vezes pode ter de contrariar as aspirações imediatas de seu povo” (DANTAS, 2014, p. 49).

Dez anos mais tarde, em discurso na Câmara dos Deputados em novembro de 1961, San Tiago Dantas observou que, enquanto grande parte das democracias ocidentais já trocavam diplomatas com Moscou, o Brasil permanecia isolado, tolhido assim de uma política externa mais ativa e influente (DANTAS, 2011, p. 54, 70-71). O programa de governo apresentado pelo então primeiro-ministro Tancredo Neves em 1961 exortava a uma política externa mais ativa no mundo pós-colonial e elogiava a “crescente solidariedade do Brasil com os povos que aspiram à independência econômica e política” (PROGRAMA DE GOVERNO, 2011, p. 26).

No dia 29 de julho de 1974, apenas duas semanas antes de Brasília e Pequim oficializarem suas relações diplomáticas, um trabalho produzido por alunos da ESG tendo como relator o engenheiro Genésio Martins de Araújo analisava a conjuntura asiática empregando uma série de argumentos usados pelo governo Geisel para justificar uma aproximação com a China comunista. O trabalho elenca o fracasso soviético em certas partes da Europa, a emergência do Japão e da Alemanha Ocidental como potências econômicas, o cisma sino-soviético, a aproximação Pequim-Washington e a bomba atômica indiana como indícios da emergência de um mundo multipolar, e não mais bipolar (ARAÚJO, 1974, p. 5).

Também se avalia que essa nova configuração teria impactos profundos no continente asiático, provocando “reavaliações nos países anticomunistas da Ásia, para um ajustamento à nova situação, independentemente de considerações de fundo ideológico e (...) reformulações de ordem econômica” (ARAÚJO, 1974, p. 7). Em seguida, invocam-se outras variáveis como a presença da China comunista na ONU, a paz no Vietnã e a “debilidade político-militar de

²⁵¹ Aludimos brevemente a esta conferência no capítulo 3.

Formosa” para apontar como o mundo passava por um processo de “reformulação de conceitos como bipolaridade, contenção, anticomunismo, em favor das novas complexidades do multipolarismo, da negociação e da acomodação na Ásia” (ARAÚJO, 1974, p. 7).

O trabalho ressalta o potencial econômico da China continental devido ao seu vasto mercado consumidor, destacando como ele seria promissor para o açúcar e para o algodão em rama brasileiros. Já no campo das importações, “há largas possibilidades em relação ao carvão mineral, do qual a China é o 3º produtor do mundo. Também o petróleo, cujo excedente a China já vem exportando para o Japão” (ARAÚJO, 1974, p. 10). Na conclusão do trabalho apresentam-se os aspectos favoráveis e desfavoráveis ao relacionamento com diversos países asiáticos. No caso da China comunista, aponta-se como aspecto favorável o apoio que aquele país poderia fornecer em “pontos de nosso interesse, tais como política de proteção aos recursos naturais, 200 milhas de mar territorial, etc..” (ARAÚJO, 1974, p. 25). Entre os aspectos desfavoráveis estavam a “Inexistência de identidade ideológica com a China”, a “Ausência de tradição diplomática da China” e a “Política ofensiva, em termos ideológicos, por parte da China” e os “Efeitos psicossociais negativos gerados pela agressiva propaganda de cunho marxista-leninista através da propaganda sub-reptícia” (ARAÚJO, 1974, p. 26).

Os casos acima citados mostram como as raízes de determinada política externa não podem ser procuradas somente nas convicções pessoais de atores, mas também no “conhecimento produzido e acumulado dentro das instituições responsáveis por sua formulação e execução”, que amadurece e pode ser “eventualmente resgatado e se tornar insumo para ações, diretrizes e políticas” (LIMA, 2018, p. 307-308).

O aprofundamento da política externa brasileira no terceiro mundo (inclusive no âmbito afro-asiático) foi possível graças à institucionalização, dentro do Itamaraty, de ideias caras à PEI que nem mesmo os militares conseguiram apagar (VIANA e ALVES, 2014, p. 700-701). Podemos listar quatro argumentos importantes da PEI que continuaram influenciando a política externa brasileira após 1964. O primeiro deles era a crença de que o principal conflito que perpassava o mundo não era mais o conflito ideológico entre comunismo e capitalismo, mas sim o conflito econômico, entre Norte e Sul, cabendo ao Brasil vencer a pobreza para se desenvolver. Em segundo lugar estava a convicção de que era preciso superar a desigualdade econômica entre os povos. Em terceiro lugar, a necessidade de ampliar o mercado externo brasileiro. Por fim, o apoio à descolonização afro-asiática baseando-se não só na identidade entre o Brasil e os povos colonizados, mas também em interesses econômicos (VIANA e ALVES, 2014, p. 688, 689). Tais princípios fundamentais para a PEI continuaram constituindo a política externa do regime militar brasileiro mesmo após 1964.

Kathryn Sikkink e Martha Finnemore identificam três estágios por meio dos quais novas normas são incorporadas às relações internacionais: a emergência das normas, a disseminação e ampla aceitação destas novas normas em cascata e, por fim, sua internalização pelos atores (SIKKINK e FINNEMORE, 1998, p. 898-899). Para o primeiro estágio é fundamental a atuação dos “empreendedores de normas”: pessoas ou instituições que, por meio da persuasão, ajudam na emergência de novas ideias para conduzir a política externa. Empreendedores de normas podem agir motivados por diferentes razões, tais como altruísmo, empatia, ou compromisso ideacional (SIKKINK e FINNEMORE, 1998, p. 898).

No caso do reconhecimento da China comunista, nomes como San Tiago Dantas, Bezerra de Menezes, Azeredo da Silveira e os alunos da ESG tiveram um papel fundamental como empreendedores de normas que persuadiram os governos militares acerca da importância de uma política externa orientada para o mundo afro-asiático, inclusive a China comunista (SIKKINK e FINNEMORE, 1998, p. 914). Entretanto, “novas normas nunca penetram um vácuo normativo, mas emergem em um espaço normativo altamente disputado no qual elas devem competir com outras normas e percepções de interesse²⁵²” (SIKKINK e FINNEMORE, 1998, p. 897 – tradução nossa). Por isso a resistência, sobretudo entre os militares como Sylvio Frota, à aproximação com Pequim.

O segundo estágio de incorporação de novas normas às relações internacionais (o estágio das “normas em cascata”), é um momento em que diferentes atores disseminam e adotam novas normas por diferentes meios, tais como socialização e institucionalização de tais normas (SIKKINK e FINNEMORE, 1998, p. 899). A fim de que as novas normas passem do primeiro para o segundo estágio, a quantidade de Estados no sistema internacional que apoiam tais normas desempenha um papel muito importante. Igualmente importante é entender quais Estados adotam essas normas. Os Estados mais cruciais em geral são aqueles sem os quais as metas das novas normas ficam comprometidas, bem como os Estados de maior envergadura moral (SIKKINK e FINNEMORE, 1998, p. 901).

Nos anos 1970, a crença na China comunista como a legítima China já estava amplamente disseminada. O Brasil foi o 102º país do mundo e o quinto na América do Sul a estabelecer relações diplomáticas com Pequim (GUEDES e MELO, 2014, p. 192). Em 1970 foi a vez do Chile, seguido pelo Peru em 1971, pelo México, Argentina, Guiana e Jamaica em 1972, e por Venezuela e Trinidad e Tobago em 1974 (FARES, 2016, p. 42-43). O reconhecimento brasileiro de Pequim, portanto, só faz sentido à luz deste cenário internacional

²⁵² No original, em inglês: “[N]ew norms never enter a normative vacuum but instead emerge in a highly contested normative space where they must compete with other norms and perceptions of interest” (SIKKINK e FINNEMORE, 1998, p. 897).

de ampla tendência a legitimar o regime de Mao. Vemos, assim, como “normas internacionais dominantes podem estimular os Estados a reconsiderarem seu interesse e identidade previamente mantidos a fim de se tornarem consistentes com normas internacionalmente mantidas²⁵³” (NIA, 2010, p. 172 – tradução nossa).

Já na transição entre o segundo e o terceiro estágios, as normas são internalizadas e naturalizadas²⁵⁴ pelos atores, deixando assim de constituir um assunto de debates públicos (SIKKINK e FINNEMORE, 1998, p. 895):

[A]s normas são reificadas e não mais constituem assunto de amplo debate público. Por exemplo, poucas pessoas hoje discutem se mulheres deveriam ser autorizadas a votar, se a escravidão é útil, ou se equipes médicas deveriam ter imunidade garantida durante a guerra²⁵⁵ (SIKKINK e FINNEMORE, 1998, p. 895 – tradução nossa).

Sendo assim, quando os militares tomaram o poder no Brasil em 1964, já se notava uma institucionalização tão forte de ideias caras à PEI no Itamaraty que o fortalecimento de laços com o terceiro mundo já era algo normalizado mesmo entre setores dentro do regime militar. A despeito da existência de setores que resistiam ao legado da PEI, os escritos de diplomatas como San Tiago Dantas, Afonso Arinos e Araújo Castro estavam de tal modo institucionalizados no MRE que seguiram guiando a política externa brasileira não apenas entre 1961 e 1964, mas também após 1964 (VIANA e ALVES, 2014, p. 684, 685, 686).

No terceiro estágio (o da normalização e internalização de novas normas), quando estamos tratando de burocracias estatais com alto nível de profissionalização, é comum que as novas normas sejam uma expressão cada vez mais fiel das preferências dos profissionais que constituem tais burocracias (SIKKINK, e FINNEMORE, 1998, p. 905). Sendo assim, é compreensível que a política exterior brasileira, mesmo após o regime militar brasileiro, tenha sido uma expressão tão fiel dos valores e crenças do Itamaraty, haja vista o alto grau de profissionalização da diplomacia brasileira no período. Tal profissionalização foi resultado da implementação de concursos públicos para a carreira diplomática e da criação do Instituto Rio Branco em 1945 (VIANA e ALVES, 2014, p. 691).

O alto nível de profissionalização da diplomacia brasileira fez com que os militares deixassem mais espaço para a atuação do Itamaraty. Dessa maneira, não raras vezes a política externa teve resultados contrários aos postulados pela Doutrina de Segurança Nacional. Os

²⁵³ No original, em inglês: “dominant international norms (...) can stimulate states to reconsider their previously held interest and identity to be consistent with internationally held norms at given time. For example, the relative development of liberal values during the Clinton’s administration prompts Iran to behave more cooperatively than former government” (NIA, 2010, p. 172).

²⁵⁴ No original, em inglês: “taken for granted”.

²⁵⁵ No original, em inglês: “At the far end of the norm cascade, norm internalization occurs; norms acquire a taken-for-granted quality and are no longer a matter of broad public debate. For example, few people today discuss whether women should be allowed to vote, whether slavery is useful, or whether medical personnel should be granted immunity during war” (SIKKINK e FINNEMORE, 1998, p. 895).

militares nunca exerceram efetivamente o monopólio do processo decisório em política externa, deixando ao MRE ampla margem de manobra (VIANA, 2013, p. 95, 96).

6.7. Reflexões finais

Este capítulo nos mostrou que a segunda metade do século XX não se esgota na bipolaridade Moscou-Washington. Outras dinâmicas e processos tomavam forma no mesmo momento, independente da Guerra Fria, tais como o conflito entre países coloniais e países colonizados, a emergência da União Europeia e do Japão, o fortalecimento do mundo árabe e as disputas entre Índia e Paquistão, para citar apenas alguns²⁵⁶ (WESTAD, 2005, p. 4). A complexidade do pós-1945 serviu como pano de fundo para compreendermos a decisão da China de Mao e do Brasil de Geisel de oficializarem relações em agosto de 1974.

Ao contrário do que uma leitura apressada poderia sugerir, o construtivismo não consiste em “ideias do começo ao fim”, pois as ideias são reguladas por uma realidade física. Ainda que, na plenitude do tempo, todos os constrangimentos materiais sejam negociáveis, no curto prazo eles não o são: “Quer gostemos ou não, a distribuição e composição das *capabilities* materiais em qualquer momento dado ajuda a definir as possibilidades de nossa ação²⁵⁷” (WENDT, 1999, p. 113 – tradução nossa).

Em 1899-1901, na chamada Revolução dos Boxers, os chineses pensavam ser possível derrotar as potências imperialistas com a força dos punhos. Em 1906, os balineses achavam que poderiam derrotar o exército holandês com lanças. Em 1939, a cavalaria polonesa achava que era páreo para os nazistas. Em 2020, o presidente do Brasil declarou que seu histórico de atleta o tornava imune ao novo coronavírus. Nesses casos, a mera *crença* na efetividade de punhos, lanças, cavalos e histórico de atleta se mostra impotente. Toda construção mental precisa se deparar com o desafio de operar dentro dos parâmetros da realidade que está sendo interpretada, já que “A construção das normas e percepções é (...) continuamente influenciada pelo *feedback* da realidade²⁵⁸” (ELSENHANS, 2019, p. 36 – tradução nossa).

Por dez anos, o regime militar brasileiro se apegou ao reconhecimento da China nacionalista tal qual balineses marchando com lanças contra o exército colonial holandês. Em 1974, sentindo o “*feedback*” da realidade material, o governo Geisel optou por se voltar para a China comunista, tal como grande parte do mundo – comunista e não-comunista.

²⁵⁶ Para uma análise similar no caso do Curdistão, ver: CAMPELLO, Maria Raphaela Luchini Caldeira. **Os curdos e os EUA, uma história de Guerra Fria?** Um estudo de longa duração. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

²⁵⁷ No original, em inglês: “Whether we like it or not, the distribution and composition of material capabilities at any given moment help define the possibilities of our action” (WENDT, 1999, p. 113).

²⁵⁸ No original, em inglês: “The construction of norms and perceptions is, therefore, continuously influenced by feedback from reality” (ELSENHANS, 2019, p. 36).

A oscilação brasileira entre Taipei e Pequim expressa de forma notável aquilo que, segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2014), foi o maior paradoxo do regime militar brasileiro: as constantes tensões entre seus impulsos conservadores e seus impulsos modernizantes. O autor aponta a reforma universitária de 1968 como um dos vários exemplos de como muitas das bandeiras da esquerda²⁵⁹ foram implementadas pelo regime militar, embora de forma conservadora e autoritária. Por mais que a reforma universitária tenha racionalizado recursos, aumentado a eficiência, expandido as vagas, fomentado a pesquisa e substituído o sistema de cátedras pelo sistema departamental, tais reformas foram acompanhadas por forte censura ao movimento estudantil, vigilância sobre a comunidade acadêmica, repressão a certas atividades políticas dentro do campus e introdução de disciplinas de moral e civismo (MOTTA, 2015, p. 40). De forma análoga, o autoritarismo que permitiu a Geisel oficializar as relações com a China comunista em 1974, a despeito da resistência interna, também expressa esse caráter a um só tempo modernizante e conservador tão típico do regime instaurado em 1964.

No capítulo seguinte, o último desta tese, estudaremos de que maneira o episódio de agosto de 1974 afetou as relações entre o regime militar brasileiro e a República da China.

²⁵⁹ O regime militar empunhou muitas bandeiras progressistas como a reforma universitária, a modernização econômica, o desenvolvimento das comunicações e da cultura e até da revolução sexual (incentivo à pílula anticoncepcional e à legalização do divórcio) (RIDENTI, 2000).

CAPÍTULO 7 – “UM ATO DE LOUCURA”: OS ÚLTIMOS MOMENTOS DAS RELAÇÕES BRASÍLIA-TAIPEI (1973-1974)

7.1. Os novos ventos da Guerra Fria não sopraram sobre Taipei

O último capítulo desta tese discute, a partir da documentação consultada nos arquivos do Itamaraty, de que maneira o reconhecimento brasileiro da China comunista repercutiu sobre as relações entre o regime militar brasileiro e a República da China. Ao longo deste capítulo, dois argumentos principais foram desenvolvidos. Em primeiro lugar, argumentamos que o reconhecimento brasileiro do regime comunista chinês frustrou as expectativas do regime nacionalista chinês, contribuindo assim para um forte abalo nas relações Brasília-Taipei.

Em segundo lugar, argumentamos que, apesar de o regime militar brasileiro e o regime nacionalista estabelecido em Formosa compartilharem crenças e valores anticomunistas, o comunismo era um perigo mais premente para Taipei do que para Brasília. De forma análoga, a percepção da China comunista como uma ameaça era maior na China nacionalista do que no Brasil. Essa diferença na forma como cada país percebia o regime maoísta abriu caminho para o reconhecimento brasileiro da China comunista em 1974, alterando assim a percepção que as autoridades nacionalistas tinham do Brasil como um aliado na luta anticomunista.

O capítulo 6 nos mostrou que, em determinada altura da Guerra Fria, Brasil e China Popular passaram a pautar sua atuação internacional pela crença na predominância do antagonismo Norte-Sul sobre o antagonismo Leste-Oeste. Com isso, o Brasil adotou uma política externa mais ousada de aproximação com o terceiro mundo, inclusive com países socialistas, a exemplo de Angola, Moçambique e da própria China comunista. Esta, por sua vez, iniciou um processo de aproximação com Washington que culminou com o reconhecimento norte-americano do regime comunista chinês em fins de 1978.

Algo que não vimos no capítulo 6 foi que o regime nacionalista chinês estabelecido em Taiwan também cogitou adotar uma política exterior mais ousada, chegando a ensaiar uma aproximação com a União Soviética entre fins dos anos 1960 e princípios dos anos 1970. Chiang Ching-kuo, o filho de Chiang Kai-shek e responsável por dirigir as relações exteriores da China nacionalista naquele momento, sinalizou que, apesar de ter que conviver com a decisão norte-americana de se aproximar do regime comunista, os nacionalistas também deveriam buscar reduzir sua dependência frente aos Estados Unidos (HSIAO, 2016b, n.p.).

Assim como a República Popular da China e o Brasil, a República da China também era um país periférico e subdesenvolvido. Assim como os brasileiros e os comunistas chineses, ele estava em busca de “amigos, não mestres”, para ficarmos com a expressão de Ayub Khan. Não surpreendentemente, achou tais amigos justamente na União Soviética, o grande inimigo de seu

“mestre” norte-americano. A partir de 1964, quando Kennedy passou a sinalizar uma redução da ajuda financeira a Taiwan e a defender a abertura de diálogos com a China continental, Chiang passou a perceber os frutos que uma aproximação com Moscou poderia render ao seu governo. Em outubro de 1968, o agente russo da KGB Victor Louis esteve em Taipei tentando costurar uma aliança contra a China comunista. A possibilidade de uma aproximação entre Moscou e Taipei alarmou Pequim e Washington, mas os esforços de Victor Louis acabaram não logrando êxito (RUPING e XIANG, 2015, p. 535).

Apesar de ver nos soviéticos uma oportunidade para “curar” a ferida causada pela aproximação entre Washington e Pequim, e apesar de os soviéticos estarem interessados em uma aproximação, Chiang Kai-shek acabaria recusando essa alternativa por uma série de motivos. Primeiramente, apesar da decepção com os Estados Unidos, Chiang ainda achava os norte-americanos aliados mais confiáveis do que os soviéticos, haja vista que as relações com Washington já duravam muitos anos. O apoio norte-americano na guerra contra o Japão, seu valioso auxílio financeiro e militar ao regime nacionalista e o simples fato de os Estados Unidos não interromperem suas relações diplomáticas com Taipei mesmo após iniciar diálogos com Pequim foram fatores que certamente pesaram para a decisão de Chiang de não levar adiante a aproximação com os soviéticos. Entre 1970 e 1971, tanto o vice-presidente norte-americano Spiro Agnew como o deputado Carl Albert visitaram a ilha de Formosa para reafirmar os compromissos norte-americanos com o país (RUPING e XIANG, 2015, p. 554-555).

A União Soviética, por sua vez, ainda figurava no imaginário chinês (tanto o nacionalista como o comunista) como uma potência imperialista a assediar suas fronteiras. No caso dos nacionalistas, o fato de os soviéticos terem “exportado” o comunismo para a China, que posteriormente culminaria com a derrota do *Kuomintang*, ainda pesava muito mais nas decisões de Chiang Kai-shek do que os encontros entre Nixon e Mao (RUPING e XIANG, 2015, p. 555).

Em suas conversas com Chiang Kai-shek, o agente da KGB Victor Louis demonstrou estar de acordo com a existência de “duas Chinas”, sugerindo ao generalíssimo que ele poderia estar conspirando para dividir a China (tal como as potências imperialistas o fizeram no passado). Porém, Chiang e Mao, em que pesem todas as suas divergências, concordavam em preservar a integridade territorial chinesa, a qual viam ameaçadas pela Rússia, fosse ela soviética ou czarista (RUPING e XIANG, 2015, p. 555).

Chiang não se sentia confortável em se aproximar de Moscou após passar vinte anos insuflando sentimentos antissoviéticos por Taiwan. Tal movimento poderia minar sua legitimidade à frente do governo nacionalista e acelerar o fortalecimento de laços entre

Washington e Pequim, além de criar um abismo intransponível entre Washington e Taipei. Por fim, uma aliança com os “revisionistas” soviéticos daria ainda mais motivos para uma invasão da China comunista à ilha (RUPING e XIANG, 2015, p. 556).

A China nacionalista dependia muito mais de um “mestre” do que a China comunista, uma potência em ascensão dado o seu poderio militar, populacional e territorial. Diferente de seu vizinho no outro lado do estreito, a República da China não podia se dar ao luxo de uma política mais ousada, dadas suas reduzidas dimensões territoriais, seu diminuto poder militar e sua dependência frente aos Estados Unidos. Chiang Kai-shek e seu filho sabiam que, uma vez removidos da ONU, nada poderia ser feito para impedir que os ventos da diplomacia internacional soprassem a favor de Pequim. Apesar disso, eles estavam convencidos de que a segurança nacional de Taiwan só estaria garantida na medida em que o anticomunismo permanecesse uma força ideológica predominante no Leste Asiático, independente de estes países manterem laços diplomáticos com a República da China (HSIAO, 2016b, n.p.).

Sendo assim, a vitória comunista no Vietnã em 1975 impulsionou Chiang Ching-kuo a ampliar sua diplomacia anticomunista na região. Tal missão foi confiada a Wang Sheng, que, como vimos no capítulo 2, era membro do *Kuomintang* e amigo próximo de Chiang Ching-kuo, tendo ajudado a treinar quadros políticos do exército e a difundir o anticomunismo entre militares nacionalistas. Entre meados dos anos 1970 e começo dos anos 1980, Wang Sheng promoveu uma série de visitas clandestinas a países não comunistas da região: Tailândia (1975 e 1982), Indonésia (1975), Filipinas (1979) e Malásia (1982). Nas Filipinas, Ferdinand Marcos, apesar das mudanças em sua política externa brevemente assinaladas no capítulo 6, declarou que ele e seu povo eram convictos anticomunistas e disse que não permitiria que forças externas abalasses essa postura anticomunista. Marcos ainda solicitou a Wang Sheng que a China nacionalista enviasse munições e armas leves, além de oferecer treinamento para o exército filipino e propor encontros de inteligência para barrar a infiltração chinesa comunista nas Filipinas que estaria sendo feita a partir de Hong Kong (HSIAO, 2016b, n.p.).

Na Malásia, Wang Sheng ouviu o primeiro-ministro Mahathir bin Mohamad dizer que estava disposto a fortalecer as relações bilaterais com Taipei e que não iria admitir que a República Popular da China afetasse seus julgamentos e sua política externa. Mahathir também expressou interesse em enviar oficiais para Taiwan a fim de aprenderem com a ideologia e a experiência anticomunista, além de solicitar auxílio na pacificação dos comunistas malásios. As autoridades da Malásia asseguraram que a ausência de relações diplomáticas com Taipei não seria um obstáculo para essa cooperação (HSIAO, 2016b, n.p.).

Sendo assim, mesmo após perder seu assento na ONU e ver seus vizinhos do Sudeste Asiático reconhecendo a legitimidade do regime comunista chinês, a República da China intensificou a cooperação militar e ideológica com países da região, pautando-se em crenças e valores anticomunistas. Tais países, por sua vez, seguiam vendo Taiwan como um baluarte da resistência anticomunista (HSIAO, 2016b, n.p.).

O fato de Taipei lançar uma ampla cruzada diplomática anticomunista no Sudeste Asiático em plena década de 1970 nos mostra que, aos olhos do *Kuomintang*, o antagonismo Leste-Oeste permanecia mais relevante do que a clivagem Norte-Sul. A importância do antagonismo entre comunismo e capitalismo para Taipei já se fazia notar pelo menos desde a década de 1950, quando da fundação da LAPA. Ressentida com o passado de dominação colonial japonesa, a Coreia do Sul não queria admitir o Japão na Liga. Diante da recusa sul-coreana, o regime nacionalista tentou convencer Seul a colocar o anticomunismo acima dos ressentimentos anticoloniais. Para convencer os sul-coreanos, o oficial do governo nacionalista Gu Zheng-gang argumentava que o imperialismo soviético era ainda mais violento do que seus predecessores europeus e japoneses, pois, diferente deles, destruía as tradições culturais locais ao “infectar” as vidas de cada família no terceiro mundo (CHEN, 2020, p. 10, 11).

Dessa forma, para o regime nacionalista chinês a clivagem entre comunismo e capitalismo era mais importante do que a clivagem entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Mesmo com a retórica anticolonial sul-coreana nos anos 1950 e mesmo com o esvaziamento do conflito Leste-Oeste nos anos 1970, a República da China seguia firme na crença de que o comunismo era o maior mal a ser vencido. Até mesmo quando demonstrava alguma preocupação com o desenvolvimento econômico dos países periféricos, a República da China dotava tal preocupação de uma coloração anticomunista ao aliar a luta anti-imperialista à luta anticomunista.

Tais observações acerca da política externa da China nacionalista são importantes para jogar luz sobre alguns pontos levantados no capítulo 6.

Por mais que o capítulo 6 tenha ressaltado o fortalecimento do antagonismo entre países ricos e países em desenvolvimento, o fortalecimento militar da China comunista e a tendência internacional a legitimar o regime de Pequim, não iremos aqui ceder a uma tentação “anti-constitutivista” e concluir que a “realidade dos fatos” tenha suplantado as crenças dos atores internacionais tornando-as irrelevantes. Isso porque de nada adiantariam tais mudanças no cenário internacional se os formuladores da política externa brasileira e da China Popular não percebessem tais mudanças, não acreditassem na sua relevância e não passassem a se comportar de acordo com essas percepções e crenças. O caso da China nacionalista é interessante

justamente porque nos oferece um contraponto: ele nos mostra um país que não acatou tais mudanças. Por mais que a aproximação com os soviéticos sugira que o regime nacionalista pudesse estar sintonizando-se com os novos ventos da política internacional, o abandono dessa aproximação logo evidenciou que, no mundo construído pelos formuladores de política externa de Taipei, a luta anticomunista não perdera seu vigor.

Em outros termos, não se trata aqui de afirmar que a realidade dos fatos – a saber: o crescimento da China comunista, o esvaziamento da bipolaridade Moscou-Washington e o fortalecimento do antagonismo Norte-Sul – tenha se imposto sobre as crenças e valores dos atores internacionais. Nem tampouco de dizer que essa nova realidade da Guerra Fria tenha sido puramente um fruto destas crenças e valores. Lembremo-nos de que o construtivismo enxerga os fatores ideacionais e os fatores materiais como sendo mutuamente constituídos. Quando diferentes fatores são vistos como mutuamente constituídos, é infrutífero tentar medir qual deles tem mais peso – assim como parece improdutivo determinar se é a patela ou os pulmões que são mais importantes para um maratonista (PRICE e REUS-SMIT, 1998, p. 282).

7.2. Salvando os laços Brasília-Taipei

Um dos primeiros ofícios enviados pela embaixada brasileira em Taipei em 1973 trazia um quadro pessimista da situação na China nacionalista. O encarregado de negócios Paulo Dyrceu Pinheiro escreveu que, em sua mensagem de ano novo, o presidente Chiang Kai-shek (que se achava então afastado de eventos públicos) reconhecia pela primeira vez a existência de chineses de ultramar interessados em retomar contatos com a China continental:

A ênfase emprestada ao tema parece indicar que tal tendência vem adquirindo feições alarmantes para este Governo, especialmente porque, segundo consta, ela vem-se manifestando em grupos de estudantes oriundos de Taiwan, cujas vinculações com o continente poderão exercer um forte efeito desagregador junto [a] seus familiares e amigos aqui residentes (PINHEIRO, 1973, ofício nº 2).

O diplomata também ressalta que o governo do *Kuomintang* estava enfim reconhecendo a posição adversa em que se achava, contrastando assim

fortemente com afirmações anteriores no sentido de que os 700 milhões de chineses do continente, com o apoio moral de 20 milhões de chineses de ultramar, clamam pelo retorno do *Kuomintang*, um dos artifícios de propaganda que Taipei vem utilizando cada vez com menos frequência desde que o Primeiro-Ministro Chiang Ching-kuo assumiu o poder e o controle do Partido (PINHEIRO, 1973, ofício nº 2).

À medida que as lideranças se renovavam, a intransigência nacionalista arrefecia.

Em abril de 1973, a Secretaria de Estado das Relações Exteriores remeteu um ofício à embaixada em Taipei que sugere como o anticomunismo seguia permeando as relações entre Brasil e China nacionalista. O ofício agradecia o envio de material informativo acerca do comunismo na Ásia. O material não foi encontrado anexo aos documentos no arquivo do Itamaraty, mas, segundo consta de ofícios enviados pela embaixada, tratava-se de uma série de

publicações editadas pela LAPA sobre o comunismo chinês. Segundo a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, o material havia sido usado em um curso da ESG:

Ao encaminhar o anexo exemplar da conferência pronunciada no curso de Informações da Escola Superior de Guerra, sobre o tema “O Comunismo na Ásia”, desejo agradecer a essa Embaixada a valiosa contribuição prestada àquele trabalho, através da remessa à Secretaria de Estado de material informativo de grande utilidade (BRASIL, 1973, ofício nº 94).

Solicita-se ainda o envio de mais publicações relacionadas ao tema, desta vez voltadas ao comunismo no Sudeste Asiático, “a fim de auxiliar a preparação de outra palestra a ser proferida na Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica” (BRASIL, 1973, ofício nº 94). Ainda segundo o ofício:

Devo esclarecer, entretanto, que o material ora solicitado deverá concentrar-se, basicamente, nos aspectos militares do problema, tanto da perspectiva da evolução histórica dos armamentos, táticas e estratégicas [sic] militares empregados no conflito da Indochina, quanto do ponto de vista dos objetivos e interesses político-estratégicos das partes envolvidas (BRASIL, 1973, ofício nº 94).

Em agosto de 1973, um ofício da Secretaria de Estado das Relações Exteriores informava a embaixada brasileira da realização das duas conferências: uma intitulada “O Brasil e o Extremo Oriente”, realizada na ESG, e a outra sob o nome de “A República Popular da China”, sediada na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica. Anexos ao ofício estavam os exemplares das conferências (BRASIL, 1973, ofício nº 156). Não conseguimos achar tais exemplares no arquivo do Itamaraty, mas nos arquivos recentemente desclassificados da ESG é possível achar o exemplar de uma conferência do diplomata Carlos Bueno naquela instituição²⁶⁰ em 1974 que também se intitulava “O Brasil e o Extremo Oriente”. Não sabemos se se trata da mesma conferência à qual o ofício acima alude, mas seja como for, tal conferência enfatiza um dos principais argumentos que defendemos no capítulo 6, qual seja: a crescente percepção da existência de valores compartilhados entre Pequim e Brasília.

Como vimos no capítulo 6, Carlos Bueno esteve presente na missão brasileira que visitou a China comunista em abril de 1974. Em determinada parte de sua conferência na ESG, Bueno diz que a aproximação brasileira do regime comunista chinês deveria obedecer muito mais a imperativos políticos do que econômicos: “Decerto, o comércio lhe dá impulso significativo e propicia o diálogo mais amplo”, mas “ele se insere dentro de um relacionamento que é indiscutivelmente político em sua natureza” (BUENO, 1974, p. 26). Referindo-se ao apoio que Pequim deu a movimentos revolucionários no passado, acredita-se que “a práxis e a sabedoria chinesas não aconselharão, pelo menos durante algum tempo, a repetição de tão malfadadas aventuras” (BUENO, 1974, p. 24).

²⁶⁰ Agradeço à comandante Luiza Gomes, da ESG, pela inestimável ajuda prestada na localização destes documentos.

A famosa “teoria do dominó” que justificou intervenções anticomunistas dos Estados Unidos no Sudeste Asiático é curiosamente identificada por Bueno justamente como “um reflexo do dogma marxista da inevitabilidade histórica do comunismo mundial” (BUENO, 1974, p. 23). Estabelece-se ainda uma dissociação entre o comunismo na Ásia e a agitação comunista na América Latina, afirmando-se que a crença em uma unidade comunista internacional faz coro justamente com o ideário comunista:

Que a sorte dos movimentos guerrilheiros na Guatemala, na Colômbia ou na Venezuela dependem do futuro do Vietnã equivaleria, evidentemente, a uma tentativa de ressuscitar a unidade do Movimento Comunista Internacional e a conferir-lhe uma soma de poder que nem mesmo os mais ardorosos comunistas sonharam em possuir (BUENO, 1974, p. 23).

Por outro lado, o apreço dos militares brasileiros pelo regime de Taipei ainda era grande. Em fevereiro de 1973, o chefe do Estado Maior das Forças Armadas, general de Exército Arthur Duarte Candal Fonseca, convidou o general-de-Exército Lai Ming Tang, chefe do Estado Maior das Forças Armadas da República da China, a visitar o Brasil em caráter oficial (BRASIL, 1973, telegrama nº 29). A visita se deu em abril de 1973, quando Lai Ming Tang foi recebido pelo general Médici no Palácio das Laranjeiras. Antes de passar pelo Rio de Janeiro, Lai Ming Tang esteve em São Paulo com o general Humberto de Souza Melo. O *Jornal do Commercio* de 13 de abril de 1973 noticiou que, durante o encontro com o oficial chinês, Melo exaltou o “milagre de Formosa” e comparou-o com o “milagre brasileiro” sob o governo Médici (JORNAL DO COMMERCIO, 13/04/1973, p. 3).

O mesmo periódico nos mostra que o encontro dos oficiais brasileiros com o oficial chinês foi uma oportunidade para renovar suas crenças compartilhadas no anticomunismo. Após citar planos comunistas para incitar à guerra na Ásia, Lai Ming Tang teria dito que “nossos dois países, aliados a outras potências, poderão vencer definitivamente essa guerra” (JORNAL DO COMMERCIO, 14/04/1973, p. 3). Ademais, Lai Ming Tang “Frisou que, geograficamente, o Brasil e a China Nacionalista estão distantes, porém muito perto na defesa dos ideais contra o mesmo inimigo comunista” (JORNAL DO COMMERCIO, 14/04/1973, p. 3). Humberto Souza Melo então respondeu que “as Forças Armadas do Brasil e da China Nacionalista estão dispostas à luta ‘contra a expansão comunista, seja em que continente for’” (JORNAL DO COMMERCIO, 14/04/1973, p. 3).

Contudo, em julho de 1973 a visita de uma missão de parlamentares brasileiros à ilha de Taiwan evidenciou um aspecto crucial para entendermos o rompimento de relações entre o Brasil e a China nacionalista: a visível assimetria na relação entre ambos os países. A visita foi chefiada pelo presidente da Câmara dos Deputados Flávio Marçílio e pelo senador Petrônio Portella, então vice-presidente do Senado, ambos da ARENA. Em ofício redigido após a visita, Paulo Dyrceu Pinheiro informava que a importância da visita para as autoridades locais poderia

ser medida “pelas honras e atenções dispensadas à Missão parlamentar brasileira e pela presença de praticamente todas as altas personalidades oficiais do país nas atividades sociais” (PINHEIRO, 1973, ofício nº 193). Ainda segundo o diplomata, a política externa do regime nacionalista era caracterizada no linguajar local como uma “diplomacia total”, por meio da qual são valorizados

contatos mais amplos em áreas oficiais e não-oficiais normalmente negligenciadas pela diplomacia convencional, principalmente em países que ainda reconhecem este Governo e que, como o Brasil, têm significação estratégica especial pela posição de destaque que ocupam em um plano regional (PINHEIRO, 1973, ofício nº 193).

Por outro lado, o chefe do Estado Maior do Exército Brasileiro também seria convidado a visitar Taipei, mas teve de recusar. Um telegrama enviado a Taipei pelo MRE dizia que a recusa se dava “em virtude de problemas internos daquele Ministério [do Exército]”. Este trecho, porém, foi riscado e acrescentou-se, a caneta, que a recusa se dava “por motivo de força maior” (BRASIL, 1973, telegrama nº 173).

Em agosto de 1973, exatamente um ano antes do rompimento entre Brasília e Taipei, o vice-presidente da China nacionalista Yen Chia-kan faria uma visita ao Brasil acompanhado de sua esposa (BRASIL, 1973, telegrama nº 152). Tal visita era parte de uma peregrinação do vice-presidente por diversos países latino-americanos a fim de fortalecer o apoio à ilha. A repercussão da missão de Yen Chia-kan na imprensa chinesa também apontava para uma assimetria nas relações Brasília-Taipei. Segundo o encarregado de negócios brasileiro, a forma como a imprensa repercutiu a missão chinesa em terras latino-americanas indica a “ênfase especial que Taipei vem emprestando às suas relações com a América Latina, não só no campo da diplomacia convencional, mas sobretudo em matéria de intercâmbio econômico, comercial, técnico e cultural”, campos nos quais o regime nacionalista chinês podia “contar com maior facilidade de manobra, inclusive em países com os quais já não mantém laços oficiais” (PINHEIRO, 1973, ofício nº 234). O diplomata também ressalta o crescimento dos investimentos taiwaneses na América Latina, com ênfase nos países centro-americanos.

No *Correio Braziliense*, porém, as visitas de autoridades nacionalistas em 1973 foram interpretadas como sinal da vitalidade das relações Brasília Taipei. Na seção “Correio Diplomático” de agosto de 1973, o *Correio Braziliense* noticiava que Yen Chia-kan e sua comitiva faziam uma visita informal ao Brasil após assistirem à posse do general Alfredo Stroessner no Paraguai. Na agenda estavam previstas passagens pelo Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, bem como encontros com o presidente Médici, o vice-presidente Augusto Rademaker e o chanceler Mário Gibson Barboza, além de um jantar oferecido por Flávio Marcílio, deputado que visitara a ilha em julho. O próximo destino após o Brasil seria a Costa Rica e a Guatemala. Diferente, porém, do Brasil, as visitas à América Central teriam caráter

oficial. Citando a visita ao Brasil do Ministro da Fazenda K. T. Li (setembro de 1971), a visita à República da China do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas do Brasil, general Arthur Duarte Candal Fonseca (outubro de 1972), a retribuição dessa visita feita pelo general Lai Ming-tang (abril de 1973), a visita dos congressistas da ARENA a Taiwan em julho de 1973 e “inúmeras outras [visitas] efetuadas por missões comerciais e por jornalistas, durante o mesmo período”, o *Correio Braziliense* afirma que “Durante os dois últimos anos, as relações de amizade entre o Brasil e a República da China vêm se tornando mais próximas e fortalecidas” e “A troca de visitas efetuada pelas autoridades, brasileiras e chinesas, assim como entre entidades civis se tornou mais frequente do que nunca” (CORREIO BRAZILIENSE, 18/08/1973, p. 6). Acredita-se ainda que a visita do vice-presidente da República da China “promova o desenvolvimento ainda maior e mais frutífero das relações harmoniosas entre esses dois países” (CORREIO BRAZILIENSE, 18/08/1973, p. 6).

Dando continuidade ao ciclo de visitas, em novembro de 1973 o comandante da ESG, general João Bina Machado, visitou Taipei a convite do general Chiang Wei-kuo, comandante da Escola Superior de Guerra da República da China. Acompanhando Bina Machado estavam sua esposa, o coronel Paulo Leal (da ESG) e seu ajudante de ordens, capitão João Carneiro. Tal como os parlamentares brasileiros, o general Bina Machado também teve uma acolhida calorosa pelas autoridades locais. Em ofício de Othon do Amaral Henriques Filho, encarregado de negócios que substituiu Paulo Dyrceu Ribeiro em fins de 1973, lemos:

Durante os cinco dias que aqui permaneceu, foi a delegação brasileira alvo de significativas homenagens por parte das mais altas autoridades do país, as quais cumularam o General Bina Machado de atenções especiais, e organizaram para ele e sua comitiva uma programação que lhes proporcionou a possibilidade de conhecer várias regiões do país, especialmente alguns estabelecimentos militares e certos setores industriais (HENRIQUES FILHO, 1973, ofício nº 298).

Othon também destacou que, por mais que todas as delegações estrangeiras em visita à ilha tenham recebido especial atenção das autoridades locais, “ficou patente que o General Chiang Wei-kuo, aliás filho do Presidente Chiang Kai-shek, tinha diretrizes especiais no sentido de cercar com o máximo de atenções a delegação brasileira” (HENRIQUES FILHO, 1973, ofício nº 298).



Imagem 14: Comenda recebida pelo general João Bina Machado durante sua visita a Formosa em novembro de 1973. Na comenda é possível ler, em chinês e em inglês: “Com os cumprimentos do general Lai Ming-tong, chefe do Estado-Maior, Ministério da Defesa Nacional, República da China” (Biblioteca 31 de Março, Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro)²⁶¹.



Imagem 15: Comenda recebida pelo general João Bina Machado: “Para o General-de-Exército João Bina Machado, Comandante da Escola Superior de Guerra, Estados Unidos do Brasil²⁶². Concedida pelo Tenente-General Hu Shing, Comandante do Segundo Exército da República da China, 15 de novembro de 1973” (Biblioteca 31 de Março, Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro).



Imagem 16: Comenda recebida pelo general João Bina Machado: “Para o General Bina Machado, Comandante da Escola Superior de Guerra, Estados Unidos do Brasil. Concedida pelo Tenente-General Ho En-ting, Comandante da Marinha chinesa, 14 de novembro de 1973” (Biblioteca 31 de Março, Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro).

²⁶¹ Agradeço ao coronel Carlos Eduardo Franco Azevedo, ao professor Dr. Coronel Sérgio Aita, à tenente Camilla Sobreira, ao tenente coronel Felipe Araújo Barros, ao coronel Alexandre Moreira e ao Sargento Luiz Henrique pela inestimável ajuda ao facilitar o acesso às comendas do general João Bina Machado aqui reproduzidas.

²⁶² Um pequeno deslize, já que a denominação “Estados Unidos do Brasil” havia sido substituída por “República Federativa do Brasil” em 1968.

O próprio Othon foi alvo da mais alta estima por parte do governo nacionalista, conforme ele próprio revela em ofício:

Numa evidente demonstração da importância que o Governo deste país dispensa ao Brasil, cabe-me informar que fui recebido, no dia seguinte à minha chegada a Taipei, no Ministério das Relações Exteriores, sucessivamente, pelo Chefe do Departamento da América Latina, o Chefe do Protocolo e, finalmente, pelo próprio Ministro (HENRIQUES FILHO, 1973, ofício nº 301).

Othon relatou o interesse do ministro de Estado Shen Chang-huan no estreitamento das relações bilaterais, “tendo em vista que ambos os países estão passando por uma fase de acentuado progresso, podendo, destarte, se auxiliarem mutuamente pela troca de suas experiências” (HENRIQUES FILHO, 1973, ofício nº 301). Em outro ofício, Othon relatou sucessivas reuniões com autoridades locais nas quais estas demonstraram gratidão pelo apoio brasileiro à República da China, embora demonstrem esperar um pouco mais:

Basicamente, aquelas autoridades trataram, nas conversações, dos seguintes assuntos: das tradicionais relações de amizade entre a República da China e o Brasil, país a que estão sempre reconhecidos pelo apoio demonstrado ao Governo de Taiwan, apoio esse que esperam seja mantido, sobretudo nesta fase difícil por que está passando a República da China em suas relações diplomáticas internacionais; (...) da legalidade do Governo deste país, baseada na constituição elaborada por Sun Yat-sen, em relação ao governo revolucionário da China continental; da satisfação com que veriam a intensificação das visitas de caráter oficial (HENRIQUES FILHO, 1973, ofício nº 342).

Contrapondo-se a uma tendência que vinha se notando nos ofícios até então, de profundo descrédito quanto ao futuro da República da China, Othon se mostrou mais otimista quanto às possibilidades de vantagens econômicas a serem aferidas das relações com Taipei. Em fins de 1973 ele enviou uma série de artigos e reportagens que apontavam para a recuperação econômica da ilha e para o futuro promissor que a aguardava. Em seus encontros com as autoridades chinesas, Othon percebia um entusiasmo e otimismo cada vez maiores:

Não deixaram, outrossim, de se referir, com não disfarçado entusiasmo, aos êxitos obtidos no setor econômico, principalmente no campo concernente ao comércio exterior, que vem apresentando nestes últimos anos um consistente aumento, que vem proporcionando ao país uma certa aura de bonança e estabilidade econômica, condições essas que têm criado um clima favorável para o investimento de capitais forâneos (HENRIQUES FILHO, 1973, ofício nº 342).

O diplomata compartilhava deste otimismo das autoridades locais ao afirmar:

É realmente interessante verificar-se que os investidores estrangeiros, após um pequeno recesso, ocasionado por dificuldades no campo das relações internacionais, voltaram a investir neste país, contribuindo, destarte, para incentivar o ritmo de progresso, patente em todos os setores da economia da República da China (HENRIQUES FILHO, 1973, ofício nº 321).

Em um dos últimos ofícios de 1973, Othon enviou recortes de jornais locais que expressavam a confiança na manutenção do apoio norte-americano à ilha, bem como a esperança de que a maré internacional estivesse favorável a Taipei. Também em dezembro daquele ano, foi enviado uma reportagem do *China Post* ressaltando a importância do apoio da América Central à República da China. Intitulada “*Support from our friends in Central*

America”, a reportagem destacava o intenso intercâmbio comercial, político e cultural entre a China nacionalista e a América Central. Segundo Othon, os embaixadores e encarregados de negócios daqueles países eram “alvo de muitas atenções por parte das autoridades e, sobretudo, dos elementos locais com os quais estão mais intimamente ligados, em vista dos interesses econômico-comerciais” (HENRIQUES FILHO, 1973, ofício nº 356).

Na maior parte das vezes, Othon se abstinha de tecer comentários sobre o material por ele enviado. Entretanto, isto não diminui a importância de tais ofícios, já que as informações fornecidas pela embaixada brasileira em Taipei auxiliavam o Itamaraty na formulação de uma política externa.

Nos primeiros meses de 1974, Othon continuaria enviando, anexados aos ofícios, recortes de jornais que enfatizavam a prosperidade econômica e o impulso importador e exportador da ilha. Tal como seus antecessores, Othon também enviava publicações anticomunistas editadas pela Liga Anticomunista Mundial. Em janeiro de 1974, por exemplo, enviou publicação intitulada “*A General Review of Chinese Communist Affairs in 1972*” e sugeriu que um exemplar fosse encaminhado ao SNI e outro à ESG (HENRIQUES FILHO, 1974, ofício nº 20).

Em março de 1974, um relatório econômico elaborado pela embaixada chinesa em Brasília e compartilhado com a embaixada do Brasil em Taipei trazia números bastante otimistas das relações comerciais entre os dois países. Elaborado por K. T. Hu, ministro-conselheiro econômico da embaixada chinesa, o relatório destacava o boom econômico da ilha e convidava o Brasil a se beneficiar deste momento propício. Nem mesmo o flagrante desequilíbrio na balança comercial entre ambos os países em favor do Brasil abalava o ministro:

Apesar de a República da China preferir e esperar atingir gradualmente uma posição mais equilibrada na balança comercial em um nível de comércio mais amplo, sua [da República da China] boa vontade frente ao seu velho amigo Brasil e seu superávit frente ao mundo fizeram-na colocar ênfase no aumento do comércio total em vez de buscar um equilíbrio do comércio em suas negociações com o Brasil²⁶³ (HU, 1974, p. 3 – tradução nossa).

K. T. Hu lamenta que em 1973, dos 820 mil estrangeiros que visitaram Taiwan, muito poucos eram brasileiros. Lamenta também que nenhuma das exposições industriais estrangeiras bem-sucedidas realizadas na ilha tenha sido brasileira. Mais importante ainda: ele apela aos valores compartilhados entre Brasil e República da China para confrontar a decisão brasileira de fazer negócios com países comunistas ao mesmo tempo que ignorava Taiwan:

Eu tenho me questionado se uma comunidade de negócios em um país amante da liberdade como o Brasil, que já mandou missões comerciais para uma área comunista, com comércio exterior menor e menos estável que o nosso, mas cheios de restrições

²⁶³ No original, em inglês: “Although ROC would prefer and hope to achieve gradually a more balanced import-export position at a larger total trade level, her goodwill toward her old friend Brazil and her export surplus vis-à-vis the world had made her put the emphasis on the dealings with Brazil” (HU, 1974, p. 3).

sobre as vidas dos indivíduos, também poderia encontrar tempo para enviar grupos similares à República da China – que é bem diferente da área comunista, mas mais parecida com o Brasil em ambos os aspectos – para explorar oportunidades de comércio, investimento e cooperação técnica (HU, 1974, p. 4).

Recorre-se, portanto, aos valores compartilhados entre os regimes brasileiro e chinês nacionalista para justificar uma maior aproximação entre os dois países. Tais valores eram o amor à liberdade, em contraste com os países comunistas.

A posse de Ernesto Geisel como novo presidente do Brasil em março de 1974 forneceu novas oportunidades para os chineses renovarem sua afeição e identificação com o Brasil. O vice-presidente chinês Yen Chia-kan, presente à posse de Geisel, invocou em discurso os “esforços conjuntos na defesa dos altos ideais de liberdade, democracia, justiça e de paz internacional, o que é altamente dignificante” (YEN, 1974, n.p.). O enviado chinês acreditava que, sob a presidência de Médici, “vosso Governo alcançou estabilidade política e prosperidade econômica, e proporcionou ampla difusão da educação, o que contribuiu para projetar cada vez mais o prestígio do Brasil no âmbito internacional”, além de expressar sua confiança de que “sob a sábia orientação do General Ernesto Geisel, a República Federativa do Brasil poderá continuar a atingir êxitos marcantes em todos os setores de sua atividade” (YEN, 1974, n.p.).

A agência estatal *Central News Agency* também tinha altas expectativas em relação ao novo dirigente. Em artigo de fevereiro de 1974, o correspondente da *Central News Agency* em Lima, no Peru, definiu Geisel como um “nacionalista moderado” e acrescentou que alguns observadores acreditavam que ele favoreceria o estreitamento de laços com os Estados Unidos: “Ele fez alguns cursos militares nos Estados Unidos, onde provavelmente se convenceu do ‘destino manifesto’ dos grandes países²⁶⁴” (CHINA POST, 21/02/1974 – tradução nossa).

Como de costume, a luta anticomunista levada a cabo no Brasil não passou despercebida e o regime militar brasileiro seguia sendo identificado como portador de valores anticomunistas. O artigo destacava que em seu primeiro discurso, Geisel deixara claro que não iria tolerar atividades subversivas que ameaçassem a ordem e a estabilidade, além de acrescentar que desde 1964 o Brasil “tem sido um baluarte do anti-marxismo na América Latina, desfrutando de estabilidade e crescimento econômico²⁶⁵” (CHINA POST, 21/02/1974 – tradução nossa). O artigo ainda expressa a crença de que os dois Estados possuíssem os mesmos inimigos:

Apesar de o governo brasileiro manter uma sólida posição anticomunista, elementos subversivos têm infiltrado diversos setores da vida nacional. De acordo com o Ministério da Educação e Cultura brasileiro, a penetração esquerdista afetou

²⁶⁴ No original, em inglês: “He took some military courses in the United States, where he probably became convinced of the ‘manifest destiny’ of the big countries” (CHINA POST, 21/02/1974).

²⁶⁵ No original, em inglês: “has been a bulwark of anti-Marxism in Latin America, and has enjoyed stability and economic growth” (CHINA POST, 21/02/1974).

seriamente as artes, a educação, a imprensa e o clero²⁶⁶ (CHINA POST, 21/02/1974 – tradução nossa).

Ao identificar os inimigos do Brasil como sendo os mesmos da República da China, o artigo contribui para a criação de uma identidade entre ambos os regimes: “Movimentos terroristas no Brasil ainda oferecem sérias ameaças, especialmente os grupos pró-maoístas. Os militares brasileiros continuam em sua tarefa de eliminar tais pestes²⁶⁷” (CHINA POST, 21/02/1974 – tradução nossa).

Após a posse de Geisel, o *China Post* reproduziu uma notícia da *Associated Press* que apontava para a harmonia ideológica que guiava os regimes do Cone Sul:

Espera-se que o Brasil comece a estreitar as relações com seus vizinhos logo no primeiro dia após a posse, quando os presidentes Augusto Pinochet, do Chile, Juan Bordaberry, do Uruguai, e Hugo Banzer, da Bolívia, todos confessadamente anti-marxistas, se reunirão em um encontro especial com Geisel²⁶⁸ (CHINA POST, 15/03/1974 – tradução nossa).



Imagem 17: O vice-presidente da República da China Yen Chia-kan (à esquerda) cumprimentando o presidente recém-empossado Ernesto Geisel (*Central Daily News*, 17 de março de 1974 – Arquivo do Itamaraty, Brasília).

Vê-se, portanto, que em 1973 e 1974 a imprensa chinesa em Taiwan permanecia um baluarte dos ideais anticomunistas do regime do *Kuomintang*. Quem o afirma é o próprio encarregado de negócios brasileiro ao comentar a avaliação do Instituto Internacional de Imprensa sobre a liberdade de imprensa em Taiwan. Segundo Othon, o regime nacionalista

²⁶⁶ No original: “Although the Brazilian government maintains a firm anti-Communist position, subversive elements have infiltrated diverse sectors of national life. According to the Brazilian Education and Culture Ministry, leftist penetration has seriously affected the arts, education, press and clergy” (CHINA POST, 21/02/1974).

²⁶⁷ No original, em inglês: “Terrorist movements in Brazil still pose serious threats, especially the pro-Maoist groups. Brazilian military continue their task of eliminating such pests” (CHINA POST, 21/02/1974).

²⁶⁸ No original, em inglês: “Brazil, is expected to start tightening relations with its neighbors the day after inauguration, when Presidents Augusto Pinochet of Chile, Juan Berdaberry [sic] of Uruguay and Hugo Banzer of Bolivia, all professed anti-Marxists, will meet at a special Summit luncheon with Geisel” (CHINA POST, 15/03/1974).

cobrava de seus jornais o cumprimento de certas diretrizes em consonância com sua causa anticomunista – diretrizes estas que equivaleriam a uma “censura efetiva, não somente pelo espírito de disciplina inato no povo chinês, mas também porque qualquer infração seria severamente punida, o que, em última análise, significaria a morte desse órgão de publicidade” (HENRIQUES FILHO, 1974, ofício nº 226).

Igualmente notável nos documentos acima é a crença da imprensa e das autoridades chinesas na possibilidade de incrementar suas relações com o Brasil. Poucos meses antes de o Itamaraty voltar-se para a China comunista, a República da China seguia admirando a obra do regime militar brasileiro e identificando o país como um importante ator na luta anticomunista. Em entrevista concedida à jornalista Teresa Tu publicada em espanhol em fevereiro de 1974 pelo “*Notícias de la Republica de China*”²⁶⁹, o embaixador chinês no Brasil Chu Fu-sung elogia a persistência brasileira em reconhecer o regime chinês instalado em Taiwan:

Em meio às correntes de apaziguamento que muitos governos seguem, o Brasil é um dos poucos países que mantêm firme e determinada sua posição anticomunista. O Brasil prestou apoio incondicional a nosso país na luta pela representação da República da China nas Nações Unidas, e até hoje, entre ambos os países, a cooperação e apoio mútuo não poderiam ser mais cordiais e sinceras²⁷⁰ (CHU citado por TU, 1974, n.p. – tradução nossa).

Ademais, o representante chinês reforçou a crença difundida entre as autoridades nacionalistas na América Latina como um poderoso aliado na luta contra o comunismo. Citou, como evidência disto, a queda de Salvador Allende no Chile. Segundo Teresa Tu:

O embaixador Chu acentuou que, apesar da expansão comunista na América Latina, quase todos os povos latino-americanos o rechaçam e estão alertas ao perigo. Não será o comunismo quem dê suas esperanças [sic]. A recente queda de Allende no Chile constitui a melhor prova disto²⁷¹ (TU, 1974, n.p. – tradução nossa).

Porém, em abril de 1974, as intenções brasileiras de reconhecer o regime de Pequim já eram conhecidas na imprensa taiwanesa. O *The China News* de 25 de abril reproduziu um comunicado da *Associated Press* no qual se lê:

O rígido regime militar anticomunista do Brasil, maior país da América Latina, está em vias de estabelecer relações diplomáticas com Pequim. É uma clara prioridade dos negócios sobre a política. O ministro das relações exteriores Antônio Azeredo da Silveira anunciou que o Brasil convidou uma missão comercial de Pequim para vir aqui [Brasil] em agosto e que a questão das relações “é algo a ser considerado para o futuro”²⁷² (THE CHINA NEWS, 25/04/1974 – tradução nossa).

²⁶⁹ Não se especifica se tal publicação é uma revista ou um periódico, nem quem a publicava.

²⁷⁰ No original, em espanhol: “En medio de las corrientes de apaciguamento que siguen muchos gobiernos, Brasil es uno de los pocos países que mantiene firme y determinada su posición anticomunista. Brasil prestó su apoyo incondicional a nuestro país en la lucha por la representación de la República de China en la Naciones Unidas, y hasta hoy, entre ambos países, la cooperación, y apoyo mutuo no pueden ser más cordiales y sinceras” (CHU citado por TU, 1974, n.p.).

²⁷¹ No original, em espanhol: “El embajador Chu acentuo que, a pesar de la expansión comunista en Latinoamérica, casi todos los pueblos latinoamericanos le rechazan y están alerta al peligro. No será el comunismo quien de sus esperanzas. La reciente caída de Allende en Chile constituye la mejor prueba de muestra” (TU, 1974, n.p.).

²⁷² No original, em inglês: “The rigidly anti-Communist military regime of Brazil, Latin America’s largest country, is on the road to establishing diplomatic relations with Peking. It is a conscious choice of business over politics. Foreign Minister Antonio Azeredo da Silveira announced here that Brazil has invited a comercial mission from

Diante das incertezas que rondavam a questão chinesa, o regime nacionalista seguiu apelando aos valores anticomunistas para preservar seu reconhecimento internacional. Em matéria do *China Post* de maio de 1974 encontrada anexa a um ofício da embaixada brasileira, a visita do vice-presidente Yen Chia-kan à América Central é apresentada como uma boa oportunidade para renovar e celebrar as crenças e entendimentos compartilhados entre a China nacionalista e os regimes da América Central. Em sua passagem pela Nicarágua, Yen Chia-kan condecorou “vários líderes governamentais em Manágua, incluindo o notável líder anticomunista General Anastasio Somoza, um velho amigo da República da China²⁷³” (CHINA POST, 25/05/1974 – tradução nossa). Em Honduras, durante a assinatura de um acordo de assistência técnica com o líder hondurenho Oswaldo Lopez Arellano, o vice-presidente “reafirmou a resoluta posição da República da China de não lidar com a China comunista. ‘O comunismo’ disse ele ‘é ruim não só para nosso país, mas para todo o mundo²⁷⁴’” (CHINA POST, 25/05/1974 – tradução nossa).

O redator conclui a matéria expressando otimismo quanto ao sucesso da diplomacia da China nacionalista na América Latina (a despeito das investidas da China comunista), reafirmando assim a importância daquela região para a cruzada anticomunista do *Kuomintang*:

De fato, é extremamente gratificante saber que o prestígio da República da China permanece elevado nas mentes daqueles líderes perspicazes das nações centro-americanas. Apesar da ofensiva sorridente da China comunista ao redor do mundo, sua propaganda na América Latina não tem sido bem-sucedida. Nossa persistente política de cooperação com aquelas nações tem ajudado a derrotar a ofensiva sorridente da China comunista. O retorno do vice-presidente de sua terceira visita à América Latina em dez meses provou ser extremamente bem-sucedido²⁷⁵ (CHINA POST, 25/05/1974 – tradução nossa).

A seção chinesa da Liga Anticomunista Mundial também foi um canal por meio do qual o regime de Taipei tentou reforçar seus laços com os países latino-americanos. Em junho de 1974, o Dr. Gu Zheng-gang, na posição de presidente honorário da LAM, ofereceu um jantar na sede da organização ao qual compareceram representantes do Brasil, Colômbia, Nicarágua, Panamá e Uruguai. No referido encontro, os diplomatas latino-americanos foram familiarizados

Peking to come here in August and that the question of relations ‘is something to be considered for future’” (THE CHINA NEWS, 25/04/1974).

²⁷³ No original, em inglês: “many government leaders in Managua including the notable anti-Communist leader General Anastasio Somoza, an old friend of the Republic of China” (CHINA POST, 25/05/1974).

²⁷⁴ No original, em inglês: “reaffirmed the Republic of China’s resolute stand not to deal with Communist China. ‘Communism’, he said, ‘is bad not only for our country but for the whole world’” (CHINA POST, 25/05/1974).

²⁷⁵ No original, em inglês: “It is indeed highly gratifying to know that the Republic of China’s prestige remains high in the minds of those farsighted leaders of the Central American nations. Despite the Chinese Communist smiling offensive all over the world, its propaganda in Latin America has not succeeded. Our persistente policy of friendly cooperation with those nations has helped to defeat the Chinese Communist smiling offensive. The Vice President’s return from his third visit to Latin America in 10 months has proved to be extremely successful” (CHINA POST, 25/05/1974).

com as atividades da LAPA e da LAM, além de assistirem a dois filmes (HENRIQUES FILHO, 1974, ofício n° 257).

O encarregado de negócios Othon do Amaral Henriques Filho compareceu ao jantar representando o Brasil e descreveu o evento como “a reunião mais soporífera em que tive a oportunidade de estar presente em meus seis meses de permanência em Taipei”. O diplomata acusou os organizadores do evento de quererem fazer uma lavagem cerebral nos convidados, além de reclamar que os filmes exibidos já haviam sido transmitidos diversas vezes pela televisão local. O diplomata atribuiu sua presença no jantar ao fato de o Brasil ter sediado, em janeiro de 1974, a 2ª Conferência da Confederação Anticomunista Latino-americana, além de ser a sede da realização da reunião preparatória da LAM (em dezembro de 1974) e da 8ª LAM (programada para 1975) (HENRIQUES FILHO, 1974, ofício n° 257).

Diante da aproximação entre Pequim e Brasília então em curso, o ministro de assuntos econômicos da embaixada da República da China em Brasília, ao visitar o encarregado de negócios brasileiro em Taipei em junho de 1974, tentava a todo o custo intensificar as relações comerciais entre ambos os países:

O Ministro Hu veio bastante documentado e, ao que parece, está desenvolvendo grande atividade junto a entidades oficiais e privadas, inclusive tentando, segundo me declarou, convencer esses setores quanto à conveniência da aquisição de produtos brasileiros, mesmo que tenham de pagar um “preço político”, em casos em que esses produtos cheguem a Taiwan com o custo mais elevado do que os adquiridos em outros países. Segundo ele, lhe tem sido difícil “vender” esse argumento, em vista da recente atitude do Brasil em relação à China continental (HENRIQUES FILHO, 1974, ofício n° 276).

Em junho, o encarregado de negócios brasileiro enviou um artigo redigido pelo diretor do *The China News Ting Wei-tung* denunciando uma “ofensiva comercial” de Pequim no Brasil. Em seu ofício, Othon considera que o artigo de Ting Wei-tung, que acabava de retornar de uma visita a seis países latino-americanos (incluindo o Brasil), apesar de sua preocupação econômico-comercial, deixava transparecer as rivalidades políticas entre a ilha e o continente:

Nas entrelinhas se pode, entretanto, depreender que não se trata simplesmente de um problema de natureza econômico-comercial, mas que o desejo – diria a “necessidade” – de a ROC [República da China] aumentar o intercâmbio bilateral para o nível de 100 milhões de dólares se prende a um imperativo de ordem política, pois espera, assim, minimizar a importância do nosso crescente comércio com o “Mainland”. Esse objetivo, que não é propriamente uma novidade, ficou mais patente nos últimos tempos – principalmente após a ida da última missão comercial brasileira a Pequim – situação essa que se concretizou, aparentemente, com a vinda a Taipei do Senhor K. T. Hu, Ministro dos Assuntos Econômicos da ROC em Brasília – vide meu ofício n° 276, de 8 do corrente (HENRIQUES FILHO, 1974, ofício n° 294).

Em seu artigo, o diretor do *The China News* confia no papel de uma política comercial dinâmica para salvaguardar e fortalecer os laços de amizade entre a República da China e o Brasil diante da ofensiva comercial da China comunista. Denuncia-se até mesmo certo oportunismo por parte de Pequim em se aproximar do Brasil justo quando o crescimento

econômico brasileiro era comprometido pelo choque do petróleo: “A ofensiva comercial de Pequim contra o Brasil veio em um momento em que o desenvolvimento econômico do Brasil está enfrentando dificuldades em meio à crise de energia²⁷⁶” (TING, 1974 – tradução nossa). O diretor do periódico também demonstrava preocupação com a visita de uma missão comercial da China comunista ao Brasil em agosto: “Apesar de o governo brasileiro dizer que as conversações a seguir serão de natureza ‘técnica’, a República da China está sabidamente preocupada²⁷⁷” (TING, 1974 – tradução nossa).

A “infiltração” da China comunista no Brasil se daria, de acordo com Ting Wei-tung, por meio da compra de meio milhão de toneladas de açúcar brasileiro e o volume de comércio bilateral entre ambos os países poderia superar os 200 milhões de dólares. O diretor demonstra incerteza quanto à capacidade de seu país de atingir metade desta cifra:

A fim de dar conta da ofensiva comercial comunista contra o Brasil, a República da China irá incrementar seu comércio com o Brasil dos US\$ 73,000,000 do ano passado para algo em torno de US\$ 100,000,000 este ano. A principal aquisição da República da China no Brasil será algodão e feijão. Caminhões fabricados no Brasil também estavam sob consideração. Se o programa de aquisições da República da China conseguirá bater a ofensiva comercial comunista é algo que precisamos aguardar para ver²⁷⁸ (TING, 1974 – tradução nossa).

Ting Wei-tung também aponta que os observadores diplomáticos no Brasil estariam notando a emergência de uma “consciência de mercado” naquele país e reconhecia sua “aguda necessidade de fundos e mercados para apoiar seu rápido crescimento econômico²⁷⁹” (TING, 1974 – tradução nossa). O autor reconhece o motivo pelo qual a China comunista despontava como o parceiro mais atraente para os brasileiros:

A situação serve para explicar por que o Brasil está tão ansioso para achar amplos mercados internacionais para seus produtos, e os mercados da China continental despontam de forma proeminente no cenário. Relatos também dizem que o Brasil está procurando “dinheiro de petróleo” dos países árabes para financiar seu desenvolvimento econômico²⁸⁰ (TING, 1974 – tradução nossa).

O jornalista reconhecia, portanto, que o novo momento econômico pelo qual o Brasil passava tornava uma aproximação com o regime comunista chinês perfeitamente plausível. Entretanto, o autor invocava os valores e crenças compartilhados entre o regime nacionalista e

²⁷⁶ No original, em inglês: “Peiping’s trade offensive against Brazil came at a time when the economic development of Brazil is facing difficulties in the wake of the energy crisis” (TING, 1974).

²⁷⁷ No original, em inglês: “Although the Brazilian government said that forthcoming talks will be ‘technical’ in nature, the Republic of China is known to be seriously concerned” (TING, 1974).

²⁷⁸ No original, em inglês: “To cope with the Communist trade offensive against Brazil, the Republic of China will increase its trade with Brazil from the US\$ 73,000,000 last year to the neighborhood of US\$ 100,000,000 this year. The main ROC purchase in Brazil will be cotton and bean. Brazilian-made trucks are also under consideration. Whether the ROC purchasing program can beat the Communist trade offensive remains to be seen” (TING, 1974).

²⁷⁹ No original, em inglês: “acute need of fund and market to support its rapid economic growth” (TING, 1974).

²⁸⁰ No original, em inglês: “The situation serves to explain why Brazil is so anxious to find ample overseas market for its products, and the Chinese mainland market figures prominently in the picture. Reports also said that Brazil is seeking ‘oil money’ from Arab countries to finance its economic development” (TING, 1974).

o regime militar brasileiro na esperança de que eles, aliados ao aumento das transações comerciais, seriam o bastante para deter a ofensiva comercial comunista:

Em seu esforço atual de fortalecer as relações sino-brasileiras, Taipei tem dois recursos. O primeiro é a amizade básica entre os povos chinês e brasileiro. Os brasileiros são um povo pacífico e amante da liberdade, fortemente anticomunista. O outro é a coordenação estrita entre a Embaixada Chinesa em Brasília e homens de negócios chineses que estão visitando o Brasil e outras nações latino-americanas em números crescentes para promover o comércio²⁸¹ (TING, 1974 – tradução nossa).

Em um momento de profundas mudanças na política exterior brasileira, a República da China permanecia atrelada à crença de que o anticomunismo seguia tão relevante para a identidade brasileira quanto há dez anos. Esse descompasso de percepções entre os dois regimes se mostrou fatal para as relações entre Brasília e Taipei.

7.3. Os momentos finais das relações Brasília-Taipei

O mesmo *The China News*, em editorial de junho de 1974, trouxe à tona um importante símbolo da aproximação entre o Brasil e a República Popular da China: o desejo de ampliar o mar territorial, conforme analisado no capítulo 6. Se a ampliação do mar territorial estava em sintonia com o desejo brasileiro de reafirmar sua soberania e levar a cabo seu projeto de potência, para a República da China tal ampliação apenas deixava clara sua vulnerabilidade, já que se achava a apenas 100 milhas de distância da China continental. A discussão sobre esta matéria era ainda mais sensível em Taiwan porque a República da China não foi representada na terceira conferência da ONU sobre direito marítimo realizada em Caracas em 1974.

Em edição de 19 de junho de 1974, o *The China News* publicou um editorial intitulado “A Lei do Mar ao Nosso Redor” (“*Law of the Sea Around Us*”) em que as decisões de ampliar o mar territorial são apresentadas como claramente desfavoráveis aos interesses da ilha:

Os chineses comunistas têm apoiado as exigências latino-americanas por um limite de 200 milhas. Essa posição tem implicações políticas e econômicas. Se um limite de 200 milhas ou mesmo de 100 milhas for aceito para fins de pesca e exploração mineral, o regime de Peiping pode tentar fechar o Estreito de Taiwan. Nossas forças de defesa teriam algo a dizer a respeito²⁸² (THE CHINA NEWS, 19/06/1974 – tradução nossa).

Por outro lado, a expansão do mar territorial era um dos meios pelo qual o Brasil expressava o vigor de sua política externa. Como visto no capítulo 6, o Brasil foi um dos países que denunciou o congelamento de poder que se esboçava entre as duas potências da Guerra

²⁸¹ No original, em inglês: “In its current effort to strengthen the Sino-Brazilian relations, Taipei has two assets. The first is the basic friendliness between the Chinese and Brazilian peoples. The Brazilians are a freedom-loving people, strongly anti-Communist. Another is the close coordination between the Chinese Embassy in Brasília and Chinese businessmen who are visiting Brazil and other Latin American nations in increasing numbers to promote trade” (TING, 1974).

²⁸² No original, em inglês: “The Chinese Communists have been supporters of Latin American claims to a 200-mile limit. This position has political as well as economic implications. If a 200-mile limit or even one of 100 miles were accepted for purposes of fishing and mineral exploration, the Peiping regime might attempt to close the Taiwan Straits. Our defense forces would have something to say about that” (THE CHINA NEWS, 19/06/1974).

Fria. O TNP e a Conferência do Desarmamento em Genebra, que não previam o desarmamento das potências e ao mesmo tempo impediam os países menores de terem acesso a armas, eram vistos pelo Brasil como símbolos deste congelamento de poder sacramentado pela *détente*. O Brasil também resistia às pressões do Norte global, que exigia políticas de controle demográfico e restrição do mar territorial. Em 1970, à revelia dos Estados Unidos, o Brasil expandiu seu mar territorial de 12 para 200 milhas (VIZENTINI, 2004, p. 140-142).

Esta trajetória de afirmação de uma política externa independente teve, no governo Geisel, seu mais importante episódio. Azeredo da Silveira afirmou, em discurso na ESG, que a *détente* era um método inadequado e precário empregado pelas potências. Inadequado por supor a concentração permanente de poder decisório nas mãos das superpotências, quando o que estava em jogo era o destino da humanidade inteira. Precário porque a *détente* poderia ser revogada a qualquer momento (SILVEIRA, 2018, p. 181-182).

Ao eleger o desenvolvimento econômico e social como objetivo político primordial e a ordem internacional vigente como maior obstáculo à consecução daquele desenvolvimento, o governo Geisel percebeu que isso traria duas consequências principais. Primeiramente, o Brasil sentiria uma necessidade cada vez maior de se aproximar dos países em desenvolvimento que lutavam pela transformação da estrutura financeira e comercial mundial. Em segundo lugar, o país também experimentaria certo nível de fricção com as grandes potências econômicas beneficiárias dessa ordem (MAIOR, 2018, p. 209).

Sendo assim, a decisão brasileira de estender seu mar territorial unilateralmente se insere neste contexto de sucessivas tentativas do regime militar de reafirmar sua identidade de contestador da ordem e do status quo internacional – identidade esta que também caracterizava a República Popular da China²⁸³. A ampliação do mar territorial para 200 milhas aproximava o regime militar brasileiro da República Popular da China, ao mesmo tempo que o afastava da República da China.

Diante do exposto, a aproximação entre Brasil e China Popular em 1974 se mostra menos surpreendente do que inicialmente se poderia pensar.

Para além dos âmbitos político e comercial, é curioso perceber que uma das manifestações de ruptura entre o Brasil e a República da China se deu também no âmbito esportivo. Em ofício de junho de 1974, Othon comunica a repercussão, na imprensa local, das

²⁸³ A aproximação da China comunista com a França foi possibilitada por um cenário similar. Ambas queriam desenvolver um programa nuclear (esbarrando assim na estrutura internacional de poder) e tinham atritos com as potências de seus blocos. Mao admirava a coragem de De Gaulle em contestar os Estados Unidos. Em janeiro de 1964, a França anunciou que retomaria as relações com Pequim (FITZGERALD, 1964, p. 218).

tentativas de substituir a China nacionalista pela China comunista na FIFA. Tal manobra contou com o apoio brasileiro, para o qual teria contribuído João Havelange:

O que causa espécie é ver o Brasil relacionado entre os países que votaram a favor da proposta do Kuwait, voto esse, ao que me parece, emitido por João Havelange, quando ainda recentemente (...) o Senhor Carlos Delayti havia estado em Taipei e obtido, como representante pessoal de Havelange, o apoio da ROC [República da China] à candidatura brasileira à presidência da FIFA (HENRIQUES FILHO, 1974, ofício nº 275).

A proposta do Kuwait foi rejeitada em convenção anual da FIFA em Frankfurt, o que foi noticiado com certo alívio pela imprensa local. Apesar do apoio brasileiro, Othon afirma que até o momento da redação de seu ofício, nenhum representante das associações esportivas de Taiwan o havia abordado para tratar do assunto.

A ruptura entre Brasil e China nacionalista que estava então em progresso não abalou os contatos entre anticomunistas brasileiros e chineses. Em julho de 1974, Othon escrevia ao MRE informando que Carlo Barbieri Filho, representante da LAM, havia comparecido à “*Captive Nations Week*” (“Semana das Nações Cativas”), evento realizado em Taipei pela LAM naquele mesmo mês em homenagem às vítimas do comunismo ao redor do mundo²⁸⁴. O evento culminou com uma demonstração pública no Memorial Sun Yat-sen. A pedido da embaixada, Carlo Barbieri Filho teria enviado um pequeno resumo das atividades daquele evento, que foi então repassado ao MRE. Também consta do ofício que a embaixada remeteu ao MRE, em anexo, o programa das atividades realizadas no evento, bem como recortes de jornais locais cobrindo a reunião (HENRIQUES FILHO, 1974, ofício nº 323). Infelizmente, não conseguimos localizar nenhum destes documentos durante nossa pesquisa.

É significativo que a embaixada brasileira tenha demonstrado interesse nas atividades de Carlo Barbieri Filho, banqueiro e empresário que foi membro fundador da Sociedade de Estudos Interamericanos (SEI), fundada em 1960, além de atuar junto ao IPES, de quem recebeu dinheiro durante a articulação da campanha contra o presidente João Goulart. A SEI possuía quadros de espionagem de alto nível que reportavam a movimentação de organizações e partidos comunistas no Brasil e no mundo. Mais do que denunciar o “perigo comunista”, a SEI também produziu inteligência sobre o assunto (RIBEIRO, 2018, p. 155).

Ao lado do policial paraguaio Antonio Campus Alum, Barbieri foi um dos principais articuladores da CAL e da LAM. Barbieri chegou a solicitar concessões de rádio de governos militares brasileiros, além de ter colaborado com a Operação Bandeirantes (OBAN), um dos órgãos de repressão da ditadura brasileira. Durante o interrogatório do jornalista Marcos

²⁸⁴ Sobre a Semana das Nações Cativas, ver: NEKOLA, Martin. “The Assembly of Captive European Nations: a Transnational Organization and Tool of Anti-Communist Propaganda”. In: DONGEN, Luc Van; ROULIN, Stéphanie e SCOTT-SMITH, Giles (orgs.) **Transnational Anti-communism and the Cold War: Agents, Activities, Networks**. New York: Palgrave, 2014, p. 96-112.

Antônio Rocha no DOI-CODI, um dos torturadores lhe perguntou sobre uma matéria contendo informações sobre a falência do Banco Aplik. A pergunta teria sido encomendada por Barbieri, dono do Banco Aplik, mostrando assim a proximidade do banqueiro com os órgãos de repressão (RIBEIRO, 2018, p. 20).

Barbieri foi um importante representante da LAM no Brasil e na América Latina, tendo sido seu presidente em diferentes ocasiões nos anos 1970 e 1980 (RIBEIRO, 2018, p. 129). O banqueiro tinha o costume de andar armado e defendia o uso da violência na luta contra os comunistas. Até mesmo a TFP, uma das mais tradicionais organizações conservadoras brasileiras, considerava-o um homem imprevisível. Sua contribuição para a LAM ia muito além de simplesmente frequentar reuniões, pois ele auxiliou o governo chinês em sua campanha para obter influência na América do Sul. Barbieri visitava Taiwan com frequência e havia relatos de que ele operava a partir da *Financiera Urundey*, uma companhia de fachada sediada no Paraguai que prestava apoio logístico a autoridades nacionalistas em visita ao país sul-americano. Nas palavras de Scott Anderson e John Lee Anderson, “Barbieri é objeto de pródigos elogios de seus pagadores do *Kuomintang*²⁸⁵” (ANDERSON e ANDERSON, 1986, p. 140 – tradução nossa). Os autores também afirmam, ao final de sua obra, que a *Financiera Urundey* lavava dinheiro taiwanês e sul-coreano, além de enviar militares sul-americanos para treinamento político em Taiwan (ANDERSON e ANDERSON, 1986, p. 140).

A atuação de Barbieri e Alum foi fundamental para estimular as relações comerciais entre a República da China e diversos países latino-americanos, sobretudo o Paraguai (RIBEIRO, 2018, p. 20). De fato, um mês após a realização da “*Captive Nations Week*”, uma delegação de 27 paraguaios (entre os quais estavam o ministro da Indústria e Comércio e o ministro da Agricultura) visitou a ilha e assinou um memorando prevendo a ampliação da cooperação tecnológica e comercial com o governo local. A imprensa chinesa enfatizou somente os aspectos econômicos e comerciais da visita. No entanto, o encarregado de negócios brasileiro explicitou o caráter político da visita em um momento no qual o Paraguai se achava sob a ditadura do general Alfredo Stroessner:

Embora especificamente com finalidade econômico-comercial, não cabe dúvida que a referida missão alcançou também marcante objetivo político, uma vez que nos discursos pronunciados durante as recepções e a entrega das condecorações se deu especial ênfase aos ideais comuns dos Governos da ROC e do Paraguai no combate ao comunismo (HENRIQUES FILHO, 1974, ofício nº 349).

À medida que o estabelecimento de laços oficiais entre o Brasil e a China comunista se tornava iminente, a postura da imprensa em Taiwan foi da omissão para a hostilidade aberta. Em ofício do dia 12 de agosto, três dias antes de Brasília e Pequim formalizarem suas relações,

²⁸⁵ No original, em inglês: “Barbieri is the object of lavish praise from his *Kuomintang* paymasters” (ANDERSON e ANDERSON, 1986, p. 140).

Othon comenta que o periódico *The China News* do dia 9 de agosto havia destacado um despacho da *Associated Press* do Rio de Janeiro intitulado “*Brazil’s Economic Boom Attracts Wide Attention*”²⁸⁶ (“Boom Econômico Brasileiro atrai ampla atenção”). O diplomata brasileiro observa, contudo, que a notícia omitia uma importante informação: a presença de uma missão comercial da China continental no Brasil naquele mesmo momento. Somente após ler os jornais de Hong Kong ele conseguiu perceber tal omissão, já que os jornais da colônia britânica publicaram a notícia na íntegra. E acrescenta: “Aliás, ultimamente, tem-se notado que o controle da censura se vem acentuando sobre os noticiários das agências internacionais e das revistas estrangeiras do gênero *Time*, *Newsweek* e *Far Eastern Economic Review*” (HENRIQUES FILHO, 1974, ofício n° 353).

Seria a censura sobre veículos de comunicação estrangeiros uma resposta do *Kuomintang* à perda de apoio a Taiwan no cenário mundial? O encarregado de negócios brasileiro não o diz explicitamente. Porém, o aumento progressivo no número de atores internacionais reconhecendo a China comunista neste mesmo período torna esta hipótese bastante plausível.

Quando as relações Brasília-Taipei são oficialmente rompidas, a omissão que notamos no *The China News* desvanece. O primeiro ofício a tratar do rompimento foi emitido no dia 21 de agosto e comunica o desgosto de diferentes órgãos de imprensa locais com a decisão brasileira. O encarregado de negócios brasileiro não faz maiores comentários sobre a repercussão. Ele se restringe a dizer que o *China Post* era um órgão de imprensa não-vinculado ao governo, ao passo que o *Central Daily News* era impresso na língua chinesa e servia de portavoz do *Kuomintang*, “podendo-se portanto considerar suas considerações como traduzindo o pensamento oficial do Governo da ROC” (HENRIQUES FILHO, 1974, ofício n° 361).

O rompimento brasileiro com Taipei parece ter afetado o regime nacionalista chinês ainda mais do que o de outros países. Segundo Othon, este teria sido, “nos últimos tempos, a maior demonstração oficial do Governo relativamente aos casos de rompimento de relações diplomáticas com outros países” (HENRIQUES FILHO, 1974, ofício n° 361). O corpo diplomático brasileiro interpretou a decisão de seu governo como um duro golpe nas relações internacionais de Taiwan:

A atitude brasileira causou profundo impacto nos círculos oficiais, na população em geral e mui especialmente no reduzido Corpo Diplomático ainda existente em Taipé, o qual considera a decisão brasileira como a “semi-pá” de cal no que diz respeito às diplomáticas internacionais [sic] de Taiwan. Depois dos Estados Unidos, o Brasil era, indiscutivelmente, o país mais representativo aqui. (HENRIQUES FILHO, 1974, ofício n° 361).

²⁸⁶ O diplomata informa que o jornal foi enviado anexado ao ofício, mas não conseguimos encontrá-lo.

Anexados ao ofício foram remetidos cinco recortes de jornais locais, além de uma tradução, para o português, de um editorial do jornal local. O *China Post*, órgão de imprensa em inglês e sem ligação com o governo nacionalista, publicou uma nota sob o título “A Loucura Brasileira” (“*Brazil’s Folly*”). O jornal informava que a República da China decidira romper todas as relações com o Brasil depois de este estabelecer relações diplomáticas com Pequim, além de julgar a decisão brasileira um ato precipitado: “Este é outro caso que nos compele a lamentar que tolos entrem de supetão onde anjos temem pisar²⁸⁷” (CHINA POST, 18/08/1974).

O editorial do *China Post* afirma que “A decisão do governo brasileiro de estabelecer relações diplomáticas com o regime de Pequim é realmente um ato de loucura²⁸⁸”, e questiona: “Que vantagem pode o Brasil ganhar ao cometer tal ato? Nossa resposta é de que o Brasil não pode ganhar absolutamente nada²⁸⁹” (CHINA POST, 18/08/1974). Ainda segundo o editorial, a decisão do governo brasileiro não refletiria os sentimentos de toda a população brasileira:

Apesar do rompimento de relações entre o Brasil e a República da China, nós acreditamos que ainda temos muitos amigos entre o povo brasileiro. Nós esperamos, portanto, que nossos amigos brasileiros se façam a mesma pergunta. Que vantagem pode o seu país ganhar ao estabelecer relações diplomáticas com a China Vermelha? Nós nos recusamos a acreditar que eles possam chegar a uma conclusão diferente da nossa²⁹⁰ (CHINA POST, 18/08/1974 – tradução nossa).

O editorial afirma que a China continental era conhecida ao redor do mundo por sua política de agressão e por seu apoio à infiltração e subversão em todos os países com os quais mantinha relações diplomáticas. O Brasil, portanto, não seria uma exceção. O editorial conclui em tom de revolta e denúncia:

Por que os imbecis políticos brasileiros optaram por abandonar a República da China e procurar a companhia dos comunistas chineses? Nós temos apenas uma resposta. É um resultado da bem-sucedida ofensiva de bala de prata do regime de Pequim²⁹¹ (CHINA POST, 18/08/1974).

Em outros termos, o *China Post* atribuía a “loucura” do governo brasileiro à ofensiva de Pequim e à imbecilidade dos políticos brasileiros, incapazes (ou relutantes) de reagir àquela ofensiva. Em pouco mais de dez anos, entre abril de 1964 a agosto de 1974, o Brasil foi de aliado na luta anticomunista a mais uma vítima da ofensiva internacional da China comunista.

²⁸⁷ No original, em inglês: “This is another case which compels us to lament that fools rush in where angels fear to tread” (CHINA POST, 18/08/1974).

²⁸⁸ No original, em inglês: “The Brazilian government’s decision to establish diplomatic relations with the Peiping regime is truly and act of folly” (CHINA POST, 18/08/1974).

²⁸⁹ No original, em inglês: “What advantage can Brazil gain by committing such an act? Our answer is that Brazil can gain absolutely nothing” (CHINA POST, 18/08/1974).

²⁹⁰ No original, em inglês: “Despite the severance of relations between Brazil and the Republic of China we believe we still have many friends among the Brazilian people. We hope, therefore, our Brazilian friends will ask themselves the same question. What advantage can their country gain by establishing diplomatic relations with Red China? We refuse to believe They can arrive at a conclusion different from ours” (CHINA POST, 18/08/1974).

²⁹¹ No original, em inglês: “Why did the stupid Brazilian politicians decide to forsake the Republic of China and seek the company of the Chinese Communists? We have Only one answer. It is a result of the Peiping regime’s successful silver bullet offensive” (CHINA POST, 18/08/1974).

Publicado no dia 17 de agosto, o editorial do *Central Daily News*, de língua chinesa e ligado ao regime nacionalista, foi mais extenso do que o do *China Post*, além de mais duro. O editorial foi traduzido para o português pela embaixada brasileira e os trechos que reproduzimos aqui foram extraídos desta tradução. O exemplar original não foi anexado ao ofício enviado pela embaixada. O título do editorial é direto: “O Brasil provará eventualmente o fruto amargo de seu reconhecimento do regime repressivo maoísta” (CENTRAL DAILY NEWS, 17/08/1974, p. 1). Afirma-se ainda que o Ministério dos Negócios Estrangeiros “apresentou um protesto ao Governo brasileiro pela atitude inamistosa e anunciou, imediatamente, a suspensão de relações diplomáticas com o Brasil” (CENTRAL DAILY NEWS, 17/08/1974, p. 1). A fim de “manter a nossa política básica de não negociar com os comunistas chineses, fomos obrigados a tomar essa decisão que é muito penosa” (CENTRAL DAILY NEWS, 17/08/1974, p. 1).

O jornal remonta aos primórdios das relações sino-brasileiras em 1880 para enfatizar a solidez de tais relações: “Enviamos o primeiro Ministro plenipotenciário residente naquele país a partir do 3º ano da República e desde então, as relações entre os dois países foram muito cordiais” (CENTRAL DAILY NEWS, 17/08/1974, p. 1). Destaca-se como, nos últimos anos, chineses nacionalistas e brasileiros “colaboraram sob o mesmo princípio no âmbito internacional, tanto no campo político-econômico quanto no cultural (CENTRAL DAILY NEWS, 17/08/1974, p. 1). Ainda segundo o editorial, a decisão brasileira de reconhecer o governo instalado em Pequim foi súbita e imprudente, mas não inesperada. Já era possível depreender essa mudança de rumos a partir da transição de poder entre Médici e Geisel:

Sendo um país tão grande, o Brasil seduzido momentaneamente por outros interesses fez essa mudança muito imprudentemente. Tal atitude desfechada tão súbita não foi inesperada porque, desde 1969 até o término do Governo anticomunista do Presidente Médici no ano passado, as autoridades brasileiras influenciadas pela situação internacional mostraram indícios de uma mudança de política, adotando, assim, uma diplomacia multilateral (CENTRAL DAILY NEWS, 17/08/1974, p. 1).

É interessante perceber como o editorial atribui ao governo Médici a alcunha de anticomunista, bem como o contraste estabelecido entre este governo anticomunista e a adoção de uma diplomacia multilateral. Ernesto Geisel, por outro lado, é identificado como um governante que se comprometeu com o anticomunismo apenas internamente, e não externamente. Tal paradoxo, aliado ao anseio de certos brasileiros pelas oportunidades de negócio com a China comunista, teria contribuído para a fatídica decisão de Geisel:

Superficialmente, Geisel mostrou-se seguidor da tradicional política dos governos militares adotada há 10 anos. Adotou, porém, discretamente uma política de anticomunismo internamente e outra de aceitação do comunismo no exterior. A ilusão de comerciar com a China comunista por parte de alguns brasileiros levou a cabo o seu reconhecimento (CENTRAL DAILY NEWS, 17/08/1974, p. 1).

Apesar de reconhecer a lucratividade das relações sino-brasileiras, o editorial adverte os brasileiros para as consequências nefastas que a decisão de Geisel traria ao país no longo prazo. Por um lado, “Os maoístas compram do Brasil açúcar no valor de 250 milhões, quantia suficientemente [sic] para combater a presente crise de petróleo naquele país latino-americano e o atual ‘déficit’ de cerca de 2 bilhões em sua balança de pagamentos” (CENTRAL DAILY NEWS, 17/08/1974, p. 1). Por outro lado, alega-se que as relações diplomáticas entre ambos os governos representaram “mais um êxito para a política estratégica maoísta de liderança do Terceiro Mundo” (CENTRAL DAILY NEWS, 17/08/1974).

Apesar do tímido anticomunismo de Geisel, o editorial ainda considera o Brasil um país anticomunista: “Sendo um país anticomunismo [sic], o Brasil reconheceu o regime comunista chinês rapidamente, independentemente de suas consequências posteriores; advertimos sinceramente o povo brasileiro, bem como o dos países amigos para os três seguintes pontos” (CENTRAL DAILY NEWS, 17/08/1974), p. 2). A primeira advertência exortava o Brasil a não se esquecer dos motivos que haviam guiado os militares brasileiros ao poder há dez anos: “O Brasil sabe perfeitamente que não existe coexistência entre o comunismo e a liberdade porque aquele país latino-americano já teve sua existência política ameaçada pelos comunistas dez anos atrás” (CENTRAL DAILY NEWS, 17/08/1974, p. 2).

O editorial também critica as declarações de Azeredo da Silveira, por meio das quais o chanceler reconhecia as profundas diferenças que separavam o Brasil do regime comunista chinês, mas também afirmava a importância do respeito à soberania para a paz internacional. Segundo o editorial, “Essas declarações são meramente palavras confortáveis para si (o Brasil)” e “o povo chinês e os repressores do regime de Pequim são duas coisas completamente aparte [sic], sendo que o último não tem absolutamente o apoio e a confiança do primeiro” (CENTRAL DAILY NEWS, 17/08/1974, p. 2). Ademais, a decisão brasileira seria comparável à postura norte-americana de estreitar as relações com o regime de Pequim desde a renúncia de Richard Nixon em 1974: “A história se encarregará de fazer o julgamento e a prova do fruto amargo” (CENTRAL DAILY NEWS, 17/08/1974, p. 2).

A segunda advertência feita pelo editorial coloca em xeque os ganhos materiais que as relações com Pequim poderiam trazer. Enfatizam-se as perspectivas promissoras para o incremento nas trocas comerciais entre Brasil e China nacionalista, bem como o vultuoso comércio internacional desta última:

O fato é que o Brasil tem uma população acima de 100 milhões de habitantes e o seu comércio exterior no ano passado alcançou 12 bilhões de dólares norte-americanos. A República da China, apesar da escassez de recursos naturais, atingiu 8 bilhões no mesmo período. Embora o intercâmbio comercial entre o Brasil e a República da China durante o ano passado e este ano ainda não tenha alcançado a cifra de 100 milhões, o futuro é muito promissor (CENTRAL DAILY NEWS, 17/08/1974, p. 2).

Por outro lado, questiona-se a estabilidade econômica da China continental: “na China continental os povos mal comem e vivem, estando todas as atividades ou operações financeiras controladas pelo governo” (CENTRAL DAILY NEWS, 17/08/1974, p. 2). O Brasil não estaria adotando uma atitude condizente com sua fama de país amante da liberdade: “Considerando que os povos latino-americanos apreciam muito a liberdade, não podem ser influenciados pelos maoístas. O Brasil tendo aberto as portas para os comunistas, teria cogitado nas consequências posteriores?” (CENTRAL DAILY NEWS, 17/08/1974, p. 3).

O editorial encerra com uma terceira advertência, bem como uma nota de esperança:

Se outros países latino-americanos desejem [sic] conter a infiltração comunista não devem seguir o exemplo adotado pelo Brasil. Acreditamos que os povos chinês e brasileiro não podem ser influenciados por essa atitude (de estabelecimento de relações diplomáticas) e esperamos que um dia, baseado no princípio de liberdade, o Brasil e a República da China reatem novamente as suas relações (CENTRAL DAILY NEWS, 17/08/1974, p. 3).

O estabelecimento de relações entre Pequim e Brasília também estampou o noticiário do *The China News* e do *China Post*. Diferente dos dois editoriais acima analisados, porém, o noticiário não emitiu julgamentos sobre a decisão brasileira, restringindo-se tão somente a um relato factual dos acontecimentos.

O ofício 361 do dia 21 de agosto de 1974, ao qual os jornais acima estão anexados, foi o último documento encontrado na pasta “Taipei” no arquivo do Itamaraty. A troca de correspondências cessou abruptamente tão logo o regime nacionalista rompeu com o Brasil.

As reações negativas não ficaram apenas no âmbito da imprensa. Chineses que residiam no Brasil também expressaram seu descontentamento ao presidente Geisel. Em carta enviada em maio de 1978 (e reproduzida pelo general Sylvio Frota em seu livro *Ideais Traídos*), o Centro Social Chinês de São Paulo solicita a Geisel que não autorize a abertura de um escritório comercial da República Popular da China naquela cidade alegando que isto “representaria uma grande ameaça não só à comunidade chinesa, mas também traria sérias consequências à segurança nacional do Brasil” (HO et. al., 1978, p. 1). Ainda segundo os signatários:

Mesmo sendo da mesma raça dos comunistas chineses, nós, a maioria dos chineses radicados no Brasil, somos firmes em nos posicionar contra o Comunismo, porque não aceitamos sua ideologia e maneira de viver. O reconhecimento brasileiro do regime da China Comunista em 1974, portanto, provocou certa ansiedade à comunidade chinesa no Brasil (HO et. al., 1978, p. 1).

A carta representa os comunistas chineses como uma ameaça tanto à comunidade como ao Brasil. Sua tática consistiria em “causar fricção, contradições e divergências dentro da colônia chinesa, através de contato e propaganda, a fim de dividi-la e torná-la caótica facilitando assim o controle da comunidade, e através da qual, prosseguem a infiltração na sociedade brasileira” (HO et. al., 1978, p. 2).

Ao fim da carta, os signatários afirmam: “[somos] membros da colônia [que] fugiram da tirania comunista para o Brasil em busca de liberdade e segurança, e sob a proteção do governo brasileiro queremos trabalhar com os brasileiros pela prosperidade do Brasil” (HO et. al., 1978, p. 3). Os signatários do documento foram Lim Fook (presidente do Centro Social Chinês em São Paulo), Hong Shy Chuen (presidente da Câmara de Comércio e Indústria Chinesa do Brasil), Hsieh Hsien-An (presidente da Associação *Tsung Tsin* no Brasil) e o reverendo Ho Yen Chao (representante da Colônia Chinesa Católica).

7.4. Reflexões finais

Por mais que fosse um valor compartilhado entre o regime militar brasileiro e o regime nacionalista chinês, o anticomunismo tinha diferentes significados para cada regime. Isso se dava porque, como vimos no capítulo 2, o anticomunismo chinês possuía um substrato real mais forte do que o anticomunismo brasileiro, pois ele reagia a uma ameaça já concretizada. Sendo assim, o modo como o anticomunismo constituiu as relações Brasília-Taipei foi constrangido e condicionado pela realidade material diversa com que cada regime se deparava.

O regime de Chiang Kai-shek lidava com um regime comunista a poucas milhas de distância e que controlava uma vasta população em um amplo território, além de dispor de *capabilities* militares muito superiores. O regime militar brasileiro, por outro lado, não era vizinho de nenhum país comunista que ameaçasse sua segurança da forma como a República Popular da China ameaçava a segurança da República da China. Diferente de Chiang Kai-shek, cujo maior rival era uma potência nuclear, o regime militar brasileiro lidava apenas com pequenas guerrilhas urbanas e rurais que, apesar da propaganda, nunca constituíram uma ameaça significativa. Por fim – e mais importante de tudo –, a luta anticomunista era, para o *Kuomintang*, uma luta por sobrevivência, pois tanto Pequim como Taipei acreditavam que só poderia haver uma China no mundo. Quanto mais Estados reconheciam a China comunista, mais a China nacionalista via sua existência ameaçada. Para o regime militar brasileiro, por outro lado, o reconhecimento da China comunista não só não comprometia sua existência, como também era vislumbrado como uma oportunidade para seu desenvolvimento econômico e industrial, perpetuando assim o “milagre brasileiro” capitaneado por Médici.

O repúdio à China comunista fazia parte não só do governo, mas do Estado chinês nacionalista. Por outro lado, por mais que tal repúdio fizesse parte de alguns governos militares brasileiros, ele não correspondia exatamente a um objetivo do Estado brasileiro, já que a política externa brasileira, mesmo ao longo do regime militar, reproduzia uma busca a longo prazo pelo desenvolvimento nacional.

Este contraste entre a ameaça comunista na China e a ameaça comunista no Brasil não passou despercebido por Scott Anderson e John Lee Anderson em seus escritos sobre Carlo Barbieri Filho. Os autores observam que o hábito de Barbieri de sempre carregar uma arma e exortar ao enfrentamento violento com os comunistas “parecia levemente fora de sintonia com uma nação que não havia experimentado os horrores de uma guerra civil total e que não via a necessidade de ‘matar ou ser morta²⁹²’” (ANDERSON e ANDERSON, 1986, p. 140 – tradução nossa). O discurso anticomunista, por mais que fosse um importante fator ideacional a legitimar o regime militar brasileiro, possuía um lastro na realidade bem mais frágil do que o anticomunismo chinês nacionalista.

Pouco adianta, portanto, apenas constatar que o regime nacionalista em Taiwan e o regime militar no Brasil compartilhavam crenças anticomunistas, se não nos atentarmos para a realidade material em que cada um desses imaginários anticomunistas se assentava. E, conforme estamos vendo, os alicerces do imaginário anticomunista chinês eram muito mais firmes do que os alicerces sobre o qual se fundava o imaginário anticomunista brasileiro.

Como o anticomunismo no Brasil foi lastreado por uma realidade física em que o comunismo não constituía uma ameaça tão iminente, o regime anticomunista instalado em 1964 no Brasil, diferente do regime de Chiang Kai-shek – e para desespero deste – pôde se dar ao luxo de colocar outros valores acima do anticomunismo ao conduzir suas relações exteriores.

A República da China percebia o regime militar brasileiro como um aliado em sua cruzada anticomunista mundial. Contudo, por mais importantes que sejam sob a ótica construtivista, as identidades dos Estados não são imutáveis nem monolíticas. Estados possuem diferentes identidades, cada uma das quais constituída por diferentes formas culturais sobre quem somos e o que devemos fazer em certos contextos. Tais identidades não costumam nos pressionar simultaneamente, sendo seletivamente ativadas dependendo da situação em que nos encontramos. Tal multiplicidade de identidades por vezes pode deixar os atores inseguros sobre como agir (WENDT, 1999, p. 230). Tal foi o caso das relações Brasília-Taipei: à medida que a busca pelo desenvolvimento econômico, o projeto de Brasil-potência e o desejo de contestar a ordem internacional se tornavam mais importantes que o anticomunismo para a identidade do regime militar brasileiro, as expectativas de Taipei frustraram-se e a República da China teve de se resignar enquanto perdia mais um precioso aliado na arena internacional.

Alexander Wendt explica a questão de forma bastante didática. Em suas interações, determinado ator diz para outro ator: você é X, então eu espero que você aja como X e eu agirei

²⁹² No original, em inglês: “seemed a little out of step in a nation that had not experienced the horrors of an all-out civil war and that did not see the need to ukill or be killed.” (ANDERSON e ANDERSON, 1986, p. 140).

com você como se você fosse X (WENDT, 1999, p. 335). A China nacionalista atribuiu, ao regime militar brasileiro, uma identidade anticomunista e, com isso, esperou dele um comportamento pautado pelo compromisso na luta contra o comunismo e sobretudo contra a China comunista. Porém, à medida que o regime militar brasileiro deixava de se comportar dessa maneira, o regime de Chiang Kai-shek se decepcionava com seu antigo aliado e as relações entre os dois países se estremeciam, conforme a documentação nos mostrou.

Logo, dizer que atores compartilham valores e conhecimentos não significa apenas dizer que tais atores possuem as mesmas crenças, mas também que tais crenças são interligadas. Não basta um grupo G acreditar numa crença C. Os membros do grupo G devem acreditar em C, mas também devem acreditar que os demais membros de G acreditem em C (WENDT, 1999, p. 159-160). O regime de Chiang Kai-shek acreditava que a China comunista era uma ameaça, além de acreditar que o Brasil compartilhava desta crença, tal como evidenciado pelo comunicado conjunto de 1967. A partir do momento em que o regime militar brasileiro opta por estabelecer relações com a China Popular, ele deixa patente que abandonava tal crença, gerando assim um abalo nos valores compartilhados entre os dois Estados.

Alexander Wendt enfatiza que os conhecimentos compartilhados entre os atores sociais “desempenham um papel fundamental ao fazer as interações relativamente previsíveis ao longo do tempo, gerando tendências homeostáticas que estabilizam a ordem social²⁹³” (WENDT, 1999, p. 187 – tradução nossa). Desse modo, a “loucura” brasileira constituiu uma ruptura na previsibilidade de que a China nacionalista desfrutava em suas relações com o Brasil.

²⁹³ No original, em inglês: “plays a key role in making interaction relatively predictable over time, generating homeostatic tendencies that stabilize social order” (WENDT, 1999, p. 187).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese nos mostrou que o regime militar brasileiro e a República da China compartilhavam da crença na periculosidade do comunismo e do desejo de eliminar o que acreditavam ser uma ameaça comunista pairando sobre seus países. Tais crenças e desejos compartilhados ajudaram a criar uma identidade entre ambos os Estados, sendo a formação de tal identidade perceptível por meio dos documentos por nós consultados. A ascensão do regime militar ao poder no Brasil em 1964 constituiu um importante episódio na história das relações sino-brasileiras, com o anticomunismo ajudando a consolidar uma aproximação entre dois Estados tão distantes geograficamente e culturalmente.

Entretanto, na medida em que a política externa brasileira percebia e acreditava no esvaziamento do conflito Leste-Oeste, pautando-se mais pelo antagonismo Norte-Sul, o Brasil passou a vislumbrar uma série de crenças compartilhadas com a República Popular da China. A denúncia da opressão dos países ricos sobre os países pobres, as críticas ao congelamento de poder pelas duas potências (soviéticos e norte-americanos), a busca pelo desenvolvimento nacional e por uma política externa autônoma aproximaram o regime militar brasileiro da China de Mao, culminando assim com a oficialização dos laços diplomáticos em agosto de 1974. Tal oficialização frustrou a percepção que o regime nacionalista chinês tinha do Brasil como um aliado na luta anticomunista, além de potencializar os projetos políticos advogados tanto pela Revolução de 1949 na China quanto pela “Revolução de 1964” no Brasil.

Ademais, por ser um país no qual a “ameaça comunista” existia muito mais na propaganda do que na prática, o Brasil poderia se dar ao luxo de se aproximar da China comunista. A República da China, por sua vez, travava com o regime maoísta uma luta de vida ou morte pelo reconhecimento da comunidade internacional. Os nacionalistas chineses aventaram a possibilidade de se aventurarem em um pragmatismo que os aproximasse da União Soviética, na esperança de se contraporem à República Popular da China, seu inimigo comum. Contudo, o apego à crença na prevalência do antagonismo Leste-Oeste, o fato de a China nacionalista possuir reduzidos recursos militares e econômicos, e sua profunda dependência dos Estados Unidos tornaram tal manobra quase impossível.

Sendo assim, recorrendo aos fatores ideacionais (crenças, valores, desejos, identidades etc.), mas sem nos descuidarmos do substrato real que lastreava tais fatores, esperamos, por meio desta tese, ter feito nossa singela contribuição para um melhor entendimento das relações Brasil-China em um momento no qual a importância da China no cenário internacional tende a crescer cada vez mais.

FONTES

1. Documentos do Arquivo do Itamaraty – Brasília

ANGKATAN BERSENDJATA. “If the President himself plots the Coup”. Reproduzido em: BARBOSA, Raul José de Sá. “Editorial sobre o Brasil no jornal das Forças Armadas”. Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – **Ofícios recebidos** – 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 26 de 20/01/1967.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – **Cartas telegramas** – 1963-1965. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de Negócios / embaixador: Milton Telles Ribeiro. Livro 03411.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – **Cartas telegramas expedidos** – 1946-1962. Ministros de Estado das Relações Exteriores: João Neves da Fontoura, Raul Fernandes, Vicente Rao, José Carlos de Macedo Soares, Francisco Negrão de Lima, Horácio Lafer, Afonso Arinos de Melo Franco, Francisco Clementino de San Tiago Dantas, Hermes Lima. N. 03410.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – **Cartas telegrama expedidas pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores** – 1968. Ministro de Estado das Relações Exteriores: José Magalhães Pinto. Embaixador: Milton Telles Ribeiro. Livro 341?

Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – **Cartas telegramas expedidas** – Janeiro-dezembro 1969. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Mario Gibson Barboza. Volume 3415.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – **Cartas telegramas recebidas** – 1947-1962. Embaixador Gastão Paranhos do Rio Branco. Encarregados de Negócios: Raul Henrique Castro e Silva de Vincenzi; Leonardo Eulálio do Nascimento e Silva; Roberto Jorge dos Guimarães Bastos, Hygas Chagas Pereira. N. 3406.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – **Cartas Telegramas recebidas (CTs)** – 1966-1968. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Juracy Montenegro Magalhães. Embaixador: Milton Telles Ribeiro. Livro 03468.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei-Túnis – **CT’s e telegramas confidenciais** – 1968. Ministro de Estado das Relações Exteriores: José Magalhães Pinto. Embaixador: Milton Telles Ribeiro.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – **Cartas telegramas recebidas** – Janeiro-novembro 1969. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Mario Gibson Barboza. Embaixadores: Milton Telles Ribeiro e Lauro Müller Neto. Volume 3409.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – **Ofícios expedidos** – Janeiro-dezembro 1971. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Mario Gibson Barboza Embaixador: Lauro Müller Neto. Encarregado de negócios: Paulo Dyrceu Pinheiro.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Sofia-Taipei – **Ofícios expedidos** – 1973. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Mario Gibson Barboza. Encarregado de negócios: Paulo Dyrceu Pinheiro. Volume 1.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – **Ofícios recebidos** – Janeiro-julho 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de Negócios / embaixador: Milton Telles Ribeiro. Terceiro secretário / encarregado de negócios: Murillo Gurgel Valente.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – **Ofícios recebidos** – Agosto-dezembro 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de Negócios / embaixador: Milton Telles Ribeiro.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – **Ofícios recebidos** – Janeiro-junho 1965. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Embaixador: Milton Telles Ribeiro. Encarregado de negócios: Murillo Gurgel Valente.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – **Ofícios recebidos** – Julho-dezembro de 1965. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Embaixador: Milton Telles Ribeiro. Encarregado de negócios: Murillo Gurgel Valente.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – **Ofícios recebidos** – Janeiro-junho 1966. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Juracy Montenegro Magalhães. Embaixador: Milton Telles Ribeiro. Encarregado de negócios: Murillo Gurgel Valente.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – **Ofícios recebidos** – Janeiro-abril 1967. Ministros de Estado das Relações Exteriores: Juracy Montenegro Magalhães e José Magalhães Pinto. Embaixador: Milton Telles Ribeiro.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – **Ofícios recebidos** – Maio-setembro 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: José Magalhães Pinto. Embaixador: Milton Telles Ribeiro.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – **Ofícios recebidos** – Outubro-dezembro, 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: José Magalhães Pinto. Embaixador: Milton Telles Ribeiro.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – **Ofícios recebidos** – Junho-dezembro 1970. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Mario Gibson Barboza Embaixador: Lauro Müller Neto. Encarregado de negócios: Paulo Dyrceu Pinheiro. Volume nº 2.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – **Ofícios recebidos** – 1971. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Mario Gibson Barboza Embaixador: Lauro Müller Neto. Encarregado de negócios: Paulo Dyrceu Pinheiro. Livro 1416.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – **Ofícios recebidos** – 1973. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Mario Gibson Barboza. Encarregado de negócios: Paulo Dyrceu Pinheiro. Volume 1.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – **Ofícios recebidos** – 1973. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Mario Gibson Barboza. Encarregados de negócios: Paulo Dyrceu Pinheiro e Othon do Amaral Henriques Filho. Volume 02.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – **Ofícios recebidos** – 1974. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Antônio Francisco Azeredo da Silveira. Encarregado de negócios: Othon do Amaral Henriques Filho. Caixa nº 104.

Arquivo Histórico do Itamaraty – Taipei a Teerã – **Ofícios recebidos** – 1974. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Francisco Azeredo da Silveira. Encarregado de negócios: Othon do Amaral Henriques Filho. Caixa nº 105.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Embaixadas: Saigon a Wellington. Consulados: Antuérpia a Montreal – **Ofícios secretos** – 1971. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Mario Gibson Barboza Embaixador: Lauro Müller Neto. Encarregado de negócios: Paulo Dyrceu Pinheiro. Caixa nº 121.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – **Telegramas expedidos** – 1973. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Mario Gibson Barboza. Encarregado de negócios: Paulo Dyrceu Pinheiro. Volume 1.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – **Telegramas recebidos** – 1944-1962. Embaixadores: Joaquim Eulálio do Nascimento e Silva; Gastão Paranhos do Rio Branco; Leonardo Eulálio do Nascimento e Silva; João Baptista Pereira. N. 03396.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – **Telegramas expedidos pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores** – 1944-1962. Ministros de Estado das Relações Exteriores: Pedro Leão Veloso, João Neves da Fontoura, Raul Fernandes, Vicente Rao, José Carlos de Macedo Soares, Francisco Negrão de Lima, Horácio Lafer, Afonso Arinos de Melo Franco, Francisco Clementino de San Tiago Dantas, Hermes Lima. N. 03401.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – **Telegramas expedidos pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores** – 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: José Magalhães Pinto. Embaixador: Milton Telles Ribeiro.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – **Telegramas expedidos pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores** – 1968. Ministro de Estado das Relações Exteriores: José Magalhães Pinto. Embaixador: Milton Telles Ribeiro. Livro 3404.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Saigon a Sofia; Taipe a Washington – **Telegramas recebidos/expedidos** – **Secreto** – 1968. Ministro de Estado das Relações Exteriores: José Magalhães Pinto. Embaixador: Milton Telles Ribeiro. Caixa nº 79.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipe a Washington – **Telegramas recebidos/expedidos** – **Secreto** – 1969-1970. Ministros de Estado das Relações Exteriores: José Magalhães Pinto e Mario Gibson Alves Barboza. Encarregado de negócios: Paulo Guilherme Vilas-Boas Castro. Caixa nº 112.

ASTURIAS, Ramiro Gereda. “Double Tenth Messages from Foreign Envoys”. In: **China Post**. 10 de outubro de 1965.

BARBOSA, Raul José de Sá. “Assalto à Embaixada da Índia (II)”. Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – **Ofícios recebidos** – 1965. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 218 de 15/09/1965.

_____. “Exposição de Gravuras Brasileiras”. Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – **Ofícios recebidos** – 1965. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 167 de 02/08/1965.

_____. “Protesto contra a detenção de 9 nacionais chineses no Rio de Janeiro”. Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – **Ofícios recebidos** – 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 79 de 21/04/1964.

_____. “Protesto contra a detenção de 9 nacionais chineses no Rio de Janeiro”. Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – **Ofícios recebidos** – 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 80 de 22/04/1964.

_____. “Protesto contra a revolução brasileira”. Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – **Ofícios recebidos** – 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 92 de 05/05/1964.

BARBOZA, Mario Gibson. “Discurso à 26ª Assembleia Geral das Nações Unidas”. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – **Telegramas expedidos** – 1971. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Mario Gibson Barboza. Telegrama nº 76.

BRASIL. As “**depurações**” políticas na China comunista. Estudo sobre o as depurações na China comunista elaborado pela Embaixada do Brasil em Taipei, 1966. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – **Ofícios recebidos** – Janeiro-junho 1966. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Juracy Montenegro Magalhães. Embaixador: Milton Telles Ribeiro. Encarregado de negócios: Murillo Gurgel Valente, ofício nº 171.

BRASIL. O **Partido Comunista da China**. Estudo sobre o Partido Comunista da China elaborado pela Embaixada do Brasil em Taipei, 1966. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – **Ofícios recebidos** – Janeiro-junho 1966. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Juracy Montenegro Magalhães. Embaixador: Milton Telles Ribeiro. Encarregado de negócios: Murillo Gurgel Valente, ofício nº 161.

“Brazil’s President-Elect, Party Received [sic] By PM”. **Bangkok World** – News of the World and the Community. Bangkok, Domingo, 8 de janeiro de 1967. Arquivo Histórico do Itamaraty. Bangkok – **Ofícios recebidos** – 1967. Embaixador: Leonardo Eulálio do Nascimento e Silva.

“Brazil’s progress report”. **United States Armed Forces Radio Taiwan**. 16 de setembro de 1964.

BTI. “Nota de Protesto”. Anexado a: BARBOSA, Raul José de Sá. “Protesto contra a detenção de 9 nacionais chineses no Rio de Janeiro”. Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – **Ofícios recebidos** – 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 80 de 22/04/1964.

CHIANG, Kai-shek. **The president of the Republic of China** – discurso proferido na apresentação de credenciais de Milton Telles Ribeiro, 6 de outubro de 1964.

CHINA, “Chinese Foreign Ministry spokesman lodges strong protests with Brazilian Military Junta”. Anexado a: BARBOSA, Raul José de Sá. “Protesto contra a detenção de 9 nacionais

chineses no Rio de Janeiro”. Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – **Ofícios recebidos** – 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 79 de 21/04/1964.

CHINA, “More on ‘evidence’ prepared by U.S., Chiang agentes for Brazilian frame-up – *Hsinhua* commentator, May 30, 1964”, Nota circular da Embaixada da República Popular da China em Jacarta. Anexado a: BARBOSA, Raul José de Sá. “Novas notas chinesas”. Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – **Ofícios recebidos** – 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 126 de 04/06/1964.

CHINA. “Nota verbal emitida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da China sobre o rompimento de relações entre Brasil e Cuba”. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – **Ofícios recebidos** – 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Embaixador: Milton Telles Ribeiro. Ofício nº 129.

DECLARAÇÃO da Associação Ásio-Africana de Jornalistas. Anexada a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – **Ofícios recebidos** – 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 73 de 14/04/1964.

DPP BTI. Nota de protesto contra o regime militar brasileiro. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – **Ofícios recebidos** – 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 78 de 21/04/1964.

FERREIRA JR., José Leal. “Atividades Políticas Chinesas no Brasil”. Arquivo Histórico do Itamaraty. Nova Délhi – **Ofícios recebidos** – 1965. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Segundo Secretário: José Leal Ferreira Jr.. Ofício nº 154 de 07/04/1965.

HU, K. T.. “Free China’s booming economy means more trade and economic cooperation with Brazil and the world”. Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – **Ofícios recebidos** – 1974. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Antônio Francisco Azeredo da Silveira. Encarregado de negócios: Othon do Amaral Henriques Filho. Caixa nº 104.

KUNTJAHJO. “Telegrama do Conselho Diretor da SEPDA”. Anexado a: BARBOSA, Raul José de Sá. “Protesto contra a revolução brasileira”. Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – **Ofícios recebidos** – 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 92 de 05/05/1964.

MAGALHÃES, Juracy; MING, Wei Tao. “Comunicado Conjunto. Ministro Wei Tao-ming e Juracy Magalhães”. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – **Telegramas recebidos** – 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: José Magalhães Pinto. Embaixador: Milton Telles Ribeiro. Livro 3398. Telegrama nº 15.

MAGUNA. Anexado a: BARBOSA, Raul José de Sá. “Protestos contra a revolução brasileira”. Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – **Ofícios recebidos** – 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 82 de 23/04/1964.

MOVIMENTO DA JUVENTUDE DA CIDADE DE JACARTA. Anexado a: BARBOSA, Raul José de Sá. “Protestos contra a revolução brasileira”. Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – **Ofícios recebidos** – 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 82 de 23/04/1964.

NOTA DE PROTESTO do SEPDA. Anexada a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – **Ofícios recebidos** – Janeiro/junho 1965. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 39 de 19/02/1965.

RAI, Lajpat. “Revolution of Cannibals”. In: **New Age**. 28/06/1964. Anexado a: FERREIRA JR., José Leal. “Política Brasileira. Comentário Imprensa Indiana”. Arquivo Histórico do Itamaraty. Nova Délhi – **Ofícios recebidos** – 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Segundo Secretário: José Leal Ferreira Jr.. Ofício nº 204 de 03/09/1964.

RESOLUÇÃO do Comitê de Solidariedade às Vítimas da Contrarrevolução Brasileira. Anexado a: BARBOSA, Raul José de Sá. “Rapat Umum Solidaritas untuk Pembebasan Korban-Korban Kontra Revolusi di Brasilia”. Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – **Ofícios recebidos** – 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 103 de 14/05/1964.

SBPU. “Nota de protesto contra o regime militar brasileiro”. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – **Ofícios recebidos** – 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 78 de 21/04/1964.

SHAH, Konsin C.. **Carta a Milton Telles Ribeiro**. 31 de março de 1965.

SJAHABUDDIN, Anang. “Nota de protesto”. Anexado a: BARBOSA, Raul José de Sá. “Novo protesto contra a detenção de chineses”. Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – **Ofícios recebidos** – 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 85 de 27/04/1964.

SUTIJOSO, M.. “Telegrama de protesto do grupo Gembira”. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – **Ofícios recebidos** – 1964. Arquivo Histórico do Itamaraty. Jacarta – **Ofícios recebidos** – 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Encarregado de negócios: Raul José de Sá Barbosa. Ofício nº 76 de 17/04/1964.

THE TIMES OF INDIA. “Brazil”, 09/04/1964. Anexado a: FERREIRA JR., José Leal. “Comentário da imprensa indiana. Situação no Brasil”. Arquivo Histórico do Itamaraty. Nova Délhi – **Ofícios recebidos** – 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Segundo Secretário: José Leal Ferreira Jr.. Ofício nº 107 de 09/04/1964.

_____. “Reverse in Brazil”. 04/04/1964. Anexado a: FERREIRA JR., José Leal. “Comentário da imprensa indiana. Situação no Brasil”. Arquivo Histórico do Itamaraty. Nova Délhi – **Ofícios recebidos** – 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Vasco Leitão da Cunha. Segundo Secretário: José Leal Ferreira Jr.. Ofício nº 107 de 09/04/1964.

TU, Teresa. “Relaciones más estrechas entre ambos países – Entrevista con el embajador chino en Brasil, Chu Fu-sung”. Em: **Notícias de la Republica de China**. Anexado a: Arquivo

Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – 1974. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Antônio Francisco Azeredo da Silveira. Encarregado de negócios: Othon do Amaral Henriques Filho. Caixa nº 104. Anexado ao ofício nº 104.

VALENTE, Murillo Gurgel. **I Anniversary of the Brazilian Revolution**. 1965.

YEN, C. K.. “Declaração do Exmo. Senhor vice-presidente da República da China por ocasião de sua chegada ao Aeroporto de Brasília”. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – **Ofícios recebidos** – 1974. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Antônio Francisco Azeredo da Silveira. Encarregado de negócios: Othon do Amaral Henriques Filho. Caixa nº 104. Anexado ao ofício nº 100.

_____. “Prime Minister Yen Chia-kan’s Oral Report on the Administration of the Executive Yuan at the First Meeting of the 46th Session of the Legislative Yuan, September 25, 1970”. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – **Ofícios recebidos** – Junho-dezembro 1970. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Mario Gibson Barboza Embaixador: Lauro Müller Neto. Volume nº 2. Ofício nº 225.

2. Demais documentos diplomáticos

BRASIL. “Delegação Comercial do Brasil em Viagem a Países Socialistas”. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Ano IX – Nº 35-36, Setembro-Dezembro de 1966, p. 126.

_____. “República Dominicana”. Nota do Itamaraty. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Ano VIII, Nº 33-34, Março-Junho de 1966, p. 274-276.

_____. “Rompimento de Relações Diplomáticas com Cuba”. Comunicado à Imprensa emitido pelo Itamaraty. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Ano VII, Junho de 1964, p. 338-339.

COMUNICADO Conjunto sobre o Estabelecimento das Relações Diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China. Brasília, 15 de agosto de 1974. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org.). **Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas: análise de documentos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2016, p. 269.

ESTADOS UNIDOS. “Arrest of Chinese Communists in Brazil”. **National Archives and Records Administration (NARA)**. Registro 59, caixa 1944, pasta 1, 09 de junho de 1964. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1JcKoqLw1BltBT-tG3A7I48BNaI0lmEqh/view> [Acessado dia 12 de outubro de 2022].

ESTADOS UNIDOS, 02/04/1964. “Lebanese Reaction to Brazilian Coup”. **National Archives and Records Administration (NARA)**. Registro 59, caixa 1943, pasta 5, 10 de abril de 1964. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1nF0jHh_mWq03uAEbS2EUWTgMUFi7JZLe/view [Acessado dia 09 de novembro de 2022].

ESTADOS UNIDOS. Repercussão do golpe em Belgrado. **National Archives and Records Administration (NARA)**. Registro 59, caixa 1943, pasta 5, 07 de abril de 1964. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1iFzaGNZHWz7vyT_VNEqtpJtIC4tu43Yy/view [Acessado dia 09 de novembro de 2022].

ESTADOS UNIDOS. Repercussão do golpe na África. **National Archives and Records Administration (NARA)**. Registro 59, caixa 1944, pasta 1, Fevereiro de 1965. Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1JC59gO42baHdZrUegcFBWu2U94IXMhiC> [Acessado dia 09 de novembro de 2022].

ESTADOS UNIDOS, 10/04/1964. “Press Criticism of U.S. on Brazilian Coup”. **National Archives and Records Administration (NARA)**. Registro 59, caixa 1943, pasta 5, 10 de abril de 1964. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1ZH_769tZ0kd6keDHLnIVq4TiklgkmEC/view [Acessado dia 09 de novembro de 2022].

ESTADOS UNIDOS. Aerograma sobre assuntos diversos relacionados ao Brasil, incluindo a autorização do governo Jango para que os cidadãos chineses realizassem uma feira em Belo Horizonte e Niterói. **National Archives and Records Administration (NARA)**. Registro 59, caixa 1932, pasta 5, 07 de março de 1964. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/16R8z3T2uW93flje7J2uMC7Vdi9AdH5tE/view> [Acessado dia 12 de outubro de 2022].

ESTADOS UNIDOS. Telegrama acerca da possibilidade de trocar os prisioneiros chineses no Brasil por prisioneiros norte-americanos na China comunista e na Coreia do Norte. **National Archives and Records Administration (NARA)**. Registro, 59, caixa 1944, pasta 1, 29/04/1964. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Rr2UqjXRflwXpDIw9ZsUQIPKNDIroyI/view> [Acessado dia 12 de outubro de 2022].

ESTADOS UNIDOS. Telegrama para o Departamento de Estado sobre os chineses comunistas presos. **National Archives and Records Administration (NARA)**. Registro 59, caixa 1943, pasta 3, 22 de dezembro de 1964. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1-LuXYGiGR781OMOYkWSsOpS5Ms32hNd/view?pli=1> [Acessado dia 12 de outubro de 2022].

GORDON, Robert C. F.. “ANC Protests Brazilian Action Against Chinese Communists”. **National Archives and Records Administration (NARA)**. Registro 59, caixa 1945, pasta 3, 29 de dezembro de 1964. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1CyiLNy4x_5qmfqWJDEfozO5bRhDDNbKX/view [Acessado dia 12 de outubro de 2022].

_____. “SWAPO Protests Brazilian Action Against Chinese Communists”. **National Archives and Records Administration (NARA)**. Registro 59, caixa 1944, pasta 1, 05 de janeiro de 1965. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1JC59gO42baHdZrUegcFBWu2U94IXMhiC/view> [Acessado dia 12 de outubro de 2022].

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. **Brasil-RPC. Energia Nuclear**. Ministério das Relações Exteriores. 46º Despacho, Item nº 04 – Secreto-Exclusivo, 1984. Disponível em: https://digitalarchive.wilsoncenter.org/assets/media_files/000/007/782/7782.pdf [Acessado dia 30 de junho de 2022].

HAVERKAMP, Roy T.. “Communist Front Organization Claims US Responsible for Brazilian Arrest Chicoms”. **National Archives and Records Administration (NARA)**. Registro 59, caixa 1944, pasta 1, 07 de janeiro de 1965. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1JC59gO42baHdZrUegcFBWu2U94IXMhiC/view> [Acessado dia 12 de outubro de 2022].

LAKELAND, William C.. “Local Reaction to Brazilian Change of Government”. **National Archives and Records Administration (NARA)**. Registro 59, caixa 1943, pasta 5, 09 de abril de 1964. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1ZyIRMtYFOTjh_uCSfsstkz10pzV_LAuV/view [Acessado dia 09 de novembro de 2022].

STOESSEL, Walter J.. Repercussão do golpe em Moscou. **National Archives and Records Administration (NARA)**. Registro 59, caixa 1943, pasta 5, 07 de abril de 1964. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ZXCOYg2ex9LzWgshsGF17HfG6E1G5Mpq/view> [Acessado dia 09 de novembro de 2022].

VAZQUEZ. **Telegrama ordinário recebido**. Telegrama nº 1674. 24 de outubro de 1985. Disponível em: https://digitalarchive.wilsoncenter.org/assets/media_files/000/007/783/7783.pdf [Acessado em 30 de junho de 2022].

3. Imprensa brasileira

CORREIO BRAZILIENSE. “Correio Diplomático – Visita”. 18/08/1973, p. 6.

JORNAL DO COMMERCIO. “Chefe Militar de Formosa hoje com Médici”. Primeiro Caderno, 13/04/1973, p. 3.

4. Imprensa chinesa

“Apresentações de credenciais dos embaixadores de Madagascar e do Brasil a sua excelência o presidente da república”. **Diário Central**. 07 de outubro de 1964.

“Brazil Considers Peiping Threat to World Peace”. **China Post**. 30 de janeiro de 1967. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – **Ofícios recebidos** – Janeiro-abril 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Juracy Montenegro Magalhães e José Magalhães Pinto. Embaixador: Milton Telles Ribeiro. Ofício nº 30.

“Brazil’s Folly”. **China Post**. Editorial de 18 de agosto de 1974.

“Brazil’s new president is an outstanding intellectual”. **The China News**. 7 de setembro de 1964.

“Brazilian Embassy denies dissolution of Congress at home”. **Central News Agency**. 23 de outubro de 1966. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – **Ofícios recebidos** – Janeiro-junho 1966. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Juracy Montenegro Magalhães. Embaixador: Milton Telles Ribeiro. Encarregado de negócios: Murillo Gurgel Valente. Ofício nº 238.

“Brazilian MPs Here For Six-Day Visit”. **China Post**. 10 de junho de 1964.

“Brazilian Senators To Arrive On April 21 On Goodwill Tour”. **The China News**. 03 de abril de 1966.

“Ceylon, Indonesia Ties Sought”. **China Post**. 05 de março de 1967. Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – Janeiro-abril 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Juracy Montenegro Magalhães e José Magalhães Pinto. Embaixador: Milton Telles Ribeiro. Ofício nº 67.

China Post. 28 de janeiro de 1967. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – Janeiro-abril 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Juracy Montenegro Magalhães e José Magalhães Pinto. Embaixador: Milton Telles Ribeiro. Ofício nº 30.

“Detained red agents’ wives visit Brazil”. **The China News**. 12 de setembro de 1964.

“Duas alegrias bateram à porta do Senhor Milton Telles Ribeiro, Ministro, Encarregado de Negócios a.i. do Brasil, que vai ser designado Embaixador na China”. **Central Daily News**. 04 de setembro de 1964.

“Foreign minister Leitão da Cunha”. **The China News**. 7 de setembro de 1964.

“Gimo Decorates Brazilian FM”. **The China News**. 29 de Janeiro de 1967. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – Janeiro-abril 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Juracy Montenegro Magalhães e José Magalhães Pinto. Embaixador: Milton Telles Ribeiro. Ofício nº 30.

HO, Wellington. “Peiping’s ‘Newsmen’ Overseas Nothing but Spies”. **Free China Weekly**, volume 1, número 11. 10 de maio de 1964.

Hsin Sheng Pao. 12 de setembro de 1964.

“Law of the Sea Around Us”. **The China News**, 19 de junho de 1974. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – 1974. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Antônio Francisco Azeredo da Silveira. Encarregado de negócios: Othon do Amaral Henriques Filho. Caixa nº 104. Anexado ao ofício nº 296.

“‘Não fazemos negócios com os comunistas chineses’, declara o Ministro das Relações Exteriores do Brasil”. **Union Daily News**. 18 de maio de 1967. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – Maio-setembro 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: José Magalhães Pinto. Embaixador: Milton Telles Ribeiro. Ofício nº 178.

“New Brazilian envoy marks national day”. **China Post**. 8 de setembro de 1964.

“New presidents of Venezuela, Brazil take office next month”. **China Post**, 21 de fevereiro de 1974. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – 1974. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Antônio Francisco Azeredo da Silveira. Encarregado de negócios: Othon do Amaral Henriques Filho. Caixa nº 104. Anexado ao ofício nº 107.

“O Brasil provará eventualmente o fruto amargo de seu reconhecimento do regime repressivo maoísta”. **Central Daily News**. Editorial do dia 17 de agosto de 1974 traduzido para o português.

“Peiping Spies in Brazil Shun Mao Territory”. **Free China Weekly**. 10 de janeiro de 1965.

“Peiping to send mission to Brazil”. **The China News**, 25 de abril de 1974. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – 1974. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Antônio Francisco Azeredo da Silveira. Encarregado de negócios: Othon do Amaral Henriques Filho. Caixa nº 104. Anexado ao ofício nº 193.

“Peng to visit Argentina”. **The China News**. 9 de setembro de 1964.

“President Geisel of Brazil takes office today”. **China Post**, 15 de março de 1974. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – 1974. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Antônio Francisco Azeredo da Silveira. Encarregado de negócios: Othon do Amaral Henriques Filho. Caixa nº 104. Anexado ao ofício nº 128.

RIBEIRO, Milton Telles. “Double Tenth Messages from Foreign Envoys”. In: **China Post**. 10 de outubro de 1965.

The China News. 28 de janeiro de 1967. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – Janeiro-abril 1967. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Juracy Montenegro Magalhães e José Magalhães Pinto. Embaixador: Milton Telles Ribeiro. Ofício nº 30.

TING, Wei-tung. “Peiping’s Trade Offensive in Brazil”. **The China News**. 25 de junho de 1974. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty. Taipei – Ofícios recebidos – 1974. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Antônio Francisco Azeredo da Silveira. Encarregado de negócios: Othon do Amaral Henriques Filho. Caixa nº 104. Anexado ao ofício nº 294.

“Under President Branco – Brazil Marks First Year Of True Democratic Gov’t”. **The China News**. 30 de março de 1965.

“Vice President Yen’s Mission To Central America”. **China Post**. 25 de maio de 1974. Anexado a: Arquivo Histórico do Itamaraty – Taipei a Teerã – **Ofícios recebidos** – 1974. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Francisco Azeredo da Silveira. Encarregado de negócios: Othon do Amaral Henriques Filho. Caixa nº 105. Ofício nº 245.

5. Trabalhos e conferências na Escola Superior de Guerra (ESG)

ARAÚJO, Genesio Martins de. **Análise da conjuntura externa: extremo-oriental**. Rio de Janeiro, RJ: ESG, 1974. 27 f

BUENO, Carlos Antonio Bittencourt. **O Brasil e o Extremo Oriente**. Conferência promovida na Escola Superior de Guerra, 1974.

CEZIMBRA, Milton. **Extremo Oriente e Oceania**. Rio de Janeiro, RJ: ESG, 1954. 24f

JORGE, João Brito. **China nacionalista e comunista: aspectos psico-sociais, políticos, econômicos e militares**. Rio de Janeiro, RJ: ESG, 1957.

LINHARES, Jose Alves. **China: comunista e nacionalista**. Rio de Janeiro, RJ: ESG, 1955.

PENNA, J. O. de Meira. **Problemas do Extremo Oriente: China, Japão, Sudeste da Ásia**. Rio de Janeiro, RJ: ESG, 1950.

PINTO, Mario de Sousa. **A China Continental e o SE da Asia**. Rio de Janeiro, RJ: ESG, 1965.

RONDON, Frederico Augusto. **China e satélites comunistas na Asia**. Rio de Janeiro, RJ: ESG, 1954.

SILVEIRA, Francisco Azeredo da. “Conferência na Escola Superior de Guerra (1974)”. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org.) **O pragmatismo responsável na visão da diplomacia e da academia**. Brasília: FUNAG, 2018, p. 141-165.

_____. “Conferência na Escola Superior de Guerra (1978)”. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org.) **O pragmatismo responsável na visão da diplomacia e da academia**. Brasília: FUNAG, 2018, p. 167-198.

6. Relatos de diplomatas, militares e líderes políticos

ABREU, Hugo. **O outro lado do poder**. 3ª edição. Coleção Brasil – século XX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

BARBOZA, Mário Gibson. **Na diplomacia, o traço todo da vida**. 4ª edição revista. Brasília: FUNAG, 2020.

_____. **Relatório do Ministério das Relações Exteriores – 1971**. Serviço de Publicações da Divisão de Documentação, 1974.

CHIANG, Kai-shek. **O destino da China**. Tradução de Bezerra de Freitas. Rio de Janeiro: A Noite, s.d..

CUNHA, Vasco Tristão Leitão da. **Relatório do Ministério das Relações Exteriores – 1964**. Serviço de Publicações da Divisão de Documentação, 1964.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. **Política externa independente**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

_____. “Problemas do Extremo Oriente”. In: _____. **Poder Nacional, Cultura Política e Paz Mundial: Conferências de San Tiago Dantas na Escola Superior de Guerra (1951-1962)**. Rio de Janeiro: ESG, 2014, p. 31-55.

FROTA, Sylvio. **Ideais traídos: a mais grave crise dos governos militares narrada por um de seus protagonistas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. “Parecer do Chefe do Estado-Maior do Exército sobre as relações diplomáticas com a República Popular da China”. Brasília, 08 de maio de 1974. Anexado a: FROTA, Sylvio. **Ideais traídos: a mais grave crise dos governos militares narrada por um de seus protagonistas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 94-97.

LAMPREIA, Luiz Felipe. **Luiz Felipe Lampreia** (depoimento, 2008). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010.

LISBOA, Henrique Carlos Ribeiro. **A China e os Chins: Recordações de Viagem**. Rio de Janeiro: FUNAG, 2016.

MAGALHÃES, Juracy Montenegro. **Relatório do Ministério das Relações Exteriores – 1965**. Serviço de Publicações da Divisão de Documentação, 1965.

MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. **Ásia, África e a política independente do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

_____. **Um diplomata no Oriente/Brasil: subida ou descida para o século XXI?** Rio de Janeiro: Ágora, 1997.

PINTO, José Magalhães. **Relatório do Ministério das Relações Exteriores – 1965**. Serviço de Publicações da Divisão de Documentação, 1970.

SILVEIRA, Antônio Francisco Azeredo da. “O Brasil e a Nova Ordem Internacional”. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Ano XVIII, nºs 69-72, 1975, p. 07-17.

7. Demais fontes

BARROSO, Gustavo. **A Palavra e o Pensamento Integralista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

CHINA. **Stamps tell the story of the Republic of China**. Directorate General of Posts, Ministry of Communications, Taipei, China, 1972.

HO, Yen Chao; HONG, Shy Chuen; HSIEH, Hsien-An; LIM, Fook. “Carta do Centro Social Chinês de São Paulo endereçada ao presidente Ernesto Geisel”. São Paulo, 15 de maio de 1978. Anexado a: FROTA, Sylvio. **Ideais traídos: a mais grave crise dos governos militares narrada por um de seus protagonistas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 98-100.

KHAN, Mohammad Ayub. **Friends not Masters: A political autobiography**. Oxford University Press, 1967.

PROGRAMA DE GOVERNO do primeiro-ministro Tancredo Neves. In: DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. **Política externa independente**. Edição atualizada. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

ROCHA, Geraldo. **Fim de uma Civilização: Comentários sobre a Atualidade Econômica**. Rio de Janeiro, 1935.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Artigos, monografias, teses e dissertações

ALVES, Vagner Camilo; VIANA, Suhayla Mohamed Khalil. “Ideias e Política Externa: As Relações do Brasil com o Terceiro Mundo durante o Governo Castelo Branco”. **Contexto Internacional** (on-line), v. 36, p. 683-708, 2014.

AMADO, André Mattoso Maia. **O Reconhecimento Diplomático da República Popular da China**. Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco; VIII Curso de Altos Estudos – 1984.

ANDRIOTTI, L. S.; MATTOS, F. P.; SALEH, A. A.; SPOHR, A.. “Relações Brasil/Iraque: desenvolvimento nacional e projeto de potência (1973-1985)”. **Fronteira** (PUCMG), v. 9, n. 18 p. 7-25, 2010.

ARKAN, Zeynep. “'Via Media' vs. the Critical Path: Constructivism(s) and the Case of EU Identity”. In: **All Azimuth: A Journal of Foreign Policy & Peace**. Ihsan Dogramaci Peace Foundation, Center for Foreign Policy & Peace Research. Jul. 2014, Vol. 3, Issue 2, p. 21-36.

BADEL, Laurence. “Diplomacy and the History of International Relations: Redefining a Conflictual Relationship”, **Diplomatica**, v. 1, 2019, p. 33-39.

BARKIN, Samuel J.. **Realist constructivism: rethinking international relations theory**. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 2010.

BECARD, Danielly Silva Ramos. **O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 2006.

_____. “O que esperar das relações Brasil-China?”. In: **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 31-44, nov. 2011. [Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19s1/04.pdf> - acesso dia 02 de abril de 2019].

BRITTO, Ângela. “**A sala de detidos**”: atuação e ascensão da polícia política da capital federal do Brasil, 1920-1937. Tese (doutorado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, 2011.

BUENO, André da Silva. **O Brasil Encontra o Extremo Oriente: a Missão Chinesa (1880)**. Dossiê Digital – Biblioteca Nacional, 2022.

CAICHILOLO, Carlos Ricardo. **Relações Brasil-China: do período quente da Guerra Fria à abertura da China ao Ocidente**. Doutorado em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 2001.

CAMARGO, Alan G.. “Por uma leitura mais ampla: a contribuição da Historiografia nas Relações Internacionais”. **Revista InterAção** (UFSM), v. 4, p. 83, 2013. <https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/12742/8091>

CAMPELLO, Maria Raphaela Luchini Caldeira. **Os curdos e os EUA, uma história de Guerra Fria?** Um estudo de longa duração. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

CARMO, Gêssica Fernanda do. **Os soldados de terno?** Ruptura, crise e reestruturação da diplomacia brasileira (1964-1969). Dissertação de mestrado em Relações Internacionais. UNICAMP, 2018. 169 p..

CHECKEL, Jeffrey T.. “The constructivist turn in international relations theory”. **World Politics**, 1998, 50: 324–348.

CHEN, Hao. “Resisting Bandung? Taiwan’s Struggle for ‘Representational Legitimacy’ in the Rise of the Asian Peoples’ Anti-Communist League, 1954-57”, **The International History Review**, 2020. DOI: [10.1080/07075332.2020.1762239](https://doi.org/10.1080/07075332.2020.1762239)

CHEN, Ketty W.. “Disciplining Taiwan: the Kuomintang’s methods of control during the white terror era” (1947-1987). In: **Taiwan International Studies Quarterly**, Vol. 4, No. 4, pp. 185-210, 2008.

CHWEDCZUK-SZULC, Karol. “Social constructivism in IR – a short success story? **Polish Political Science Review / Polski Przegląd Politologiczny**. Wrocław University, Institute of Political Science. Dez. 2019, Vol. 7 n. 2, p. 87-95, 9p.

COSTA, Celiane Ferreira da. “Análise das relações sino-brasileiras a partir da prisão de nove chineses no início do governo militar (1964)”. **REVISTA IDEIAS**, v. 9, p. 7-30, 2018.

_____. **Entre aproximações e afastamentos:** as relações políticas sino-brasileiras - da Política Externa Independente à Política Externa Interdependente (1961-1965). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil, 2019.

CUNHA, G. L.. **As relações Brasil - China:** Ciência, Tecnologia e Inovação no século XX. Tese de doutorado em Economia Política Internacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil, 2017.

CZEPULA, Kamila Rosa. **Os Indesejáveis “Chins”:** Um debate sobre a imigração chinesa no Brasil Império (1879-1879). Dissertação de Mestrado em História. UNESP – Assis, 2017.

DANTAS, Fábio Lafaiete. **Origens das relações entre o Brasil e a China:** A missão especial de 1879. Dissertação de Mestrado em História. Universidade de Brasília, 1986.

DARD, Olivier. “Suzanne Labin: Fifty Years of Anti-Communist Agitation”. In: DONGEN, Luc Van; ROULIN, Stéphanie e SCOTT-SMITH, Giles (orgs.) **Transnational Anti-communism and the Cold War: Agents, Activities, Networks**. New York: Palgrave, 2014, p. 189-200.

DAVIES, Mathew. “ASEAN and human rights norms: constructivism, rational choice, and the action-identity gap”. In: **International Relations of the Asia-Pacific**. May 2013, Vol. 13, Issue 2, p. 207-231.

ELSENHANS, Hartmut. “Constructivism: The Political Economy of Political Correctness in a Constructivist IR Zoo”. **Pakistan Horizon**; Abril 2019, Vol. 72, n 2, p. 19-37, 19p.

DELGADO, Daniel Lemus. “Discurso, identidad y praxis en la política exterior de China en África a la luz del constructivismo, 1949-2000”. In: **Relaciones Internacionales**. May-ago. 2013, Issue 116, p. 111-144.

DERENZE, L. F.. **As relações Brasil-China na Guerra Fria, 1974-1979**. Monografia de conclusão de curso, Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, 2021.

DEVETAK, Richard. “‘The battle is all there is’: philosophy and history in International Relations theory”. In: **International Relations**, 2017, Vol. 31(3) 261–281.

DOVAL, Gisela Pereyra. “El estudio de la Identidad en las Relaciones Internacionales: El constructivismo como 'solución' teórica temporal”. In: **Enfoques**. Dirección Editorial UAP, Universidad Adventista del Plata, Junho de 2015 27(1):127-142.

EHRENREICH, Ben. After the Storm: “Progress and the demented quest for historical purity”, **The Baffler**, número 43, janeiro-fevereiro 2019. Disponível em: <https://thebaffler.com/salvos/after-the-storm-ehrenreich> [Acessado em 21 de setembro de 2022].

FARES, Tomaz M.. “A Diplomacia Chinesa e as Relações com o Brasil (1949-1974)”. **Século XXI – Revista de Relações Internacionais**, ESPM, V. 7, no 1: p. 27-46, Jan/Jun 2016.

FIAZ, Nazya. “Constructivism meets critical realism: Explaining Pakistan’s state practice in the aftermath of 9/11”. In: **European Journal of International Relations**. Jun. 2014, Vol. 20 Issue 2, p. 491-515.

FICO, Carlos. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. In: **Revista Brasileira de História**, vol. 24, nº 47, 2004, p. 20-60.

FINNEMORE, Martha; SIKKINK, Kathryn. “International Norm Dynamics and Political Change”. In: **International Organization**, Vol. 52, No. 4, outono de 1998, p. 887-917.

_____. “Taking Stock: The Constructivist Research Program in International Relations and Comparative Politics”. In: **Annual Review of Political Science**, vol. 4, 2001, pp. 391-416.

GADDIS, John Lewis. “History, Theory, and Common Ground”. In: **International Security**, 22(1): 75-85, 1997.

GARCIA, Eugenio Vargas. “O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989)”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 40, n 1, 1997.

GEHRE, Thiago. “A política externa brasileira durante os governos militares: ideias, práticas e imagens (1964-1984)”. **Textos e Debates** (UFRR), v. 2, p. 112-125, 2008.

GIRARD, Philippe R.. “Black Talleyrand: Toussaint Louverture's Diplomacy, 1798-1802”. **The William and Mary Quarterly**. Omohundro Institute of Early American History and Culture. Jan., 2009, Third Series, Vol. 66, No. 1 (Jan., 2009), pp. 87-124.

GONÇALVES, Williams da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na Política Externa Brasileira, 1964-1984. In: **Estudos Históricos**. Vol.6, n.12, 1993, p. 211-246.

GUZZINI, Stefano. “A Reconstruction of Constructivism in International Relations”. In: **European Journal of International Relations**. Jun. 2000, Vol. 6 Issue 2.

HABER, Stephen H.; KENNEDY, David M.; KRASNER, Stephen D.. “Brothers Under the Skin: Diplomatic History and International Relations”. In: **International Security**, 22(1):34-43, 1997.

HOBSON, John M.; LAWSON, George. “What is History in International Relations?” In: **Millennium: Journal of International Studies**, vol.37 No.2, pp. 415–435, 2008.

HOPF, Ted. “The promise of constructivism in international relations theory”, **International Security**, 1998, 23:1, 171–200.

HSU, Victor Wei Chung. **Pacific Destinies: The Asian People's Anti-Communist League (1953-1962) and the Anti-Communist Struggle in Asia Pacific**. Dissertação de mestrado em História Internacional e História Mundial. Columbia University – London School of Economics. Nova York, 2016.

HUANG, Ching-Yi. **Performing an “Absent” China: Cultural Propaganda in anti-communist Taiwan in the 1950’s and 1960’s**. Tese de doutorado apresentada na School of Drama da Universidade de Washington, 2013.

JAAFAR, Jamie. “Reconciling Realism and Constructivism: An Analysis of National Interests and International Institutions”. In: **Culture Mandala**. Centre for East-West Cultural & Economic Studies. Dezembro 2018, Vol. 12 Issue 2, p. 9-22, 14p.

KARAM, John Tofik “Beside Bandung: Brazil’s Relations toward the Arab World”. **Lasa Forum**. Inverno de 2016, volume XLVII: edição 1, p. 27-30.

KELLER, Jonathan; SHANNON, Vaughan. “Leadership Style and International Norm Violation: The Case of the Iraq War”. In: **Foreign Policy Analysis**, 3: 79-104, 2007.

KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA, Rafael Fantinel. “A Campanha da Legalidade no Rio Grande do Sul no contexto do anticomunismo”. In: **Revista Estudos Legislativos**, número 5, dezembro de 2011. Disponível em: https://submissoes.al.rs.gov.br/index.php/estudos_legislativos/article/view/70 [Acessado dia 21 de janeiro de 2023].

KOSLOWSKI, Rey; KRATOCHWIL, Friedrich V.. “Understanding Change in International Politics: The Soviet Empire's Demise and the International System”. In: **International Organization**, Vol. 48, No. 2, Spring, 1994, p. 215-247.

LAPID, Yosef. “The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era”. In: **International Studies Quarterly**, Vol. 33, No. 3 (Sep., 1989), pp. 235-254.

LESSA, Antônio Carlos Moraes; PENNA FILHO, Pio. “O Itamaraty e a África: as origens da política africana no Brasil”. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, nº 39, janeiro-junho de 2007, pp. 01-28.

LIMA, Marcelo Alves de Paula. “Brazilian Foreign Policy from Lisbon to Bandung”. **CONTEXTO INTERNACIONAL** (ON-LINE), v. 44, p. 1-23, 2022.

_____. “History and Engagement in the Work of Bezerra de Menezes”. **CONTEXTO INTERNACIONAL** (PUCRJ. IMPRESSO), v. 42, p. 103-124, 2020.

LIN, Hsiao-ting. **Taiwan’s Cold War in Southeast Asia**. Wilson Center Cold War International History Project E-Dossier Series no. 70, abril de 2016b. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/publication/taiwans-cold-war-southeast-asia> [Acessado dia 19 de agosto de 2021].

LIZAMA, Natalia. “El constructivismo como nueva perspectiva para analizar las relaciones entre Estados: el caso de la crisis del gas entre Bolivia y Chile”. In: **Universum**. Instituto de Estudios Humanísticos Juan Ignacio Molina, Universidad de Talca. 2013, Vol. 28 Issue 2, p. 83-102, 20p.

LUIZ, Juliana R.. “A Política Externa do Regime Militar entre o ranço ideológico e a atuação pragmática”. In: **3º Encontro Nacional ABRI 2011: Governança Global e Novos Atores**, 2011, São Paulo, v. 1. p. 1-15.

MANSAN, Jaime Valim. “A Escola Superior de Guerra e a formação de intelectuais no campo da educação superior no Brasil (1964-1988)”. **Revista Brasileira de Educação**. Volume 22, número 70, Julho-Setembro de 2017, p. 826-850.

MANZUR, Tânia Maria P. G. “A política externa independente (PEI): antecedentes, apogeu e declínio”. In: **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, (93), 2014, p.169-199.

MAPA, Dhiego M.. “O significado das relações sul-sul para a diplomacia brasileira: a obra de Adolpho Justo Bezerra de Menezes e o pensamento brasileiro sobre o sul global”. In: **Revista Perspectivas do Desenvolvimento: um enfoque multidimensional**. Volume 04, Número 05, Agosto 2016.

MIGNOLO, Walter D.. “DELINKING”, **Cultural Studies**, volume 21, número 2-3, p. 449-514, 2007.

NEDAL, Dani K.. “Brazilian Nuclear Cooperation with the People's Republic of China”. In: **Wilson Center**. Nuclear Proliferation International History Project, History and Public Policy Program, s.d. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/publication/brazilian-nuclear-cooperation-the-peoples-republic-china> [Acessado dia 30 de junho de 2022].

NIA, Mahdi Mohammad. “Understanding Iran’s Foreign Policy: an application of holistic constructivism”. In: **Alternatives – Turkish journal of International Relations**. Volume 9, n. 1, Spring 2010, p. 148-180.

OLIVEIRA, Nilo Dias de. **A Configuração do Sistema Nacional de Repressão no Governo JK** (1956 a 1961). Doutorado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, Raphael Alberti Nóbrega de. “A águia bicéfala: Discursos e práticas da Ordem Secreta dos Primadistas, a ‘Ku Klux Klan gaúcha’”. **Interritórios – Revista de Educação da Universidade Federal de Pernambuco**, Caruaru, volume 7, número 15, 2021.

PELTONEN, Hannes. “A tale of two cognitions: The Evolution of Social Constructivism in International Relations”. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, Vol 60, N. 1, 2017.

PEREIRA, Silvio Luiz Gonçalves. **Seleções do Reader's Digest, 1954-1964: um mapa da intolerância política**. Tese de doutorado em História, Universidade de São Paulo, 2006.

PHILLIPS, Andrew. “Beyond Bandung: the 1955 Asian-African Conference and its legacies for international order”. **Australian Journal of International Affairs**, 2016, 70:4, 329-341.

PINHEIRO, Letícia. “Restabelecimento de relações diplomáticas com a RPC: uma análise do processo de tomada de decisão”. In: **Estudos Históricos – Globalização**. Volume 12. Rio de Janeiro: FGV, 1993.

PRATAMA, Caroline Putri. “Central Asia as a Regional Security Complex from the Perspectives of Realism, Liberalism and Constructivism”. **Global: Jurnal Politik Internasional**, Vol 15, Iss 1 (2013); Universitas Indonesia, 2013.

RESOS, Archie B.. “International realities and Philippine foreign policy under Ferdinand Marcos”. In: **Foreign policy Journal**. 26 de outubro de 2013. Disponível em: <https://www.foreignpolicyjournal.com/2013/10/28/international-realities-and-philippine-foreign-policy-under-ferdinand-marcos/> [Acessado dia 21 de fevereiro de 2022].

RUPING, Xiao; XIANG, Zhai. “Shifting political calculation: the secret Taiwan-Soviet talks, 1963–1971”, **Cold War History**, 15:4, p. 533-556, 2015.

RÜSEN, Jörn. “Objetividade e narratividade nas ciências históricas”. **História Revista**, v. 4, n. 1, 1996, 75-102.

SÁNCHEZ, Leandro Enrique. “¿De qué se habla cuando se habla de Constructivismo? Revisión de sus clasificaciones y categorías”. In: **Revista de Relaciones Internacionales de la UNAM**. Facultad de Ciencias Políticas y Sociales. Sep-dic. 2012, Issue 114, p. 107-129, 23p.

SANTORO, Maurício. “The Dragon and the Captain: China in the perspective of Brazil’s nationalist right”. In: **Geosul**, Florianópolis, v. 35, n. 77, p. 258-269, dez. 2020.

SANTOS, Norma Breda; UZIEL, Eduardo. “Source criticism and the History of Brazilian Foreign Policy”. In: **Contexto Internacional**, volume 41(1), Janeiro/Abril de 2019. [Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-8529.2019410100010> - acessado dia 28 de janeiro de 2019].

SIMAS, Daniele de Almeida. **O Lugar da China na Visão dos Formuladores da Política Externa Brasileira: uma comparação entre a política externa independente (1961-1964) e a do pragmatismo responsável e ecumênico (1974-1979)**. Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

SOUZA, Arlindo José Reis de. **O orientalismo no (luso) trópico americano: perspectivas brasileiras sobre a Conferência de Bandung**. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, 2011.

SOUZA, Igor Abdalla Medina. **Dom Quixote reencontra Sancho Pança** – Relações Internacionais e Direito Internacional antes, durante e depois da Guerra Fria. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, Brasil, 2005.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. **O Perigo Amarelo: Imagens do Mito, Realidade do Preconceito (1920-1945)**. Dissertação de mestrado (História Social). Universidade de São Paulo, 2004.

TAN, See Seng. “Rescuing constructivism from the constructivists: a critical reading of constructivist interventions in Southeast Asian security”. **Pacific Review**. Junho, 2006, Vol. 19, n. 2, p. 239-260.

TAYLOR, Jeremy E.. “The Production of the Chiang Kai-shek Personality Cult, 1929–1975”. In: **The China Quarterly**, Volume 185, Março de 2006, p. 96-110.

TEITLER, Anthony. **US policy towards Afghanistan, 1979-2014: a case study of constructivism in international relations**. Tese de Doutorado (Relações Internacionais), University College London, 2016.

THIES, Cameron G. “International Socialization Processes vs. Israeli National Role Conceptions: Can Role Theory Integrate IR Theory and Foreign Policy Analysis?” In: **Foreign Policy Analysis**, 8, 2012, p. 25–46.

_____. “Misplaced from the start: Israel’s state identity and the search for regional acceptance”. In: **Cambridge Review of International Affairs**, 2020, p. 01-15.

VIANA, Suhayla Mohamed Khalil. Brasil y los países en desarrollo entre 1961 y 1969: institucionalización y práctica. **Relaciones internacionales** (La Plata), v. 22, p. 83-113, 2013.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. “Política externa e desenvolvimento no regime militar”. In: **Revista princípios**. Edição 51, NOV/DEZ/JAN, 1998-1999, p. 56-65. Disponível em: <http://revistaprincipios.com.br/artigos/51/cat/1492/política-externa-e-desenvolvimento-no-regime-militar-.html> [Acessado em 09 de junho de 2018).

WENDT, Alexander. “Collective identity formation and the international state”. In: **American Political Science Review**. V. 88, n. 2, p. 384-396, 1994.

_____. “Anarchy is what States make of it”. In: **International Organization**. V. 46, 1992, p. 391-425.

WRIGHT, Mary C.. “From Revolution to Restoration: The Transformation of Kuomintang Ideology”. **The Far Eastern Quarterly**, Agosto de 1955, Vol. 14, No. 4, Special Number on Chinese History and Society, 1955, pp. 515-532.

YOUNG, Robert. “Postcolonialism: from Bandung to the Tricontinental”, **Historein**, volume 5, 2005, p. 11-21.

2. Capítulos de livros

ABRAMOVICI, Pierre. “The World Anti-Communist League: Origins, Structures and Activities”. In: DONGEN, Luc Van; ROULIN, Stéphanie e SCOTT-SMITH, Giles

(orgs.) *Transnational Anti-communism and the Cold War: Agents, Activities, Networks*. New York: Palgrave, 2014, p. 113-129.

ADLER, E. “Constructivism and International Relations”. In: CARLSNAES, Walter; RISSE-KAPPEN, Thomas; SIMMONS, Beth A. (orgs.) **Handbook of international relations**. Londres, California, Nova Delhi, Singapura: SAGE Publications, p. 95-118, 2008.

ALONSO, Gustavo. “Ditadura do Sertão: apoio e consenso da ditadura civil-militar na música sertaneja”. In: CORDEIRO, Janaina Martins; LEITE, Isabel Cristina; SILVEIRA, Diego Omar da; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **À Sombra das Ditaduras: Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014, p. 91-110.

AMORIM, Celso; FELDMAN, Luiz. A política externa do governo Lula em perspectiva histórica. In: DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. **Política externa independente**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

AZEVEDO, Ricardo Pereira de.. “Apresentação”. In: LISBOA, Henrique Carlos Ribeiro. **A China e os Chins: Recordações de Viagem**. Rio de Janeiro: FUNAG, 2016, p. 7-11.

BERTONHA, João Fábio; BOHOSLAVSKY, Ernesto. “Las derechas sudamericanas: trayectorias, miradas y circulación”. In: _____ (orgs.) **Circule por la derecha: percepciones, redes y contactos entre las derechas sudamericanas, 1917-1973**. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2016.

BIANCO, Lucien. “China”. Tradução de Vera Gertel. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX – África e Ásia**. Parte 2, cap. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. P. 237-261.

BRAUDEL, Fernand. “História e Ciências Sociais: a Longa Duração”. In: NOVAIS, Fernando A.. SILVA, Rogerio F. (orgs.) **Nova história em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 86-121.

CARNEIRO, Maria Luiz Tucci. “Metáforas de uma civilização”. In: _____ (org.). **O Anti-Semitismo nas Américas: Memória e História**. São Paulo: Edusp, Fapesp, 2007, p. 291-321.

_____. “Metáforas roubadas à doença: particularidades do discurso racista”. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; MONTEIRO, Yara (orgs.). **As Doenças e os Medos Sociais**. São Paulo: Editora Fap-Unifest, 2012.

CARVALHO, Alessandra. “As atividades político-partidárias e a produção de consentimento durante o regime militar brasileiro”. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. P. 219-250.

CHANG, David Wen-wei. “Political development in Taiwan: the Sun Yat-sen model for national reconstruction”. In: **The Republic of China on Taiwan Today: views from abroad**. Taipei: Kwang Hwa, 1989, p. 48-67.

CHAUÍ, Marilena de Souza. “Apontamentos para uma Crítica da Ação Integralista Brasileira”. In: CHAUÍ, Marilena de Souza. FRANCO, Maria Silvia Carvalho. **Ideologia e Mobilização Popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (CEDEC / Paz e Terra; v.3).

CORDEIRO, Janaina Martins. “Entre redenção e reconciliação: a manutenção das homenagens à ditadura e aos ditadores”. In: CORDEIRO, Janaina Martins; LEITE, Isabel Cristina; SILVEIRA, Diego Omar da; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **À Sombra das Ditaduras: Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014, p. 127-142.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. “Pronunciamentos do chanceler Azeredo da Silveira na ONU (1974-1978) com notas introdutórias do embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa”. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org.) **O pragmatismo responsável na visão da diplomacia e da academia**. Brasília: FUNAG, 2018, p. 43-119.

DONGEN, Luc Van; ROULIN, Stéphanie e SCOTT-SMITH, Giles. “Introduction”. In: _____. (orgs.) **Transnational Anti-communism and the Cold War: Agents, Activities, Networks**. New York: Palgrave, 2014, p. 01-19.

DUROSELLE, Jean Baptiste. “O homem de Estado”. In: DUROSELLE, Jean Baptiste; RENOUVIN, Pierre. **Introdução à história das relações internacionais**. Tradução de Hélio de Souza. São Paulo: Difel, 1967.

FELDMAN, Harvey J.. “Taiwan: the great step forward”. In: **The Republic of China on Taiwan Today: views from abroad**. Taipei: Kwang Hwa, 1989, p. 03-15.

FISCHER, Peter. “Legal Aspects of European Investment in the Republic of China”. In: **The Republic of China on Taiwan Today: views from abroad**. Taipei: Kwang Hwa, 1989, p. 144-164.

FONSECA JR., Gelson. “O Pragmatismo Responsável e a Guerra Fria”. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org.) **O pragmatismo responsável na visão da diplomacia e da academia**. Brasília: FUNAG, 2018, p. 245-280.

GONÇALVES, Williams da Silva. “História das Relações Internacionais”. In: GONÇALVES, Williams da Silva; LESSA, Mônica Leite (orgs.). **História das Relações Internacionais: teoria e processos**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007, p. 13-41.

GRINBERG, Lucia. “‘Saudações arenistas’: a correspondência entre partidários da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1966-1979”. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. P. 251-278.

GUIMARÃES, Plínio Ferreira. “Outras armas para enfrentar a ameaça comunista: o Exército brasileiro e a assistência social no combate à guerra revolucionária”. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Ditaduras Militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai**. Belo Horizonte: UFMG, 2015, p. 143-166.

HELD, David. “The Development of the Modern State”. In: GIEBEN, Bram e HALL, Stuart. **Formations of Modernity**. Oxford: The Open University, Polity Press, 1992, p. 72-125.

HERMETO, Miriam. “Os seminários de dramaturgia do Grupo Casa Grande: limites do frentismo de resistência político-cultural na abertura política brasileira”. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Ditaduras Militares**: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Belo Horizonte: UFMG, 2015, p. 213-236.

HURRELL, Andrew James. “Geisel, Silveira and the assertion of Independence”. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org.) **O pragmatismo responsável na visão da diplomacia e da academia**. Brasília: FUNAG, 2018, p. 381-436.

KUSHNIR, Beatriz. “Desbundar na TV: militantes da VPR e seus arrependimentos públicos”. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários**: legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 279-304.

LE GOFF, Jacques. “A História Nova”. In: NOVAIS, Fernando A.. SILVA, Rogerio F. (orgs.). **Nova história em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 128-178.

LIMA, Sérgio Eduardo Moreira. “Azeredo da Silveira e o pragmatismo responsável”. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org.) **O pragmatismo responsável na visão da diplomacia e da academia**. Brasília: FUNAG, 2018, p. 09-37.

MAGALHÃES, Livia Gonçalves. “‘Tudo é um só coração?’ Disputas e conflitos de memória na vitória da copa de 1970”. In: CORDEIRO, Janaina Martins; LEITE, Isabel Cristina; SILVEIRA, Diego Omar da; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **À Sombra das Ditaduras**: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014, p. 111-126.

MAIOR, Luiz Augusto Pereira Souto. “O ‘Pragmatismo Responsável’”. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org.) **O pragmatismo responsável na visão da diplomacia e da academia**. Brasília: FUNAG, 2018, p. 203-244.

MILZA, Pierre. “Política interna e política externa”. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2ª edição. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

MOREIRA, Marcílio Marques. “A política externa independente e a luta modernizadora de San Tiago”. In: DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. **Política externa independente**. Edição atualizada. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, p. 349-370.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “As políticas universitárias das ditaduras militares do Brasil, da Argentina e do Chile”. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Ditaduras Militares**: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Belo Horizonte: UFMG, 2015, p. 37-60.

NAPOLITANO, Marcos. “A ‘resistência cultural’ durante o regime militar brasileiro: um novo olhar historiográfico”. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Ditaduras Militares**: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Belo Horizonte: UFMG, 2015, p. 193-211.

NEKOLA, Martin. “The Assembly of Captive European Nations: a Transnational Organization and Tool of Anti-Communist Propaganda”. In: DONGEN, Luc Van; ROULIN, Stéphanie e SCOTT-SMITH, Giles (orgs.) **Transnational Anti-communism and the Cold War**: Agents, Activities, Networks. New York: Palgrave, 2014, p. 96-112.

RIBEIRO, Marcos Vinicius. **A História da Confederação Anticomunista Latino-americana durante as Ditaduras de Segurança Nacional (1972-1979)**. Tese de doutorado em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2018.

PRESOT, Aline “Celebrando a ‘Revolução’: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964”. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. P. 71-96.

PRICE, Richard; REUS-SMIT, Christian. “Dangerous liaisons? Critical international theory and constructivism”, **The European Journal of International Relations**, 1998, vol. 4: issue 3, 259–294.

QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. “Apresentação”. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 11-32.

REIS FILHO, Daniel Aarão. “Ditadura no Brasil entre memória e história”. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Ditaduras Militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai**. Belo Horizonte: UFMG, 2015, p. 237-253.

RENOUVIN, Pierre. “As forças profundas”. In: DUROSELLE, Jean Baptiste; RENOUVIN, Pierre. **Introdução à história das relações internacionais**. Tradução de Hélio de Souza. São Paulo: Difel, 1967.

_____. “Introducción general”. In: GANSHOF, François L.; ZELLER, Gaston. **Historia de las relaciones internacionales: la edad media y los tiempos modernos**. 2ª edição. Madrid: Aguilar, 1967, p. IX-XV.

RUOTSILA, Markku. “Transnational Fundamentalist Anti-Communist: The International Council of Christian Churches”. In: DONGEN, Luc Van; ROULIN, Stéphanie e SCOTT-SMITH, Giles (orgs.) **Transnational Anti-communism and the Cold War: Agents, Activities, Networks**. New York: Palgrave, 2014, p. 235-250.

SBERT, Jose Maria. “Progress”. In: SACHS, Wolfgang (org.). **The Development Dictionary: a guide to knowledge as power**. Segunda edição. Londres e Nova York: Zed Books, 2010, p. 212-227.

SCALAPINO, Robert A.. “Sino-American Relations in Perspective”. In: **The Republic of China on Taiwan Today: views from abroad**. Taipei: Kwang Hwa, 1989, p. 243-246.

SPEKTOR, Matias. “Origens e direção do pragmatismo ecumênico e responsável (1974-1979)”. LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org.) **O pragmatismo responsável na visão da diplomacia e da academia**. Brasília: FUNAG, 2018, p. 343-379.

VRIES, Tity de. “Not an ‘Ugly American’: Sal Tas, a Dutch Reporter as Agent of the West in Africa”. In: DONGEN, Luc Van; ROULIN, Stéphanie e SCOTT-SMITH, Giles (orgs.) **Transnational Anti-communism and the Cold War: Agents, Activities, Networks**. New York: Palgrave, 2014, p. 64-77.

3. Livros

ALVES, Maria Helena Moreira. **State and opposition in military Brazil**. Latin American monographs, No. 63. Austin: University of Texas Press, 1985.

ANDERSON, John Lee e ANDERSON, Scott. **The League: the shocking exposé of how terrorists, Nazis, and Latin American death squads have infiltrated the World Anti-communist League**. Nova York: Dodd, Mead & Company, 1986.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.

_____. **Peace & War: a theory of International Relations**. New York: Routledge, 2003.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BARNETT, A. Doak. **China and the Major Powers in East Asia**. Washington: The Brookings Institution, 1977.

BARRACLOUGH, Geoffrey. **Introdução à História Contemporânea**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luiz. **História da política exterior do Brasil**. 5ª edição revista e ampliada. Brasília: Editora UnB, 2015.

CANCELLI, Elizabeth. **O Mundo da Violência: A Polícia da Era Vargas**. 2ª edição. Brasília: UnB, 1993.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1978.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org.). **O Brasil nas Nações Unidas (1946-2006)**. Brasília: FUNAG, 2007.

DAVIS, Mike. **Late Victorian Holocausts: El Niño Famines and the Making of the Third World**. Londres, Nova York: Verso, 2001.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe**. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. **O Ardil Totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1997.

FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. **Democracia ou reformas?: alternativas democráticas à crise política: 1961-1964**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FITZGERALD, C. P.. **The Birth of Communist China**. Harmondsworth: Penguin, 1964.

FRANCO, Jeff; SCOMAZZON, Marli Cristina. **Primeira Circum-navegação Brasileira e Primeira Missão do Brasil à China (1879)**. Florianópolis: Dois Por Quatro, 2020.

FRANK, Andre Gunder. **ReOrient: global economy in the Asian age**. University of California Press: 1998.

GADDIS, John Lewis. **História da Guerra Fria**. Tradução de Gleuber Vieira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1987.

GREGORY, Derek. **The Colonial Present: Afghanistan, Palestine, Iraq**. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

GUEDES, Ciça; MELO, Murilo Fiuza de. **O Caso dos Nove Chineses - O Escândalo Internacional que Transformou Vítimas da Ditadura Militar Brasileira em Heróis da Ditadura de Mao Tsé-tung**. Editora Objetiva, 2014.

HAMILTON, Duda; MARKUN, Paulo. **1961: que as armas não falem**. São Paulo: Ed. do Senac, 2001.

HOBBSBAWM, Eric J.. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **The Age of Extremes: A History of the World, 1914-1991**. Nova York: Vintage Books, 1994.

HUANG, Zhiliang. **Relato do Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre China e América Latina**. Editora Shanghai Cishu, 2007.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. 3ª edição revista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

JACKSON, Robert H.; SORENSEN, Georg. **Introdução às Relações Internacionais: teorias e abordagens**. Tradução de Bárbara Duarte. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

KISSINGER, Henry. **Diplomacy**. Nova York: Touchstone, 1994.

LASSWELL, Harold Dwight. **World politics and personal insecurity**. New York: Free Press; London: Collier-Macmillan, c1965.

LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a cooperação sul-sul em três momentos de política externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

LIN, Hsiao-ting. **Accidental State**: Chiang Kai-Shek, the United States, and the Making of Taiwan. Harvard University Press, 2016a.

LOPES, Roberto. **Rede de Intrigas**: os bastidores do fracasso da indústria bélica no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1994.

MACKIE, Jamie. **Bandung 1955**: Non-alignment and Afro-Asian solidarity. Singapura: Didier Millet, 2005.

McMAHON, Robert J.. **The Cold War**: A Very Short Introduction. Oxford: Oxford University Press, 2003.

MENDES, Pedro Emanuel. “A (re)invenção das relações internacionais na viragem do século: O desafio do construtivismo. In: *Relações Internacionais (R:I)*. Dezembro de 2012 (36):105-118.

MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João Pontes. **Teoria das relações internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2005.

MOORE, Barrington Jr.. **Social Origins of Dictatorship and Democracy**: Lord and peasant in the making of the modern world. Nova York: Beacon, 1966.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. **On Guard Against the Red Menace**: Anti-Communism in Brazil, 1917-1964. Brighton, Chicago, Toronto: Sussex Academic Press, 2020.

_____. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NGOEI, Wen-qing. **Arc of Containment**: Britain, the United States, and Anticommunism in Southeast Asia. Cornell University Press, 2019.

PINTO, Paulo Antônio Pereira. **Taiwan**: um futuro formoso para a ilha? Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

PUCHALA, Donald James. **Theory and history in international relations**. New York: Routledge, 2003.

RAMOS, Jorge Abelardo. **História da Nação Latino-Americana**. Florianópolis: Editora Insular, 2014.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**: artistas do povo brasileiro, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RINGMAR, Erik. **History of International Relations**: a Non-European Perspective. Cambridge: Open Book Publishers, 2019.

ROBIN, Ron. **The Making of the Cold War Enemy**: Culture and Politics in the Military-Intellectual Complex. New Jersey: Princeton University Press, 2001.

RODRIGUES, José Honório. **Interesse Nacional e Política Externa**. Retratos do Brasil, volume 46. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RODZINSKI, Witold. **The People's Republic of China: Reflections on Chinese Political History Since 1949**. Londres: William Collins, 1988.

ROSENFELD, Anatol. **Mistificações literárias: "Os Protocolos dos Sábios de Sião"**. São Paulo: Perspectiva, 1976. 64p.

SAICH, Anthony James. **The Origins of the First United Front in China: the Role of Sneevliet (Alias Maring)**. Leiden: Brill, 1991.

SAID, Edward W.. **Orientalism**. Nova York: Vintage Books, 1978.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Sessenta e quatro: anatomia da crise**. São Paulo: Vértice, 1986.

SKOCPOL, Theda. **States & Social Revolutions: A comparative analysis of France, Russia, and China**. New York: Cambridge University Press, 1979.

SMITH, Thomas W. **History and international relations**. London; New York: Routledge, 1999.

SPEKTOR, Matias. **Kissinger e o Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

SPENCE, Jonathan D.. **The Search for Modern China**. 3ª edição. Londres e Nova York: W. W. Northon & Company. 2013.

STEPAN, Alfred C.. **The military in politics: changing patterns in Brazil**. Princeton: Princeton University Press, 1971.

STUENKEL, Oliver. **Post-Western World: how emerging powers are remaking global order**. Malden: Polity Press, 2016.

TRACHTENBERG, Marc. **The Craft of International History: a guide to method**. Princeton University Press: 2006.

TRINDADE, Héglio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964-1985)**. 2ª edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. **Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente 1951 – 1964**. Petrópolis: Vozes, 1995.

WANG, Yong. **Governo Brasileiro Forja Espetáculo Contra Chineses no Anos 1960**. Dangshi Publicações, 2006.

WANG, Weizhen; ZONG, Daoyi. **1964: As Estrelas Vermelhas em Celas Brasileiras**. Dangshi Publicações, 2006.

WEFFORT, Francisco Corrêa. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WENDT, Alexander. **Social theory of international politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. 429 p.

WESTAD, Odd Arne. **The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of our Times**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

ZHU, Xiangzhong. **Primeiro Oficial de Governo a nos Visitar: Um Registro da Visita de João Goulart**. Dangshi Publicações, 2007.